



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2008

Sexta-feira - 03 de Junho de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	3	Guaramirim.....	269	Planalto Alegre.....	440
Alto Bela Vista.....	9	Guarujá do Sul.....	273	Pomerode.....	445
Anchieta.....	10	Herval d'Oeste.....	276	Ponte Serrada.....	447
Antônio Carlos.....	15	Ibiam.....	335	Porto Belo.....	451
Atalanta.....	16	Imarui.....	336	Porto União.....	452
Balneário Piçarras.....	17	Imbituba.....	337	Pouso Redondo.....	466
Balneário Rincão.....	18	Indaial.....	339	Presidente Nereu.....	469
Barra Bonita.....	19	Iomerê.....	348	Princesa.....	470
Barra Velha.....	21	Ipumirim.....	349	Rio das Antas.....	471
Biguaçu.....	24	Irineópolis.....	353	Rio do Sul.....	472
Blumenau.....	25	Itá.....	354	Romelândia.....	478
Bom Jesus do Oeste.....	73	Itaiópolis.....	359	Salto Veloso.....	479
Bom Retiro.....	75	Itapema.....	360	Santa Rosa do Sul.....	481
Botuvera.....	77	Itapiranga.....	361	Santa Terezinha do Progresso.....	482
Braço do Trombudo.....	78	Itapoá.....	363	São Bento do Sul.....	483
Brunópolis.....	88	Ituporanga.....	366	São Carlos.....	491
Brusque.....	90	Jaraguá do Sul.....	367	São Domingos.....	492
Caçador.....	113	Joaçaba.....	377	São Joaquim.....	493
Camboriú.....	115	Lages.....	384	São José.....	508
Campo Alegre.....	116	Lindóia do Sul.....	385	São Lourenço do Oeste.....	516
Campo Erê.....	134	Lontras.....	386	São Miguel da Boa Vista.....	522
Campos Novos.....	135	Luzerna.....	387	São Pedro de Alcântara.....	523
Canelinha.....	144	Macieira.....	388	Schroeder.....	524
Canoinhas.....	145	Mafra.....	389	Seara.....	531
Capinzal.....	147	Maracajá.....	391	Serra Alta.....	535
Catanduvas.....	149	Maravilha.....	392	Siderópolis.....	540
Caxambu do Sul.....	150	Massaranduba.....	394	Sombrio.....	552
Celso Ramos.....	163	Meleiro.....	399	Sul Brasil.....	553
Chapadão do Lageado.....	164	Modelo.....	400	Timbé do Sul.....	554
Chapecó.....	166	Mondai.....	401	Timbó.....	555
Cocal do Sul.....	167	Morro da Fumaça.....	402	Três Barras.....	557
Concórdia.....	171	Navegantes.....	403	Treze Tilias.....	560
Cordilheira Alta.....	177	Nova Trento.....	408	Trombudo Central.....	561
Coronel Martins.....	199	Novo Horizonte.....	410	Tunápolis.....	562
Correia Pinto.....	200	Orleans.....	411	União do Oeste.....	567
Corupá.....	203	Ouro.....	412	Urussanga.....	568
Doutor Pedrinho.....	226	Ouro Verde.....	413	Vargeão.....	569
Ermo.....	231	Paial.....	414	Vargem Bonita.....	570
Flor do Sertão.....	232	Palhoça.....	415	Vidal Ramos.....	571
Forquilha.....	238	Palmitos.....	419	Videira.....	573
Fraiburgo.....	242	Papanduva.....	420	Vitor Meireles.....	575
Frei Rogério.....	257	Paraíso.....	421	Xanxerê.....	577
Garopaba.....	258	Paulo Lopes.....	423	Xavantina.....	578
Garuva.....	260	Penha.....	424	Xaxim.....	580
Gaspar.....	267	Peritiba.....	437		
Guaraciaba.....	268	Petrolândia.....	439		

Associações

AMAUC.....	581
------------	-----

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina

Edição Nº 2008

Sexta-feira - 03 de Junho de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Consórcios

AGIR	582
CIMCATARINA	585
CIS/AMURC	585

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 061/2016

DECRETO Nº 061/2016 – DE 31 DE MAIO DE 2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.399, de 09 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.399 de 09 de dezembro de 2015, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.279,09 (dois mil duzentos e setenta e nove reais e nove centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para aplicação do superávit exercício 2015 PNATE.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.0686/178 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

03 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0010.2.025 ATENDIMENTO A PROJETOS DO FNDE – PNATE E OUTROS

3.3.90.00.00.0686/178 Aplicações Diretas.....

..... R\$ 2.279,09

TOTAL

..... R\$ 2.279,09

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 31 de maio de 2016

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.427/2016

LEI Nº 2.427/2016 - DE 30 DE MAIO DE 2016

“AUTORIZA A BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a baixa no Patrimônio do Município dos seguintes bens que, por natureza, utilidade e estado de conservação, foram considerados inservíveis:

Nº	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
4853	ESTABILIZADOR ENERMAX
4854	ESTABILIZADOR ENERMAX
4857	ESTABILIZADOR ENERMAX
5833	CADEIRA PROFESSOR C/ ESTRUTURA CINZA ACENTO PLÁSTICO CINZA
5842	CARTEIRA ESCOLAR EST.CINZA E DETALHES AMARELO
5866	CARTEIRA ESCOLAR EST.CINZA E DETALHES AMARELO
5870	CARTEIRA ESCOLAR EST.CINZA E DETALHES AMARELO
5894	CARTEIRA ESCOLAR EST.CINZA E DETALHES AMARELO
5815	CADEIRA ESCOLAR EST.CINZA E ASSENTO PLÁSTICO AMARELO
5929	CARTEIRA ESCOLAR EST.CINZA E DETALHES AMARELO
5931	CARTEIRA ESCOLAR EST.CINZA E DETALHES AMARELO
4638	CADEIRA PRÉ- ESCOLAR EM FÓRMICA
4639	CADEIRA PRÉ- ESCOLAR EM FÓRMICA
5713	CARTEIRA ESCOLAR EST.CINZA E DETALHES AMARELO
5714	CARTEIRA ESCOLAR EST.CINZA E DETALHES AMARELO
5746	CADEIRA ESCOLAR EST.CINZA E ASSENTO PLÁSTICO AMARELO
5457	MESA PARA PROFESSOR C/ ESTRUTURA CINZA MDF
5459	MESA PARA PROFESSOR C/ ESTRUTURA CINZA MDF
5460	MESA PARA PROFESSOR C/ ESTRUTURA CINZA MDF
5461	MESA PARA PROFESSOR C/ ESTRUTURA CINZA MDF
5462	CADEIRA PROFESSOR C/ ESCRUTURA CINZA E ASSENTO PLÁSTICO CINZA
	GABINETE PREFEITO
3736	NOBREAK SMS NETSTARION
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
4650	WATT SOM PRH 620 PROFESSIONAL MULTI-USE HEAD(AMPLIFICADOR)
4651	PORTA BANDEIRA
3858	IMPRESSORA MATRICIAL OLIVETTI DM 209L
	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2236	APARELHO DE SOM MINI SISTEM MARCA DIPLOMAT
4376	MESA PARA ESCRITÓRIO MDF BEGE
4220	ARMÁRIO EM MDF BEGE 2 PORTAS COM CHAVE
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3939	NOBREAK NHS COMPACT PLUS III
1614	BALCÃO EM FÓRMICA BRANCA 4 PORTAS E MACA ESTOFADA CORVIN PRETO
1739	MACA EM FERRO BRANCA
1741	VENTILADOR DE COLUNA HILTEC
1744	NOBREAK ENERMAX YUPE
6503	NOBREAK 1200 VA RAGTECH
6944	NOBREAK INITER ENERGIA NWS 1200B
6571	MONITOR LED 18.5 LG SAMSUNG
1963	MONITOR 17 POL. LCD SAMSUNG
1980	COMPRESSOR DE AR ODONTOLÓGICO SCHULZ 30 LITROS MOTOR 1 HP BRANCO
1981	COMPRESSOR DE AR SCHUTZ PRESSÃO MÁXIMA 120 LB POL20.5 CV COR AZUL
1988	ESTANTE EM AÇO C/ 6 PRATELEIRAS

1991	ARMÁRIO EM AÇO C/ 2 PORTAS C/ CHAVE
------	-------------------------------------

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de maio de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito

LEI Nº 2.428/2016

LEI Nº 2.428/2016 - DE 31 DE MAIO DE 2016

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, ATRAVÉS DA CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA, A REALIZAR A REMOÇÃO DE VEÍCULOS ABANDONADOS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os Municípios que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, através da concessionária autorizada, a realizar a remoção de veículos abandonados em logradouros públicos no perímetro urbano do Município de Água Doce.

Art. 2º. A Administração Municipal, através da Diretoria Municipal de Trânsito de Água Doce, ao tomar conhecimento da existência de veículo automotor de qualquer natureza que, há pelo menos 3 (três) dias consecutivos, encontra-se abandonado em logradouro no perímetro urbano do Município, afixará nele um comunicado convocando o respectivo proprietário ou responsável a removê-lo do local.

§ 1º. Considera-se abandonado, para fins deste artigo, o veículo automotor ou carcaça que apresentar, no mínimo, um dos seguintes requisitos:

- a) Evidente estado de decomposição, ainda que coberto com capa de material sintético;
- b) Não possuir placa de identificação obrigatória;
- c) Estar impossibilitado de deslocamento com segurança pelos próprios meios;
- d) Em visível mau estado de conservação, carroceria com evidentes sinais de colisão ou objeto de vandalismo ou depreciação voluntária;
- e) Oferecer risco à segurança e/ou à saúde dos munícipes.

§ 2º. O tempo de abandono do veículo será contado a partir de denúncia oriunda de agente e ou autoridade da polícia militar ou civil, ou ainda de conhecimento por qualquer um dos membros da Diretoria Municipal de Trânsito de Água Doce.

§ 3º. Caso o veículo não possua placas de identificação para a devida notificação, a remoção será imediata.

Art. 3º. Se completados 7 (sete) dias consecutivos de abandono, sem que o proprietário ou responsável tenha tomado as devidas providências referentes à sua remoção, deverá o veículo automotor ser guinchado e recolhido para o depósito oficial do Município.

§ 1º. Após o recolhimento do veículo automotor, caberá a Diretoria Municipal de Trânsito de Água Doce tomar as medidas necessárias para a identificação do respectivo proprietário ou responsável, aplicando-se, para tanto, as normas legais em vigor, que regulam a matéria.

§ 2º. Uma vez identificado, o proprietário ou responsável será notificado para resgatar o veículo abandonado, dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias, com o devido pagamento de preço público das despesas administrativas de remoção, guarda e depósito no pátio oficial, sem prejuízo das sanções legais, na forma da legislação em vigor.

Art. 4º. Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias, sem a reclamação apropriada e o pagamento do que for devido a Concessionária que efetuou a remoção, guarda e depósito do veículo e a outros entes federativos, o veículo será submetido a leilão público, para efeito de sua alienação, pelo valor mínimo de arrematação, cuja receita obtida será destinada aos cofres públicos.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce, 31 de maio de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.429/2016

LEI Nº 2.429/2016 – DE 31 DE MAIO DE 2016

“DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL E OS PROCEDIMENTOS PARA ACESSO AO SERVIÇO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS QUE PRODUZAM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, VEGETAL E BEBIDAS; CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL; DESTINA OS VALORES DE TAXAS, MULTAS QUE FOREM RELACIONADOS AO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL E A SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE AO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, NO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Esta Lei fixa normas de inspeção e de fiscalização sanitária, no Município de Água Doce, para a industrialização, o beneficiamento e a comercialização de bebidas e alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal, cria o Serviço de Inspeção Municipal – SIM, Cria o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural; Destina os valores de taxas, multas que forem relacionados ao Serviço de Inspeção Municipal ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, e dá outras providências.

Parágrafo único – Esta Lei está em conformidade às Leis Federais nº 7.889/1989, nº 9.712/1998 e nº 11.326/ 2006 e ao Decreto Federal nº 5.741/2006, que constituiu e regulamentou o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e suas alterações; Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990; Legislações provenientes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC; Legislações pertinentes do Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Trabalho, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO.

Artigo 2º - Fica instituído o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural – FMDR, com o objetivo de implementar ações destinadas a uma adequada gestão dos recursos oriundos da produção dos produtos de origem animal, vegetal, bebidas e outras taxas, recursos ou multas, para a manutenção, melhoria, capacitações, cursos,

educação sanitária, defesa agropecuária e ações sociais de forma a garantir um desenvolvimento integrado e sustentável e a elevação da qualidade de vida da população local.

§ 1º – Constituirão recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural:

- I – dotações orçamentárias municipais a ele destinadas;
- II – créditos adicionais suplementares a ele destinados;
- III – produto de multas impostas por infração à legislação municipal de produtos de origem animal, vegetal e bebidas;
- IV – recursos oriundos do Governo Estadual e Federal;
- V – doações de pessoas físicas e jurídicas;
- VI – doações de entidades públicas e/ou privadas, nacionais e internacionais;
- VII – recursos oriundos de acordos, contratos, consórcios e convênios;
- VIII – rendimentos obtidos com a aplicação de seu próprio patrimônio;
- IX – indenizações decorrentes de cobranças judiciais e extrajudiciais;
- X – outras receitas eventuais.

§ 2º – As receitas descritas neste artigo serão depositadas em conta específica do Fundo, mantida em instituição financeira oficial, instalada no Município.

§ 3º – Os recursos do fundo poderão ser aplicados no mercado de capitais, quando não estiverem sendo utilizados na consecução de suas finalidades, objetivando o aumento de suas receitas, cujos resultados serão revertidos a ele.

§ 4º – Compete ao Conselho Municipal de Agricultura estabelecer as diretrizes, prioridades e programas de alocação dos recursos do Fundo, em conformidade com esta lei, com a Política Municipal.

§ 5º – O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural - FMDR será administrado pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, responsável pela gestão da agricultura no Município, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho Municipal de Agricultura.

§ 6º – O Conselho Municipal de Agricultura, editará resolução estabelecendo os termos de referência, os documentos obrigatórios, a forma e os procedimentos para apresentação e aprovação de projetos a serem apoiados pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural - FMDR, assim como a forma, o conteúdo e a periodicidade dos relatórios financeiros e de atividades.

Artigo 3º - A inspeção sanitária das bebidas e alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal refere-se ao processo sistemático de acompanhamento, avaliação e controle sanitário, compreendido da matéria-prima até a elaboração do produto final e será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Água Doce.

Artigo 4º – Caberá ao Serviço de Inspeção do Município de Água Doce, dentro de sua jurisdição, a responsabilidade das atividades de inspeção sanitária de produtos de origem animal e vegetal, e auxílio à defesa sanitária agropecuária.

§ 1º – A Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Água Doce atuará em parceria com os demais municípios através do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC, em cooperação técnica com o Estado de Santa Catarina e a União para facilitar o desenvolvimento de atividades relativas à inspeção, fiscalização e defesa sanitária, em consonância ao SUASA.

§ 2º – Após a adesão do Serviço de Inspeção Municipal – SIM ao Sistema Brasileiro de Inspeção - SISBI, os estabelecimentos

habilitados poderão comercializar seus produtos em todo o território nacional.

§ 3º – O Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC é o responsável pela adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção – SISBI de municípios e pelos estabelecimentos que quiserem aderir ao Sistema.

§ 4º – O Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC atuará na coordenação, auditoria e supervisão do Serviço de Inspeção Municipal, atuando também como um colaborador aos Serviços, quando houver necessidade.

Artigo 5º - Estão sujeitos à inspeção prevista nesta lei:

- I - Carnes e seus derivados;
- II - Leite e seus derivados;
- III - Mel e seus derivados;
- IV - Ovos e seus derivados;
- V - Pescado e seus derivados;
- VI - Frutas, hortaliças e seus subprodutos;
- VII - Cereais e seus subprodutos;
- VIII - Bebidas; e
- IX - Outros produtos de origem animal e vegetal.

§ 1º – A inspeção e fiscalização sanitária se dará:

- I - nos estabelecimentos que recebem matérias-primas, produtos, sub-produtos e seus derivados, de origem animal e vegetal para beneficiamento ou industrialização, com o objetivo de obtenção de alimentos e bebidas para comercialização, excluídos restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares;
- II - nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas de origem animal e vegetal, em caráter complementar e com a parceria da defesa sanitária animal e vegetal, para identificar as causas de problemas sanitários apurados na matéria-prima e/ou nos produtos no estabelecimento industrial.

§ 2º – A Inspeção Municipal, depois de instalada, pode ser executada de forma permanente ou periódica.

I – A inspeção deve ser executada obrigatoriamente de forma permanente nos estabelecimentos durante o abate das diferentes espécies animais. Entende-se por espécies animais de abate, os animais domésticos de produção, silvestres e exóticos criados em cativeiros ou provenientes de áreas de reserva legal e de manejo sustentável.

II – Nos demais estabelecimentos previstos nesta Lei a inspeção será executada de forma periódica. Os estabelecimentos com inspeção periódica terão a frequência de execução de inspeção estabelecida, considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos, o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e do desempenho de cada estabelecimento, em função da implementação dos programas de autocontrole.

§ 3º – A inspeção sanitária é um serviço oficial, devendo ser executada por funcionário público concursado e devidamente habilitado para a área afim, do quadro da Secretaria de Agricultura do Município de Água Doce.

§ 4º – Os servidores públicos concursados designados para integrar a equipe responsável pela inspeção e fiscalização sanitária terão suas funções estabelecidas na forma do regulamento desta lei, por Instruções Normativas do CPIMMOC e da legislação Estadual e Federal vigentes, em consonância com as atribuições da categoria profissional estabelecidas pelo Conselho de Classe.

Artigo 6º - Nos casos de emergência em que ocorra risco a saúde ou ao abastecimento público, a Prefeitura Municipal de Água Doce deverá contratar Médico Veterinário, nos termos do Artigo 37 inciso IX da Constituição Federal para, atender o serviço de inspeção prévia e de fiscalização, por tempo não superior a seis (06) meses.

Parágrafo único – A contratação será autorizada pelo Prefeito Municipal que fixará, a remuneração do contratado em nível compatível com o mercado de trabalho e dentro do recurso orçamentário disponível.

Artigo 7º - Os princípios a serem seguidos na presente Lei são:

- I – Promover a preservação da saúde humana e do meio ambiente;
- II – Ter o foco de atuação a qualidade sanitária dos produtos finais;
- III – Promover o processo educativo permanente e continuado para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assegurando a máxima participação do governo, da sociedade civil, de agroindústrias, dos consumidores e das comunidades técnicas e científicas nos sistemas de inspeção;
- IV – Auxiliar na defesa sanitária animal e vegetal, notificando possíveis focos de doenças de importância à saúde pública, ao órgão oficial competente;
- V – Promover o bem-estar animal.

Artigo 8º – Para acesso ao Serviço de Inspeção Municipal – SIM o estabelecimento deverá apresentar requerimento dirigido ao responsável da Secretaria de Agricultura, solicitando a inspeção e atendendo a toda documentação exigida pelo processo de registro.

§ 1º – Os estabelecimentos já existentes para se adequarem a esta lei, deverão apresentar os respectivos projetos para aprovação do registro no SIM.

§ 2º – Deverá ser submetido à aprovação do SIM todo e qualquer projeto visando à construção, instalação, reforma ou ampliação do estabelecimento.

§ 3º – O Serviço de Inspeção Municipal começará a atuar no estabelecimento após a conclusão das obras e instalação dos equipamentos.

§ 4º – Estabelecimentos que migrarem do Serviço de Inspeção Estadual ou Federal para o Serviço de Inspeção Municipal seguirão os mesmos processos de obtenção do SIM.

Artigo 9º – As instalações do estabelecimento processador de alimentos obedecerão preceitos mínimos de construção, equipamentos e práticas de fabricação, e sua especificação será estabelecida pela regulamentação desta lei e do CPIMMOC.

Artigo 10 – O Serviço de Inspeção Municipal respeitará as especificidades dos diferentes tipos de produtos e das diferentes escalas de produção, incluindo o estabelecimento agroindustrial de pequeno porte.

Parágrafo único – Entende-se por estabelecimento agroindustrial de pequeno porte, o estabelecimento de agricultores familiares ou de produtor rural, de forma individual ou coletiva, com área útil construída não superior a duzentos e cinquenta metros quadrados (250m²), dispondo de instalações para abate e/ou industrialização de animais produtores de carne e seus derivados, processamento de pescado e seus derivados, processamento de leite e seus derivados, processamento de ovos e seus derivados, processamento de produtos das abelhas e seus derivados, frutas, hortaliças e seus subprodutos, cereais e seus subprodutos, bebidas e outros produtos de origem animal e vegetal.

Artigo 11 – A matéria-prima, os animais, os produtos, os subprodutos deverão seguir padrões de sanidade e fabricação definidos em regulamento, portarias, instruções normativas e manuais específicos.

Artigo 12 – A fiscalização sanitária refere-se ao controle sanitário das bebidas e produtos alimentícios de origem animal e vegetal

após a etapa de elaboração, compreendido na armazenagem, no transporte, na distribuição e na comercialização até o consumo final e será de responsabilidade da Vigilância Sanitária do Município de Água Doce, incluídos restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares e se dará em consonância ao estabelecido na Lei Orgânica da Saúde nº 8.080/1990.

Artigo 13 – Todas as ações da inspeção e da fiscalização sanitária serão executadas visando à segurança alimentar e a educação sanitária, buscando o comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva agropecuária e da sociedade em geral, no cumprimento de normas e regulamentos estabelecidos pelo Serviço de Inspeção e pela Vigilância Sanitária do Município e pelo CPIMMOC em consonância com a legislação vigente.

§ 1º – Para tanto, buscar-se-á a cooperação com as demais instâncias do SUASA, instituições públicas e privadas de ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º – A inspeção e a fiscalização sanitária serão desenvolvidas em sintonia, evitando-se superposições, paralelismos e duplicidade entre a inspeção e fiscalização sanitária.

Artigo 14 – A segurança alimentar e nutricional abrange a produção, o processamento e a industrialização, a comercialização, a distribuição, o consumo de alimento seguro, a utilização biológica dos alimentos – incluindo-se a água e as sementes – e sua relação holística com o desenvolvimento humano, a informação e a biodiversidade.

Artigo 15 – O Conselho Municipal de Agricultura será a instância de discussão, sugestão e aprovação do Plano Municipal de Inspeção, de Projetos e outros assuntos ligados ao serviço de inspeção sanitária.

Artigo 16 – Será criado um sistema de informações sobre todo o trabalho e procedimentos de inspeção sanitária, gerando registros auditáveis.

Parágrafo único – É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura a alimentação e manutenção do sistema de informações sobre a inspeção sanitária do município.

Artigo 17 - Os recursos financeiros necessários à implementação da presente Lei e do Serviço de Inspeção Municipal serão fornecidos pelas verbas alocadas na Secretaria Municipal de Agricultura, constantes no Orçamento do Município e ou no contrato de rateio do CPIMMOC, da cobrança de tarifas pelos serviços prestados junto aos estabelecimentos assistidos e de recursos das demais instâncias do SUASA.

§ 1º – O Decreto 5.741/2006 estabelece em seu artigo 126 a possibilidade das instâncias do SUASA afixarem com base em legislação própria a cobrança de tarifas pelos serviços que prestam. Os recursos arrecadados serão destinados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural e utilizados especificamente para as ações e projetos voltados à inspeção sanitária.

§ 2º – As tarifas pelos serviços de inspeção municipal passam a vigorar de acordo com o anexo único da presente lei.

§ 3º – Os valores das tarifas poderão ser reajustados através de decreto do executivo municipal.

Artigo 18 - Fica estabelecida pela presente lei a tabela de cobrança de tarifas pelos serviços de inspeção e fiscalização do Município de Água Doce.

Parágrafo único – Ficam isentos do pagamento das tarifas pelos

serviços de inspeção e fiscalização produtos oriundos de projetos sociais e de estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte.

Artigo 19 - Os casos omissos ou de dúvidas que surgirem na execução da presente Lei, bem como a sua regulamentação, serão resolvidos através de instrumentos legais baixados pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, após debatido no Conselho Municipal de Agricultura e pelo Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC..

Artigo 20 - As infrações às normas previstas nesta Lei e Decreto próprio serão punidas, isolada ou cumulativamente, com as seguintes sanções, sem prejuízo de natureza cível e penal cabível:

I – Advertência quando o infrator for primário ou não tiver agido de má fé;

II – Multa de meio a quatro salários mínimos aos infratores da presente Lei e em dobro quando da reincidência. Os valores arrecadados serão destinados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural e utilizados especificamente para as ações e projetos voltados à inspeção sanitária.

III – Apreensão ou inutilização de matéria-prima, ingredientes e produtos elaborados – quando não se apresentarem dentro dos padrões higiênico-sanitários, físico-químicos e microbiológicos adequados à sua finalidade ou quando forem adulterados;

IV – Suspensão das atividades do estabelecimento quando causarem risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária, ou no caso de o proprietário dificultar a ação fiscalizadora;

V – Interdição total ou parcial do estabelecimento quando a infração consistir na falsificação, adulteração ou fraude de produtos ou se verificar a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas, sendo que:

§ 1º – A interdição poderá ser levantada após o atendimento das exigências que motivaram a sanção;

§ 2º – Se a interdição não for levantada nos termos da alínea anterior, decorridos seis meses será cancelado o respectivo registro.

VI – Incluem-se entre as infrações previstas nesta lei:

§ 1º – Atos que procurem embarçar as ações dos servidores do SIM/SISBI, no exercício de suas funções, visando impedir, dificultar ou burlar os trabalhos da fiscalização;

§ 2º – Desacato, suborno ou simples tentativa;

§ 3º – Informações inexatas sobre dados estatísticos referentes à quantidade, qualidade e procedência da matéria prima, dos produtos e insumos;

§ 4º – Qualquer sonegação que seja feita sobre assunto que ireta ou indiretamente interesse ao SIM ou SIM/SISBI.

Artigo 21 - As multas previstas no artigo 19º poderão ser agravadas até o grau máximo (até 100 vezes o valor da multa) nos casos de: artifício, ardil, simulação, desacato, embaraço, ou resistência à ação fiscal, levando-se em conta, além das circunstâncias atenuantes ou agravantes, a situação econômico-financeira do infrator, os meios a seu alcance para cumprir a lei ou; o os casos em que o volume da produção do infrator faça prever que a punição será ineficaz.

§ 1º – As multas a que se refere a presente lei serão aplicadas sem prejuízo de outras que, por lei, possam ser impostas por

autoridades de saúde pública ou policiais.

§ 2º – Auto de infração deve ser lavrado pelo médico veterinário responsável pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Artigo 22 - As penalidades serão impostas pelo SIM, cabendo recurso à Secretaria de Agricultura na forma regulamentar, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Artigo 23 - Ficam revogadas as disposições em contrário a esta Lei.

Artigo 24 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias a contar da data de sua publicação.

Artigo 25 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 31 de maio de 2016.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

“ANEXO ÚNICO”

Tarifas do Serviço de Inspeção Municipal

1 – FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DA PRODUÇÃO DE:	UNIDADE	VALOR
Bovinos: Para abate	Cabeça	R\$ 1,50
Suínos: Para abate	Cabeça	R\$ 0,50
Ovinos e Caprinos: Para abate	Cabeça	R\$ 0,50
Aves: Para abate	Cabeça	R\$ 0,05
Peixes: Para abate	Cabeço	R\$ 0,05
Coelhos: Para abate	Cabeça	R\$ 0,10
Animais exóticos (javali, ema, outros): Para abate	Cabeça	R\$ 0,50
2– FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DE SUBPRODUTOS:	UNIDADE	VALOR
Carnes e seus derivados	Centena de quilos	R\$ 0,50
Leite e seus derivados	Centena de litros	R\$ 0,50
Mel e seus derivados	Centena de quilos	R\$ 0,50
Ovos e seus derivados	Centena	R\$ 0,50
Pescado e seus derivados	Centena de quilos	R\$ 0,50
3 – EMISSÃO DO TÍTULO DE REGISTRO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL	Estabelecimento	R\$ 100,00
4 – TAXA ANUAL DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (TAL)	Estabelecimento	R\$ 50,00

PORTARIA 138/2016

PORTARIA Nº 138/2016 de 02 de junho de 2016

“EXONERA DO CARGO DE MOTORISTA POR MOTIVO DE APOSENTADORIA O SERVIDOR QUE MENCIONA ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

revogando-se as disposições em contrário.

Artigo 1º Exonerar o funcionário DALCI ANTONIO PEREIRA DE SOUZA, inscrito sob CPF nº 425.724.609-04, ocupante do cargo efetivo de Motorista, a partir de 02/06/2016, pelo motivo de ter sido concedida aposentadoria, conforme documento da Previdência Social em anexo, protocolo nº 333/2016.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de junho de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

Prefeitura de Água Doce, 02 de junho de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 139/2016

PORTARIA Nº 139/2016 de 02 de junho de 2016

“EXONERAR A PEDIDO DO CARGO DE SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA O SERVIDOR QUE MENCIONA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar a pedido, a servidora JUCIANA SOUZA DE ARAUJO SOARES, brasileira, inscrita no CPF sob Nº 016.393.309-09, ocupante do cargo de Secretária de Administração e Fazenda, em 02/06/2016, conforme pedido em anexo, protocolo nº 336/2016.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de junho de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 140/2016

PORTARIA Nº 140/2016 de 02 de junho de 2016

“EXONERAR A PEDIDO DO CARGO DE ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E IMPRENSA O SERVIDOR QUE MENCIONA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar a pedido, a servidora LUCIANI CRISTINA ALVES, brasileira, inscrita no CPF sob Nº 024.141.529-23, ocupante do cargo de Assessoria de Comunicação Social e Imprensa, em 02/06/2016, conforme pedido em anexo, protocolo nº 338/2016.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Alto Bela Vista

PREFEITURA

PORTARIA Nº 067 DE 30 DE MAIO DE 2016

HOMOLOGA RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, DESIGNA PELA PORTARIA Nº 054/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologado o Relatório Final apresentado pela Comissão de Sindicância instituída pela Portaria nº 054/2016.

Art. 2º Determina o arquivamento dos autos de Sindicância instituída pela Portaria nº 054/2016.

Art. 3º Determina o encaminhamento de cópia dos autos de Sindicância instituída pela Portaria nº 054/2016 ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 30 de maio de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

HOMOLOGA O RESULTADO PRELIMINAR DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

DECRETO Nº 094/2016, DE 25 DE MAIO DE 2016.

HOMOLOGA O RESULTADO PRELIMINAR DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Preliminar (Antes dos Recursos) referente ao Concurso Público n. 001/2016 da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, conforme segue:

**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF II (MICRO ÁREA 13) Modalidade A								
C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
3	306069	Daiana Orlan	23/06/1988	6,65	1,40	0,80	8,85	1º
4	309439	Marlete Mattanna Slaviero	03/04/1977	5,25	1,20	0,80	7,25	2º
2	299648	Patricia Lucian	27/12/1990	4,55	0,80	0,40	5,75	3º
1	313266	Nanci Maria Guth Vidori	17/11/1973	3,50	0,40	0,40	4,30	Desc.
AUXILIAR ADMINISTRATIVO Modalidade A								
C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
10	302218	Fagner Vinicius Salvi	19/06/1982	5,95	1,40	0,40	7,75	1º
6	312987	Fernanda Regina Flach Prevedello	23/01/1983	5,95	0,40	0,80	7,15	2º
13	312810	Franciani A. Freitas Pinotti	29/03/1992	4,55	1,00	0,60	6,15	3º
19	313038	Isabel Schenkel Lago	02/03/1995	4,55	1,00	0,60	6,15	4º
8	313134	Guilherme Sikorski Bisol	19/11/1997	4,55	0,60	0,60	5,75	5º
20	311769	Lucelia A. Foschiera Brancher	12/10/1986	4,90	0,00	0,80	5,70	6º
14	313258	Carolina Schneider	22/04/1995	3,50	1,20	1,00	5,70	7º
7	302743	Adiles Cazuni	17/04/1984	4,20	0,40	0,80	5,40	8º
18	312159	Daniele Wolff	29/06/1998	4,55	0,20	0,60	5,35	9º
9	313136	Ana Julia Provin	15/11/1996	3,50	0,60	0,80	4,90	Desc.
21	313186	Caroline Da Costa	02/05/1996	3,85	0,60	0,40	4,85	Desc.
16	310530	Ana Paula Negri	13/11/1987	3,50	0,40	0,60	4,50	Desc.
15	313161	Daiana Longhini	02/08/1986	3,15	0,60	0,60	4,35	Desc.
11	311958	Josias Dos Santos Ferreira	11/09/1995	3,50	0,00	0,60	4,10	Desc.
12	309689	Mayara Prevedello	21/12/1995	3,15	0,20	0,60	3,95	Desc.
22	310302	Vanira Suzana Moresco	05/12/1987	2,80	0,20	0,20	3,20	Desc.
17	309107	Aline De Fatima Gasparetto	06/11/1997	1,75	0,20	0,20	2,15	Desc.
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS Modalidade A								
C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
42	312807	Deoclesia Brasil	06/05/1988	6,30	1,00	0,60	7,90	1º
45	313109	Dilvete Brancher Garlet	02/12/1981	5,60	1,20	0,80	7,60	2º
26	311923	Fabiane De Abreu	23/12/1996	5,60	0,80	0,80	7,20	3º
29	313196	Elenir Schio	06/09/1981	5,60	0,60	0,60	6,80	4º
67	312651	Lidiani Zuppa Somavilla	19/10/1982	5,60	0,40	0,80	6,80	5º
44	310689	Elci Ines Diehl Stefanello	15/09/1970	5,25	0,80	0,60	6,65	6º

55	311829	Marlei Diana Hoffelder Brancher	15/07/1983	5,60	0,60	0,20	6,40	7º
65	303308	Taina Lagni Gaspar	27/12/1997	4,90	0,80	0,60	6,30	8º
68	311587	Juliana Do Amaral	09/06/1998	5,25	0,80	0,20	6,25	9º
57	310979	Skarletty Vaz Jovanase	04/09/1997	5,60	0,40	0,20	6,20	10º
66	313025	Juliana Marisa Negri Schaeffer	08/04/1996	4,90	1,00	0,20	6,10	11º
63	309769	Maristela P. Franca De Bortoli	01/10/1985	4,20	1,00	0,40	5,60	12º
56	312000	Marivane De Aguiar Brancher	22/06/1997	4,20	0,80	0,40	5,40	13º
25	303977	Carlos Miguel Parisotto	06/07/1996	4,55	0,80	0,00	5,35	14º
51	306407	Viviane Da Silva Fernandes	25/07/1980	4,55	0,00	0,60	5,15	15º
60	312896	Marisete Graff	26/09/1986	3,85	1,00	0,20	5,05	16º
27	313237	Ediane Crestani	10/06/1998	3,85	0,40	0,80	5,05	17º
64	310320	Patricia Diniz Batista	19/10/1986	4,20	0,60	0,20	5,00	18º
52	312313	Marivete Dos Santos Dalmoro	04/07/1979	4,20	0,40	0,40	5,00	19º
41	310187	Damaris Da Rosa	05/08/1997	3,85	0,60	0,40	4,85	Desc.
58	311751	Jussara Wanzing Lima	29/04/1988	3,50	0,60	0,40	4,50	Desc.
31	306479	Adrejane De Souza Machado	02/02/1987	3,85	0,40	0,20	4,45	Desc.
61	308983	Leandra Roscete Garlet	27/09/1972	2,80	0,80	0,80	4,40	Desc.
48	309520	Lenice De Lima	26/06/1988	3,50	0,60	0,20	4,30	Desc.
50	302165	Tatiana Carine Langhini	26/04/1996	3,15	0,80	0,20	4,15	Desc.
54	312011	Silvamar Mllmann	08/09/1989	2,80	0,80	0,40	4,00	Desc.
53	310831	Pierina Da Conceicao Scwirke	29/06/1960	3,15	0,20	0,60	3,95	Desc.
28	313201	Diego Paulo Regert	05/07/1993	3,15	0,20	0,60	3,95	Desc.
40	305404	Eloa Aparecida Roth Perin	13/07/1968	2,80	0,60	0,40	3,80	Desc.
43	312162	Ivanir De Souza	11/06/1974	2,80	0,40	0,60	3,80	Desc.
30	307445	Izadete Lemes	27/11/1982	2,45	0,60	0,60	3,65	Desc.
32	304024	Joselaine Dos Santos Freitas	13/10/1974	2,80	0,40	0,40	3,60	Desc.
49	309551	Marciane Teixeira Teles	17/01/1990	2,80	0,40	0,40	3,60	Desc.
39	306398	Eliane Canabarro De Lima	01/09/1995	2,80	0,20	0,40	3,40	Desc.
38	306400	Eliane Dias Rodrigues Da Rosa	26/08/1989	3,15	0,00	0,20	3,35	Desc.
24	309947	Carla Cassol	12/12/1992	2,10	0,40	0,40	2,90	Desc.
46	308553	Jaqueline Nunes De Oliveira	21/04/1992	1,75	0,40	0,60	2,75	Desc.
62	306960	Neiva Lucia Folgiarini Mapelli	06/02/1962	1,75	0,40	0,40	2,55	Desc.
59	300778	Solange Ril Wolfart	19/04/1984	1,05	0,80	0,40	2,25	Desc.

BIOQUÍMICO | Modalidade A

C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
72	309595	Thais Regina Garlet	24/01/1987	5,95	1,80	0,80	8,55	1º
71	311927	Francielle De Negri	26/07/1978	4,90	1,00	0,00	5,90	2º
75	311902	Juliana Cassol	04/05/1986	4,20	0,60	0,60	5,40	3º
77	310015	Caroline Paula Schwerz	13/03/1991	4,55	0,60	0,20	5,35	4º
76	311453	Taisa Paula Giacomini	14/01/1994	3,50	0,80	0,40	4,70	Desc.
74	312558	Gustavo Negri	12/01/1993	2,10	0,80	0,60	3,50	Desc.

ENGENHEIRO CIVIL | Modalidade A

C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
80	306055	Cezar Felipe Ferri	13/12/1989	4,20	1,20	0,80	6,20	1º
78	311702	Joao Everton Ruby	17/06/1989	4,55	1,20	0,40	6,15	2º
95	312197	Luiz Eduardo Cassol Daga	22/09/1993	3,85	1,60	0,60	6,05	3º
98	309539	Lucas Mazzoleni Pinto	17/11/1992	4,20	1,00	0,80	6,00	4º
105	313238	Alexsander Tome	28/08/1987	3,85	1,40	0,60	5,85	5º

97	306974	Doglas Atilio Rodrigues	04/07/1993	3,50	1,40	0,80	5,70	6º
82	300132	Alan Zanella	08/04/1993	3,85	0,80	1,00	5,65	7º
96	313055	Isabela Caroline Gagliotto Galvan	01/11/1994	3,85	0,80	1,00	5,65	8º
85	306798	Fernanda Naue	30/10/1991	4,20	0,80	0,60	5,60	9º
102	310743	Eduardo Jose Bordin Rupp	19/03/1992	3,50	1,40	0,60	5,50	10º
79	310982	Marilize Heberle	18/03/1994	3,50	1,40	0,60	5,50	11º
81	310535	Carolina Gass	03/10/1991	3,85	1,00	0,60	5,45	12º
101	303532	Karine Fernandes Brasil	13/08/1992	3,85	1,00	0,60	5,45	13º
94	309543	Douglas Jackson Pereira	09/11/1992	3,85	1,00	0,60	5,45	14º
83	312390	Iolanda Meier Lohmann	29/12/1993	4,20	0,80	0,40	5,40	15º
106	311976	Lucas Zanatta	22/01/1994	2,80	1,60	0,80	5,20	16º
103	312984	Marcelo Zanrosso	09/01/1983	3,85	0,40	0,80	5,05	17º
99	313264	Karios Roger Scapin	26/09/1988	3,15	1,00	0,80	4,95	Desc.
107	313027	Roger Raphael Rossi	14/03/1990	2,80	1,20	0,80	4,80	Desc.
104	301442	Ana Regina Rodrigues	29/10/1979	3,15	1,00	0,40	4,55	Desc.
93	305430	Andressa Karlini Ludwig	11/10/1994	2,10	1,20	0,80	4,10	Desc.
100	306004	Gustavo Wellinton Britz	02/07/1993	2,80	0,40	0,80	4,00	Desc.
84	313082	Thais Mara Casagrande	27/01/1992	2,45	0,80	0,40	3,65	Desc.

MÉDICO SAÚDE FAMÍLIA | Modalidade A

C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
119	312360	Laura Toledo Lago De Assuncao	17/08/1982	4,20	1,80	0,80	6,80	1º
118	309736	Wagner De Cesare	24/01/1989	4,20	1,60	0,80	6,60	2º
117	312980	Renan Lucas De Aquino	26/12/1987	4,90	1,00	0,40	6,30	3º
121	300490	Renan Prigol	24/04/1984	4,20	1,20	0,60	6,00	4º
112	310148	Leticia Tomazoni Gottardo	28/10/1992	3,50	1,80	0,40	5,70	5º
111	313075	Fernando Guaranha	04/06/1985	3,50	1,40	0,60	5,50	6º
113	311320	Antonio Batista De Siqueira	08/07/1974	4,20	0,60	0,40	5,20	7º
120	312482	Ricardo Andreski Moita	01/03/1956	3,15	1,00	0,60	4,75	Desc.
114	309297	Andressa Mitsuko Santos Kono	15/01/1987	3,50	0,60	0,40	4,50	Desc.

MECÂNICO | Modalidade A

C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
125	312023	Marcelo Graff	27/03/1984	4,90	1,00	1,00	6,90	1º
127	310651	Leandro Marcos Pessetto	09/08/1981	4,90	1,00	0,80	6,70	2º
128	312423	Leomir Thums	06/12/1988	4,55	0,80	1,00	6,35	3º
123	312021	Ederson Dos Santos	30/01/1983	4,90	0,80	0,60	6,30	4º
124	303280	Rafael Baccarin	01/04/1995	4,90	0,80	0,60	6,30	5º
122	309544	Ronaldo Dalberto	15/11/1989	4,55	1,00	0,00	5,55	6º
126	313092	Fabio Junior Mezzaroba	26/06/1995	3,15	0,80	0,60	4,55	Desc.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM | Modalidade A

C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
129	312342	Janice Treviso	16/07/1987	5,25	0,40	0,40	6,05	1º
131	308950	Fabiane Somera	23/02/1981	2,80	0,60	0,20	3,60	Desc.
130	312480	Cassiane Narciso	18/09/1994	3,15	0,20	0,20	3,55	Desc.

TESOUREIRO | Modalidade A

C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
157	311703	Robson Swirke	17/03/1986	4,55	1,20	1,00	6,75	1º

142	303786	Rafaela Somera Zago	22/09/1996	4,55	0,80	0,60	5,95	2º
138	302066	Monica Schaeffer	03/09/1996	4,55	0,60	0,80	5,95	3º
158	311849	Willian Ricardo Lamb	29/08/1990	4,20	0,80	0,80	5,80	4º
137	310582	Kelly Cristina Favretto Acorsi	01/03/1993	4,20	0,60	0,80	5,60	5º
156	303776	Cassiano Schneider	12/04/1991	2,80	1,60	1,00	5,40	6º
140	301796	Marcio Bedin	23/12/1989	4,20	0,20	0,80	5,20	7º
136	312015	Carine Ines Pelisser	06/01/1995	3,85	0,60	0,60	5,05	8º
133	307481	Ivanete Maria Gubert	27/08/1976	3,85	0,20	1,00	5,05	9º
151	311253	Lourdes Geremias	07/10/1996	4,20	0,00	0,80	5,00	10º
139	307002	Mateus Poloniato	22/07/1987	3,50	0,60	0,80	4,90	Desc.
159	309161	Sergion Klein	28/05/1987	3,50	0,40	1,00	4,90	Desc.
160	310170	Sabrina Feyh	08/04/1986	3,85	0,40	0,60	4,85	Desc.
155	313244	Jessica Maria De Campos	20/04/1991	4,20	0,40	0,00	4,60	Desc.
132	309237	Maradiane Izoton	05/02/1986	3,15	0,80	0,60	4,55	Desc.
162	300700	Sandra B. Dos Santos Scholtze	28/08/1976	3,50	0,20	0,80	4,50	Desc.
141	312982	Elio Jair Schio	05/05/1976	3,15	0,60	0,60	4,35	Desc.
134	302800	Mayara Regina Gomes Goncalves	01/05/1987	2,80	1,00	0,40	4,20	Desc.
143	309223	Lucimara Nunes Ribeiro Da Costa	08/07/1990	2,80	0,80	0,60	4,20	Desc.
152	311836	Ana Lucia Scantamburlo	06/10/1995	2,80	0,40	1,00	4,20	Desc.
163	311925	Sandra Regina Roth	10/05/1975	3,15	0,20	0,80	4,15	Desc.
144	313097	Idenes Maria Fiorentin Schena	12/02/1982	2,80	0,20	1,00	4,00	Desc.
153	308575	Marta Derossi Sigolin	25/01/1988	3,15	0,40	0,40	3,95	Desc.
154	298985	Lucas Stanquevisiki	18/06/1993	2,80	0,20	0,80	3,80	Desc.
161	312150	Rosangela Dondoefer Teixeira	16/03/1974	3,15	0,40	0,20	3,75	Desc.
150	311379	Natalia Pasqualon	24/12/1996	2,45	0,40	0,60	3,45	Desc.
135	313235	Giana Dieiniffer Eschembach	08/03/1997	2,45	0,20	0,60	3,25	Desc.

VIGIA | Modalidade A

C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
176	310793	Leandro Da Rosa	17/06/1989	5,60	1,20	1,00	7,80	1º
175	313152	Elivelton Durigon	03/11/1992	5,95	0,60	1,00	7,55	2º
173	307570	Laercio Ferreira De Macedo	13/08/1964	5,25	1,40	0,80	7,45	3º
171	308082	Daniel dos Santos Machado De Campos	15/02/1991	4,90	0,80	0,80	6,50	4º
167	311241	Lucas Santin	14/04/1997	3,85	1,20	0,80	5,85	5º
179	306397	Anderson Simioni Lemes	19/07/1994	4,20	0,60	1,00	5,80	6º
169	312814	Cleiton Pinotti Freitas	29/07/1991	4,20	0,60	0,40	5,20	7º
174	311223	Josemar Zucchi	13/03/1983	4,20	0,60	0,20	5,00	8º
172	312541	Alvaro Valentim Roscete	22/02/1966	3,15	0,60	0,40	4,15	Desc.
170	298853	Jair Da Fonseca	29/01/1979	3,15	0,60	0,20	3,95	Desc.
168	304128	Anderson Lago	18/09/1993	3,50	0,00	0,20	3,70	Desc.

Art. 2º. O prazo para interposição de recursos, no que tange ao Resultado Preliminar (Antes dos recursos), deverá ser interposto na forma prevista no item 15 do já citado edital, no período de 26 a 29 de maio de 2016, pelo site da AMEOSC: <http://www.ameosc.org.br/>

Art. 3º. Os desempates estão de acordo com o item 13 do Edital.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA - SC.

Em 25 de maio de 2016.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei, em 25 de maio de 2016.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

Antônio Carlos

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2016 - LISTA DOS CANDIDATOS APROVADOS

Estado de Santa Catarina
Município de Antônio Carlos
Chamamento Público Nº. 003/2016

LISTA DOS CANDIDATOS APROVADOS

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, homologa e torna pública a Lista de Candidatos Aprovados, Classificados, conforme estabelecido no Chamamento Público nº. 003/2016.

MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR

NOME	CRITÉRIO DESEMPATE
1. TAYNA SCHAPPO KREMER	MAIOR ESCOLARIDADE
2. ANA PAULA SCHVARTZ	**

Antônio Carlos, 03 de junho de 2016.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 094/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 094/2015; Origem: Processo Licitatório: nº 055/2015 - Dispensa de Licitação nº 005/2015. Contratante: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS. Contratada: BIBLIOSHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. ME; Objeto: o presente termo aditivo tem por objeto, prorrogar o prazo e reajustar o valor do presente contrato, que consiste na "Locação de sistema de software da Biblioteca Pública de Antônio Carlos, incluindo os serviços de hospedagem, manutenção e suporte técnico do software Webmarc utilizados para a rede de bibliotecas existentes do município."; Prazo Aditado: 12 (doze) meses. Novo vencimento: 02 de junho de 2017. Valor: O valor mensal passará a ser de R\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais), totalizando o valor anual de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Antônio Carlos, 02 de junho de 2016.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

PORTARIA N 220/2016

PORTARIA Nº 220/2016
Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor efetivo, LUCIO DA ROSA, ocupante do cargo de OFICIAL DE MANUTENÇÃO

E CONSERVAÇÃO, a partir de 06 de junho de 2016, relativo ao período aquisitivo de 08/05/2015 a 07/05/2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 02 de junho de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 03 de junho de 2016.

PORTARIA N 221/2016

PORTARIA Nº 221/2016
Concede Licença para Tratamento de Saúde

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA P/TRATAMENTO DE SAUDE, a servidora VALTRUDES JUNKES PRIM, ocupante do cargo efetivo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS – 20H, a partir de 19 de maio de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 02 de junho de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 03 de junho de 2016.

Atalanta

PREFEITURA

LEI Nº 1471/2016

LEI N.º 1471/2016

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 377.000,00 (Trezentos e setenta e sete mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
28.123.0016.2.006 – Amortização da Dívida Pública
3.2.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00

04.125.0007.2.047 – Manutenção das Atividades FUNREBOM
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

08.243.0079.2.048 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
26.782.0061.2.027 – Manutenção do Setor Rodoviário
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 – Aplicações Diretas
..... R\$ 180.000,00
15.452.0064.2.028 – Manutenção dos Serviços Urbanos
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0073.2.031 – Manutenção dos Serviços de Assistência Social
3.3.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00
08.244.0076.2.042 – Manutenção dos Serv. de Proteção e Atend. Integral a Família - PAIF
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0088.2.037 – Manutenção Consórcio Intermunicipal de Saúde - AMAVI
3.3.71.00.00.00.00.00.0082 – Transferências a Consórcios Públicos
..... R\$ 2.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00.0082 – Aplicação Direta Decor. de Op. entre Órgãos... R\$ 50.000,00

Art. 2º - Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º

desta Lei.

Art. 3º - Os créditos abertos por esta Lei correrão por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.361.0040.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
..... R\$ 147.000,00

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
26.782.0061.2.027 – Manutenção do Setor Rodoviário
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

08.00 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE
08.01 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE
23.695.0082.1.014 – Construção de Galpão Multiuso
4.4.90.00.00.00.00.00.0112 – Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00
23.695.0034.2.013 – Realização de Promoções e Eventos
3.3.90.00.00.00.00.00.0112 – Aplicações Diretas
..... R\$ 80.000,00

07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.243.0076.2.030 – Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC) 30 de maio de 2016.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA PREGÃO 09/2016 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2016 - FME
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016 – FME
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2016- FME

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de camisetas, coletes e batas de limpeza para as auxiliares de serviços gerais das unidades de ensino da rede municipal, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Empresas Participantes Habilitadas:

TEXTIL BRASIL IND E COM DE CONFECÇÕES LTDA - ME Total do Fornecedor: R\$34.600,00

Balneário Piçarras(SC), 31 de maio de 2016.

Laureci Bernadete Schneider Pereira – Gestora do Fundo Municipal de Educação

ATA PREGÃO 10/2016 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2016 -FME
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016- FME
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2016-FME

1.0. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de pneus, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. Empresas Participantes Habilitadas:

CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA. Total do Fornecedor: R\$60.032,00

Balneário Piçarras(SC), 24 de maio de 2016.

Laureci Bernadete Schneider Pereira – Gestora do Fundo Municipal de Educação

CONTRATO 21/2016 PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO
CONTRATO Nº 021/2016/PMBP de 08/05/2016
DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº006/2015-PM-BP

REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2015

MODALIDADE Pregão Presencial nº 011/2015

Contrato originário da licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, para a prestação de serviços de locação de veículos automotores para transporte de pessoas e pequenas cargas no território do Município de Balneário Piçarras.

Este contrato será regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de

junho de 1993, com suas alterações posteriores

Vigência 12 meses

RIVEL VEICULOS LTDA – R\$ 7.000,00

Balneário Piçarras(SC), 8 de maio de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2016 - FME PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016 - FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2016 - FME
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016 - FME

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por item, para aquisição mobiliário para os Centros de Educação Infantil e Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino. Recebimento dos Envelopes até: 23/06/2016 às 14h. Data da Sessão Pública: 23/06/2016 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicararras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 02 de junho de 2016. Laureci Bernadete Schneider Pereira – Secretaria de Educação.

TERMO ADITIVO 001/2016 CONTRATO Nº 08/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO
TERMO ADITIVO 001/2016

CONTRATO Nº 08/2016-FME DE 17/03/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016-FME

CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 01/2016 - FME

HOMOLOGADO EM 17/03/2016

O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia para CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CENTRO, MODELO PROINFANCIA TIPO 1, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto e demais Anexos deste Edital, mediante o regime de empreitada por preço Global.

Empresas Participantes Habilitadas:

THOME EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

- Fica suprimido o valor do contrato em R\$ 161.609,25 (cento e sessenta e um mil, seiscentos e nove reais e vinte e cinco centavos.)

- Fica acrescido o valor do em R\$ 231.552,41 (duzentos e trinta e um mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e quarenta e um centavos.)

Balneário Piçarras(SC), 25 de maio de 2016.

Laureci Bernadete Schneider Pereira – Gestora do Fundo Municipal de Educação

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº019/FMS/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº. 019/FMS/2016

OBJETIVO: O Município de Balneário Rincão torna público que procedeu, na forma do artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Dispensa de Licitação aquisição de medicamento para o paciente Jucenir Constantino Neves, por força da antecipação de tutela constante nos autos do processo 028.2016/003173-3.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: IÇARAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME

VIGENCIA: 60 (Sessenta) dias

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso IV, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 31/05/2016, por Renata C. Zaccaron – Secretária de Saúde.

RATIFICAÇÃO: em 31/05/2016, por Décio Gomes Góes - Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Balneário Rincão, 31 de Maio de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PORTARIA GP Nº. 008/2016

PORTARIA GP Nº. 008/2016 de 02 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 84, inciso VI, em conformidade com a Lei Municipal nº. 01/2013, resolve:

EXONERAR; OLÍRIO JOSÉ LINO, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº. 077.410.309-49, RG nº. 234.952, do cargo de DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE, do Município de Balneário Rincão.

Balneário Rincão, 02 de junho de 2016.

Publicada no Paço Municipal em 02 de junho de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Décio Gomes Góes

Prefeito Municipal

Barra Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 857/2016. PROCEDE A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES ATÉ A IMPORTÂNCIA DE R\$ 49.996,46 (QUARENTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS) NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, PARA A EXECUÇÃO DO CONVÊNIO CONFORME PROPOSTA SIG

DECRETO Nº 857/2016.

Procede a abertura de créditos adicionais suplementares até a importância de R\$ 49.996,46 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e seis reais e quarenta e seis centavos) no orçamento da prefeitura municipal de barra bonita, para a execução do convênio conforme proposta sigef 17606 e contém outras providências.

DARCI JOÃO FRIZON, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 766/2016, de 25 de maio de 2016:

Art. 1º - Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual nº. 749/2015, mais precisamente no que tange ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Barra Bonita, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$. 49.996,46 (Quarenta e Nove Mil, Novecentos e Noventa e Seis Reais e Quarenta e Seis Centavos), nas dotações abaixo especificadas:

ÓRGÃO: 05.000 – SECRET.MUNIC. EDUCAÇÃO CULT.ESPORTE E TURISMO
UNID/ORÇ: 05.002 - CULTURA, ESPORTE E TURISMO

PROJ/ATIV: 027.813.0033.1002 – Const. Ampl. Reforma de Centros de Lazer Coletivo
CAT.ECON.: 449000000000 – Aplicações Diretas - Custeio
FONTE/REC: 012400 – Transf. de Convênios Outros
..... R\$. 49.996,46
Total R\$. 49.996,46

Art. 2º - Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R\$. 49.996,46 (Quarenta e nove mil, novecentos e noventa e seis reais e quarenta e seis centavos), na receita abaixo especificada:

RECEITA: 24000000000000 – Transferências de Capital
24700000000000 – Transferências de Convênios
24720000000000 - Transferências Convênios dos Estados e suas Entidades
24729900000000 - Outras Transferências de Convênios dos Estados
24729900000001 - Outras Transferências de Convênios dos Estados
FONTE/REC: 012400 – Transf. de Convênios Outros
..... R\$. 49.996,46
Total R\$. 49.996,46

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, SC em 02 de junho de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 159, DE 02 DE JUNHO DE 2016. "DESIGNA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA N.º 159, de 02 de junho de 2016.

"Designa servidora e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve;

Art. 1º - Fica designada a servidora, Delia Claudete Guaragni Bonatto, ocupante do cargo de Diretor Geral de Departamento, matrícula nº 33409 do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para responder pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, bem como ser Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir desta data.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario, em especial a Portaria 158/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 01 de junho de 2016.

Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

Servidor Responsável

PORTARIA N.º 160, DE 02 DE JUNHO DE 2016. "EXONERA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA N.º 160, de 02 de junho de 2016.

"Exonera servidora e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve;

Art. 1º - Fica exonerada a servidora Neiva Schonardie Gattermann ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, sob regime Geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei, a partir desta data, por tomar posse em outro cargo não acumulável.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 02 de junho de 2016.

Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

PORTARIA N.º 161, DE 02 DE JUNHO DE 2016.
"NOMEIA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

PORTARIA N.º 161, de 02 de junho de 2016.

"Nomeia servidora e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº. 039/2012, de 02 de janeiro de 2012, bem como considerando o resultado do concurso público aberto pelo edital nº 001/2014, de 30 de julho de 2014, resolve.

Nomear;

Art. 1º - Por Concurso Público, a senhora Neiva Schonardie Gattermann, portadora do CPF nº016.322.529-02 para ocupar o Cargo de Técnica em Enfermagem, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, e lotação no órgão Central de Administração, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social, e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 02 de junho de 2016.

Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor responsável

PORTARIA N.º 163, DE 03 DE JUNHO DE 2016.
"NOMEIA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

PORTARIA N.º 163, de 03 de junho de 2016.

"Nomeia servidor e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº. 039/2012, de 02 de janeiro de 2012, bem como considerando o resultado do concurso público aberto pelo edital nº 002/2013, de 12 de julho de 2013, resolve.

Nomear;

Art. 1º - Por Concurso Público, o senhor Eder Bonatto, portador do CPF nº034.089.689-26 para ocupar o Cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO, Grupo V, Transportes, Obras e Serviços Gerais - TSG, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, e lotação no órgão Central de Administração, para ter exercício na Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social, e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 03 de junho de 2016.

Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei nº065/97

Servidor responsável

PORTARIA Nº 162, DE 02 DE JUNHO DE 2016.
"CONCEDE DIÁRIA, ADIANTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA Nº 162, de 02 de junho de 2016.

"Concede diária, adiantamento e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.
Resolve.

Art.1º- Conceder 1,0 (uma) diária ao Senhor Luiz Antonio Zaccaron, Matrícula nº 5402, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 121,00 (cento e vinte e um reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Lages/SC, conforme Memorando Nº027/2016 e Roteiro de Viagem nº011/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º.Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Lages/SC, conforme Memorando nº028/2016, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 02 de junho de 2016.

Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

36º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO – 01/2012

36º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO – 01/2012
1ª fase e 2ª fase - Comprovação de Requisitos e Exames Médicos

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, após a verificação de regularidade pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público e pela Secretaria de Administração e Finanças, a 36ª convocação para comprovação dos requisitos e Exames Médicos da 1ª e 2ª fase, do Concurso Público, conforme item 9.2, do Edital nº. 01/2012, para os seguintes cargos:

PREFEITURA

Nível Superior na Área de Saúde
Enfermeiro

Nível Fundamental

Auxiliar Administrativo

Operador de Máquina II - Pesada

Motorista de Ambulância

1. DA HABILITAÇÃO

1.1 Se submeterão à Comprovação de Requisitos, os candidatos relacionados no item 6.1, que deverão apresentar os seguintes documentos:

- Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;
- Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito) anos) ou Cópia Autenticada do Título de Eleitor, acompanhada de Certidão de Quitação Eleitoral, emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE;
- Cópia do Cadastro de Pessoa Física ou Comprovante de Inscrição no CPF, emitido pela Receita Federal do Brasil;
- Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);
- Cópia autenticada em cartório ou original da Certidão de Nascimento ou Casamento atualizada (conforme o caso), com menos de 90 (noventa) dias;
- Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);
- Exibição da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Duas fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;
- Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo/categoria profissional/especialidade, conforme discriminado no Edital do Concurso Público 001/2012 (disponível em www.consulplan.net), e respectivo registro no conselho de classe, quando exigido;
- Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, bem como documentos comprobatórios da experiência profissional, conforme o caso, de acordo com o especificado no Edital do Concurso Público 001/2012 (disponível em www.consulplan.net);
- Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;
- Certidões de antecedentes criminais, da justiça comum estadual e da justiça federal, da circunscrição onde reside o candidato e da circunscrição do Estado de Santa Catarina (caso o candidato não resida em Santa Catarina);
- declaração de não acumulação de cargos públicos, inclusive

função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88.

n) Para os cargos de motorista, cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação, comprobatória da categoria de habilitação exigida no Edital do Concurso Público 001/2012 (disponível em www.consulplan.net);

1.2 A Comprovação de Requisitos tem caráter eliminatório, devendo os candidatos apresentarem todos os documentos acima relacionados na data e local determinados no presente Edital, sob pena de eliminação.

2. DOS EXAMES MÉDICOS

2.1 Todos os candidatos devem apresentar, junto ao Exame-médico Pré-Admissional, emitido por Médico do Trabalho, com a informação de "apto", os seguintes exames (realizado com prazo máximo de 60 dias):

- hemograma completo;
- contagem de plaquetas;
- parcial de urina;
- creatinina;
- uréia;
- sorologia para lues;
- glicemia de jejum;
- exame radiológico do tórax 2 posições – P + PA, com laudo;
- esquema anti-tetânico em dia ou iniciado na ocasião;
- vacina anti-rubéola.

2.1.1 Para candidatas do sexo feminino deverá ser acrescido Exame Ginecológico (realizado no prazo máximo de 12 meses) ou comprovante em andamento (coleta e resultado).

2.1.2 Para candidatos do sexo masculino, com mais de 40 (quarenta) anos, deverá ser acrescido o Preventivo Prostático (realizado no prazo máximo de 12 meses).

2.2 Para candidatos, de ambos os sexos, com mais de 35 anos, deverá ser acrescidos eletrocardiograma com laudo médico (com prazo máximo de 30 dias).

2.3 Para candidatos, de ambos os sexos, com mais de 40 anos, deverá ser acrescidos Colesterol Total e Triglicerídeos (com prazo máximo de 30 dias).

2.4 Para os candidatos de ambos os sexos aos cargos de professores de educação física e cargos com função de Cozinheira, Zelador, Pedreiro, Carpinteiro, Eletricista, Auxiliar de Serviços Gerais, Motorista, Operador de Máquinas, Mecânico, Soldador, Vigia, Coveiro, Calceteiro, Roçador, Padeiro serão acrescidos exames radiológicos da coluna lombo-sacra e bacia (com prazo máximo de 30 dias), com laudo.

2.5 Para os candidatos, de ambos sexos, aprovados para os cargos de Professor, serão acrescidos os seguintes exames:

- Laringoscopia indireta com laudo descritivo ou videolaringoscopia,
- Exame audiométrico;
- Exames de Sangue (RAST) para detecção de alergias;
- IGE Total,

- HX2 (ácara, pó domiciliar);
- NX2 (fungus e leveduras);

2.6 Não serão aceitos resultados de exames emitidos pela internet sem assinatura digitalizada, fotocopiados ou por fax. Na inspeção médica poderão ser exigidos exames e testes complementares considerados necessários para sua conclusão.

Deverão os candidatos, ainda, apresentar:

3. Declaração de bens, com indicação das fontes de renda ou cópia da Declaração do IRRF, relativa ao último exercício ;

4. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável, nos termos do ANEXO VI, inciso II, item 7, da Instrução Normativa nº TC-11/2011;

5. DO LOCAL E DATA DE APRESENTAÇÃO

Os candidatos relacionados no item 6.1, deverão se apresentar no dia 30 de junho de 2016, no horário das 14h às 17h, na Secretaria de Administração e Finanças, sito a Av. Gov. Celso Ramos, n. 200, Centro, Barra Velha – SC, munido de todos os documentos relacionados nos itens 1, 2, 3 e 4 conforme a programação abaixo estabelecida:

6. DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

6.1 Ficam convocados para a Comprovação de Requisitos acima elencados, os candidatos a seguir relacionados:

DIA 30 DE JUNHO DE 2016, DAS 14H ÀS 17H

PREFEITURA

Nível Superior

Nível Superior na Área de Saúde

Enfermeiro

49º Elisete Barbosa de Souza

50º Ariadne Alessandra nascimento

51º Eneida Eme Okuhara

52º Sandro José da Maia

53º Lilian Regina Ramos

Nível Fundamental

Auxiliar Administrativo

89º Maristela Martins Da Cruz

90º Rodrigo Flores Procopio

91º Wagner Nascimento Silva

92º Cassia Floriano De Borba

93º Maristela Franceschini Baldissera

94º Silvia Ladwig Sacavem

Operador de Máquina II - Pesada

1º Jonas Zeferino

Motorista de Ambulância

6º Ivo Francisco Alves de Oliveira

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 Os candidatos convocados para esta fase deverão comparecer no local indicado munidos de todos os documentos listados nos itens 1 e 2. Não serão recebidos os documentos de forma parcial dentro do prazo de convocação deste Edital.

7.2 O Resultado Preliminar, desta fase do Concurso Público, será publicado no site www.barravelha.sc.gov.br e DOM – Diário Oficial dos Municípios – www.diariomunicipal.sc.gov.br.

7.3. Caberá recurso do Resultado Preliminar, no prazo de 02 (dois)

dias úteis após a publicação do resultado, mencionado no subitem anterior.

7.4. Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas no Edital nº. 01/2012, que normatiza o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Barra Velha/SC.

7.5 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público constituída para este fim, assessorados pela Consulplan.

7.6 A presente convocação poderá ser atendida, por procurador munido de Procuração Pública, específica para o seguinte ato: – apresentar documentos que comprovem os requisitos exigidos pelo Município de Barra Velha, na 1º e 2ª fase, do Concurso Público previsto no Edital 01/2012, com poderes específicos para tomar ciência da eliminação do concurso público.

7.7 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 02 de junho de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

RUI JOSÉ MACHADO JÚNIOR

Secretário Mun. Adm. e Finanças

CONTRATO 014/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Contrato nº 014/2016

Contratada: JOÃO PEDRO DA ROCHA ME

Licitação: Proc. Administrativo 041/2016 Convite. nº 001/2016

Objeto: Prestação de serviço de limpeza e desobstrução de estrutura localizada no canal de navegação de embarcações no Rio Itajuba, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência

Valor do Contrato: R\$ 28.900,00 (vinte e oito mil e novecentos reais)

Data da assinatura: 03/06/2016

Data do vencimento: 31/12/2016

Barra Velha, 03 de junho de 2016

RAFAEL RODRIGO DA ROCHA –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -

Prefeito

PP 007/2016 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 012/2016 - Pregão Presencial nº 007/2016 FMS

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por ITEM para aquisição de ambulância para o município de Barra Velha. CONVENIO 2016TR0895 CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARIA POR MEIO DA AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE JOINVILLI E A PREFEITURA DE BARRA VELHA - PROCESSO SDR23 1117/2016. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 17/06/2016 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 17/06/2016 às 08:45 horas,

na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 02 de junho de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

Biguaçu

PREFEITURA

LEI Nº 3652/2016

LEI Nº 3652/2016 DE 02 DE JUNHO DE 2016.

INSTITUI O MÊS DE DEZEMBRO COMO "DEZEMBRO – VERMELHO", DEDICADO A AÇÕES PREVENTIVAS DO VÍRUS HIV À SAÚDE HUMANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Biguaçu, o Programa "Dezembro Vermelho – Prevenção à AIDS", com participação do Poder Público Municipal, Secretaria Municipal de Saúde, de entidades de classe, de escolas públicas e privadas, demais segmentos organizados de nossa sociedade e a população em geral, por meio de palestras, audiências públicas, entre outras ações de cunho educativo, a ser realizado sempre no mês de dezembro de cada ano.

§ 1º – O objetivo do presente Projeto denominado Dezembro Vermelho – Prevenção à AIDS é o de conscientizar a população sobre os riscos de se contrair o vírus HIV, causador da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida).

Art. 2º - O Poder Executivo Municipal por meio das Secretarias de Saúde, Educação, Comunicação e demais secretarias interessadas, poderão desenvolver o referido Programa previsto no artigo anterior.

Art. 3º - Para realização dos objetivos dessa lei, serão implementadas as seguintes atividades:

I – utilização dos meios de comunicação para divulgação dos serviços preventivos oferecidos pelo município;

II – ações educativas de prevenção junto a todas as comunidades de nosso município;

III – distribuição de material educativo-preventivo à população;

IV – estímulos a consultas com profissionais de saúde da área em questão, orientados pelas Estratégias de Saúde da Família (ESF).

Art. 4º Para o fiel cumprimento desta Lei, o Poder Executivo poderá firmar parcerias com entidades públicas ou particulares.

Art. 5º - As despesas correrão por conta das disposições orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 02 de Junho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Lei nº 3652 /2016, de 02/06/2016

Sancionada em 02/06/2016

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

Blumenau

PREFEITURA

PORTARIA Nº 653/2016 - FAEMA

PORTARIA Nº 653

CONCEDE EXTENSÃO DE JORNADA DE TRABALHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUIZ CARLOS DIAS JÚNIOR.

FERNANDO LEITE, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso VI, da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005, em conformidade com o art. 41 da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares ns. 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010, resolve:

CONCEDER

extensão de jornada de trabalho em caráter temporário ao servidor público municipal LUIZ CARLOS DIAS JÚNIOR, matrícula nº 1168, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Sanitarista, para exercer carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com aumento proporcional do respectivo vencimento, a contar de 16 de maio de 2016.

Blumenau, 18 de maio de 2016.

FERNANDO LEITE

Presidente da FAEMA

PORTARIA Nº 654/2016 - FAEMA

PORTARIA Nº 654

CONCEDE EXTENSÃO DE JORNADA DE TRABALHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ULISSES PEREIRA MACHADO.

FERNANDO LEITE, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso VI, da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005, em conformidade com o art. 41 da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares ns. 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010, resolve:

CONCEDER

extensão de jornada de trabalho em caráter temporário ao servidor público municipal ULISSES PEREIRA MACHADO, matrícula nº 1166, ocupante do cargo de provimento efetivo de Químico, para exercer carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com aumento proporcional do respectivo vencimento, a contar desta data.

Blumenau, 18 de maio de 2016.

FERNANDO LEITE

Presidente da FAEMA

PORTARIA Nº 655/2016 - FAEMA

PORTARIA Nº 656

DESIGNA MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO - CASEP NO ÂMBITO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FAEMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO LEITE, Presidente da Fundação Municipal do Meio

Ambiente, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, incisos VI e VIII, da Lei Complementar n. 507, de 17/03/2005, e o art. 8º, II da Lei Complementar n. 740, de 18/01/2010, resolve:

1. DESIGNAR, para compor a Comissão de Avaliação de Servidor em Estágio Probatório - CASEP, instituída pela Lei Complementar nº 740, de 18 de janeiro de 2010, e com as atribuições nela previstas:

EVANI APARECIDA ALBANO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, cedida para exercer funções na Fundação Municipal do Meio Ambiente, através da Portaria nº 27.719, de 06/11/2013, em substituição a DARCIANE NUNES SCHROEDER, designada anteriormente pela Portaria nº 550, de 08/0/2014, a contar de 05 de maio de 2016.

2. CONCEDER, a servidora indicada nesta Portaria, Gratificação Especial equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor do Padrão "A" de Vencimento, da Faixa I, jornada de quarenta horas semanais, da Categoria "7", do Quadro Permanente de Pessoal constante do Anexo I da Lei Complementar nº 661/2007, de 28 de novembro de 2007, a contar de 05 de maio de 2016.

Blumenau, 23 de maio de 2016.

FERNANDO LEITE

Presidente da FAEMA

RESOLUÇÃO CMAS Nº 32/2016

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 32/2016

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 2º DA RESOLUÇÃO CMAS Nº. 30/2016 QUE ALTERA O COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE NA LUTA CONTRA O CÂNCER - ABLUCAN NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e de acordo com a deliberação em Plenária Ordinária realizada no dia 27 de abril de 2016,

CONSIDERANDO:

- a Resolução CMAS nº. 30/2016 que Altera o Comprovante de Inscrição da entidade Associação Blumenauense na Luta Contra o Câncer - ABLUCAN no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 2º da Resolução CMAS nº. 30/2016, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º Revoga-se a Resolução CMAS nº. 077/2014, de 12 de novembro de 2014, que altera o Comprovante de Inscrição da Entidade Associação Blumenauense na Luta para adequação dos serviços executados pela Entidade."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 18 de maio de 2016.

Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO COPLAN Nº 02/2016

RESOLUÇÃO Nº. 02, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

O Conselho Municipal de Planejamento Urbano do Município de Blumenau, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação em vigor, tendo em vista deliberação adotada pelo plenário em reunião ordinária do dia 01 de junho, considerando a:

- Lei Complementar 836, de 19 de dezembro de 2011, que dispõe sobre as competências do Conselho Municipal de Planejamento Urbano;

- Lei Complementar 857, de 11 de maio de 2012, que define os critérios para a implementação de Planos Setoriais para regularização ou ampliação de edificações de uso coletivo de interesse público.

Resolve:

APROVAR

I – O Plano Setorial para a ampliação da Fundação Hospitalar de Blumenau – Hospital Santo Antônio, de acordo com o Parecer Técnico SEPLAN/CPS nº 01/2016, localizado nos terrenos de Matrícula 7.589 e 35.510 - 1º Ofício, ambos na Rua Itajaí, bairro Vorstadt, conforme projeto arquitetônico integrante do Processo 1747/2016, sendo:

- a) exclusão das 22 vagas aprovadas anteriormente;
- b) redução da área permeável para 13,75%.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 02 de junho de 2016
Eng. JULIANO GONÇALVES
Presidente do Conselho de Planejamento Urbano - COPLANz
Secretário de Planejamento Urbano

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2210/16 - SAMAE

PREGÃO PRESENCIAL 06-2210/2016

Objeto: Aquisição de equipamentos e ferramentas diversas (escada, chaves combinadas, serra copo, martelo perfurador, cadeado, talhadeira, serrote, geradores, cortador de asfalto etc..) para uso das equipes operacionais na manutenção, expansão e reparos de redes de água, troca de hidrômetros - SAMAE.

Empresa(s):

COMÉRCIO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS DO VALE LTDA.

CNPJ:83.542.381/0001-68

Valor total R\$ 23.459,57

WS MATERIAIS LTDA

CNPJ: 82.640.533/0001-00

Valor total R\$ 7.620,00

KRAUS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP

CNPJ: 83.183.152/0001-02

Valor total R\$3.598,54

CONSTRUCON MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ: 00.471.578/0001-26

Valor total R\$ 1.481,80

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e

7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 31 de Maio de 2016

Valdair José Matias

Diretor Presidente

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2208/16 - SAMAE

PREGÃO PRESENCIAL 06-2208/2016

Objeto: Registro de preço para possível aquisição de materiais hidráulicos para uso na Manutenção de Redes, Expansão de Redes de Água do Município e Ligações Domiciliares, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

Empresa(s):

BERMO VÁLVULAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.

CNPJ: 82.662.263/0001-20

Valor total R\$ 30.891,10

LACRE HAHNEMANN LTDA EPP

CNPJ: 00.334.444/0001-63

Valor total R\$ 14.100,00

SANEMARCK COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA

CNPJ: 08.164.724/0001-82

Valor total R\$ 92.075,00

STARTUBOS COMÉRCIO EIRELI-EPP

CNPJ: 17.191.995/0001-18

Valor total R\$ 30.148,50

SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 80.706.492/0001-74

Valor total R\$ 47.530,00

HIDROLACKRE PRODUTOS DE SANEAMENTO LTDA EPP

CNPJ: 01.937.238/0001-00

Valor total R\$ 14.500,00

ITALY VÁLVULAS E METAIS LTDA

CNPJ: 01.149.960/0001-80

Valor total R\$ 1.765,90

DOAL PLASTIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

CNPJ: 71.619.928/0001-05

Valor total R\$ 2.685,00

MICHELE GONSALVES DA SILVA DOS SANTOS

CNPJ: 11.230.004/0001-82

Valor total R\$ 3.388,00

SANE FORTE TUBOS E CONEXÕES EIRELI – ME

CNPJ: 22.900.869/0001/25

Valor total: R\$ 48.631,90

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 31 de Maio de 2016.

Valdair José Matias

Diretor Presidente

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 331/2016**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 331**

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

De acordo com o Artigo 41, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares nº 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
30.244/2016	04.05.2016	CRISTIANE REIF	De 30 horas para 40 horas	02.05.2016
30.250/2016	05.05.2016	JOSE VOLNEI OLIVEIRA DE AVILA	De 30 horas para 40 horas	27.05.2016
30.250/2016	05.05.2016	NADINE CRISTINA FELIPUS	De 30 horas para 40 horas	27.05.2016
30.280/2016	23.05.2016	HELENA DOEGE	De 30 horas para 40 horas	26.05.2016
30.281/2016	13.05.2016	GISELLE ETHIENE BECKHAUSER DA ROCHA	De 20 horas para 30 horas	16.05.2016
30.300/2016	25.05.2016	LUIZANA STAPASOLLA VARGAS GARCIA	De 20 horas para 30 horas	06.06.2016
30.318/2016	30.05.2016	EDIRA FATIMA FERNANDES	De 30 horas para 40 horas	01.06.2016
30.321/2016	31.05.2016	DOUGLAS PILONI	De 30 horas para 40 horas	01.06.2016
30.321/2016	31.05.2016	JORGE FERNANDO BORGES DE MO-RAES	De 30 horas para 40 horas	13.06.2016

Blumenau, 31 de maio de 2016.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 332/2016**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 332**

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o Artigo 146, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DIAS	PERÍODO	
30275	2016	12.05.2016	2016/05/004294	CINTIA GRAZIELA SESTREM	90	10.02.2016	09.05.2016
30146	2016	31.05.2016	2016/03/002668	CRISTINA RODRIGUES	48	01.02.2016	18.03.2016
30149	2016	01.04.2016	2016/03/001949	DANIELLE STEFANIE DE MELLO	43	20.01.2016	02.03.2016
30150	2016	01.04.2016	2016/03/002115	DRIVE KRAUSE	1.123	21.03.2007	19.04.2010
30230	2016	28.04.2016	2016/03/002031	EDENEIDE VITO DA SILVA	424	05.01.2015	03.03.2016
30229	2016	28.04.2016	2016/04/002918	GRAZIELA SCHAPPO	74	18.01.2016	01.04.2016
30231	2016	28.04.2016	2016/03/002869	IVANA CRISTINE MACOPPI	591	18.08.2014	30.03.2016
30172	2016	04.04.2016	2016/03/002287	JUCELIA DA SILVA	18	18.02.2010	05.03.2010
30225	2016	27.04.2016	2016/03/002515	LILIAN SOMBRIO TRENTINI	37	10.02.2016	16.03.2016
30285	2016	18.05.2016	2016/05/004076	MARILENE LUZ	92	01.02.2016	02.05.2016
30224	2016	26.04.2016	2016/03/002536	REGINA FERREIRA	255	02.07.2015	16.03.2016
30115	2016	15.03.2016	2016/03/002433	ROBERTO DEL SENT	5.239	23.01.1996	01.06.2010
30145	2016	31.03.2016	2016/03/002495	SOLANGE REGINA FUCHS REIS	37	09.02.2016	15.03.2016
30232	2016	28.04.2016	2016/04/002938	TASIANA FELLER RAMIRES	723	07.04.2014	04.04.2016

Blumenau, 31 de maio de 2016.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 335/2016**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 335**

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

DISPENSAR AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

De acordo com o art. 41 da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares ns. 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
30.283/2016	16.05.2016	RODRIGO AURELIO MONARI	De 20 horas para 10 horas	12.05.2016

Blumenau, 31 de maio de 2016.

RONALDO ROGERIO WAN DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 342/2016**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 342**

RONALDO ROGERIO WAL-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

DECLARAR A ESTABILIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA

Com base no artigo 26, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 12, da Lei Complementar nº 740, de 18 de janeiro de 2010, estáveis no serviço público municipal, os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo:

Portaria	Nome	Cargo	Estabilidade
30328/2016	ANA CAROLINNE DANTAS CANDIDO DE MEDEIROS	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	16/02/2016
30328/2016	ANA PATRÍCIA DA CRUZ	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	09/01/2016
30328/2016	ANA PAULA PREIS	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	13/03/2016
30328/2016	ANDERSON VICENTINI	ENGENHEIRO CIVIL	26/05/2016
30328/2016	ANGELA ANTULINO	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	13/04/2016
30328/2016	ANITA RIBEIRO DE ALMEIDA	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	14/04/2016
30328/2016	ARLENE DIAS CALDAS	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	07/01/2016
30328/2016	BÁRBARA KRUEGER	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	05/01/2016
30328/2016	BRUNA GABRIELA SCOPEL POLEZA	PROFESSOR - 20 HORAS (QP)	24/01/2016
30328/2016	CAROLINE DE ALMEIDA REFOSCO	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	22/03/2016
30328/2016	CATIA CRISTINA DE SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO	10/05/2016
30328/2016	CIDNEI LUCIANO	AGENTE ADMINISTRATIVO	18/05/2016
30328/2016	CILI SANDRI	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	14/03/2016
30328/2016	CÍNTIA SCHMIDT	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	10/02/2016
30328/2016	CLARICE POKRYWIECKI REIS	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	16/02/2016
30328/2016	CLARISSA HORDINA	EDUCADOR SOCIAL	28/04/2016
30328/2016	CLÁUDIA CEZAR	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	29/01/2016
30328/2016	CLEUNI GEMINIANO ALVES IKERT	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	09/01/2016
30328/2016	CRISLEI BERTOLDI	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	30/12/2015
30328/2016	CRISTIANE APARECIDA ESSER	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	13/01/2016
30328/2016	CRISTIANE CAMELIA XAVIER	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01/12/2015
30328/2016	CYNTHIA PHILIPPI	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	08/02/2016
30328/2016	DAIANE ANTUNES SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/04/2016
30328/2016	DAIANE HEMANN PRESTES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	03/05/2015
30328/2016	DANIEL DANTAS FERNANDES	PROFESSOR - 20 HORAS (QP)	12/04/2016
30328/2016	DÉBORA GOMES SENS	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	19/01/2016
30328/2016	DELBA ALVES DE DEUS ARAGÃO	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	11/05/2016
30328/2016	DELVAINE PUSSININI	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	15/04/2016
30328/2016	DENISE CRISTINA SILVESTRI SILVEIRA	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	07/02/2016
30328/2016	DIEGE TOSTA MARCON	MÉDICO - 40 HORAS	10/10/2015

30328/2016	DILVANA DE JESUS BELIZARIO MACHADO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	28/03/2016
30328/2016	DINEUSA POLASTRI LEANDRO	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	13/02/2016
30328/2016	EDNA TERESINHA SPECK MATEUS	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	15/01/2016
30328/2016	ELIANE DE OLIVEIRA SEUBERT	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	10/04/2016
30328/2016	ELIANE REBELLO TOMAZ	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	02/02/2016
30328/2016	ELIZETE REINHOLD ZECH	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	25/01/2016
30328/2016	EVELIZE FERREIRA SALVADOR	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	20/03/2016
30328/2016	FABIANE CRISTINA PELEGRINI	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	05/04/2016
30328/2016	FABIO OENNING	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	26/01/2016
30328/2016	FERNANDA BUSNARDO	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	21/02/2016
30328/2016	FERNANDA DOS SANTOS	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	01/01/2016
30328/2016	FRANCIANI FERMINO	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	05/04/2016
30328/2016	GABRIELA CHRISTINA ZICKUHR KOHLER	COORDENADOR PEDAGÓGICO (40h)	21/02/2016
30328/2016	GABRIELLE SENS BARNI	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	05/01/2016
30328/2016	GISELDA DA SILVA LUNARDELLO	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	20/04/2016
30328/2016	GISELI MARIA WOLF	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	06/04/2016
30328/2016	GISLAINE FLORIANO	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	22/03/2016
30328/2016	GREICE KLABUNDE	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	06/01/2016
30328/2016	HELOISA POLI REBELO	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	06/01/2016
30328/2016	IRIS VERONICA LEMOS	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	03/04/2016
30328/2016	ISAUREMA FRANCISCA DA SILVA SÁ	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	12/03/2016
30328/2016	IVANIR CIRICO ELIAS	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	05/01/2016
30328/2016	IVONE CLEONICE PASA KRAMBECK	EDUCADOR SOCIAL	25/05/2016
30328/2016	JANDIRA LUCINI SCHMITT	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	05/02/2016
30328/2016	JANETE DUTKA MAFRA	PROFESSOR - 20 HORAS (QP)	30/03/2016
30328/2016	JEAN CARLOS CORREA	PROFESSOR - 20 HORAS (QP)	07/04/2016
30328/2016	JOELMA VARGAS MUNHOZ TEJADA DE ALMEIDA	MÉDICO - 40 HORAS	16/11/2015
30328/2016	JOSÉ LUIZ BERNARDES DOS SANTOS	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	07/03/2016
30328/2016	JOSIANE BOLL	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	04/01/2016
30328/2016	JOYCE HELENA DA SILVA	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	19/01/2016
30328/2016	JULIANA SALVADOR	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	07/02/2016
30328/2016	JULIANA VENDRAMI	PROFESSOR - 20 HORAS (QP)	26/01/2016
30328/2016	JUSCELENE MARIA ROSSONI	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	05/01/2016
30328/2016	KATIA BORBA DA SILVA REGUEIRA	PROFESSOR - 20 HORAS (QP)	28/01/2016
30328/2016	KIRIA REGINA HOSTINS LUCIANO	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	05/01/2016
30328/2016	LEILA CRISTINA BREY	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	16/04/2016
30328/2016	LENIRA HAWERROTH	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	08/02/2016
30328/2016	LETICIA CIDRAL SILVEIRA	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	19/01/2016
30328/2016	LIGIA CRISTIANE DE OLIVEIRA MARTINS DE CAMARGO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	11/03/2016
30328/2016	LOURDES AMORIM MANERICH	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	31/01/2016
30328/2016	LUANA CAVILHA	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	05/01/2016
30328/2016	LUCILENE FRANCA LEITE	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	06/02/2016
30328/2016	MAGALI MARTINS BLASIU	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	14/04/2016
30328/2016	MAITE DAIANA BASSANI WALTRICK	COORDENADOR PEDAGÓGICO (40h)	03/04/2016
30328/2016	MARCIA BENTO ULLER	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	06/01/2016
30328/2016	MARCOS ANDERSON LANA	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	19/02/2016
30328/2016	MARIA APARECIDA POLICARPO DOS SANTOS	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	12/05/2016
30328/2016	MARIA DE NAZARÉ GONÇALVES DE AZEVEDO	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	05/02/2016
30328/2016	MARIA HELENA CORDINI	AGENTE ADMINISTRATIVO	12/03/2016
30328/2016	MARIA JUSCINEIDE RAMOS ALVES	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	24/02/2016
30328/2016	MARIA LÚCIA RUSSI FELISBINO	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	12/01/2016
30328/2016	MARIA MATILDE AURELIO	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	12/01/2016
30328/2016	MARIA PEREIRA DA SILVA	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	04/04/2016
30328/2016	MARIA SALETE LEHMANN	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	19/01/2016
30328/2016	MARILENE ALVES	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	28/02/2016
30328/2016	MARILI ALAIDE SCHNAIDER	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	05/01/2016
30328/2016	MARILIZE MAFRA	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	06/01/2016
30328/2016	MIRIAM DOS SANTOS	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	07/03/2016
30328/2016	NADIA FAVERO BIZ	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	05/01/2016

30328/2016	NADIR BAUMGAERTNER FERREIRA	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	10/01/2016
30328/2016	NADIR DAS GRAÇAS WIGUATES LANG	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	08/05/2016
30328/2016	NEIDE DALAVALLE	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	09/01/2016
30328/2016	NEIVA PERUCCI GARCIA	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	18/01/2016
30328/2016	PATRÍCIA AGUIAR DA COSTA	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	04/01/2016
30328/2016	PATRÍCIA PETERS	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	03/04/2016
30328/2016	PATRÍCIA ROSANGELA MEIER REICH RIBEIRO	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	22/04/2016
30328/2016	PATRÍCIA SENEM	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	11/03/2016
30328/2016	PRISCILLE GONZAGA DA SILVA	PROFESSOR - 20 HORAS (QP)	14/02/2016
30328/2016	RENATA LINHARES DOS SANTOS	COORDENADOR PEDAGÓGICO (40h)	29/04/2016
30328/2016	RICARDO THOME DA SILVA	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	27/04/2016
30328/2016	ROSANE DE FREITAS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	09/10/2015
30328/2016	ROSANE TAISE DA SILVA NOLLI	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	19/04/2016
30328/2016	ROSÂNGELA APARECIDA DA SILVA MACHADO SIEBERT	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	05/01/2016
30328/2016	ROSELI CRISTIANA BEHLING KORTE	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	02/02/2016
30328/2016	ROSELI KLEGIN	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	23/02/2016
30328/2016	ROSELIA MAY LOFFI DA ROCHA	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	30/12/2015
30328/2016	ROSILENE MARA CARL	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	05/01/2016
30328/2016	SABRINA MUNIZ	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	22/05/2016
30328/2016	SANDRA APARECIDA MIYAMOTO FURTADO	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	12/03/2016
30328/2016	SHAIANNE DANIELE DE OLIVEIRA	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	12/01/2016
30328/2016	SHEILA DENISE TRAPP BORTOLINI	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	14/02/2016
30328/2016	SHIRLEY APARECIDA BORGES PERING	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	05/01/2016
30328/2016	SILVANA APARECIDA RIBEIRO	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	28/02/2016
30328/2016	SILVANA WALTRICK RODRIGUES	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	15/04/2016
30328/2016	SISSI REGINA HARDT	PROFESSOR - 20 HORAS (QP)	19/03/2016
30328/2016	SOLANGE FEUSER	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	14/01/2016
30328/2016	SOLANGE SCHMITT COELHO	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	23/01/2016
30328/2016	SORAIA DE OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	05/01/2016
30328/2016	SUSANI SILVA SIMAS	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	08/01/2016
30328/2016	SUZAMARI DOS SANTOS	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	14/03/2016
30328/2016	TANIA MELCHERT	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	10/05/2016
30328/2016	TATIANA FERREIRA DOS SANTOS	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	24/03/2016
30328/2016	TATIANE CAROLINE DA SILVA DE SÁ	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	03/03/2016
30328/2016	TEREZINHA APARECIDA CERONI MARTINS	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	08/03/2016
30328/2016	VALQUÍRIA CLARICE TOMIO	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	28/01/2016
30328/2016	VELIDIANE CRISTIANE BAIERLE SERAFINI	ENGENHEIRO CIVIL	18/04/2016
30328/2016	ZILDA TAMANINI MACHADO	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	19/05/2016
30328/2016	ZULENE MARIA DO NASCIMENTO DINIZ	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	10/02/2016

Blumenau, 31 de maio de 2016.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 336/2016

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 336

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA ESPECIAL À GESTANTE

De acordo com os artigos 277 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	PERÍODO	
					INÍCIO	TÉRMINO
30315	2016	27.05.2016	2016/05/004811	ANDREA JAQUELINE WIEDEMANN SASSE	30/08/2016	28/10/2016

30245	2016	04.05.2016	2016/05/004149	DANIELLE CAROLINE MAÇANEIRO	25/08/2016	23/10/2016
30257	2016	06.05.2016	2016/05/004238	DARCIANE ASCENÇÃO NUNES SCHRO-EDER	02/09/2016	31/10/2016
30312	2016	27.05.2016	2016/05/004797	JAQUELINE DA ROCHA	16/09/2016	14/11/2016
30302	2016	25.05.2016	2016/05/004764	MILENE ALVES CARDOSO DE SOUZA	16/09/2016	14/11/2016
30303	2016	25.05.2016	2016/05/004754	MONICA PURIN RAMOS	13/09/2016	11/11/2016
30241	2016	03.05.2016	2016/05/004132	PAULA SPIES	30/08/2016	28/10/2016
30258	2016	09.05.2016	2016/05/004232	SABRINA ERN	30/08/2016	28/10/2016
30296	2016	24.05.2016	2016/05/004718	VANESSA APARECIDA FARIAS CARDOSO	31/08/2016	29/10/2016

Blumenau, 31 de maio de 2016.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 343/2016

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 343

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE 1/3 (UM TERÇO) EM PECÚNIA PARA PECÚNIA TOTAL

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
				INÍCIO	TÉRMINO
30291	2016	20.05.2016	2016/05/004664	CHARLES PATRIK KARASINSKI	13.10.2003 13.10.2013

Blumenau, 31 de maio de 2016.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 337/2016

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 337

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE 1/3 (UM TERÇO) EM PECÚNIA PARA 180 DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
				INÍCIO	TÉRMINO
30242	2016	04.05.2016	2016/05/004134	TANIA MIRIAM STANGE	07.04.2005 07.04.2015
30256	2016	06.05.2016	2016/05/004211	MARISA JAQUES DE SOUZA	27.03.2005 27.03.2015
30261	2016	09.05.2016	2016/05/004293	PATRICIA REISCH	09.02.2006 09.02.2016
30293	2016	23.05.2016	2016/05/004682	SARA APARECIDA MATCHIL	01.09.2004 01.09.2014

Blumenau, 31 de maio de 2016.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 338/2016**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 338**

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE 180 DIAS CONSECUTIVOS PARA 1/3 (UM TERÇO) EM PECÚNIA

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
				INÍCIO	TÉRMINO
30292	2016	20.05.2016	2016/05/004669	GIZELI COELHO	29.08.2000 29.08.2010

Blumenau, 31 de maio de 2016.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 339/2016**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 339**

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO COM A CONVERSÃO DE 1/3 EM PECÚNIA

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
30235	2016	29.04.2016	2016/04/004006	ALESSANDRA BRAGA HEIL	29.04.2006 29.04.2016
30243	2016	04.05.2016	2016/05/004136	OSNI FELIZ DOS SANTOS	01.04.2006 01.04.2016
30246	2016	04.05.2016	2016/05/004153	MARIA SALETE LEHMANN	19.09.2005 19.09.2015
30249	2016	05.05.2016	2016/05/004201	SILVANA PINTO CORREIA	24.04.2006 24.04.2016
30259	2016	06.05.2016	2016/05/004220	MARIA GORETI DASSOLER	05.04.2005 05.04.2015
30260	2016	09.05.2016	2016/05/004247	NAIR CARMEN DOS SANTOS	03.05.2006 03.05.2016
30262	2016	09.05.2016	2016/05/004290	ELISABETH CHRISTINE ULLRICH	24.02.2006 24.02.2016
30268	2016	10.05.2016	2016/05/004319	SIRLENE OLIMPIO	01.03.2006 01.03.2016
30269	2016	10.05.2016	2016/05/004322	ELIANE EMI NAKASHIMA MORSCH	12.04.2004 12.04.2014
30279	2016	13.05.2016	2016/05/004437	CARLOS ALBERTO REIF	17.03.2006 17.03.2016
30284	2016	18.05.2016	2016/05/004586	KARIN MARA GEORG	16.04.2006 16.04.2016
30287	2016	18.05.2016	2016/05/004612	LUCIANA DEEKE SASSE	21.03.2006 21.03.2016
30288	2016	19.05.2016	2016/05/004626	DAURA MARITA SABATINI FERNANDES	01.04.2006 01.04.2016
30290	2016	19.05.2016	2016/05/004637	ALEXANDRE GONÇALVES	19.05.2006 19.05.2016
30301	2016	27.05.2016	2016/05/004774	MARA RUBIA RUTZEN	04.05.2006 04.05.2016
30314	2016	27.05.2016	2016/05/004805	ARLETE GIOVANELLA	01.05.2005 01.05.2015
30319	2016	30.05.2016	2016/05/004846	ARNO LUCHINI	03.05.2006 03.05.2016
30320	2016	31.05.2016	2016/05/004861	CLAUDIA ROVERI	28.05.2006 28.05.2016
30322	2016	31.05.2016	2016/05/004885	CARLOS AUGUSTO ABRAHAM	06.05.2006 06.05.2016

Blumenau, 31 de maio de 2016.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 340/2016**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 341**

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
30276/2016	12.05.2016	2016/05/004425	INGRIT LENZ	06.05.2001	06.05.2011

Blumenau, 31 de maio de 2016.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 333/2016

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 333

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e, com base nos artigos 24, 25 e 26, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007 e, artigos 71, 72 e 73, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL

Aos servidores públicos municipais estáveis, integrantes dos Grupos Ocupacionais Especialista, Técnico, Funcional e Operacional:

PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
30233/2016	ADAIR MARTINS	Agente Administrativo	D	GF	10/04/2016
30233/2016	ADRIANA FERREIRA L. DA R. BLOEDORN	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/04/2016
30233/2016	ADRIANE CAMPREGHER DE SOUSA	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/04/2016
30233/2016	ALEXANDRA DA CONCEICAO DO AMARAL	Servente de Serviços Gerais	B	GO	01/04/2016
30233/2016	ALISSANDRA PHILIPPI MELO	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/04/2016
30233/2016	ALVONIR REZENDE	Agente de Zeladoria	C	GO	01/04/2016
30233/2016	ANA PATRICIA DA CRUZ	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/04/2016
30233/2016	ANA PAULA HORDINA PERSUHN	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/04/2016
30233/2016	ANA SALETE STADNICK	Cozinheiro	D	GO	01/04/2016
30233/2016	ANDREZA ANTUNES	Professor - 20 Horas (QP)	B	GE	01/04/2016
30233/2016	ANGELA ANTULINO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	13/04/2016
30233/2016	ANITA RIBEIRO DE ALMEIDA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/04/2016
30233/2016	BEATRIZ INES BERNER DEGGAU	Professor - 20 Horas (QP)	J	GE	12/04/2016
30233/2016	CARLA FONSECA	Professor - 20 Horas (QP)	D	GE	01/04/2016
30233/2016	CATIA REGINA TEODORO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/04/2016
30233/2016	CELMA DAS GRACAS DE SOUZA DA SILVA	Servente de Serviços Gerais	D	GO	01/04/2016
30233/2016	CHEILA NERIS CARDOSO GOMES	Assistente Social	B	GE	01/04/2016
30233/2016	CRISLEI BERTOLDI	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/04/2016
30233/2016	CRISTIANA NEUHAUS	Técnico em Enfermagem	C	GT	11/04/2016
30233/2016	DAIANE ANTUNES SOUZA	Agente Administrativo	B	GF	01/04/2016
30233/2016	DANIEL DANTAS FERNANDES	Professor - 20 Horas (QP)	B	GE	12/04/2016
30233/2016	DEBORA GONCALVES BRUECKHEIMER	Professor 40H Quadro Especial	L	GE	11/04/2016
30233/2016	DENISE CRISTINA VARGAS WOLFF	Técnico em Enfermagem	C	GT	13/04/2016
30233/2016	DENISE PIMPAO AMARAL	Professor - 20 Horas (QP)	D	GE	06/04/2016
30233/2016	DENISE TERESINHA MULHMANN DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/04/2016
30233/2016	DIALA DE SOUSA	Servente de Serviços Gerais	B	GO	01/04/2016
30233/2016	DILVANA DE JESUS BELIZARIO MACHADO	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/04/2016
30233/2016	DIRCEU EDMILSON THEISS	Agente Administrativo	C	GF	01/04/2016
30233/2016	EDEMILSON FLORIANO PEDRINI	Auxiliar de Enfermagem	I	GF	01/04/2016
30233/2016	EDISON LUIZ ROSSA	Motorista	B	GO	01/04/2016
30233/2016	ELAINE MARIA FREIBERGER	Agente Administrativo	C	GF	04/04/2016
30233/2016	ELENICI FERNANDES	Servente de Serviços Gerais	C	GO	01/04/2016
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
30233/2016	ELISETTE DOS SANTOS OLIVEIRA	Servente de Serviços Gerais	D	GO	01/04/2016
30233/2016	ELUIZA FREITAS	Servente de Serviços Gerais	C	GO	01/04/2016
30233/2016	FABIANO MACHADO FELIZARDO	Fisioterapeuta	B	GE	01/04/2016
30233/2016	FERNANDO RAIMUNDO	Servente de Serviços Gerais	C	GO	01/04/2016
30233/2016	GABRIELA CARDOSO GOMES	Enfermeiro	C	GE	01/04/2016
30233/2016	GERCY DE ALMEIDA CAMARGO FILHO	Professor - 20 Horas (QP)	M	GE	20/04/2016

30233/2016	GILCE MARIA D. DO NASCIMENTO	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/04/2016
30233/2016	GEISELDA DA SILVA LUNARDELLO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	20/04/2016
30233/2016	GEISEL MARIA WOLF	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	06/04/2016
30233/2016	GUIOMAR TERESINHA RIBEIRO DA COSTA	Servente de Serviços Gerais	D	GO	01/04/2016
30233/2016	ILDA PEREIRA NICOLETTI	Professor - 40 Horas (QP)	E	GE	01/04/2016
30233/2016	IONARA REGINA CANI	Agente Administrativo	D	GF	01/04/2016
30233/2016	IRICI HASS UTECH	Cozinheiro	D	GO	01/04/2016
30233/2016	IRIS VERONICA LEMOS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	03/04/2016
30233/2016	ISABEL CRISTINA SCHWARZ DE AMORIM	Professor - 40 Horas (QP)	D	GE	01/04/2016
30233/2016	IVANILDA MARTINS DA SILVA	Servente de Serviços Gerais	D	GO	13/04/2016
30233/2016	IVO ANTONIO DE FARIAS FILHO	Professor - 40 Horas (QP)	J	GE	01/04/2016
30233/2016	JADENA GABRIELA SASSE CASTANHO	Fonoaudiólogo	B	GE	01/04/2016
30233/2016	JANETE DUTKA MAFRA	Professor - 20 Horas (QP)	B	GE	01/04/2016
30233/2016	JEAN CARLOS CORREA	Professor - 20 Horas (QP)	B	GE	15/04/2016
30233/2016	JEANE DE SOUZA SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	04/04/2016
30233/2016	JEANE GONCALVES MISTURA	Professor - 40 Horas (QP)	G	GE	13/04/2016
30233/2016	JOAO LUIZ CORADINI	Motorista	G	GO	01/04/2016
30233/2016	JOCEMAR ELEUTERIO	Motorista	B	GO	01/04/2016
30233/2016	JOSE LUIZ BERNARDES DOS SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/04/2016
30233/2016	JUCELIA EGER MACHADO	Educador - Magist./Pedagogia	D	GF	01/04/2016
30233/2016	JULIANA CAVILHA DOMINGAS	Auxiliar de Consult. Dentário	C	GF	01/04/2016
30233/2016	KATHY ELLEN VOGEL	Professor - 10 Horas (QP)	J	GE	01/04/2016
30233/2016	KEITE APARECIDA PASOLD DOS SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/04/2016
30233/2016	KIZI GISLAINE BATISTA DE SOUZA	Agente Administrativo	C	GF	01/04/2016
30233/2016	LADY MONTEIRO	Professor - 40 Horas (QP)	F	GE	01/04/2016
30233/2016	LAURENA APARECIDA MALLMANN	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/04/2016
30233/2016	LUIZ PEDRO COELHO	Agente de Zeladoria	D	GO	01/04/2016
30233/2016	MAGALI MARTINS BLASUIS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/04/2016
30233/2016	MARGRIED FALK	Educador - Magist./Pedagogia	D	GF	01/04/2016
30233/2016	MARIA DE NAZARE G. DE AZEVEDO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/04/2016
30233/2016	MARIA PEREIRA DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	04/04/2016
30233/2016	MARILEIVA SCHUSSLER	Enfermeiro	D	GE	01/04/2016
30233/2016	MARILENE ROZAR	Servente de Serviços Gerais	D	GO	01/04/2016
30233/2016	MARLENE COSTA MANSKE	Cozinheiro	D	GO	01/04/2016
30233/2016	MARLENE TERESINHA DE B. FELDHAUS	Auxiliar de Enfermagem	I	GF	01/04/2016
30233/2016	MAURENA RAMOS	Servente de Serviços Gerais	C	GO	01/04/2016
30233/2016	MIRIAM DE LOURDES SILVA TOBIAS SAZIKI	Auxiliar de Enfermagem	K	GF	19/04/2016
30233/2016	NAIR DA SILVA	Professor - 20 Horas (QP)	D	GE	01/04/2016
30233/2016	NEIDE WILLEMANN WIGGERS	Professor - 20 Horas (QP)	K	GE	01/04/2016
30233/2016	NERIVANA GONCALVES	Professor - 40 Horas (QP)	F	GE	01/04/2016
30233/2016	PATRICIA CONSTANCIO	Coordenador Pedagógico (40H)	K	GE	01/04/2016
30233/2016	PATRICIA PETERS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	15/04/2016
30233/2016	RICARDO FERNANDO ESTOFELE	Agente Administrativo	C	GF	04/04/2016
30233/2016	ROSANE TAISE DA SILVA NOLLI	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	19/04/2016
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
30233/2016	ROSE MERI STREY ZILSE	Servente de Serviços Gerais	D	GO	01/04/2016
30233/2016	ROSELI CRISTIANA BEHLING KORTE	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	12/04/2016
30233/2016	ROSINETE MAUERWERK	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/04/2016
30233/2016	RUTH DA SILVA	Cozinheiro	C	GO	01/04/2016
30233/2016	RUY ALBERTO ALBINO	Programador de Computador	K	GT	01/04/2016
30233/2016	SALETE MIRANDA	Cozinheiro	D	GO	01/04/2016
30233/2016	SAMIRA RAQUEL DE F. WACKERNAGEL	Fonoaudiólogo	C	GE	19/04/2016
30233/2016	SANDRA FLATAU	Agente Administrativo	C	GF	04/04/2016
30233/2016	SERGIO CARDOZO	Digitador	H	GF	01/04/2016
30233/2016	SHEILA DENISE TRAPP BORTOLINI	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/04/2016
30233/2016	SHEILA MAIARA KREUSCH EWALD	Agente Administrativo	B	GF	01/04/2016
30233/2016	SILVIA DE SOUZA SANTANA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	11/04/2016
30233/2016	SILVIA ROSATTI	Assistente Social	F	GE	12/04/2016
30233/2016	SUSANA ELLEN BEIMS ROSKOWSKI	Agente Administrativo	D	GF	01/04/2016

30233/2016	SUZY MARY MIRANDA	Coordenador Pedagógico (40H)	K	GE	01/04/2016
30233/2016	TERESINHA FISCHER	Cozinheiro	D	GO	01/04/2016
30233/2016	TERESINHA MENEGHINI CASTELLAIN	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/04/2016
30233/2016	VALDECIR ANTONIO KEFER	Técnico em Enfermagem	B	GT	18/04/2016
30233/2016	VALDELINA MARTINS JORDAO	Servente de Serviços Gerais	D	GO	01/04/2016
30233/2016	VELIDIANE CRISTIANE BAIERLE SERAFINI	Engenheiro Civil	B	GE	18/04/2016
30233/2016	VERGINIA DE FATIMA ROSA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	14/04/2016
30233/2016	ZELIA PIASSA DA SILVA SANTOS	Agente Administrativo	J	GF	04/04/2016
30316/2016	ADREANA APARECIDA METZDORF	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	02/05/2016
30316/2016	ADRIANA ANESI	Coordenador Pedagógico (40H)	C	GE	01/05/2016
30316/2016	ALVACY DE SOUZA	Agente de Vigilância	C	GO	19/05/2016
30316/2016	AMALIA MARIA BOELTER	Professor - 40 Horas (QP)	H	GE	01/05/2016
30316/2016	ANA PAULA ANTUNES	Agente Administrativo	C	GF	11/05/2016
30316/2016	ANA PAULA PEREIRA HADLICH	Agente Administrativo	C	GF	01/05/2016
30316/2016	ANA PRISCILA DE OLIVEIRA BENITES	Psicólogo	C	GE	01/05/2016
30316/2016	ANDRE ROBERTO HASSE	Motorista	D	GO	01/05/2016
30316/2016	ANDREIA MICHELE RODRIGUES	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	05/05/2016
30316/2016	AUGUSTINHO DE SOUZA	Agente de Vigilância	D	GO	01/05/2016
30316/2016	BERNADETE KNIHS SILVA	Técnico em Enfermagem	D	GT	01/05/2016
30316/2016	CACILDA RAIMUNDO DA SILVA	Servente de Serviços Gerais	D	GO	15/05/2016
30316/2016	CARLOS HENRIQUE LEICHT	Técnico em Enfermagem	B	GT	06/05/2016
30316/2016	CASTORINO DAVID DE JESUS	Agente de Vigilância	C	GO	01/05/2016
30316/2016	CATIA CRISTINA DE SOUZA	Agente Administrativo	B	GF	20/05/2016
30316/2016	CHRISTIANE SCHLUTER PADARATZ	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/05/2016
30316/2016	CLARICE FEUSER SAMPAIO	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/05/2016
30316/2016	CLARISSA HORDINA	Educador Social	B	GF	06/05/2016
30316/2016	CLEIDIANE SOUZA DE OLIVEIRA	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/05/2016
30316/2016	DEBORA JORGE F. MENEGHELLI	Professor - 20 Horas (QP)	E	GE	15/05/2016
30316/2016	DELBA ALVES DE DEUS ARAGAO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	11/05/2016
30316/2016	DENISE DE MORAIS SOUZA DOS SANTOS	Técnico em Enfermagem	B	GT	06/05/2016
30316/2016	DIENEFER ALINI WOLF	Agente Administrativo	C	GF	01/05/2016
30316/2016	DOLORES CABRAL E SILVA	Auxiliar de Consult. Dentário	C	GF	01/05/2016
30316/2016	ELENIR CARDOSO	Auxiliar de Enfermagem	J	GF	01/05/2016
30316/2016	ELIANE MARIA M. GARCIA VENTURINI	Assistente Social	D	GE	01/05/2016
30316/2016	ELIEZER WALTER DE MENEZES FILHO	Médico - 40 Horas	B	GE	19/05/2016
30316/2016	ELIZETE RIBEIRO DE OLIVEIRA	Agente Comunitário de Saúde	B	GF	05/05/2016
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
30316/2016	ELIZIANE DE SOUZA PEREIRA	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/05/2016
30316/2016	ERALDO SCHNAIDER	Agente Administrativo	D	GF	01/05/2016
30316/2016	EVALDO DE OLIVEIRA	Professor - 20 Horas (QP)	F	GE	01/05/2016
30316/2016	EVANILDO RANGEL	Agente de Vigilância	C	GO	19/05/2016
30316/2016	FABIANA DOS SANTOS MUELLER	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/05/2016
30316/2016	FERNANDA KISTNER SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	13/05/2016
30316/2016	FLAVIO RUBIM BORGES	Professor - 20 Horas (QP)	C	GE	10/05/2016
30316/2016	GUNTHER HOCHHEIM JUNIOR	Cirurgião Dentista - 20 Horas	H	GE	02/05/2016
30316/2016	ISABEL ELIZANDRA FELISMINO BAEHR	Agente Comunitário de Saúde	B	GF	20/05/2016
30316/2016	IVANETE DO NASCIMENTO SANTOS	Assistente Social	G	GE	13/05/2016
30316/2016	IVONE CLEONICE PASA KRAMBECK	Educador Social	H	GF	25/05/2016
30316/2016	JAISON JONI PEREGUDA	Contador	F	GE	01/05/2016
30316/2016	JANAINA EBERLE MACHADO	Agente Administrativo	C	GF	01/05/2016
30316/2016	JANETE BIZATTO FERREIRA	Coordenador Pedagógico (40H)	D	GE	01/05/2016
30316/2016	JOELMA VARGAS M. TEJADA DE ALMEIDA	Médico - 40 Horas	B	GE	01/05/2016
30316/2016	JOSIAN WITZKE MIRANDA	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	06/05/2016
30316/2016	JOSIANE EBLE	Agente Administrativo	C	GF	01/05/2016
30316/2016	JULIANA PEREIRA	Educador - Magist./Pedagogia	D	GF	23/05/2016
30316/2016	JULIANE HINSCHING	Nutricionista	F	GE	01/05/2016
30316/2016	JUSSARA ODORIZZI	Agente Administrativo	C	GF	01/05/2016
30316/2016	KAREN SIMAS EBSSEN	Enfermeiro	D	GE	01/05/2016
30316/2016	KARLA ANDREIA DREWS	Engenheiro de Alimentos	M	GE	01/05/2016

30316/2016	KARLA FERREIRA RODRIGUES	Médico - 15 Horas	F	GE	10/05/2016
30316/2016	KELLIN DANIELSKI	Enfermeiro	D	GE	02/05/2016
30316/2016	KELLY CRISTINA QUERCHE DOS SANTOS	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	03/05/2016
30316/2016	LEIDIONEIA NASCIMENTO FUCHINA	Coordenador Pedagógico (40H)	D	GE	01/05/2016
30316/2016	LEONIR DOS SANTOS CHAVES	Agente de Vigilância	D	GO	18/05/2016
30316/2016	LILIAN BATISTA SARTORI SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/05/2016
30316/2016	LUAN FELIPE DOS SANTOS	Agente Administrativo	C	GF	01/05/2016
30316/2016	LUANA WACHSMANN BLOCK NUNES	Enfermeiro	C	GE	03/05/2016
30316/2016	LUCIANA MARA DA SILVA SCHMITT	Agente Administrativo	B	GF	14/05/2016
30316/2016	LUIZA ANTUNES WEHMUTH VICENTE	Analista de Informática	C	GE	01/05/2016
30316/2016	LUZIA ELIANA CURI	Enfermeiro	H	GE	18/05/2016
30316/2016	MAITE DAIANA BASSANI WALTRICK	Coordenador Pedagógico (40H)	B	GE	02/05/2016
30316/2016	MARA PIRES DE MELLO ESKELSEN	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/05/2016
30316/2016	MARA REGINA ROSSI HORACIO BORBA	Agente Administrativo	M	GF	01/05/2016
30316/2016	MARCIA DE OLIVEIRA SALVIO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	13/05/2016
30316/2016	MARCIA TERESINHA COSTA	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	02/05/2016
30316/2016	MARGELY HANSEN	Enfermeiro	E	GE	01/05/2016
30316/2016	MARIA APARECIDA P. DOS SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	12/05/2016
30316/2016	MARIA GORETI DASSOLER	Farmacêutico Bioquímico	J	GE	06/05/2016
30316/2016	MARILEI TERESINHA SCHREINER	Professor - 40 Horas (QP)	K	GE	05/05/2016
30316/2016	MARILISE TRIBESS NAZARIO	Agente Administrativo	C	GF	01/05/2016
30316/2016	MARISA GROSS MARTINS	Agente Administrativo	C	GF	11/05/2016
30316/2016	MARLISE SEVERINO WILHELMS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	17/05/2016
30316/2016	MORGANA SUZAN ZABEL SPUDEIT	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/05/2016
30316/2016	NADIR DAS GRACAS WIGUATES LANG	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	08/05/2016
30316/2016	NEOCELIA MANGONI	Servente de Serviços Gerais	D	GO	01/05/2016
30316/2016	NEUSA DA SILVA JUSTI	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/05/2016
30316/2016	NEUSA PASTA FELIZETTI	Agente Administrativo	F	GF	01/05/2016
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
30316/2016	NILTON MATTEUSSI	Assistente Técnico	M	GF	17/05/2016
30316/2016	NORTON PEDRO STEUCK	Agente de Vigilância	C	GO	19/05/2016
30316/2016	PAMELA MARCHI AVOSANI	Médico - 20 Horas	B	GE	20/05/2016
30316/2016	PATRICIA JANAINA SIMON REINERT	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/05/2016
30316/2016	RAQUEL CRISTINA BARCELLOS	Educador - Ensino Médio	D	GF	01/05/2016
30316/2016	RENATA LINHARES DOS SANTOS	Coordenador Pedagógico (40H)	B	GE	01/05/2016
30316/2016	RENO BAHR	Agente de Vigilância	D	GO	01/05/2016
30316/2016	RICARDO THOME DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/05/2016
30316/2016	RITA MARISA MULLER	Agente Administrativo	C	GF	01/05/2016
30316/2016	ROBERTO CESAR BENTO	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	01/05/2016
30316/2016	ROSANA MARA CHIODINI HOCHLEITNER	Professor - 40 Horas (QP)	K	GE	01/05/2016
30316/2016	ROSANGELA AP. DA S. MACHADO SIE	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/05/2016
30316/2016	ROSANGELA CRISTIANE G. BERNARDINO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/05/2016
30316/2016	ROSANGELA DE SOUZA GERENT	Educador Social	B	GF	09/05/2016
30316/2016	ROSELI RIBEIRO CONRADO DE JESUS	Educador - Magist./Pedagogia	D	GF	01/05/2016
30316/2016	SABRINA MUNIZ	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	22/05/2016
30316/2016	SANDRA DE SOUZA RODRIGUES MINATTI	Educador - Magist./Pedagogia	D	GF	01/05/2016
30316/2016	SANTUSA NAPOLEAO DOS SANTOS	Farmacêutico	F	GE	15/05/2016
30316/2016	SERGIO LUIS CORREA CARNEIRO	Professor - 40 Horas (QP)	I	GE	14/05/2016
30316/2016	SHIRLEY LUNGEN MACHADO	Professor - 20 Horas (QP)	G	GE	01/05/2016
30316/2016	SILVIA IMME	Téc em Vig. Sanit. e Saúde Amb	C	GT	20/05/2016
30316/2016	SILVIA RAQUEL NOGUEIRA CALIXTO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/05/2016
30316/2016	SILVIA REGINA DORINI	Médico - 40 Horas	C	GE	01/05/2016
30316/2016	SILVIO CESAR WOLLERT	Agente de Vigilância	D	GO	01/05/2016
30316/2016	SIMONE REGINA ESPINDOLA CORREA	Educador - Magist./Pedagogia	D	GF	01/05/2016
30316/2016	SIMONI DA SILVA	Educador - Magist./Pedagogia	D	GF	07/05/2016
30316/2016	SOLANGE ALVES	Auxiliar de Enfermagem	I	GF	01/05/2016
30316/2016	SOLANGE MABA	Agente Administrativo	D	GF	01/05/2016
30316/2016	SUELI TEREZINHA JAQUES	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/05/2016
30316/2016	TANIA MARISA CORDOVA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/05/2016

30316/2016	TANIA MELCHERT	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	10/05/2016
30316/2016	TASSIANA RAQUEL GEMELI	Cirurgião Dentista - 20 Horas	B	GE	21/05/2016
30316/2016	TATIANE CAROLINE DA SILVA DE SA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/05/2016
30316/2016	TATIANE FURTADO RIBEIRO GERVASONI	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/05/2016
30316/2016	TERESINHA CLARETE T. NOGUEIRA	Assistente Social	G	GE	10/05/2016
30316/2016	TERESINHA MARLENE MARTINI	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	19/05/2016
30316/2016	VALERIA MACHADO	Agente Comunitário de Saúde	C	GF	08/05/2016
30316/2016	VANUSA NOWASKY	Educador Social	B	GF	22/05/2016
30316/2016	VERONICA NASCIMENTO COTA	Enfermeiro	C	GE	01/05/2016
30316/2016	VIVIANE RUSSI DOS SANTOS	Agente Administrativo	C	GF	17/05/2016
30316/2016	ZELI MARIA LORENZINI	Servente de Serviços Gerais	D	GO	01/05/2016
30316/2016	ZILDA TAMANINI MACHADO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	19/05/2016

Blumenau, 31 de maio de 2016.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 334/2016

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 334

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e, com base nos artigos 27, 28 e 29, combinado com os artigos 61, 62 e 63, ambos da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007 e, artigos 74, 75 e 76, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO VERTICAL

Aos servidores públicos municipais de Blumenau, integrantes do Grupo Ocupacional Especialista:

PORTARIA	NÚMERO DE PROCESSO	NOME DO SERVIDOR	CARGO	VENCIMENTO		A PARTIR DE
				FAIXA	PADRÃO	
30234/2016	2016/2793	ANA MARIA MACHADO BARCELOS GOLLE	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	01/04/2016
30234/2016	2016/3659	ANDERSON LUIZ CATAFESTA	Professor - 20 Horas (QP)	II	B	19/04/2016
30234/2016	2016/3780	ANGELA ANTULINO	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	22/04/2016
30234/2016	2016/3240	BRIGITTE MARIA KESTERING	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	12/04/2016
30234/2016	2016/3163	CAMILA PEREIRA DA SILVA	Professor - 20 Horas (QP)	II	B	08/04/2016
30234/2016	2016/2863	CAROLINE DE ALMEIDA REFOSCO	Professor - 40 Horas (QP)	II	A	01/04/2016
30234/2016	2016/3507	ELAINE POPENGA	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	18/04/2016
30234/2016	2016/3314	ELIANE BILK HOFFMANN	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	13/04/2016
30234/2016	2016/3430	ELIANE DE OLIVEIRA SEUBERT	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	14/04/2016
30234/2016	2016/3366	FABIANE PRIESTER DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	II	A	14/04/2016
30234/2016	2016/3160	FERNANDA DA SILVA FERREIRA	Professor - 20 Horas (QP)	II	B	08/04/2016
30234/2016	2016/2856	FERNANDA GAITOLINI HOEPERS	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	01/04/2016
30234/2016	2016/3503	GISELI MARIA WOLF	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	18/04/2016
30234/2016	2016/3306	JANETE DUTKA MAFRA	Professor - 20 Horas (QP)	II	B	13/04/2016
30234/2016	2016/3440	JEAN CARLOS CORREA	Professor - 20 Horas (QP)	II	B	15/04/2016
30234/2016	2016/2772	JULIA KRACIK	Arquiteto	II	B	01/04/2016
30234/2016	2016/2531	JULIANA MARY DE AZEVEDO OURIQUES	Assistente Social	II	B	01/04/2016
30234/2016	2016/2749	LUCINEIA LARGURA VENDRAMINI	Farmacêutico Bioquímico	II	F	01/04/2016
30234/2016	2016/2977	MARCIA KLITZKE	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	04/04/2016
30234/2016	2016/2760	NARA PRISCILLA SCHMIT	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	01/04/2016
30234/2016	2016/3304	NICOLE SIEWERT C. SCHIOCCHET	Professor - 40 Horas (QP)	II	C	13/04/2016
30234/2016	2016/3202	NILVANA LORAINÉ CAMPOS GONCALVES	Assistente Social	II	B	11/04/2016
30234/2016	2016/3298	PRISCILLE GONZAGA DA SILVA	Professor - 20 Horas (QP)	II	B	08/04/2016
30234/2016	2016/2853	ROBSON LUIZ POLMANN	Engenheiro Agrônomo	II	M	01/04/2016

30234/2016	2016/3415	ROSANE TAISE DA SILVA NOLLI	Professor - 40 Horas (QP)	II	A	19/04/2016
30234/2016	2016/2755	ROSINETE MAUERWERK	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	01/04/2016
30234/2016	2016/3356	RUANA MARIA GARTNER	Professor - 20 Horas (QP)	II	B	13/04/2016
30234/2016	2016/3264	SILVANA APARECIDA RIBEIRO	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	12/04/2016
30234/2016	2016/2746	SUZAMARI DOS SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	II	A	01/04/2016
30234/2016	2016/2765	TARCILA MUELLER VOLLES	Arquiteto	II	B	01/04/2016
30234/2016	2016/2846	TATIANA FERREIRA DOS SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	01/04/2016
PORTARIA	NÚMERO DE	NOME DO SERVIDOR	CARGO	VENCIMENTO		A PARTIR
	PROCESSO			FAIXA	PADRÃO	DE
30317/2016	2016/41941	ANA PAULA PREIS	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	05/05/2016
30317/2016	2016/4709	CRISLEI BERTOLDI	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	24/05/2016
30317/2016	2016/4029	FABIANA DOS SANTOS MUELLER	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	01/05/2016
30317/2016	2016/4120	GABRIELLE SENS BARNI	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	03/05/2016
30317/2016	2016/4667	GERSON MATTOS	Médico - 15 Horas	II	C	20/05/2016
30317/2016	2016/4208	IRIS APARECIDA TOMASI	Professor - 40 Horas (QP)	II	F	05/05/2016
30317/2016	2016/4493	IRIS VERONICA LEMOS	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	16/05/2016
30317/2016	2016/4694	LECY TEREZINHA DE OLIVEIRA DALRI	Professor - 40 Horas (QP)	II	A	23/05/2016
30317/2016	2016/3987	LEIDIONEIA NASCIMENTO FUCHINA	Coordenador Pedagógico (40H)	II	D	01/05/2016
30317/2016	2016/4031	LILIAN BATISTA SARTORI SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	01/05/2016
30317/2016	2016/4102	LUCIA TERESINHA MARTINS	Professor - 20 Horas (QP)	II	G	03/05/2016
30317/2016	2016/4068	MAITE DAIANA BASSANI WALTRICK	Coordenador Pedagógico (40H)	II	B	02/05/2016
30317/2016	2016/4496	MARIA APARECIDA P. DOS SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	16/05/2016
30317/2016	2016/4175	MARIA PEREIRA DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	04/05/2016
30317/2016	2016/4334	MORGANA SUZAN ZABEL SPUDEIT	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	10/05/2016
30317/2016	2016/4500	NAIR DA SILVA	Professor - 20 Horas (QP)	II	D	16/05/2016
30317/2016	2016/4320	PATRICIA PETERS	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	10/05/2016
30317/2016	2016/4097	RENATA LINHARES DOS SANTOS	Coordenador Pedagógico (40H)	II	B	03/05/2016
30317/2016	2016/3873	RUBIA GOEDERT EGER	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	01/05/2016
30317/2016	2016/4213	SELMY TEIXEIRA DA SILVA PEDREIRA	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	06/05/2016
30317/2016	2016/4486	SOCORRO Mª FERREIRA G. FORSTER	Professor - 20 Horas (QP)	II	H	16/05/2016
30317/2016	2016/4761	SUZANI DACOREGIO MULLER SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	25/05/2016
30317/2016	2016/4704	TASSIANA RAQUEL GEMELI	Cirurgião Dentista - 20 Horas	II	B	23/05/2016

Blumenau, 31 de maio de 2016.

RONALDO REGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 19.766/2016

PORTARIA Nº 19.766, DE 31 DE MAIO DE 2016.

EXONERA PAULO ROBERTO TESSEROLI FRANÇA, DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "I" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores, resolve:

EXONERAR

PAULO ROBERTO TESSEROLI FRANÇA, do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Obras, símbolo CC-1, nomeado pela Portaria nº 18.141, de 07/10/2014; a contar de 31 de maio de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de maio de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.764/2016

PORTARIA Nº 19.764, DE 31 DE MAIO DE 2016.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "I" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores, resolve:

EXONERAR

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Administração, símbolo CC-1, nomeado pela Portaria nº 18.423, de 06/02/2015, no dia 31 de maio de 2016;

ANDERSON ROSA, do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Administração, nomeado pela Portaria nº 18.015, de 11/08/2014, no dia 31 de maio de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de maio de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.765/2016

PORTARIA Nº 19.765, DE 31 DE MAIO DE 2016.

NOMEIA ANDERSON ROSA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

ANDERSON ROSA, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Administração, símbolo CC-1, no dia 01 de junho de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de maio de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

RELATORIOS LRF - RREO 2º BIM 2016 - SEFAZ



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016 / BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a", "b" e "c" do inciso II e § 1º)

Recetas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Recetas Realizadas				Saldo
			No Bimestre	% (b/a)	Até o Bimestre	% (c/a)	
	(a)	(b)	(c)				(a-c)
RECETAS (Exceto intra-orçamentárias) (I)	2.018.192.000,00	2.018.192.000,00	206.349.975,89	10,22%	417.299.313,12	20,68%	1.600.892.686,88
RECETAS CORRENTES	1.321.958.000,00	1.321.958.000,00	196.374.178,89	14,85%	399.316.681,21	30,21%	922.641.318,79
RECEITA TRIBUTÁRIA	327.296.000,00	327.296.000,00	50.277.033,42	15,36%	112.712.763,44	34,44%	214.583.236,56
IMPOSTOS	254.200.000,00	254.200.000,00	42.328.219,13	16,65%	98.721.536,40	38,84%	155.478.463,60
TAXAS	71.966.000,00	71.966.000,00	7.946.432,44	11,04%	13.986.205,64	19,43%	57.979.794,46
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.130.000,00	1.130.000,00	2.381,85	0,21%	5.021,50	0,44%	1.124.978,50
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	60.362.000,00	60.362.000,00	10.133.710,58	16,79%	22.044.656,83	36,52%	38.317.343,17
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	34.972.000,00	34.972.000,00	5.974.186,97	17,08%	14.140.192,16	40,43%	20.831.807,84
CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	25.390.000,00	25.390.000,00	4.159.523,61	16,38%	7.904.464,67	31,13%	17.485.535,33
RECEITA PATRIMONIAL	60.306.000,00	60.306.000,00	19.095.280,32	31,66%	29.576.608,92	49,04%	30.729.391,08
RECETAS IMOBILIÁRIAS	2.833.000,00	2.833.000,00	465.161,09	16,42%	651.193,54	22,99%	2.181.806,46
RECETAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	42.468.000,00	42.468.000,00	18.630.098,23	43,88%	28.925.395,38	68,13%	13.532.604,62
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	15.013.000,00	15.013.000,00	20,00	0,00%	20,00	0,00%	15.012.980,00
OUTRAS RECETAS PATRIMONIAIS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	2.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	6.000,00
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	4.000,00
OUTRAS RECETAS AGROPECUÁRIAS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	2.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	102.397.000,00	102.397.000,00	13.728.576,85	13,41%	26.009.264,65	25,40%	76.387.735,35
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	700.851.000,00	700.851.000,00	93.332.857,46	13,32%	192.611.825,13	27,49%	508.039.174,87
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	675.263.000,00	675.263.000,00	92.836.733,72	13,75%	191.407.434,85	28,35%	483.855.565,15
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	812.000,00	812.000,00	987,09	0,12%	2.128,44	0,26%	809.871,56
TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	378.000,00	378.000,00	200,00	0,05%	800,00	0,21%	377.200,00
OUTRAS RECETAS CORRENTES	24.198.000,00	24.198.000,00	494.936,65	2,05%	1.201.461,84	4,97%	22.996.538,16
MULTAS E JUROS DE MORA	70.940.000,00	70.940.000,00	9.806.720,26	13,82%	16.361.562,24	23,06%	54.578.437,76
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.395.000,00	13.395.000,00	2.530.244,33	18,89%	4.231.151,21	31,59%	9.163.848,79
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	10.429.000,00	10.429.000,00	1.165.264,03	11,17%	2.571.983,07	24,66%	7.857.016,93
RECETAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÕES AO RGPS	11.432.000,00	11.432.000,00	1.957.153,40	17,12%	3.515.642,41	30,75%	7.916.357,59
RECETAS CORRENTES DIVERSAS	8.469.000,00	8.469.000,00	1.262.239,11	14,90%	2.479.711,13	29,28%	5.989.288,87
RECETAS DE CAPITAL	27.215.000,00	27.215.000,00	2.891.819,39	10,63%	3.563.074,42	13,09%	23.651.925,58
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	696.234.000,00	696.234.000,00	9.975.797,00	1,43%	17.982.631,91	2,58%	678.251.368,09
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	362.176.000,00	362.176.000,00	7.573.634,72	2,09%	8.289.369,47	2,29%	353.886.630,53
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	248.862.000,00	248.862.000,00	4.174.663,47	1,68%	4.890.398,22	1,97%	243.971.601,78
ALIEAÇÃO DE BENS	113.314.000,00	113.314.000,00	3.398.971,25	3,00%	3.398.971,25	3,00%	109.915.028,75
ALIEAÇÃO DE BENS MOVEIS	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	90.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	90.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	333.968.000,00	333.968.000,00	2.402.162,28	0,72%	9.693.262,44	2,90%	324.274.737,56
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.800.000,00	1.800.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1.800.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	332.168.000,00	332.168.000,00	1.389.605,69	0,42%	4.225.787,08	1,27%	326.702.212,91
RECETAS (intra-orçamentárias) (II)	75.210.000,00	75.210.000,00	10.858.762,75	14,44%	20.595.385,22	27,38%	54.614.614,78
SUBTOTAL DAS RECETAS (III) = (I + II)	2.093.402.000,00	2.093.402.000,00	217.208.736,64	10,38%	437.894.698,34	20,92%	1.655.507.301,66
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00

Continua (1/3)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016 / BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação (2/3)

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Recitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	2.093.402.000,00	2.093.402.000,00	217.208.738,64	10,38%	437.894.698,34	20,92%	1.655.507.301,66
DÉFICIT (VI)							0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	2.093.402.000,00	2.093.402.000,00	217.208.738,64	10,38%	437.894.698,34	20,92%	1.655.507.301,66
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para Créditos Adicionais)			0,00		47.089.987,82		
Superávit Financeiro			0,00		47.089.987,82		

Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g)=(e-f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas Restos a Pagar Não Processados (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (Exceto intra-orçamentárias) (VII)	2.030.980.000,00	2.076.618.889,13	207.566.191,60	568.569.818,12	1.509.249.071,01	193.330.895,38	322.570.462,57	1.754.248.426,56	286.488.101,08	245.999.355,55
DESPESAS CORRENTES	1.173.492.000,00	1.212.587.126,84	167.992.485,32	478.438.793,71	734.148.333,13	174.516.490,52	294.720.377,14	917.866.748,70	259.801.447,51	183.718.416,57
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	444.158.000,00	443.468.898,31	71.818.076,94	134.372.366,95	309.086.531,36	71.919.507,84	133.862.622,96	309.606.725,35	110.390.207,12	509.743,99
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	23.057.000,00	23.057.000,00	2.085.768,59	3.361.590,98	19.695.409,02	2.085.768,59	3.361.590,98	19.695.409,02	3.361.590,98	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	708.277.000,00	746.061.228,53	94.088.639,79	340.704.835,78	405.356.392,75	100.511.214,09	157.496.163,20	588.565.065,33	146.049.649,41	183.208.672,58
DESPESAS DE CAPITAL	831.620.000,00	838.363.762,29	39.573.706,28	90.131.024,41	748.232.737,88	18.814.404,86	27.850.085,43	810.513.676,86	26.686.653,57	62.280.938,98
INVESTIMENTOS	1.500.000,00	3.500.000,00	33.319.999,54	77.806.003,54	731.934.758,75	12.660.102,54	15.825.064,56	783.915.697,73	14.661.632,70	61.980.938,98
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	25.123.000,00	25.123.000,00	931.141,69	1.995.317,43	1.504.682,57	831.737,27	1.695.317,43	1.804.682,57	1.695.317,43	300.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.868.000,00	25.868.000,00	5.322.565,05	10.329.703,44	14.793.296,56	5.322.565,05	10.329.703,44	14.793.296,56	10.329.703,44	0,00
DESPESAS (intra-orçamentárias) (IX)	62.422.000,00	63.673.098,69	10.786.941,78	23.433.161,53	40.239.937,16	11.162.188,17	21.329.448,16	42.343.550,53	6.961.203,97	2.103.713,37
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VII + IX)	2.093.402.000,00	2.140.491.987,82	218.353.133,38	592.002.979,65	1.548.489.008,17	204.493.083,55	343.899.910,73	1.796.592.077,09	293.449.305,05	248.103.068,92
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	2.093.402.000,00	2.140.491.987,82	218.353.133,38	592.002.979,65	1.548.489.008,17	204.493.083,55	343.899.910,73	1.796.592.077,09	293.449.305,05	248.103.068,92
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	2.093.402.000,00	2.140.491.987,82	218.353.133,38	592.002.979,65	1.548.489.008,17	13.639.827,30	437.894.698,34	417.299.313,12	417.299.313,12	

Continuação (2/3)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016 / BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação (3/3)

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Receitas Intra-orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas				Saldo (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERACOES INTRA - ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	75.210.000,00	75.210.000,00	10.858.762,75	14,44%	20.595.385,22	27,38%	54.614.614,78
RECEITA TRIBUTÁRIA INTRA - ORÇAMENTÁRIAS	170.000,00	170.000,00	154,78	0,09%	18.673,30	10,98%	151.326,70
TAXAS	170.000,00	170.000,00	154,78	0,09%	18.673,30	10,98%	151.326,70
CONTRIBUICOES INTRA - ORÇAMENTÁRIAS	74.226.000,00	74.226.000,00	10.556.119,42	14,22%	20.176.077,29	27,18%	54.049.922,71
CONTRIBUICOES SOCIAIS - INTRA - ORÇAMENTÁRIAS	74.226.000,00	74.226.000,00	10.556.119,42	14,22%	20.176.077,29	27,18%	54.049.922,71
RECEITAS DE SERVIÇOS INTRA - ORÇAMENTÁRIAS	148.000,00	148.000,00	145.723,01	98,46%	195.332,24	131,98%	-47.332,24
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - INTRA ORÇAMENTÁRIAS	460.000,00	460.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	460.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	460.000,00	460.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	460.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA - ORÇAMENTÁRIAS	206.000,00	206.000,00	156.765,54	76,10%	205.302,39	99,66%	697,61
MULTAS E JUROS DE MORA	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	17.000,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	90.000,00	90.000,00	156.765,54	174,18%	205.302,39	228,11%	-115.302,39
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	89.000,00	89.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	89.000,00
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	10.000,00
TOTAL	75.210.000,00	75.210.000,00	10.858.762,75	14,44%	20.595.385,22	27,38%	54.614.614,78

Despesas Intra-orçamentárias	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g)=(e-f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas Restos a Pagar Não Processados (k)
			No Bimestre (f)	Até o Bimestre (g)		No Bimestre (h)	Até o Bimestre (i)			
DESPESAS CORRENTES	57.521.000,00	58.772.098,69	20.916.089,55	9.516.091,83	37.856.009,14	9.891.318,22	18.812.376,18	39.959.722,51	4.444.131,99	2.103.713,37
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	53.084.000,00	53.436.598,69	18.130.859,24	9.130.269,66	35.305.739,45	9.346.988,40	18.007.673,73	35.428.924,96	3.651.955,21	123.185,51
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	831.000,00	831.000,00	143.619,36	143.619,36	551.331,65	143.619,36	279.668,35	551.331,65	279.668,35	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.606.000,00	4.504.500,00	2.422.022,81	242.202,81	1.988.938,04	400.770,46	525.034,10	3.979.465,90	512.508,43	1.980.527,86
DESPESAS DE CAPITAL	4.901.000,00	4.901.000,00	1.270.849,95	1.270.849,95	2.383.928,02	1.270.849,95	2.517.071,98	2.383.928,02	2.517.071,98	0,00
INVESTIMENTOS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	4.701.000,00	4.701.000,00	1.270.849,95	1.270.849,95	2.183.928,02	1.270.849,95	2.517.071,98	2.183.928,02	2.517.071,98	0,00
TOTAL	62.422.000,00	63.673.098,69	23.433.161,53	10.786.941,78	40.239.937,16	11.162.188,17	21.329.448,16	42.343.650,53	6.961.203,97	2.103.713,37

Fonte: Sistema ThemaGRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 2 de Junho de 2016 e hora da emissão 03h e 02m

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal
 CPF 038.738.439-19

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
Secretário Municipal de Fazenda
 CPF 033.846.539-12

ROSANE DOS SANTOS
Técnica Contábil - TC-CRSC
 CPF 383.022.769-87

RELATORIOS LRF - RREO 2º BIM 2016 - SEFAZ



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016 / BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Saldo	Despesas Liquidadas		Saldo	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc.	R\$ Reais
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		(btotal b)	%			
		(a)			(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	(e) = (a-d)		(f)
DESPESAS (Exceto intra-orçamentárias) (I)	2.030.980.000,00	2.076.818.889,13	207.566.191,60	568.569.818,12	96,04%	193.330.895,38	322.570.462,57	93,80%	1.754.248.426,56	245.999.355,55
LEGISLATIVA	28.842.000,00	28.342.000,00	10.499.697,92	10.499.697,92	1,77%	6.812.762,07	6.812.762,07	1,96%	21.529.237,93	3.686.935,85
AÇÃO LEGISLATIVA	28.842.000,00	28.342.000,00	10.499.697,92	10.499.697,92	1,77%	6.812.762,07	6.812.762,07	1,96%	21.529.237,93	3.686.935,85
ESSENCIAL A JUSTIÇA	7.869.000,00	7.918.427,87	1.150.020,44	2.220.946,34	0,38%	5.697.481,53	1.159.069,74	0,63%	5.743.489,77	46.008,24
DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	5.044.000,00	5.093.427,87	770.877,81	1.479.207,62	0,25%	3.614.220,25	779.476,04	0,42%	3.680.098,05	45.877,80
REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	2.825.000,00	2.825.000,00	379.342,63	741.738,72	0,13%	2.083.261,28	741.608,28	0,22%	2.083.391,72	130,44
ADMINISTRAÇÃO	163.718.000,00	166.551.992,42	14.432.197,40	51.538.707,14	8,71%	115.013.285,28	31.258.552,92	9,09%	135.293.439,50	20.280.154,22
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.255.000,00	1.255.000,00	172.220,77	412.363,80	0,07%	842.636,20	197.905,77	0,11%	864.086,40	21.450,20
ADMINISTRAÇÃO GERAL	112.126.000,00	116.714.992,42	9.810.304,51	34.230.559,74	5,78%	82.484.432,68	21.639.758,78	6,29%	95.075.233,64	12.590.800,96
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	18.949.000,00	18.779.000,00	243.291,99	2.882.176,14	0,49%	15.896.823,86	604.584,67	0,36%	17.538.068,30	1.641.244,44
CONTROLE INTERNO	515.000,00	513.000,00	63.826,79	124.767,79	0,02%	388.232,21	65.513,57	0,04%	388.284,21	52,00
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	30.000,00	30.000,00	120,60	120,60	0,00%	29.879,40	0,00	0,00%	30.000,00	120,60
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.100.000,00	3.100.000,00	582.104,12	1.440.933,37	0,24%	1.659.066,63	462.379,01	0,23%	2.311.328,79	652.282,16
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	15.357.000,00	15.457.000,00	1.342.269,04	7.537.032,74	1,27%	7.919.967,26	2.272.606,84	1,18%	11.395.029,84	3.475.062,58
ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	6.947.000,00	6.947.000,00	981.787,97	2.931.311,68	0,49%	4.017.688,32	1.154.560,04	0,60%	4.890.163,22	872.474,90
COMUNICAÇÃO SOCIAL	5.439.000,00	3.756.000,00	1.236.371,61	1.981.441,28	0,33%	1.774.558,72	702.037,67	0,28%	2.801.245,10	1.026.886,38
SEGURANÇA PÚBLICA	38.372.000,00	39.358.780,47	5.088.283,24	10.600.163,31	1,79%	28.758.617,16	2.967.078,78	1,48%	34.275.882,35	5.517.285,19
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.657.000,00	2.021.613,84	131.158,93	1.058.008,56	0,18%	963.605,28	160.892,65	0,09%	1.728.029,55	764.424,27
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	15.861.000,00	16.446.000,00	4.752.391,20	8.791.033,37	1,48%	7.654.966,63	2.556.073,37	1,27%	12.088.350,02	4.433.383,39
DEFESA CIVIL	20.854.000,00	20.891.166,63	204.733,11	751.121,38	0,13%	20.140.045,25	250.112,76	0,13%	20.499.502,78	319.457,53
ASSISTENCIAL SOCIAL	35.979.000,00	37.761.230,65	3.979.308,35	8.892.393,68	1,50%	28.868.836,97	4.254.194,74	2,28%	29.919.246,99	1.050.410,02
ASSISTÊNCIA AO IDOSO	2.683.000,00	2.933.000,00	279.323,85	686.242,85	0,12%	2.243.757,15	147.538,65	0,16%	2.389.367,35	142.610,20
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	7.397.000,00	7.847.000,00	936.107,59	1.891.445,24	0,32%	5.955.554,76	854.125,40	0,50%	6.137.208,11	181.653,35
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	25.899.000,00	26.981.230,65	2.763.976,91	6.314.705,59	1,07%	20.666.525,06	3.252.530,69	1,63%	21.392.671,53	726.146,47
PREVIDÊNCIA SOCIAL	126.979.000,00	126.979.000,00	18.442.268,02	35.398.148,32	5,98%	91.580.851,68	18.324.136,16	10,24%	91.770.841,91	188.980,23
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	126.979.000,00	126.979.000,00	18.442.268,02	35.398.148,32	5,98%	91.580.851,68	18.324.136,16	10,24%	91.770.841,91	188.980,23
SAÚDE	359.652.000,00	360.326.718,00	30.639.252,57	148.728.416,60	25,12%	211.593.301,40	48.587.278,41	22,85%	281.744.063,31	70.145.763,91
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	1.130.000,00	1.130.000,00	156.147,38	321.692,76	0,05%	808.307,24	156.147,38	0,09%	808.307,24	0,00
ATENÇÃO BÁSICA	166.967.000,00	167.211.718,00	23.395.337,33	60.158.955,14	10,16%	107.051.762,86	25.125.290,52	13,37%	121.226.008,08	14.174.245,22
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	188.971.000,00	189.151.616,83	6.532.277,25	86.240.277,25	14,57%	102.910.722,75	22.657.623,88	9,10%	157.859.420,04	54.948.697,29
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.061.000,00	1.061.000,00	242.968,67	593.544,88	0,10%	467.455,12	182.791,82	0,06%	787.735,61	320.280,49
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	1.523.000,00	1.773.000,00	312.652,36	1.412.946,57	0,24%	360.053,43	485.424,81	0,21%	1.062.594,34	702.540,91

Continua (1/5)



**PREFEITURA
DE BLUMENAU**

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016 / BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação (2/5)

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "e")

R\$ Reais

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
TRABALHO	10.529.000,00	10.564.931,56	416.053,34	739.539,43	0,12%	9.825.392,13	355.993,60	537.967,05	0,16%	10.026.964,51	201.572,38
FOMENTO AO TRABALHO	10.529.000,00	10.564.931,56	416.053,34	739.539,43	0,12%	9.825.392,13	355.993,60	537.967,05	0,16%	10.026.964,51	201.572,38
EDUCAÇÃO	294.276.000,00	292.930.479,94	38.865.108,60	91.957.963,22	15,53%	200.972.516,72	38.629.357,23	71.224.722,39	20,71%	221.705.757,55	20.733.240,83
ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.019.000,00	4.019.000,00	913.157,82	1.408.956,15	0,24%	2.610.043,85	575.307,66	792.931,94	0,23%	3.226.068,06	616.024,21
PREVIDÊNCIA BÁSICA	6.710.000,00	6.710.000,00	940.225,14	1.882.977,41	0,32%	4.827.022,59	940.225,14	1.882.977,41	0,55%	4.827.022,59	0,00
ENSINO FUNDAMENTAL	147.632.000,00	147.735.136,14	17.064.698,45	42.750.910,00	7,22%	104.984.226,14	18.176.953,09	33.375.184,34	9,70%	114.359.951,80	9.375.725,66
ENSINO SUPERIOR	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	133.080.000,00	133.631.343,80	19.947.027,19	45.915.119,66	7,76%	87.716.224,14	18.936.871,34	35.173.628,70	10,23%	98.457.715,10	10.741.490,96
EDUCAÇÃO ESPECIAL	835.000,00	835.000,00	0,00	0,00	0,00%	835.000,00	0,00	0,00	0,00%	835.000,00	0,00
CULTURA	8.403.000,00	9.582.708,37	578.696,26	1.359.396,45	0,23%	8.223.311,92	549.654,13	961.668,98	0,28%	8.621.039,39	397.727,47
PATRIM. HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	956.000,00	1.056.000,00	18.172,75	39.520,85	0,01%	1.016.479,15	14.797,74	17.715,41	0,01%	1.038.284,59	21.805,44
DIFUSÃO CULTURAL	7.447.000,00	8.526.708,37	560.523,51	1.319.875,60	0,22%	7.206.832,77	534.856,39	943.953,57	0,27%	7.582.754,80	375.922,03
DIREITOS DA CIDADANIA	1.309.000,00	2.107.213,70	410.914,39	423.711,00	0,07%	1.683.502,70	14.640,31	26.079,83	0,01%	2.081.133,87	397.631,17
DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	1.309.000,00	2.107.213,70	410.914,39	423.711,00	0,07%	1.683.502,70	14.640,31	26.079,83	0,01%	2.081.133,87	397.631,17
URBANISMO	624.111.000,00	661.178.857,02	58.516.433,48	107.778.729,28	18,21%	553.400.127,74	21.103.741,65	28.122.792,27	8,18%	633.056.064,75	79.655.937,01
ADMINISTRAÇÃO GERAL	500.000,00	503.700,00	0,00	0,00	0,00%	503.700,00	0,00	0,00	0,00%	503.700,00	0,00
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	4.470.000,00	4.470.000,00	640.846,11	1.356.530,71	0,23%	3.113.469,29	634.398,99	1.339.565,20	0,39%	3.130.434,80	16.965,51
ORDENAMENTO TERRITORIAL	58.201.000,00	52.001.000,00	592.666,75	2.405.719,36	0,41%	49.595.280,64	775.809,67	1.422.081,37	0,41%	50.578.918,63	983.637,99
PATRIM. HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	451.000,00	451.000,00	0,00	0,00	0,00%	451.000,00	0,00	0,00	0,00%	451.000,00	0,00
INFRA-ESTRUTURA URBANA	453.826.000,00	458.469.475,80	30.011.742,51	57.974.126,07	9,79%	400.495.349,73	14.222.739,84	17.795.127,32	5,17%	440.674.348,48	40.178.998,75
SERVIÇOS URBANOS	40.774.000,00	78.954.578,52	24.884.528,19	39.629.162,74	6,69%	39.325.415,78	6.708.243,66	6.708.243,66	1,95%	72.246.334,86	32.920.919,08
TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	61.884.000,00	62.283.488,55	2.386.646,92	3.407.466,79	0,58%	58.876.001,76	298.573,03	298.573,03	0,09%	61.984.895,52	3.108.993,76
LAZER	4.005.000,00	4.045.634,15	0,00	3.005.723,61	0,51%	1.039.910,54	354.111,34	559.201,69	0,16%	3.486.432,46	2.446.521,92
HABITACAO	18.035.000,00	18.045.950,00	359.765,95	514.302,98	0,09%	17.531.647,02	161.564,84	311.632,72	0,09%	17.734.317,28	202.670,26
HABITACAO URBANA	18.035.000,00	18.045.950,00	359.765,95	514.302,98	0,09%	17.531.647,02	161.564,84	311.632,72	0,09%	17.734.317,28	202.670,26
SANEAMENTO	157.628.000,00	157.640.394,83	9.148.885,88	64.483.658,11	10,89%	93.156.736,72	17.372.167,94	26.728.020,78	7,77%	130.912.374,05	37.755.637,33
SERVIÇOS URBANOS	41.520.000,00	41.520.000,00	3.317.509,22	21.307.265,84	3,60%	30.212.734,16	8.107.695,99	11.291.642,90	3,28%	30.228.357,10	10.015.622,94
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	3.468.000,00	3.480.394,83	124.125,79	191.433,52	0,03%	3.288.961,31	124.125,79	191.433,52	0,06%	3.288.961,31	0,00
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.420.000,00	1.420.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.420.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.420.000,00	0,00
ABASTECIMENTO	111.220.000,00	111.220.000,00	5.707.250,87	42.984.958,75	7,26%	68.235.041,25	9.140.346,16	15.244.944,36	4,43%	95.975.055,64	27.740.014,39
GESTÃO AMBIENTAL	4.966.000,00	5.168.184,36	577.095,49	1.567.196,99	0,26%	3.600.987,37	654.255,36	1.096.100,29	0,32%	4.072.084,07	471.096,70
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	732.000,00	934.184,36	38.027,19	122.298,41	0,02%	811.885,95	59.974,59	59.114,05	0,02%	875.070,31	63.184,36
CONTROLE AMBIENTAL	4.234.000,00	4.234.000,00	539.068,30	1.444.898,58	0,24%	2.789.101,42	595.290,77	1.036.986,24	0,30%	3.197.013,76	407.912,34

Continua (2/5)



PREFEITURA
DE BLUMENAU

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016 / BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação (3/5)

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "e")

R\$ Reais

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Saldo	Despesas Liquidadas		Saldo	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc.		
			Até o Bimestre			%	Até o Bimestre			%	
			No Bimestre	(b)			No Bimestre				(d)
AGRICULTURA	4.772.000,00	4.898.284,59	309.148,39	569.963,60	0,10%	4.328.320,99	315.992,13	532.412,62	0,15%	4.365.871,97	37.550,98
EXTENSÃO RURAL	4.252.000,00	4.378.284,59	309.148,39	569.963,60	0,10%	3.808.320,99	315.992,13	532.412,62	0,15%	3.845.871,97	37.550,98
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	520.000,00	520.000,00	0,00	0,00	0,00%	520.000,00	0,00	0,00	0,00%	520.000,00	0,00
INDÚSTRIA	1.010.000,00	1.010.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.010.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.010.000,00	0,00
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	1.010.000,00	1.010.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.010.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.010.000,00	0,00
COMERCIO E SERVIÇOS	35.095.000,00	35.095.942,71	1.352.488,48	5.863.815,27	0,99%	29.232.127,44	1.581.931,15	3.220.054,42	0,94%	31.875.888,29	2.643.760,85
TURISMO	35.095.000,00	35.095.942,71	1.352.488,48	5.863.815,27	0,99%	29.232.127,44	1.581.931,15	3.220.054,42	0,94%	31.875.888,29	2.643.760,85
TRANSPORTE	2.488.000,00	4.408.401,31	844.226,01	1.926.729,06	0,33%	2.481.672,25	517.041,87	991.783,81	0,29%	3.416.617,50	934.945,25
ADMINISTRACAO GERAL	504.000,00	505.000,00	0,00	0,00	0,00%	505.000,00	0,00	0,00	0,00%	505.000,00	0,00
TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	1.979.000,00	3.899.401,31	844.226,01	1.926.729,06	0,33%	1.972.672,25	517.041,87	991.783,81	0,29%	2.907.617,50	934.945,25
TRANSPORTE AEREO	5.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00%	4.000,00	0,00	0,00	0,00%	4.000,00	0,00
DESPORTO E LAZER	10.032.000,00	10.034.391,33	1.128.153,51	1.692.122,26	0,29%	8.342.269,07	1.100.318,25	1.641.838,72	0,48%	8.392.552,61	50.283,54
DESPORTO E RENDIMENTO	7.982.000,00	7.984.391,33	1.128.153,51	1.692.122,26	0,29%	6.292.269,07	1.100.318,25	1.641.838,72	0,48%	6.342.552,61	50.283,54
LAZER	2.050.000,00	2.050.000,00	0,00	0,00	0,00%	2.050.000,00	0,00	0,00	0,00%	2.050.000,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	71.047.000,00	71.047.000,00	10.828.193,88	21.814.217,16	3,68%	49.232.782,84	11.262.553,63	20.213.443,04	5,88%	50.833.556,96	1.600.774,12
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	46.327.000,00	46.327.000,00	6.539.301,74	12.822.262,52	2,17%	33.504.737,48	6.539.301,74	12.822.262,52	3,73%	33.504.737,48	0,00
SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA	1.850.000,00	1.850.000,00	869.031,90	869.031,90	0,15%	980.968,10	869.031,90	869.031,90	0,25%	980.968,10	0,00
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	22.870.000,00	22.870.000,00	3.419.860,24	8.122.922,74	1,37%	14.747.077,26	3.854.219,99	6.522.148,62	1,90%	16.347.851,38	1.600.774,12
Reserva de Contingência	340.000,00	340.000,00	0,00	0,00	0,00%	340.000,00	0,00	0,00	0,00%	340.000,00	0,00
Reserva de Contingência	340.000,00	340.000,00	0,00	0,00	0,00%	340.000,00	0,00	0,00	0,00%	340.000,00	0,00
Reserva de Contingência do RPPS	25.528.000,00	25.528.000,00	0,00	0,00	0,00%	25.528.000,00	0,00	0,00	0,00%	25.528.000,00	0,00
Reserva de Contingência do RPPS	25.528.000,00	25.528.000,00	0,00	0,00	0,00%	25.528.000,00	0,00	0,00	0,00%	25.528.000,00	0,00
DESPESAS (intra-orçamentárias) (II)	62.422.000,00	63.673.098,69	10.786.941,78	23.433.161,53	3,96%	40.239.937,16	11.162.168,17	21.329.448,16	6,20%	42.343.650,53	2.103.713,37
TOTAL (III)=(I + II)	2.093.402.000,00	2.140.491.987,82	218.353.133,38	592.002.979,65	100,00%	1.548.489.008,17	204.493.063,55	343.899.910,73	100,00%	1.798.592.077,09	248.103.068,92

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (btotal b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (dtotal d)		
DESPESAS (intra-orçamentárias)	62.422.000,00	63.673.098,69	10.786.941,78	23.433.161,53	100,00%	40.239.937,16	11.162.168,17	21.329.448,16	100,00%	42.343.650,53	2.103.713,37

Continuação (3/5)



**PREFEITURA
DE BLUMENAU**

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016 / BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação (4/5)

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "e")

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%(b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%(d/total d)		
LEGISLATIVA	965.000,00	1.465.000,00	351.404,81	351.404,81	1.50%	1.113.595,19	345.467,11	345.467,11	1,62%	1.119.532,89	5.937,70
ACAO LEGISLATIVA	965.000,00	1.465.000,00	351.404,81	351.404,81	1.50%	1.113.595,19	345.467,11	345.467,11	1,62%	1.119.532,89	5.937,70
ESSENCIAL A JUSTICA	1.216.000,00	1.216.000,00	160.105,08	313.074,64	1,34%	902.925,36	156.358,24	309.327,80	1,45%	906.672,20	3.746,84
DEFESA DA ORDEM JURIDICA	1.216.000,00	1.216.000,00	160.105,08	313.074,64	1,34%	902.925,36	156.358,24	309.327,80	1,45%	906.672,20	3.746,84
ADMINISTRACAO	12.705.000,00	12.875.500,00	1.908.234,46	3.960.803,76	16,90%	8.914.896,24	1.965.181,40	3.729.982,80	17,49%	9.145.517,20	230.820,96
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	253.000,00	253.000,00	49.604,10	98.549,46	0,42%	154.450,54	49.604,10	98.549,46	0,46%	154.450,54	0,00
ADMINISTRACAO GERAL	11.281.000,00	11.281.500,00	1.494.777,68	3.260.870,96	13,92%	8.020.829,04	1.542.726,78	3.062.054,32	14,36%	8.219.445,68	198.816,64
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.000,00	171.000,00	168.584,64	168.584,64	0,72%	2.415,36	168.584,64	168.584,64	0,79%	2.415,36	0,00
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,21%	0,00	8.997,84	17.995,68	0,08%	32.004,32	0,00
ADMINISTRACAO DE RECEITAS	1.046.000,00	1.046.000,00	179.599,62	354.618,15	1,51%	691.381,85	179.599,62	354.618,15	1,66%	691.381,85	0,00
COMUNICACAO SOCIAL	74.000,00	74.000,00	15.668,42	28.180,55	0,12%	45.819,45	15.668,42	28.180,55	0,13%	45.819,45	0,00
SEGURANCA PUBLICA	1.456.000,00	1.456.000,00	233.783,06	434.508,79	1,85%	1.021.491,21	333.936,73	432.646,42	2,03%	1.023.353,58	1.862,37
NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	1.456.000,00	1.456.000,00	233.783,06	434.508,79	1,85%	1.021.491,21	333.936,73	432.646,42	2,03%	1.023.353,58	1.862,37
ASSISTENCIAL SOCIAL	177.000,00	177.000,00	21.278,90	23.323,80	0,10%	153.676,20	7.812,72	8.715,32	0,04%	168.284,68	14.608,48
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	10.000,00	10.000,00	8.119,02	8.419,02	0,04%	1.580,98	5.572,28	5.615,00	0,03%	4.385,00	2.804,02
ASSISTENCIA COMUNITARIA	167.000,00	167.000,00	13.159,88	14.904,78	0,06%	152.095,22	2.240,44	3.100,32	0,01%	163.899,68	11.804,46
PREVIDENCIA SOCIAL	340.000,00	340.000,00	46.194,83	90.816,52	0,39%	249.183,48	46.194,83	90.816,52	0,43%	249.183,48	0,00
PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	340.000,00	340.000,00	46.194,83	90.816,52	0,39%	249.183,48	46.194,83	90.816,52	0,43%	249.183,48	0,00
SAUDE	16.250.000,00	16.250.000,00	2.939.094,29	6.184.261,68	26,39%	10.065.738,32	3.012.437,42	6.025.344,27	28,25%	10.224.655,73	158.917,41
ATENCAO BASICA	16.250.000,00	16.250.000,00	2.939.094,29	6.184.261,68	26,39%	10.065.738,32	3.012.437,42	6.025.344,27	28,25%	10.224.655,73	158.917,41
TRABALHO	381.000,00	381.000,00	61.725,54	124.486,97	0,53%	256.513,03	61.725,54	124.486,97	0,58%	256.513,03	0,00
FOMENTO AO TRABALHO	381.000,00	381.000,00	61.725,54	124.486,97	0,53%	256.513,03	61.725,54	124.486,97	0,58%	256.513,03	0,00
EDUCACAO	21.460.000,00	21.988.000,00	3.510.093,80	8.056.050,02	34,38%	13.931.949,98	3.581.913,20	7.101.256,53	33,29%	14.886.743,47	954.793,49
ADMINISTRACAO GERAL	680.000,00	680.000,00	44.709,15	94.098,53	0,40%	585.941,47	45.311,37	89.016,67	0,42%	590.983,33	5.041,86
ENSINO FUNDAMENTAL	11.180.000,00	11.504.000,00	1.764.198,46	3.977.302,87	16,97%	7.526.897,13	1.792.828,96	3.564.240,51	16,71%	7.939.759,49	413.062,36
EDUCACAO INFANTIL	9.600.000,00	9.904.000,00	1.701.186,19	3.984.688,62	17,00%	5.819.311,38	1.743.772,87	3.447.999,35	16,17%	6.356.000,65	536.689,27
CULTURA	205.000,00	205.000,00	0,00	198.278,10	0,84%	8.721,90	36.389,05	70.825,72	0,33%	134.174,28	125.452,38
PATRIM. HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOG	2.000,00	2.000,00	0,00	510,00	0,00%	1.490,00	163,64	163,64	0,00%	1.836,36	346,36
DIFUSAO CULTURAL	203.000,00	203.000,00	0,00	198.768,10	0,84%	7.231,90	36.225,41	70.662,08	0,33%	132.337,92	125.106,02
URBANISMO	153.000,00	153.000,00	0,00	46.489,43	0,20%	106.510,57	2.941,67	4.490,33	0,02%	148.509,67	41.998,10
ORDENAMENTO TERRITORIAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.000,00	0,00
INFRA-ESTRUTURA URBANA	40.000,00	40.000,00	0,00	289,43	0,00%	39.710,57	289,43	289,43	0,00%	39.710,57	0,00
SERVICOS URBANOS	112.000,00	112.000,00	0,00	46.200,00	0,20%	66.800,00	2.652,24	4.200,90	0,02%	107.799,10	41.999,10

Continua (4/5)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016 / BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação (5/5)

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ Reais

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Saldo	Despesas Liquidadas		Saldo	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc.
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
		(a)	(b)	(b)	(c) = (a-b)	(d)	(d)	(e) = (a-d)	(f)
GESTÃO AMBIENTAL	424.000,00	424.000,00	57.214,56	117.205,29	306.794,71	84.041,57	110.534,94	313.465,06	6.670,35
CONTROLE AMBIENTAL	424.000,00	424.000,00	57.214,56	117.205,29	306.794,71	84.041,57	110.534,94	313.465,06	6.670,35
AGRICULTURA	8.000,00	8.000,00	0,00	5.088,10	2.911,90	241,53	499,47	7.500,53	4.588,63
EXTENSÃO RURAL	8.000,00	8.000,00	0,00	5.088,10	2.911,90	241,53	499,47	7.500,53	4.588,63
COMÉRCIO E SERVIÇOS	749.000,00	749.000,00	34.315,59	586.211,28	162.788,72	35.722,62	75.727,13	673.272,87	510.484,15
TURISMO	749.000,00	749.000,00	34.315,59	586.211,28	162.788,72	35.722,62	75.727,13	673.272,87	510.484,15
TRANSPORTE	373.000,00	425.598,69	48.513,68	144.742,40	280.856,29	76.586,23	101.190,89	324.407,80	43.551,51
TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	373.000,00	425.598,69	48.513,68	144.742,40	280.856,29	76.586,23	101.190,89	324.407,80	43.551,51
DESPORTO E LAZER	30.000,00	30.000,00	513,87	1.695,61	28.304,39	749,00	1.395,61	28.604,39	300,00
DESPORTO E RECREAÇÃO	30.000,00	30.000,00	513,87	1.695,61	28.304,39	749,00	1.395,61	28.604,39	300,00
ENCARGOS ESPECIAIS	5.530.000,00	5.530.000,00	1.414.469,31	2.796.740,33	2.796.740,33	1.414.469,31	2.796.740,33	2.733.259,67	0,00
SERVIÇO DA DíVIDA INTERNA	5.530.000,00	5.530.000,00	1.414.469,31	2.796.740,33	2.796.740,33	1.414.469,31	2.796.740,33	2.733.259,67	0,00
TOTAL	62.422.000,00	63.673.098,69	10.766.941,78	23.433.161,53	40.239.937,16	11.162.168,17	21.329.448,16	42.343.650,53	2.103.713,37

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável: Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão: 2 de Junho de 2016 e hora da emissão: 03h e 04m

NAPOLEÃO BERNARDES
 Prefeito Municipal
 CPF 038.738.439-19

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
 Secretário Municipal da Fazenda
 CPF 033.846.539-12

ROSANE DOS SANTOS
 Técnica Contábil - TC-CRC/SC 17.460
 CPF 383.022.769-87

RELATORIOS LRF - RREO 2º BIM 2016 - SEFAZ



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO / 2015 A ABRIL / 2016

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	Previsão Atualizada 2016
	Mai/15	Jun/15	Jul/15	Ago/15	Sep/15	Out/15	Nov/15	Dez/15	Jan/16	Fev/16	Mar/16	Abr/16		
RECEITAS CORRENTES (I)	93.284.271,94	91.085.474,66	93.445.064,83	83.897.424,40	94.348.042,79	100.525.575,80	92.710.023,79	106.140.104,27	90.027.480,16	123.308.676,69	109.349.647,05	97.485.678,98	1.178.217.465,36	1.393.438.000,00
Receita Tributária	21.928.741,87	19.056.700,34	20.309.844,24	19.565.884,64	26.001.320,80	20.203.258,98	19.866.587,34	26.006.590,16	15.760.243,26	46.675.486,76	28.965.820,94	21.291.212,48	286.652.191,81	327.236.000,00
IPTU	2.473.974,29	2.521.726,01	2.527.986,39	2.469.488,64	2.424.082,63	2.376.348,38	2.583.923,36	2.814.911,19	729.581,99	30.894.527,25	7.121.027,85	2.862.987,70	61.790.865,66	64.200.000,00
ISS	11.677.277,95	9.680.887,19	9.629.839,87	9.860.261,49	9.691.391,11	9.774.544,85	9.402.864,02	9.622.964,40	9.725.684,85	8.630.652,01	8.439.664,00	9.591.558,94	115.927.530,68	121.000.000,00
ITBI	2.414.545,87	2.032.123,89	2.476.161,44	2.190.813,70	2.121.559,52	2.072.768,36	2.186.794,77	3.376.025,87	1.030.473,58	1.826.578,99	3.640.706,00	1.786.789,45	27.135.343,44	30.000.000,00
IRRF	1.796.533,89	1.698.326,84	2.027.090,66	1.938.262,68	8.549.310,25	2.808.826,25	2.523.526,63	6.528.430,44	0,00	0,00	0,00	0,00	27.866.307,64	0,00
Outras Receitas Tributárias	3.966.409,87	3.123.636,41	3.448.765,88	3.109.058,13	3.214.877,29	3.171.271,16	3.169.538,56	3.666.258,26	4.274.502,84	5.323.728,51	9.794.421,09	7.079.876,39	52.932.444,39	112.096.000,00
Receita de Contribuições	4.730.502,55	4.752.778,55	4.658.058,86	4.017.249,12	5.300.659,02	4.634.463,22	4.641.150,77	5.021.138,30	7.159.746,09	4.751.200,16	4.925.769,62	5.207.940,96	59.800.655,22	60.362.000,00
Receita Patrimonial	3.925.676,77	4.271.561,23	3.895.752,83	-2.584.015,31	1.989.028,00	6.502.784,38	5.278.738,73	4.665.552,31	3.287.757,64	7.213.570,96	10.127.289,25	8.988.011,07	57.341.687,86	60.306.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	757,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	757,00	6.000,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	5.896.003,18	6.069.889,70	6.245.306,78	5.591.488,99	6.116.557,98	6.053.382,43	6.032.680,04	6.475.828,94	6.008.395,18	6.272.262,62	7.319.703,79	6.408.873,08	74.483.392,69	102.397.000,00
Transferências Correntes	53.650.390,79	51.871.449,58	53.802.837,05	52.415.279,01	50.897.799,78	54.858.911,64	52.225.678,80	54.397.281,32	55.128.038,31	55.144.582,89	52.022.744,99	51.781.259,61	638.186.254,77	772.131.000,00
Cota-Parte do FPM	5.160.692,71	4.490.325,81	3.933.377,08	3.888.756,24	3.242.080,26	3.690.024,64	4.168.327,48	7.044.985,09	4.549.827,98	5.895.726,83	3.459.680,48	4.112.828,93	53.404.643,53	57.000.000,00
Cota-Parte do ICMS	18.736.915,31	17.955.922,91	18.127.006,60	17.408.352,02	18.119.083,33	18.751.878,27	18.905.070,35	18.455.616,53	21.712.806,72	17.688.254,68	17.899.402,04	18.403.512,21	222.173.822,97	251.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	3.992.918,55	4.194.168,93	4.574.815,95	4.082.119,71	3.995.789,06	3.757.571,71	2.828.472,36	2.055.785,02	1.854.392,18	2.701.727,69	3.789.094,22	3.871.582,55	41.678.386,93	44.100.000,00
Cota-Parte do ITR	2.632,51	137,20	135,21	149,97	2.103,86	17.474,18	589,53	129,95	48,28	939,00	597,97	139,60	25.077,26	100.000,00
Transferências de LC 87/1995	78.378,95	78.378,95	78.378,95	78.378,95	78.378,95	78.378,95	78.378,95	78.378,95	75.550,56	75.550,56	75.550,56	75.550,56	929.233,84	1.000.000,00
Transferências de LC 61/1989	296.104,00	282.036,37	259.815,37	276.316,31	274.829,13	318.897,35	291.325,27	287.665,92	340.488,33	282.960,25	256.732,07	263.428,77	3.410.602,14	4.200.000,00
Transferências do FUNDEB	10.237.041,26	9.726.683,54	9.312.581,93	9.572.374,96	9.129.267,23	9.686.316,14	9.967.305,67	9.851.474,88	11.196.957,63	10.182.922,51	9.763.986,21	10.204.546,16	118.431.160,42	137.000.000,00
Outras Transferências Correntes	15.145.707,50	15.143.792,87	17.516.725,96	17.128.831,85	16.056.267,96	18.558.370,40	16.388.208,89	16.623.274,98	15.397.965,63	18.526.501,37	16.777.989,44	14.849.680,83	198.113.327,68	277.731.000,00
Outras Receitas Correntes	3.152.956,78	5.063.095,26	4.733.267,07	4.871.537,95	4.042.677,21	8.271.556,15	4.665.178,11	9.570.713,24	2.703.298,68	3.851.543,30	5.968.338,46	3.838.381,80	60.732.546,01	70.940.000,00
DEDUÇÕES (II)	8.225.791,45	9.910.849,95	9.908.546,68	7.913.261,90	9.265.383,70	8.764.985,03	8.697.178,34	9.486.140,29	11.383.358,41	8.781.740,21	8.676.604,07	9.001.882,34	109.405.402,37	114.771.000,00
Contribuição para Plano de Seguridade Social do Servidor	2.572.263,28	2.774.694,04	2.816.326,51	2.184.312,58	3.537.142,66	2.857.024,02	2.858.049,49	3.183.140,16	5.292.338,13	2.861.633,94	2.919.236,26	3.025.863,90	36.881.824,97	34.822.000,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	2.572.263,28	2.774.694,04	2.816.326,51	2.184.312,58	3.537.142,66	2.857.024,02	2.858.049,49	3.183.140,16	5.292.338,13	2.861.633,94	2.919.236,26	3.025.863,90	36.881.824,97	34.822.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	5.653.528,17	5.400.194,43	5.273.019,29	5.142.814,16	5.142.452,72	5.322.844,75	5.254.032,59	5.133.668,72	5.706.622,98	5.287.031,55	5.125.742,87	5.345.404,27	63.787.250,50	71.480.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	85.058.480,49	81.174.624,71	84.346.518,15	75.884.162,50	85.082.759,09	91.760.810,77	84.012.845,45	96.653.963,98	78.444.121,75	115.128.936,48	100.673.042,98	88.493.986,64	1.066.812.062,99	1.278.867.000,00

Fonte: Sistema Thema/GRP. Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau. Data da emissão 2 de Junho de 2016 e hora da emissão 03h e 05m

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal
CPF 038.738.439-19

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
Secretário Municipal da Fazenda
CPF 033.846.539-12

ROSANE DOS SANTOS
Técnica Contábil - TC-CRC/SC
CPF 383.022.769-87

Continua (1/4)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016 / BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação (2/4)

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2016	Em 2016	Em 2015
Apontamentos	0,00	0,00	28.349.091,30	23.570.651,35	28.349.091,30	23.570.651,35	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	3.820.927,04	3.152.586,21	3.820.927,04	3.152.586,21	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	2.618.366,73	2.501.369,59	2.618.366,73	2.501.369,59	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	126.979.000,00	126.979.000,00	609.763,25	547.057,80	419.773,02	416.658,67	189.990,23	130.399,13
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (Intra-orçamentárias) (V)	126.979.000,00	126.979.000,00	609.763,25	547.057,80	419.773,02	416.658,67	189.990,23	130.399,13
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	340.000,00	340.000,00	90.816,52	79.737,29	90.816,52	79.737,29	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	127.319.000,00	127.319.000,00	35.488.964,84	29.851.402,24	35.298.974,61	29.721.003,11	189.990,23	130.399,13
	25.528.000,00	25.528.000,00	26.622.256,27	31.256.586,57	26.812.246,50	31.386.985,70	-189.990,23	-130.399,13

APORTE DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR

APORTES REALIZADOS

TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Piano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes ao RPPS	0,00
Piano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes ao RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Reserva Orçamentária do RPPS

25.528.000,00

BENS E DIREITOS DO RPPS

PERÍODO DE REFERÊNCIA

	2016	2015
Caixa	0,00	0,00

Continuação (2/4)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016 / BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação (3/4)

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
BENS E DIREITOS DO RPPS		
Bancos Conta Movimento	47.832,02	56.702,16
Investimentos	381.684.327,21	385.373.438,37
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		
RECEITAS CORRENTES (VIII)	74.311.000,00	20.202.419,61
Receitas de Contribuições	74.226.000,00	20.176.077,29
Patronal	46.829.000,00	11.283.399,18
Pessoal Civil	46.829.000,00	11.283.399,18
Ativo	46.829.000,00	11.283.399,18
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	20.773.000,00	4.615.222,63
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	6.624.000,00	4.267.465,48
Receta Patrimonial	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	85.000,00	26.342,32
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	74.311.000,00	20.202.419,61
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		
DOTAÇÃO INICIAL	340.000,00	
DOTAÇÃO ATUALIZADA	340.000,00	
DESPESAS EMPENHADAS	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
DESPESAS LIQUIDADAS	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Em 2016	Em 2015
ADMINISTRAÇÃO (XII)	90.816,52	79.737,29
Despesas Correntes	90.816,52	79.737,29
Despesas de Capital	0,00	0,00

Continuação (3/4)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016 / BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação (4/4)

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	Em 2016	Em 2015
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	340.000,00	340.000,00	90.816,52	79.737,29	90.816,52	79.737,29	0,00	0,00

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 2 de Junho de 2016 e hora da emissão 03h e 08m

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal
CPF 038.738.439-19

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
Secretário Municipal da Fazenda
CPF 033.846.539-12

ROSANE DOS SANTOS
Técnica Contábil - TC-CRCSC 17.460
CPF 383.022.769-87

RELATORIOS LRF - RREO 2º BIM 2016 - SEFAZ

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL / 2016 <<>> BIMESTRE MARÇO / ABRIL

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ Reais

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	31/Dez/2015	28/Fev/2016	30/Abr/2016
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	231.659.886,59	240.079.053,64	240.248.883,09
DEDUÇÕES (II)	57.901.957,59	130.209.211,96	127.064.604,15
Disponibilidade de Caixa Bruta	122.468.290,35	141.732.237,55	125.444.328,33
Demais Haveres Financeiros	10.482.141,03	10.520.182,59	10.712.215,58
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	75.048.473,79	22.043.208,18	9.091.939,76
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	173.757.929,00	109.869.841,68	113.184.278,94
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	173.757.929,00	109.869.841,68	113.184.278,94

RESULTADO NOMINAL	Período de Referência	
	No Bimestre	Até o Bimestre
RESULTADO NOMINAL	3.314.437,26	-60.573.650,06

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
------------------------------	-------

Meta de Resultado Nominal Fixada no Anexo de Metas Fiscais para o Exercício de Referência

7.503.451,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	31/Dez/2015	28/Fev/2016	30/Abr/2016
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	328.341.905,94	328.341.905,94	328.341.905,94
Passivo Atuarial	328.341.905,94	328.341.905,94	328.341.905,94
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	354.655.518,17	365.215.275,93	381.726.335,66
Disponibilidade de Caixa Bruta	56.702,16	8.741,29	47.832,02
Investimentos	355.373.438,37	365.221.522,18	381.684.327,21
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	774.622,36	14.987,54	5.823,57
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-26.313.612,23	-36.873.369,99	-53.384.429,72
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-26.313.612,23	-36.873.369,99	-53.384.429,72

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 2 de Junho de 2016 e hora da emissão 02h e 56m

 NAPOLEÃO BERNARDES
 Prefeito Municipal
 CPF 038.738.439-19

 ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
 Secretário Municipal da Fazenda
 CPF 033.846.539-12

 ROSANE DOS SANTOS
 Técnica Contábil - TC-CRC/SC 17.460
 CPF 383.022.769-87

RELATORIOS LRF - RREO 2º BIM 2016 - SEFAZ

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL / 2016 <<>> BIMESTRE MARÇO / ABRIL

RREO - Anexo 6 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ Reais

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	1.351.182.000,00	387.066.523,79	383.245.191,29
Receita Tributária	327.466.000,00	112.731.436,74	102.210.200,78
IPTU	64.200.000,00	41.598.124,79	38.069.636,23
ISS	121.000.000,00	36.387.559,80	36.186.795,87
ITBI	30.000.000,00	8.264.550,02	8.753.758,19
IRRF	39.000.000,00	12.471.301,79	6.372.540,33
Outras Receitas Tributárias	73.266.000,00	14.009.900,34	12.827.470,16
Receita de Contribuições	134.588.000,00	42.220.734,12	50.268.415,48
Receita Previdenciária	109.198.000,00	34.316.269,45	41.534.993,15
Outras Contribuições	25.390.000,00	7.904.464,67	8.733.422,33
Receita Patrimonial Líquida	14.320.000,00	-3.268.933,72	-2.190.224,28
Receita Patrimonial	60.306.000,00	29.576.608,92	21.504.237,77
Aplicações Financeiras (-)	45.986.000,00	32.845.542,64	23.694.462,05
Transferências Correntes	701.111.000,00	192.611.825,13	194.018.095,77
FPM	45.600.000,00	14.254.459,59	14.922.833,35
ICMS	200.800.000,00	60.571.182,48	61.855.451,80
IPVA	35.280.000,00	9.773.421,69	9.579.851,06
Convênios	24.198.000,00	1.201.461,84	1.913.695,18
Outras Transferências Correntes	395.233.000,00	106.811.299,53	105.746.264,38
Demais Receitas Correntes	173.697.000,00	42.771.461,52	38.938.703,54
Dívida Ativa	12.073.000,00	3.527.243,77	3.381.929,64
Diversas Receitas Correntes	161.624.000,00	39.244.217,75	35.556.773,90
RECEITAS DE CAPITAL (II)	696.234.000,00	17.982.631,91	15.646.113,14
Operações de Crédito (III)	362.176.000,00	8.289.369,47	12.836.229,04
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	90.000,00	0,00	71.688,00
Transferências de Capital	333.968.000,00	9.693.262,44	2.738.196,10
Convênios	332.168.000,00	5.467.475,36	779.913,35
Outras Transferências de Capital	1.800.000,00	4.225.787,08	1.958.282,75
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	333.968.000,00	9.693.262,44	2.738.196,10
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	1.685.150.000,00	396.759.786,23	385.983.387,39

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCR. EM RESTOS A PAGAR	
		Até o Bim./2016	Até o Bim./2015	Até o Bim./2016	Até o Bim./2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	1.271.359.225,53	499.354.883,26	444.983.376,62	313.532.753,32	285.523.489,51	185.822.129,94	42.400.090,57
Pessoal e Encargos Sociais	496.905.497,00	152.503.226,19	129.468.650,21	151.870.296,69	128.951.870,24	632.929,50	2.140.007,78
Juros e Encargos da Dívida (IX)	23.888.000,00	3.641.259,33	2.716.891,70	3.641.259,33	2.716.891,70	0,00	0,00
Outras de Despesas Correntes	750.565.728,53	343.210.397,74	312.797.834,71	158.021.197,30	153.854.727,57	185.189.200,44	40.260.082,79
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	1.247.471.225,53	495.713.623,93	442.266.484,92	309.891.493,99	282.806.597,81	185.822.129,94	42.400.090,57
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	843.264.762,29	92.648.096,39	56.200.956,84	30.367.157,41	23.961.616,40	62.280.938,98	10.023.091,60
Investimentos	809.940.762,29	77.806.003,54	46.983.195,21	15.825.064,56	14.743.854,77	61.980.938,98	10.023.091,60
Inversões Financeiras	3.500.000,00	1.995.317,43	100.000,00	1.695.317,43	100.000,00	300.000,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	3.500.000,00	1.995.317,43	100.000,00	1.695.317,43	100.000,00	300.000,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	29.824.000,00	12.846.775,42	9.117.761,63	12.846.775,42	9.117.761,63	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	813.440.762,29	79.801.320,97	47.083.195,21	17.520.381,99	14.843.854,77	62.280.938,98	10.023.091,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	340.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	25.528.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	2.086.779.987,82	575.514.944,90	489.349.680,13	327.411.875,98	297.650.452,58	248.103.068,92	52.423.182,17
RESULTADO PRIMÁRIO (VII - XVIII)	-401.629.987,82	-178.755.158,67	-103.366.292,74	69.347.910,25	88.332.934,81	-248.103.068,92	-52.423.182,17
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	47.089.987,82	17.884.400,66	47.089.987,82	17.884.400,66	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
------------------------------	----------------

Meta de Resultado Primário Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o Exercício de Referência

-360.126.000,00

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 2 de Junho de 2016 e hora da emissão 03h e 09m

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

CPF 038.738.439-19

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES

Secretário Municipal da Fazenda

CPF 033.846.539-12

ROSANE DOS SANTOS

Técnica Contábil - TC-CRC/SC 17.460

CPF 383.022.769-87

RELATORIOS LRF - RREO 2º BIM 2016 - SEFAZ



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016 / BIMESTRE MARÇO A ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, Art. 53, inciso V)

Reais

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROC. E NÃO PROC. LIQUID. EM EXERC. ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015				Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015					
Restos a Pagar (Exceto Intra-orçamentários) (I)	385.080,65	65.392.732,20	64.079.980,62	15.745,01	1.682.087,22	1.097.250,32	50.279.590,15	40.778.515,79	39.790.144,18	2.154.254,99	9.432.441,30	11.114.528,52
Executivo	385.080,65	65.300.468,08	63.987.716,50	15.745,01	1.682.087,22	1.097.250,32	50.279.590,15	40.778.515,79	39.790.144,18	2.154.254,99	9.432.441,30	11.114.528,52
FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU	2.067,51	200.766,22	202.833,73	0,00	0,00	140.000,00	50.279.590,15	64.939,40	64.939,40	8.013,94	143.069,00	143.069,00
FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE	0,00	363.382,33	363.382,33	0,00	0,00	0,00	52.162,76	42.922,54	42.922,54	0,00	9.240,22	9.240,22
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS	0,00	411.306,07	392.208,35	0,00	19.097,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.097,72	19.097,72
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	17.540,12	204.986,02	204.986,02	0,00	17.540,12	12.971,04	112.699,18	95.119,39	54.070,14	10.528,72	61.071,36	78.811,48
FUNDAÇÃO PROMOT.DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB	42.352,10	768.101,66	224.160,41	0,00	586.293,35	201.620,20	186.790,09	102.746,77	90.306,90	3,05	298.100,34	884.393,69
FUNDO MUNIC.DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	25.805,43	25.805,43	0,00	0,00	0,00	12.309,25	9.981,47	9.981,47	70,40	2.257,38	2.257,38
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	305.743,82	236.452,07	5.686,14	63.605,61	0,00	494.333,88	354.188,85	353.593,87	19.967,57	120.772,44	184.378,05
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	11.235.571,41	11.216.739,49	219,02	18.612,90	119.874,02	26.312.526,89	20.681.261,25	20.379.227,65	1.694.405,36	4.358.767,90	4.377.380,80
GABINETE DO PREFEITO	0,00	132.391,53	132.001,37	390,16	0,00	0,00	158.270,86	19.925,34	15.628,38	132.358,00	10.284,48	10.284,48
GABINETE DO VICE PREFEITO	0,00	34.654,49	34.654,49	0,00	0,00	0,00	21.899,48	12.746,67	12.746,67	0,00	9.152,81	9.152,81
INSTITUTO SEGR. SOCIAL DO SERVIDOR DE BNAU - ISSBLU	0,00	774.622,36	774.622,36	0,00	0,00	45.312,82	265.987,01	114.305,96	108.482,39	55.616,35	147.201,09	147.201,09
INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA ITOUUPAVA	0,00	229.924,92	229.924,92	0,00	0,00	0,00	7.763,99	3.793,79	3.793,79	0,00	3.960,20	3.960,20
INTENDENCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA	0,00	21.024,29	21.024,29	0,00	0,00	0,00	4.729,11	3.017,59	3.017,59	0,00	1.711,52	1.711,52
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0,00	455.527,82	455.527,82	0,00	0,00	0,00	15.683,07	10.146,62	10.146,62	0,00	5.536,45	5.536,45
SECRET.DE ASSIST. SOCIAL, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	573.255,78	0,00	0,00	0,00	0,00	573.255,78	573.255,78
SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	0,00	440.914,54	435.637,25	5.277,29	0,00	0,00	992.210,11	766.426,23	756.065,58	8.862,27	227.282,26	227.282,26
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	2.144,95	1.790.653,95	1.760.161,40	792,55	31.844,95	0,00	234.538,10	182.914,37	107.544,59	0,00	126.963,51	158.838,46
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	100.800,00	2.212.848,77	2.209.543,70	3.173,27	100.932,80	0,00	725.270,19	702.852,72	554.000,15	1.340,94	169.869,10	270.801,90
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	0,00	446.965,79	446.965,79	0,00	0,00	0,00	653.527,06	628.877,59	515.088,50	0,00	138.458,56	138.458,56
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,00	307.784,78	307.784,78	0,00	0,00	0,00	414.165,71	198.119,58	184.119,58	285,95	229.760,18	229.760,18
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	990.778,07	990.778,07	0,00	0,00	0,00	538.106,18	268.586,59	268.586,59	127.008,98	142.510,61	142.510,61
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	10.395,00	28.550.399,75	28.363.226,72	0,00	197.568,03	0,00	4.741.666,82	3.754.175,89	3.704.184,63	0,00	1.037.482,19	1.235.050,22
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL	0,00	269.263,04	269.263,04	0,00	0,00	0,00	103.452,86	57.975,65	57.975,65	0,00	45.477,21	45.477,21
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	0,00	1.727.216,57	1.543.116,69	205,68	183.894,20	0,00	7.125.157,62	6.302.932,29	6.233.556,58	75.769,96	815.831,08	999.725,28
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	935,07	0,00	0,00	0,00	935,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	935,07
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO	0,00	540.925,11	540.925,11	0,00	0,00	0,00	171.757,29	131.381,02	131.381,02	986,90	39.389,37	39.389,37
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	0,00	5.036.275,20	4.854.628,65	0,00	181.646,55	0,00	3.046.807,70	2.960.369,78	2.928.287,96	9.011,05	109.508,69	291.155,24

Continua (1/3)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016 / BIMESTRE MARÇO A ABRIL

Continuação (2/3)

RREO - Anexo 7 (LRF, Art. 53, inciso V)

Reais

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROC. E NÃO PROC. LIQUID. EM EXERC. ANTERIORES				RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos		Cancelados
	Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015				Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015				
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	208.845,90	0,00	0,00	0,00	208.845,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	208.845,90
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	0,00	164.820,37	164.820,37	0,00	0,00	0,00	362.882,70	64.123,26	64.123,26	0,00	298.759,44
SERVIÇO AUTON. MUN. DE TRANSITO E TRANSPORTE - SETERB	0,00	826.403,61	825.642,09	0,00	761,52	4.216,46	492.428,77	419.485,16	419.485,16	1.204,90	76.716,69
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	0,00	6.831.399,16	6.760.889,76	0,90	70.508,50	0,00	2.956.451,13	2.825.200,02	2.716.847,52	8.820,65	301.291,46
Legislativo	0,00	92.264,12	92.264,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU	0,00	92.264,12	92.264,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar (Intra-orçamentários) (II)	0,00	10.137.547,42	5.850.250,70	0,00	4.287.296,72	0,00	2.143.592,02	2.142.710,74	2.702,96	881,28	2.140.007,78
TOTAL (III) = (I + II)	385.080,65	75.530.279,62	69.930.231,32	15.745,01	5.969.383,94	1.097.250,32	52.423.182,17	42.921.226,53	39.792.847,14	2.155.136,27	11.572.449,08
											17.541.833,02

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROC. E NÃO PROC. LIQUID. EM EXERC. ANTERIORES				RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)		
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos		Cancelados	Saldo (b)
	Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015				Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015					
Restos a Pagar Intra-orçamentários	0,00	10.137.547,42	5.850.250,70	0,00	4.287.296,72	0,00	2.143.592,02	2.142.710,74	2.702,96	881,28	2.140.007,78	6.427.304,50
Executivo	0,00	10.137.547,42	5.850.250,70	0,00	4.287.296,72	0,00	2.143.592,02	2.142.710,74	2.702,96	881,28	2.140.007,78	6.427.304,50
FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU	0,00	31.442,73	31.442,73	0,00	0,00	0,00	600,94	600,94	600,94	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE	0,00	1.117,19	1.117,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS	0,00	303,09	303,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	48.674,09	48.674,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO PROMOT. DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB	0,00	10.289,76	10.289,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	4.285.408,03	2.434.901,49	0,00	1.850.506,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.850.506,54
GABINETE DO PREFEITO	0,00	20.159,34	8.800,10	0,00	11.359,24	0,00	5.769,01	5.769,01	17.128,25	0,00	5.769,01	17.128,25
GABINETE DO VICE PREFEITO	0,00	2.519,09	1.267,34	0,00	1.251,75	0,00	1.232,21	1.232,21	0,00	0,00	1.232,21	2.483,96
INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA ITUPAVA/A	0,00	8.887,18	4.480,92	0,00	4.406,26	0,00	4.338,70	4.338,70	0,00	0,00	4.338,70	8.744,96
INTENDENCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA	0,00	1.878,82	947,32	0,00	931,50	0,00	911,66	911,66	0,00	0,00	911,66	1.843,16
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0,00	161.140,50	69.985,84	0,00	91.154,66	0,00	47.342,14	47.342,14	0,00	0,00	47.342,14	138.496,80
SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	0,00	43.245,65	21.769,68	0,00	21.475,97	0,00	21.143,67	21.143,67	0,00	0,00	21.143,67	42.619,64

Continua (2/3)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016 / BIMESTRE MARÇO A ABRIL

Continuação (3/3)

RREO - Anexo 7 (LRF, Art. 53, inciso V)

Reais

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROC. E NÃO PROC. LIQUID. EM EXERC. ANTERIORES				RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidadados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015				Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015					
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	0,00	631.321,73	523.377,70	0,00	107.944,03	55.635,36	0,00	55.635,36	0,00	0,00	55.635,36	163.579,39
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	251.591,73	110.284,96	0,00	141.306,77	70.897,52	0,00	70.897,52	0,00	0,00	70.897,52	212.204,29
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	0,00	11.616,87	5.890,96	0,00	5.725,91	5.544,45	0,00	5.544,45	0,00	0,00	5.544,45	11.270,36
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,00	58.709,06	29.045,79	0,00	28.063,27	28.425,73	0,00	28.425,73	0,00	0,00	28.425,73	57.489,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	303.349,15	153.573,21	0,00	149.775,94	144.523,97	0,00	144.523,97	0,00	0,00	144.523,97	294.299,91
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	3.246.490,08	1.627.491,13	0,00	1.618.998,95	1.567.624,24	0,00	1.567.624,24	0,00	0,00	1.567.624,24	3.186.623,19
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL	0,00	45.467,50	22.881,31	0,00	22.786,19	22.252,78	0,00	22.252,78	0,00	0,00	22.252,78	45.038,97
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	0,00	53.394,63	26.822,34	0,00	26.572,29	26.242,89	0,00	26.242,89	0,00	0,00	26.242,89	52.815,18
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO	0,00	224.222,57	96.209,94	0,00	128.012,63	64.093,99	0,00	64.093,99	0,00	0,00	64.093,99	192.106,62
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	0,00	127.447,67	64.080,68	0,00	63.386,99	61.932,34	0,00	61.932,34	68,10	0,00	61.864,24	125.231,23
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	0,00	25.752,21	13.094,38	0,00	12.657,83	12.165,22	0,00	12.165,22	0,00	0,00	12.165,22	24.823,05
SERVIÇO AUTON. MUN. DE TRANSITO E TRANSPORTE - SETERB	0,00	148.880,59	148.880,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	0,00	394.238,16	394.238,16	0,00	0,00	2.915,20	0,00	2.033,92	2.033,92	881,28	0,00	-0,00
TOTAL Intra-orçamentários	0,00	10.137.547,42	5.850.250,70	0,00	4.287.296,72	2.143.592,02	0,00	2.142.710,74	2.702,96	881,28	2.140.007,78	6.427.304,50

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 2 de Junho de 2016 e hora da emissão 03h e 17m

NAPOLEÃO BERNARDES
 Prefeito Municipal
 CPF 038.738.439-19

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
 Secretário Municipal da Fazenda
 CPF 033.846.539-12

ROSANE DOS SANTOS
 Técnica Contábil - TC-CRC/SC 17.460
 CPF 383.022.769-87

RELATORIOS LRF - RREO 2º BIM 2016 - SEFAZ

**PREFEITURA
DE BLUMENAU**

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016 / BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

R\$ Reais

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art.212 da CF)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = ((b/a) x 100)
1 - RECEITAS DE IMPOSTOS	264.800.000,00	264.800.000,00	102.028.374,79	38,53%
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	71.050.000,00	71.050.000,00	44.458.117,34	62,57%
1.1.1 - IPTU	72.800.000,00	72.800.000,00	50.037.693,16	68,73%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	100.000,00	100.000,00	27.160,38	27,16%
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	6.900.000,00	6.900.000,00	2.832.465,92	41,05%
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	100.000,00	100.000,00	366,25	0,37%
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	-8.850.000,00	-8.850.000,00	-8.439.568,37	95,36%
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	30.300.000,00	30.300.000,00	8.266.700,71	27,28%
1.2.1 - ITBI	31.150.000,00	31.150.000,00	8.302.368,58	26,65%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	100.000,00	100.000,00	2.150,69	2,15%
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00%
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00%
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	-1.150.000,00	-1.150.000,00	-37.818,56	3,29%
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	124.450.000,00	124.450.000,00	36.832.254,95	29,60%
1.3.1 - ISS	127.750.000,00	127.750.000,00	36.570.451,31	28,63%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	100.000,00	100.000,00	911,44	0,91%
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	3.800.000,00	3.800.000,00	443.719,41	11,68%
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	100.000,00	100.000,00	64,30	0,06%
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	-7.300.000,00	-7.300.000,00	-182.891,51	2,51%
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	39.000.000,00	39.000.000,00	12.471.301,79	31,98%
1.4.1 - IRRF	39.000.000,00	39.000.000,00	12.471.301,79	31,98%
1.4.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.4.3 - Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.4.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.4.5 - (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art.153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5.1 - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	357.400.000,00	357.400.000,00	107.176.365,02	29,99%
2.1 - Cota-Parte FPM	57.000.000,00	57.000.000,00	17.818.074,22	31,26%
2.1.1 - Parcela Referente à CF, art.159, I, alínea b	57.000.000,00	57.000.000,00	17.818.074,22	31,26%
2.1.2 - Parcela Referente à CF, art.159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.2 - Cota-Parte ICMS	251.000.000,00	251.000.000,00	75.713.977,65	30,16%
2.3 - ICMS - Desoneração - LC 87/1996	1.000.000,00	1.000.000,00	302.202,24	30,22%
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	4.200.000,00	4.200.000,00	1.123.609,42	26,75%
2.5 - Cota-Parte ITR	100.000,00	100.000,00	1.724,85	1,72%
2.6 - Cota-Parte IPVA	44.100.000,00	44.100.000,00	12.216.776,64	27,70%
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00%
3 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	622.200.000,00	622.200.000,00	209.204.739,81	33,62%
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = ((b/a) x 100)
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00%
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	36.229.000,00	36.229.000,00	6.773.900,70	18,70%
5.1 - Transferências do Salário-Educação	13.323.000,00	13.323.000,00	4.852.869,36	36,42%
5.2 - Transferências Diretas PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00%
5.3 - Transferências Diretas PNAE	4.583.000,00	4.583.000,00	978.380,00	21,35%
5.4 - Transferências Diretas PNATE	162.000,00	162.000,00	26.204,06	16,18%
5.5 - Outras Transferências do FNDE	17.920.000,00	17.920.000,00	742.414,49	4,14%
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	241.000,00	241.000,00	174.032,79	72,21%
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	14.165.000,00	14.165.000,00	175.962,68	1,24%
6.1 - Transferências de Convênios	14.155.000,00	14.155.000,00	175.404,22	1,24%
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	10.000,00	10.000,00	558,46	5,58%
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00%
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00%
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	50.394.000,00	50.394.000,00	6.949.863,38	13,79%

Continua (1/3)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016 / BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação (2/3)

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

R\$ Reais

FUNDEB							
RECEITAS DO FUNDEB	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				
			Até o Bimestre (b)	% (c) = ((b/a) x 100)			
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	71.480.000,00	71.480.000,00	21.435.273,00	29,99%			
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB (20% de 2.1.1)	11.400.000,00	11.400.000,00	3.563.614,84	31,26%			
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB (20% de 2.2)	50.200.000,00	50.200.000,00	15.142.795,53	30,16%			
10.3 - ICMS - Desoneração Destinada ao FUNDEB (20% de 2.3)	200.000,00	200.000,00	60.440,45	30,22%			
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB (20% de 2.4)	840.000,00	840.000,00	224.721,88	26,75%			
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB (20% de 1.5 + 2.5)	20.000,00	20.000,00	344,97	1,72%			
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB (20% de 2.6)	8.820.000,00	8.820.000,00	2.443.355,33	27,70%			
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	137.300.000,00	137.300.000,00	41.510.369,40	30,23%			
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	137.000.000,00	137.000.000,00	41.348.114,51	30,18%			
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00%			
11.3 - Receita de Aplicação Financeira do Recursos do FUNDEB	300.000,00	300.000,00	162.254,89	54,08%			
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	65.520.000,00	65.520.000,00	19.912.841,51	30,39%			
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	0,00	0,00	19.912.841,51	100,00%			
DEPESAS DO FUNDEB	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (i)	
			Até o Bimestre (e)	% (f) = ((e/d) x 100)	Até o Bimestre (g)	% (h) = ((g/d) x 100)	
13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	126.316.000,00	126.316.000,00	36.928.380,42	29,23%	36.928.380,42	29,23%	0,00
13.1 - Com Educação Infantil	60.246.000,00	60.246.000,00	18.211.009,21	30,23%	18.211.009,21	30,23%	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	66.070.000,00	66.070.000,00	18.717.371,21	28,33%	18.717.371,21	28,33%	0,00
14 - OUTRAS DESPESAS	10.984.000,00	10.984.000,00	4.495.990,30	40,93%	4.245.749,24	38,65%	250.241,06
14.1 - Com Educação Infantil	6.350.000,00	6.350.000,00	2.585.165,51	40,71%	2.334.924,45	36,77%	250.241,06
14.2 - Com Ensino Fundamental	4.634.000,00	4.634.000,00	1.910.824,79	41,23%	1.910.824,79	41,23%	0,00
15 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	137.300.000,00	137.300.000,00	41.424.370,72	30,17%	41.174.129,66	29,99%	250.241,06
DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB							Valor
16 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							0,00
16.1 - FUNDEB 60%							0,00
16.2 - FUNDEB 40%							0,00
17 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							Valor
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							41.174.129,66
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) * 100)%							88,96%
19.2 - Mínimo de 40% em despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) * 100)%							10,23%
19.3 - Máximo de 5% não aplicado no exercício (100 - (19.1 - 19.2))%							0,81%
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							Valor
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016							0,00

MANUTENÇÃO E DESENV. DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				
			Até o Bimestre (b)	% (c) = ((b/a) x 100)			
22 - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)	155.550.000,00	155.550.000,00	52.301.184,97	33,62%			
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (i)	
			Até o Bimestre (e)	% (f) = ((e/d) x 100)	Até o Bimestre (g)	% (h) = ((g/d) x 100)	
23 - EDUCAÇÃO INFANTIL	128.277.000,00	128.277.000,00	41.504.998,80	32,36%	31.747.780,76	24,75%	9.757.218,04
23.1 - Creches	56.441.880,00	56.441.880,00	18.262.199,47	32,36%	13.969.023,53	24,75%	4.293.175,94
23.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	29.302.240,00	29.302.240,00	9.150.316,88	31,23%	9.040.210,81	30,85%	110.106,07
23.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	27.139.640,00	27.139.640,00	9.111.882,60	33,57%	4.928.812,72	18,16%	4.183.069,87
23.2 - Pré-escola	71.835.120,00	71.835.120,00	23.242.799,33	32,36%	17.778.757,23	24,75%	5.464.042,10
23.2.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	37.293.760,00	37.293.760,00	11.645.857,84	31,23%	11.505.722,85	30,85%	140.134,99
23.2.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	34.541.360,00	34.541.360,00	11.596.941,48	33,57%	6.273.034,38	18,16%	5.323.907,11
24 - ENSINO FUNDAMENTAL	123.621.000,00	123.621.000,00	41.810.843,59	33,82%	34.348.316,46	27,79%	7.462.527,13
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	70.704.000,00	70.704.000,00	20.628.196,00	29,18%	20.628.196,00	29,18%	0,00
24.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	52.917.000,00	52.917.000,00	21.182.647,59	40,03%	13.720.120,46	25,93%	7.462.527,13
25 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
26 - ENSINO SUPERIOR	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
27 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
28 - OUTRAS	11.444.000,00	11.444.000,00	9.011.902,65	78,75%	8.390.836,58	73,32%	621.066,07
29 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	265.342.000,00	263.342.000,00	92.327.745,04	35,06%	74.486.933,80	28,29%	17.840.811,24

Continua (2/3)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016 / BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação (3/3)

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

R\$ Reais

MANUTENÇÃO E DESENV. DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
30 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (12)	19.912.641,51
31 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32 - RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE (50 h)	162.254,89
33 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
34 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
36 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO (46 g)	0,00
37 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	20.075.096,40
38 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - 37)	46.021.000,82
39 - MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38 / 3) * 100) %	22,00%

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Orçamento	Dotação Atualizada (g)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = ((e/d) x 100)	Até o Bimestre (g)	% (h) = ((g/d) x 100)	
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
41 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	13.403.000,00	13.598.160,70	5.612.159,19	41,27%	3.192.741,05	23,48%	2.419.418,14
42 - DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
43 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	36.991.000,00	37.978.319,24	2.074.109,01	5,46%	646.304,07	1,70%	1.427.804,94
44 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	50.394.000,00	51.576.479,94	7.686.268,20	14,90%	3.839.045,12	7,44%	3.847.223,08
45 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	315.736.000,00	314.918.479,94	100.014.013,24	31,76%	78.325.978,92	24,87%	21.688.034,32
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						Saldo Até o Bimestre	Cancelado em 2016 (i)
46 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE						0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino						0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB						0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	Valor
47 - SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	6.872.045,41
48 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	41.348.114,51
49 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	40.750.169,24
49.1 - Orçamento do Exercício	32.697.298,25
49.2 - Restos a Pagar	14.363.054,47
50 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	162.254,89
51 - (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	7.632.245,57

Nota: O valor apresentado na linha 49 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE R\$ 40.750.169,24, representa o valor líquido das despesas, sendo que o valor bruto é R\$ 47.060.352,72.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 2 de Junho de 2016 e hora da emissão 05h e 20m

NAPOLEÃO BERNARDES
 Prefeito Municipal
 CPF 038.738.439-19

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
 Secretário Municipal da Fazenda
 CPF 033.846.539-12

ROSANE DOS SANTOS
 Técnica Contábil - TC-CRC/SC 17.460
 CPF 383.022.769-87

RELATORIOS LRF - RREO 2º BIM 2016 - SEFAZ

**PREFEITURA
DE BLUMENAU**

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Reais

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas	
			Até o bimestre (b)	% ((b/a) x 100)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	265.600.000,00	265.600.000,00	102.028.374,79	38,41%
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	64.200.000,00	64.200.000,00	41.598.124,79	64,79%
Imposto Sobre a Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	30.000.000,00	30.000.000,00	8.264.550,02	27,55%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	121.000.000,00	121.000.000,00	36.387.559,80	30,07%
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	39.000.000,00	39.000.000,00	12.471.301,79	31,98%
Imposto Territorial Urbano - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	300.000,00	300.000,00	30.222,51	10,07%
Dívida Ativa dos Impostos	10.800.000,00	10.800.000,00	3.276.185,33	30,34%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa dos Impostos	300.000,00	300.000,00	430,55	0,14%
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	357.400.000,00	357.400.000,00	107.176.365,02	29,99%
Cota-Parte FPM	57.000.000,00	57.000.000,00	17.818.074,22	31,26%
Cota-Parte ITR	100.000,00	100.000,00	1.724,85	1,72%
Cota-Parte IPVA	44.100.000,00	44.100.000,00	12.216.776,64	27,70%
Cota-Parte ICMS	251.000.000,00	251.000.000,00	75.713.977,65	30,16%
Cota-Parte IPI-Exportação	4.200.000,00	4.200.000,00	1.123.609,42	26,75%
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00%
Desoneração ICMS (LC 87/96)	1.000.000,00	1.000.000,00	302.202,24	30,22%
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) =	623.000.000,00	623.000.000,00	209.204.739,81	33,58%

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	Previsão inicial	Previsão atualizada (c)	Receitas realizadas	
			Até o bimestre (d)	% ((d/c) x 100)
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	225.841.000,00	225.841.000,00	57.105.844,83	25,29%
Provenientes da União	206.428.000,00	206.428.000,00	53.765.867,67	26,05%
Provenientes dos Estados	17.963.000,00	17.963.000,00	2.930.055,85	16,31%
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras Receitas do SUS	1.450.000,00	1.450.000,00	409.921,31	28,27%
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00%
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.009.000,00	1.009.000,00	458.770,12	45,47%
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	226.850.000,00	226.850.000,00	57.564.614,95	25,38%

DESPESAS COM SAÚDE	Dotação inicial	Dotação atualizada (e)	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados
			Até o bimestre (f)	% ((f/e) x 100)	Até o bimestre (g)	% ((g/e) x 100)	
DESPESAS CORRENTES	361.227.000,00	361.851.718,00	154.462.719,83	42,69%	84.424.774,16	23,33%	70.037.945,67
Pessoal e Encargos Sociais	131.067.000,00	131.197.000,00	45.709.134,90	34,84%	45.709.134,90	34,84%	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Outras Despesas Correntes	230.160.000,00	230.654.718,00	108.753.584,93	47,15%	38.715.639,26	16,79%	70.037.945,67
DESPESAS DE CAPITAL	14.675.000,00	14.725.000,00	449.958,45	3,06%	183.222,80	1,24%	266.735,65
Investimentos	14.675.000,00	14.725.000,00	449.958,45	3,06%	183.222,80	1,24%	266.735,65
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	375.902.000,00	376.576.718,00	154.912.678,28	41,14%	84.607.996,96	22,47%	70.304.681,32

Continua (1/2)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

Continuação (2/2)

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Reais

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados
			Até o bimestre (h)	% ((h/IVf) x 100)	Até o bimestre (i)	% ((i/IVg) x 100)	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	321.692,76	0,21%	321.692,76	0,38%	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	225.840.000,00	226.514.718,00	91.403.226,28	59,00%	38.664.141,95	45,70%	52.739.084,33
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	210.766.000,00	211.440.718,00	91.403.216,28	59,00%	38.664.141,95	45,70%	52.739.074,33
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Outros Recursos	15.074.000,00	15.074.000,00	10,00	0,00%	0,00	0,00%	10,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	225.840.000,00	226.514.718,00	91.724.919,04	59,21%	38.985.834,71	46,08%	52.739.084,33
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	150.062.000,00	150.062.000,00	63.187.759,24	42,11%	45.622.162,25	30,40%	17.565.596,99
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%							21,81%
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - ((15 x IIIB)/100)]							14.241.451,28

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	Inscritos	Cancelados/ prescritos	Pagos	A pagar	Parcela considerada no limite
Inscritos em 2015	41.735.328,13	1.670.220,63	33.938.985,94	6.126.121,56	26.276.702,55
Inscritos em 2014	37.372.771,77	6.173.380,17	31.102.062,56	97.329,04	32.272.697,70
Inscritos em 2013	9.053.027,72	606.182,68	8.446.845,04	0,00	5.386.818,70
Inscritos em 2012	4.556.464,60	398.321,35	4.158.143,25	0,00	3.838.175,66
Inscritos em 2011	7.534.727,63	823.049,24	6.711.678,39	0,00	5.484.722,01
Exercícios anteriores ao de referência - Somatório	29.267.767,33	1.569.379,33	27.698.388,00	0,00	16.667.920,45
Total	129.520.087,18	11.240.533,40	112.056.103,18	6.223.450,60	89.947.037,07

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE - ARTIGO 24, § 1º e 2º	DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo final (não aplicado)
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 e 26	RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo final (não aplicado)
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados
			Até o bimestre (l)	% ((l/total l) x 100)	Até o bimestre (m)	% ((m/total m) x 100)	
Atenção Básica	183.217.000,00	183.461.718,00	66.344.216,82	42,83%	52.011.054,19	61,47%	14.333.162,63
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	188.971.000,00	189.151.000,00	86.240.277,25	55,67%	31.291.579,96	36,98%	54.948.697,29
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Vigilância Sanitária	1.061.000,00	1.061.000,00	593.544,88	0,38%	273.264,39	0,32%	320.280,49
Vigilância Epidemiológica	1.523.000,00	1.773.000,00	1.412.946,57	0,91%	710.405,66	0,84%	702.540,91
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Outras subfunções	1.130.000,00	1.130.000,00	321.692,76	0,21%	321.692,76	0,38%	0,00
TOTAL	375.902.000,00	376.576.718,00	154.912.678,28	41,14%	84.607.996,96	22,47%	70.304.681,32

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 2 de Junho de 2016 e hora da emissão 03h e 19m

NAPOLEÃO BERNARDES
 Prefeito Municipal
 CPF 038.738.439-19

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
 Secretário Municipal da Fazenda
 CPF 033.846.539-12

ROSANE DOS SANTOS
 Técnica Contábil - TC-CRC/SC 17.460
 CPF 383.022.769-87

RELATORIOS LRF - RREO 2º BIM 2016 - SEFAZ

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

LRF, Art. 48 - Anexo 14

Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No bimestre	Até o bimestre
----------------------	-------------	----------------

RECEITAS

Previsão Inicial		2.093.402.000,00
Previsão Atualizada		2.093.402.000,00
Receitas Realizadas	217.208.738,64	437.894.698,34
Déficit Orçamentário		0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		47.089.987,82

DESPESAS

Dotação Inicial		2.093.402.000,00
Créditos Adicionais		47.089.987,82
Dotação Atualizada		2.140.491.987,82
Despesas Empenhadas	218.353.133,38	592.002.979,65
Despesas Liquidadas	204.493.063,55	343.899.910,73
Despesas Pagas	197.275.955,90	293.449.305,05
Superávit Orçamentário		93.994.787,61

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No bimestre	Até o bimestre
-------------------------------	-------------	----------------

Despesas Empenhadas	218.353.133,38	592.002.979,65
Despesas Liquidadas	204.493.063,55	343.899.910,73

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o bimestre
--------------------------------	----------------

Receita Corrente Líquida	1.066.812.062,99
--------------------------	------------------

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No bimestre	Até o bimestre
--	-------------	----------------

Regime Geral de Previdência Social

Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	
Resultado Previdenciário (III) = (I-II)	

Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	34.590.304,77	62.111.221,11
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	18.370.330,99	35.298.974,61
Resultado Previdenciário (VI) = (IV-V)	16.219.973,78	26.812.246,50

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no AMF da LDO (a)	Resultado apurado até o bimestre (b)	% em relação à meta (b/a)
-------------------------------	-------------------------------	--------------------------------------	---------------------------

Resultado Nominal	7.503.451,00	-64.037.984,25	-853,45%
Resultado Primário	-360.126.000,00	69.347.910,25	-19,26%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a pagar
---	-----------	-----------------------------	--------------------------	---------------

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	75.915.360,27	15.745,01	69.930.231,32	5.969.383,94
Executivo	75.823.096,15	15.745,01	69.837.967,20	5.969.383,94
Legislativo	92.264,12	0,00	92.264,12	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	53.520.432,49	2.155.136,27	39.792.847,14	11.572.449,08
Executivo	53.520.432,49	2.155.136,27	39.792.847,14	11.572.449,08
Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL	129.435.792,76	2.170.881,28	109.723.078,46	17.541.833,02
--------------	----------------	--------------	----------------	---------------

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% mínimo a aplicar no exercício	% aplicado até o bimestre

Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	46.021.000,82	25,00%	22,00%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remun.do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	36.928.380,42	60,00%	88,96%

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo não realizado
--	------------------------------	---------------------

Receitas de Operações de Crédito	8.289.369,47	353.886.630,53
----------------------------------	--------------	----------------

Continua (1/2)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

Continuação (2/2)

LRF, Art. 48 - Anexo 14

Reais

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o bimestre		Saldo não realizado	
Despesa de Capital Líquida		30.367.157,41		750.616.665,90	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Exercício 2015	10º Exercício 2024	20º Exercício 2034	35º Exercício 2049
Regime Geral de Previdência Social					
Receitas Previdenciárias (I)					
Despesas Previdenciárias (II)					
Resultado Previdenciário (III = II-I)					
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		93.702.944,99	265.137.924,01	350.803.156,87	314.783.274,59
Despesas Previdenciárias (V)		79.475.955,16	155.388.371,63	239.006.449,73	258.350.346,77
Resultado Previdenciário (VI = IV-V)		14.226.989,83	109.749.552,38	111.796.707,14	56.432.927,82
Receitas Previdenciárias (VII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (VIII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IX = VII-VIII)		0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o bimestre		Saldo não realizado	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00		90.000,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00		55.000,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais		
			% mínimo a aplicar no exercício	% aplicado até o bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		45.622.162,25	15,00%	21,81%	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente			
Total das Despesas/RCL (%)		0,00%			

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 2 de Junho de 2016 e hora da emissão 05h e 26m

 NAPOLEÃO BERNARDES
 Prefeito Municipal
 CPF 038.738.439-19

 ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
 Secretário Municipal da Fazenda
 CPF 033.846.539-12

 ROSANE DOS SANTOS
 Técnica Contabil - TC-CRC/SC 17.460
 CPF 383.022.769-87

RELATORIOS LRF - RGF 1º QUADRIMESTRE 2016 - SEFAZ

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO / 2015 A ABRIL / 2016

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

Reais

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESS. (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	480.419.407,69	2.140.007,78
Pessoal Ativo	466.024.825,52	2.140.007,78
Pessoal Inativo e Pensionistas	14.394.582,17	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art.19, § 1º da LRF) (II)	336.378,50	0,00
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	27.517,09	0,00
Decorrentes de decisão judicial	308.861,41	0,00
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00
Inativos e pensionistas com recursos vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	480.083.029,19	2.140.007,78

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.066.812.062,99	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	482.223.036,97	45,2022 %
LIMITE MÁXIMO (VI)(incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	576.078.514,01	54,0000 %
LIMITE PRUDENCIAL (VII)=(0,95 x VI)(§ único, art. 22 da LRF)	547.274.588,31	51,3000 %
LIMITE DE ALERTA (VIII)=(0,90 x VI)(Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	518.470.662,61	48,6000 %

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 2 de Junho de 2016 e hora da emissão 05h e 39m

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

CPF 038.738.439-19

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES

Secretário Municipal da Fazenda

CPF 033.846.539-12

ROSANE DOS SANTOS

Técnica Contabil - TC-CRC/SC 17.460

CPF 383.022.769-87

RELATORIOS LRF - RGF 1º QUADRIMESTRE 2016 - SEFAZ

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL / 2016

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

Reais

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadr.	Até o 2º Quadr.	Até o 3º Quadr.
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	231.659.886,59	240.248.883,09	-	-
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	-	-
Dívida Contratual (=IV)	229.279.860,82	238.167.875,31	-	-
Interna	187.546.715,05	193.336.308,91	-	-
Externa	41.733.145,77	44.831.566,40	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e Não Pagos	2.380.025,77	2.081.007,78	-	-
Outras Dívidas	0,00	0,00	-	-
DEDUÇÕES (II)	57.901.957,59	127.064.604,15	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	122.468.290,35	125.444.328,33	-	-
Demais Haveres Financeiros	10.482.141,03	10.712.215,58	-	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	75.048.473,79	9.091.939,76	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	173.757.929,00	113.184.278,94	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	1.046.974.914,43	1.066.812.062,99	-	-
% da DC Sobre a RCL	22,1300 %	22,5200 %	-	-
% da DCL Sobre a RCL	16,6000 %	10,6100 %	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	120%	1.256.369.897,32	1.280.174.475,59	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	108%	1.130.732.907,58	1.152.157.028,03	-

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadr.	Até o 2º Quadr.	Até o 3º Quadr.
Dívida Contratual (IV = V + VI + VII + VIII)	229.279.860,82	238.167.875,31	-	-
Dívida de PPP (V)	0,00	0,00	-	-
Parcelamentos de Dívidas (VI)	74.557.807,54	83.240.076,26	-	-
De Tributos	16.054.422,32	15.672.235,95	-	-
De Contribuições Sociais	56.188.161,47	65.520.895,35	-	-
Previdenciárias	56.188.161,47	65.520.895,35	-	-
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	-	-
Do FGTS	2.315.223,75	2.046.944,96	-	-
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	-	-
Dívida com Instituição Financeira (VII)	154.722.053,28	154.927.799,05	-	-
Interna	112.988.907,51	110.096.232,65	-	-
Externa	41.733.145,77	44.831.566,40	-	-
Demais Dívidas Contratuais (VIII)	0,00	0,00	-	-

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadr.	Até o 2º Quadr.	Até o 3º Quadr.
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	-	-
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	-	-
Depósitos	13.135.925,69	11.423.174,14	-	-
RP Não-Processados de Exercícios Anteriores	-81.552.782,65	8.302.692,17	-	-
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	-	-

Continua (1/2)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL / 2016

Continuação (2/2)

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

Reais

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadr.	Até o 2º Quadr.	Até o 3º Quadr.
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	328.341.905,94	328.341.905,94	-	-
Passivo Atuarial	328.341.905,94	328.341.905,94	-	-
Outras Dívidas	0,00	0,00	-	-
DEDUÇÕES (X)	354.655.518,17	381.726.335,66	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	56.702,16	47.832,02	-	-
Investimentos (Regime Previdenciário)	355.373.438,37	381.684.327,21	-	-
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	-	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	774.622,36	5.823,57	-	-
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	-11.348.303,44	1.486.897,23	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-26.313.612,23	-53.384.429,72	-	-

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 2 de Junho de 2016 e hora da emissão 05h e 41m

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal
 CPF 038.738.439-19

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
Secretário Municipal da Fazenda
 CPF 033.846.539-12

ROSANE DOS SANTOS
Técnica Contábil - TC-CRC/SC 17.460
 CPF 383.022.769-87

RELATORIOS LRF - RGF 1º QUADRIMESTRE 2016 - SEFAZ

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU

PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL / 2016

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "c" e Art. 40, § 1º - Anexo III

Reais

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadr.	Até o 2º Quadr.	Até o 3º Quadr.
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	-	-
Outras garantias nos termos da LRF	0,00	0,00	-	-
INTERNAS (II)	0,00	0,00	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	-	-
Outras garantias nos termos da LRF	0,00	0,00	-	-
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I+II)	0,00	0,00	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.046.974.914,43	1.066.812.062,99	-	-
% DO TOTAL DAS GARANTIAS SOBRE A RCL	0,00%	0,00%	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 22,00%	230.334.481,17	234.698.653,86	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) 19,80%	207.301.033,06	211.228.788,47	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadr.	Até o 2º Quadr.	Até o 3º Quadr.
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	-	-
Outras garantias nos termos da LRF	0,00	0,00	-	-
INTERNAS (VI)	0,00	0,00	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	-	-
Outras garantias nos termos da LRF	0,00	0,00	-	-
TOTAL DAS CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V+VI)	0,00	0,00	-	-

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 2 de Junho de 2016 e hora da emissão 05h e 43m

 NAPOLEÃO BERNARDES
 Prefeito Municipal
 CPF 038.738.439-19

 ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
 Secretário Municipal da Fazenda
 CPF 033.846.539-12

 ROSANE DOS SANTOS
 Técnica Contábil - TC-CRC/SC 17.460
 CPF 383.022.769-87

RELATORIOS LRF - RGF 1º QUADRIMESTRE 2016 - SEFAZ

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU

PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL / 2016

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c" - Anexo IV

Reais

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	8.289.369,47	8.289.369,47
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	8.289.369,47	8.289.369,47
Interna	4.890.398,22	4.890.398,22
Abertura de Crédito	4.890.398,22	4.890.398,22
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPPs	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações da Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art.29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	3.398.971,25	3.398.971,25
Abertura de Crédito	3.398.971,25	3.398.971,25
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPPs	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações da Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art.29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00

Continua (1/2)



CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL / 2016

Continuação (2/2)

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c" - Anexo IV

Reais

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.066.812.062,99	100,00%
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00%
Do Período de Referência (III)	0,00	0,00
De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	8.289.369,47	0,78%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	170.689.930,08	16,00%
LIMITE DE ALERTA (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	153.620.937,07	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	74.676.844,41	7,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	8.289.369,47	0,78%

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 2 de Junho de 2016 e hora da emissão 05h e 44m

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal
CPF 038.738.439-19

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES
Secretário Municipal da Fazenda
CPF 033.846.539-12

ROSANE DOS SANTOS
Técnica Contábil - TC-CRC/SC 17.460
CPF 383.022.769-87

RELATORIOS LRF - RGF 1º QUADRIMESTRE 2016 - SEFAZ

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU

PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ATÉ O 1º QUADRIMESTRE DE 2016 [Abril]

LRF, Art. 48 - Anexo VI

Reais

RESTOS A PAGAR	VALOR ATÉ O BIMESTRE
----------------	----------------------

Receita Corrente Líquida

1.066.812.062,99

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
---------------------	-------	---------------

Despesa Total Com Pessoal - Dtp (V) = (liia + liib)

482.223.036,97

45,20%

Limite Máximo (Vi)(Incisos I, II e III, Art. 20 Da Lrf)

576.078.514,01

54,00%

Limite Prudencial (Vii)=(0,95 X Vi)(§ Único, Art. 22 Da Lrf)

547.274.588,31

51,30%

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
--------------------	-------	---------------

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

113.184.278,94

10,61%

LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL

1.280.174.475,59

120,00%

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
----------------------	-------	---------------

Total Das Garantias Concedidas

0,00

0,00%

Limite Definido Por Resolução Do Senado Federal 22,00%

234.698.653,86

22,00%

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
----------------------	-------	---------------

Operações De Crédito Internas E Externas

8.289.369,47

0,78%

Operações De Crédito Por Antecipação Da Receita

0,00

0,00%

Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas

170.689.930,08

16,00%

Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita

74.676.844,41

7,00%

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
----------------	--	--

Valor Apurado Nos Demonstrativos Respetivos

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 2 de Junho de 2016 e hora da emissão 04h e 41m

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

CPF 038.738.439-19

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES

Secretário Municipal da Fazenda

CPF 033.846.539-12

ROSANE DOS SANTOS

Técnica Contábil - TC-CRC/SC 17.460

CPF 383.022.769-87

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016**

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e Posto Bela Jóia Ltda.

DATA: 31/05/2016.

VENCIMENTO: 31/05/2017.

Lote	Descrição	Unidade	Quantidade anual estimada	Valor unitário	Valor total estimado
01A	Gasolina comum	Litro	30.000	R\$ 3,239	R\$97.170,00
01B	Etanol	Litro	5.000	R\$2,749	R\$13.745,00
Valor total estimado: R\$ 110.915,00 (cento e dez mil novecentos e quinze reais)					

RESOLUÇÃO 469

RESOLUÇÃO Nº 469

ACRESCENTA ARTIGO 54-A À RESOLUÇÃO Nº 423, DE 16 DE MAIO DE 2013, PARA INSTITUIR A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE EM COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO NA CÂMARA MUNICIPAL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, inciso VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º À Seção I do Capítulo V da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, que "Dispõe sobre a organização da Estrutura Administrativa da Câmara Municipal e determina providências conexas", é acrescentado o art. 54-A, com a seguinte redação:

"Art. 54-A. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade em Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em quantidade de 4 (quatro), a ser concedida aos servidores públicos efetivos da Câmara Municipal, designados por ato da Mesa Diretora, para auxiliar e assessorar todos os trabalhos internos e externos da CPI.

Parágrafo único. A gratificação prevista neste artigo será concedida pelo período de duração dos trabalhos da CPI."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 31 DE MAIO DE 2016.

Mário Hildebrandt
PresidenteMarcos da Rosa
Vice-PresidenteCélio Dias
1º SecretárioMarco Antonio Wanrowsky
2º Secretário

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4888/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº. 4888/2016 de 31 de Maio de 2016.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 0604/2016, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 10.520/02 e 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Leiloeiro e equipe de apoio, nomeados pelo Decreto nº 4855/2016 de 30 de Março de 2.016, sobre o Processo de Licitação nº. 0604/2016, que tem por objeto Venda de veículos, máquinas e implementos inservíveis a Administração Pública Municipal.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
13	DELMAR NEU	LAMINA DIANTEIRA, para acoplagem em trator de pneus, registrado no patrimônio público municipal sob nº. 2476, no estado de conservação em que se encontra.	1,00	850,00
06	DERCIO LOSCH	COLHEDORA DE FORRAGENS DE PRECISÃO JF-C120, registrado no patrimônio público municipal sob nº. 2428, no estado de conservação em que se encontra.	1,00	6.900,00
03	ELISEU RAGAZZON	CARRETA AGRICOLA BASCULANTE METAL MAX SERIE 084 2014 MODELO MTX 6000, capacidade 6 toneladas, registrado no patrimônio público municipal sob nº. 2.600, no estado de conservação em que se encontra.	1,00	8.100,00
10	JAIME SPEROTTO	CAMINHÃO VW 14.140, de cor branca, ano de fabricação e modelo 1988, chassi nº. 9BWZZD4ZJC000707, renavam nº. 553880675, Placas LYF 1581, registrado no patrimônio público municipal sob nº 3391, no estado de conservação em que se encontra.	1,00	8.200,00
04	NILSO ANTONIO MACHA-JEWSKI	DISTRIBUIDOR DE CALCARIO DO – 7500 SERIE 0539, registrado no patrimônio público municipal sob nº. 2430, no estado de conservação em que se encontra.	1,00	3.200,00
02	RELIN COMÉRCIO DEVEICULOS LTDA ME	AUTOMOVEL FIAT SIENA FIRE FLEX, de cor azul, ano de fabricação 2006 e modelo 2007, chassi nº. 9BD17203GG3234498, renavam nº. 885672240, Placas AVL 0607, registrado no patrimônio público municipal sob nº. 2540, no estado de conservação em que se encontra.	1,00	5.500,00
09	RELIN COMÉRCIO DEVEICULOS LTDA ME	AUTOMOVEL GM S10 2.2 S, de cor preta, ano de fabricação e modelo 1997, chassi nº. 9BG124ARVVC930164, renavam nº. 670863114, Placas CIT 0263, registrado no patrimônio público municipal sob nº. 2593, no estado de conservação em que se encontra.	1,00	3.500,00
11	ROMAPLAN SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA ME	CAÇAMBA BASCULANTE marca Librelato, número de série 102B5552, capacidade de 10 metros cúbicos, 02 cilindros inferiores hidráulico, registrado no patrimônio público municipal sob nº 2496, no estado de conservação em que se encontra.	1,00	10.300,00
07	VALDENOR NASCIMENTO	AUTOMOVEL FIAT UNO MILLE WAY ECON, de cor verde, ano de fabricação 2009 e modelo 2010, chassi nº. 9BD15844AA6263993, renavam nº. 138700222, Placas MGK 9344, registrado no patrimônio público municipal sob nº. 2825, no estado de conservação em que se encontra.	1,00	9.100,00
01	WALMIR RIPKE	CAMINHÃO C. ABERTA/MERCEDES BENZ L 1313, de cor laranja, ano de fabricação 1974, modelo 1974, chassi nº. 34500212008475, renavam nº. 347422101, Placas CPG 6727, registrado no patrimônio público municipal sob nº. 2600, no estado de conservação em que se encontra.	1,00	22.000,00

Setenta e sete mil seiscentos e cinquenta reais

77.650,00



Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicidade no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de Setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,
aos 31/05/16.

Airton Antônio Reinehr
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

CONCURSO Nº 01/2015 RETIFICAÇÃO

RETIFICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito de Bom Retiro – SC, Sr. Albino Gonçalves Padilha e a Comissão Do Concurso Público nº 01/2015, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei, fazem saber a todos que, tendo transcorrido os prazos legais e mantidas as novas classificações constantes da última Publicação da Classificação Final, para todos os cargos e vagas colocados à disposição em edital, fica HOMOLOGADO o Concurso Público nº 01/2015 de acordo com a publicação de 16 de maio de 2016, conforme anexo único.

Bom Retiro, 31 de maio de 2016.

Albino Gonçalves Padilha Prefeito Municipal

Fernanda Bollmann Oleskovicz Nunes Patrícia Iracema Floriani

Alceu dos Santos Angelita Aparecida de Souza Vieira

ANEXO ÚNICO

Legenda:

ESP – Conhecimentos Específicos

GER – Conhecimentos Gerais e Atualidades

POR – Português

MAT – Matemática

MÉDICO VETERINÁRIO (PMBR 01/2015)

CLAS	INSC	NOME	ESP	GER	POR	MAT	TOTAL
1º	089	JOSEANE DONINA DERNER	3,90	0,60	1,20	0,40	6,10
2º	007	DEISE HEMCKMEIER	3,60	0,80	1,20	0,40	6,00
3º	112	JOHNATAS DA MOTA DE ABREU	2,70	0,80	0,80	0,80	5,10

FARMACÊUTICO / BIOQUÍMICO (PMBR 01/2015) Nenhum/a candidato/a apto/a.

PSICÓLOGO (PMBR 01/2015)

CLAS	INSC	NOME	ESP	GER	POR	MAT	TOTAL
1º	031	MARIANA HEIDERSCHIEDT	3,90	0,80	1,20	0,20	6,10
2º	026	GESSICA ROSSINI	2,70	0,80	1,20	1,20	5,90
3º	218	VANESSA DE MORAES MUNIZ	3,00	0,80	1,40	0,40	5,60

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS (PMBR 01/2015)

CLAS	INSC	NOME	ESP	GER	POR	MAT	TOTAL
1º	030	TATIANI DEUCHER BERNIERI	5,40	0,80	1,00	0,80	8,00
2º	179	ROSEMARI APARECIDA POGGERE	5,40	0,80	1,20	0,40	7,80
3º	019	TAYSE TRENTA SERAFIM GERBER	5,40	0,80	1,00	0,60	7,80
4º	050	ANA CARINA BROERING BORGES	4,80	0,80	1,20	0,60	7,40
5º	078	ADRIANA STEINBACH	5,40	0,40	0,80	0,60	7,20
6º	006	JACQUELINE BLOMER BELARMINDA	4,80	0,80	1,20	0,40	7,20
7º	168	FERNANDA ROSA GORGES	5,10	0,80	0,60	0,60	7,10
8º	069	MARIANA DEUCHER	5,10	0,80	0,60	0,40	6,90
9º	120	GEAN KARLA MELO VIEIRA	4,20	0,80	1,00	0,80	6,80
10º	001	DALISE BURATTO VAZ	4,80	0,80	0,60	0,40	6,60
11º	149	VALERIA MORETTI MASSUCHETTI	4,50	0,80	0,80	0,40	6,50
12º	022	FABIANA ANDRIEZA NETO	4,80	0,60	0,80	0,20	6,40
13º	015	IARA DEUCHER	4,80	0,60	0,40	0,60	6,40
14º	060	ELIANA APARECIDA ALVES	4,20	0,80	0,80	0,60	6,40
15º	093	JANETE APARECIDA PAIM DE JESUS	4,20	0,40	1,00	0,40	6,00
16º	034	MICHELLI PAULA POLMANN	4,20	0,80	0,80	0,20	6,00
17º	048	ANA CLAUDIA BRUDER MORETTI	4,50	0,60	0,40	0,40	5,90
18º	266	LARISSA REGINA DA CRUZ DEUCHER	3,90	0,80	0,60	0,40	5,70
19º	109	PATRICIA MICHELZ HOFFMANN	4,20	0,80	0,40	0,20	5,60

20º	090	LUCIANA DO PATROCÍNIO DE JESUS	3,30	0,60	0,80	0,60	5,30
-----	-----	--------------------------------	------	------	------	------	------

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 20 HORAS (PMBR 01/2015)

CLAS	INSC	NOME	ESP	GER	POR	MAT	TOTAL
1º	016	VANDERLEI CORDOVA DE LIZ	3,90	0,60	1,00	0,40	5,90
2º	002	JULIANO DA CRUZ	3,60	0,80	0,60	0,60	5,60

PROFESSOR DE ARTES – 40 HORAS (PMBR 01/2015)

CLAS	INSC	NOME	ESP	GER	POR	MAT	TOTAL
1º	105	JACKELINE SANTOS DE ABREU	3,60	0,80	0,80	0,40	5,60

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – 20 HORAS (PMBR/2015)

CLAS	INSC	NOME	ESP	GER	POR	MAT	TOTAL
1º	183	MAGDALENA MAGALI APARECIDA TAVARES DEUCHER	4,80	0,80	1,20	0,40	7,20
2º	076	MAERLI MARTINHAGO	4,80	0,80	1,20	0,40	7,20
3º	139	MARIA APARECIDA DA SILVA SIMIANO	4,20	0,80	0,80	0,80	6,60
4º	066	TATIANI CASTANHEIRO	4,20	0,80	0,60	0,60	6,20
5º	148	LUCIANA MORETTI HOFFMANN	3,90	0,80	1,00	0,00	5,70
6º	037	OSNI BARBOSA	2,70	0,60	0,80	0,60	5,00
7º	020	IDIANARA APARECIDA SERAFIM	3,60	0,60	0,40	0,40	5,00

PROFESSOR DE ENSINO INFANTIL – 20 HORAS (PMBR 01/2015)

CLAS	INSC	NOME	ESP	GER	POR	MAT	TOTAL
1º	082	MARIA LUNALVA H. OLIVEIRA	4,50	0,40	1,20	0,40	6,50
2º	140	LUCRECIA BARBARA HEINZ DA ROSA	3,90	0,80	1,00	0,00	5,70
3º	059	TEREZINHA APARECIDA PEREIRA GOEDERT	3,90	0,60	0,60	0,20	5,30

ENSINO MÉDIO**TÉCNICO EM CONTABILIDADE (PMBR 01/2015)**

CLAS	INSC	NOME	ESP	GER	POR	MAT	TOTAL
1º	257	WALCIONE DIAS GOES	3,30	0,80	1,20	0,60	5,90
2º	145	ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA	2,40	0,80	1,20	0,60	5,00

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (PMBR 01/2015)

CLAS	INSC	NOME	ESP	GER	POR	MAT	TOTAL
1º	204	JOELCIO MENEGAZ	3,60	0,60	1,20	1,20	6,60
2º	054	IRES KAPITULA BOSQUETTI	3,90	0,60	1,40	0,60	6,50
3º	209	ANA PAULA CHINI	3,30	0,60	1,40	0,60	5,90
4º	029	RENAN ANDRIGO BERNIERI	2,70	0,60	1,40	1,00	5,70
5º	306	KATIA DE ALMEIDA DO NASCIMENTO	2,70	0,60	1,00	1,20	5,50

Botuvera

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N° 51-2016- LEONORA MARIA PALOSCHI EPP

Extrato de Contrato n° 51/2016

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Leonora Maria Paloschi - EPP

Valor: R\$ 37.823,30 (trinta e sete mil, oitocentos e vinte e três reais e trinta centavos)

Objeto: Constitui objeto deste Contrato o fornecimento de materiais de construção diversos.

Fund.Legal: Processo Licitatório n°61/2015-PP33/2015-SRP, seus anexos, e com fundamento na Lei n°. 8.666/93, e alterações, Lei n°10.520/2002 e nas cláusulas seguintes:

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO 30/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 30/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Ivandro José Mariani - ME.

Objeto: Aditivo de reajuste aplicado conforme reequilíbrio econômico – financeiro tendo como indexador o IGP-M/FGV, conforme previsto na cláusula sexta do contrato administrativo 30/2013.

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO 31/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 31/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Botuverá Transportes e Talhação Ltda.

Objeto: Aditivo de reajuste aplicado conforme reequilíbrio econômico – financeiro tendo como indexador o IGP-M/FGV, conforme previsto na cláusula sexta do contrato administrativo 31/2013.

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº09/2016 PMBT

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016

Número do Registro de Preços: 9/2016 **Data do Registro:** 03/03/2016 **Válido até:** 03/03/2017
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, em diversas localidades do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Tubo de Concreto 200x200MM (15694)	UND	FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME (9483)	FABRICON	0	15,0000	1
			CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME (9478)	CONCREPG	0	15,1000	2
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	FRONZA	0	18,0000	3
2	Tubo de Concreto 400x1000 (15695)	UND	FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME (9483)	FABRICON	0	26,0000	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	FRONZA	0	26,1000	2
			CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME (9478)	CONCREPG	0	35,0000	3
3	Tubo de Concreto 500x1000 (15696)	UND	FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME (9483)	FABRICON	0	36,0000	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	FRONZA	0	36,1000	2
			CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME (9478)	CONCREPG	0	53,0000	3
4	Tubo de Concreto 600x1000 (15697)	UND	FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME (9483)	FABRICON	0	46,9000	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	FRONZA	0	47,0000	2
			CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME (9478)	CONCREPG	0	66,0000	3
5	Tubo de Concreto 800x1000 (15698)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	FRONZA	0	170,0000	1
			CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME (9478)	CONCREPG	0	184,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 03/03/2016		Válido até: 03/03/2017			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, em diversas localidades do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Tubo de Concreto 1000x1000 (15699)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	FRONZA	0	230,0000	1
			CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME (9478)	CONCREPG	0	268,0000	2
7	Tubo de Concreto 300x1000 (15700)	UND	FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME (9483)	FABRICON	0	17,0000	1
			CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME (9478)	CONCREPG	0	17,0900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 9/2016		Data do Registro: 03/03/2016		Válido até: 03/03/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, em diversas localidades do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	FRONZA	0	17,4000	3

Página: 4/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2016

Número do Registro de Preços: 9/2016							Data do Registro: 03/03/2016		Válido até: 03/03/2017	
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, em diversas localidades do município de Braço do Trombudo.										
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2016
PROCESSO Nº 11/2016
(6859) - FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP
(9478) - CONCREPG ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI - ME
(9483) - FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME

Braço do Trombudo, 3 de Março de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°18/2015 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 18/2015

Número do Registro de Preços: 18/2015		Data do Registro: 03/06/2015		Válido até: 03/06/2016			
Objeto da Compra:		Pregão Presencial para Registro de Preços para contratação, sob demanda, de fretamento eventual para transporte rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual de pessoas do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Fretamento de Pessoas por micro-ônibus executivo com 27 lugares, poltronas estofadas e reclináveis, DVD, banheiro, calefação e bagageiro. (16147)	KM	COMPANY TUR - CLONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	3,3700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 18/2015		Data do Registro: 03/06/2015		Válido até: 03/06/2016			
Objeto da Compra: Pregão Presencial para Registro de Preços para contratação, sob demanda, de fretamento eventual para transporte rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual de pessoas do município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Fretamento de Pessoas por ônibus executivo com 42 lugares, poltronas estofadas e reclináveis, DVD, banheiro, calefação e bagageiro. (16148)	KM	COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD (8291)		0	4,6400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2015

Número do Registro de Preços: 18/2015		Data do Registro: 03/06/2015		Válido até: 03/06/2016			
Objeto da Compra: Pregão Presencial para Registro de Preços para contratação, sob demanda, de fretamento eventual para transporte rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual de pessoas do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2015
PROCESSO Nº 29/2015

(8291) - COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTD

Braço do Trombudo, 3 de Junho de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°44/2015 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 44/2015

Número do Registro de Preços: 44/2015 Data do Registro: 03/12/2015 Válido até: 03/12/2016

Objeto da Compra: Aquisição de cestas natalinas conforme itens descritos no anexo I do Edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Ave natalina temperada peso médio de 3,330 kg (17311)	PC	DISTRIBUIDORA TROMBUDENSE DE BEBIDAS LTDA - ME (9456)	MACEDO	0	22,8408	1
2	Parfetone de chocolate 400 gramas em caixa (17312)	PC	DISTRIBUIDORA TROMBUDENSE DE BEBIDAS LTDA - ME (9456)	FESTONE	0	7,2779	1
3	Caixa organizadora plástica 12 litros com trava (17313)	PC	DISTRIBUIDORA TROMBUDENSE DE BEBIDAS LTDA - ME (9456)	PLASIMON	0	9,8701	1
4	Linguiça calabresa 300 gramas (17314)	PC	DISTRIBUIDORA TROMBUDENSE DE BEBIDAS LTDA - ME (9456)	PAMPLONA	0	4,5761	1
5	Penril com osso temperado 800 gr a 1 kg (17315)	UND	DISTRIBUIDORA TROMBUDENSE DE BEBIDAS LTDA - ME (9456)	PAMPLONA	0	11,5650	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 44/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 44/2015 Data do Registro: 03/12/2015 Válido até: 03/12/2016

Objeto da Compra: Aquisição de cestas natalinas conforme itens descritos no anexo I do Edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Linguihinha toscana 1 kg (17316)	PC	DISTRIBUIDORA TROMBUDENSE DE BEBIDAS LTDA - ME (9458)	PAMPLONA	0	9,8701	1

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 44/2015

Número do Registro de Preços: 44/2015		Data do Registro: 03/12/2015		Válido até: 03/12/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de cestas natalinas conforme itens descritos no anexo I do Edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2015
PROCESSO Nº 67/2015
(9458) - DISTRIBUIDORA TROMBUDENSE DE BEBIDAS LTDA - ME

Braço do Trombudo, 3 de Dezembro de 2015.

Brunópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 21/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 26/2016 – Edital de Pregão Presencial nº 18/2016

Objeto: Aquisição de combustíveis. Data e horário: o recebimento dos envelopes de “proposta comercial” e “documentação de habilitação” será até às 09h00min do dia 14/06/2016, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armino Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet www.brunopolis.sc.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO 22/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 27/2016 – Edital de Pregão Presencial nº 19/2016

Objeto: Aquisição de pedra brita. Data e horário: o recebimento dos envelopes de “proposta comercial” e “documentação de habilitação” será até às 09h00min do dia 15/06/2016, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armino Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet www.brunopolis.sc.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 42/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 042/2016, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

Abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS, SC, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo no artigo 6º da Lei Municipal nº 859/2015...

DECRETA:

Art. 1st - Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 04.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Atividade: 2.017 – Manutenção da Secretaria de Obras

Modalidade 3.3.90.00.00.00.01.0064 R\$ 499.283,99

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar, correrão à conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0064 – Outros Convênios com Estado, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64.

Art. 2nd - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis (SC)

Gabinete do Prefeito Municipal de Brunópolis/SC,

em 1º de junho de 2016.

Ademil Antonio da Rosa,

Prefeito Municipal.

RELAÇÃO DE CONTRATOS MÊS 05 - 2016

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS
 Relação dos Contratos

Seqü. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
436	047/2016	11/05/2016	31/12/2016	22/2016	Não	43.520,00		Prestador de Serviços	JOÃO FRANCISCO DE SOUZA BRANCO
	Objeto: Prestação de Serviço de Transporte Escolar.								
437	048/2016	13/05/2016	31/12/2016	20/2016	Não	18.000,00		Compras	FATIMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - E
	Objeto: Aquisição de Equipamentos/Implementos Agrícolas, conforme convênio				TR 212/2016	celebrado entre o Município de Brunópolis e o Governo do Estado de Santa Catarina.			
438	049/2016	13/05/2016	31/12/2016	20/2016	Não	33.850,00		Compras	AGROINDUSTRIAL FREITAS EIRELI - ME
	Objeto: Aquisição de Equipamentos/Implementos Agrícolas, conforme convênio				TR 212/2016	celebrado entre o Município de Brunópolis e o Governo do Estado de Santa Catarina.			
Total: 3									

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1085/2016

PORTARIA Nº 1085/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. IONARA MARQUES DE OLIVEIRA CERON RICIATTI, matrícula nº 889229-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 14/09/2016.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de maio de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 962/2016

PORTARIA Nº 962/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. CLAUDIA PACHECO DA SILVA, matrícula nº 10000000658-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 09/05/2016 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 24/05/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 09/05/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de maio de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1057/2016

PORTARIA Nº 1057/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o(a) servidor(a) Sr(a). LOUZIMAR SOARES DE SOUZA, matrícula nº 465070-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 24/05/2016 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 08/06/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de maio de 2016.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1087/2016

PORTARIA Nº 1087/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. CLARICE FARIAS DUTRA, matrícula nº 17841-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 27/05/2016.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 27/05/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de maio de 2016.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1058/2016

PORTARIA Nº 1058/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o(a) servidor(a) Sr(a). ADRIANA MARTINS PASCOALINI, matrícula nº 907790-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 19/05/2016 de 14 (quatorze) dias e do dia 31/05/2016 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 03/06/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de maio de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

DECRETO Nº. 7.814, DE 31 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº. 7.814, DE 31 DE MAIO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.948 de 18.12.15, a Lei nº 3.910 de 04.09.15, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 70.725,19 (Setenta Mil, Setecentos e Vinte e Cinco Reais e Dezenove Centavos), para atender a programação abaixo especificada:

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social
30.001 Fundo Municipal de Assistência Social
008.0244.0255.2327 Proteção Social Especial – Média Complexidade
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.3.35.0802 SUAS/União – PTMC
VALOR R\$ 31.042,90
0.3.35.0803 SUAS/União – AEPETI
VALOR R\$ 33.792,29
008.0244.0255.2329 Proteção Social Básica
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.35.11 SUAS/União – BPC/Escola
VALOR R\$ 5.840,00
008.0244.0255.2326 Gestão Suas
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.35.12 SUAS/União – Aprimora Rede
VALOR R\$ 50,00

I - Superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

74197-3	B.B. F.M.A.S. - PSE Média Complexidade – C/C 74197-3	0.1.35.00	21.120,15
		0.1.35.08	1.206,09
		0.1.35.0801	(22.535,69)
		0.1.35.0802	(8.037,09)
		0.3.35.00	6.990,74
		0.3.35.0801	25.689,41
		0.3.35.0802	49.820,11
TOTAL GERAL			74.253,72

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.35.0802/0.3.35.0802	0,00
DDO à Pagar	0.1.35.0802/0.3.35.0802	0,00
Restos à Pagar	0.1.35.0802/0.3.35.0802	0,00

TOTAL		0.1.35.0802/0.3.35.0802		0,00	
Saldo		Fonte de Recursos		Valor R\$	
Superávit Financeiro		0.3.35.0802		49.820,11	
Valor a Utilizar		0.3.35.0802		49.820,11	
74193-0		B.B. F.M.A.S. - AEPETI – C/C 74197-3		0.1.35.0803 0.3.35.0803	
				(5.202,12) 41.545,39	
Valores Comprometidos		Fonte de Recursos		Valor R\$	
Empenhos à Pagar		0.1.35.0803/0.3.35.0803		0,00	
DDO à Pagar		0.1.35.0803/0.3.35.0803		0,00	
Restos à Pagar		0.1.35.0803/0.3.35.0803		0,00	
TOTAL		0.1.35.0803/0.3.35.0803		0,00	
Saldo		Fonte de Recursos		Valor R\$	
Superávit Financeiro		0.3.35.0802		36.343,27	
Valor a Utilizar		0.3.35.0802		36.343,27	

II – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.35.11	SUAS/União – BPC/Escola
Valor Orçado	R\$ 0,00
Valor arrecadado até a data de 31/05/2016.	R\$ 5.840,00
Excesso de arrecadação até a data de 31/05/2016.	R\$ 5.840,00
Valor a Utilizar	R\$ 5.840,00
0.1.35.12	SUAS/União – Aprimora Rede
Valor Orçado	R\$ 0,00
Valor arrecadado até a data de 13/11/2014.	R\$ 50,00
Excesso de arrecadação até a data de 13/11/2014.	R\$ 50,00
Valor a Utilizar	R\$ 50,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 31/05/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 31 de Maio de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDENCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador Geral do Município

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL Nº 02/2016- LRF 2º BIM 1º QUAD.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

02/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e atendendo o disposto na Lei Complementar Federal n. 101 / 2000, e no § 2º do art. 69º da Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO, os dados e informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal, elaborado na forma estabelecida pela portaria STN n. 637/2012, relativo ao 2º Bimestre e ao 1º Quadrimestre de 2016, respectivamente, disponível no site www.brusque.sc.gov.br e no Diário Oficial do Município - DOM.

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo I Port. 577 (LRF, Art. 52, inciso I, a, b, inciso II, § 1º))

2º Bimestre / 2016

RECEITAS REALIZADAS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	NO BIM.	ATÉ O BIM.	SALDO A REALIZAR
RECEITA TOTAL	462.934.243,02	462.934.243,02	66.202.325,13	123.220.292,63	339.713.950,39

DESPESAS

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESA EMPENHADA ATÉ O BIM.	DESPESA LIQUIDADADA ATÉ O BIM.	SALDO A REALIZAR
	INICIAL	ATUALIZADA			
CORRENTES	288.725.052,81	294.552.781,00	130.275.657,35	90.698.918,01	203.853.862,99
CAPITAL	151.102.148,64	152.075.648,64	10.892.939,27	10.111.723,65	141.963.924,99
INTRA-ORÇAM.	12.824.348,00	12.824.348,00	4.243.106,63	3.845.756,64	8.978.591,36
R. CONTINGÊNCIA	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	105.000,00
R. RPPS	10.177.693,57	10.177.693,57	0,00	0,00	10.177.693,57
TOTAL	462.934.243,02	469.735.471,21	145.411.703,25	104.656.398,30	365.079.072,91

RESULTADO

SUPERAVIT				18.563.894,33	
-----------	--	--	--	---------------	--

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo III Port. 577 (LRF, Art. 53, inciso I))

2º Bimestre / 2016

TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	(últimos 12 (doze) meses) 311.790.233,32
-----------------------------------	--

Nota: O valor total da Receita Corrente Líquida refere-se aos valores calculados com base nos últimos 12 (doze) meses, conforme dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo IV Port. 577 (LRF, Art. 52, inciso I, a, b, inciso II, § 1º))

2º Bimestre / 2016

RECEITAS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	ATÉ ABRIL	ATÉ ABRIL EXERCÍCIO ANTERIOR
REC. CORRENTES	10.686.000,00	10.686.000,00	5.973.619,21	3.169.240,79
REC. CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. PREV. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	9.023.693,57	9.023.693,27	4.408.952,07	2.870.360,76
RECEITA TOTAL	19.709.693,57	19.709.693,57	10.382.571,28	6.039.601,55

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	DESP. EMP. ATÉ BIM. 2016	DESP. EMP. ATÉ BIM. 2015	DESP. LIQ. ATÉ BIM. 2016	DESP. LIQ. ATÉ BIM. 2015
Desp. Prev. RPPS (Exc Intra-Orçamentária)	16.982.000,00	16.982.000,00	4.646.222,45	4.119.839,25	4.631.097,48	4.101.862,47
Desp. Prev. RPPS Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Desp. Total	16.982.000,00	16.982.000,00	4.646.222,45	4.119.839,25	4.631.097,48	4.101.862,47
Resultado Previdenciário	2.727.693,57	2.727.693,57	5.736.348,83	1.919.762,30	5.751.473,80	1.937.739,08

APORTES RECURSOS RPPS

DESCRIÇÃO	APORTES REALIZADOS
-----------	--------------------

Total dos Aportes para RPPS	1.387.900,46
-----------------------------	--------------

RESULTADO NOMINAL

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VI Port. 577 (LRF, Art. 53, inciso III))

2º Bimestre / 2016

RESULTADO NOMINAL	No bimestre	Até o Bimestre
VALOR	(4.566.574,83)	(16.766.527,00)

Regime Previdenciário

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	Até o Bimestre
VALOR	102.553.150,80

RESULTADO PRIMÁRIO

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VI Port. 577 (LRF, Art. 53, inciso III))

2º Bimestre / 2016

RECEITAS PRIMÁRIAS

	Previsão atualizada	ATÉ ABRIL	ATÉ ABRIL EXERCÍCIO ANTERIOR
Valor	383.209.068,02	115.414.751,93	104.527.581,61

DESPESAS PRIMÁRIAS

	Dotação Atualizada	DESP. EMP. ATÉ BIM. 2016	DESP. EMP. ATÉ BIM. 2015	DESP. LIQ. ATÉ BIM. 2016	DESP. LIQ. ATÉ BIM. 2015												
Valor	462.985.471,21	143.317.695,54	157.525.168,47	102.562.390,59	95.643.847,70												

RESULTADO PRIMÁRIO

Superávit / Déficit	(79.776.403,19)	(27.902.943,61)	(52.997.586,86)	12.852.361,34)	8.883.733,91
---------------------	-----------------	-----------------	-----------------	----------------	--------------

RESTOS A PAGAR

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VII Port. 577 (LRF, Art. 53, inciso V))

2º Bimestre / 2016

	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
RP Processados	6.476.473,49	0,00	5.661.942,34	814.531,15
RP Não Processados	4.436.170,72	143.510,22	2.244.467,47	2.048.193,03
Total	10.912.644,21	143.510,22	7.906.409,81	2.862.724,18

APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DES. DO ENSINO-MDE

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VIII Port. 577 (LDB, art. 72º))

2º Bimestre / 2016

FUNDEB Até o Bimestre

Receitas do FUNDEB	14.832.132,02
Contribuição ao FUNDEB	8.649.046,39
Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB	6.183.085,63
Pagamento dos Profissionais do Magistério	14.589.515,89
% aplicação do FUNDEB na Rem. Do Magistério	97,88%

DESPESAS COM RECURSOS RESULTANTES DE IMPOSTOS (Art. 212/CF)

Despesas	Valor até o bimestre
Ensino Infantil	7.903.793,52
Ensino Fundamental	14.100.370,50
Outras Despesas (administração)	0,00
(-) Deduções	6.257.110,79
TOTAL p/ fins de apuração	15.747.053,23
% aplicado (art. 212 CF/88)	23.01%

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESP. DE CAPITAL

Orçamento Fiscal
(Dados do anexo IX Port. 577 (LRF, art.53º, § 1º, inciso I))
2º Bimestre / 2016

RECEITAS	Previsão Atualizada	Rec. Realizadas Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Créditos	71.230.000,00	2.163.983,67	69.066.016,33
	Dotação Atualizada	Desp. Execut. Empenhadas	Saldo Não Executado
Despesa de Capital Líquida a Executar (saldo de dotações a executar)	152.075.648,64	10.892.939,27	141.182.709,37
Resultado p/ apuração da Regra de Ouro	(80.845.648,64)	(8.728.955,60)	(72.116.693,04)

RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

Orçamento Fiscal
(Dados do anexo XI Port. 577 (LRF, art.53º, § 1º, inciso III))
2º Bimestre / 2016

RECEITAS	Até o bimestre
Receitas da alienação de ativos	1.084.909,75
DESPESAS	Até o bimestre
Aplicação dos recursos da alienação de ativos	1.206.027,18
Saldo financeiro a aplicar	2.397.754,17

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Orçamento Fiscal
(Dados do anexo XVI Port. 577 (ADCT, art. 77))
2º Bimestre / 2016

DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre

Atenção Básica	9.016.729,29
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	13.328.285,8
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00
Vigilância Sanitária	704.357,42
Vigilância Epidemiológica	604.906,39
Outras Subfunções	1.873.738,49
(-) Custeadas com recursos do SUS	12.445.259,12
(-) Consórcio	0,00
(-) Restos à Pagar vinculados a Saúde	0,00
Total das Despesas com recursos próprios	13.082.758,36
% aplicação p/fins da EC 29	19,12%

Notas Explicativas (RREO)

Todos os dados e informações são apresentados de forma consolidada, que inclui a Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquias. Os dados e informações tem como fonte, a Controladoria Geral do Município - CGM e a Diretoria de Contabilidade da Prefeitura Municipal, que são responsáveis pela consolidação de todas as informações contábeis. Relatório publicado em 03/06/2016 no DOM – Diário Oficial do Município.

Brusque, 03 de junho de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO	CRISTIANO BITTENCOURT	CRISTIANO BITTENCOURT	AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal	Secretário Orç. E Gestão	Cont. CRC 028895/O-9	CGM - Controle Interno

MUNICÍPIO DE BRUSQUE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL
(Dados do anexo I Port. 577/2008 - RGF (LRF, art. 55º, inciso I, a))
1º QUADRIMESTRE / 2016

	Despesas Executadas (últimos 12 meses)	
	Empenhadas Insc. Restos Pagar Não Proc.	
Despesa Total com Pessoal (Últimos 12(doze) meses)	147.076.850,01	199.822,74
Receita Corrente Líquida (RCL)	311.790.233,32	
% da Despesa Total com Pessoal	47,24%	

Limite Máximo (%)	54,00%	
Limite Prudencial (%)	51,30%	

Nota: Nos valores da despesa total com pessoal estão incluídos os gastos que dispõe o § 1º do art. 18º da LRF, e os valores dos serviços prestados sob a forma de trabalho pessoal.

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL

(Dados do anexo II Port. 577/2008 - RGF (LRF, art. 55º, inciso I, b))

1º QUADRIMESTRE / 2016

Saldo até o Quadrimestre

Dívida Consolidada – DC	63.398.250,89
Dívida Consolidada Líquida – DCL	11.517.381,17
% da DC sobre a RCL	20,33%
% da DCL sobre a RCL	3,69%

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA

Saldo até o Quadrimestre

Dívida Consolidada – DC	149.295.362,14
Dívida Consolidada Líquida – DCL	110.663.170,66

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTO FISCAL

(Dados do anexo IV Port. 577/2008 - RGF (LRF, art. 55º, inciso I, d, inc. III , c))

1º QUADRIMESTRE / 2016

Até o Quadrimestre

Operações de Crédito realizadas	2.163.983,67
---------------------------------	--------------

Notas Explicativas (RGF)

Todos os dados e informações são apresentados de forma consolidada, que inclui a Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquias. Os dados e informações tem como fonte, a Controladoria Geral do Município – CGM e a Diretoria de Contabilidade da Prefeitura Municipal, que são os responsáveis pela consolidação de todas as informações contábeis.

Relatório publicado em 03/06/2016 no DOM – Diário Oficial do Município.

Brusque, 03 de junho de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO	CRISTIANO BITTENCOURT	CRISTIANO BITTENCOURT	AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal	Secretário Orç. E Gestão	Cont. CRC 028895/O-9	CGM - Controle Interno

EDITAL Nº 002/2016 - PROCESSO SELETIVO

EDITAL Nº 002/2016 – Médico e Enfermeiro

RECLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATOS DO PROCESSO SELETIVO

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE- SANTA CATARINA, neste ato representado pelo Secretário de Orçamento e Gestão, Senhor CRISTIANO BITTENCOURT, no uso de suas atribuições e de acordo com os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e INTERESSE PÚBLICO, torna público a HOMOLOGAÇÃO da RECLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATOS (após a divulgação da classificação oficial) do Processo Seletivo, Edital nº 002/2016, em virtude de que alguns candidatos, no ato da inscrição, não atenderam ao item 3.1 alínea "O" do referido Edital. Desta forma, a nova classificação segue chamamento de toda a lista para preencher as vagas do cadastro reserva do Quadro de Pessoal da Administração Municipal na área da Saúde – MÉDICO.

CLASSIFICAÇÃO :

- 1º THAUNA IZANFAR GONÇALEZ
- 2º TIAGO LUAN BRANCHI
- 3º VANESSA BEIFUSS
- 4º LUIS AUGUSTO LUCHTENBERG
- 5º FRANCINNE VITORIA SILVA
- 6º FRANCIELI ZANATA DANIEL
- 7º ROSA CREPAS
- 8º VANESSA NOLA MARCON
- 9º LUCIANA CRISINA CAGO CHAVES

Brusque, 02 de Junho de 2016

1. CRISTIANO BITTENCOURT
2. Secretário de Orçamento e Gestão

EDITAL Nº 011/2016 PROCESSO SELETIVO

Edital nº 0011/2016

INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS RETIFICADA- PROCESSO SELETIVO N. 0011/2016

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA AS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS RETIFICADA do Processo Seletivo para o cargo de MÉDICO ESPECIALISTA: Nefrologista, CIRURGIÃO DENTISTA, CIRURGIÃO DENTISTA ESPECIALISTA: Protesista e FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, em virtude de que alguns candidatos, no ato da inscrição, não atenderam ao item 3.1 alínea "D" do referido Edital, conforme segue:

FARMACEUTICO- BIOQUIMICO

INSCRIÇÃO	CANDIDATO
01	JENIFFER DA SILVA PEREIRA BARNI
02	CLEUNICE MARIA MARIANI
03	KELLY CRISTINA MIQUELETTI NUNES
04	PATRICIA BERNARDI SASSI
05	ELAINE CRISTINA KORMANN
06	SIMONE GAERTNER
07	JANAINA LUCHINI
08	PATRICIA MURANAKA
09	CID RICKERT BAUER JUNIOR
10	HELOÁ KLABUNDE
11	GIOVANNA CRISTINE RAMOS ROTA
12	STEPHAN OLIVEIRA RIBEIRO
13	CRISTIANO PADONI
14	PATRICIA RODRIGUES NHOLLA
15	MARCELA BUENO

CIRURGIÃO DENTISTA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO
02	BRANCA CARLA BIANCO
03	CAROLINA PERUZZO PEREIRA BARRERA
04	CAROLINA DE MIRANDA MEURER
05	TIAGO ANDRE ZANCAN
06	CINTHIA SCHEIDT MEINICKE
07	HENRIQUE AVILA DE SOUZA
08	JORDAN MAÇANEIRO
11	SILVANA MORANDI SACHETE
15	ISABELLE FERNANDES KNOCH
16	GABRIELA HOINOSKI
17	ALINE SCOTTINI
18	MANUELLE BENTES MACEDO
20	RONALDO RUBERT
21	SERGIO CUNHA DO NASCIMENTO
22	LUIZ HENRIQUE GOMES TRUIZ
26	CÉLIO AFONSO RIEG MAÇANEIRO
27	CAMILA GUIMARÃES DE OLIVEIRA
28	INGRID ROSDOFF AKIYAMA CAMARGO
29	PAULA LANNES BIANCHI
32	ERIVELTON JOFRE MATOS JUNIOR
33	GISELE FERREIRA
34	SABRINA LUSTOSA GOMIDE
35	JULIANI RAFAELI
36	JOANA PAULA FRANDOLOSO
37	SUELLEN CAROLINA DITZEL
38	SIMONE SPANIOL
39	MIRELLA BOFF

CIRURGIÃO DENTISTA ESPECIALISTA- PROTESISTA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO
01	ANDRÉ FILIPE MERICO CARNEIRO
02	EDUARDO LOOS
03	CARLOS RENATO SOARES
04	ANA CAROLINE RUDEY
05	GABRIELA H. JUNGES BEUTING
06	RUAN CARLOS BEUTING

MÉDICO ESPECIALISTA- NEFROLOGISTA
NÃO TEVE INSCRITOS

Brusque, 02 de junho de 2016.

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

EXTRATO DO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 03/2015 LEGISLATIVO

Extrato do Aditivo nº 01 ao Contrato nº 03/2015

Contratante: Câmara Municipal de Brusque/SC. Contratada: Rose Viagens e Turismo Ltda.; Processo Licitatório nº 03/2016 – Pregão; objeto: fornecimento passagens aéreas nacionais e internacionais; Dotação orçamentária: 0101-Câmara de Vereadores, 3390.33.01 – Passagens; data da assinatura: 12/05/2016; vigência: doze meses.

EXTRATO DO CONTRATO 060/2016 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 060/2016

ESPÉCIE: Serviço De Impermeabilização De Estrutura De Concreto, Com Aplicação De Resinas Flexíveis. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 024/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.1192.0004.0122.0300. 34490.5199000.02000000; VIGÊNCIA: até 06/07/2016. DATA DA ASSINATURA: 31/05/2016; VALOR: R\$ 32.500,00. CONTRATADA: Sona Construtora Ltda EPP. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 31 de maio de 2016.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 061/2016 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 061/2016

ESPÉCIE: aquisição de bombas dosadoras e materiais para manutenção de bombas. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços. PROCESSO LICITATÓRIO: 016/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.2293.0017.0512.0301.3339.3099000.0020000; VIGÊNCIA: até 30/08/2016. DATA DA ASSINATURA: 01/06/2016; VALOR: R\$ 102.150,00. CONTRATADA: Emec do Brasil Comercio de Bombas e Equipamentos Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 01 de junho de 2016.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2016 LEGISLATIVO

Extrato do Contrato nº 03/2016

Contratante: Câmara Municipal de Brusque/SC. Contratada: GDA Combustíveis Ltda. Processo Licitatório nº 04/2016 – Dispensa nº 01/2016; objeto: fornecimento de 2000 (dois mil) litros de gasolina comum; valor: R\$ 6.580,00; Dotação orçamentária: 0101-Câmara de Vereadores, 3390.30.01 – Combustíveis e Lubrificantes Automotivos; data da assinatura: 01/06/2016; vigência: doze meses.

LEI Nº 3.985, DE 20 DE ABRIL DE 2016

LEI nº 3.985, DE 20 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os hipermercados, supermercados e centros comerciais de grande porte oferecerem às pessoas com deficiência cadeiras de rodas motorizadas com cesto para compras e não motorizadas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam os hipermercados, supermercados e centros comerciais com área superior a 500m² (quinhentos metros quadrados), estabelecidos no Município de Brusque, obrigados a manter, à disposição de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, cadeiras de rodas motorizadas dotadas de cesto acondicionador de compras e cadeiras de rodas não motorizadas.

Parágrafo único. O número e o tipo de equipamento facilitador de locomoção pessoal, disponibilizados aos usuários e clientes, deve ser proporcional ao tamanho do estabelecimento, respeitando a quantidade mínima a seguir prevista:

I - estabelecimentos com área de 500m² a 1000m²: 01 (uma) cadeira de rodas motorizada e 01 (uma) cadeira de rodas não motorizada;

II - estabelecimentos com área acima de 1000m² a 1.500m²: 01 (uma) cadeira de rodas motorizada e 02 (duas) cadeiras de rodas não motorizadas;

III - estabelecimentos com área acima de 1.500m² a 2.500m²: 02 (duas) cadeiras de rodas motorizadas e 03 (três) cadeiras de rodas não motorizadas;

IV - estabelecimentos com áreas superiores a 2.500m²: 03 (três) cadeiras motorizadas e 03 (três) cadeiras de rodas não motorizadas.

Art. 2º. A utilização dos equipamentos de locomoção fica restrita à área do estabelecimento comercial, e às pessoas que comprovem necessitar de seu uso.

Art. 3º. Os estabelecimentos deverão afixar, próximo aos estacionamentos reservados e das portas de entrada, cartazes ou placas indicativas dos locais em que as cadeiras poderão ser retiradas e devolvidas.

§ 1º. Os equipamentos facilitadores da locomoção pessoal devem permanecer em local de fácil acesso aos portadores de necessidades especiais.

§ 2º. Os estabelecimentos descritos nesta lei deverão manter funcionários treinados na operação dos equipamentos facilitadores de locomoção pessoal, os quais devem instruir clientes e usuários acerca do funcionamento do equipamento e auxiliar as pessoas portadoras de necessidades especiais a realizarem suas compras, quando necessário.

Art. 4º. O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o estabelecimento às penalidades previstas na legislação municipal, conforme regulamento a ser elaborado pelo Poder Executivo.

Art. 5º. Os estabelecimentos citados na presente lei terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias para adquirir e disponibilizar o número mínimo de cadeiras motorizadas e não motorizadas a seus clientes, a contar da publicação desta lei.

Art. 6º. O Poder Executivo poderá regulamentar esta lei naquilo que for necessário.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 1.040 DE 25 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.040 de 25 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e, dá outras providências;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor LUCIANO FISCHER, matrícula nº 12211, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico, constante na Categoria 3, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar nº 143/2009, na Categoria 13 do mesmo quadro, incluída pelo Anexo da Lei Complementar nº 218/2013.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogan-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 24 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.041 DE 25 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.041 de 25 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor FABIO MARTINS VIDAL, matrícula nº 929948, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico, constante na Categoria 3, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar nº 143/2009, na Categoria 13 do mesmo quadro, incluída pelo Anexo da Lei Complementar nº 218/2013.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogan-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 24 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.042 DE 25 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.042 de 25 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e, dá outras providências;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor MAGNOS ANTONIO RITTER, matrícula nº 1001892, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico, constante na Categoria 3, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar nº 143/2009, na Categoria 13 do mesmo quadro, incluída pelo Anexo da Lei Complementar nº 218/2013.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogan-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.043 DE 25 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.043 de 25 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor ADENILSON ALBINO DA SILVA, matrícula nº 340804, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, constante na Categoria 3, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar nº 143/2009, na Categoria 13 do mesmo quadro, incluída pelo Anexo da Lei Complementar nº 218/2013.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogan-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.044 DE 25 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.044 de 25 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor ALCIDES RODRIGUES DA SILVA, matrícula nº 13676, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, constante na Categoria 3, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar nº 143/2009, na Categoria 13 do mesmo quadro, incluída pelo Anexo da Lei Complementar nº 218/2013.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogan-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.045 DE 25 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.045 de 25 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor ANTONIO LUIS GIANESINI, matrícula nº 16020, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, constante na Categoria 3, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar nº 143/2009, na Categoria 13 do mesmo quadro, incluída pelo Anexo da Lei Complementar nº 218/2013.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogan-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.046 DE 25 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.046 de 25 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor CLOVIS JOSÉ LOOF matrícula nº 19704, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, constante na Categoria 3, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar nº 143/2009, na Categoria 13 do mesmo quadro, incluída pelo Anexo da Lei Complementar nº 218/2013.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogan-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.047 DE 25 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.047 de 25 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor ERITON LOPES DE SANTA ANNA, matrícula nº 748897, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, constante na Categoria 3, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar nº 143/2009, na Categoria 13 do mesmo quadro, incluída pelo Anexo da Lei Complementar nº 218/2013.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogan-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.048 DE 25 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.048 de 25 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor JOSE MIGLIOLI, matrícula nº 632023, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, constante na Categoria 3, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar nº 143/2009, na Categoria 13 do mesmo quadro, incluída pelo Anexo da Lei Complementar nº 218/2013.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogan-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.049 DE 25 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.049 de 25 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor JOSE RAULINO NAFIEN matrícula nº 4820, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, constante na Categoria 3, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar nº 143/2009, na Categoria 13 do mesmo quadro, incluída pelo Anexo da Lei Complementar nº 218/2013.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogan-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.050 DE 25 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.050 de 25 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor MICHEL PLATINIR WOICIKOSKI, matrícula nº 779547, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, constante na Categoria 3, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar nº 143/2009, na Categoria 13 do mesmo quadro, incluída pelo Anexo da Lei Complementar nº 218/2013.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogan-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.051 DE 25 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.051 de 25 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor RAINOLDO NASCIMENTO, matrícula nº 8370, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, constante na Categoria 3, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar nº 143/2009, na Categoria 13 do mesmo quadro, incluída pelo Anexo da Lei Complementar nº 218/2013.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogan-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.052 DE 25 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.052 de 25 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor SILVINO ALVES, matrícula nº 3611, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, constante na Categoria 3, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar nº 143/2009, na Categoria 13 do mesmo quadro, incluída pelo Anexo da Lei Complementar nº 218/2013.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogan-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.053 DE 25 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.053 de 25 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor VALDECIR LUIZ XAVIER PEREIRA, matrícula nº 3611, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, constante na Categoria 3, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar nº 143/2009, na Categoria 13 do mesmo quadro, incluída pelo Anexo da Lei Complementar nº 218/2013.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogan-se as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.054 DE 25 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.054 de 25 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor VALDECIR PEREIRA, matrícula nº 706779, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, constante na Categoria 3, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar nº 143/2009, na Categoria 13 do mesmo quadro, incluída pelo Anexo da Lei Complementar nº 218/2013.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogan-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.055 DE 25 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.055 de 25 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor WOLNI XAVIER DOS SANTOS, matrícula nº 6130, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, constante na Categoria 3, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar nº 143/2009, na Categoria 13 do mesmo quadro, incluída pelo Anexo da Lei Complementar nº 218/2013.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogan-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.056. DE 25 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.056. de 25 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

Considerando que o Servidor GERALDO FARIA, cumpre os requisitos para enquadramento no cargo de Motorista de Veículos Pesados, qual seja: possuir grau de escolaridade de "Ensino Médio Completo" e, CNH - categoria "AE"

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor GERALDO FARIA, matrícula nº 711470, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, constante do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo, exercente de atribuições inerentes ao cargo de Motorista de Veículos Pesados, conduzindo caminhão toco articulado, no cargo de Motorista de Veículos Pesados, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar 143/2009 e alterações.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogan-se as disposições em

contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.061 DE 27 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.061 de 27 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

Considerando que o Servidor GILSON SCHIRMER, cumpre os requisitos para enquadramento no cargo de Motorista de Veículos Pesados, qual seja: possuir grau de escolaridade de "Ensino Médio Completo" e, CNH - categoria "AE"

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor GILSON SCHIRMER, matrícula nº 731510, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, constante do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo, exercente de atribuições inerentes ao cargo de Motorista de Veículos Pesados, conduzindo caminhão toco com equipamento espaciador, no cargo de Motorista de Veículos Pesados, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar 143/2009 e alterações.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.062 DE 27 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.062 de 27 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

Considerando que o Servidor LUIZ ESTEVÃO BAMBINETI, possui CNH - categoria "AE"

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor LUIZ ESTEVÃO BAMBINETI, matrícula nº 549355, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, constante do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo, exercente de atribuições inerentes ao cargo de Motorista de Veículos Pesados, conduzindo caminhão toco, no cargo de Motorista de Veículos Pesados, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar 143/2009 e alterações.

Art. 2º – Conceder ao Servidor LUIZ ESTEVÃO BAMBINETI, o prazo de 03 (três) anos para comprovar a formação em nível de ensino médio, sob pena de recondução ao cargo anterior, nos termos do § único do Art. 2º da Lei Complementar nº 255, de 24 de Março de 2016.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.063 DE 27 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.063 de 27 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

Considerando que o Servidor ARICSANDER VIANA, cumpre os requisitos para enquadramento no cargo de Motorista de Veículos Pesados, qual seja: possuir grau de escolaridade de "Ensino Médio" completo e, possui CNH - categoria "AD";

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor ARICSANDER VIANA, matrícula nº 724270, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, constante do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo, exercente de atribuições inerentes ao cargo de Motorista de Veículos Pesados, conduzindo ambulância, no cargo de Motorista de Veículos Pesados, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar 143/2009 e alterações.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.064 DE 27 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.064 de 27 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

Considerando que o Servidor FABRÍCIO SECCO, cumpre os requisitos para enquadramento no cargo de Motorista de Veículos Pesados, qual seja: possuir grau de escolaridade de "Ensino Médio" completo e, possui CNH - categoria "AD";

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor FABRÍCIO SECCO, matrícula nº 724475, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, constante do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo, exercente de atribuições inerentes ao cargo de Motorista de Veículos Pesados, conduzindo ambulância, no cargo de Motorista de Veículos Pesados, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar 143/2009 e alterações.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.065 DE 27 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.065 de 27 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

Considerando que o Servidor MAICKEL WILLIAN RODRIGUES, possui CNH - categoria "AD";

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor MAICKEL WILLIAN RODRIGUES, matrícula nº 680354, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, constante do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo, exercente de atribuições inerentes ao cargo de Motorista de Veículos Pesados, conduzindo ambulância, no cargo de Motorista de Veículos Pesados, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar 143/2009 e alterações.

Art. 2º – Conceder ao Servidor MAICKEL WILLIAN RODRIGUES,

o prazo de 03 (três) anos para comprovar a formação em nível de ensino médio, sob pena de recondução ao cargo anterior, nos termos do § único do Art. 2º da Lei Complementar nº 255 de 24 de Março de 2016.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.066 DE 27 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.066 de 27 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

Considerando que o Servidor MARCIO ADRIANO MEIS, cumpre os requisitos para enquadramento no cargo de Motorista de Veículos Pesados, qual seja: possuir grau de escolaridade de "ensino médio" completo e, possui CNH - categoria "AD";

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Resolve:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor MARCIO ADRIANO MEIS, matrícula nº 724203, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, constante do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo, exercente de atribuições inerentes ao cargo de Motorista de Veículos Pesados, conduzindo ambulância, no cargo de Motorista de Veículos Pesados, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar 143/2009 e alterações.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.067 DE 27 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.067 de 27 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

Considerando que o Servidor VITOR MANASSES NETO, cumpre os requisitos para enquadramento no cargo de Motorista de Veículos Pesados, qual seja: possuir grau de escolaridade de "ensino médio" completo e, possui CNH - categoria "AD";

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Resolve:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor VITOR MANASSES NETO, matrícula nº 724491, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, constante do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo, exercente de atribuições inerentes ao cargo de Motorista de Veículos Pesados, conduzindo ônibus, no cargo de Motorista de Veículos Pesados, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar 143/2009 e alterações.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.071 DE 30 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.071 de 30 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

Considerando que o Servidor ALVARO QUINTINO PEREIRA, cumpre os requisitos para enquadramento no cargo de Motorista de Veículos Pesados, qual seja: possuir grau de escolaridade de "ensino médio" completo e, possui CNH - categoria "AD";

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Resolve:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor ALVARO QUINTINO PEREIRA, matrícula nº 79332, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, constante do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo, exercente de atribuições inerentes ao cargo de Motorista de Veículos Pesados, conduzindo ônibus, no cargo de Motorista de Veículos Pesados, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar 143/2009 e alterações.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 30 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.072 DE 30 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.072 de 30 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

Considerando que o Servidor DELCIO JOÃO GIACHINI, cumpre os requisitos para enquadramento no cargo de Motorista de Veículos Pesados, qual seja: possuir grau de escolaridade de "ensino médio" completo e, possui CNH - categoria "AE";

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Resolve:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor DELCIO JOÃO GIACHINI, matrícula nº 526410, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, constante do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo, exercente de atribuições inerentes ao cargo de Motorista de Veículos Pesados, conduzindo ônibus, no cargo de Motorista de Veículos Pesados, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar 143/2009 e alterações.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 30 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.073 DE 30 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.073 de 30 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

Considerando que o Servidor FABULO DIEGO MAIDANA FERREIRA, cumpre os requisitos para enquadramento no cargo de Motorista de Veículos Pesados, qual seja: possuir grau de escolaridade de "ensino médio" completo e, possui CNH - categoria "AD";

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Resolve:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor FABULO DIEGO MAIDANA FERREIRA, matrícula nº 724416, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, constante do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo, exercente de atribuições inerentes ao cargo de Motorista

de Veículos Pesados, conduzindo ônibus, no cargo de Motorista de Veículos Pesados, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar 143/2009 e alterações.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 30 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.074 DE 30 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.074 de 30 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

Considerando que o Servidor GILMAR ANTUNES DE CASTRO, cumpre os requisitos para enquadramento no cargo de Motorista de Veículos Pesados, qual seja: possuir grau de escolaridade de "ensino médio" completo e, possui CNH - categoria "E";

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Resolve:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor GILMAR ANTUNES DE CASTRO, matrícula nº 185205, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, constante do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo, exercente de atribuições inerentes ao cargo de Motorista de Veículos Pesados, conduzindo ônibus, no cargo de Motorista de Veículos Pesados, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar 143/2009 e alterações.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 30 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.075 DE 30 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.075 de 30 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

Considerando que o Servidor IRINEU MARTINS DE LIMA NETO,

cumprir os requisitos para enquadramento no cargo de Motorista de Veículos Pesados, qual seja: possuir grau de escolaridade de "ensino médio" completo e, possui CNH - categoria "AD";

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Resolve:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor IRINEU MARTINS DE LIMA NETO, matrícula nº 185205, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, constante do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo, exercente de atribuições inerentes ao cargo de Motorista de Veículos Pesados, conduzindo ônibus, no cargo de Motorista de Veículos Pesados, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar 143/2009 e alterações.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 30 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.076 DE 30 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.076 de 30 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

Considerando que o Servidor IVAN SIMEONE GALLO, cumpre os requisitos para enquadramento no cargo de Motorista de Veículos Pesados, qual seja: possuir grau de escolaridade de "ensino médio" completo e, possui CNH - categoria "D";

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Resolve:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor IVAN SIMEONI GALLO, matrícula nº 663131, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, constante do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo, exercente de atribuições inerentes ao cargo de Motorista de Veículos Pesados, conduzindo ônibus, no cargo de Motorista de Veículos Pesados, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar 143/2009 e alterações.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 30 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.077 DE 30 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.077 de 30 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

Considerando que o Servidor IVO LEOMAR KOBUS, cumpre os requisitos para enquadramento no cargo de Motorista de Veículos Pesados, qual seja: possuir grau de escolaridade de "ensino médio" completo e, possui CNH - categoria "AD";

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Resolve:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor IVO LEOMAR KOBUS, matrícula nº 555738, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, constante do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo, exercente de atribuições inerentes ao cargo de Motorista de Veículos Pesados, conduzindo ônibus, no cargo de Motorista de Veículos Pesados, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar 143/2009 e alterações.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 30 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.078 DE 30 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.078 de 30 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

Considerando que o Servidor LUIZIANDRO VENTURINI GONÇALVES, cumpre os requisitos para enquadramento no cargo de Motorista de Veículos Pesados, qual seja: possuir grau de escolaridade de "ensino médio" completo e, possui CNH - categoria "AD";

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Resolve:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor LUIZIANDRO VENTURINI GONÇALVES, matrícula nº 777579, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, constante do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo, exercente de atribuições inerentes ao cargo de Motorista de Veículos Pesados, conduzindo ônibus, no cargo de Motorista de Veículos Pesados, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar 143/2009 e alterações.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 30 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.079 DE 30 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.079 de 30 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

Considerando que o Servidor MARCO ANTONIO VEIGA DOS SANTOS, cumpre os requisitos para enquadramento no cargo de Motorista de Veículos Pesados, qual seja: possuir grau de escolaridade de "ensino médio" completo e, possui CNH - categoria "AE";

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Resolve:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor MARCO ANTONIO VEIGA DOS SANTOS, matrícula nº 721620, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, constante do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo, exercente de atribuições inerentes ao cargo de Motorista de Veículos Pesados, conduzindo ônibus, no cargo de Motorista de Veículos Pesados, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar 143/2009 e alterações.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 30 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.080 DE 30 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.080 de 30 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

Considerando que o Servidor MAURI JOSE RITTER, cumpre os requisitos para enquadramento no cargo de Motorista de Veículos Pesados, qual seja: possuir grau de escolaridade de "ensino médio" completo e, possui CNH - categoria "AD";

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições

legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Resolve:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor MAURI JOSE RITTER, matrícula nº 721522, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, constante do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo, exercente de atribuições inerentes ao cargo de Motorista de Veículos Pesados, conduzindo ônibus, no cargo de Motorista de Veículos Pesados, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar 143/2009 e alterações.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 30 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.081 DE 30 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.081 de 30 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

Considerando que o Servidor RANGEL MORAIS, cumpre os requisitos para enquadramento no cargo de Motorista de Veículos Pesados, qual seja: possuir grau de escolaridade de "ensino médio" completo e, possui CNH - categoria "AE";

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Resolve:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor RANGEL MORAIS, matrícula nº 521850, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, constante do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo, exercente de atribuições inerentes ao cargo de Motorista de Veículos Pesados, conduzindo ônibus, no cargo de Motorista de Veículos Pesados, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar 143/2009 e alterações.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 30 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.082 DE 30 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.082 de 30 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

Considerando que o Servidor RONNIE PETERSON FERREIRA SABINO DA SILVA, cumpre os requisitos para enquadramento no cargo de Motorista de Veículos Pesados, qual seja: possuir grau de escolaridade de "ensino médio" completo e, possui CNH - categoria "D";

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Resolve:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor RONNIE PETERSON FERREIRA SABINO DA SILVA, matrícula nº 796891, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, constante do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo, exercente de atribuições inerentes ao cargo de Motorista de Veículos Pesados, conduzindo ônibus, no cargo de Motorista de Veículos Pesados, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar 143/2009 e alterações.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 30 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.083 DE 30 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.083 de 30 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

Considerando que o Servidor ROQUE IRIVAN TORMENA, possui CNH - categoria "D" e, concluiu o "Ensino Fundamental" na data de 20/04/2016;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Resolve:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor ROQUE IRIVAN TORMENA, matrícula nº 246638, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, constante do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo, exercente de atribuições inerentes ao cargo de Motorista de Veículos Pesados, conduzindo ônibus, no cargo de Motorista de Veículos Pesados, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar 143/2009 e alterações.

Art. 2º – Conceder ao Servidor ROQUE IRIVAN TORMENA, o prazo de 03 (três) anos para comprovar formação em nível de ensino médio, sob pena de recondução ao cargo anterior, nos termos do § único do Art. 2º da Lei Complementar nº 255 de 24 de Março de 2016.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 20/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 30 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.084 DE 31 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº 1.084 de 31 de Maio de 2016

Considerando as disposições da Lei Complementar 255 de 24 de Março de 2016, cuja ementa "Reenquadra Cargos no quadro permanente de Pessoal do Poder Executivo e permite o enquadramento de servidores ocupantes do cargo de motorista no cargo de Motorista de Veículos Pesados e dá outras providências;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Enquadrar, a partir de 01/04/2016, sem efeitos retroativos, o servidor ANTONIO MARTINS DE MACEDO matrícula nº 12254, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, constante na Categoria 3, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder executivo, previsto no Anexo I da Lei Complementar nº 143/2009, na Categoria 13 do mesmo quadro, incluída pelo Anexo da Lei Complementar nº 218/2013.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2016, revogan-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 31 de Maio de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.111/2016

PORTARIA Nº 1.111/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder retorno às atividades do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem à servidora ROSANI ZINGELERSKI, matrícula nº 672980 lotada na Secretaria Municipal de Saúde, afastada através da Portaria nº 452/2016, em licença sem vencimentos, retornando a pedido, às atividades laborais a contar de 18/05/2016.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

com efeitos a partir de 18/05/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 02 de Junho de 2016

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1059/2016

PORTARIA Nº 1059/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. IONARA MARQUES DE OLIVEIRA CERON RICIATTI, matrícula nº 889229-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 17/05/2016.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 17/05/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de maio de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1086/2016

PORTARIA Nº 1086/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º -Suspende do Estágio Probatório o(a) servidor(a) Sr(a). CLAUDIA PACHECO DA SILVA, matrícula nº 10000000658-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 09/05/2016 de 15 (quinze) dias, ficando suspenso a contar de 24/05/2016.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26,§ 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 24/05/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de maio de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1126/2016

PORTARIA Nº 1126/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,
RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. SARA ALVES RAQUEL, matrícula nº 4163060-01, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 02/06/2016.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de junho de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 22, DE 2 DE JUNHO DE 2016 LEGISLATIVO

Portaria Nº 22, de 2 de junho de 2016.

Dispõe sobre as regras de conduta dos participantes e expectadores durante o transcorrer das eleições indiretas e respectiva posse dos eleitos, no dia 05/06/2016, e fixa outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, Senhor Vereador Jean Daniel dos Santos Pirola, no uso das atribuições legais e regimentais e,

CONSIDERANDO a realização de eleições indiretas e posse dos eleitos no Município de Brusque no dia 05/06/2016 de competência desta Casa Legislativa;

CONSIDERANDO que o procedimento eleitoral é de responsabilidade da Mesa Diretora e da Comissão Eleitoral designada pela Portaria nº 21, de 30/05/2016, com observância da Resolução Administrativa nº 02/2015, suas alterações e demais legislações aplicáveis à espécie;

CONSIDERANDO o espaço limitado do auditório onde serão realizadas as eleições, bem como a expectativa de grande público com intuito de acompanhar o evento;

CONSIDERANDO a necessidade desta Casa de garantir a ordem e a segurança de todos os envolvidos no pleito eleitoral bem como

proporcionar um ambiente adequado para o desenvolvimento dos trabalhos;

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido que a entrada ao recinto onde transcorrerão as eleições será permitida apenas aos Servidores da Câmara de Vereadores, aos Vereadores e aos Candidatos, sem a necessidade de credenciamento.

Art. 2º Poderão acessar o recinto, desde que previamente credenciadas, as seguintes instituições/pessoas e nas determinadas quantidades:

ELEIÇÃO	POSSE
- CHAPA 01: 30 credenciais.	- CHAPA VENCEDORA: 60 credenciais.
- CHAPA 02: 30 credenciais.	- IMPRENSA: 14 credenciais.
- IMPRENSA: 14 credenciais.	- AUTORIDADES: 12 credenciais.
- AUTORIDADES: 04 credenciais.	- CONVIDADOS: 10 credenciais.
- CONVIDADOS: 22 credenciais.	

§ 1º Com exceção das credenciais destinadas às autoridades e aos convidados, todos os demais acima mencionados que quiserem acompanhar a Sessão de Eleição e a Sessão de Posse dentro do recinto, deverão no dia 03/06/2016 retirar suas credenciais na Secretaria da Câmara, até às 17:00 horas, impreterivelmente.

§ 2º A entrega das credenciais à chapa vencedora será realizada logo após o encerramento da eleição, diretamente ao candidato eleito.

§ 3º Para o credenciamento, deverá o requisitante apresentar um documento de identificação e, no caso de representante de Chapa, documento que o identifique como autorizado a retirar as credenciais.

§ 4º A credencial é de uso pessoal e intransferível.

Art. 3º Todas as pessoas que não conseguirem efetuar o credenciamento para assistir à eleição e à posse na Câmara poderão acompanhar ao vivo todo o processo através da internet, no site da Câmara Municipal de Brusque.

Art. 4º Aos devidamente credenciados será permitida a entrada no recinto da Câmara no dia 05/06/2016, das 13:00 às 13:50 horas para a Sessão de Eleição e para a Sessão de Posse, a partir das 17:30 horas.

Parágrafo único. Após esse horário, não mais será permitida a entrada no recinto.

Art. 5º Não será permitida a entrada de qualquer pessoa portando bandeira, faixa, cartazes, vestimenta ou qualquer outro meio em que fique caracterizado o apoio ou publicidade à candidato, chapa ou partido político.

Art. 6º Não será permitido qualquer tipo de manifestação, de apoio ou contra qualquer candidato, bem como vaia ou qualquer ato, do início ao fim da Sessão.

Art. 7º É vedado o ingresso de pessoa portando objetos que apresentem potencial ameaça à integridade física ou moral da instituição, dos candidatos ou de terceiros, tais como objetos contundentes, perfurantes ou cortantes, bem como de substâncias que apresentem risco potencial a pessoas ou bens, como artefatos explosivos ou substâncias químicas, armas de quaisquer espécies, exceto em se tratando de pessoas legalmente autorizadas.

Parágrafo único. No caso de descumprimento do disposto nos artigos 5º ao 7º, o cidadão será imediatamente retirado do recinto não mais podendo nele adentrar.

Art. 8º Qualquer dúvida ou esclarecimento adicional deverá ser feito diretamente à Comissão Eleitoral, nomeada pela Portaria nº 21, de 30/05/2016, nas dependências da Câmara em seu horário normal de funcionamento, ou através do plantão, nos termos do § 4º, do artigo 1º, do Anexo Único (Edital nº 01/2015), da Resolução Administrativa nº 02/2015.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 2 de Junho de 2016.

Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Rogério Gamba
Diretor Geral

PORTARIA Nº 23, DE 2 DE JUNHO DE 2016 LEGISLATIVO

Portaria Nº 23, de 2 de junho de 2016.

Convoca os Servidores para a Sessão de Eleição e Posse do Prefeito e Vice-Prefeito.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os Servidores para a Sessão de Eleição Indireta e para a Sessão de Posse do Prefeito e Vice-Prefeito Municipais, agendadas para o dia 5 de junho do corrente, nas dependências da Câmara Municipal.

Art. 2º O horário de expediente será das 12:00 (doze) horas, até o encerramento da solenidade de posse.

Art. 3º O período de expediente exercido neste dia poderá ser compensado em outra data, mediante prévio ajuste com a Direção desta Casa.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 02 de Junho de 2016.

Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos municípios – DOM/SC

Rogério Gamba
Diretor Geral

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.799

DECRETO Nº 6.799, de 24 de maio de 2016.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 1.131,18m² (um mil, cento e trinta e um metros e dezoito decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 27.255, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na Rua Visconde de Mauá, Bairro Berger, nesta cidade, de propriedade de Hedwiga Isabel Herden e outros, ficando após o desmembramento constituído de duas glebas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – gleba A com 731,18m² (setecentos e trinta e um metros e dezoito decímetros quadrados), partindo do marco 0=PP, situado na confrontação com o imóvel constante da transcrição nº 19.010; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da transcrição nº 19.010 com a distância de 39.79 m até o marco 1; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 21.074 com a distância de 20.84 m até o marco 2; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 0.170 com a distância de 12.16 m até o marco 3; deste, segue, confrontando com a "Gleba B" deste projeto de Desmembramento com a distância de 8.44 m até o marco 6; deste, segue, confrontando com a "Gleba B" deste projeto de Desmembramento com a distância de 27.97 m até o marco 5; deste, segue, confrontando com a Rua Visconde de Mauá com a distância de 16.06 m até o marco 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

II – gleba B com 400,00m² (quatrocentos metros quadrados), partindo do marco 5=PP, situado na confrontação com a "Gleba A" deste projeto de Desmembramento; deste, segue, confrontando com a "Gleba A" deste projeto de Desmembramento com a distância de 27.97 m até o marco 6; deste, segue, confrontando com a "Gleba A" deste projeto de Desmembramento com a distância de 8.44 m até o marco 3; deste, segue, confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 0.170 com a distância de 30.57 m até o marco 4; deste, segue, confrontando com a Rua Visconde de Mauá com a distância de 20.00 m até o marco 5=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 3º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de maio de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.801

DECRETO Nº 6.801, de 31 de maio de 2016.

Reajusta repasse mensal às Associações de Pais e Professores – APPs das Escolas Municipais de Educação Básica da Rede Municipal de Ensino.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 3º da Lei nº 2.532, de 12 de maio de 2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica reajustado em 10,54% (dez vírgula cinquenta e quatro por cento), conforme Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) acumulado no ano de 2015, o repasse mensal de recursos financeiros às Associações de Pais e Professores – APPs das Escolas Municipais de Educação Básica da Rede Municipal de Ensino, de que trata a Lei nº 2.532, de 12 de maio de 2008, passando o custo por aluno de R\$ 5,15 (cinco reais e quinze centavos) para R\$ 5,69 (cinco reais e sessenta e nove centavos).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.802

DECRETO Nº 6.802, de 02 de junho de 2016.

Decreta Luto Oficial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e

Considerando o infausto passamento do Senhor MARCO ANTÔNIO TEDESCO, ocorrido na cidade Porto Alegre, no dia 01 de junho de 2016;

Considerando que o ilustre extinto foi um dos precursores do Grupo Primo Tedesco S/A, dedicado ao ramo de celulose, papel e embalagens nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de outros investimentos como a Marina Tedesco em Balneário Camboriú.

Considerando sua destacada atuação no desenvolvimento econômico do Município;

Considerando que é dever do Poder Público render justas

homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o bem-estar da Coletividade,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial, por três dias, em todo o território do Município, em sinal de pesar pelo falecimento do Senhor MARCO ANTÔNIO TEDESCO, ocorrido em 01 de junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de junho de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 53 - 2016 – PREGÃO PRESENCIAL – 31 - 2016 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 53 - 2016 – Pregão Presencial – 31 - 2016 – PREFEITURA; TIPO: MENOR PREÇO, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECANICA, FUNILARIA E PINTURA, ELETRICIDADE, BOMBAS E BICOS E ESTOFARIA E TAPEÇARIA, PARA VEÍCULOS DAS SECRETARIAS, FUNDAÇÕES E DEMAIS AUTARQUIAS DO MUNICIPIO DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 20/06/2016 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 20/06/2016 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone,

Caçador, 30 de maio de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 57 - 2016 – PREGÃO PRESENCIAL – 33 - 2016 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 57 - 2016 – Pregão Presencial – 33 - 2016 – PREFEITURA; TIPO: MENOR PREÇO, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE CONserto COM APLICAÇÃO DE MATERIAL NO TELHADO DO GINÁSIO DE ESPORTES DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO BÁSICO TABAJARA DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 22/06/2016 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 22/06/2016 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone, Caçador, 30 de maio de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 58 - 2016 – PREGÃO PRESENCIAL – 34 - 2016 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 58 - 2016 – Pregão Presencial – 34 - 2016 – PREFEITURA; TIPO: MENOR PREÇO, OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA DAS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 27/06/2016 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 27/06/2016 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone, Caçador, 01 de junho de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 59 - 2016 – PREGÃO PRESENCIAL – 35 - 2016 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 59 - 2016 – Pregão Presencial – 35 - 2016 – PREFEITURA; TIPO: MENOR PREÇO, OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS E LUBRIFICANTES PARA MANUTENÇÃO DE MAQUINAS, CAMINHÕES E VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16/06/2016 às 16h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16/06/2016 às 16h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone, Caçador, 02 de junho de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Camboriú

PREFEITURA

PR 062/2016 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 062/2016- PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADO AO CONSERTO DE TRATORES, MICRO TRATORES, CARRETAS E PULVERIZADORES, UTILIZADOS NA LIMPEZA E APLICAÇÃO DE HERBICIDAS NAS RUAS E ESTRADAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 16 (Dezesseis) de Junho de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 02 de Junho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 63/16 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 063/2016-PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 16 (Dezesseis) de Junho de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 02 de Junho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADO: EVA APARECIDA DA VEIGA ZENFE

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 06 de junho de 2016 a 21 de dezembro de 2016

AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS

CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 2.308,51 (Dois mil e trezentos e oito reais e cinquenta e um centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 06 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2016

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 032/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: EVA APARECIDA DA VEIGA ZENFE, no Cargo Público de Professor I – Educação Infantil e Anos Iniciais exercendo a Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, portadora do CPF/MF nº 854.963.089-68, residente domiciliada na Rua João Baron, nº 133, Bairro Serra Alta, Município de São Bento do Sul/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII e IV Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002. Contratação temporária para atuar em substituição a servidora Jaqueline Soraia Amorim Tabert, que assumiu função gratificada de Diretor Adjunto na EMEB Maria José Duarte Silva Bernardes.

PRAZO: Início: 06 de junho de 2016;

Término: 21 de dezembro de 2016.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 2.308,51 (dois mil trezentos e oito reais e cinquenta e um centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem às partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 06 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	EVA APARECIDA DA VEIGA ZENFE Contratada
--	--

Testemunhas:

1. _____

2. _____

PORTARIA Nº 13.078 DE 02 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.078 DE 02 DE JUNHO DE 2016

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 9º e seus respectivos Parágrafos, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Prorrogar a Licença Maternidade da Servidora Pública Municipal CRISTIANE PEREIRA DE SOUZA TREML, Matrícula Funcional nº 000729, Registro no Sistema sob nº 955243, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, por um período de 60 (sessenta) dias, a partir de 03de Junho de 2016 a 01 de agosto de 2016.

Parágrafo único - A prorrogação da Licença de que trata o caput deste artigo, em atenção ao requerimento assinado pela Servidora Pública Municipal, e protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 15 de fevereiro de 2016, sob nº 0358.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos a partir de 03 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 02 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

PREGÃO 50/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2016
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A licitação tem como objeto a REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de saibro para recuperação das estradas vicinais do município de Campo Alegre – SC, conforme tabela abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	5.000	M³	Saibro médio constituído de 70% de rocha abaixo de 1" e material argiloso.	28,00	140.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 140.000,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 15/06/2016, às 14 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até 13 horas e 45 minutos do dia 15/06/2016, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta de dotações orçamentárias na seguinte classificação:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	8.00	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras
Unidade	8.03	Serviço de Obras e Serviços Públicos
Função	15	Urbanismo
Subfunção	452	Serviços Urbanos
Programa	45	Manutenção de Vias Públicas e Conservação de Logradouros
Projeto	2.023	Vias Públicas e Logradouros
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo

A quantidade de 4.428,57 metros cúbicos de saibro será adquirida com recursos provenientes de Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Agência de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra – SC. Proposta de transferência 0000017512.

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 50/2016".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre - SC, 02 de junho de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

TERMO ADITIVO Nº 004/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE/SC.

TERMO ADITIVO Nº 004/2016

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E O INSTITUTO SANTÉ.

De um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.941.360/0001-50, com sede à Rua Irã. Amália Gheller, nº 22, Centro, no Município de Campo Alegre/SC., neste ato representado pela sua gestora, Sr^a. Carolina da Costa Telma; e de outro lado, INSTITUTO SANTÉ, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.776.971/0001-30, com sede à Avenida Almirante Tamandaré, nº 94, Bairro Coqueiros, no Município de Florianópolis/SC., representado neste ato pelo seu presidente, Sr. Tércio Egon Karten, que têm justo e acordado o que segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR

A CLÁUSULA III, item 6, do Termo de Convênio nº 004/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“11. O valor a ser pago pelos Serviços descritos no objeto deste Termo de Convênio será de R\$ 60.031,49 (sessenta mil, trinta e um reais, quarenta e nove centavos), a serem pagos mensalmente, com vencimento no dia 26 de cada mês, mediante a apresentação de Relatório de Serviços e da respectiva Nota Fiscal de Serviços”.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO

A CLÁUSULA II, alínea “b”, do Termo de Convênio nº 004/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“b. Deverão estar à disposição dos serviços de urgência e emergência equipe mínima de enfermagem para realização de triagem e outros procedimentos inerentes à função e, a respectiva equipe deverá acompanhar os pacientes em caso de transferências para outras Unidades de Saúde fora do Município de Campo Alegre/SC., e um técnico de radiologia para realização de exames radiológicos emergenciais”.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Termo originário, não alteradas pelo presente aditivo.

E, por estarem de pleno acordo, lavra-se o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, assinando as partes este Termo Aditivo na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC., 01 de junho de 2016.

Fundo Municipal de Saúde Instituto Santé

Testemunha Testemunha

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios em data de 03 de junho de 2016.

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO - 2º BIMESTRE 2016

<div><div><div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div></div></div>
--

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrão

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias							
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)			35.915.890,53	7.681.244,17	21,39	14.470.471,53	40,29
RECEITAS CORRENTES			35.669.910,41	6.837.822,34	19,17	13.263.923,59	37,19
RECEITA TRIBUTÁRIA			4.552.043,67	1.326.768,62	29,15	1.873.987,98	41,17
Impostos			3.664.675,38	1.078.413,38	29,43	1.586.609,98	43,29
Taxas			877.368,29	247.602,38	28,22	285.928,75	32,59
Contribuição de Melhoria			10.000,00	752,86	7,53	1.449,25	14,49
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES			1.890.000,00	356.254,65	18,85	683.721,06	36,18
Contribuições Sociais			990.000,00	170.977,59	17,27	330.493,42	33,38
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico			900.000,00	185.277,06	20,59	353.227,64	39,25
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL			2.182.212,42	1.079.608,93	49,25	1.987.183,38	91,10
Receitas Imobiliárias			3.511,43	924,00	26,31	1.848,00	52,63
Receitas de Valores Mobiliários			2.188.700,99	1.078.684,93	49,28	1.995.335,38	91,17
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	1.323.680,43	1.323.680,43	224.530,25	16,96	419.623,19	31,70	904.037,24
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.125.777,52	25.125.777,52	3.765.039,96	14,98	8.122.191,91	32,33	17.003.585,61
Transferências Intergovernamentais	24.761.399,12	24.761.399,12	3.741.659,59	15,11	8.046.039,50	32,49	16.715.359,62
Transferências de Instituições Privadas	30.000,00	30.000,00	2.000,00	6,67	3.000,00	10,00	27.000,00
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
Transferências de Convênios	325.378,40	325.378,40	21.380,37	6,57	73.152,41	22,48	252.225,99
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	586.216,37	586.216,37	85.619,93	14,61	167.216,07	28,52	419.000,30
Multas e Juros de Mora	151.492,11	151.492,11	26.693,35	17,62	56.606,52	37,37	94.885,59
Indenizações e Restituições	140.418,36	140.418,36	19.268,13	13,72	36.663,23	26,11	103.755,13
Receita da Dívida Ativa	294.205,90	294.205,90	39.658,45	13,48	73.946,32	25,13	220.259,58
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS							
Receitas Correntes Diversas	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
RECEITAS DE CAPITAL	245.980,12	245.980,12	843.421,83	342,88	1.206.547,94	490,51	-960.567,82
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Período de referência: 2º bimestre

RRREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrão

Documento gerado em 02/06/2016 09:21:32

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado****Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)****CNPJ:****Exercício: 2016****Período de referência: 2º bimestre****RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao**

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Fonte - Anexo 1 - Tabela 1.0 - RREO	

PRREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Documento gerado em 02/06/2016 09:21:32

Documento gerado em 02/06/2016 09:21:32

Página 11 de 14



Escritório de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

TSOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra				Despesas Liquidadas				Despesas em Restos a Pagar não Processados (f)			
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (B)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (B)	% (total B)	SALDO (C) = (A-B)	No Bimestre	Até o Bimestre (B)	% (total d)	SALDO (E) = (A-D)	No Bimestre	Até o Bimestre (B)	% (total f)
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Aéreo												
Transporte Rodoviário												
Transporte Ferroviário												
Transporte Hidroviário												
Transportes Especiais												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto de Rendimento												
Desporto Comunitário												
Lazer												
Administração Geral												
Administração Geral												
Emprego e Contratação												
Emprego da Divisão Interna	0,00	150.000,00	150.000,00	15,50	0,00	50.000,00	50.000,00	7,00	100.000,00	0,00	50.000,00	7,00
Refinanciamento da Dívida Externa		150.000,00	150.000,00	15,50		50.000,00	50.000,00	7,00	100.000,00		50.000,00	7,00
Refinanciamento da Dívida Interna												
Serviço da Dívida Externa												
Serviço da Dívida Interna												
Transferências												
Outros Encargos Especiais												
Transferências para a Educação Básica												
Demais Subfunções												

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado****Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)****CNPJ:****Exercício: 2016****Período de referência: 2º bimestre****RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Padrao**

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by LUANA TALITA ROCHA:04854775998
Date: 2016.06.02 09:20:29 BRT
Perfil: Contador Responsável
Instituição: Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC

Assinatura: 2

Digitally signed by RUBENS BLASZKOWSKI:37951548987
Date: 2016.06.02 09:25:57 BRT
Perfil: Titular do Poder Executivo
Instituição: Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC

Assinatura: 3

Assinatura: 4

Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

Campo Erê

PREFEITURA

EXTRATO ATA RP 38/2016/FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 38/2016/FMS

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 969/2016

Pregão Presencial FMS nº 19/2016

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa CLINICA MEDIPLAN LTDA ME, inscrita no CNPJ Nº 21.056.224/0001-95, conforme relação abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Prestação de serviços de plantão médico de urgência/emergência para atendimento a pacientes do Município de Campo Erê (PRONTO ATENDIMENTO noturno, sábados, domingos e feriados), conforme serviços descritos no ANEXO IV do presente edital, sendo que os serviços de Pronto Atendimento que trata esta licitação deverão ser prestados de segunda a sexta-feira, em período noturno, assim entendido das 19h de um dia até às 7h do dia seguinte (12 h ininterruptas); e, nos sábados, domingos e feriados legalmente instituídos, em regime integral (24 h ininterruptas).	Manutenção de Pronto Atendimento mensalmente, por 30 dias (segunda a sexta-feira, das 19h às 7h - 12 horas ininterruptas), com 4 sábados, 4 domingos e 1 feriado, em regime integral (24 horas ininterruptas), pelo período de 12 meses.	55.000,00	660.000,00

VALOR TOTAL R\$ 660.000,00

Campo Erê, Quinta-Feira, 24 de maio de 2016.

MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ RUDIMAR BORCIONI Prefeito municipal		CLINICA MEDIPLAN LTDA ME CNPJ Nº 21.056.224/0001-95
DALCI M. B. APPIO Gestora Fundo Municipal de Saúde		

Visto da Assessoria Jurídica do Município:

RODRIGO PICCOLI ANTONIETTI
OAB/SC Nº 20673
ASSESSOR JURÍDICO

Campos Novos

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1236/16

PORTARIA Nº 1236/16 DE 24/05/16

EXONERA POR FALECIMENTO O (A) APOSENTADA (A) INES MACHADO DAMER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por falecimento o (a) aposentada (a) INES MACHADO DAMER, conforme certidão de óbito nº 108357 01 55 2016 4 00026 091 0006621 14, retroagindo seus efeitos a 15 de maio de 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de maio de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1244/16

PORTARIA Nº 1244/16 DE 25/05/16

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA CAROLINE WAGNER DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a CAROLINE WAGNER DE OLIVEIRA pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de maio de 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1245/16

PORTARIA Nº 1245/16 DE 25/05/16

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA JANETE AMALCABURIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a JANETE AMALCABURIO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de maio de 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1246/16

PORTARIA Nº 1246/16 DE 25/05/16

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA VALDILENA DE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a VALDILENA DE SOUZA pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de maio de 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1247/16

PORTARIA Nº 1247/16 DE 25/05/16

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA JULIANA APARECIDA BERNABE ROSSI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a JULIANA APARECIDA BERNABE ROSSI pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de maio de 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1248/16

PORTARIA Nº 1248/16 DE 25/05/16

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA ANDRESSA PIRES NOHATTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a ANDRESSA PIRES NOHATTO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de maio de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1249/16

PORTARIA Nº 1249/16 DE 25/05/16

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA IVANIR DOS SANTOS TOLOMEOTTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a IVANIR DOS SANTOS TOLOMEOTTI pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de maio de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1251/16

PORTARIA Nº 1251/16 DE 25/05/16

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA AO SERVIDOR ADENILSON TONHOLI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a ADENILSON TONHOLI pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de maio de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1252/16

PORTARIA Nº 1252/16 DE 25/05/16

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDORA MALGARETE DE FATIMA F. ZOTTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença para tratar de assuntos particulares ao servidor MALGARETE DE FATIMA F. ZOTTI, a partir de 30/05/2016 a 27/08/2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1253/16

PORTARIA Nº 1253/16 de 25/05/16

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora LETÍCIA PICCOLI CAIPER, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Apoio Administrativo, gratificação por titulação, referente à conclusão do Curso de Graduação Bacharel em Direito.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de maio de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1254/16

PORTARIA Nº 1254/16 de 25/05/16

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO AO SERVIDOR QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei

Complementar nº 10 de 2011.
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor MARIO ARTHUR FAVRETTO, ocupante do cargo efetivo de Fiscal Sanitário, gratificação por titulação, referente à conclusão do Curso de Pós- Graduação LATO SENSU em GESTÃO AMBIENTAL.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de maio de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1255/16

PORTARIA Nº 1255/16 de 25/05/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA PAULA R. LEMOS BERNARDON

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA PAULA R. LEMOS BERNARDON referente ao período aquisitivo de 01/03/2007 a 28/02/2008 a serem gozadas no período de 01/06/16 a 30/06/16.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1256/16

PORTARIA Nº 1256/16 de 25/05/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ARISTIDES DO AMARAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ARISTIDES DO AMARAL referente ao período aquisitivo de 11/02/15 a 10/02/16 a serem gozadas no período de 09/05/16 a 07/06/16.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1257/16

PORTARIA Nº 1257/16 de 25/05/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DANIELLA GONÇALVES DALLAMICO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DANIELA GONÇALVES DALLAMICO referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 01/03/14 a serem gozadas no período de 23/05/16 a 21/06/16.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1258/16

PORTARIA Nº 1258/16 de 25/05/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ELIZANDRA DE OLIVEIRA LOURENÇO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ELIZANDRA DE OLIVEIRA LOURENÇO referente ao período aquisitivo de 21/03/15 a 20/03/16 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/16.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1259/16

PORTARIA Nº 1259/16 de 25/05/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EVANDRO CESAR DUARTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EVANDRO CESAR DUARTE referente ao período aquisitivo de 15/03/11 a 14/03/12 a serem gozadas no período de 01/06/16 a 30/06/16.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1260/16

PORTARIA Nº 1260/16 de 25/05/16
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EDELSON ALVES DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EDELSON ALVES DA SILVA referente ao período aquisitivo de 03/08/13 a 02/08/14 a serem gozadas no período de 09/05/16 a 07/06/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1261/16

PORTARIA Nº 1261/16 de 25/05/16
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) IVONE ALVES CORREA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) IVONE ALVES CORREA referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 18/12/16 a 17/01/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1262/16

PORTARIA Nº 1262/16 de 25/05/16
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOAO CELSO LOURENÇO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOAO CELSO LOURENÇO referente ao período aquisitivo de 02/04/15 a 01/04/16 a serem gozadas no período de 02/05/16 a 31/05/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1263/16

PORTARIA Nº 1263/16 de 25/05/16
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOÃO MARIA RIBEIRO JUNIOR

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOÃO MARIA RIBEIRO JUNIOR referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 29/04/16 a 29/05/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1264/16

PORTARIA Nº 1264/16 de 25/05/16
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOS-SUI HELENA NOGUEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOSSUI HELENA NOGUEIRA referente ao período aquisitivo de 01/08/13 a 31/07/14 a serem gozadas no período de 16/05/16 a 14/06/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1266/16

PORTARIA Nº 1266/16 de 25/05/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MAICOL MICHEL MOREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MAICOL MICHEL MOREIRA referente ao período aquisitivo de 01/04/15 a 31/03/16 a serem gozadas no período de 05/05/16 a 03/06/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1267/16

PORTARIA Nº 1267/16 de 25/05/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIA JUCELIA LEMOS DE CHAGAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIA JUCELIA LEMOS DE CHAGAS referente ao período aquisitivo de 21/03/15 a 20/03/16 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1268/16

PORTARIA Nº 1268/16 de 25/05/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIA JUDITE BALESTRIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIA JUDITE BALESTRIN referente ao período aquisitivo de 02/05/15 a 01/05/16 a serem gozadas no período de 23/05/16 a 21/06/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente

Portaria em,
25 de maio de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1269/16

PORTARIA Nº 1269/16 de 25/05/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) NILVA SARMENTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) NILVA SARMENTO referente ao período aquisitivo de 16/02/13 a 15/02/14 a serem gozadas no período de 01/06/16 a 30/06/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1270/16

PORTARIA Nº 1270/16 de 25/05/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) PAULO DE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) PAULO DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 01/03/15 a 29/02/16 a serem gozadas no período de 10/05/16 a 08/06/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1271/16

PORTARIA Nº 1271/16 de 25/05/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SIMONE FAVARO ONEDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SIMONE FAVARO ONEDA referente ao período aquisitivo de 08/05/15 a 07/05/16 a serem gozadas no período de 30/05/16 a 28/06/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1272/16

PORTARIA Nº 1272/16 de 25/05/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SIMONE FERREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SIMONE FERREIRA referente ao período aquisitivo de 22/03/15 a 21/03/16 a serem gozadas no período de 11/05/16 a 09/06/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1273/16

PORTARIA Nº 1273/16 de 25/05/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) VANESSA APARECIDA TORRES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) VANESSA APARECIDA TORRES referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 16/05/16 a 14/06/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1274/16

PORTARIA Nº 1274/16 de 25/05/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) VILMA RIBEIRO DRUM

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas

pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) VILMA RIBEIRO DRUM referente ao período aquisitivo de 17/12/14 a 16/12/15 a serem gozadas no período de 27/04/16 a 26/05/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1275/16

PORTARIA Nº 1275/16 de 25/05/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) WILMAR MARTINS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) WILMAR MARTINS referente ao período aquisitivo de 01/08/13 a 31/07/14 a serem gozadas no período de 05/05/16 a 03/06/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1276/16

PORTARIA Nº 1276/16 DE 25/05/16

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA ELENICE APARECIDA CAMARGO BERNADELLI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio a servidora ELENICE APARECIDA CAMARGO BERNADELLI, referente ao período aquisitivo de 01/01/11 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 01/06/16 a 29/08/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1277/16

PORTARIA Nº 1277/16 DE 25/05/16

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA IVETE VIEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio a servidora IVETE VIEIRA, referente ao período aquisitivo de 01/01/11 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 02/05/16 a 30/07/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1279/16

PORTARIA Nº 1279/16 de 25/05/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA APARECIDA DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA APARECIDA DOS SANTOS referente ao período aquisitivo 19/12/2015 a 18/02/16 a serem gozadas no período de 22/02/16 a 22/03/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1280/16

PORTARIA Nº 1280/16 de 25/05/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CRISTIANA PARIZOTO CORREA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CRISTIANA PARIZOTO CORREA referente ao período aquisitivo 01/01/2015 a 31/12/2015 a serem gozadas no período de 16/05/16 a 14/06/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

25 de maio de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1281/16

PORTARIA Nº 1281/16 de 25/05/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JAQUELINE SCHALY

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JAQUELINE SCHALY referente ao período aquisitivo 08/04/16 a 08/05/16 a serem gozadas no período de 11/05/16 a 09/06/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1282/16

PORTARIA Nº 1282/16 de 25/05/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) RITA THIBES SCHELEDER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) RITA THIBES SCHELEDER referente ao período aquisitivo 19/01/15 a 18/01/16 a serem gozadas no período de 16/05/16 a 14/06/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1283/16

PORTARIA Nº 1283/16 de 25/05/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) GRACIELE APARECIDA DE MELLO CARLESSO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) GRACIELE

APARECIDA DE MELLO CARLESSO referente ao período aquisitivo 06/04/14 a 05/05/16 a serem gozadas no período de 06/04/16 a 05/05/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1284/16

PORTARIA Nº 1284/16 de 25/05/16
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ELIAS GONÇALVES LINS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ELIS GONÇALVES LINS referente ao período aquisitivo de 01/01/14 a 30/12/14 a serem gozadas no período de 01/04/16 a 30/04/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1285/16

PORTARIA Nº 1285/16 de 25/05/16
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CLEITON ARI WALTER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CLEITON ARI WALTER referente ao período aquisitivo de 01/01/14 a 30/12/14 a serem gozadas no período de 07/05/16 a 05/06/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1286/16

PORTARIA Nº 1286/16 de 25/05/16
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) GIZELLI DE MATTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) GIZELLI DE MATTOS referente ao período aquisitivo de 03/07/14 a 02/07/14 a serem gozadas no período de 02/06/16 a 01/07/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de maio de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS**ATA LICITAÇÃO DESERTA TP 02/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA SAMAE CAMPOS NOVOS CNPJ: 83.158.105/0001-09 RUA CAETANO CARLOS, 466 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2016 - TP
	Processo Administrativo: 16/2016 Processo de Licitação: 16/2016 Data do Processo: 06/04/2016

Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA O ASSENTAMENTO DE 538 M² DE BLOCO INTERTRAVADO TIPO PAVER E 268 MLN DE ASSENTAMENTO DE MEIO FIO PRÉ-MOLDADO 10/15X30X100 CM A SEREM REALIZADOS NO ENTORNO DA LAGOA DE ESGOTO BACIA B.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 5/2016 (Sequência: 1)

Ao(s) 25 de Abril de 2016, às 09:00 horas, na sede da(o) SAMAE CAMPOS NOVOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 042/2016, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 16/2016, Licitação nº. 2/2016 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão sem a presença das empresas participantes da licitação. ABERTA A SESSÃO NA DATA E HORÁRIO PREVISTOS NO EDITAL E NÃO HAVENDO A PARTICIPAÇÃO DE NENHUMA LICITANTE, A COMISSÃO ENCERRA A SESSÃO COMO DESERTA.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Campos Novos, 25 de Abril de 2016

COMISSÃO:

VILMA APARECIDA CAMARGO SUSIN	- - Presidente da Comissão de Licitação
RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA	- - AUXILIAR ADMINISTRATIVO
VINICIUS MACIEL KUNEN	- - AUXILIAR ADMINISTRATIVO
NEUSA APARECIDA DE LIMA	- - ASSISTENTE ADMINISTRATIVA

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 05/2016 - SEMAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

SEMAIS – SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 05/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 05/2016

OBJETO: O presente pregão tem por objeto, à contratação de serviços de análises laboratoriais físico-químicas e microbiológicas de água bruta e tratada, através da realização de análises semanais, mensais, trimestrais e semestrais, visando a coleta de dados para acompanhamento e melhorias da qualidade da água tratada e distribuída no Município, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo II, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 15 de junho de 2016, às 10:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor, está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 02 de junho de 2016. GILBERTO ROSA – Diretor do SEMAIS

EXTRATO EDITAL 09/2016 - FHC

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 09/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 09/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição de equipamentos e materiais médico hospitalar, destinados à manutenção das atividades da Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha, conforme itens descritos no Anexo II, parte integrante do Edital. DATA DE ABERTURA: 14 de junho de 2016, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 02 de junho de 2016. MARILITA MICHELI GONÇALVES - Diretora Administrativa

EXTRATO EDITAL 41/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 41/2016

MODALIDADE: Tomada de Preço 07/2016

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para reforma do Ginásio de Esportes Nivaldo Luiz Laus, com área construída de 1.202,12m², situado à Av. Prefeito Silvestre Nunes Júnior, nº 901, Bairro Areão, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do edital. DATA DE ABERTURA: 20 de junho de 2016, às 09:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 02 de junho de 2016. ANTÔNIO DA SILVA – Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 005/2016 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

PORTARIA Nº. 005/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município. CONSIDERANDO, o disposto na Lei nº 4.138 de 21/03/2007, resolve:

AUTORIZAR

Art. 1º. Fica autorizado o servidor DIMAS ANTONIO CHAGAS, concursado no cargo de Técnico Desportivo de Atletismo, à disposição da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, a perceber adiantamento conforme o disposto na Lei nº. 5.843 de 09/05/2016, visando atender a realização de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Art. 2º. Ao servidor citado no caput do artigo anterior, cabe a responsabilidade da conferência das solicitações de ajudas de custo, a emissão de cheque nominal com o valor pecuniário a ser despendido e a exigência da comprovação, pelo favorecido, da realização da despesa.

Art. 3º. Ao Controle Interno cabe, no mês subsequente, à verificação da legalidade do processo e a emissão de parecer conclusivo.

Art. 4º. A autorização objeto deste instrumento far-se-á vigente pelo período compreendido entre 12/05/2016 à 15/05/2016.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 13 de Maio de 2016.

RICARDO PEREIRA MARTIN
Presidente

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes e Lazer em 13/05/2016.

PORTARIA Nº. 526/2016

PORTARIA Nº. 526/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme Art. 13, inciso I da Lei Municipal nº 2.305/1990, Lei Municipal nº 2.307/1990, Lei Municipal nº 4.250/2007, Lei Municipal nº 5.055/2013 e Lei Municipal nº 5.767/2016, resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Agente Administrativo, para atuar nos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS), junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a profissional MARJORYE CRISTINE DE LIMA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012,

inscrita sob nº. 1794, e convocada conforme Edital nº 018 de 17 de maio de 2016, iniciando as suas atividades a partir de 02/06/2016, conforme Comunicação Interna nº 081/SEMAS/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 64/2016 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:
Licitação.....: 95/2016
Modalidade.....: 64/2016 - PR
Objeto.....: PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo:
REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE ARLA 32, DESTINADO AOS CAMINHÕES PESADOS, MÉDIOS E LEVES, CAMINHONETAS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, VANS, AMBULÂNCIAS E OUTROS, DA FROTA DAS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS DESTA PREFEITURA, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Total dos Itens Vencedores: 6.750,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 5604	- ARLA 32 - Unidade: LT						
13170	AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	ARLA 32 GRANEL	5.000,000	0,0000	1,3500	6.750,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em	Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI -	EQUIPE DE APOIO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO
MARCIANO FERNANDES CORREA -	SUPLENTE PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	28.754/SC
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	CRC/SC 028524/O-0
VANESSA LANGER -	

Capinzal

PREFEITURA

Edital nº 015/2016

EDITAL Nº 015, DE 2 DE JUNHO DE 2016.

Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos financeiros, em 27 de maio de 2016, provenientes do Termo de Convênio celebrado com o Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado da Infraestrutura - SIE, autorizado pela Lei Municipal nº 3.097 de 12/12/2013, com o objetivo de executar serviços e obras de engenharia rodoviária destinadas ao melhoramento de estradas rurais integrantes da rede viária de competência deste município, no âmbito das ações e metas do Programa de Competitividade da Agricultura Familiar de Santa Catarina Componente: Fortalecimento de Atividades Estruturantes da Competitividade Rural, Sub-Componente: Infraestrutura, Atividade: Estradas Rurais Terciárias, no âmbito das ações e metas do Projeto Santa Catarina Rural, no valor de R\$ 108.483,70 (cento e oito mil, quatrocentos e oitenta e três reais e setenta centavos).

Capinzal - SC, 2 de junho de 2016.

Andevir Isganzella
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

Francisco Dirceu de Araújo
Secretário Interino da Administração e Finanças**Edital nº 016/2016**

EDITAL Nº 016, DE 2 DE JUNHO DE 2016.

Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos financeiros, em 27 de maio de 2016, provenientes do Termo de Compromisso PAC2 Nº 09022/2014, celebrado com o Ministério da Educação –Projeto do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, com o objetivo de Construir uma Creche de Educação Infantil, tipo 1 – Programa - PRÓINFÂNCIA no Loteamento Verdes Campos, na Rua Projetada C, da Quadra 387, no valor de R\$ 188.808,43 (cento e oitenta e oito mil, oitocentos e oito reais e quarenta e três centavos).

Capinzal - SC, 2 de junho de 2016.

Andevir Isganzella
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

Francisco Dirceu de Araújo
Secretário Interino da Administração e Finanças**PORTARIA 318/2016**

PORTARIA Nº 318, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através da chamada pública nº 005/2016 e nos termos do contrato nº 318/2016, Evilyn Karolayne Urbano de Moraes, matrícula nº 399671/04, para exercer as funções do cargo de Professor de Informática, nível 231, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de dez (10) horas semanais, na Escola Municipal Ernesto Hachmann.

Art. 2º A servidora encontra-se em vaga excedente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 18 de fevereiro de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/20/2016**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/20/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº CAO/0208/2016

OBJETO DA LICITAÇÃO: Confeção de 06 peças sob-medida (reduções em aço inox), compreendendo a prestação dos serviços, bem como, o fornecimento dos materiais, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital de Licitação.

TIPO: Menor Preço Global

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:00 horas, do dia 15 de junho de 2016.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 03 de junho de 2016.

Francieli da Rosa
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/21/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/21/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº CAO/0209/2016

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de um motor elétrico trifásico, com potência de 125CV, II Pólos, 3500rpm, 380 Vca, 60Hz, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital de Licitação.

TIPO: Menor Preço Por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:00 horas, do dia 17 de junho de 2016.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 03 de junho de 2016.

Francieli da Rosa
Pregoeira

Catanduvás

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.169 DE 31 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 2.169, 31 de maio de 2016.

“NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS PARA FINS DE ALIENAÇÃO ATRAVÉS DE LEILÃO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada Comissão de avaliação de bens móveis de propriedade do Município de Catanduvás/SC, para fins de alienação através de leilão público municipal, composta pelos seguintes membros:

I – DIEGO GREZELE - presidente;

II — FRANCIELE DIAS DOS SANTOS secretária; e

III — EDSON LUIZ FILIPINI membro.

§ 1º Compete à Comissão efetuar a avaliação em moeda corrente nacional para constituir o preço mínimo de alienação através de leilão dos bens móveis discriminados no Anexo I;

§ 2º A Comissão ora nomeada terá o prazo de trinta (30) dias para efetivar a avaliação e apresentar o laudo à Administração Municipal.

Art. 2º Pelo desempenho das atribuições previstas no presente Decreto, os membros da Comissão não serão remunerados, sendo considerado serviço de relevância para o Município.

Art. 3º Este Decreto em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Catanduvás (SC), 31 de maio de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

DAVI PECINATO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta secretaria nesta data.

ANEXO I

LOTES	DESCRIPTIVO
LOTE 01	CAPINADEIRA A FOGO MODELO CF 7000 ELETRONIC FIRE, COM GERADOR B476500/E SEMI NOVA.
LOTE 02	MÁQUINA DE PINTURA DE MEIO FIO SEMI NOVA.
LOTE 03	01 VEICULO UTILITARIO MICROONIBUS AGRAL, Ano 1996 E modelo 1997, Placas MBD 6050, RENAVAM 666761574, 25 passageiros, básico, combustível diesel, cor branca, bancos em tecido, Sem Motor, Caixa desmontada e armazenada no interior do veículo, faltando peças inclusive itens de segurança.

LOTE 04	01 VEICULO UTILITARIO ONIBUS URBANO VW 16.180 CO, Ano 1994 E modelo 1995, Placas KBZ 5198, RENAVAM 628025262, 44 passageiros, básico, combustível diesel, cor branca, bancos em tecido, Sem Motor, Caixa desmontada e armazenada no interior do veículo, faltando peças inclusive itens de segurança
LOTE 05	LOTE DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES, EQUIPAMENTO DE RAO X, EQUIPO ODONTO, CADEIRAS DE RODAS, FAX, MÁQUINA DE ESCREVER, CADEIRAS DE RODAS, MACA GINECOLÓGICA, ASPIRADORES CIRÚRGICOS, IMPRESSORA MATRICIAL, SELADORA ENTRE OUTROS.
LOTE 06	BOTIJÃO PARA CRYOGENIO.
LOTE 07	SUCATA DE INFORMÁTICA CONTENDO: cpu´s, monitores, teclados, mouses, estabilizadores, nobreak, impressoras laser, jato de tinta e matricial, aparelhos de fax, maquinas de calcular, maquinas de escrever, mimeógrafos, televisores, scanners, lâmpadas e calhas entre outros
LOTE 08	– LOTE DE MÓVEIS (MESAS, ESCRIVANINHAS, CADEIRAS DE ESCRITÓRIO, CADEIRAS E CARTEIRAS ESCOLARES, BALCÕES ENTRE OUTROS), EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS DIVERSOS, LOUCAS SANITÁRIAS, GELADEIRAS, FREEZERS, GELADEIRA INDUSTRIAL QUATRO PORTAS, ESTUFAS DE ESTERILIZAÇÃO, TABELAS DE BASQUETE, PNEUS USADOS, ESTRUTURAS EM FERRO, POSTES EM CIMENTO, CAMAS, MACAS, VENTILADORES, CALHAS DE ILIMUNÇÃO COM REATORES, LAMPADAS FLUORESCENTES QUEIMADAS, ARQUIVOS DE AÇO, TOLDOS GRADES DE FERRO, PORTAS JANELAS E VITROAUX, COFRE, MADEIRAS DIVERSAS, PEÇAS DE PLÁSTICO, CAIXAS D´AGUA, ARMÁRIOS DE VESTIÁRIO, FOGÕES.
LOTE 09	– CONJUNTO DE CADEIRAS, TIPO PARA CINEMA.

Caxambu do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 08/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 08/2016
Edital: Pregão Presencial Nº.: 07/2016
Tipo: Menor Preço/Por Item.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME PROPOSTA Nº 11414.598000/1140-01 DO FNS (FUNDO NACIONAL DE SAÚDE).
Entrega dos Envelopes: 13h55min do dia 17 de Junho de 2016.
Abertura dos Envelopes: 14h00min do dia 17 de Junho de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av. Presidente Getúlio Vargas, nº 615, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min pelo fone (49) 3326-0127/33260433, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br .
CAXAMBU DO SUL, 02 DE JUNHO DE 2016.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO 38 A 49/2016 - RH

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA O DESEMPENHO DE FUNÇÕES PÚBLICAS SEM CARGO N. 38/2016

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede jurídica na Rua Índio Condá, 55, na cidade que lhe empresta o nome, inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor VILMAR FOPPA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Angelo Rolim de Moura, Centro, Cidade de Caxambu do Sul/SC, doravante denominado, simplesmente, MUNICÍPIO, e do outro lado a senhora JÉSSICA REGINA GOBBI, brasileira, solteira, Odontóloga (Cirurgião Dentista), residente e domiciliada no município de Chapecó/SC, inscrita no CPF/MF sob n. 052.380.769-40, doravante denominada, simplesmente, CONTRATADA, com fundamento no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, regulamentado no âmbito municipal pela Lei Municipal nº 969/2002, c/c as orientações constantes do Prejulgado 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e considerando o Termo de Convênio entre o SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC e a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL para desenvolvimento do Projeto ODONTOSESC de acordo com as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

0.1. O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviços de Odontólogo (Cirurgião Dentista), em caráter temporário, para o desempenho de funções públicas sem cargo, para o desenvolvimento do Projeto OdontoSESC, objetivando a educação para a saúde bucal, através da assistência odontológica à comunidade, bem como a realização de ações de Educação em Saúde no Município de Caxambu do Sul – SC.

0.2. O período de duração do presente contrato inicia no dia 01/06/2016 e encerra no dia 30/06/2016.

0.3. A jornada de trabalho é de 40 (quarenta) horas semanais, no horário das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda à sexta-feira.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DISCIPLINAR E PREVIDENCIÁRIO:

2.1. O regime disciplinar é o do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei 001/2001;

2.2. O Regime Previdenciário será o RGPS – Regime Geral de Previdência Social do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA.

2.1 Pela realização perfeita, correta e eficaz do trabalho ora contratado, a CONTRATADA, fará jus a uma retribuição financeira com vencimento no valor de R\$ 5.745,54 (cinco mil, setecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) mensais, correspondente ao vencimento do cargo de Odontólogo, do Plano Municipal de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais, mais os direitos sociais previstos na legislação em vigor, notadamente, férias e 13º salário proporcional ao período trabalhado, com descontos de INSS e IRPF.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

4.1. O Município poderá rescindir o presente contrato a qualquer tempo, nos seguintes casos:

- a) Não apresentar desempenho e produtividade suficientes;
- b) Falta de entrosamento com os demais profissionais;
- c) Tratar os colegas de trabalho e o público em geral com falta de Urbanidade;
- d) Realizar procedimentos incorretos;
- e) Não cumprimento de horário e carga horária estabelecida;
- f) Insubordinação nas atividades que lhe forem solicitadas;
- g) Demais falhas funcionais previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

4.2. O presente contrato poderá ser rescindido também, por acordo entre as partes por determinação de lei que assim estabeleça.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES:

5.1. No caso de rescisão de contrato antes do vencimento do presente instrumento, por qualquer uma das razões constantes da cláusula anterior, será pago ao contratado somente o valor correspondente aos dias trabalhados no mês, mais os direitos sociais previstos na Legislação Municipal, proporcionais ao período trabalhado;

5.2. As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Chapecó/SC, para dirimência de quaisquer questões decorrentes deste contrato.

Por estarem justos e acordes, e, para que produza os legais e jurídicos efeitos, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Caxambu do Sul/SC, 25 de maio de 2016.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

JÉSSICA REGINA GOBBI
Contratada

Testemunhas:

1) _____ 2) _____
Nome: ELIAS CHIARELLO Nome: NILMAR BONAFE

CPF nº 649.941.989-34 CPF nº 055.279.779-04

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA O DESEMPENHO DE FUNÇÕES PÚBLICAS SEM CARGO N. 39/2016

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede jurídica na Rua Índio Condá, 55, na cidade que lhe empresta o nome, inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor VILMAR FOPPA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Angelo Rolim de Moura, Centro, Cidade de Caxambu do Sul/SC, doravante denominado, simplesmente, MUNICÍPIO, e do outro lado o senhor DOUGLAS PERLIN, brasileiro, solteiro, Odontólogo (Cirurgião Dentista), residente e domiciliado no município de Chapecó/SC, inscrita no CPF/MF sob n. 032.356.330-90, doravante denominado, simplesmente, CONTRATADO, com fundamento no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, regulamentado no âmbito municipal pela Lei Municipal nº 969/2002, c/c as orientações constantes do Prejulgado 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e considerando o Termo de Convênio entre o SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC e a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL para desenvolvimento do Projeto ODONTOSESC de acordo com as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

0.4. O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviços de Odontólogo (Cirurgião Dentista), em caráter temporário, para o desempenho de funções públicas sem cargo, para o desenvolvimento do Projeto OdontoSESC, objetivando a educação para a saúde bucal, através da assistência odontológica à comunidade, bem como a realização de ações de Educação em Saúde no Município de Caxambu do Sul – SC.

0.5. O período de duração do presente contrato inicia no dia 01/06/2016 e encerra no dia 30/06/2016.

0.6. A jornada de trabalho é de 40 (quarenta) horas semanais, no horário das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda à sexta-feira.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DISCIPLINAR E PREVIDENCIÁRIO:

2.1. O regime disciplinar é o do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei 001/2001;

2.2. O Regime Previdenciário será o RGPS - Regime Geral de Previdência Social do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA.

2.2 Pela realização perfeita, correta e eficaz do trabalho ora contratado, o CONTRATADO, fará jus a uma retribuição financeira com vencimento no valor de R\$ 5.745,54 (cinco mil, setecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) mensais correspondente ao vencimento do cargo de Odontólogo, do Plano Municipal de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais, mais os direitos sociais previstos na legislação em vigor, notadamente, férias e 13º salário proporcional ao período trabalhado, com descontos de INSS e IRPF.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

4.1. O Município poderá rescindir o presente contrato a qualquer tempo, nos seguintes casos:

- a) Não apresentar desempenho e produtividade suficientes;
- h) Falta de entrosamento com os demais profissionais;
- i) Tratar os colegas de trabalho e o público em geral com falta de Urbanidade;
- j) Realizar procedimentos incorretos;
- k) Não cumprimento de horário e carga horária estabelecida;
- l) Insubordinação nas atividades que lhe forem solicitadas;
- m) Demais falhas funcionais previstas no Estatuto dos Servidores

Públicos Municipais.

4.2. O presente contrato poderá ser rescindido também, por acordo entre as partes por determinação de lei que assim estabeleça.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES:

5.1. No caso de rescisão de contrato antes do vencimento do presente instrumento, por qualquer uma das razões constantes da cláusula anterior, será pago ao contratado somente o valor correspondente aos dias trabalhados no mês, mais os direitos sociais previstos na Legislação Municipal, proporcionais ao período trabalhado;

5.2. As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Chapecó/SC, para dirimência de quaisquer questões decorrentes deste contrato.

Por estarem justos e acordes, e, para que produza os legais e jurídicos efeitos, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Caxambu do Sul/SC, 25 de maio de 2016.

VILMAR FOPPA

DOUGLAS PERLIN

Prefeito Municipal

Contratado

Testemunhas:

1) _____ 2) _____
Nome: ELIAS CHIARELLO Nome: NILMAR BONAFAE
CPF nº 649.941.989-34 CPF nº 055.279.779-04

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA O DESEMPENHO DE FUNÇÕES PÚBLICAS SEM CARGO N. 040/2016

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede jurídica na Rua Índio Condá, 55, na cidade que lhe empresta o nome, inscrita no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor VILMAR FOPPA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Angelo Rolin, Centro, Cidade de Caxambu do Sul/SC, doravante denominado, simplesmente, MUNICÍPIO, e do outro lado a senhora ADRIELLE DE OLIVEIRA BOAVENTURA, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada no município de Caxambu do Sul/SC, inscrita no CPF/MF sob n. 061.727.946-20, doravante denominada, simplesmente, CONTRATADA, com fundamento no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, regulamentado no âmbito municipal pela Lei Municipal nº 969/2002, conforme processo seletivo 001/2016 do dia 22/02/2016 c/c as orientações constantes do Prejulgado 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e de acordo com as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

0.1 . O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviços, em caráter temporário, para o desempenho de funções públicas sem cargo, vinculadas a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com lotação na Escola Municipal Bairro Antena em Caxambu do Sul – SC.

0.2. O período de duração do presente contrato se inicia em 01 de Junho de 2016 e se encerra no dia 20 de dezembro de 2016;

0.3. A jornada de trabalho é de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DISCIPLINAR E PREVIDENCIÁRIO:

2.1. O regime disciplinar é o do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei 001/2001;

2.2. O Regime Previdenciário será o RGPS - Regime Geral de

Previdência Social do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA.

2.1. Pela realização perfeita, correta e eficaz do trabalho ora contratado, a CONTRATADA, ministrará aulas no período matutino e noturno, fará jus a uma retribuição financeira no valor correspondente ao salário do cargo de Professora de Arte de Anos Finais, mais 15% de regência de classe, do Plano Municipal de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal, mais os direitos sociais previstos na legislação em vigor, notadamente, férias e 13º salário proporcional ao período trabalhado.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

4.1. O Município poderá rescindir o presente contrato a qualquer tempo, nos seguintes casos:

- a) Não apresentar desempenho e produtividade suficientes;
- n) Falta de entrosamento com os demais profissionais;
- o) Tratar os colegas de trabalho e o público em geral com falta de Urbanidade;
- p) Realizar procedimentos incorretos;
- q) Não cumprimento de horários e carga horária estabelecidos;
- r) Insubordinação nas atividades que lhe forem solicitadas;
- s) Demais falhas funcionais previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

4.2. O presente contrato poderá ser rescindido também, por acordo entre as partes por determinação de lei que assim estabeleça.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES:

5.1. No caso de rescisão de contrato antes do vencimento do presente instrumento, por qualquer uma das razões constantes da cláusula anterior, será pago ao contratado somente o valor correspondente aos dias trabalhados no mês, mais os direitos sociais previstos na Legislação Municipal, proporcionais ao período trabalhado;

5.2. As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Chapecó/SC, para dirimência de quaisquer questões decorrentes deste contrato.

Por estarem justos e acordes, e, para que produza os legais e jurídicos efeitos, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Caxambu do Sul/SC, 01 de Junho de 2016.

VILMAR FOPPA ADRIELLE DE OLIVEIRA BOAVENTURA
Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas:

1) _____ 2) _____
Nome: ELIAS CHIARELLO Nome: CAMILA RODRIGERI
CPF nº 649.941.989-34 CPF nº 108.413.259-10

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA O DESEMPENHO DE FUNÇÕES PÚBLICAS SEM CARGO N. 041/2016

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede jurídica na Rua Índio Condá, 55, na cidade que lhe empresta o nome, inscrita no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor VILMAR FOPPA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Angelo Rolin de Moura, Centro, Cidade de Caxambu do Sul/SC, doravante denominado, simplesmente, MUNICÍPIO, e do outro, a senhora VANICE BENELLI FARINA, brasileira, casada, residente e domiciliada no município de Caxambu do Sul/SC, inscrita no CPF/MF sob n. 635.332.432-49, doravante denominada, simplesmente,

CONTRATADA, com fundamento no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, regulamentado no âmbito municipal pela Lei Municipal nº 969/2002, e o resultado do Processo Seletivo n. 002/2016, do dia 01 de março de 2016, c/c as orientações constantes do Pre-julgado 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e de acordo com as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

0.7. O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviços de Agente Comunitária de Saúde, em caráter temporário, para o desempenho de funções públicas sem cargo, vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde, para atendimento ao Programa ESF, Micro Área 10.

0.8. O período de duração do presente contrato se inicia na data de sua assinatura e se encerra no dia 02 de junho de 2017, podendo ser prorrogado por igual período desde que haja interesse da Administração Municipal;

0.9. A jornada de trabalho é de (40) quarenta horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DISCIPLINAR E PREVIDENCIÁRIO:

2.1. O regime disciplinar é o do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei 001/2001;

2.2. O Regime Previdenciário será o RGPS - Regime Geral de Previdência Social do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA:

Pela realização perfeita, correta e eficaz do trabalho ora contratado, a CONTRATADA, fará jus a uma retribuição financeira no valor correspondente ao salário do cargo de Agente Comunitário de Saúde do Plano Municipal de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais, mais os direitos sociais previstos na legislação em vigor, notadamente, férias e 13º salário proporcional ao período trabalhado.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

4.1. O Município poderá rescindir o presente contrato a qualquer tempo, nos seguintes casos:

- a) Não apresentar desempenho e produtividade suficientes;
- b) Falta de entrosamento com os demais profissionais;
- c) Tratar os colegas de trabalho e o público em geral com falta de Urbanidade;
- d) Realizar procedimentos incorretos;
- e) Não cumprimento de horários e carga horária estabelecidos;
- f) Insubordinação nas atividades que lhe forem solicitadas;
- g) Demais falhas funcionais previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

4.2. O presente contrato poderá ser rescindido também, por acordo entre as partes por determinação de lei que assim estabeleça.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES:

5.1. No caso de rescisão de contrato antes do vencimento do presente instrumento, por qualquer uma das razões constantes da cláusula anterior, será pago a contratada somente o valor correspondente aos dias trabalhados no mês, mais os direitos sociais previstos na Legislação Municipal, proporcionais ao período trabalhado;

5.2. As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de

Chapecó/SC, para dirimência de quaisquer questões decorrentes deste contrato.

Por estarem justos e acordes, e, para que produza os legais e jurídicos efeitos, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Caxambu do Sul/SC, 02 de junho de 2016.

VILMAR FOPPA VANICE BENELLI FARINA
Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas:

1) _____ 2) _____
Nome: IVAN D MUCELINI Nome: ELIAS CHIARELLO
CPF nº573.718.579-68 CPF nº 649.941.989-34

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA O DESEMPENHO DE FUNÇÕES PÚBLICAS SEM CARGO N. 042/2016

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede jurídica na Rua Índio Condá, 55, na cidade que lhe empresta o nome, inscrita no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor VILMAR FOPPA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Angelo Rolin, Centro, Cidade de Caxambu do Sul/SC, doravante denominado, simplesmente, MUNICÍPIO, e do outro, a senhora IVONE MARIA LINHARES, brasileira, solteira, residente e domiciliada no município de Caxambu do Sul/SC, inscrita no CPF/MF sob n. 027.717.399-09, RG 12R 4.238.275 doravante denominada, simplesmente, CONTRATADA, com fundamento no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, regulamentado no âmbito municipal pela Lei Municipal nº 969/2002, e o resultado do Processo Seletivo n. 002/2016, de 01 de março de 2016 c/c as orientações constantes do Prejulgado 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e de acordo com as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

0.2 O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviços, em caráter temporário, para o desempenho de funções públicas sem cargo, vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde, para atendimento ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS, Micro Área 06.

0.3 O período de duração do presente contrato se inicia na data de sua assinatura e se encerra no dia 02 de junho de 2017, podendo ser prorrogado desde que haja interesse da Administração Municipal, por igual período;

0.4 A jornada de trabalho é de (40) quarenta horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DISCIPLINAR E PREVIDENCIÁRIO:

2.1. O regime disciplinar é o do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei 001/2001;

2.2. O Regime Previdenciário será o RGPS - Regime Geral de Previdência Social do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA:

Pela realização perfeita, correta e eficaz do trabalho ora contratado, a CONTRATADA, fará jus a uma retribuição financeira no valor correspondente ao salário do cargo de Agente Comunitário de Saúde, mais os direitos sociais previstos na legislação em vigor, notadamente, férias e 13º salário proporcional ao período trabalhado.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

4.1. O Município poderá rescindir o presente contrato a qualquer tempo, nos seguintes casos:

- a) Não apresentar desempenho e produtividade suficientes;
- b) Falta de entrosamento com os demais profissionais;
- c) Tratar os colegas de trabalho e o público em geral com falta de Urbanidade;
- d) Realizar procedimentos incorretos;
- e) Não cumprimento de horários e carga horária estabelecidos;
- f) Insubordinação nas atividades que lhe forem solicitadas;
- g) Demais falhas funcionais previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

4.2. O presente contrato poderá ser rescindido também, por acordo entre as partes por determinação de lei que assim estabeleça.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES:

5.1. No caso de rescisão de contrato antes do vencimento do presente instrumento, por qualquer uma das razões constantes da cláusula anterior, será pago ao contratado somente o valor correspondente aos dias trabalhados no mês, mais os direitos sociais previstos na Legislação Municipal, proporcionais ao período trabalhado;

5.2. As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Chapecó/SC, para dirimência de quaisquer questões decorrentes deste contrato.

Por estarem justos e acordes, e, para que produza os legais e jurídicos efeitos, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Caxambu do Sul/SC, 02 de junho de 2016.

VILMAR FOPPA IVONE M LINHARES
Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas:

1) _____ 2) _____
Nome: IVAN D MUCELINI Nome: ELIAS CHIARELLO
CPF nº573.718.579-68 CPF nº649.941.989-34

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA O DESEMPENHO DE FUNÇÕES PÚBLICAS SEM CARGO N. 043/2016

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede jurídica na Rua Índio Condá, 55, na cidade que lhe empresta o nome, inscrita no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor VILMAR FOPPA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Angelo Rolin, Centro, Cidade de Caxambu do Sul/SC, doravante denominado, simplesmente, MUNICÍPIO, e do outro, a senhora MAIRA SALETE POMPEO DA SILVA, brasileira, casada, residente e domiciliada no município de Caxambu do Sul/SC, inscrita no CPF/MF sob n. 028.871.749-08, RG 12R 4.315.692 doravante denominada, simplesmente, CONTRATADA, com fundamento no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, regulamentado no âmbito municipal pela Lei Municipal nº 969/2002, e o resultado do Processo Seletivo n. 002/2016, de 01 de março de 2016, c/c as orientações constantes do Prejulgado 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e de acordo com as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

0.2 O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviços,

em caráter temporário, para o desempenho de funções públicas sem cargo, vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde, para atendimento ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS, Micro Área 02.

0.3 O período de duração do presente contrato se inicia na data de sua assinatura e se encerra no dia 02 de junho de 2017, podendo ser prorrogado desde que haja interesse da Administração Municipal, por igual período;

0.4 A jornada de trabalho é de (40) quarenta horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DISCIPLINAR E PREVIDENCIÁRIO:

2.1. O regime disciplinar é o do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei 001/2001;

2.2. O Regime Previdenciário será o RGPS - Regime Geral de Previdência Social do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA:

Pela realização perfeita, correta e eficaz do trabalho ora contratado, a CONTRATADA, fará jus a uma retribuição financeira no valor correspondente ao salário do cargo de Agente Comunitário de Saúde, mais os direitos sociais previstos na legislação em vigor, notadamente, férias e 13º salário proporcional ao período trabalhado.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

4.1. O Município poderá rescindir o presente contrato a qualquer tempo, nos seguintes casos:

- a) Não apresentar desempenho e produtividade suficientes;
- b) Falta de entrosamento com os demais profissionais;
- c) Tratar os colegas de trabalho e o público em geral com falta de Urbanidade;
- d) Realizar procedimentos incorretos;
- e) Não cumprimento de horários e carga horária estabelecidos;
- f) Insubordinação nas atividades que lhe forem solicitadas;
- g) Demais falhas funcionais previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

4.2. O presente contrato poderá ser rescindido também, por acordo entre as partes por determinação de lei que assim estabeleça.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES:

5.1. No caso de rescisão de contrato antes do vencimento do presente instrumento, por qualquer uma das razões constantes da cláusula anterior, será pago ao contratado somente o valor correspondente aos dias trabalhados no mês, mais os direitos sociais previstos na Legislação Municipal, proporcionais ao período trabalhado;

5.2. As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Chapecó/SC, para dirimência de quaisquer questões decorrentes deste contrato.

Por estarem justos e acordes, e, para que produza os legais e jurídicos efeitos, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Caxambu do Sul/SC, 02 de junho de 2016.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

MAIRA S P DA SILVA
Contratada

Testemunhas:

1) _____ 2) _____
Nome: IVAN D MUCELINI Nome: ELIAS CHIARELLO
CPF nº573.718.579-68 CPF nº649.941.989-34

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA O DESEMPENHO DE FUNÇÕES PÚBLICAS SEM CARGO N. 044/2016

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede jurídica na Rua Indio Condá, 55, na cidade que lhe empresta o nome, inscrita no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor VILMAR FOPPA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Angelo Rolin, Centro, Cidade de Caxambu do Sul/SC, doravante denominado, simplesmente, MUNICÍPIO, e do outro, a senhora ANA CLAUDIA GIRARDI, brasileira, casada, residente e domiciliada no município de Caxambu do Sul/SC, inscrita no CPF/MF sob n. doravante denominada, simplesmente, CONTRATADA, com fundamento no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, regulamentado no âmbito municipal pela Lei Municipal nº 969/2002, e o resultado do Processo Seletivo n. 002/2016, de 01 de março de 2016, c/c as orientações constantes do Prejulgado 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e de acordo com as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

0.5 O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviços, em caráter temporário, para o desempenho de funções públicas sem cargo, vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde, para atendimento ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS, Micro Área 03.

0.6 O período de duração do presente contrato se inicia na data de sua assinatura e se encerra no dia 02 de junho de 2017, podendo ser prorrogado desde que haja interesse da Administração Municipal, por igual período;

0.7 A jornada de trabalho é de (40) quarenta horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DISCIPLINAR E PREVIDENCIÁRIO:

2.1. O regime disciplinar é o do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei 001/2001;

2.2. O Regime Previdenciário será o RGPS - Regime Geral de Previdência Social do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA:

Pela realização perfeita, correta e eficaz do trabalho ora contratado, a CONTRATADA, fará jus a uma retribuição financeira no valor correspondente ao salário do cargo de Agente Comunitário de Saúde, mais os direitos sociais previstos na legislação em vigor, notadamente, férias e 13º salário proporcional ao período trabalhado.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

4.1. O Município poderá rescindir o presente contrato a qualquer tempo, nos seguintes casos:

- a) Não apresentar desempenho e produtividade suficientes;
- b) Falta de entrosamento com os demais profissionais;
- c) Tratar os colegas de trabalho e o público em geral com falta de Urbanidade;
- d) Realizar procedimentos incorretos;
- e) Não cumprimento de horários e carga horária estabelecidos;

f) Insubordinação nas atividades que lhe forem solicitadas;
g) Demais falhas funcionais previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

4.2. O presente contrato poderá ser rescindido também, por acordo entre as partes por determinação de lei que assim estabeleça.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES:

5.1. No caso de rescisão de contrato antes do vencimento do presente instrumento, por qualquer uma das razões constantes da cláusula anterior, será pago ao contratado somente o valor correspondente aos dias trabalhados no mês, mais os direitos sociais previstos na Legislação Municipal, proporcionais ao período trabalhado;

5.2. As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Chapecó/SC, para dirimência de quaisquer questões decorrentes deste contrato.

Por estarem justos e acordos, e, para que produza os legais e jurídicos efeitos, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Caxambu do Sul/SC, 02 de junho de 2016.

VILMAR FOPPA ANA CLAUDIA GIRARDI
Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas:

1) _____ 2) _____
Nome: IVAN D MUCELINI Nome: ELIAS CHIARELLO
CPF nº573.718.579-68 CPF nº649.941.989-34

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA O DESEMPENHO DE FUNÇÕES PÚBLICAS SEM CARGO N.045/2016

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede jurídica na Rua Indio Condá, 55, na cidade que lhe empresta o nome, inscrita no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor VILMAR FOPPA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Angelo Rolin de Moura, Centro, Cidade de Caxambu do Sul/SC, doravante denominado, simplesmente, MUNICÍPIO, e do outro, a senhora ELIANDRA SGNAULIN BORIN, brasileira, casada, residente e domiciliada no município de Caxambu do Sul/SC, inscrita no CPF/MF sob n. 042.933.259-99, doravante denominada, simplesmente, CONTRATADA, com fundamento no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, regulamentado no âmbito municipal pela Lei Municipal nº 969/2002, e o resultado do Processo Seletivo n. 002/2016, do dia 01 de março de 2016, c/c as orientações constantes do Prejulgado 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e de acordo com as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

0.10. O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviços de Agente Comunitária de Saúde, em caráter temporário, para o desempenho de funções públicas sem cargo, vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde, para atendimento ao Programa ESF, Micro Área 12.

0.11. O período de duração do presente contrato se inicia na data de sua assinatura e se encerra no dia 02 de junho de 2017, podendo ser prorrogado por igual período desde que haja interesse da Administração Municipal;

0.12. A jornada de trabalho é de (40) quarenta horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DISCIPLINAR E PREVIDENCIÁRIO:

2.1. O regime disciplinar é o do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei 001/2001;

2.2. O Regime Previdenciário será o RGPS - Regime Geral de Previdência Social do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA:

Pela realização perfeita, correta e eficaz do trabalho ora contratado, a CONTRATADA, fará jus a uma retribuição financeira no valor correspondente ao salário do cargo de Agente Comunitário de Saúde do Plano Municipal de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais, mais os direitos sociais previstos na legislação em vigor, notadamente, férias e 13º salário proporcional ao período trabalhado.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

4.1. O Município poderá rescindir o presente contrato a qualquer tempo, nos seguintes casos:

h) Não apresentar desempenho e produtividade suficientes;
i) Falta de entrosamento com os demais profissionais;
j) Tratar os colegas de trabalho e o público em geral com falta de Urbanidade;
k) Realizar procedimentos incorretos;
l) Não cumprimento de horários e carga horária estabelecidos;
m) Insubordinação nas atividades que lhe forem solicitadas;
n) Demais falhas funcionais previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

4.2. O presente contrato poderá ser rescindido também, por acordo entre as partes por determinação de lei que assim estabeleça.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES:

5.1. No caso de rescisão de contrato antes do vencimento do presente instrumento, por qualquer uma das razões constantes da cláusula anterior, será pago a contratada somente o valor correspondente aos dias trabalhados no mês, mais os direitos sociais previstos na Legislação Municipal, proporcionais ao período trabalhado;

5.2. As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Chapecó/SC, para dirimência de quaisquer questões decorrentes deste contrato.

Por estarem justos e acordos, e, para que produza os legais e jurídicos efeitos, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Caxambu do Sul/SC, 02 de junho de 2016.

VILMAR FOPPA ELIANDRA SGNAULIN BORIN
Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas:

1) _____ 2) _____
Nome: CAMILA RODRIGERI Nome: ELIAS CHIARELLO
CPF Nº. 108.413.259-10 CPF Nº 649.941.989-34

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA O DESEMPENHO DE FUNÇÕES PÚBLICAS SEM CARGO N. 046/2016

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público

interno, com sede jurídica na Rua Índio Condá, 55, na cidade que lhe empresta o nome, inscrita no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor VILMAR FOPPA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Angelo Rolin de Moura, Centro, Cidade de Caxambu do Sul/SC, doravante denominado, simplesmente, MUNICÍPIO, e do outro, a senhora CASIANA FOIATO, brasileira, convivente, residente e domiciliada no município de Caxambu do Sul/SC, inscrita no CPF/MF sob n. 075.120.329-78, doravante denominada, simplesmente, CONTRATADA, com fundamento no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, regulamentado no âmbito municipal pela Lei Municipal nº 969/2002, e o resultado do Processo Seletivo n. 002/2016, do dia 01 de março de 2016, c/c as orientações constantes do Prejulgado 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e de acordo com as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

0.13. O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviços de Técnica em Saúde Bucal, em caráter temporário, para o desempenho de funções públicas sem cargo, vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde.

0.14. O período de duração do presente contrato se inicia na data de sua assinatura e se encerra no dia 02 de junho de 2017, podendo ser prorrogado por igual período desde que haja interesse da Administração Municipal;

0.15. A jornada de trabalho é de (40) quarenta horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DISCIPLINAR E PREVIDENCIÁRIO:

2.1. O regime disciplinar é o do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei 001/2001;

2.2. O Regime Previdenciário será o RGPS - Regime Geral de Previdência Social do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA:

Pela realização perfeita, correta e eficaz do trabalho ora contratado, a CONTRATADA, fará jus a uma retribuição financeira no valor correspondente ao salário do cargo de Técnica em Saúde Bucal do Plano Municipal de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais, mais os direitos sociais previstos na legislação em vigor, notadamente, férias e 13º salário proporcional ao período trabalhado.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

4.1. O Município poderá rescindir o presente contrato a qualquer tempo, nos seguintes casos:

- a) Não apresentar desempenho e produtividade suficientes;
- b) Falta de entrosamento com os demais profissionais;
- c) Tratar os colegas de trabalho e o público em geral com falta de Urbanidade;
- d) Realizar procedimentos incorretos;
- e) Não cumprimento de horários e carga horária estabelecidos;
- f) Insubordinação nas atividades que lhe forem solicitadas;
- g) Demais falhas funcionais previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

4.2. O presente contrato poderá ser rescindido também, por acordo entre as partes por determinação de lei que assim estabeleça.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES:

5.1. No caso de rescisão de contrato antes do vencimento do

presente instrumento, por qualquer uma das razões constantes da cláusula anterior, será pago a contratada somente o valor correspondente aos dias trabalhados no mês, mais os direitos sociais previstos na Legislação Municipal, proporcionais ao período trabalhado;

5.2. As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Chapecó/SC, para dirimência de quaisquer questões decorrentes deste contrato.

Por estarem justos e acordes, e, para que produza os legais e jurídicos efeitos, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Caxambu do Sul/SC, 02 de junho de 2016.

VILMAR FOPPA

CASIANA FOIATO

Prefeito Municipal

Contratada

Testemunhas:

1) _____ 2) _____
Nome: IVAN D MUCELINI Nome: ELIAS CHIARELLO
CPF nº 573.718.579-68 CPF nº 649.941.989-34

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA O DESEMPENHO DE FUNÇÕES PÚBLICAS SEM CARGO N.047/2016

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede jurídica na Rua Índio Condá, 55, na cidade que lhe empresta o nome, inscrita no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor VILMAR FOPPA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Angelo Rolin de Moura, Centro, Cidade de Caxambu do Sul/SC, doravante denominado, simplesmente, MUNICÍPIO, e do outro, a senhora CRISTIANE GIACOMELLI, brasileira, casada, residente e domiciliada no município de Caxambu do Sul/SC, inscrita no CPF/MF sob n. 029.216.709-17, doravante denominada, simplesmente, CONTRATADA, com fundamento no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, regulamentado no âmbito municipal pela Lei Municipal nº 969/2002, e o resultado do Processo Seletivo n. 002/2016, do dia 01 de março de 2016, c/c as orientações constantes do Prejulgado 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e de acordo com as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

0.16. O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviços de Agente Comunitária de Saúde, em caráter temporário, para o desempenho de funções públicas sem cargo, vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde, para atendimento ao Programa ESF, Micro Área 05.

0.17. O período de duração do presente contrato se inicia na data de sua assinatura e se encerra no dia 02 de junho de 2017, podendo ser prorrogado por igual período desde que haja interesse da Administração Municipal;

0.18. A jornada de trabalho é de (40) quarenta horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DISCIPLINAR E PREVIDENCIÁRIO:

2.1. O regime disciplinar é o do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei 001/2001;

2.2. O Regime Previdenciário será o RGPS - Regime Geral de Previdência Social do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA:

Pela realização perfeita, correta e eficaz do trabalho ora contratado, a CONTRATADA, fará jus a uma retribuição financeira no valor correspondente ao salário do cargo de Agente Comunitário de Saúde do Plano Municipal de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais, mais os direitos sociais previstos na legislação em vigor, notadamente, férias e 13º salário proporcional ao período trabalhado.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

4.1. O Município poderá rescindir o presente contrato a qualquer tempo, nos seguintes casos:

- o) Não apresentar desempenho e produtividade suficientes;
- p) Falta de entrosamento com os demais profissionais;
- q) Tratar os colegas de trabalho e o público em geral com falta de Urbanidade;
- r) Realizar procedimentos incorretos;
- s) Não cumprimento de horários e carga horária estabelecidos;
- t) Insubordinação nas atividades que lhe forem solicitadas;
- u) Demais falhas funcionais previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

4.2. O presente contrato poderá ser rescindido também, por acordo entre as partes por determinação de lei que assim estabeleça.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES:

5.1. No caso de rescisão de contrato antes do vencimento do presente instrumento, por qualquer uma das razões constantes da cláusula anterior, será pago a contratada somente o valor correspondente aos dias trabalhados no mês, mais os direitos sociais previstos na Legislação Municipal, proporcionais ao período trabalhado;

5.2. As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Chapecó/SC, para dirimência de quaisquer questões decorrentes deste contrato.

Por estarem justos e acordes, e, para que produza os legais e jurídicos efeitos, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Caxambu do Sul/SC, 02 de junho de 2016.

VILMAR FOPPA CRISTIANE GIACOMELLI
Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas:

1) _____ 2) _____
Nome: CAMILA RODRIGERI Nome: ELIAS CHIARELLO
CPF Nº. 108.413.259-10 CPF Nº 649.941.989-34

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA O DESEMPENHO DE FUNÇÕES PÚBLICAS SEM CARGO N.048/2016

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede jurídica na Rua Indio Condá, 55, na cidade que lhe empresta o nome, inscrita no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor VILMAR FOPPA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Angelo Rolin de Moura, Centro, Cidade de Caxambu do Sul/SC, doravante denominado, simplesmente, MUNICÍPIO, e do outro, a senhora CIRLEI FATIMA PADOAN, brasileira, casada, residente e domiciliada no município de Caxambu do Sul/SC, inscrita no CPF/MF sob n. 016.042.209-475, doravante denominada, simplesmente,

CONTRATADA, com fundamento no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, regulamentado no âmbito municipal pela Lei Municipal nº 969/2002, e o resultado do Processo Seletivo n. 002/2016, do dia 01 de março de 2016, c/c as orientações constantes do Pre-julgado 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e de acordo com as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

0.19. O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviços de Agente Comunitária de Saúde, em caráter temporário, para o desempenho de funções públicas sem cargo, vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde, para atendimento ao Programa ESF, Micro Área 11.

0.20. O período de duração do presente contrato se inicia na data de sua assinatura e se encerra no dia 02 de junho de 2017, podendo ser prorrogado por igual período desde que haja interesse da Administração Municipal;

0.21. A jornada de trabalho é de (40) quarenta horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DISCIPLINAR E PREVIDENCIÁRIO:

2.1. O regime disciplinar é o do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei 001/2001;

2.2. O Regime Previdenciário será o RGPS - Regime Geral de Previdência Social do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA:

Pela realização perfeita, correta e eficaz do trabalho ora contratado, a CONTRATADA, fará jus a uma retribuição financeira no valor correspondente ao salário do cargo de Agente Comunitário de Saúde do Plano Municipal de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais, mais os direitos sociais previstos na legislação em vigor, notadamente, férias e 13º salário proporcional ao período trabalhado.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

4.1. O Município poderá rescindir o presente contrato a qualquer tempo, nos seguintes casos:

- v) Não apresentar desempenho e produtividade suficientes;
- w) Falta de entrosamento com os demais profissionais;
- x) Tratar os colegas de trabalho e o público em geral com falta de Urbanidade;
- y) Realizar procedimentos incorretos;
- z) Não cumprimento de horários e carga horária estabelecidos;
- aa) Insubordinação nas atividades que lhe forem solicitadas;
- bb) Demais falhas funcionais previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

4.2. O presente contrato poderá ser rescindido também, por acordo entre as partes por determinação de lei que assim estabeleça.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES:

5.1. No caso de rescisão de contrato antes do vencimento do presente instrumento, por qualquer uma das razões constantes da cláusula anterior, será pago a contratada somente o valor correspondente aos dias trabalhados no mês, mais os direitos sociais previstos na Legislação Municipal, proporcionais ao período trabalhado;

5.2. As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de

Chapecó/SC, para dirimência de quaisquer questões decorrentes deste contrato.

Por estarem justos e acordes, e, para que produza os legais e jurídicos efeitos, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Caxambu do Sul/SC, 02 de junho de 2016.
VILMAR FOPPA CIRLEI FATIMA PADOAN
Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas:

1) _____ 2) _____
Nome: CAMILA RODRIGERI Nome: ELIAS CHIARELLO
CPF Nº. 108.413.259-10 CPF Nº 649.941.989-34
CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA O DESEMPENHO DE FUNÇÕES PÚBLICAS SEM CARGO N.049/2016

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede jurídica na Rua Índio Condá, 55, na cidade que lhe empresta o nome, inscrita no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor VILMAR FOPPA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Angelo Rolin de Moura, Centro, Cidade de Caxambu do Sul/SC, doravante denominado, simplesmente, MUNICÍPIO, e do outro, a senhora MARLI TEREZINHA BURTET GILIOLI, brasileira, casada, residente e domiciliada no município de Caxambu do Sul/SC, inscrita no CPF/MF sob n. 015.477.949-09, doravante denominada, simplesmente, CONTRATADA, com fundamento no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, regulamentado no âmbito municipal pela Lei Municipal nº 969/2002, e o resultado do Processo Seletivo n. 002/2016, do dia 01 de março de 2016, c/c as orientações constantes do Pre-julgado 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e de acordo com as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

0.22. O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviços de Agente Comunitária de Saúde, em caráter temporário, para o desempenho de funções públicas sem cargo, vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde, para atendimento ao Programa ESF, Micro Área 08.

0.23. O período de duração do presente contrato se inicia na data de sua assinatura e se encerra no dia 02 de junho de 2017, podendo ser prorrogado por igual período desde que haja interesse da Administração Municipal;

0.24. A jornada de trabalho é de (40) quarenta horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DISCIPLINAR E PREVIDENCIÁRIO:

2.1. O regime disciplinar é o do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei 001/2001;

2.2. O Regime Previdenciário será o RGPS - Regime Geral de Previdência Social do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA:

Pela realização perfeita, correta e eficaz do trabalho ora contratado, a CONTRATADA, fará jus a uma retribuição financeira no valor correspondente ao salário do cargo de Agente Comunitário de Saúde do Plano Municipal de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais, mais os direitos sociais previstos na legislação em vigor, notadamente, férias e 13º salário proporcional ao período

trabalhado.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

4.1. O Município poderá rescindir o presente contrato a qualquer tempo, nos seguintes casos:

- cc) Não apresentar desempenho e produtividade suficientes;
- dd) Falta de entrosamento com os demais profissionais;
- ee) Tratar os colegas de trabalho e o público em geral com falta de Urbanidade;
- ff) Realizar procedimentos incorretos;
- gg) Não cumprimento de horários e carga horária estabelecidos;
- hh) Insubordinação nas atividades que lhe forem solicitadas;
- ii) Demais falhas funcionais previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

4.2. O presente contrato poderá ser rescindido também, por acordo entre as partes por determinação de lei que assim estabeleça.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES:

5.1. No caso de rescisão de contrato antes do vencimento do presente instrumento, por qualquer uma das razões constantes da cláusula anterior, será pago a contratada somente o valor correspondente aos dias trabalhados no mês, mais os direitos sociais previstos na Legislação Municipal, proporcionais ao período trabalhado;

5.2. As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Chapecó/SC, para dirimência de quaisquer questões decorrentes deste contrato.

Por estarem justos e acordes, e, para que produza os legais e jurídicos efeitos, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Caxambu do Sul/SC, 02 de junho de 2016.
VILMAR FOPPA MARLI TEREZINHA BURTET GILIOLI
Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas:

1) _____ 2) _____
Nome: CAMILA RODRIGERI Nome: ELIAS CHIARELLO
CPF Nº. 108.413.259-10 CPF Nº 649.941.989-34

LEI 1.381-2016

LEI Nº 1.381/2016

“AUTORIZA PERMUTA DE TERRENO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo FAZ SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a permutar o terreno urbano nº 01, da quadra 97, do Loteamento Popular que se encontra em fase de Registro perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó, implantado sobre parte da área de terras da matrícula 97.773, do mesmo Registro Imobiliário, de propriedade do Município, com área de 319,88 m² (trezentos e dezenove metros quadrados e oitenta e oito centímetros), pelo lote urbano nº 415-B, da quadra nº 37, com área de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), localizado na Rua Selvino Burtet, na cidade de Caxambu do Sul, de propriedade de

João Fagundes dos Santos, registrado na matrícula nº R-2-80.666, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó/SC.

Parágrafo único. A permuta descrita no caput fica condicionada a prévia avaliação de ambos os imóveis a serem permutados.

Art. 2º A lavratura da Escritura Pública de Permuta será levada a efeito após o registro do Loteamento Popular mencionado no artigo 1º, cujas despesas serão suportadas pelo Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições e contrário.

Caxambu do Sul/SC, 02 de Junho de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 47/2016

PORTARIA Nº 047/2016

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO, requerimento feito pela Servidora abaixo relacionada e por estar a mesma com direito a Licença Prêmio com remuneração por um período de trinta dias, conforme capítulo IV, seção VII, artigo 76 da Lei Complementar 001/2001 de 06/12/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais deste município),

ELAINE MARIA SPERRY, ocupante do cargo de Odontóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com período aquisitivo de 01/07/1999 a 30/06/2004.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio para gozo no período de 01/06/2016 a 30/06/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 01 de Junho de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 48/2016

PORTARIA Nº 048/2016

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO, requerimento feito pela Servidora abaixo relacionada e por estar a mesma com direito a Licença Prêmio com remuneração por um período de trinta dias, conforme capítulo IV, seção VII, artigo 76 da Lei Complementar 001/2001 de 06/12/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais deste município),

MARCO ANTÔNIO SILVA VENCATO, ocupante do cargo de Odontólogo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com período aquisitivo de 01/07/2004 a 30/06/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio para gozo no período de 01/06/2016 a 30/06/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 01 de Junho de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 49/2016

PORTARIA Nº. 049/2016

“CONCEDE ADICIONAL DE NOVA TITULAÇÃO Á SERVIDORA QUE ESPECIFICA”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o artigo 71. IV da Lei Orgânica do Município, e a Seção I, artigo 13 do anexo V da Lei Complementar nº 002/2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 20% (Vinte por cento) de adicional à Servidora Pública Municipal, Senhora SIMONE HILLESCHAIM BARTOLAMEI, ocupante do Cargo de Assistente Administrativo, por ter concluído o curso de Pós Graduação em Gestão de Projetos Sociais, realizado na universidade de Barão de Mauá de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul-SC, 01 de Junho de 2016.

Certifico que esta portaria

Foi publicada em data supra

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO 042/2014

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede jurídica na Rua Índio Condá, 55, na cidade que lhe empresta o nome, inscrita no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor VILMAR FOPPA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Angelo Rolin de Moura, Centro, Cidade de Caxambu do Sul/SC, doravante denominado, simplesmente, MUNICÍPIO, e do outro, a senhora CASIANA FOIATO, brasileira, convivente, Técnica em Saúde Bucal, residente e domiciliado no município de Caxambu do Sul/SC, inscrita no CPF/MF sob n. 075.120.329-78, Resolvem de comum acordo rescindir o contrato de trabalho temporário n. 042/2014 de 15 de abril de 2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E TÉRMINO DO PRAZO DE DURAÇÃO

1.2 - O presente termo de rescisão de contrato de trabalho temporário que tinha por objetivo a prestação de serviços de Técnica em Saúde Bucal, em caráter temporário, para o desempenho de funções públicas sem cargo, vinculadas a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES:

2.1 - As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Chapecó/SC, para dirimência de quaisquer questões decorrentes deste contrato.

Por estarem justos e acordes, e, para que produza os legais e jurídicos efeitos, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Caxambu do Sul/SC, 01 de junho de 2016.
VILMAR FOPPA CASIANA FOIATO
Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas: IVAN D MUCELIN ELIAS CHIARELLO
CPF nº573.718.579-6 CPF nº649.941.989-34

TERMO DE RESCISÃO 34/2014**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO**

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede jurídica na Rua Indio Condá, 55, na cidade que lhe empresta o nome, inscrita no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor VILMAR FOPPA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Angelo Rolin, Centro, Cidade de Caxambu do Sul/SC, doravante denominado, simplesmente, MUNICÍPIO, e do outro, a senhora CRISTIANE GIACOMELLI, brasileira, casada, Agente Comunitária de Saúde, residente e domiciliada no município de Caxambu do Sul/SC, inscrita no CPF/MF sob n. 029.216.709-17, Resolvem de comum acordo rescindir o contrato Administrativo para o desempenho de Funções Públicas sem cargo n. 034/2014:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E TÉRMINO DO PRAZO DE DURAÇÃO

1.2 - O presente termo de rescisão de contrato de trabalho temporário que tinha por objetivo a prestação de serviços de Agente Comunitária de Saúde, em caráter temporário, para o desempenho de funções públicas sem cargo, vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde para o atendimento ao Programa PACS lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES:

2.1 - As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Chapecó/SC, para dirimência de quaisquer questões decorrentes deste contrato.

Por estarem justos e acordes, e, para que produza os legais e jurídicos efeitos, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Caxambu do Sul/SC, 01 de Junho de 2016.
VILMAR FOPPA CRISTIANE GIACOMELLI
Prefeito Municipal Contratado

Testemunhas:
IVAN D MUCELINI CAMILA RODRIGERI
CPF nº573.718.579-6 CPF nº 108.413.259-10

TERMO DE RESCISÃO 35/2014**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO**

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede jurídica na Rua Indio Condá, 55, na cidade que lhe empresta o nome, inscrita no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor VILMAR FOPPA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Angelo Rolin, Centro, Cidade de Caxambu do Sul/SC, doravante denominado, simplesmente, MUNICÍPIO, e do outro, a senhora IVONE MARIA LINHARES, brasileira, casada, Agente Comunitária de Saúde, residente e domiciliada no município de Caxambu do Sul/SC, inscrita no CPF/MF sob n. 027.717.399-09, Resolvem de comum acordo rescindir o contrato Administrativo para o desempenho de Funções Públicas sem cargo n. 035/2014:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E TÉRMINO DO PRAZO DE DURAÇÃO

1.2 - O presente termo de rescisão de contrato de trabalho temporário que tinha por objetivo a prestação de serviços de Agente Comunitária de Saúde, em caráter temporário, para o desempenho de funções públicas sem cargo, vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde para o atendimento ao Programa PACS lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES:

2.1 - As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Chapecó/SC, para dirimência de quaisquer questões decorrentes deste contrato.

Por estarem justos e acordes, e, para que produza os legais e jurídicos efeitos, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Caxambu do Sul/SC, 01 de Junho de 2016.
VILMAR FOPPA IVONE MARIA LINHARES
Prefeito Municipal Contratado

Testemunhas:
IVAN D MUCELINI CAMILA RODRIGERI
CPF nº573.718.579-6 CPF nº108.413.259-10

TERMO DE RESCISÃO 39/2014**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO**

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede jurídica na Rua Indio Condá, 55, na cidade que lhe empresta o nome, inscrita no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor VILMAR FOPPA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Angelo Rolin, Centro, Cidade de Caxambu do Sul/SC, doravante denominado, simplesmente, MUNICÍPIO, e do outro, a senhora VANICE BENELLI FARINA, brasileira, casada, Agente Comunitária de Saúde, residente e domiciliada no município de Caxambu do Sul/SC, inscrita no CPF/MF sob n. 469.850.939-49, Resolvem de comum acordo rescindir o contrato Administrativo para o desempenho de Funções Públicas sem cargo n. 039/2014:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E TÉRMINO DO PRAZO DE DURAÇÃO

1.2 - O presente termo de rescisão de contrato de trabalho

temporário que tinha por objetivo a prestação de serviços de Agente Comunitária de Saúde, em caráter temporário, para o desempenho de funções públicas sem cargo, vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde para o atendimento ao Programa PACS lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES:

2.1 - As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Chapecó/SC, para dirimência de quaisquer questões decorrentes deste contrato.

Por estarem justos e acordes, e, para que produza os legais e jurídicos efeitos, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Caxambu do Sul/SC, 01 de Junho de 2016.

VILMAR FOPPA VANICE BENELLI FARINA
Prefeito Municipal Contratado

Testemunhas:

IVAN D MUCELINI CAMILA RODRIGERI
CPF nº573.718.579-6 CPF nº 108.413.259-10

TERMO DE RESCISÃO 41/2014

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede jurídica na Rua Indio Condá, 55, na cidade que lhe empresta o nome, inscrita no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor VILMAR FOPPA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Angelo Rolin, Centro, Cidade de Caxambu do Sul/SC, doravante denominado, simplesmente, MUNICÍPIO, e do outro, a senhora ELIANDRA SGNAULIN BORIN, brasileira, casada, Agente Comunitária de Saúde, residente e domiciliada no município de Caxambu do Sul/SC, inscrita no CPF/MF sob n. 042.933.259-99, Resolvem de comum acordo rescindir o contrato Administrativo para o desempenho de Funções Públicas sem cargo n. 041/2014:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E TÉRMINO DO PRAZO DE DURAÇÃO

1.2 - O presente termo de rescisão de contrato de trabalho temporário que tinha por objetivo a prestação de serviços de Agente Comunitária de Saúde, em caráter temporário, para o desempenho de funções públicas sem cargo, vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde para o atendimento ao Programa PACS lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES:

2.1 - As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Chapecó/SC, para dirimência de quaisquer questões decorrentes deste contrato.

Por estarem justos e acordes, e, para que produza os legais e jurídicos efeitos, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Caxambu do Sul/SC, 01 de Junho de 2016.

VILMAR FOPPA ELIANDRA SGNAULIN BORIN
Prefeito Municipal Contratado

Testemunhas:

IVAN D MUCELINI CAMILA RODRIGERI
CPF nº573.718.579-6 CPF nº 108.413.259-10

TERMO DE RESCISÃO 33/2014

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede jurídica na Rua Indio Condá, 55, na cidade que lhe empresta o nome, inscrita no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor VILMAR FOPPA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Angelo Rolin, Centro, Cidade de Caxambu do Sul/SC, doravante denominado, simplesmente, MUNICÍPIO, e do outro, a senhora ANA CLAUDIA GIRARDI, brasileira, casada, Agente Comunitária de Saúde, residente e domiciliada no município de Caxambu do Sul/SC, inscrita no CPF/MF sob n. 088.114.779-64, Resolvem de comum acordo rescindir o contrato Administrativo para o desempenho de Funções Públicas sem cargo n. 033/2014:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E TÉRMINO DO PRAZO DE DURAÇÃO

1.2 - O presente termo de rescisão de contrato de trabalho temporário que tinha por objetivo a prestação de serviços de Agente Comunitária de Saúde, em caráter temporário, para o desempenho de funções públicas sem cargo, vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde para o atendimento ao Programa PACS lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES:

2.1 - As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Chapecó/SC, para dirimência de quaisquer questões decorrentes deste contrato.

Por estarem justos e acordes, e, para que produza os legais e jurídicos efeitos, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Caxambu do Sul/SC, 01 de Junho de 2016.

VILMAR FOPPA ANA CLAUDIA GIRARDI
Prefeito Municipal Contratado

Testemunhas:

IVAN D MUCELINI CAMILA RODRIGERI
CPF nº573.718.579-6 CPF nº 108.413.259-10

TERMO RESCISÃO 32/2014

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede jurídica na Rua Indio Condá, 55, na cidade que lhe empresta o nome, inscrita no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor VILMAR FOPPA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Angelo Rolin, Centro, Cidade de Caxambu do Sul/SC, doravante denominado, simplesmente, MUNICÍPIO, e do outro, a senhora MAIRA SALETE POMPEO DA SILVA, brasileira, casada, Agente Comunitária de Saúde, residente e domiciliada no município de Caxambu do Sul/SC, inscrita no CPF/MF sob n. 028.871.749-08, Resolvem de comum acordo rescindir o contrato Administrativo para o desempenho de

Funções Públicas sem cargo n. 032/2014:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E TÉRMINO DO PRAZO DE DURAÇÃO

1.2 - O presente termo de rescisão de contrato de trabalho temporário que tinha por objetivo a prestação de serviços de Agente Comunitária de Saúde, em caráter temporário, para o desempenho de funções públicas sem cargo, vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde para o atendimento ao Programa PACS lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES:

2.1 - As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Chapecó/SC, para dirimência de quaisquer questões decorrentes deste contrato.

Por estarem justos e acordes, e, para que produza os legais e jurídicos efeitos, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Caxambu do Sul/SC, 01 de Junho de 2016.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

MAIRA SALETE POMPEO DA SILVA
Contratado

Testemunhas:

IVAN D MUCELINI
CPF nº573.718.579-6

CAMILA RODRIGERI
CPF nº 108.413.259-10

Caxambu do Sul/SC, 01 de Junho de 2016.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

CIRLEI PADOAN
Contratado

Testemunhas:

IVAN D MUCELINI
CPF nº573.718.579-6

CAMILA RODRIGERI
CPF nº 108.413.259-10

TERMO RESCISÃO 40/2014

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede jurídica na Rua Indio Condá, 55, na cidade que lhe empresta o nome, inscrita no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor VILMAR FOPPA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Angelo Rolin, Centro, Cidade de Caxambu do Sul/SC, doravante denominado, simplesmente, MUNICÍPIO, e do outro, a senhora CIRLEI PADOAN, brasileira, casada, Agente Comunitária de Saúde, residente e domiciliada no município de Caxambu do Sul/SC, inscrita no CPF/MF sob n. 016.042.209-45, Resolvem de comum acordo rescindir o contrato Administrativo para o desempenho de Funções Públicas sem cargo n. 040/2014:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E TÉRMINO DO PRAZO DE DURAÇÃO

1.2 - O presente termo de rescisão de contrato de trabalho temporário que tinha por objetivo a prestação de serviços de Agente Comunitária de Saúde, em caráter temporário, para o desempenho de funções públicas sem cargo, vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde para o atendimento ao Programa PACS lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES:

2.1 - As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Chapecó/SC, para dirimência de quaisquer questões decorrentes deste contrato.

Por estarem justos e acordes, e, para que produza os legais e jurídicos efeitos, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual forma e teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Celso Ramos

PREFEITURA

EDITAL 50/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

PREGAO PRESENCIAL: 33/2016

PROCESSO: 50/2016

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGAO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando O REGISTRO DE PREÇOS PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM RUAS E VIAS DO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E INSUMOS PARA A REFERIDA MANUTENÇÃO, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO VII.

Entrega da documentação e proposta até às 14 horas do dia 20/06/2016, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 03 DE JUNHO DE 2016.

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS – PREFEITA MUNICIPAL

EDITAL 52/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 35/2016

PROCESSO: 52/2016

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 35/2016, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o: REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS BALANÇAS RODOVIARIAS E BALANÇAS MECANICAS E ELETRONICAS DE PESAGEM DE GADO DO MUNICÍPIO, BEM COMO O FORNECIMENTO DE PEÇAS AOS EQUIPAMENTOS, CONFORME AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06.

Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 15/06/2016, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 03 de junho de 2016.

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS – PREFEITA MUNICIPAL

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA 217/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 217/2016

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, II, e §§ 5º, 6º, 7º 8º 9º e 10, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor do Servidor Público ALCEU PEREIRA ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, na Secretaria Municipal da Saúde, licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 01.06.16 a 03.06.16 (03 três) dias, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.06.2016.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 02 de junho de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria 218/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 218/2016

- CONSIDERANDO, o atestado médico de 60 (sessenta) dias apresentado pela Servidora;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde em favor da servidora pública NEIDE SEBOLD DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora – 40 horas na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º O Município remunerará a servidora licenciada pelo período de 31.05.2016 à 14.06.2016 (15 dias), sendo o período remanescente remunerado pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, na forma de benefício.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 31.05.2016.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado-SC, 02 de junho de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria 219/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 219/2016

CONSIDERANDO, a Portaria 218/2016, que concede licença a Servidora Neide Sebold da Silva.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital nº 01/2015/SMECE;

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário EDINÉIA DE SOUZA BITTENCOURT, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 40 horas, Nível III, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na área de Educação Infantil na turma de 2 anos, na Unidade de Educação Infantil Maria Fuck Kreusch, pelo período de 02.06.2016 a 31.07.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 02.06.2016.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO,02 de JUNHO de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 216/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 216/2016

DESIGNA SERVIDORES COMO FISCAIS DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere o Art. 70, inciso II da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado – SC e, em conformidade com o art. 67 da Lei 8.666/93, RESOLVE:

Art. 1º Designar aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para, sem prejuízo das atividades normalmente desenvolvidas, atuar como Fiscal de Contrato Administrativo celebrado no âmbito da Administração Municipal, em obediência ao art. 67 da Lei 8.666/93:

I- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2016, Dispensa Nº 8/2016

CONTRATO Nº 41/2016, PM

CONTRATO Nº 42/2016, PM

CONTRATO Nº 43/2016, PM

CONTRATO Nº 44/2016, PM

CONTRATO Nº 45/2016, PM

CONTRATO Nº 46/2016, PM

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para merenda escolar dos alunos da Rede Pública Municipal.

FISCAL: Sandra Regina Chiquio

II-PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2014, PREGÃO Nº 41/2014

CONTRATO Nº 59/2014

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de software de Sistema Informatizado Tributos (Atendimento ao Cidadão via web, Sistema de Escrituração Fiscal do ISS via Web, Nota Fiscal Eletrônica via Web).

FISCAL: Flávio da Silveira

III- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2016, PREGÃO Nº 31/2016

CONTRATO Nº 48/2016, PM

OBJETO: Selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de peças para

conserto da Retroescavadeira New Holland LB902010/2010, utilizada pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Chapadão do Lageado/SC.

FISCAL: Josmar Monteiro dos Santos

IV- ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº14/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2016, PREGÃO Nº 32/2016

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para composição da(s) refeição(ões) servida(s) aos alunos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes do Município de Chapadão do Lageado.

FISCAL: Adriana Martins

Art. 2º Os Fiscais ora designados deverão observar as disposições no Decreto nº 029 de 04.04.2016, para o desempenho da função.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 02 de junho de 2016.

José Bráulio Inácio

Prefeito Municipal

Chapecó

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 47 DE 2016

Portaria Nº 47/16

Dispõe sobre nomeação de servidor público municipal, aprovado em concurso público.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o inciso XXX, do art. 37 do Regimento Interno Desta Casa Legislativa, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II, e 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no edital de Concurso Público nº 001/2014 e no Edital de Convocação nº 001/2016, resolve:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 01 de junho de 2016, como servidor público municipal, o candidato aprovado em Concurso Público, abaixo denominado, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: ENIVALDO BARROS

CARGO: ANALISTA DE COMPRAS E LICITAÇÃO

CARGA HORÁRIO: 40 HORAS SEMANAIS

Art. 2º Esta Portaria tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar 130/01.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 31 de maio de 2016

JOÃO MARIA MARQUES ROSA
Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 20/PMCS/2016

CONTRATO Nº: 20/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
CONTRATADA: OEDING ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA EPP.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/PMCS/2016
CONVITE Nº 20/PMCS/2016

Objeto: O Presente contrato tem por objetivo a contratação de serviços de assessoria técnica especializada nas áreas contábil, administrativa, financeira e de controle interno com execução de uma carga horária variável de acordo com as necessidades do Município, a partir de abril de 2016 a dezembro de 2016, valor por hora de assessoria executada..

Assinatura: 18/04/2016

Vigência: Início: 18/04/2016 Término: 31/12/2016

Valor: R\$ 42.150,00 (quarenta e dois mil cento e cinquenta reais)

Dotação Orçamentária: 3.3.90.35.01(19).

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 02/FMAS/2016

CONTRATO Nº: 26/2015
ADITIVO Nº: 02/2016
TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO T.A. - PRORROGAÇÃO.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
CONTRATADA: BRUNO SILVEIRA

Objeto do contrato: A locação do imóvel de propriedade do locador, localizado na Rua Valentin Fachin, nº 82, Bairro Cristo Rei, neste município, para nele serem instaladas famílias em situação de vulnerabilidade social sujeitos a riscos de segurança com a moradia por danos causados pela ação da natureza, conforme determina o art. 1º, § 3º, da lei municipal nº. 1.040, de 31 de março de 2011 e o Decreto SAF/Nº. 185/11, de 13 de abril de 2011 e a lei nº. 1.103, de 01 de junho de 2012.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 12/05/2015.

Assinatura: 24/05/2016

Vigência: Início: 01/06/2016 Término: 31/12/2016

Valor: R\$ 1.925,00 (um mil novecentos e vinte e cinco reais)

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO 16/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 16/2016

DATA: 02/MAIO/2016

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO, NÃO EXCLUSIVA, MEDIANTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DOS APLICATIVOS DE COMPRAS, CONTABILIDADE, FOLHA E PATRIMÔNIO COM ACESSOS SIMULTÂNEOS, EM AMBIENTE WINDOWS, UTILIZANDO BANCO DE DADOS RELACIONAL E A MANUTENÇÃO LEGAL E CORRETIVA DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL.

VALOR: R\$ 1.530,00 (HUM MIL, QUINHENTOS E TRINTA REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: 30 (TRINTA) DIAS

DATA: 01/JUNHO/2016

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

PRAZO DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES

DATA: 01/JUNHO/2016

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 18/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 18/2016

DATA: 24/MAIO/2016

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: ATRAVÉS DO PRESENTE INSTRUMENTO FICA RESCINDIDO, A PARTIR DE 02/06/2016, O CONTRATO Nº 01/2015, DE FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO, NÃO EXCLUSIVAS, DE SOFTWARE DO APLICATIVO TRANSPARÊNCIA FLY, PARA PUBLICAÇÃO DE DADOS DO SAMAE NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.

DATA: 01/JUNHO/2016

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 17/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 17/2016

DATA: 24/MAIO/2016

CONTRATADA: KEMHYDRA COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS LTDA-ME

OBJETO: FORNECIMENTO DE 4.000KG DE SULFATO DE ALUMÍNIO GRANULADO ISENTO DE FERRO, COM NO MÍNIMO 16% DE AL2O3 PARA TRATAMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO.

VALOR: R\$ 6.520,00 (SEIS MIL, QUINHENTOS E VINTE REAIS).

EXTRATO DE CONTRATO 19/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 19/2016

DATA: 30/MAIO/2016

CONTRATADA: TERRAPLANAGEM JULIMAR LTDA – ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE: 900 HORAS DE MÁQUINA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM 1,3M³ DE CONCHA, SENDO 150 HORAS A SER PRESTADO ÀS MARGENS DO RIO COCAL E RIO

TIGRE DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL E 750 HORAS A SER PRESTADO NA LAGOA DE ESTABILIZAÇÃO DO ESGOTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. 250 HORAS DE TRATOR ESTEIRA, EQUIPADO COM ESTEIRAS, PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 19.000KG, COM ESCALIFICADOR, LÂMINA MEDINDO NO MÍNIMO 3,80M DE LARGURA, A SER PRESTADO NA LAGOA DE ESTABILIZAÇÃO DO ESGOTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL E 250 HORAS DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA, EQUIPADA COM PÁ CARREGADEIRA, MODELO 4X4 A SER PRESTADO EM DIVERSOS LOCAIS NO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL PARA REDES E RAMAIS DE ÁGUA.

VALOR: R\$ 211.850,00 (DUZENTOS E ONZE MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2016

DATA: 01/JUNHO/2016

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 20/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 20/2016

DATA: 30/MAIO/2016

CONTRATADA: BAGGIO SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA – ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE: 2.250 HORAS DE CAMINHÃO BASCULANTE TRAÇADO 6X4, COM CAPACIDADE DE CARGA DE 12M³, SENDO 200 HORAS A SER PRESTADO ÀS MARGENS DO RIO COCAL E RIO TIGRE DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL E 2.050 HORAS A SER PRESTADO NA LAGOA DE ESTABILIZAÇÃO DO ESGOTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

VALOR: R\$ 167.625,00 (CENTO E SESENTA E SETE MIL, SEISCENTOS E VINTE E CINCO REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2016

DATA: 01/JUNHO/2016

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 21/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 21/2016

DATA: 31/MAIO/2016

CONTRATADA: METROLÓGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA - EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE: 05 UNIDADES DE BÉQUER GRADUADO, FORMA BAIXA, COM BICO VERTEDOR, EM VIDRO BOROSILICATO 3.3, CAPACIDADE 1L, DA MARCA UNIGLAS, 02 UNIDADES DE BÉQUER GRADUADO, FORMA BAIXA, COM BICO VERTEDOR, EM VIDRO BOROSILICATO 3.3, CAPACIDADE 800ML, DA MARCA UNIGLAS, 02 UNIDADES DE BÉQUER GRADUADO, FORMA BAIXA, COM BICO VERTEDOR, EM VIDRO BOROSILICATO 3.3, CAPACIDADE 600ML, DA MARCA UNIGLAS, 02 UNIDADES DE PIPETA VOLUMÉTRICA, ESGOTAMENTO TOTAL, 1/10, 10ML, DA MARCA PHOX, 02 UNIDADES DE PIPETA VOLUMÉTRICA, ESGOTAMENTO TOTAL, 1/10, 5ML, DA MARCA PHOX, 01 UNIDADE DE JARRA GRADUADA, COM ALÇA, EM POLIPROPILENO, CAPACIDADE 1L, DA MARCA NALGON, 01 UNIDADE DE JARRA GRADUADA, COM ALÇA, EM POLIPROPILENO, CAPACIDADE 2L, DA MARCA NALGON, 05

UNIDADES DE FRASCO CONTA-GOTAS, EM VIDRO ÂMBAR BORO-SILICATO 3.3, COM PIPETA ESMERILHADA, TETINA DE BORRACHA, CAPACIDADE 60ML, DA MARCA UNIGLAS, 03 UNIDADES DE FRASCO CONTA-GOTAS, EM VIDRO TRANSPARENTE BOROSILICATO 3.3, COM PIPETA ESMERILHADA, TETINA DE BORRACHA, CAPACIDADE 60ML, DA MARCA UNIGLAS, 02 UNIDADES DE FRASCO ERLLENMEYER BOCA LARGA, EM VIDRO BOROSILICATO 3.3, CAPACIDADE 250ML, DA MARCA UNIGLAS, 02 UNIDADES DE FRASCO ERLLENMEYER BOCA ESTREITA, EM VIDRO BOROSILICATO 3.3, CAPACIDADE 250ML, DA MARCA UNIGLAS, 15 UNIDADES DE PIPETA SOROLOGICA GRADUADA ESGOTAMENTO TOTAL 1/10 2ML, DA MARCA UNIGLAS, 05 UNIDADES DE PIPETA SOROLOGICA GRADUADA ESGOTAMENTO TOTAL 1/10 1ML, DA MARCA UNIGLAS, 05 UNIDADES DE PROVETA GRADUADA ALTO RELEVO POLIPROPILENO CAPACIDADE 500ML GRADUAÇÃO 5,0ML, DA MARCA JPROLAB, 03 UNIDADES DE MACRO PIPETADOR, DA MARCA KASVI, 03 UNIDADES DE CUBETA DE VIDRO ÓTICO RETANGULAR 50MM COM TAMPÁ PLÁSTICA, DA MARCA KASVI, 03 UNIDADES DE BASTÃO DE VIDRO MACICO Ø05 X 300MM, DA MARCA UNIGLAS, 10 UNIDADES DE COPO BECKER FORMA BAIXA EM POLIPROPILENO (PP) RESISTÊNCIA A MAIORIA DOS PRODUTOS QUÍMICOS. CONTÉM BICO PROJETADO, NÃO PERMITE GOTEJAMENTO GRADUADO EM SILK-SCREEN EM TODAS AS CAPACIDADES AUTOCLAVÁVEL À 121°C - 600ML, DA MARCA NALGON, 05 UNIDADES DE COPO BECKER FORMA BAIXA EM POLIPROPILENO (PP) RESISTÊNCIA A MAIORIA DOS PRODUTOS QUÍMICOS. CONTÉM BICO PROJETADO, NÃO PERMITE GOTEJAMENTO GRADUADO EM SILK-SCREEN EM TODAS AS CAPACIDADES AUTOCLAVÁVEL À 121°C - 1000ML, DA MARCA NALGON, 03 UNIDADES DE SOLUÇÃO KCL 3 MOLAR. (EMBALAGEM DE 1L), DA MARCA DINAMICA E 03 UNIDADES DE SOLUÇÃO DE ÁCIDO SULFÚRICO 0,1N, FATOR CORREÇÃO 1.000. (EMBALAGEM DE 1L), DA MARCA DINÂMICA.

VALOR: R\$ 1.683,30 (HUM MIL, SEISCENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E TRINTA CENTAVOS).

PRAZO DO CONTRATO: 30 (TRINTA) DIAS

DATA: 01/JUNHO/2016

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 22/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 22/2016

DATA: 31/MAIO/2016

CONTRATADA: PRÓ ANÁLISE QUÍMICA E DIAGNÓSTICA LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE: 700 TESTES DE REAGENTE PARA DETERMINAÇÃO DE ALUMÍNIO PELO MÉTODO CLOMAZUROL S, FAIXA DE LEITURA DE 0,02 – 1,20MG/L, PARA LEITURA EM ESPECTROFOTÔMETRO MODELO DR 2800 MARCA HACH, SEM NECESSIDADE DE ADQUIRIR OUTROS REAGENTES E VALIDADE MÍNIMA DE DOIS ANOS. DEVE ACOMPANHAR CERTIFICADO DE QUALIDADE POR LOTE, DA MARCA MERCK E 15 UNIDADES DE REAGENTE PARA DETERMINAÇÃO DE FLUORETO SPADNS, FAIXA DE LEITURA DE 0,02 – 2,00MG/L, PARA LEITURA EM ESPECTROFOTÔMETRO MODELO DR 2800 MARCA HACH, SEM NECESSIDADE DE ADQUIRIR OUTROS REAGENTES E VALIDADE MÍNIMA DE DOIS ANOS. DEVE ACOMPANHAR CERTIFICADO DE QUALIDADE POR LOTE. (EMBALAGEM DE 500ML) DA MARCA QUIMLAB.

VALOR: R\$ 4.640,00 (QUATRO MIL, SEISCENTOS E QUARENTA REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: 30 (TRINTA) DIAS

DATA: 01/JUNHO/2016

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 23/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 23/2016
DATA: 31/MAIO/2016
CONTRATADA: SOVEREIGN COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE: 2.500 TESTES DE REAGENTE PARA DETERMINAÇÃO DE CLORO LIVRE (DPD), FAIXA DE LEITURA DE 0,02 – 2,00MG/L, PARA LEITURA EM ESPECTROFOTÔMETRO MODELO DR 2800 MARCA HACH, SEM NECESSIDADE DE ADQUIRIR OUTROS REAGENTES E VALIDADE MÍNIMA DE DOIS ANOS. DEVE ACOMPANHAR CERTIFICADO DE QUALIDADE POR LOTE, DA MARCA WWR CHEMICALS, 02 UNIDADES DE ÁCIDO SULFÚRICO PA, PESO MOLECULAR 98,08, DENSIDADE 1840G. (EMBALAGEM DE 1L), DA MARCA BAKER, 02 CAIXAS DE COLILERT - SUBSTRATO CROMOGÊNICO DEFINIDO ONPG-MUG COM RESULTADOS CONFIRMATIVOS PARA PRESENÇA DE COLIFORMES TOTAIS E E.COLI EM 24 HORAS PELO DESENVOLVIMENTO DE COLORAÇÃO AMARELA E OBSERVAÇÃO DE FLUORESCÊNCIA SEM NECESSIDADE DE ADIÇÃO DE OUTROS REAGENTES PARA CONFIRMAÇÃO - MÉTODO APROVADO PELO STANDARD METHODS FOR EXAMINATION OF WATER AND WASTE WATER. EMBALAGEM: CAIXA COM 200 UNIDADES, DA MARCA IDXX/USA E 02 CAIXAS DE FRASCO PARA COLETA COM TIOSSULFATO DE SÓDIO VOLUME 100ML COM MENISCO ESTÉRIL COM TAMPA FLIP TOP. EMBALAGEM: CAIXA COM 200 UNIDADES, DA MARCA CAPITOL.
VALOR: R\$ 5.845,00 (CINCO MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS).
PRAZO DO CONTRATO: 30 (TRINTA) DIAS
DATA: 01/JUNHO/2016
CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA
DIRETORA DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 24/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 24/2016 – 1º ADITIVO AO CONTRATO 28/2015
DATA: 31/MAIO/2016
CONTRATADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
OBJETO: RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE, NÃO COMPENSÁVEL, BEM COMO FAZER DÉBITO AUTOMÁTICO DE SEUS CLIENTES VIA SISTEMA, SEM EMISSÃO DE FATURA PAPEL.
VALOR:
a) R\$ 1,07 (UM REAL E SETE CENTAVOS), POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTO COM CÓDIGO DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DE DÉBITO AUTOMÁTICO;
b) R\$ 1,62 (UM REAL E SESSENTA E DOIS CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DE CONVENIADOS COM OS BANCOS/COOPERATIVAS (LOTÉRICAS, CORRESPONDENTES BANCÁRIOS E OUTROS);
c) R\$ 1,24 (UM REAL E VINTE E QUATRO CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DA INTERNET;
d) R\$ 1,24 (UM REAL E VINTE E QUATRO CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DOS TERMINAIS DE AUTO-ATENDIMENTO;
PRAZO DO CONTRATO: 12(DOZE) MESES
DATA: 01/JUNHO/2016
CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA
DIRETORA DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 25/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 25/2016 – 1º ADITIVO AO CONTRATO 29/2015
DATA: 31/MAIO/2016
CONTRATADO: BANCO DO BRASIL S/A
OBJETO: RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE, NÃO COMPENSÁVEL, BEM COMO FAZER DÉBITO AUTOMÁTICO DE SEUS CLIENTES VIA SISTEMA, SEM EMISSÃO DE FATURA PAPEL.
VALOR:
a) R\$ 1,07 (UM REAL E SETE CENTAVOS), POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTO COM CÓDIGO DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DE DÉBITO AUTOMÁTICO;
b) R\$ 1,62 (UM REAL E SESSENTA E DOIS CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DE CONVENIADOS COM OS BANCOS/COOPERATIVAS (LOTÉRICAS, CORRESPONDENTES BANCÁRIOS E OUTROS);
c) R\$ 1,24 (UM REAL E VINTE E QUATRO CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DA INTERNET;
d) R\$ 1,24 (UM REAL E VINTE E QUATRO CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DOS TERMINAIS DE AUTO-ATENDIMENTO;
PRAZO DO CONTRATO: 12(DOZE) MESES
DATA: 01/JUNHO/2016
CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA
DIRETORA DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 26/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 26/2016 – 1º ADITIVO AO CONTRATO 30/2015
DATA: 31/MAIO/2016
CONTRATADO: BANCO BRADESCO S/A
OBJETO: RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE, NÃO COMPENSÁVEL, BEM COMO FAZER DÉBITO AUTOMÁTICO DE SEUS CLIENTES VIA SISTEMA, SEM EMISSÃO DE FATURA PAPEL.
VALOR:
a) R\$ 1,07 (UM REAL E SETE CENTAVOS), POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTO COM CÓDIGO DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DE DÉBITO AUTOMÁTICO;
b) R\$ 1,62 (UM REAL E SESSENTA E DOIS CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DE CONVENIADOS COM OS BANCOS/COOPERATIVAS (LOTÉRICAS, CORRESPONDENTES BANCÁRIOS E OUTROS);
c) R\$ 1,24 (UM REAL E VINTE E QUATRO CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DA INTERNET;
d) R\$ 1,24 (UM REAL E VINTE E QUATRO CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DOS TERMINAIS DE AUTO-ATENDIMENTO;
PRAZO DO CONTRATO: 12(DOZE) MESES
DATA: 01/JUNHO/2016
CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA
DIRETORA DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 27/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 27/2016 – 1º ADITIVO AO CONTRATO 32/2015

DATA: 31/MAIO/2016

CONTRATADO: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO

DE ASSOCIADOS SUL CATARINENSE – SICCOOB CREDISULCA

OBJETO: RECEBIMENTO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMAE, NÃO COMPENSÁVEL, BEM COMO FAZER DÉBITO AUTOMÁTICO DE SEUS CLIENTES VIA SISTEMA, SEM EMISSÃO DE FATURA PAPEL.

VALOR:

a) R\$ 1,07 (UM REAL E SETE CENTAVOS), POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTO COM CÓDIGO DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DE DÉBITO AUTOMÁTICO;

b) R\$ 1,62 (UM REAL E SESSENTA E DOIS CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DE CONVENIADOS COM OS BANCOS/COOPERATIVAS (LOTÉRICAS, CORRESPONDENTES BANCÁRIOS E OUTROS);

c) R\$ 1,24 (UM REAL E VINTE E QUATRO CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DA INTERNET;

d) R\$ 1,24 (UM REAL E VINTE E QUATRO CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DOS TERMINAIS DE AUTO-ATENDIMENTO;

e) R\$ 1,24 (UM REAL E VINTE E QUATRO CENTAVOS) POR RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN ATRAVÉS DE RECEBIMENTO DIRETAMENTE NO CAIXA DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA/COOPERATIVA.

PRAZO DO CONTRATO: 12(DOZE) MESES

DATA: 01/JUNHO/2016

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

PREGÃO PRESENCIAL 10/2016

AVISO DE LICITAÇÃO. O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Cocal do Sul-SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 horas do dia 20 de Junho de 2016, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL – TIPO MENOR PREÇO POR ITEM nº 10/2016, para compra de materiais de construção e artefatos de cimento para serviços diversos, conforme descrição no Anexo I do edital. As propostas serão recebidas a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 09:00 horas do dia 20 de Junho de 2016. A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Lisboa, 520 – Bairro Jardim Bela Vista – Cocal do Sul-SC, pelo telefone (48)3447-6350, ou através do Site: www.samaecocaldosul.sc.gov.br. Cocal do Sul-SC, 01 de Junho de 2016. Carla Cristina Possamai Della. Diretora do SAMAE

Concórdia

PREFEITURA

EXTRATO 12º TA CONTRATO Nº 123/2015-PMC

Contrato Nº : 123/2015
Aditivo Nº : 12TA Ctr123/2015/2016
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : L B COMERCIO E SERVICOS LTDA
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 3/2015
Objeto : Contratação de empresa, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para execução de drenagem pluvial, a ser realizada nas Ruas 29 de Julho, Charruas, Tapes e Carajás, localizadas no Bairro Itaíba, com recursos oriundos do Convênio nº 789301/2013, através do Processo nº 2623.1007674-17/2013, celebrado com a Caixa Econômica Federal/ Ministério das Cidades e contrapartida municipal.
Vigência : Início: 24/05/2016 Término: 25/07/2016
Assinatura : 24/05/2016
Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 116 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 165/2013-PMC

Contrato Nº : 165/2013
Aditivo Nº : 3TA Ctr165/2013/2016
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : VARITUS BRASIL
Licitação : Dispensa de Licitação 16/2013
Objeto : cessão do direito real de uso, intransferível e permanente, do software NFe e CTe VARITUS, atualizações e suporte de versões do software cedido, especialmente para, Manifesto do Contribuinte; Captura do Arquivo XML; Verificação da Integridade do Arquivo XML; Validação do Arquivo XML na SEFAZ, Validação da Assinatura Digital do Arquivo XML; Armazenamento seguro dos arquivos do XML.
Vigência : Início: 13/05/2016 Término: 15/05/2017
Assinatura : 13/05/2016
Valor R\$: 7.836,60 (Sete Mil, Oitocentos e Trinta e Seis Reais e Sessenta Centavos)

Dotação : 36 - 05.001.2010.333903911000000.01000001

Dotação : 190 - 12.001.2043.333903911000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2016-PMC

Contrato Nº : 139/2016
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA ME
Licitação : Pregão Presencial 6/2016
Objeto : Contratação de empresa do ramo de instalações elétricas, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para execução de instalações e adequações da rede de distribuição de energia elétrica interna do Parque de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 16/05/2016 Término: 16/07/2016

Assinatura : 16/05/2016

Valor R\$: 10.168,60 (Dez Mil, Cento e Sessenta e Oito Reais e Sessenta Centavos)

Dotação : 101 - 07.001.2026.344905198000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/2016-PMC

Contrato Nº : 140/2016
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : PÁTRIA SEGURANÇA LTDA
Licitação : Dispensa de Licitação 36/2016
Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância desarmada em edificação de propriedade do Município (antigo SENAI e CEBES)
Vigência : Início: 16/05/2016 Término: 31/05/2016
Assinatura : 16/05/2016
Valor R\$: 5.800,00 (Cinco Mil e Oitocentos Reais)

Dotação : 190 - 12.001.2043.333903401000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 150/2016-PMC

Contrato Nº : 150/2016
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : COSTA & CIA LTDA EPP
Licitação : Pregão Presencial 61/2016
Objeto : aquisição de peças (originais de fábrica) para conserto do sistema hidráulico da escavadeira hidráulica Komatsu PC 160 PMC 588 conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 31/05/2016 Término: 29/08/2016
Assinatura : 31/05/2016
Valor R\$: 6.298,50 (Seis Mil, Duzentos e Noventa e Oito Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação : 179 - 11.001.2041.333903039000000.01000001

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2016 – PMC

Objeto: Aquisição de produto para exposição da tocha olímpica para valorização e registro histórico do evento Revezamento da Tocha Olímpica em nosso Município, no dia 03 de julho de 2016, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Tipo: Menor preço por Item.
Recebimento das propostas: até às 11h00min do dia 16/06/2016
Abertura: dia 16/06/2016 às 14h00min.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na

Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 02 de junho de 2016.

CLÉLIO IVO DAL PIAZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Econômico e Turismo

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2016-PMC
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2016 – PMC

Objeto Aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado novos, tipo split e, materiais de escritório para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor preço por item.

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 17/06/2016.

Abertura: dia 706/2016 às 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 02 de junho de 2016.

BEATRIZ FATIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL TOMADA DE PREÇO Nº 8/2016 - PMC
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 8/2016 – PMC

Objeto: Contratação de empresa de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra visando à construção de quadras poliesportivas no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, neste Município, com recursos oriundos de convênio com o Governo Federal e próprio, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL

Para fins do disposto no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e, posteriores alterações, comunicamos às licitantes: BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP, FORMATTO ENGENHARIA LTDA, VANDERLEI DEITOS ME, ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, FUNDAMENTO CONSTRUTORA LTDA e IACC PRÉ MOLDADOS LTDA que a licitante KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA – EPP, interpôs, na data de 30 de maio de 2016, recurso administrativo pugnando pela revisão do julgamento da fase de habilitação do certame. Desejando, V. Sª poderá impugná-lo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação deste aviso, estando os autos abertos à consulta desde já.

Concórdia, SC, 3 de junho de 2016.
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente CPL

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 117/2016-PMC

Contrato Nº : 117/2016

Aditivo Nº : 1TA CTR 117/2016/2016

Tipo Aditivo : Valor(Equilíbrio)

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CAPACIT ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

Licitação : Pregão Presencial 31/2016

Objeto : Contratação de pessoa jurídica para prestação de forma contínua, de serviços técnicos especializados de Cuidador, visando atender a demanda de família em situação de vulnerabilidade temporária, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 18/05/2016 Término: 27/03/2017

Assinatura : 18/05/2016

Valor R\$: 97.642,36 (Noventa e Sete Mil, Seiscentos e Quarenta e Dois Reais e Trinta e Sete Centavos)

Dotação : 140 - 09.001.2033.333903401000000.01000001

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 139/2016-PMC

Contrato Nº : 139/2016

Aditivo Nº : 1TA Ctr 139/2016/2016

Tipo Aditivo : Prazo/Valor

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 6/2016

Objeto : Contratação de empresa do ramo de instalações elétricas, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para execução de instalações e adequações da rede de distribuição de energia elétrica interna do Parque de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 25/05/2016 Término: 15/07/2016

Assinatura : 25/05/2016

Valor R\$: 1.266,30 (Um Mil, Duzentos e Sessenta e Seis Reais e Trinta Centavos)

Dotação : 101 - 07.001.2026.344905198000000.01000001

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 341/2015-PMC

Contrato Nº : 341/2015

Aditivo Nº : 1TA CT 341/2015/2016

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ANTÔNIO LUIS TOBIAS - ME

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 24/2015

Objeto : Contratação de empresa de ramo da construção civil em regime de empreitada global (material e mão de obra) para execução de uma edificação para abrigar o Centro Municipal de Educação Infantil localizado no Loteamento Frei Lency, neste Município, com recursos oriundos do FNDE, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital

Vigência : Início: 25/05/2016 Término: 14/04/2017

Assinatura : 25/05/2016

Valor R\$: 63.898,27 (Sessenta e Três Mil, Oitocentos e Noventa e Oito Reais e Vinte e Sete Centavos)

Dotação : 65 - 06.004.1007.344905198000000.01010000

Dotação : 372 - 06.004.1007.344905198000000.03010000

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 124/2016-PMC

Contrato Nº : 124/2016
Aditivo Nº : 2TA Ctr 124/2016/2016
Tipo Aditivo : Supressão
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : LUIS GLOMBOWSKI ME
Licitação : Pregão Presencial 37/2016
Objeto : Contratação de empresa para prestação dos serviços (mão de obra) e fornecimento de peças (originais de fábrica) visando ao conserto de veículos, máquinas e componentes, da frota do Município de Concórdia.
Vigência : Início: 05/04/2016 Término: 01/12/2016
Assinatura : 13/05/2016
Valor R\$: 3.120,00 (Três Mil e Cento e Vinte Reais)

Dotação : 99 - 07.001.2026.333903039000000.01000001

Dotação : 99 - 07.001.2026.333903919000000.01000001

Dotação : 126 - 08.001.2029.333903039000000.01000001

Dotação : 126 - 08.001.2029.333903919000000.01000001

Dotação : 179 - 11.001.2041.333903001000000.01000001

Dotação : 179 - 11.001.2041.333903039000000.01000001

Dotação : 179 - 11.001.2041.333903919000000.01000001

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 249/2015-PMC

Contrato Nº : 249/2015
Aditivo Nº : 3TA CTR 249/2015/2016
Tipo Aditivo : Prazo/Valor
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : STI CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA ME
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 15/2015
Objeto : Contratação de empresa do ramo de construção civil em regime de empreitada por preço unitário (material e mão-de-obra), para execução de serviços para complementação e finalização da construção da quadra coberta com vestiários no Centro Municipal de Educação Infantil Lua de Crista, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.
Vigência : Início: 30/05/2016 Término: 30/10/2016
Assinatura : 30/05/2016
Valor Acrescido R\$: 99.892,65 (Noventa e Nove Mil, Oitocentos e Noventa e Dois Reais e Sessenta e Cinco Centavos)
Valor Suprimido R\$: 21.514,87 (vinte e um mil quinhentos e catorze reais e oitenta e sete centavos)
Dotação : 65 - 06.004.1007.344905198000000.01010000

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 156/2013-PMC

Contrato Nº : 156/2013
Aditivo Nº : 4TA Ctr 156/2013/2016
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : MUNDOSEG CORRETORA DE SEGUROS SOCIEDADE SIMPLES LTDA
Licitação : Dispensa de Licitação 15/2013
Objeto : Contratação de empresa do ramo de seguros para segurar as dependências do Centro Administrativo Municipal, conforme especificações constantes neste termo e na proposta comercial da

contrato.

Vigência : Início: 13/05/2016 Término: 13/05/2017

Assinatura : 13/05/2016

Valor R\$: 3.250,38 (Três Mil, Duzentos e Cinquenta Reais e Trinta e Oito Centavos)

Dotação : 190 - 12.001.2043.333903969000000.01000001

EXTRATO 9º TA CONTRATO Nº 185/2014-PMC

Contrato Nº : 185/2014
Aditivo Nº : 9TA Ctr 185/2014/2016
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : TMK ENGENHARIA EIRELI ME
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 3/2014
Objeto : contratação de serviços para levantamento topográfico e desmembramento de áreas, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital.
Vigência : Início: 16/05/2016 Término: 10/10/2016
Assinatura : 16/05/2016
Valor R\$: 0,00 (Zero)

EXTRATO 9º TA CONTRATO Nº 304/2012-PMC

Contrato Nº : 304/2012/2012
Aditivo Nº : 9TA CTR 304/2012/2016
Tipo Aditivo : Normal
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : CERTA EDITORA DE JORNAIS LTDA ME
Licitação : Pregão Presencial 77/2012
Objeto : Contratação de empresa do ramo editorial jornalístico, para prestação de serviço de publicações legais, em jornal de circulação diária com abrangência regional
Vigência : Início: 25/05/2016 Término: 12/07/2016
Assinatura : 25/05/2016
Valor R\$: 2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 21 - 04.001.2007.333903990000000.01000001

Dotação : 39 - 06.001.2012.333903990000000.01010000

Dotação : 94 - 07.001.2022.333903990000000.01000001

Dotação : 122 - 08.001.2027.333903990000000.01000001

Dotação : 126 - 08.001.2029.333903990000000.01000001

Dotação : 138 - 09.001.2032.333903990000000.01000001

Dotação : 150 - 09.002.2605.333903990000000.01000001

Dotação : 156 - 10.001.2036.333903990000000.01000001

Dotação : 177 - 11.001.2040.333903990000000.01000001

Dotação : 205 - 13.001.2101.333903990000000.01020000

Dotação : 211 - 13.001.2102.333903990000000.01380002

Dotação : 240 - 15.001.2201.333903990000000.01000001

Dotação : 281 - 16.001.2401.333903990000000.01000001

Dotação : 295 - 17.001.2451.33390399000000.01000001

Dotação : 99 - 07.001.2026.333903039000000.01000001

Dotação : 312 - 18.001.2501.33390399000000.01000001

Dotação : 99 - 07.001.2026.333903919000000.01000001

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2016

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, torna público que ratificou o ato da Senhora Noeli Wolszyn, Diretora de Ação Social, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 31 de maio de 2016, referente a prestação de serviço de internamento asilar, em longa permanência, para idoso em clínica especializada, para o Sr. Pedro Soares e a Sra. Delminda de Melo Soares, de acordo com a determinação judicial, proveniente dos autos nº 0000687-18.2016.8.24.0019 e ao Sr. Orélio Ribeiro, de acordo com a determinação judicial, proveniente dos autos nº 0900491-57.2015.8.24.0019, a favor da empresa: GRAZIELA PEREIRA DO AMARAL EIRELI - ME, no valor total de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

NEUSA APARECIDA DAHMER

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 25/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 25/2016

A Presidente do Serviço Municipal de Assistência à Saúde, torna público que ratificou o ato da Senhora Tania Maria Turcatel, Encarregada do SEMAS, em exercício, Encarregada da Seção, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 31 de maio de 2016, para o credenciamento de empresas para prestação de serviços de saúde aos segurados e dependentes de acordo com a Lei complementar nº 163 de 26.07.1999 e Decreto nº 4.155 de 16.09.1999, a favor das seguintes empresas: CLINICA CIRÚRGICA CONCÓRDIA S/S - ME, no valor total estimado de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); JCE SAUDE VITAL S/S - ME, no valor total estimado de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

BEATRIZ FATIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DO CONTRATO Nº 137/2016-PMC

Contrato Nº : 137/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ADEMIR ROGOWSKI

Licitação : Pregão Presencial 44/2016

Objeto : Contratação de empresa para prestação dos serviços (mão de obra) e fornecimento de peças, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 13/05/2016 Término: 09/12/2016

Assinatura : 13/05/2016

Valor R\$: 25.342,00 (Vinte e Cinco Mil e Trezentos e Quarenta e Dois Reais)

Dotação : 99 - 07.001.2026.333903001000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/2016-PMC

Contrato Nº : 138/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : RAMPAZZO AUTO PEÇAS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 52/2016

Objeto : Contratação de empresa especializada para fornecimento de peças (originais de fábrica), óleo lubrificante e mão-de-obra para retificação do motor do veículo Courier PMC-336, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 16/05/2016 Término: 12/11/2016

Assinatura : 16/05/2016

Valor R\$: 5.280,00 (Cinco Mil e Duzentos e Oitenta Reais)

Dotação : 99 - 07.001.2026.333903001000000.01000001

Dotação : 99 - 07.001.2026.333903039000000.01000001

Dotação : 99 - 07.001.2026.333903919000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2016-PMC

Contrato Nº : 141/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FINALIZZARE DECORACOES LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 55/2016

Objeto : Aquisição de tecidos, tintas e, contratação de empresas para prestação de serviços de corte e costura e fornecimento de coffee break, visando à preparação de eventos relacionados ao Revezamento da Tocha Olímpica, que ocorrerá em nosso Município, em 03 de julho de 2016, autorizados pela Lei Municipal nº 4.824/2015.

Vigência : Início: 17/05/2016 Término: 15/08/2016

Assinatura : 17/05/2016

Valor R\$: 2.640,00 (Dois Mil e Seiscentos e Quarenta Reais)

Dotação : 164 - 10.001.2039.333903007000000.01000001

Dotação : 164 - 10.001.2039.333903015000000.01000001

Dotação : 164 - 10.001.2039.333903999000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 142/2016-PMC

Contrato Nº : 142/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ANTONIO NOE DE VARGAS

Licitação : Dispensa de Licitação 37/2016

Objeto : Locação de garagem para estacionamento do veículo Renault/Master de placa MHJ-5298 da Secretaria Municipal de Educação.

Vigência : Início: 17/05/2016 Término: 16/05/2017

Assinatura : 17/05/2016

Valor R\$: 1.200,00 (Um Mil e Duzentos Reais)

Dotação : 39 - 06.001.2012.333903615000000.01010000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 144/2016-PMC

Contrato Nº : 144/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : GOLFE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 59/2016

Objeto : Aquisição de Central Telefônica e Nobreak novos, para substituição da atual central da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente - SEMADRA, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 23/05/2016 Término: 23/05/2017

Assinatura : 23/05/2016

Valor R\$: 2.394,00 (Dois Mil e Trezentos e Noventa e Quatro Reais)

Dotação : 91 - 07.001.1008.344905206000000.01000001

Dotação : 91 - 07.001.1008.344905235000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 145/2016-PMC

Contrato Nº : 145/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ES-CRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 59/2016

Objeto : Aquisição de Central Telefônica e Nobreak novos, para substituição da atual central da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente - SEMADRA, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 23/05/2016 Término: 23/05/2017

Assinatura : 23/05/2016

Valor R\$: 600,00 (Seiscentos Reais)

Dotação : 91 - 07.001.1008.344905206000000.01000001

Dotação : 91 - 07.001.1008.344905235000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 146/2016-PMC

Contrato Nº : 146/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FERNANDO LUIS NAIBO & CIA LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 54/2016

Objeto : Aquisição de bolo, de pães franceses e utensílios descartáveis, visando à comemoração dos 82 anos de emancipação política-administrativa do Município de Concórdia, autorizadas pela Lei Municipal 3.639/2005.

Vigência : Início: 24/05/2016 Término: 22/08/2016

Assinatura : 24/05/2016

Valor R\$: 24.926,00 (Vinte e Quatro Mil e Novecentos e Vinte e Seis Reais)

Dotação : 164 - 10.001.2039.333903007000000.01000001

Dotação : 164 - 10.001.2039.333903015000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 147/2016-PMC

Contrato Nº : 147/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 5/2016

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço global (material e mão de obra) para execução de obra de reforma e ampliação de um galpão de estrutura pré-moldada e, execução de anexo em alvenaria, a ser utilizado para fins agropecuários, situado Rua Vitor Sopelsa s/nº, bairro Parque de Exposições, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 25/05/2016 Término: 22/09/2016

Assinatura : 25/05/2016

Valor R\$: 258.468,36 (Duzentos e Cinquenta e Oito Mil, Quatrocentos e Sessenta e Oito Reais e Trinta e Seis Centavos)

Dotação : 101 - 07.001.2026.344905198000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 148/2016-PMC

Contrato Nº : 148/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : GEOVIAS ENGENHARIA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 56/2016

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos, para loteamento de área para fins industriais, no município de Concórdia conforme especificações constantes nos anexos "C" e "D" do edital.

Vigência : Início: 27/05/2016 Término: 25/08/2016

Assinatura : 27/05/2016

Valor R\$: 109.000,00 (Cento e Nove Mil Reais)

Dotação : 160 - 10.001.2037.344903905000000.01000001

Dotação : 160 - 10.001.2037.344905180000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 149/2016-PMC

Contrato Nº : 149/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ADAGIL CLIMATIZAÇÃO EIRELI

Licitação : Pregão Presencial 60/2016

Objeto : Contratação de empresa para execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC, dos aparelhos condicionadores de ar, instalados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação e no Centro Cultural Concórdia, com recursos próprios e federais, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 30/05/2016 Término: 30/05/2018

Assinatura : 30/05/2016

Valor R\$: 26.160,00 (Vinte e Seis Mil e Cento e Sessenta Reais)

Dotação : 138 - 09.001.2032.333903917000000.01000001

Dotação : 281 - 16.001.2401.333903917000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 154/2016-PMC

Contrato Nº : 154/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : GRAZIELA PEREIRA DO AMARAL EIRELI - ME

Licitação : Dispensa de Licitação 41/2016

Objeto : Prestação de serviço de internamento asilar, em longa permanência, para idoso em clínica especializada, para o Sr. Pedro Soares e a Sra. Delminda de Melo Soares, de acordo com a determinação

judicial, proveniente dos autos nº 0000687-18.2016.8.24.0019 e ao Sr. Orélio Ribeiro, de acordo com a determinação judicial, proveniente dos autos nº 0900491-57.2015.8.24.0019
Vigência : Início: 01/06/2016 Término: 30/06/2016
Assinatura : 31/05/2016
Valor R\$: 1.500,00 (Um Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 140 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 155/2016-PMC

Contrato Nº : 155/2016
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : GRAZIELA PEREIRA DO AMARAL EIRELI - ME
Licitação : Dispensa de Licitação 41/2016
Objeto : Prestação de serviço de internamento asilar, em longa permanência, para idoso em clínica especializada, para o Sr. Pedro Soares e a Sra. Delminda de Melo Soares, de acordo com a determinação judicial, proveniente dos autos nº 0000687-18.2016.8.24.0019 e ao Sr. Orélio Ribeiro, de acordo com a determinação judicial, proveniente dos autos nº 0900491-57.2015.8.24.0019
Vigência : Início: 03/06/2016 Término: 02/07/2016
Assinatura : 31/05/2016
Valor R\$: 3.000,00 (Três Mil Reais)

Dotação : 140 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

Cordilheira Alta

PREFEITURA

LRF 2º BIMESTRE/2016

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						R\$ 1,00
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	20.449.881,70	20.449.881,70	3.107.048,94	15,19	6.375.195,55	14.074.686,15
RECEITA TRIBUTÁRIA	20.364.481,70	20.364.481,70	3.098.880,34	15,22	6.362.328,10	14.002.153,60
IMPOSTOS	2.110.530,00	2.110.530,00	437.240,83	20,72	654.147,59	1.456.382,41
TAXAS	1.622.530,00	1.622.530,00	382.319,68	23,56	544.817,01	1.077.712,99
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	481.000,00	481.000,00	54.921,15	11,42	109.330,58	371.669,42
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	198.000,00	198.000,00	65.033,50	32,85	106.465,97	91.534,03
RECEITA PATRIMONIAL	198.000,00	198.000,00	65.033,50	32,85	106.465,97	91.534,03
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	187.121,70	187.121,70	42.893,96	22,92	75.782,68	111.339,02
RECEITA DE SERVIÇOS	187.121,70	187.121,70	42.893,96	22,92	75.782,68	111.339,02
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	783.500,00	783.500,00	134.349,38	17,15	215.433,25	568.066,75
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.808.350,00	16.808.350,00	2.379.558,96	14,16	5.202.852,46	11.605.497,54
TRANSF. DE CONV.	16.569.043,00	16.569.043,00	2.379.558,96	14,36	5.154.137,22	11.414.905,78
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	239.307,00	239.307,00	0,00	0,00	48.715,24	190.591,76
MULTAS E JUROS DE MORA	276.980,00	276.980,00	39.803,71	14,37	107.646,15	169.333,85
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	66.680,00	66.680,00	13.545,51	20,31	29.099,15	37.580,85
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	500,00	500,00	0,00	0,00	43,83	456,17
RECEITAS DIVERSAS	201.000,00	201.000,00	24.627,39	12,25	75.336,87	125.663,13
RECEITAS DE CAPITAL	85.400,00	85.400,00	8.168,60	9,57	12.867,45	72.532,55
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.800,00	2.800,00	0,00	0,00	0,00	2.800,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.800,00	2.800,00	0,00	0,00	0,00	2.800,00
ALIENAÇÃO DE BENS	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	73.000,00	73.000,00	8.168,60	11,19	12.867,45	60.132,55
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.400,00	9.400,00	0,00	0,00	0,00	9.400,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.300,00	9.300,00	0,00	0,00	0,00	9.300,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	20.449.881,70	20.449.881,70	3.107.048,94	15,19	6.375.195,55	14.074.686,15
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	20.449.881,70	20.449.881,70	3.107.048,94	15,19	6.375.195,55	14.074.686,15
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	20.449.881,70	20.449.881,70	3.107.048,94	15,19	6.375.195,55	14.074.686,15
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	408.087,03	—	—	156.644,37	—
Superávit Financeiro	—	408.087,03	—	—	156.644,37	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	20.449.881,70	21.312.696,81	3.182.319,20	7.790.543,74	13.522.153,07	3.361.208,10	5.651.540,07	15.661.156,74	5.321.811,02
DESPESAS CORRENTES	19.023.891,20	19.282.122,31	3.114.412,29	7.391.796,29	11.890.326,02	3.287.081,99	5.491.625,54	13.790.496,77	5.163.328,49
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.500.770,32	8.572.871,22	1.380.012,33	2.519.279,82	6.053.591,40	1.380.082,34	2.489.916,50	6.082.954,72	2.377.500,58
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	120.000,00	120.000,00	5,86	5,86	119.994,14	5,86	5,86	119.994,14	5,86
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.403.120,88	10.589.251,09	1.734.394,10	4.872.510,61	5.716.740,48	1.906.933,79	3.001.703,18	7.587.547,91	2.785.822,05
DESPESAS DE CAPITAL	1.345.990,50	1.950.574,50	67.906,91	398.747,45	1.551.827,05	74.126,11	159.914,53	1.790.659,97	158.482,53
INVESTIMENTOS	945.990,50	1.550.574,50	66.690,70	106.490,22	1.444.084,28	24.403,00	61.684,52	1.488.889,98	60.252,52
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	400.000,00	400.000,00	1.216,21	292.257,23	107.742,77	49.723,11	98.230,01	301.769,99	98.230,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	20.449.881,70	21.312.696,81	3.182.319,20	7.790.543,74	13.522.153,07	3.361.208,10	5.651.540,07	15.661.156,74	5.321.811,02

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	20.449.881,70	21.312.696,81	3.182.319,20	7.790.543,74	13.522.153,07	3.361.208,10	5.651.540,07	15.661.156,74	5.321.811,02
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	723.655,48	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	20.449.881,70	21.312.696,81	3.182.319,20	7.790.543,74	—	3.361.208,10	6.375.195,55	—	5.321.811,02

FONTE:

Cordilheira Alta, 25/05/2016

ALCEU MAZZIONI	EMANUELLE CELLA TOZZO	SILVANA MAGIONI FAVERO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8	TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	200,00	0,00	200,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100,00	0,00	100,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100,00	0,00	100,00
TOTAL	200,00	0,00	200,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00		0,00

FONTE:

Cordilheira Alta, 25/05/2016

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.737.780,00	1.737.780,00	599.593,82	34,50		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	430.000,00	430.000,00	235.154,58	54,69		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	88.776,00	88,78		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	850.000,00	850.000,00	168.103,28	19,78		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	242.530,00	242.530,00	52.783,15	21,76		
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	15.700,00	15.700,00	5.223,04	33,27		
Dívida Ativa dos Impostos	86.000,00	86.000,00	40.666,20	47,29		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	13.550,00	13.550,00	8.888,57	65,60		
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	16.489.500,00	16.489.500,00	5.196.049,15	31,51		
Cota-Parte FPM	7.200.000,00	7.200.000,00	2.043.168,44	28,38		
Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	348,61	34,86		
Cota-Parte IPVA	605.000,00	605.000,00	164.666,89	27,22		
Cota-Parte ICMS	8.500.000,00	8.500.000,00	2.932.608,00	34,50		
Cota-Parte IPI-Exportação	145.000,00	145.000,00	43.563,25	30,04		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	38.500,00	38.500,00	11.713,96	30,43		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	38.000,00	38.000,00	11.713,96	30,83		
Outras	500,00	500,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	18.227.280,00	18.227.280,00	5.795.642,97	31,80		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	828.701,00	828.701,00	222.352,68	26,83		
Provenientes da União	828.701,00	828.701,00	222.352,68	26,83		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	8.293,00	8.293,00	1.634,03	19,70		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	836.994,00	836.994,00	223.986,71	26,76		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	4.311.492,50	4.433.588,46	1.920.579,17	43,32	1.230.925,68	27,76
Pessoal e Encargos Sociais	2.085.134,92	2.137.052,33	541.940,71	25,36	539.007,39	25,22
Outras Despesas Correntes	2.226.357,58	2.296.536,13	1.378.638,46	60,03	691.918,29	30,13
DESPESAS DE CAPITAL	133.530,00	140.385,92	6.131,00	4,37	6.131,00	4,37
Investimentos	133.530,00	140.385,92	6.131,00	4,37	6.131,00	4,37

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	133.530,00	140.385,92	6.131,00	4,37	6.131,00	4,37
Investimentos	133.530,00	140.385,92	6.131,00	4,37	6.131,00	4,37
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.445.022,50	4.573.974,38	1.926.710,17	42,12	1.237.056,68	27,05
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	981.294,30	1.110.246,18	250.148,67	12,98	216.578,58	17,51
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	981.294,30	1.066.957,57	216.971,85	11,26	183.401,76	14,83
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	12.100,00	43.288,61	33.176,82	1,72	33.176,82	2,68
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	981.294,30	1.110.246,18	250.148,67	12,98	216.578,58	17,51
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	3.463.728,20	3.463.728,20	1.676.561,50	87,02	1.020.478,10	82,49
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						17,61
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						151.131,65

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
		0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)		0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			
		-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	4.356.600,56	4.448.926,88	1.894.421,02	98,32	1.217.370,93	98,41
Vigilância Sanitária	88.421,94	125.047,50	32.289,15	1,68	19.685,75	1,59
TOTAL	4.445.022,50	4.573.974,38	1.926.710,17	100,00	1.237.056,68	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V(i+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Cordilheira Alta, 25/05/2016

ALCEU MAZZIONI PREFEITO MUNICIPAL	EMANUELLE CELLA TOZZO CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8	SILVANA MAGIONI FAVERO TÉCNICO EM CONTROLE II
--------------------------------------	--	--

Município de Cordilheira Alta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

NADA A DECLARAR

FONTE:

Cordilheira Alta, 25/05/2016

ALCEU MAZZIONI PREFEITO MUNICIPAL	EMANUELLE CELLA TOZZO CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8	SILVANA MAGIONI FAVERO TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO
--------------------------------------	--	---

Município de Cordilheira Alta - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	20.449.881,70
Previsão Atualizada		—	20.449.881,70
Receitas Realizadas		3.107.048,94	6.375.195,55
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	156.644,37
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	20.449.881,70
Créditos Adicionais		—	862.815,11
Dotação Atualizada		—	21.312.696,81
Despesas Empenhadas		3.182.319,20	7.790.543,74
Despesas Liquidadas		3.361.208,10	5.651.540,07
Superavit Orçamentário		—	723.655,48
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		3.182.319,20	7.790.543,74
Despesas Liquidadas		3.361.208,10	5.651.540,07
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			17.947.414,07
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
			% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	0,00
Resultado Primário		0,00	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	409.786,32	0,00	150.430,10
EXECUTIVO	409.786,32	0,00	150.430,10
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	6.757,36	0,00	3.477,52
EXECUTIVO	6.757,36	0,00	3.477,52
TOTAL:	416.543,68	0,00	153.907,62
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.350.679,02	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		390.907,02	60%
Liquidadas		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2.800,00
Despesa de Capital Líquida		159.914,53	1.790.659,97

Continua 1/2

Município de Cordilheira Alta - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)			0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)			0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)			0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS						
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	200,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
					% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde				1.020.478,10	15,00	17,61
Liquidadas				0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados				0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP				Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)				0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Cordilheira Alta, 25/05/2016

ALCEU MAZZIONI	EMANUELLE CELLA TOZZO	SILVANA MAGIONI FAVERO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8	TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")								R\$ 1,00
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.449.881,70	21.312.696,81	3.182.319,20	7.790.543,74	100,00	3.361.208,10	5.651.540,07	15.661.156,74
Legislativa	860.000,00	860.000,00	102.258,88	277.780,18	3,57	112.597,04	213.378,85	646.621,15
Ação Legislativa	860.000,00	860.000,00	102.258,88	277.780,18	3,57	112.597,04	213.378,85	646.621,15
Administração	2.643.700,00	2.668.611,19	315.198,74	1.294.017,22	16,61	436.816,15	791.866,72	1.876.744,47
Administração Geral	2.643.700,00	2.668.611,19	315.198,74	1.294.017,22	16,61	436.816,15	791.866,72	1.876.744,47
Assistência Social	784.650,00	835.362,87	106.580,86	206.649,42	2,65	99.368,19	151.017,65	684.345,22
Assistência Comunitária	784.650,00	835.362,87	106.580,86	206.649,42	2,65	99.368,19	151.017,65	684.345,22
Saúde	4.445.022,50	4.573.974,38	758.146,72	1.926.710,17	24,73	801.223,46	1.237.056,68	3.336.917,70
Atenção Básica	4.356.600,56	4.448.926,88	756.075,13	1.894.421,02	24,32	790.767,03	1.217.370,93	3.231.555,95
Vigilância Sanitária	88.421,94	125.047,50	2.071,59	32.289,15	0,41	10.456,43	19.685,75	105.361,75
Educação	4.259.598,00	4.365.760,08	793.678,80	1.283.877,22	16,48	662.141,91	1.035.659,42	3.330.100,66
E Ensino Fundamental	3.544.848,00	3.650.805,71	684.093,09	1.154.291,51	14,82	569.743,70	943.261,21	2.707.544,50
E Ensino Médio	602.000,00	602.204,37	84.870,09	84.870,09	1,09	84.870,09	84.870,09	517.334,28
E Ensino Superior	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
Educação Infantil	43.250,00	43.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.250,00
Educação de Jovens e Adultos	22.000,00	22.000,00	2.215,62	2.215,62	0,03	2.215,62	2.215,62	19.784,38
Educação Especial	45.000,00	45.000,00	42.500,00	42.500,00	0,55	5.312,50	5.312,50	39.687,50
Cultura	292.400,00	292.400,00	67.967,31	67.967,31	0,87	67.967,31	67.967,31	224.432,69
Diffusão Cultural	292.400,00	292.400,00	67.967,31	67.967,31	0,87	67.967,31	67.967,31	224.432,69
Direitos da Cidadania	17.000,00	17.000,00	3.120,00	4.824,55	0,06	2.400,00	4.104,55	12.895,45
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	17.000,00	17.000,00	3.120,00	4.824,55	0,06	2.400,00	4.104,55	12.895,45
Urbanismo	3.810.211,20	4.264.968,48	681.992,65	1.617.452,68	20,76	738.960,34	1.300.836,29	2.964.132,19
Serviços Urbanos	3.810.211,20	4.264.968,48	681.992,65	1.617.452,68	20,76	738.960,34	1.300.836,29	2.964.132,19
Habituação	11.200,00	11.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.200,00
Habituação Rural	7.100,00	7.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.100,00
Habituação Urbana	4.100,00	4.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.100,00
Agricultura	1.934.600,00	1.934.600,00	253.361,36	548.062,80	7,03	253.536,97	515.813,12	1.418.786,88
Extensão Rural	1.934.600,00	1.934.600,00	253.361,36	548.062,80	7,03	253.536,97	515.813,12	1.418.786,88
Comércio e Serviços	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Administração Geral	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Energia	198.500,00	295.819,81	40.433,51	67.023,12	0,86	40.433,51	67.023,12	228.796,69
Energia Elétrica	198.500,00	295.819,81	40.433,51	67.023,12	0,86	40.433,51	67.023,12	228.796,69
Desporto e Lazer	364.500,00	364.500,00	55.129,05	110.799,22	1,42	58.723,00	91.860,38	272.639,62
Desporto Comunitário	364.500,00	364.500,00	55.129,05	110.799,22	1,42	58.723,00	91.860,38	272.639,62

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Encargos Especiais	20.449.881,70	21.312.696,81	3.182.319,20	7.790.543,74	13.522.153,07	3.361.208,10	5.651.540,07	15.661.156,74
Administração Geral	828.000,00	828.000,00	4.451,32	385.379,85	442.620,15	87.040,22	174.955,98	653.044,02
Refinanciamento da Dívida Interna	18.000,00	18.000,00	2.942,64	5.582,24	12.417,76	2.942,64	5.582,24	12.417,76
Serviço da Dívida Interna	520.000,00	520.000,00	1.222,07	292.263,09	227.736,91	49.728,97	98.235,87	421.764,13
	290.000,00	290.000,00	286,61	87.534,52	202.465,48	34.368,61	71.137,87	218.862,13
TOTAL (III) = (I + II)	20.449.881,70	21.312.696,81	3.182.319,20	7.790.543,74	13.522.153,07	3.361.208,10	5.651.540,07	15.661.156,74

FONTE:

Cordilheira Alta, 25/05/2016

ALCEU MAZZONI
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
ESPECIFICAÇÃO		Mar/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	TOTAL (ULT. 12 MES.)	RS 1,00
RECEITAS CORRENTES (I)		1.830.178,19	1.716.040,30	1.653.042,79	1.577.480,29	1.510.336,61	1.582.021,24	1.660.781,81	1.585.593,68	1.683.344,90	1.946.376,35	1.846.071,18	1.718.809,01	20.855.076,33	23.522.188,70
RECEITA TRIBUTÁRIA		120.286,81	98.273,89	130.729,57	100.128,30	86.588,99	95.711,95	99.446,35	128.589,09	75.472,24	141.434,52	305.165,70	128.075,13	1.520.892,54	2.110.530,00
IRPJ		31.879,34	21.957,51	25.399,32	9.353,78	959,61	3.620,02	2.112,07	1.542,45	0,00	30.837,22	179.646,30	24.672,06	331.973,88	430.000,00
IRPJ/F		14.385,76	14.270,15	15.634,06	14.317,44	14.089,15	14.593,46	14.000,22	39.545,63	538,43	15.575,66	15.637,20	21.031,86	193.989,22	242.530,00
I.S.S.		55.357,57	45.355,13	54.102,81	54.195,54	41.702,27	57.881,24	66.291,83	50.588,07	46.059,38	33.987,64	40.606,67	47.450,59	593.346,74	850.000,00
I.T.E.I.		17.875,25	6.571,60	15.888,00	6.385,00	20.800,00	9.947,50	9.640,00	17.388,52	8.330,00	27.170,00	26.940,00	26.336,00	193.551,87	100.000,00
Outras Receitas Tributárias		9.788,89	9.719,50	19.705,38	15.875,54	9.017,66	9.869,73	7.402,23	17.684,22	20.545,43	33.864,00	46.336,53	8.584,62	206.424,03	488.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		21.500,09	20.077,53	22.741,47	18.299,19	18.139,50	21.263,01	19.347,61	19.701,56	20.369,68	21.062,79	41.977,27	23.095,23	267.485,93	198.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		20.683,03	21.937,21	19.410,51	15.798,86	14.637,25	15.763,06	16.036,78	16.317,26	14.094,68	18.794,04	23.539,47	19.354,49	216.366,74	187.121,70
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		53.932,86	61.066,26	44.332,88	34.705,62	41.228,50	43.220,11	46.234,91	54.894,73	30.869,22	50.214,65	81.557,88	52.791,50	594.644,92	783.300,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.561.116,70	1.500.226,35	1.419.665,73	1.395.171,14	1.338.151,73	1.395.163,62	1.464.095,55	1.733.249,28	1.689.425,10	1.665.144,89	1.368.187,99	1.477.370,82	18.017.168,30	19.996.068,00
Conta-Parte do FPM		591.411,98	514.588,39	381.036,57	445.646,92	371.540,26	422.874,40	477.453,38	807.350,66	521.721,09	653.119,36	396.716,85	471.611,14	6.055.076,00	7.200.000,00
Conta-Parte do ICMS		669.611,32	632.117,38	638.140,17	613.000,60	639.813,65	681.550,48	665.531,01	649.708,51	839.415,76	686.019,39	663.816,28	713.356,57	8.092.091,12	8.500.000,00
Conta-Parte do IPVA		52.115,68	59.856,96	55.225,50	55.729,67	54.183,71	37.914,27	37.759,27	20.177,44	20.056,85	36.724,32	56.547,83	51.327,89	536.619,99	605.000,00
Outras Transferências Correntes		105.304,10	149.359,32	206.593,73	137.859,69	135.418,94	121.347,59	130.955,03	108.873,26	123.956,65	171.071,40	76.698,77	92.430,80	1.570.467,28	1.927.068,00
Transferências de LC 61/1989		10.424,01	9.928,89	9.146,51	9.732,31	9.704,64	11.255,57	10.255,76	10.126,94	13.197,97	10.192,84	9.951,43	10.211,01	124.128,88	145.000,00
Transferências do FUNDEB		2.799,24	2.759,24	2.759,24	2.759,24	2.759,24	2.759,24	2.759,24	2.759,24	2.926,49	2.926,49	2.926,49	2.926,49	33.787,88	38.000,00
Transferências do FUNDEB		139.482,13	132.528,38	126.686,23	130.425,56	124.388,46	131.973,45	130.357,15	134.228,81	148.695,06	135.023,42	123.464,41	135.310,14	1.598.568,59	1.550.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		43.658,90	14.459,06	15.992,63	13.417,08	11.610,64	10.895,49	15.624,61	15.031,74	48.113,98	19.728,46	21.642,87	18.160,84	248.310,30	276.980,00
DEDUÇÕES (II)		263.265,90	243.867,53	217.279,93	225.377,07	215.688,64	228.367,24	238.756,46	246.383,99	279.466,68	277.809,81	232.006,77	248.636,64	2.917.665,26	3.287.706,00
Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB		263.265,90	243.867,53	217.279,93	225.377,07	215.688,64	228.367,24	238.756,46	246.383,99	279.466,68	277.809,81	232.006,77	248.636,64	2.917.665,26	3.287.706,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		1.566.912,29	1.472.172,77	1.435.762,86	1.352.103,22	1.294.647,97	1.353.654,00	1.422.025,35	1.339.209,69	1.403.878,22	1.668.566,54	1.614.064,41	1.469.172,37	17.937.414,07	20.234.481,70
FONTE:															
Cordilheira Alta, 25/05/2016															
ALCEU MAZZONI	EMANUELE CELLA TOZZO	SILVANA MAGIONI FAVERO													
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR - CROSC 02941703	TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO													

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	111,07	111,07	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.282.154,08	2.304.122,31	1.953.033,71
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.288.911,44	2.809.996,60	2.286.042,60
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	6.757,36	505.874,29	333.008,89
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.282.043,01	-2.304.011,24	-1.953.033,71
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.282.043,01	-2.304.011,24	-1.953.033,71

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2016 (C - A)
VALOR	350.977,53	-670.990,70

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Cordilheira Alta, 25/05/2016

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	20.177.360,00	6.286.545,42	5.951.302,44
Receita Tributária	2.110.530,00	654.147,59	571.597,95
I.P.T.U.	430.000,00	235.154,58	218.961,26
I.S.S.	850.000,00	168.103,28	175.520,72
I.T.B.I.	100.000,00	88.776,00	39.428,70
I.R.R.F.	242.530,00	52.783,15	42.620,41
Outras Receitas Tributárias	488.000,00	109.330,58	95.066,86
Receita de Contribuição	198.000,00	106.465,97	79.306,46
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	198.000,00	106.465,97	79.306,46
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	187.121,70	75.782,68	68.777,11
(-) Aplicações Financeiras	187.121,70	75.782,68	68.777,11
Transferências Correntes	16.808.350,00	5.202.852,46	4.982.226,84
F.P.M.	5.760.000,00	1.634.534,88	1.710.147,02
I.P.V.A	484.000,00	132.014,93	128.171,38
I.C.M.S.	6.800.000,00	2.346.086,69	2.172.168,32
Convênios	239.307,00	48.715,24	22.323,76
Outras Transferências Correntes	3.525.043,00	1.041.500,72	949.416,36
Demais Receitas Correntes	1.060.480,00	323.079,40	318.171,19
Dívida Ativa	201.000,00	75.336,87	30.311,53
Diversas Receitas Correntes	859.480,00	247.742,53	287.859,66
RECEITAS DE CAPITAL (II)	85.400,00	12.867,45	21.732,27
Operações de Crédito (III)	2.800,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	73.000,00	12.867,45	21.732,27
Alienação de Ativos (V)	200,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	9.400,00	0,00	0,00
Convênios	100,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	9.300,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	9.400,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	20.186.760,00	6.286.545,42	5.951.302,44

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	19.282.122,31	7.391.796,29	6.598.325,08	5.491.625,54	4.774.416,67
Pessoal e Encargos Sociais	8.572.871,22	2.519.279,82	2.186.705,03	2.489.916,50	2.163.845,03
Juros e Encargos da Dívida (IX)	120.000,00	5,86	5.311,37	5,86	4.416,79
Outras Despesas Correntes	10.589.251,09	4.872.510,61	4.406.308,68	3.001.703,18	2.606.154,85
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	19.162.122,31	7.391.790,43	6.593.013,71	5.491.619,68	4.769.999,88
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.950.574,50	398.747,45	162.290,30	159.914,53	117.845,86
Investimentos	1.550.574,50	106.490,22	24.363,00	61.684,52	24.363,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	400.000,00	292.257,23	137.927,30	98.230,01	93.482,86
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.550.574,50	106.490,22	24.363,00	61.684,52	24.363,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	80.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	20.792.696,81	7.498.280,65	6.617.376,71	5.553.304,20	4.794.362,88

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-605.936,81	-1.211.735,23	-666.074,27	733.241,22	1.156.939,56
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	156.644,37	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	156.644,37	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					0,00

Cordilheira Alta, 25/05/2016

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.737.780,00	1.737.780,00	599.593,82	34,50
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	507.050,00	507.050,00	253.894,24	50,07
1.1.1- IPTU	430.000,00	430.000,00	235.154,58	54,69
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.700,00	3.700,00	392,37	10,60
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	64.000,00	64.000,00	14.834,49	23,18
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	9.350,00	9.350,00	3.512,80	37,57
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	88.776,00	88,78
1.2.1- ITBI	100.000,00	100.000,00	88.776,00	88,78
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	888.200,00	888.200,00	204.140,43	22,98
1.3.1- ISS	850.000,00	850.000,00	168.103,28	19,78
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	12.000,00	12.000,00	4.830,67	40,26
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	22.000,00	22.000,00	25.830,71	117,41
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	4.200,00	4.200,00	5.375,77	127,99
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	242.530,00	242.530,00	52.783,15	21,76
1.4.1- IRRF	242.530,00	242.530,00	52.783,15	21,76
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	16.489.000,00	16.489.000,00	5.196.049,15	31,51
2.1- Cota-Parte FPM	7.200.000,00	7.200.000,00	2.043.168,44	28,38
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.200.000,00	7.200.000,00	2.043.168,44	28,38
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.500.000,00	8.500.000,00	2.932.608,00	34,50
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	38.000,00	38.000,00	11.713,96	30,83
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	145.000,00	145.000,00	43.553,25	30,04
2.5- Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	348,61	34,86
2.6- Cota-Parte IPVA	605.000,00	605.000,00	164.656,89	27,22
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	18.226.780,00	18.226.780,00	5.795.642,97	31,80
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	278.810,00	278.810,00	113.192,29	40,60
5.1- Transferências do Salário-Educação	180.000,00	180.000,00	69.883,10	38,82
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	41.000,00	41.000,00	11.998,00	29,26
5.4- Transferências Diretas - PNATE	55.000,00	55.000,00	24.132,51	43,88
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	2.810,00	2.810,00	7.178,68	255,47
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	233.807,00	233.807,00	47.807,33	20,45
6.1- Transferências de Convênios	233.807,00	233.807,00	47.807,33	20,45
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	11.797,00	11.797,00	11.823,86	100,23
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	524.414,00	524.414,00	172.823,48	32,96

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.297.708,00	3.297.708,00	1.038.919,90	31,50
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.440.000,00	1.440.000,00	408.633,56	28,38
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.700.000,00	1.700.000,00	586.521,31	34,50
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.600,00	7.600,00	2.342,76	30,83
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	29.000,00	29.000,00	8.710,61	30,04
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	108,00	108,00	69,70	64,54
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	121.000,00	121.000,00	32.641,96	26,98
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.551.835,40	1.551.835,40	550.884,63	35,50
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.550.000,00	1.550.000,00	547.936,59	35,35
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	1.835,40	1.835,40	2.948,04	160,62
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.747.708,00	-1.747.708,00	-490.983,31	28,09
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 2/3

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.201.635,40	1.219.378,89	390.907,02	32,06	390.907,02	32,06
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.201.635,40	1.219.378,89	390.907,02	32,06	390.907,02	32,06
14- OUTRAS DESPESAS	350.200,00	350.200,00	177.165,41	50,59	177.165,41	50,59
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	350.200,00	350.200,00	177.165,41	50,59	177.165,41	50,59
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.551.835,40	1.569.578,89	568.072,43	36,19	568.072,43	36,19
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						568.072,43
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						70,96
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						32,16
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-3,12
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						17.000,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²						17.000,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	4.556.695,00		4.556.695,00		1.448.910,74	31,80
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Creche	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.155.998,00	3.173.741,49	993.733,60	31,31	862.643,75	27,18
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.551.835,40	1.569.578,89	568.072,43	36,19	568.072,43	36,19
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.604.162,60	1.604.162,60	425.661,17	26,53	294.571,32	18,36
25- ENSINO MÉDIO	602.000,00	602.204,37	84.870,09	14,09	84.870,09	14,09
26- ENSINO SUPERIOR	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.780.498,00	3.798.445,86	1.078.603,69	28,40	947.513,84	24,94
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-490.983,31
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						2.948,04
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-488.035,27
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						1.350.679,02
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38) / (3) x 100) %						23,31
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	180.000,00	267.508,23	69.323,12	25,91	1.683,12	0,63
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	298.100,00	299.805,99	135.950,41	45,35	86.462,46	28,84
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	478.100,00	567.314,22	205.273,53	36,18	88.145,58	15,54
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.258.598,00	4.365.760,08	1.283.877,22	29,41	1.035.659,42	23,72

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		547.936,59	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.948,04	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		550.884,63	0,00

Cordilheira Alta, 25/05/2016

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	2.800,00	0,00	2.800,00
DESPESAS			
DESPESAS DE CAPITAL			
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	1.950.574,50	159.914,53	1.551.827,05
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.950.574,50	159.914,53	1.551.827,05
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.947.774,50	-	-1.549.027,05

FONTE:

Cordilheira Alta, 25/05/2016

ALCEU MAZZONI
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Coronel Martins

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO PROCESSO SELETIVO N. 001/2015, HOMOLOGADO EM 05 DE OUTUBRO DE 2015.

EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO PROCESSO SELETIVO N. 001/2015, HOMOLOGADO EM 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Considerando a concessão de licença saúde da professora QUEILA ELIS MARIANI, que ocupa 20 horas semanais no cargo de Professor Área I- Educação Infantil e 20 horas no cargo de Professor Área III - Séries/Anos Finais Do Ensino Fundamental – História, pelo período de 30 de maio a 06 de junho de 2016;

Sandra Regina Previatti, Secretária Municipal de Educação do Município de Coronel Martins-SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos, que ficam convocadas a se apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 02 de junho de 2016, para início das atividades dos cargos de provimento temporário, as seguintes candidatas classificadas no Processo Seletivo n. 001/2015:

PROFESSOR ÁREA I - EDUCAÇÃO INFANTIL	
NOME	CLASSIFICAÇÃO
MARCIA TREVISOL	12

Obs: A candidata que assumir deverá comparecer na Escola Municipal Monteiro Lobato, no dia 02 de junho de 2016, às 13horas, para assumir a vaga citada de 20 horas semanais no turno vespertino com a turma do Maternal III na Escola Luiz Gama, no período de 01 a 06 de junho de 2016.

A candidata Marcia devera apresentar-se até o dia 02 de junho de 2016, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, com cópia acompanhada dos originais dos seguintes documentos:

- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- Título de Eleitor;
- Certidão de quitação eleitoral;
- Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);
- Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);
- 02 (duas) fotos 3 x 4 recentes;
- Número de Inscrição no PIS/PASEP;
- Carteira de Trabalho – CTPS;
- Diploma ou Certificado de Conclusão fornecido por instituição de ensino, comprovando a escolaridade exigida para o cargo;
- Registro do respectivo Conselho Regional (para cargos de profissão regulamentada);
- Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);
- Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo expedido por médico;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo foro do domicílio do candidato;
- Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
- Conta Bancária (Bancos: BESC, do Brasil, CEF ou Siccob);
- Declaração de bens e fontes de rendas;
- Declaração de dependentes;
- Declaração de ter ou não sofrido, nos últimos 05 (cinco) anos, penalidade disciplinar de demissão do serviço público no exercício da função pública.

Coronel Martins-SC, em 01 de Junho de 2016.

SANDRA REGINA PREVIATTI
Secretária Municipal de Educação

Correia Pinto**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 03/2016 FMS-FHMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR
MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 03/2016
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS NOS EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS INSTALADOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CORREIA PINTO.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa MF DE ALMEIDA & CIA LTDA ME CNPJ: 05.021.932/0001-34

Instrumento:

Contrato 0441/2016 - Fundo Municipal de Saúde

Contrato 0442/2016 - Fundação Hospitalar Municipal

Item	Produto	Unid.	Qtde.	Preço Unitário Máximo (R\$)	Preço Total (R\$)
01	SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA "MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS" NAS UNIDADES DE SAÚDE DE CORREIA PINTO.	mês	7	1.075,00	7.525,00
02	SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA "MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS" NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO.	mês	7	547,50	3.832,50
	Total				11.357,50

Valor: R\$ 11.357,50

Vigência da ata: 31/05/2016 a 31/12/2016

Correia Pinto/SC 03 de junho de 2016.

VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 12/2016 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 12/2016
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 0439/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DETONAÇÃO DE ROCHAS E/OU CASCALHEIRA CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa Knapp & Cia Ltda.

CNPJ: 76.376.375/0001-12

Processo Licitatório nº 12/2016 – Pregão Presencial

Item	Produto	Unid.	Qtde.	Preço Unitário Máximo (R\$)	Preço Total (R\$)

01	FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA FURAÇÃO E DETONAÇÃO DE CASCALHEIRA, NA PEDREIRA LOCALIZADA NO INTERIOR DE CORREIA PINTO, LOCALIDADE DIVINO, COORDENADA GEOGRÁFICA lat 27°32'14.79"S - long 50°16'32.00"W CONFORME NECESSIDADE DA MUNICIPALIDADE.	metro linear	1.250	58,80	73.500,00
02	FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA FURAÇÃO E DETONAÇÃO DE CASCALHEIRA, NA PEDREIRA LOCALIZADA NO INTERIOR DE CORREIA PINTO, LOCALIDADE AVENCAL, COORDENADA GEOGRÁFICA lat 27°29'41.33"S - long 50°29'58.70"W CONFORME NECESSIDADE DA MUNICIPALIDADE.	metro linear	1.250	58,80	73.500,00
	Total				147.000,00

Valor total: R\$ 147.000,00

Vigência: 13/05/2016 a 31/12/2016

Correia Pinto/SC 30 de maio de 2016.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 13/2016 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 13/2016

EXTRATO DE CONTRATO - DOM

Instrumento: Contrato nº 0443/2016 – PMCP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA, REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA PRAÇA CENTRAL DO MUNICÍPIO, PRAÇA DOMINGOS ALVES RODRIGUES, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO 2016TR000685, POR MEIO DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – LAGES E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO/SC, PROCESSO Nº SDR27 2308/2016.

TOMADA DE PREÇOS – PROCESSO 13/2016 PMCP

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA ME, CNPJ 15.459.791/0001-90.

Processo licitatório nº 13/2016 PMCP

Valor total: R\$ 289.731,60

Vigência: 02/06/2016 à 29/09/2016

Correia Pinto/SC 03 de junho de 2016.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 01/2016 FHMCP - SEGUNDA CHAMADA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL 01/2016 FHMCP

SEGUNDA CHAMADA

Objeto: DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO DE LAUDOS RADIOLÓGICOS (RAIO X). Tipo: Menor preço por GLOBAL. Abertura dos envelopes: 16/06/2016 às 14:30 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 18:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 03 de junho de 2016.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Pregoeiro Municipal

NATHASA AMARAL PEREIRA

Presidente da Comissão de Licitação

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 04/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL 04/2016 – FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESPECIAL PARA OS GRUPOS EDUCATIVOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE. Tipo: Menor preço por ITEM. Abertura dos envelopes: 15/06/2016 às 14:30 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 18:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 03 de junho de 2016.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Pregoeiro Municipal

NATHASA AMARAL PEREIRA

Presidente da Comissão de Licitação

Corupá

PREFEITURA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/16

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/16

O MUNICÍPIO DE CORUPÁ torna público aos interessados que se encontra aberto o CREDENCIAMENTO DE CLINICAS MÉDICAS E LABORATORIOS NAS ESPECIALIDADES CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO I, para o atendimento das necessidades das pessoas do Município, cujo objeto é atender aos munícipes na área médica, através de consultas e/ou exames, em conformidade com o Anexo I do Edital e Anexo V – Minuta do Contrato, nos prazos, tipos e quantidades solicitadas em ato formal do MUNICÍPIO, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: durante o período de 03 de junho de 2016 ate 31 de dezembro de 2016.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 03 de Junho de 2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 2222 / 2016

LEI Nº 2222 / 2016

RECONHECE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA E BENEFICENTE DOM PEDRO II - DOM PEDRO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições constitucionais, faz saber a todos de que a Câmara de Vereadores aprovou e, ele sanciona a seguinte Lei:

ART.1º - Fica reconhecida como de Utilidade Pública Municipal a ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA E BENEFICENTE DOM PEDRO II - DOM PEDRO, fundada em 17 de Janeiro de 1939, com sede nesta cidade de Corupá, Estado de Santa Catarina.

ART.2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ART.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Corupá, 01 de junho de 2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda ao um dia do mês de junho de 2016.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

ERRATA DE CONTRATO 071/16

ERRATA DE CONTRATO

CONTRATO Nº 071/16

O Presidente da Comissão de Licitação no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados e a empresa PACOPEDEPA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA, errata referente ao contrato nº 071/16, cujo objeto é a Contratação de empresa para viabilizar a empreitada por preço global, em regime de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, Drenagem Pluvial, Terra-planagem, Sinalização Viária, e Obras Complementares das Ruas 17-João Tozini e 144-Arturo Menestrina, (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários), no Município de Corupá, conforme memorial descritivo, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo, ficando assim determinado:

Onde se lê:

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO:

4.1. O preço do contrato tem como certo e ajustado o valor global da proposta de R\$ 244.262,35 (Duzentos e quarenta e quatro mil e duzentos e sessenta e dois reais e trinta e cinco centavos), correspondente ao objeto total descrito e caracterizado na cláusula primeira do presente instrumento.

Leia-se:

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO:

4.1. O preço do contrato tem como certo e ajustado o valor global da proposta de R\$ 247.262,35 (Duzentos e Quarenta e Sete Mil e Duzentos e Sessenta e Dois Reais e Trinta e Cinco Centavos), correspondente ao objeto total descrito e caracterizado na cláusula primeira do presente instrumento.

Corupá, 02 de junho de 2016.

JOSIMAR CALDEIRA

Presidente da Comissão de Licitação.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - JANEIRO A ABRIL 2016/ BIMESTRE MARÇO-ABRIL

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.034.123,60	47.034.123,60	6.787.742,52	14,43	13.374.448,55	33.659.675,05
RECEITAS CORRENTES	39.736.971,10	39.736.971,10	6.684.561,45	16,82	12.582.963,91	27.154.007,19
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.962.387,36	6.962.387,36	1.831.994,20	26,31	2.205.467,30	4.756.920,06
IMPOSTOS	3.538.165,04	3.538.165,04	1.428.885,31	40,38	1.640.193,81	1.897.971,23
TAXAS	1.499.532,94	1.499.532,94	402.616,72	26,85	564.229,72	935.303,22
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.924.689,38	1.924.689,38	492,17	0,03	1.043,77	1.923.645,61
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	254.677,50	254.677,50	174.298,96	68,44	328.400,50	-73.723,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	254.677,50	254.677,50	174.298,96	68,44	328.400,50	-73.723,00
RECEITA PATRIMONIAL	244.231,31	244.231,31	95.280,66	39,01	163.321,55	80.909,76
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	244.231,31	244.231,31	95.280,66	39,01	163.321,55	80.909,76
RECEITA AGROPECUÁRIA	31.834,69	31.834,69	3.226,72	10,14	7.183,95	24.650,74
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	31.834,69	31.834,69	3.226,72	10,14	7.183,95	24.650,74
RECEITA DE SERVIÇOS	2.106.326,25	2.106.326,25	433.125,61	20,56	832.565,80	1.273.760,45
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.244.461,44	29.244.461,44	4.010.259,75	13,71	8.835.051,68	20.409.409,76
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	28.893.866,44	28.893.866,44	3.991.599,52	13,81	8.796.999,79	20.096.866,65
TRANSF. DE CONV.	350.595,00	350.595,00	18.660,23	5,32	38.051,89	312.543,11
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	893.052,55	893.052,55	136.375,55	15,27	210.973,13	682.079,42
MULTAS E JUROS DE MORA	441.694,56	441.694,56	70.687,21	16,00	95.332,92	346.361,64
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	18.522,00	18.522,00	0,00	0,00	0,00	18.522,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	377.848,80	377.848,80	59.466,57	15,74	104.579,20	273.269,60
RECEITAS DIVERSAS	54.987,19	54.987,19	6.221,77	11,31	11.061,01	43.926,18
RECEITAS DE CAPITAL	7.297.152,50	7.297.152,50	103.181,07	1,41	791.484,64	6.505.667,86
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.100.000,00	1.100.000,00	0,00	0,00	0,00	1.100.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.100.000,00	1.100.000,00	0,00	0,00	0,00	1.100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	275.625,00	275.625,00	0,00	0,00	0,00	275.625,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	165.375,00	165.375,00	0,00	0,00	0,00	165.375,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	110.250,00	110.250,00	0,00	0,00	0,00	110.250,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.866.402,50	5.866.402,50	0,00	0,00	0,00	5.866.402,50
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	5.866.402,50	5.866.402,50	0,00	0,00	0,00	5.866.402,50
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	55.125,00	55.125,00	11.733,57	21,29	15.757,03	39.367,97
OUTRAS RECEITAS	55.125,00	55.125,00	11.733,57	21,29	15.757,03	39.367,97
OUTRAS RECEITAS - CONVÊNIOS	0,00	0,00	90.855,00	0,00	91.744,96	-91.744,96
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	592,50	0,00	14.826,95	-14.826,95

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	47.034.123,60	47.034.123,60	6.787.742,52	14,43	13.374.448,55	33.659.675,05
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	47.034.123,60	47.034.123,60	6.787.742,52	14,43	13.374.448,55	33.659.675,05
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	47.034.123,60	47.034.123,60	6.787.742,52	14,43	13.374.448,55	33.659.675,05
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	224.001,60	—	—	62.701,54	—
Superávit Financeiro	—	224.001,60	—	—	62.701,54	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	47.034.123,60	47.355.467,44	6.733.778,81	13.599.843,71	33.755.623,73	6.301.942,40	11.191.419,35	36.164.048,09	10.755.800,88
DESPESAS CORRENTES	32.851.005,35	33.110.249,19	5.864.544,38	11.913.526,34	21.196.722,85	5.283.498,02	9.931.499,95	23.178.749,24	9.570.235,02
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.429.772,61	17.106.772,61	2.471.478,09	5.256.428,63	11.850.343,98	2.455.876,06	5.237.608,36	11.869.164,25	4.985.513,64
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	441.000,00	441.000,00	19.326,18	48.450,86	392.549,14	19.135,55	39.608,63	401.391,37	39.608,63
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.980.232,74	15.562.476,58	3.173.740,11	6.608.646,85	8.953.829,73	2.808.486,41	4.654.282,96	10.908.193,62	4.545.112,75
DESPESAS DE CAPITAL	13.631.868,25	13.693.965,25	1.069.234,43	1.686.317,37	12.007.650,88	1.018.444,38	1.259.919,40	12.434.048,85	1.185.565,86
INVESTIMENTOS	12.529.368,25	12.591.468,25	908.282,77	1.333.635,34	11.257.832,91	857.556,26	933.407,04	11.658.061,21	859.053,50
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.102.500,00	1.102.500,00	160.951,66	352.682,03	749.817,97	160.888,12	326.512,36	775.987,64	326.512,36
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	551.250,00	551.250,00	0,00	0,00	551.250,00	0,00	0,00	551.250,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	551.250,00	551.250,00	0,00	0,00	551.250,00	0,00	0,00	551.250,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	47.034.123,60	47.355.467,44	6.733.778,81	13.599.843,71	33.755.623,73	6.301.942,40	11.191.419,35	36.164.048,09	10.755.800,88
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	47.034.123,60	47.355.467,44	6.733.778,81	13.599.843,71	33.755.623,73	6.301.942,40	11.191.419,35	36.164.048,09	10.755.800,88
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	47.034.123,60	47.355.467,44	6.733.778,81	13.599.843,71	33.755.623,73	6.301.942,40	11.191.419,35	36.164.048,09	10.755.800,88
SUPERÁVIT (XIII)									
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	47.034.123,60	47.355.467,44	6.733.778,81	13.599.843,71	33.755.623,73	6.301.942,40	11.191.419,35	36.164.048,09	10.755.800,88

FONTE:

Corupá, 02/06/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPALFERNANDO GEAN LUNELLI
SECRETARIO DE ADM E FAZENDADILVANE KUHIL KLABUNDE
CONTADORAVALQUIRIA MICHALACK
RESP. CONTROLE INTERNO

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	47.034.123,60	47.355.467,44	6.733.779,81	13.599.843,71	100,00	6.301.942,40	11.191.419,35	36,1
Ação Legislativa	1.260.000,00	1.260.000,00	176.333,86	324.447,22	2,39	178.562,21	324.447,22	9
Administração	1.260.000,00	1.260.000,00	176.333,86	324.447,22	2,39	178.562,21	324.447,22	9
Administração Geral	4.198.321,04	4.198.321,04	628.245,15	1.372.100,73	10,09	656.892,55	1.163.272,38	3,0
Comunicação Social	4.143.196,04	4.143.196,04	617.501,67	1.356.629,67	9,98	651.143,01	1.154.328,53	2,9
Segurança Pública	55.125,00	55.125,00	10.743,48	15.471,06	0,11	5.749,54	8.943,85	0,08
Policimento	1.089.562,50	1.235.393,70	18.383,78	91.056,37	0,67	41.487,02	66.089,53	0,59
Defesa Civil	41.895,00	80.887,95	6.992,19	37.900,23	0,28	10.558,11	34.705,42	0,31
Assistência Social	1.047.667,50	1.154.505,75	11.391,59	53.156,14	0,39	1.101.349,61	31.384,11	0,28
Assistência ao Idoso	931.612,50	966.859,06	127.817,87	351.841,45	2,59	138.250,56	283.110,63	2,53
Assistência à Criança e ao Adolescente	44.100,00	44.100,00	1.211,48	1.211,48	0,01	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	253.575,00	253.575,00	31.843,78	76.474,00	0,56	39.861,34	49.929,84	0,45
Saúde	633.937,50	669.184,06	94.762,61	274.155,97	2,02	98.389,22	233.180,79	2,08
Atenção Básica	6.767.479,72	6.810.403,56	1.175.524,07	2.693.346,13	19,80	1.061.220,53	2.174.812,34	19,43
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.231.498,68	6.231.498,68	1.078.684,11	2.518.481,63	18,52	1.007.799,35	2.077.583,74	18,56
Suporte Profilático e Terapêutico	244.755,00	244.755,00	51.682,79	86.959,61	0,64	25.227,69	52.796,06	0,47
Vigilância Sanitária	200.600,54	200.600,54	34.895,42	63.637,68	0,47	19.690,22	26.237,88	0,23
Vigilância Epidemiológica	29.767,50	72.691,34	5.045,80	17.141,28	0,13	4.072,20	13.660,58	0,12
Trabalho	60.858,00	60.858,00	5.215,95	7.125,93	0,05	4.431,07	4.534,08	0,04
Empregabilidade	11.025,00	11.025,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	11.025,00	11.025,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	15.452.502,20	15.452.502,20	1.723.404,00	3.531.068,40	25,96	1.570.300,98	3.039.062,62	27,16
Ensino Fundamental	332.569,12	332.569,12	101.852,42	195.821,03	1,44	58.455,40	66.680,15	0,60
Ensino Superior	11.695.578,45	11.695.578,45	1.256.029,65	2.496.238,98	18,35	1.149.468,77	2.154.141,89	19,25
Educação Infantil	44.100,00	44.100,00	3.173,95	8.104,96	0,06	4.321,96	6.887,21	0,06
Educação de Jovens e Adultos	3.270.004,63	3.270.004,63	362.347,98	830.903,43	6,11	358.054,85	811.353,37	7,25
Educação Especial	55.125,00	55.125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	55.125,00	55.125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	66.150,00	66.150,00	1.700,00	18.250,00	0,13	16.300,00	16.800,00	0,15
	66.150,00	66.150,00	1.700,00	18.250,00	0,13	16.300,00	16.800,00	0,15

C

R\$ 1,00

DO
(a-d)

64.048,09
35.552,78
35.552,78
35.048,66
88.867,51
46.181,15
69.304,17
46.182,53
23.121,64
83.748,43
44.100,00
03.645,16
36.003,27
35.591,22
53.914,94
91.958,94
74.362,66
59.030,76
56.323,92
11.025,00
11.025,00
13.439,58
65.888,97
41.436,56
37.212,79
58.651,26
55.125,00
55.125,00
49.350,00
49.350,00

ontinua 1/3

Conti

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Urbanismo	47.034.123,60	47.355.467,44	6.733.778,81	13.599.843,71	33.755.623,73	6.301.942,40	11.191.419,35	36,1
Infra-Estrutura Urbana	10.692.333,64	10.692.333,64	1.779.793,24	3.129.414,06	7.562.919,58	1.617.351,80	2.271.742,43	8,4
Serviços Urbanos	4.733.411,25	4.733.411,25	741.064,30	1.075.945,72	3.657.465,53	665.985,79	705.935,42	4,0
Habitação	5.958.922,39	5.958.922,39	1.038.728,94	2.053.468,34	3.905.454,05	951.366,01	1.566.807,01	4,3
Habitação Urbana	154.350,00	154.350,00	0,00	0,00	154.350,00	0,00	0,00	1
Saneamento	154.350,00	154.350,00	0,00	0,00	154.350,00	0,00	0,00	1
Saneamento Básico Urbano	2.183.832,00	2.183.832,00	556.441,34	977.506,08	1.206.325,92	525.910,31	900.035,35	8,04
Gestão Ambiental	88.200,00	88.200,00	23.196,59	46.786,59	41.413,41	22.081,28	33.383,28	0,30
Preservação e Conservação Ambiental	88.200,00	88.200,00	23.196,59	46.786,59	41.413,41	22.081,28	33.383,28	0,30
Agricultura	1.016.475,00	1.016.475,00	86.689,02	186.251,17	830.223,83	91.709,01	163.352,38	1,46
Extensão Rural	1.016.475,00	1.016.475,00	86.689,02	186.251,17	830.223,83	91.709,01	163.352,38	1,46
Energia	287.752,50	385.094,74	169.589,62	287.578,07	97.516,67	120.663,47	235.204,48	2,10
Energia Elétrica	287.752,50	385.094,74	169.589,62	287.578,07	97.516,67	120.663,47	235.204,48	2,10
Desporto e Lazer	684.652,50	684.652,50	83.682,43	183.664,55	500.987,95	78.489,01	148.585,72	1,33
Desporto Comunitário	684.652,50	684.652,50	83.682,43	183.664,55	500.987,95	78.489,01	148.585,72	1,33
Encargos Especiais	1.598.625,00	1.598.625,00	182.977,84	406.532,89	1.192.092,11	182.723,67	371.520,99	3,32
Serviço da Dívida Interna	1.543.500,00	1.543.500,00	180.277,84	401.132,89	1.142.367,11	180.023,67	366.120,99	3,27
Outras Transferências	55.125,00	55.125,00	2.700,00	5.400,00	49.725,00	2.700,00	5.400,00	0,05

C

inuação 2/3

DO (a-d)

64.048,09
20.591,21
27.475,83
93.115,38
54.350,00
54.350,00
83.796,65
83.796,65
54.816,72
54.816,72
53.122,62
53.122,62
49.890,26
49.890,26
36.066,78
36.066,78
27.104,01
77.379,01
49.725,00

ontinua 2/3

Conti

Município de Corupá - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.034.123,60	47.355.467,44	6.733.776,81	13.599.843,71	33.755.623,73	6.301.942,40	100,00	36,1
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	551.250,00	551.250,00	0,00	0,00	551.250,00	0,00	0,00	5
TOTAL (II) = (I + II)	47.034.123,60	47.355.467,44	6.733.776,81	13.599.843,71	33.755.623,73	6.301.942,40	100,00	36,1

FONTE:

Corupá, 02/06/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

FERNANDO GEAN LUNELLI
SECRETARIO DE ADM E FAZENDA

VALQUIRIA MICHALACK
RESP. CONTROLE INTERNO

DILVANE KUHLL KLABUNDE
CONTADORA

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

inuação 3/3

DO
(a-d)

64.048,09

51.250,00

64.048,09

Município de Canguçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
ESPECIFICAÇÃO		Maio/2015	Jun/2015	Jul/2015	Agô/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	TOTAL (ULT. 12 MESES)	RS 1,00
RECEITAS CORRENTES (I)		3.295.951,69	3.052.118,06	3.131.933,24	2.905.263,04	2.793.944,29	3.013.640,39	2.659.930,08	3.847.024,99	2.883.163,22	3.208.227,76	3.846.096,12	2.987.727,10	37.690.034,98	40.009.031,04
RECEITA TRIBUTÁRIA		252.496,93	298.802,00	467.950,91	244.929,08	264.342,63	264.105,20	207.355,73	447.528,27	176.574,96	106.898,14	1.436.346,89	393.647,31	4.642.985,05	6.962.387,36
IPTU		46.089,79	46.250,08	39.510,45	39.776,62	36.136,71	9.022,29	7.285,87	19.016,83	128,00	1.278,14	877.532,10	67.240,66	1.088.237,64	1.479.132,22
IRPJ		3.239,22	1.582,62	207.946,60	10.599,60	3.072,07	15,00	1.467,89	17.635,21	10,95	1.254,75	103.853,63	76.094,09	582.702,13	418.712,96
I.S.S.		87.989,90	110.735,69	101.381,89	92.347,89	106.431,14	115.887,98	88.908,75	99.881,67	71.827,50	87.219,16	132.281,17	116.073,66	1.211.546,40	1.299.949,82
I.T.B.I.		30.483,26	44.363,03	22.296,00	14.829,44	22.455,30	46.760,00	17.494,40	35.678,00	27.320,00	22.272,00	27.090,00	28.280,00	339.284,53	340.680,04
Outras Receitas Tributárias		84.714,66	85.870,38	96.833,97	87.415,23	96.246,41	92.519,93	92.208,82	119.314,46	77.200,51	84.874,09	297.619,99	105.488,90	1.320.197,35	3.424.222,32
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		26.399,69	14.857,18	15.590,09	20.946,79	15.298,60	74.370,01	69.201,79	76.747,70	79.699,51	74.462,03	76.005,64	98.283,32	643.532,55	254.677,50
RECEITA PATRIMONIAL		25.959,15	29.786,25	26.578,76	25.866,51	25.649,10	25.832,46	24.855,14	28.033,01	18.791,10	25.109,81	29.756,88	30.953,15	319.171,32	215.290,68
RECEITA AGROPECUÁRIA		1.132,19	1.757,71	2.452,10	2.064,88	2.492,63	2.264,52	2.435,09	2.493,59	651,63	3.305,60	1.464,16	1.762,56	24.232,66	31.834,69
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		204.578,14	189.917,03	206.072,96	192.976,70	196.096,05	212.955,08	193.000,73	296.098,95	194.536,12	204.902,07	231.247,02	201.878,99	2.524.441,44	2.106.326,25
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.697.355,10	2.492.544,77	2.372.851,81	2.275.748,76	2.237.385,77	2.378.119,18	2.237.922,99	2.937.188,40	2.380.535,94	2.661.384,49	2.016.062,97	2.178.029,18	28.947.105,26	29.545.462,01
Conta-Parte do FPM		985.696,66	857.647,31	635.090,94	742.748,18	619.233,77	704.790,67	795.763,99	915.037,27	899.535,16	1.088.532,28	661.194,76	796.018,59	9.661.246,58	11.323.887,75
Conta-Parte do ICMS		666.613,56	666.619,00	672.970,52	646.458,82	674.735,32	697.869,12	701.858,37	685.170,27	817.475,03	666.603,22	674.179,42	693.168,68	8.392.517,33	10.001.764,24
Conta-Parte do IRPJ		116.094,12	121.199,76	137.455,02	138.813,88	124.970,40	112.178,63	71.299,46	51.693,22	57.205,75	87.514,64	119.044,43	109.873,93	1.248.482,94	1.508.943,00
Outras Transferências Correntes		33,81	13,03	19,92	77,89	1.597,75	14.505,65	635,41	719,76	623,74	621,05	6.810,65	286,27	25.945,13	37.854,34
Transferências de LC 61/196		347.596,47	333.532,37	435.892,30	242.195,31	334.233,70	336.077,34	252.645,55	764.388,31	20.920,71	259.640,05	20.276,93	27.928,81	3.274.307,85	381.183,86
Transferências do FUNDEB		10.992,95	10.470,81	9.645,71	10.263,50	10.234,36	11.870,98	10.815,52	10.679,89	0,00	0,00	0,00	0,00	84.975,52	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		2.909,64	2.909,64	2.909,64	2.909,64	2.909,64	2.909,64	2.909,64	2.909,64	2.945,61	2.945,61	2.945,61	2.945,61	34.661,16	49.314,62
DEDUÇÕES (II)		526.437,69	500.192,65	478.887,56	462.297,24	469.470,63	498.116,75	491.596,75	506.610,04	611.823,94	566.627,64	533.711,17	557.899,69	6.223.967,85	6.241.914,00
Ded. Rec. p/ Form. do FUNDEB - ICMS Dexas - LC 87/96		362.082,01	331.181,62	291.000,20	307.672,24	296.154,09	308.203,81	316.073,92	332.659,50	32.411,96	42.185,62	53.212,56	83.162,99	588.598,70	893.152,55
Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB		59.100,49	34.844,12	38.463,61	42.764,32	52.709,31	55.383,94	34.557,71	59.999,07	32.411,96	42.185,62	53.212,56	83.162,99	588.598,70	893.152,55
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		2.897.461,64	2.721.918,20	2.644.485,00	2.498.202,76	2.508.372,16	2.706.016,54	2.544.438,12	3.514.947,46	2.532.179,72	2.838.161,96	3.554.485,63	2.668.422,99	33.825.684,17	35.411.986,40

FONTE:

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	5.743.949,39	5.578.325,15	5.417.437,03
DEDUÇÕES (II)	4.522.677,00	5.893.090,13	6.060.339,41
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.094.428,02	6.428.036,13	6.489.461,86
Demais Haveres Financeiros	25.091,02	25.091,02	25.091,02
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	596.842,04	560.037,02	454.213,47
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.221.272,39	-314.764,98	-642.902,38
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	1.221.272,39	-314.764,98	-642.902,38

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2016 (C - A)
VALOR	-328.137,40	-1.864.174,77

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	550.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Corupá, 02/06/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

FERNANDO GEAN LUNELLI
SECRETARIO DE ADM E FAZENDA

DILVANE KUH LKLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALACK
RESP. CONTROLE INTERNO

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
	7.297.152,50	791.484,64	808.816,60
	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	39.492.739,79	12.419.642,36	11.503.789,53
Receita Tributária	6.962.387,36	2.205.467,30	1.976.166,46
I.P.T.U.	1.479.213,22	946.176,90	888.540,65
I.S.S.	1.299.549,82	407.901,49	497.241,07
I.T.B.I.	340.689,04	104.932,00	86.397,13
I.R.R.F.	418.712,96	181.183,42	4.856,00
Outras Receitas Tributárias	3.424.222,32	565.273,49	499.131,61
Receita de Contribuição	254.677,50	328.400,50	86.071,90
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	254.677,50	328.400,50	86.071,90
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	244.231,31	163.321,55	106.277,56
(-) Aplicações Financeiras	244.231,31	163.321,55	106.277,56
Transferências Correntes	29.244.461,44	8.835.051,68	8.499.954,41
F.P.M.	9.059.110,20	2.724.224,73	2.850.244,91
I.P.V.A	1.207.634,40	299.070,97	291.666,04
I.C.M.S.	8.001.411,39	2.281.139,83	2.292.192,00
Convênios	350.595,00	38.051,89	44.640,97
Outras Transferências Correntes	10.625.710,45	3.492.564,26	3.021.210,49
Demais Receitas Correntes	3.031.213,49	1.050.722,88	941.596,76
Dívida Ativa	377.848,80	104.579,20	93.524,45
Diversas Receitas Correntes	2.653.364,69	946.143,68	848.072,31
RECEITAS DE CAPITAL (II)	7.297.152,50	791.484,64	808.816,60
Operações de Crédito (III)	1.100.000,00	0,00	349.366,05
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	275.625,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	5.866.402,50	669.155,70	92.222,62
Convênios	5.866.402,50	313.025,00	92.222,62
Outras Transferências de Capital	0,00	356.130,70	0,00
Outras Receitas de Capital	55.125,00	122.328,94	367.227,93
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	5.921.527,50	791.484,64	459.450,55
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	45.414.267,29	13.211.127,00	11.963.240,08

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES (VIII)	33.110.249,19	11.913.526,34	10.969.817,39	9.931.499,95	9.668.554,22
Pessoal e Encargos Sociais	17.106.772,61	5.256.428,63	5.473.750,88	5.237.608,36	5.471.908,06
Juros e Encargos da Dívida (IX)	441.000,00	48.450,86	3.519,14	39.608,63	3.356,60
Outras Despesas Correntes	15.562.476,58	6.608.646,85	5.492.547,37	4.654.282,96	4.193.289,56
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	32.669.249,19	11.865.075,48	10.966.298,25	9.891.891,32	9.665.197,62
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	13.693.968,25	1.686.317,37	3.421.978,88	1.259.919,40	1.779.938,85
Investimentos	12.591.468,25	1.333.635,34	3.361.049,20	933.407,04	1.723.923,56
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.102.500,00	352.682,03	60.929,68	326.512,36	56.015,29
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	12.591.468,25	1.333.635,34	3.361.049,20	933.407,04	1.723.923,56
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	551.250,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	45.811.967,44	13.198.710,82	14.327.347,45	10.825.298,36	11.389.121,18

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XV/III)	-397.700,15	12.416,18	-2.364.107,37	2.385.828,64	574.118,90
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	62.701,54	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	62.701,54	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-76.356,31

Corupá, 02/06/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

FERNANDO GEAN LUNELLI
SECRETARIO DE ADM E FAZENDA

DILVANE KUHL KLABUNDE
CONTADORA

VALQUIRIA MICHALACK
RESP. CONTROLE INTERNO

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	9.750,00	587.092,04	587.012,04	-	9.830,00	257.452,04	700.944,75	549.625,79	14.235,65	394.535,35	404.365,35
EXECUTIVO	9.750,00	587.092,04	587.012,04	0,00	9.830,00	257.452,04	700.944,75	549.625,79	14.235,65	394.535,35	404.365,35
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	9.750,00	587.092,04	587.012,04	0,00	9.830,00	252.254,47	699.476,53	548.412,61	14.235,65	388.082,74	388.912,74
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.037,12	19.464,84	0,00	7.572,28	7.572,28
GABINETE DO PREFEITO	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00	0,00	191,14	191,14	0,00	0,00	400,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	15.645,56	15.645,56	0,00	0,00	67.229,47	209.500,73	173.209,78	0,00	112.285,42	112.285,42
SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL, TRABALHO E H/	0,00	20.543,31	20.543,31	0,00	0,00	0,00	26.935,61	26.840,61	0,00	95,00	95,00
SECRETARIA DE DESENV. RURAL E MEIO AMBIEN	0,00	16.378,94	16.298,94	0,00	80,00	0,00	13.901,34	4.734,71	0,00	9.166,63	9.246,63
SECRETARIA DE IND. COM. TUR. ESP. E LAZER	9.350,00	23.092,97	23.092,97	0,00	9.350,00	7.111,75	40.193,10	11.693,15	0,00	36.611,70	44.961,70
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	0,00	96.296,52	96.296,52	0,00	0,00	23.077,12	153.267,79	119.771,29	100,00	56.473,62	56.473,62
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	91.901,94	91.901,94	0,00	0,00	8.999,82	125.232,41	105.893,41	13.899,00	14.499,82	14.499,82
SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	323.232,80	323.232,80	0,00	0,00	145.896,31	103.157,29	95.378,68	236,65	153.378,27	153.378,27
AGUAS DE CORUPÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.197,57	1.468,22	1.213,18	0,00	5.452,61	5.452,61
AGUAS DE CORUPÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.197,57	1.468,22	1.213,18	0,00	5.452,61	5.452,61
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	9.750,00	587.092,04	587.012,04	0,00	9.830,00	257.452,04	700.944,75	549.625,79	14.235,65	394.535,35	404.365,35

FONTE:

Corupá, 02/06/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPALFERNANDO GEAN LUNELLI
SECRETARIO DE ADM E FAZENDADILVANE KÜHL KLABUNDE
CONTADORIAVALQUIRIA MICHALACK
RESP. CONTROLE INTERNO

Município de Corupá - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)		R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)		0,00	1.100.000,00
DESPESAS			
DESPESAS DE CAPITAL	13.693.968,25	1.259.919,40	12.007.650,88
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	13.693.968,25	1.259.919,40	12.007.650,88
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-12.593.968,25	-	-10.907.650,88

FONTE:

Corupá, 02/06/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI PREFEITO MUNICIPAL	FERNANDO GEAN LUNELLI SECRETARIO DE ADM E FAZENDA	DILVANE KUHIL KLABUNDE CONTADORA
VALQUIRIA MICHALACK RESP. CONTROLE INTERNO		

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	275.625,00	0,00	275.625,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	110.250,00	0,00	110.250,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	165.375,00	0,00	165.375,00
TOTAL	275.625,00	0,00	275.625,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	275.625,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	275.625,00
Investimentos	275.625,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	275.625,00
TOTAL	275.625,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	275.625,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00		0,00

FONTE:

Corupá, 02/06/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPALFERNANDO GEAN LUNELLI
SECRETARIO DE ADM E FAZENDADILVANE KUHIL KLABUNDE
CONTADORAVALQUIRIA MICHALACK
RESP: CONTROLE INTERNO

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	3.809.049,29	3.809.049,29	1.730.135,82	45,42
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.479.213,22	1.479.213,22	948.919,44	64,15
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	340.689,04	340.689,04	104.932,00	30,80
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.299.549,82	1.299.549,82	407.901,49	31,39
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	411.304,16	411.304,16	176.035,86	42,80
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	11.692,01	11.692,01	6.878,11	58,83
Dívida Ativa dos Impostos	172.023,08	172.023,08	59.973,42	34,86
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	94.577,96	94.577,96	25.495,50	26,96
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	23.083.852,84	23.083.852,84	6.692.588,26	28,99
Cota-Parte FPM	11.323.887,75	11.323.887,75	3.405.280,79	30,07
Cota-Parte ITR	37.854,34	37.854,34	8.341,71	22,04
Cota-Parte IPVA	1.509.543,00	1.509.543,00	373.838,35	24,77
Cota-Parte ICMS	10.001.764,24	10.001.764,24	2.851.424,35	28,51
Cota-Parte IPI-Exportação	161.488,69	161.488,69	42.320,62	26,21
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	49.314,82	49.314,82	11.382,44	23,08
Desoneração ICMS (LC 87/96)	49.314,82	49.314,82	11.382,44	23,08
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	26.892.902,13	26.892.902,13	8.422.724,08	31,32

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.627.566,29	1.627.566,29	456.664,49	28,06
Provenientes da União	1.627.566,29	1.627.566,29	456.664,49	28,06
RECITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.788,13	5.788,13	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.633.354,42	1.633.354,42	456.664,49	27,96

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	5.764.894,92	5.802.818,76	2.662.691,73	45,89	2.145.519,82	36,97
Pessoal e Encargos Sociais	3.305.923,13	2.925.923,13	1.048.161,72	35,82	1.035.167,80	35,38
Outras Despesas Correntes	2.458.971,79	2.876.895,63	1.614.530,01	56,12	1.110.352,02	38,60
DESPESAS DE CAPITAL	982.594,80	987.584,80	23.845,00	2,41	23.845,00	2,41
Investimentos	982.594,80	987.584,80	23.845,00	2,41	23.845,00	2,41

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	982.594,80	987.594,80	23.845,00	2,41	23.845,00	2,41
Investimentos	982.594,80	987.594,80	23.845,00	2,41	23.845,00	2,41
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	6.747.479,72	6.790.403,56	2.686.536,73	39,56	2.169.364,82	31,95
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.499.528,79	2.542.452,63	779.948,48	29,03	610.688,11	28,15
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.499.528,79	2.542.452,63	779.948,48	29,03	610.688,11	28,15
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.499.528,79	2.542.452,63	779.948,48	29,03	610.688,11	28,15
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	4.247.950,93	4.247.950,93	1.906.588,25	70,97	1.558.676,71	71,85
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						18,51
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						295,268,10

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA							
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE			
Inscritos em 2015	197.796,35	103.095,22	94.700,13	0,00			
Inscritos em 2013	8.999,82	0,00	8.999,82	0,00			
TOTAL	206.795,17	103.899,00	103.699,95	0,00			
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º							
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
0,00		0,00		0,00			
0,00		0,00		0,00			
0,00		0,00		0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26							
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
-		-		-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)							
DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até Bimestre (l)	% (l/total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/total m)*100
6.231.498,68		6.231.498,68		2.518.481,63	93,51	2.077.583,74	95,53
244.755,00		244.755,00		86.959,61	3,23	52.796,06	2,43
200.600,54		200.600,54		63.637,68	2,36	26.237,88	1,21
29.767,50		72.691,34		17.141,28	0,64	13.660,58	0,63
60.858,00		60.858,00		7.125,93	0,26	4.534,08	0,21
6.767.479,72		6.810.403,56		2.693.346,13	100,00	2.174.812,34	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite atual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(i+i)] - (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Corupá - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Corupá, 02/06/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPALFERNANDO GEAN LUNELLI
SECRETARIO DE ADM E FAZENDADILVANE KUHLL KLABUNDE
CONTADORAVALQUIRIA MICHALACK
RESP. CONTROLE INTERNO

Município de Corupá - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	47.034.123,60
Previsão Atualizada		—	47.034.123,60
Receitas Realizadas		6.787.742,52	13.374.448,55
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	62.701,54
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	47.034.123,60
Créditos Adicionais		—	321.343,84
Dotação Atualizada		—	47.355.467,44
Despesas Empenhadas		6.733.778,81	13.599.843,71
Despesas Liquidadas		6.301.942,40	11.191.419,35
Superavit Orçamentário		—	2.183.029,20
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		6.733.778,81	13.599.843,71
Despesas Liquidadas		6.301.942,40	11.191.419,35
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			33.825.684,17
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		550.000,00	-1.864.174,77
Resultado Primário		-76.356,31	2.385.828,64
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	958.396,79	14.235,65	549.625,79
EXECUTIVO	958.396,79	14.235,65	549.625,79
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	596.842,04	0,00	587.012,04
EXECUTIVO	596.842,04	0,00	587.012,04
TOTAL:	1.555.238,83	14.235,65	1.136.637,83
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.015.292,99	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.550.356,18	60%
Liquidadas		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.100.000,00
Despesa de Capital Líquida		1.259.919,40	12.434.048,85

Continua 1/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA					2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)					0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)					0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)					0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	275.625,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00	275.625,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Limite Constitucional Anual	
					% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde					15,00	18,51
Liquidadas					0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados					0,00	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)					0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Corupá, 02/06/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI PREFEITO MUNICIPAL	FERNANDO GEAN LUNELLI SECRETARIO DE ADM E FAZENDA	DILVANE KUHL KLABUNDE CONTADORA
--	--	------------------------------------

VALQUIRIA MICHALACK
RESP. CONTROLE INTERNO

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

DECRETO Nº 023/2016

DECRETO nº 23 de 20 de maio de 2016.

Dispõe sobre desmembramento de área urbana.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei Federal nº 6.766/79 e na Lei Complementar nº 125, de 30/09/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terras urbanas de um imóvel de propriedade de Erasmo Nones, CPF nº 624.280.559-68 e RG nº 2.023.609-3-SSP/SC, casado com Simoni Mércia Mesch Nones, CPF nº 682.523.159-68; contendo uma área de 4.570,00m² (quatro mil, quinhentos e setenta metros quadrados), conforme planta projeto e documentação apresentada pelo proprietário.

Art. 2º - O desmembramento aprovado por este decreto provém terreno urbano com área de 4.570,00m² (quatro mil, quinhentos e setenta metros quadrados), matrícula nº 5355, Livro nº2, 2º Ofício da Comarca de Timbó SC; localizado no lado ímpar da Rua Aderbal Ramos da Silva, distante a partir do vértice da frente com o lado esquerdo do imóvel, segue pelo lado ímpar da mesma 64.80m até a esquina que esta faz com lado ímpar do Beco Olívio Bertoldi, Centro, município de Doutor Pedrinho/SC.

Parágrafo Único - Do referido imóvel será desmembrado um lote e restando uma área remanescente abaixo descrito.

I - Lote nº 1: Terreno urbano com área de 845,00m² (oitocentos e quarenta e cinco metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Aderbal Ramos da Silva, distante a partir do vértice da frente com o lado esquerdo do imóvel, segue pelo lado ímpar da mesma 97,10m até a esquina que esta faz com lado ímpar do Beco Olívio Bertoldi, centro, município de Doutor Pedrinho – SC, com as seguintes confrontações: Inicia-se esta descrição no marco M1 vértice da frente com o lado esquerdo do imóvel segue em direção ao lado direito em linha reta com ângulo interno de 90°16'32" e distância de 22.50m confrontando com o Lado ímpar da Rua Aderbal Ramos da Silva, até o marco M2, sendo esta a Frente; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 89°43'28" de 18.45m, até o marco M3; deste ponto segue defletindo a esquerda em linha reta com ângulo interno de 207°35'52" e distância de 13.82m até o marco M4; deste ponto segue defletindo a esquerda em linha reta com ângulo interno de 189°16'29" e distância de 4.70m até o marco M5, ambas confrontando com terras de Nelson Nicolau Viviani (Matricula nº: 2938, livro 2 do Of. Com. de Timbó/SC), sendo este o Lado Direito; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 53°24'11" e distância de 31.72m, até o marco M6, confrontando com terras da área remanescente de Erasmo Nones (Matricula nº: 5355, livro 2 do Of. Com. de Timbó/SC), sendo este os Fundos; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 89°43'28" e distância de 34.50m confrontando com terras da área remanescente de Erasmo Nones (Matricula nº: 5355, livro 2 do Of. Com. de Timbó/SC), até o marco M1 início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

II - Área remanescente: Terreno urbano com área de 3.725,00m² (três mil, setecentos e vinte e cinco metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Aderbal Ramos da Silva, distante a partir do vértice da frente com o lado esquerdo do imóvel, segue pelo

lado ímpar da mesma 64.80m até a esquina que esta faz com lado ímpar do Beco Olívio Bertoldi, centro, cidade de Doutor Pedrinho – SC, com as seguintes confrontações: Inicia-se esta descrição no marco M1 vértice da frente com o lado esquerdo do imóvel segue em direção ao lado direito em linha reta com ângulo interno de 89°37'13" e distância de 32.30m confrontando com o Lado ímpar da Rua Aderbal Ramos da Silva, até o marco M2, sendo esta a Frente; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 89°43'28" de 34.50m, até o marco M3; deste ponto segue defletindo a esquerda em linha reta com ângulo interno de 270°16'32" e distância de 31.72m até o marco M4, ambas confrontando com terras do lote nº 1 á desmembrar de Erasmo Nones (Matricula nº: 5355, livro 2 do Of. Com. de Timbó/SC), deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 126°35'49" de 36.60m, até o marco M5, confrontando com terras de Nelson Nicolau Viviani (Matricula nº: 2938, livro 2 do Of. Com. de Timbó/SC), sendo este o Lado Direito; deste ponto segue defletindo a direita em linha sinuosa com ângulo interno de 57°56'22" e distância de 86.66m, até o marco M6, confrontando com a margem direita do Rio Benedito, sendo este os Fundos; deste ponto segue defletindo a direita em linha reta com ângulo interno de 85°50'36" e distância de 72.35m confrontando com terras de Tânia Maria Stollmeier e Vera Lucia Stollmeier Wersdoerfer (Matricula nº: 5369, livro 2 do Of. Com. de Timbó/SC), até o marco M1 início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo. Dita área é gravada com APP – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE composta por uma faixa de 30,00m de largura, ao longo da margem direita do Rio Benedito Novo com 2.285,24m² (dois mil duzentos e oitenta e cinco metros e vinte e quatro décímetros quadrados); Conforme Lei Municipal Complementar nº 125 de 30 de setembro de 2014.

Art. 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas as exigências a que está sujeito conforme determina a legislação e sua regulamentação.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 20 de maio de 2016 28º ano de Fundação; 26º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado de forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, 20 de maio de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade

DECRETO Nº 024/2016

DECRETO nº 024 de 20 de maio de 2016.

Dispõe sobre desmembramento de área urbana.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei Federal nº 6.766/79 e na Lei Complementar nº 125, de 30/09/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terras urbanas de

um imóvel de propriedade de Aristides Buzzi CPF: 146.759.439-34 e Ersilia Buzzi CPF: 004.160.119-00; contendo uma área de 355.462,70 m² (trezentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e sessenta e dois metros e setenta decímetros quadrados), conforme planta projeto e documentação apresentada pelo proprietário.

Art. 2º - O desmembramento aprovado por este decreto provém terreno urbano com área de 355.462,70 m² (trezentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e sessenta e dois metros e setenta decímetros quadrados), matrícula nº 5.865, Livro nº2, 2º Ofício da Comarca de Timbó SC; localizado no lado ímpar da Rua Santa Catarina, distando pelo seu lado direito 1.518,72 metros da esquina com o lado par da Rua Blumenau, Centro, município de Doutor Pedrinho/SC.

Parágrafo Único - Do referido imóvel são desmembrados nove lotes e restando uma área remanescente abaixo descrito.

I - Lote nº01: Terreno urbano, localizado no lado ímpar da Rua Santa Catarina, município de Doutor Pedrinho-SC., distando de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel, 1.583,51 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau, com a área de 713,37m² (setecentos e treze metros e trinta e sete decímetros quadrados). Iniciando em um ponto localizado na interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel denominado (P1), segue pela Frente, com ângulo interno de 82º40'52", e distância de 37,00 metros, confrontando com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, até o vértice (P2); defletindo a esquerda, segue pelo Lado Esquerdo, com ângulo interno de 98º18'02", e distância de 17,13 metros, confrontando com o lote nº02 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P3); defletindo à esquerda, segue pelos Fundos, com ângulo interno de 88º39'40", e distância de 37,00 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P4; defletindo a esquerda, segue pelo Lado Direito, com ângulo interno de 90º21'26", e distância de 21,60 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P1, início desta descrição, com uma distância perimetral de 112,73 metros.

II - Lote nº02: Terreno urbano, localizado no lado ímpar da Rua Santa Catarina, município de Doutor Pedrinho-SC., distando de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel, 1.620,51 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau, com a área de 490,00m² (quatrocentos e noventa metros quadrados). Iniciando em um ponto localizado na interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel denominado (P1), segue pela Frente, com ângulo interno de 86º13'48", e distância de 25,62 metros, confrontando com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, até o vértice (P2); defletindo a esquerda, segue pelo Lado Esquerdo, com ângulo interno de 108º57'37", e distância de 13,98 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P3, defletindo à esquerda, segue pelos Fundos, com ângulo interno de 112º02'55", e distância de 8,31 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P4; defletindo à esquerda, segue com ângulo interno de 138º30'48", e distância de 4,71 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P5, defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 175º34'17", e distância de 18,12 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P6, defletindo a esquerda, segue pelo Lado Direito, com ângulo interno de 98º40'35", e distância de 17,13 metros, confrontando com o lote nº01 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P1, início desta descrição, com uma distância perimetral de 87,87 metros.

III - Lote nº03: Terreno urbano, localizado no lado ímpar da Rua

Santa Catarina, município de Doutor Pedrinho-SC; distando de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel, 1.676,06 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau, com a área de 585,59m² (quinhentos e oitenta e cinco metros e cinquenta e nove decímetros quadrados). Iniciando em um ponto localizado na interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel denominado (P1), segue pela Frente, com ângulo interno de 90º43'52", e distância de 16,58 metros, confrontando com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, até o vértice (P2); defletindo a esquerda, segue pelo Lado Esquerdo, com ângulo interno de 90º05'15", e distância de 34,80 metros, sendo: 29,72 metros confrontando com o lote nº04 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, e 5,08 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P3); defletindo à esquerda, segue pelos Fundos, com ângulo interno de 89º53'02", e distância de 17,08 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P4; defletindo a esquerda, segue pelo Lado Direito, com ângulo interno de 89º17'51", e distância de 34,80 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P1, início desta descrição, com uma distância perimetral de 103,26 metros.

IV - Lote nº04: Terreno urbano, localizado no lado ímpar da Rua Santa Catarina, município de Doutor Pedrinho-SC., distando de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel, 1.692,64 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau, com a área de 474,42m² (quatrocentos e setenta e quatro metros e quarenta e dois decímetros quadrados). Iniciando em um ponto localizado na interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel denominado (P1), segue pela Frente, com ângulo interno de 89º54'45", e distância de 15,00 metros, confrontando com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, até o vértice (P2); defletindo a esquerda, segue pelo Lado Esquerdo, com ângulo interno de 92º45'32", e distância de 30,73 metros, sendo: 26,91 metros confrontando com o lote nº05 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, e 3,82 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P3); defletindo à esquerda, segue pelos Fundos, com ângulo interno de 83º50'58", e distância de 16,46 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P4; defletindo a esquerda, segue pelo Lado Direito, com ângulo interno de 93º28'45", e distância de 29,72 metros, confrontando com o lote nº03 à desmembrar, constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P1, início desta descrição, com uma distância perimetral de 91,91 metros.

V - Lote nº05: Terreno urbano, localizado no lado ímpar da Rua Santa Catarina, município de Doutor Pedrinho-SC., distando de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel, 1.707,64 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau, com a área de 527,85m² (quinhentos e vinte e sete metros e oitenta e cinco decímetros quadrados). Iniciando em um ponto localizado na interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel denominado (P1), segue pela Frente, com ângulo interno de 87º14'28", e distância de 19,96 metros, confrontando com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, até o vértice (P2); defletindo a esquerda, segue pelo Lado Esquerdo, com ângulo interno de 87º34'54", e distância de 29,68 metros, confrontando com o lote nº06 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P3); defletindo à esquerda, segue pelos Fundos, com ângulo interno de 83º21'23", e distância de 17,61 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P4; defletindo a esquerda, segue pelo Lado Direito,

com ângulo interno de 101°49'15", e distância de 26,91 metros, confrontando com o lote nº04 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P1, início desta descrição, com uma distância perimetral de 94,16 metros.

VI - Lote nº06: Terreno urbano, localizado no lado ímpar da Rua Santa Catarina, município de Doutor Pedrinho-SC; distando de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel, 1.727,60 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau, com a área de 486,27m² (quatrocentos e oitenta e seis metros e vinte e sete décimos quadrados). Iniciando em um ponto localizado na interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel denominado (P1), segue pela Frente, com ângulo interno de 89°45'10", e distância de 17,43 metros, confrontando com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, até o vértice (P2); defletindo a esquerda, segue pelo Lado Esquerdo, com ângulo interno de 84°42'09", e distância de 31,43 metros, confrontando com o lote nº07 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P3); defletindo à esquerda, segue pelos Fundos, com ângulo interno de 88°54'04", e distância de 14,50 metros, confrontando com o lote nº08 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P4; defletindo a esquerda, segue pelo Lado Direito, com ângulo interno de 96°38'37", e distância de 29,68 metros, confrontando com o lote nº05 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P1, início desta descrição, com uma distância perimetral de 93,04 metros.

VII - Lote nº07: Terreno urbano, localizado no lado ímpar da Rua Santa Catarina, município de Doutor Pedrinho-SC; distando de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel, 1.745,03 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau, com a área de 469,25m² (quatrocentos e sessenta e nove metros e vinte e cinco décimos quadrados). Iniciando em um ponto localizado na interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel denominado (P1), segue pela Frente, com ângulo interno de 84°17'16", e distância de 15,55 metros, confrontando com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, até o vértice (P2); defletindo a esquerda, segue pelo Lado Esquerdo, com ângulo interno de 94°46'15", e distância de 30,18 metros, confrontando com o lote nº08 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P3); defletindo à esquerda, segue pelos Fundos, com ângulo interno de 89°50'34", e distância de 14,97 metros, confrontando com o lote nº08 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P4; defletindo a esquerda, segue pelo Lado Direito, com ângulo interno de 91°05'56", e distância de 31,43 metros, confrontando com o lote nº06 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P1, início desta descrição, com uma distância perimetral de 92,13 metros.

VIII - Lote nº08: Terreno urbano, localizado no lado ímpar da Rua Santa Catarina, município de Doutor Pedrinho-SC, distando de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel, 1.760,58 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau, com a área de 4.077,17m² (quatro mil, setenta e sete metros e dezessete décimos quadrados). Iniciando em um ponto localizado na interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel denominado (P1), segue pela Frente, com ângulo interno de 87°58'39", e distância de 29,80 metros, confrontando com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, até o vértice (P2); defletindo a esquerda, segue pelo Lado Esquerdo, com ângulo interno de 93°05'12", e distância de 82,58 metros, confrontando com o lote nº09 à desmembrar, constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P3, defletindo à esquerda, segue pelos Fundos, com ângulo interno de 89°07'25", e distância

de 59,20 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P4; defletindo à esquerda, segue pelo Lado Direito, com ângulo interno de 91°29'44", e distância de 53,74 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P5, defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 88°09'34", e distância de 29,47 metros, sendo: 14,50 metros, confrontando com o lote nº06 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, e 14,97 metros, confrontando com o lote nº07 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P6, defletindo a direita, segue, com ângulo interno de 270°09'26", e distância de 30,18 metros, confrontando com o lote nº07 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P1, início desta descrição, com uma distância perimetral de 284,97 metros.

IX - Lote nº09: Terreno urbano, localizado no lado ímpar da Rua Santa Catarina, município de Doutor Pedrinho-SC, distando de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel, 1.790,38 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau, com a área de 1.567,38m² (um mil, quinhentos e sessenta e sete metros e trinta e oito décimos quadrados). Iniciando em um ponto localizado na interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel denominado (P1), segue pela Frente, com ângulo interno de 93°31'45", e distância de 14,68 metros, confrontando com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, até o vértice (P2); defletindo a esquerda, segue pelo Lado Esquerdo, com ângulo interno de 92°09'27", e distância de 84,25 metros, confrontando com terras de Cláudio Fronza (matrícula nº5.482), até o vértice (P3); defletindo à esquerda, segue pelos Fundos, com ângulo interno de 83°26'13", e distância de 23,00 metros, confrontando com a área remanescente constante da Matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P4; defletindo a esquerda, segue pelo Lado Direito, com ângulo interno de 90°52'35", e distância de 82,58 metros, confrontando com o lote nº08 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice P1, início desta descrição, com uma distância perimetral de 204,51 metros.

X - Área Remanescente: Terreno urbano, localizado no lado ímpar da Rua Santa Catarina, município de Doutor Pedrinho-SC, distando de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel, 1.518,72 metros da esquina formada com o lado par da Rua Blumenau, com a área de 346.071,40m² (trezentos e quarenta e seis mil, setenta e um metros e quarenta décimos quadrados). Iniciando em um ponto localizado na interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel denominado (P1), segue pela Frente, com ângulo interno de 80°48'24", e distância de 64,79 metros, confrontando com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, até o vértice (P2); defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 95°33'29", e distância de 21,60 metros, confrontando com o lote nº01 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P3); defletindo a direita, segue com ângulo interno de 269°38'34", e distância de 37,00 metros, confrontando com o lote nº01 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P4); defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 172°39'45", e distância de 18,12 metros, confrontando com o lote nº02 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P5); defletindo a direita, segue com ângulo interno de 184°25'43", e distância de 4,71 metros, confrontando com o lote nº02 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P6); defletindo a direita, segue com ângulo interno de 221°29'12", e distância de 8,31 metros, confrontando com o lote nº02 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P7); defletindo a direita, segue com ângulo interno de 247°57'05", e distância de 13,98 metros,

confrontando com o lote nº02 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P8); defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 78°18'21", e distância de 29,93 metros, confrontando com o lado ímpar da Rua Santa Catarina, até o vértice (P9); defletindo a esquerda, segue pelo Lado Esquerdo, com ângulo interno de 93°43'22", e distância de 34,80 metros, confrontando com o lote nº03 à desmembrar, constante da matrícula nº5.865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P10); defletindo a direita, segue com ângulo interno de 270°42'09", e distância de 17,08 metros, confrontando com o lote nº03 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P11); defletindo a direita, segue com ângulo interno de 270°06'58", e distância de 5,08 metros, confrontando com o lote nº03 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P12); defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 86°31'15", e distância de 16,46 metros, confrontando com o lote nº04 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P13); defletindo a direita, segue com ângulo interno de 276°09'02", e distância de 3,82 metros, confrontando com o lote nº04 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P14); defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 78°10'45", e distância de 17,61 metros, confrontando com o lote nº05 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P15); defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 91°50'26", e distância de 53,74 metros, confrontando com o lote nº08 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P16); defletindo a direita, segue com ângulo interno de 268°30'16", e distância de 82,20 metros, sendo: 59,20 metros confrontando com o lote nº08 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, e 23,00 metros, confrontando com o lote nº09 à desmembrar, constante da matrícula nº5865, de propriedade de Aristides Buzzi, até o vértice (P17); defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 96°33'47", e distância de 952,24 metros, sendo: 401,23 metros, confrontando com terras de propriedade de Claércio Fronza (matrícula nº5.482), 373,77 metros, confrontando com terras de propriedade de Paulo Rode Filho (matrícula nº5.485), e 261,49 metros, confrontando com terras de propriedade de Construcon Materiais de Construção Ltda. (matrícula nº4.734), até o vértice (P18); defletindo à esquerda, segue pelos Fundos, com ângulo interno de 59°10'22", e distância de 552,39 metros, sendo: 303,42 metros, confrontando com terras de Olivio Weinfurter (matrícula nº1.189), e 248,97 metros confrontando com terras de Wilson Max Klitzke (matrícula nº4.533), até o vértice (P19); defletindo a esquerda, segue pelo Lado Direito, com ângulo interno de 117°26'40", e distância de 364,57 metros, confrontando com terras de propriedade de Wilson Max Klitzke (matrícula nº3.307), até o vértice (P20); defletindo a esquerda, segue com ângulo interno de 101°35'47", e distância de 149,06 metros, confrontando com terras de propriedade de Aristides Buzzi (matrícula nº6.782), até o vértice (P21); defletindo a direita, segue com ângulo interno de 258°38'38", e distância de 402,52 metros, confrontando com terras de propriedade de Aristides Buzzi (matrícula nº6.7827), até o vértice P1, início desta descrição, com uma distância perimetral de 2.850,01 metros.

Art. 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas as exigências a que está sujeito conforme determina a legislação e sua regulamentação.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 20 de maio de 2016 28º ano de Fundação; 26º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado de forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, 20 de maio de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade

DECRETO Nº 025/2016

DECRETO nº 025 de 20 de maio de 2016.

Dispõe sobre desmembramento de área urbana.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei Federal nº 6.766/79 e na Lei Complementar nº 125, de 30/09/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terras urbanas de um imóvel de propriedade de Osnir José Giacomozzi, CPF nº 309.334.209-00, Juleide Girardi Giacomozzi, CPF nº 523.311.489-53; contendo uma área de 5.866,45 m² (cinco mil oitocentos e sessenta e seis metros e quarenta e cinco décimos quadrados), conforme planta projeto e documentação apresentada pelo proprietário.

Art. 2º - O desmembramento aprovado por este decreto provem terreno urbano com área de 5.866,45 m² (cinco mil oitocentos e sessenta e seis metros quadrados e quarenta e cinco centésimos), matrícula nº 7.201, do Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó; localizado no lado ímpar da Rua Vila Nova, distando pelo lado esquerdo da Rua Vila Nova até o entroncamento da Rua Vila Nova com a Rua Capelão Beil em 111,66 m, Centro, município de Doutor Pedrinho/SC.

Parágrafo Único - Do referido imóvel são desmembrados quatro lotes e não restando área remanescente abaixo descrito.

I - Lote nº01: Terreno urbano com área de 3.098,28 m² (três mil e noventa e oito metros quadrados e vinte e oito centésimos), localizado no lado ímpar da Rua Vila Nova, distando pelo lado esquerdo da Rua Vila Nova (ponto 3) até o entroncamento da Rua Vila Nova com a Rua Capelão Beil em 111,66 m, Centro, município de Doutor Pedrinho/SC. Terreno em forma irregular, com a seguinte descrição: Partindo do ponto 2, em uma linha reta de 57,31 m e azimuth de 108°41'05", com imóvel de Nelo Giacomozzi (matrícula nº 153 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 3, sendo este o lado direito, deste segue em uma linha sinuosa de 66,47 m e azimuth de 22°28'59", com o lado esquerdo da Rua Vila Nova até o ponto 1E, sendo esta a frente, deste segue em linha reta de 55,76 m e azimuth de 271°15'35", sendo 43,51 m com o Lote 2 a desmembrar de Osnir José Giacomozzi (matrícula nº 7.201 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó) e 12,25 m com o Lote 4 a desmembrar de Osnir José Giacomozzi (matrícula nº 7.201 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 1F, sendo este o lado esquerdo, deste segue em linha sinuosa de 52,78 m e azimuth de 167°09'23", com o lado direito da Rua Capelão Beil, até o ponto 2, ponto inicial da descrição, sendo este os fundos.

II - Lote nº02: Terreno urbano com área de 664,16 m² (seiscentos e sessenta e quatro metros e dezesseis décimos quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Vila Nova, distando pelo lado esquerdo da Rua Vila Nova (ponto 1E) até o entroncamento da Rua Vila Nova com a Rua Capelão Beil em 178,13 m, Centro município de Doutor Pedrinho/SC. Terreno em forma irregular, com a

seguinte descrição: Partindo do ponto 1D, em uma linha reta de 43,51 m e azimute de 91°15'35", com Lote 1 a desmembrar de Osnir José Giacomozzi (matrícula nº 7.201 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 1E, sendo este o lado direito, deste segue em uma linha reta de 15,00 m e azimute de 1°00'17", com o lado esquerdo da Rua Vila Nova até o ponto 1C, sendo esta a frente, deste segue em linha reta de 45,06 m e azimute de 271°15'35", com o Lote 3 a desmembrar de Osnir José Giacomozzi (matrícula nº 7.201 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 1B, sendo este o lado esquerdo, deste segue em linha reta de 15,08 m e azimute de 175°08'15", com o Lote 4 a desmembrar de Osnir José Giacomozzi (matrícula nº 7.201 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 1D, ponto inicial da descrição, sendo este os fundos.

III - Lote 03: Terreno urbano com área de 1.252,21 m² (hum mil duzentos e cinquenta e dois metros e vinte e um decímetros quadrados), localizado no lado impar da Rua Vila Nova, distando pelo lado esquerdo da Rua Vila Nova (ponto 1C) até o entroncamento da Rua Vila Nova com a Rua Capelão Beil em 193,13 m, Centro município de Doutor Pedrinho/SC. Terreno em forma irregular, com a seguinte descrição: Partindo do ponto 1B, em uma linha reta de 45,06 m e azimute de 91°15'35", com Lote 2 a desmembrar de Osnir José Giacomozzi (matrícula nº 7.201 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 1C, sendo este o lado direito, deste segue em uma linha sinuosa de 29,36 m e azimute de 359°24'02", com o lado esquerdo da Rua Vila Nova até o ponto 0=PP, sendo esta a frente, deste segue em linha reta de 45,77 m e azimute de 266°23'43", com imóvel de Lauro Xavier de Castilho (matrícula nº 1.004 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 1A, sendo este o lado esquerdo, deste segue em linha reta de 25,51 m e azimute de 175°08'15", com o Lote 4 a desmembrar de Osnir José Giacomozzi (matrícula nº 7.201 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 1B, ponto inicial da descrição, sendo este os fundos.

IV - Lote 04: Terreno urbano com área de 851,80 m² (oitocentos e cinquenta e um metros e oitenta decímetros quadrados), localizado no lado direito da Rua Capelão Beil, distando pelo lado direito da Rua Capelão Beil (ponto 1F) até o entroncamento da Rua Vila Nova com a Rua Capelão Beil em 169,51 m, município de Doutor Pedrinho/SC. Terreno em forma irregular, com a seguinte descrição: Partindo do ponto 1, em uma linha reta de 31,30 m e azimute de 86°23'43", com imóvel de Lauro Xavier de Castilho (matrícula nº 1.004 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 1A, sendo este o lado direito, deste segue em uma linha reta de 40,59 m e azimute de 175°08'15", sendo: 25,51 m com o Lote 3 a desmembrar de Osnir José Giacomozzi (matrícula nº 7.201 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó) e 15,08 m Lote 2 a desmembrar de Osnir José Giacomozzi (matrícula nº 7.201 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó) até o ponto 1D, este os fundos, deste segue em linha reta de 12,25 m e azimute de 271°15'35", com Lote 1 a desmembrar de Osnir José Giacomozzi (matrícula nº 7.201 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 1F, sendo este o lado esquerdo, deste segue em linha sinuosa de 44,42 m e azimute de 329°34'47", com o lado direito da Rua Capelão Beil, até o ponto 1, ponto inicial da descrição, sendo esta a frente.

Art. 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas as exigências a que está sujeito conforme determina a legislação e sua regulamentação.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 20 de maio de 2016; 28º ano de Fundação; 26º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSHUN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, SC, 20 de maio de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade

Ermo

PREFEITURA

DECRETO Nº 035, DE 01 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 035, de 01 de junho de 2016.

Nomeia Membros para compor o Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal do CIASS e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 376, de 23 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Nomear MARTA PAZENTE, CPF nº 753.517.739-53 e CINARA MATEUS RÉUS CLEMES, CPF Nº 057.176.889-03 para atuarem como representantes do Município junto ao Conselho Deliberativo do CIASS.

Art. 2º Nomear CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO, CPF nº 757.970.209-63 e VANESSA JORDÃO DE OLIVEIRA, CPF Nº 061.782.659-56, para atuarem como representantes do Município junto ao Conselho Fiscal do CIASS.

Art. 3º Os membros dos conselhos não serão remunerados.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 024, de 11 de abril de 2016.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de junho de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO Nº. 681/2016

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 681/2016

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 16/2016

As 09:00 horas do dia 31 de maio de 2016, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 115/2016, para realizar a abertura dos envelopes da proposta de preço e realizar a habilitação do proponente interessado em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE METROS LINEAR DE ROCHA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE EXPLOSIVOS E OUTROS ACESSÓRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório os seguintes interessados: KNAPP & CIA LTDA, EXTRABRIT MINERAÇÃO LTDA, sendo que somente a empresa KNAPP & CIA LTDA apresentou representante para participar do processo Licitatório. Iniciada a sessão com a presença do interessado, em seguida passou-se para a abertura e o julgamento da proposta apresentada pela proponente interessada. Após a análise e julgamento da proposta de preços do Processo Licitatório foi adjudicado o seguinte proponente:

ITENS	QUANT	UNID	VENCEDOR	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	600,00	MLI	KNAPP	SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS (2,5 POLEGADAS)	R\$ 51,90
2	1000,00	MLI	KNAPP	SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS (1,0 POLEGADA)	R\$ 47,90

Sendo um valor total de R\$ 79.040,00

Encerada a fase de julgamento da proposta o pregoeiro passou para a fase de abertura e julgamento das documentações para a habilitação, aberto o envelope e analisado os documentos apresentados e estes observou-se que estavam dentro do prazo de validade e sua regularidade reconhecida o pregoeiro habilitou a proponente.

Findos os trabalhos de classificação da proposta e de habilitação, o pregoeiro encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Sendo que a mesma será publicada para efeitos legais. Flor do Sertão, aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

MARIA LUCIA FREIBERGER	DIOGO DE BEM	ADRIANO PEREIRA
Membro da comissão	Pregoeiro	Membro da comissão

De acordo:

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO Nº. 683/2016

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 683/2016

Modalidade: Pregão Presencial Nº. 17/2016

As 14:00 horas do dia 31 de maio de 2016, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 115/2016, para realizar a abertura dos envelopes da proposta de preço e realizar a habilitação do proponente interessado em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE COLHEDEIRAS DE FORRAGEM E CARRETA METÁLICA BASCULANTE PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA AGRICULTURA. Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório os seguintes interessados: FORMAGINI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA ME, RENATO ZANELLA ME e JEAN PYER VIVIAN EIRELI EPP, sendo que todas as empresas apresentaram representantes para participar do processo Licitatório.

Iniciada a sessão com a presença dos interessados, o pregoeiro passou para o credenciamento das empresas, onde a empresa RENATO ZANELLA ME não apresentou a Declaração de Idoneidade, sendo assim, a empresa não foi credenciada, podendo participar do processo Licitatório, mas não para a rodada de lances, em seguida passou-se para a abertura e o julgamento da propostas apresentadas pelas proponentes interessadas. Após a análise e julgamento das propostas de preços do Processo Licitatório foi adjudicado os seguintes proponentes:

ITENS	QUANT	UNID	VENCEDOR	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	2,00	UND	FORMAGINI	COLHEDORA DE FORRAGEM NOVA COM TRANSMISSÃO CORREIA E POLIA, COMANDO SEMI-HIDRÁULICO, CARENAGEM E BICA DE POLIETILENO, PRODUÇÃO DE 28 TON/H, TAMANHO DE PICADOS DE 24 (2 a 41mm), COM 01 ROTOR, COM 12 FACAS COM PARAFUSO FRANCÊS FACILITA A TROCA DAS FACAS, ACIONAMENTO TRATORIZADO, COM 04 ROLOS RECOLHEDORES, POTENCIA NA TDP DE 50 A 80cv, RPM NA TDP DE 540, COM PESO 700KG. CREMASCO CUSTOM 930CIII 12 FACAS	R\$ 19.480,00

2	1,00	UND	JEAN PYER	CARRETA FORRAGEIRA HIDRÁULICA METÁLICA NOVA, COM CAPACIDADE DE CARGA E BASCULAMENTO DE 6000 KG, VOLUME DA CAÇAMBA DE 7,00 M³, ACIONAMENTO POR CILINDRO HIDRÁULICO AÇÃO DUPLA, BÂSCULA DE NO MÍNIMO 45°, TAMPA TRASEIRA COM ABERTURA LATERAL E HORIZONTAL COM TRAVA, ALTURA DA BASE DA PLATAFORMA DE 1.05 M, ALTURA TOTAL COM PNEU DE 2,55 METROS, COMPRIMENTO TOTAL 5,00 METROS, MEDIDAS DA CAÇAMBA 3,60 X 2,10 X 1,00 M, MATERIAL DO CHASSIS: CHAPA DE AÇO DE NO MÍNIMO 6,30mm, MATERIAL DO ASSOALHO: CHAPA DE AÇO DE NO MÍNIMO 2,75mm, MATERIAL DAS LATERAIS: CHAPA DE AÇO DE NO MÍNIMO 2,00mm, RODADO EIXO TANDEM, COM PNEUS NOVOS, ARO 750/16 14 LONAS. METALMAX MTX 6000	R\$ 18.480,00
---	------	-----	-----------	---	---------------

Sendo um valor total de R\$ 57.440,00

Encerada a fase de julgamento das propostas o pregoeiro passou para a fase de abertura e julgamento das documentações para a habilitação, aberto os envelopes e analisado os documentos apresentados e estes observou-se que estavam dentro do prazo de validade e sua regularidade reconhecida o pregoeiro habilitou as proponentes.

Findos os trabalhos de classificação das propostas e de habilitação, o pregoeiro encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Sendo que a mesma será publicada para efeitos legais. Flor do Sertão, aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

MARIA LUCIA FREIBERGER	DIOGO DE BEM	ADRIANO PEREIRA
Membro da comissão	Pregoeiro	Membro da comissão

De acordo:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 681/2016 - KNAPP E CIA LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Licitatório nº. 681/2016

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 16/2016

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 31/05/2016

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rogerio Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº. 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa KNAPP E CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.376.375/0001-12, estabelecida na Rua Almirante Barroso, nº. 711, Edifício Erside, sala 01, na cidade de Palmitos – SC, neste ato representada pelo Sr. ADEMIR HOLDEFER, inscrito no CPF/MF sob nº. 783.103.509-53 e Identidade nº. 5.528.410-5, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 681/2016 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 16/2016, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE METROS LINEAR DE ROCHA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE EXPLOSIVOS E OUTROS ACESSÓRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT	UNID	VENCEDOR	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	600,00	MLI	KNAPP	SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS (2,5 POLEGADAS)	R\$ 51,90
2	1000,00	MLI	KNAPP	SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS (1,0 POLEGADA)	R\$ 47,90

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

III - Apresentar ART de Execução e Detonação no local que será executado a Detonação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos serviços, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo

Licitatório nº. 681/2016.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - A realização dos serviços deverá ser executada conforme demanda e local definido por Ordem de Serviço com prazo Máximo de 05 dias, emitida pela administração do município, que autoriza e especifica local e data para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável pela fiscalização dos produtos a serem entregues, o Secretário descrito abaixo:

Secretario de Infra – Estrutura e Transporte – Nadir Luiz Piaia

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos Serviços será efetuado com prazo Máximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - O preço do objeto apresentado na Ata não será reajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas oriundas deste Registro de Preços, correrão à conta da Classificação da Despesa:

Projeto atividade:

267820025.2.033000 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Infra-Estrutura e Transporte

Elementos de Despesa:

3.3.90.39.99.0000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal

nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item “I” será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea “b”;

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 31 dias do mês de maio de 2016.

ROGERIO PERIN		ADEMIR HOLDEFER
CPF: 024.900.719-39		CPF: 783.103.509-53
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

DECRETO Nº. 041/2016

DECRETO nº. 41/2016

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 681/2016, e dá outras providências.

ROGERIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 115/2016, sobre o processo de licitação nº. 681/2016, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE METROS LINEAR DE ROCHA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE EXPLOSIVOS E OUTROS ACESSÓRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

KNAPP E CIA LTDA	R\$ 79.040,00
------------------	---------------

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 31 dias do mês de maio de 2016.

ROGERIO PERIN	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal	Secretario de Administração

DECRETO Nº. 042/2016

DECRETO nº. 42/2016

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 683/2016, e dá outras providências.

ROGERIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 115/2016, sobre o processo de licitação nº. 683/2016, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE COLHEDEIRAS DE FORRAGEM E CARRETA METÁLICA BASCULANTE PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA AGRICULTURA.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

JEAN PYER VIVAN EIRELI - EPP	R\$ 18.480,00
FORMAGINI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA ME	R\$ 38.960,00

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 31 dias do mês de maio de 2016.

ROGERIO PERIN	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal	Secretario de Administração

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 02/2016

Termo de cessão de uso nº 02/2016

TERMO ADMINISTRATIVO DE CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO E A EMPRESA DAZLLE INDÚSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ME, CONFORME CLÁUSULAS ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, inscrito no CNPJ 01.566.621/0001-08, com sede administrativa localizada na Avenida Flor do Sertão, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Rogério Perin, portadora do CPF 024.900.719-39, e à empresa DAZLLE INDÚSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 23.432.232/0001-14, com sede na Rua Jorge Alfredo Heydt, nº. 268, na cidade de Maravilha - SC, neste ato representada pela Sra. NEIVA FATIMA CARNETTE, inscrita no CPF sob o nº 905.055.739-20, doravante denominada de CESSIONÁRIA, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E OBJETIVO

1.1 – DO OBJETO: Cessão de uso por tempo determinado, à título gratuito, da parte superior do Salão denominado Centro de Convivência do Idoso, situado nas chácaras urbanas nº 19 e 20 com área de terra total de 4.000 (quatro mil metros quadrado).

1.2 – DO OBJETIVO: a cessão de uso tem por finalidade a instalação provisória da empresa cessionária, objetivando treinamento de trabalhadores residentes no Município de Flor do Sertão, visando a imediata ou posterior contratação junto a empresa que atua no ramo de produção de vestuário, de acordo com o Inciso VI do Artigo 1º de Lei nº 465/2010, sendo que a cessão tem vigor até conclusão das obras do barracão industrial, fruto do Processo licitatório nº. 1940/2015 na modalidade Concorrência- concessão publica nº. 01/2015, conforme contrato nº 11/2016 ou enquanto permanecer o interesse público na referida cessão.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 – DO CESSIONÁRIO: Obriga-se o cessionário:

I – a observar o disposto no presente instrumento;
 II – a não transferir a terceiros, sob qualquer forma, os direitos adquiridos com a presente cessão de uso, total ou parcialmente;
 III – a não oferecer o imóvel como garantia de dívida ou obrigação de qualquer natureza, incluídas as benfeitorias existentes;
 IV – a não desviar a finalidade desta cessão e observar as disposições contidas neste Termo de Cessão, sob pena de retomada imediata do imóvel, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, que caso ocorra não gerará ao cessionário o direito de retenção por benfeitorias eventualmente construídas;
 V -a devolver ao cedente o imóvel, nas condições previstas neste pacto quando término do prazo desta cessão de uso;
 VI – a conservar, a zelar e a dar segurança ao imóvel cedido, sendo admitido o seguro contra riscos de qualquer natureza;

2.2 – DO CEDENTE: Obriga-se o cedente:

I – a entregar a posse do imóvel descrito ao cessionário, para que o mesmo dele possa usufruir, conforme o estabelecido neste Termo de Cessão;

II – a respeitar todas as condições pactuadas no presente Termo de Cessão.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

O prazo da presente cessão de uso é de 90 (noventa dias) a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, observando o contido no contrato acima mencionado.

CLÁUSULA QUARTA – DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado através de Termos Aditivos de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVERSÃO

As partes têm entre si certo e ajustado que a reversão do imóvel ocorrerá por inadimplemento de quaisquer das condições pactuadas neste termo, sem que o cedente seja obrigado a realizar qualquer indenização ao cessionário, observado o interesse público.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO E DO FORO

6.1 – DA RESCISÃO: o presente termo poderá ser rescindido por motivo superveniente, considerando o interesse público devidamente justificado, mediante aviso antecipado de, no mínimo, 30 (trinta) dias, ao cessionário.

6.2 – DO FORO: fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente termo.

E por estarem justos e concordes assinam as partes, o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Flor do Sertão - SC, 01 dia do Mês de Junho 2016.

ROGERIO PERIN

NEIVA FATIMA CARNETTE

PREFEITO MUNICIPAL	SOCIA PROPRIETARIA

LEANDRO NEUHAUS
TESTEMUNHA

DIOGO DE BEM
TESTEMUNHA

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 95/PMF/2016; **AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 95/PMF/2016;
OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a aquisição de "gêneros alimentícios", merenda escolar, através de empresas do ramo pertinente, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 21 de junho de 2016 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>
Forquilha, 02 de junho de 2016.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

DECRETO Nº 106, DE 18 DE MAIO DE 2016. **(REPUBLICADO)**

DECRETO Nº 106, DE 18 DE MAIO DE 2016.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E CONSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, c/c Lei Municipal nº 2.143, de 02 de dezembro de 2015,

CONSIDERANDO que o § 3º do art. 6º da Lei Municipal nº 2.143, de 02 de dezembro de 2015, dispõe que: "Caso o servidor em estágio probatório apresente no instrumento de avaliação, em quaisquer dos requisitos de avaliação, contidos no § 1º do art. 1º da presente Lei, nota igual ou inferior a 2,9 (dois vírgula nove) a Comissão Avaliadora proporá ao titular do órgão a exoneração do servidor";

CONSIDERANDO que a servidora CRISTINA DE TOLEDO PIRON, matrícula 4509, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação, nomeada pelo Decreto nº 144, de 10 de dezembro de 2014, em exercício desde 21/01/2015, em sua primeira avaliação, apresentou desempenho insuficiente nos quesitos 3.1 (Trabalho em equipe) e 3.2 (Relacionamento com o público) do Requisito Relacionamento Interpessoal, não alcançando a pontuação mínima disposta no § 3º do art. 6º da Lei Municipal nº 2.143, de 02 de dezembro de 2015;

CONSIDERANDO que o art. 10 da Lei Municipal nº 2.143, de 02 de dezembro de 2015, dispõe que: "Verificando-se a qualquer fase da avaliação, resultado da avaliação de desempenho "NÃO APTO ENCAMINHAR PARA EXONERAÇÃO", este deverá ser remetida à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar do Município, acompanhada das avaliações anteriores do servidor, da sua ficha

funcional e do relatório circunstanciado elaborado e subscrito por todos os membros da Comissão de Avaliação do Estágio Probatório, em que constem os fundamentos que conduziram à indicação pela exoneração, para instauração do respectivo processo de exoneração";

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de dar prosseguimento à apuração e apresentar relatório final, com relação indicação pela exoneração em virtude de desempenho insuficiente da servidora CRISTINA DE TOLEDO PIRON, matrícula 4509, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação, nos quesitos 3.1 (Trabalho em equipe) e 3.2 (Relacionamento com o público) do Requisito Relacionamento Interpessoal, apontado no Relatório Circunstanciado da Comissão de Avaliação do Estágio Probatório, instituída pelo Decreto nº 137, de 04 de agosto de 2015.

Parágrafo único. A Comissão Especial será integrada pelos seguintes membros:

I - Daniele Berti Dalmolim, servidora pública do quadro efetivo, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, matrícula nº 3179;

II - Luciana Dondossola Bonfante, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, matrícula nº 3046;

III - Silvana Goulart Padoin, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 2439.

Art. 2º A Presidência dos trabalhos competirá à servidora indicada no inciso I do artigo anterior, a quem competirá designar o servidor encarregado de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 45 (quarente e cinco) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 5º Fica assegurado ao servidor envolvido no processo administrativo disciplinar, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, durante os respectivos trabalhos de apuração, os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, sem prejuízo da aplicação das sanções legais nos exatos termos da Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, e da Lei Municipal nº 2.143, de 02 de dezembro de 2015.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 18 de maio de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 18 de maio de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 119, DE 01 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 119, DE 01 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL NAS FUNÇÕES DO MAGISTÉRIO, COM PROVENTOS INTEGRAIS A MARILENE HERR MINATTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, inciso I da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de acordo com o que consta do Processo Nº 073/2016 e de conformidade com o art. 6º da Emenda Constitucional nº 041/2003 e art. 49 da Lei Municipal nº 1325/2007.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição especial nas funções do magistério com proventos integrais a MARILENE HERR MINATTO, brasileira, casada, nascida em 21/02/1966, portadora do CPF nº 780.932.369-53, Carteira de Identidade nº 1.527.158-7/SSP/SC, CTPS nº 86823/00007-SC, PASEP 122.54006.43-8, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, matrícula nº 281, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a seguinte memória de cálculo:

CÁLCULO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA	
1- RENDA MENSAL INICIAL	R\$ 2.344,46
2- FATOR DE PROPORCIONALIDADE	100,00%
3- VALOR LÍQUIDO DO BENEFÍCIO MENSAL	R\$ 2.344,46
4- TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO DA SEGURADA (=) tempo total líquido até 31/05/2016	25 anos 2 meses e 1 dia
TIPO DE BENEFÍCIO: Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição Especial nas Funções do Magistério com proventos integrais, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 041/2003 e art. 49 da Lei Municipal nº 1.325/2007.	

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 01 de Junho de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 01 de Junho de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 120, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 120, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E CONSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, c/c Lei Municipal nº 2.143, de 02 de dezembro de 2015,

CONSIDERANDO que o § 3º do art. 6º da Lei Municipal nº 2.143, de 02 de dezembro de 2015, dispõe que: "Caso o servidor em estágio probatório apresente no instrumento de avaliação, em quaisquer dos requisitos de avaliação, contidos no § 1º do art. 1º da presente Lei, nota igual ou inferior a 2,9 (dois vírgula nove) a Comissão Avaliadora proporá ao titular do órgão a exoneração do

servidor";

CONSIDERANDO que a servidora ANA PAULA BRATTI MACHADO, matrícula 4477, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nomeada pelo Decreto nº 150, de 15 de dezembro de 2014, em exercício desde 21/01/2015, em sua primeira avaliação, apresentou desempenho insuficiente nos quesitos 4.1 (Qualidade) e 4.2 (Desempenho) do Requisito Produtividade e Qualidade no Trabalho, não alcançando a pontuação mínima disposta no § 3º do art. 6º da Lei Municipal nº 2.143, de 02 de dezembro de 2015;

CONSIDERANDO que o art. 10 da Lei Municipal nº 2.143, de 02 de dezembro de 2015, dispõe que: "Verificando-se a qualquer fase da avaliação, resultado da avaliação de desempenho "NÃO APTO ENCAMINHAR PARA EXONERAÇÃO", este deverá ser remetida à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar do Município, acompanhada das avaliações anteriores do servidor, da sua ficha funcional e do relatório circunstanciado elaborado e subscrito por todos os membros da Comissão de Avaliação do Estágio Probatório, em que constem os fundamentos que conduziram à indicação pela exoneração, para instauração do respectivo processo de exoneração";

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de dar prosseguimento à apuração e apresentar relatório final, com relação indicação pela exoneração em virtude de desempenho insuficiente da servidora ANA PAULA BRATTI MACHADO, matrícula 4477, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nos quesitos 4.1 (Qualidade) e 4.2 (Desempenho) do Requisito Produtividade e Qualidade no Trabalho, apontado no Relatório Circunstanciado da Comissão de Avaliação do Estágio Probatório, instituída pelo Decreto nº 137, de 04 de agosto de 2015.

Parágrafo único. A Comissão Especial será integrada pelos seguintes membros:

I - Daniele Berti Dalmolim, servidora pública do quadro efetivo, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, matrícula nº 3179;

II - Luciana Dondossola Bonfante, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, matrícula nº 3046;

III - Silvana Goulart Padoin, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 2439.

Art. 2º A Presidência dos trabalhos competirá à servidora indicada no inciso I do artigo anterior, a quem competirá designar o servidor encarregado de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 5º Fica assegurado ao servidor envolvido no processo administrativo disciplinar, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, durante os respectivos trabalhos de apuração, os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, sem prejuízo da aplicação das sanções legais nos exatos termos da Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, e da Lei Municipal nº 2.143, de 02 de dezembro de 2015.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 1º de junho de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 1º de junho de 2016.

ADEMIR BRANDIELEI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 121, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº. 121, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA, SOB A FORMA DE BOLSA DE ESTUDOS, AOS ESTUDANTES DE CURSOS TÉCNICOS QUE RELACIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinada com as Leis Municipais nº. 1.857, de 08 de maio de 2013 e 1.942, de 24 de dezembro de 2013;

CONSIDERANDO a desistência de Matheus Niehues e a matrícula de Everton dos Santos e Luciano Stefaniak no Curso de Técnico em Eletromecânica oferecido pela SATC – Associação Beneficente da Ind. Carbonífera de SC;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida assistência financeira mensal, para o exercício de 2016, totalizando 9 (nove) parcelas, sob a forma de bolsa de estudos aos estudantes de Cursos Técnicos, nos valores abaixo relacionados:

SATC – Associação Beneficente da Ind. Carbonífera de SC

Nome	Curso	Cód.	Fa-se	Mensalidade (R\$)	Valor da Bolsa (R\$)
EVERTON DOS SANTOS	TÉCNICO ELETROMECÂNICA	45753	2ª	526,00	263,00
LUCIANO STEFANIAK	TÉCNICO ELETROMECÂNICA	12783	2ª	526,00	263,00
TOTAL					526,00

Art. 2º Fica extinta a assistência financeira mensal concedida a Matheus Niehues, conforme Decreto nº 050/2016, para o exercício de 2016, sob a forma de bolsa de estudos de Cursos Técnicos.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de abril de 2016.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 1º de junho de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 1º de junho de 2016.

ADEMIR BRANDIELEI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONVÊNIO PMF Nº 17/PMF/2015

EXTRATO DE CONVÊNIO PMF Nº 17/PMF/2015

CONVENIENTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONVENIADO – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE - FEBAVE

DO OBJETO – Estabelecer um programa de controle populacional de animais domésticos, especialmente, de cães e gatos, visando minimizar os problemas inerentes à superpopulação destes animais, promovendo o equilíbrio entre saúde pública e bem estar animal, com a realização de procedimentos médicos veterinários no que diz respeito a castração, implantação de microchip, atendimentos clínicos e cirúrgicos e realização de palestras e oficinas nas escolas do município de Forquilha.

DO PRAZO – 31/12/2016.

DO VALOR – R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

DO FUNDAMENTO LEGAL – Lei nº 2.111 de 29 de julho de 2015.

DATA DA ASSINATURA – 30 de novembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 33/2016

TERMO ADITIVO PMF Nº 33/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 195/2015 DO PREGÃO PRESENCIAL 182/PMF/2015 DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E A EMPRESA COMERCIO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS KREMER

Fundamento Legal: artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

Pelo presente Termo Aditivo do Contrato de Prestação de Serviços, nós abaixo assinados, de um lado como o MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com endereço na Av. 25 de julho, 3400, inscrita no CNPJ/MF sob o número 81.531.162/0001-58, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, VANDERLEI ALEXANDRE, doravante denominado de CONTRATANTE, de outro lado a empresa COMERCIO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS KREMER, CNPJ/MF nº 00.818.423/0001-13, estabelecida na Rodovia Linha Eyng, Cidade de Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pela Sra. Relinde Kremer Eyng, CI nº. 5.735464, CPF nº. 666.217.398-34, doravante denominada CONTRATADA, temos justo e contratado o que a seguir se descreve:

CONSIDERANDO que o objeto do contrato PMF Nº 195/2015 é a aquisição de "gêneros alimentícios", merenda escolar, através de empresas do ramo pertinente, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC, no primeiro semestre de 2016, de acordo com a proposta da contratada

CONSIDERANDO a solicitação da Contratada de reequilíbrio econômico e financeiro dos itens (35 e 39), protocolado junto a esta municipalidade comprovando o aumento significativo dos custos;

CONSIDERANDO a avaliação do pedido realizada pela Gerência de Contratos e Convênios, pelo Controle Interno Municipal e com Parecer Jurídico favorável;

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR

O valor unitário do objeto do Contrato nº. 195/PMF/2016 sofrerá reajuste nas condições abaixo:

- a) Item 35 (Mamão formosa): reajuste de 93%, passando de R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos) para R\$ 5,00 (cinco reais);
- b) Item 39 (Melão amarelo): reajuste de 16%, passando de R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos) para R\$ 3,01 (três reais e um centavo);

Desta forma, perfaz-se o aumento do valor do saldo contratual em R\$ 1.992,12 (mil um mil novecentos e noventa e dois reais e doze centavos) para o exercício de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do Contrato PMF nº 195/2016, permanecem inalteradas.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Contrato para que produza os efeitos do direito, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas idôneas.

Forquilha/SC, 24 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
Vanderlei Alexandre – Contratante

COM. DE HORTIFRUTI. KREMER.
Relinde Kremer Eyng – Contratado

Testemunha Testemunha

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 33/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 195/2015
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – COMERCIO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS KREMER

DO OBJETO – Aquisição de "gêneros alimentícios", merenda escolar, através de empresas do ramo pertinente, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC, no primeiro semestre de 2016, de acordo com a proposta da contratada.

DO VALOR – O valor unitário do objeto do Contrato nº. 195/PMF/2016 sofrerá reajuste nas condições abaixo:

- a) Item 35 (Mamão formosa): reajuste de 93%, passando de R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos) para R\$ 5,00 (cinco reais);
- b) Item 39 (Melão amarelo): reajuste de 16%, passando de R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos) para R\$ 3,01 (três reais e um centavo);

Desta forma, perfaz-se o aumento do valor do saldo contratual em R\$ 1.992,12 (mil um mil novecentos e noventa e dois reais e doze centavos) para o exercício de 2016.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 24 de maio de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 172/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 172/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 62/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI), necessários para o atendimento aos colaboradores do Município de Forquilha/SC, por meio das diversas secretarias, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 01/12/2016

3ª Publicação

Fraiburgo

PREFEITURA

AT16FME29**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16FME29
Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Contratada.: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA – ME.
Valor : 25.075,16 (vinte e cinco mil e setenta e cinco reais e dezesseis centavos).
Vigência : Início: 24/05/2016 Término: 31/08/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 53/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME E FMS).

Fraiburgo, 2 de Junho de 2016
Claudete Gheller Mathias - Secretária

AT16FMS36**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16FMS36
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO
Contratada.: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA – ME.
Valor : 9.814,98 (nove mil oitocentos e quatorze reais e noventa e oito centavos).
Vigência : Início: 24/05/2016 Término: 31/08/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 53/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME E FMS).

Fraiburgo, 2 de Junho de 2016
Ivo Biazolo - Prefeito

AT16FMS37**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16FMS37
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO
Contratada.: RESTAURANTE ZENERE LTDA
Valor : 36.100,00 (trinta e seis mil e cem reais)
Vigência : Início: 30/05/2016 Término: 31/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO PARA FORNECIMENTO DE SUCOS E REFEIÇÕES PREPARADAS E ACONDICIONADAS EM EMBALAGEM TIPO MARMITEX, PARA ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES QUE TRABALHAM NO E PRONTO ATENDIMENTO AMBULATORIAL E NO

SAMU.

Fraiburgo, 2 de Junho de 2016
Ivo Biazolo - Prefeito

AT16SF34**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16SF34
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada.: AGRIMASTER ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
Valor : 38.339,00 (trinta e oito mil trezentos e trinta e nove reais).
Vigência : Início: 30/05/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 70/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE TUBOS DE CONCRETO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DO ÓRGÃO PARTICIPANTE (SANEFRAI) DURANTE O PERÍODO DE MAIO A DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 2 de Junho de 2016
João Albino de Barros - Presidente

AT16SF35**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16SF35
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada.: DELCIR BOESING ME
Valor : 69.630,00 (sessenta e nove mil seiscentos e trinta reais).
Vigência : Início: 30/05/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 70/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE TUBOS DE CONCRETO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DO ÓRGÃO PARTICIPANTE (SANEFRAI) DURANTE O PERÍODO DE MAIO A DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 2 de Junho de 2016
João Albino de Barros - Presidente

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0004_2016-FMS

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0004/2016 – FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO nº 00027/2016-FMS
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

O Município de Fraiburgo-SC através do Fundo Municipal de Saúde, neste ato representado pelo Prefeito, torna público a Inexigibilidade para inscrição do procurador Marcos Antônio Maestri Miguel, para participar do curso "Completo sobre o Novo CPC, que

acontecerá nos dias 13, 16, 29 de junho e 01, 05 de julho de 2016 no salão de eventos do Hotel Renar, em Fraiburgo. CONTRATA: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SANTA CATARINA CNPJ: 80.987.902/0001-00, VALOR: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 "caput" Da Lei Nº 8.666/93 E Alterações.

Fraiburgo (SC), 02 de maio de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito de Fraiburgo/SC

DECRETO Nº 147/2016

DECRETO Nº 147, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo, crédito adicional suplementar para o exercício de 2016, no valor de R\$ 26.351,34 (vinte e seis mil, trezentos e cinquenta e um reais e trinta e quatro centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0300 (63)	R\$	5.263,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0301 (64)	R\$	16.200,82
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0323 (65)	R\$	4.527,52
TOTAL	R\$	26.351,34

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0300 (66)	R\$	5.263,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0301 (67)	R\$	16.200,82
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0323 (68)	R\$	4.527,52
TOTAL	R\$	26.351,34

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 02 DE JUNHO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1100/2016

PORTARIA Nº 1100, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SIRLEI SCHÄBERLE GATTI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 538.445.139-49, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1101/2016

PORTARIA Nº 1101, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSIMERI DOS SANTOS FERNEDA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 614.111.839-91, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1102/2016

PORTARIA Nº 1102, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NILCÉIA APARECIDA MANFIOLETTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 552.265.749-91, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1103/2016

PORTARIA Nº 1103, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA ESTER DE LARA MATTEUCCI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 534.347.149-87, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1104/2016

PORTARIA Nº 1104, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA APARECIDA BORBA, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 501.582.799-72, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1105/2016

PORTARIA Nº 1105, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LICEIA RINALDI RAMOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 029.431.399-04, contratada em caráter temporário na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1106/2016

PORTARIA Nº 1106, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JUCILENI MONTANARI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 754.648.539-87, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1107/2016

PORTARIA Nº 1107, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CRISTINE PRUNER, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 938.396.349-20, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1108/2016

PORTARIA Nº 1108, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANTONIO IRINEU VICENTIN, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 865.559.369-91, contratado em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1109/2016

PORTARIA Nº 1109, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0026 de 27 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDREA HILDEBRANDO DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 035.532.869-03, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1110/2016

PORTARIA Nº 1110, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0041 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LURIELLY ANGELICA PINHEIRO brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 080.808.339-23, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1111/2016

PORTARIA Nº 1111, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLEBER PIANA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 069.228.609-85, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1112/2016

PORTARIA Nº 1112, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0030 de 14 de julho de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MAIKON PEDRO FABIAN, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 078.604.309-16, contratado em caráter temporário na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 30 de setembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1113/2016

PORTARIA Nº 1113, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GIANA ROBERTA FURTADO, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 004.916.819-33, contratada em caráter temporário na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 07 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1114/2016

PORTARIA Nº 1114, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FRANCIANE GOMES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 049.105.969-84, contratada em caráter temporário na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1115/2016

PORTARIA Nº 1115, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CRISTIANE CARDOSO DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 036.693.109-16, contratada em caráter temporário na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1116/2016

PORTARIA Nº 1116, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0023 de 07 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FLAVIO LEAL FERNANDES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 513.988.420-87, contratado em caráter temporário na função de MÉDICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1117/2016

PORTARIA Nº 1117, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELÉIA REGINA DA ROSA LOCATELLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 009.366.549-02, contratada em caráter temporário na função de FARMACÊUTICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1118/2016

PORTARIA Nº 1118, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARILIA DE BAIROS CERON, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 058.664.419-93, contratada em caráter temporário na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1119/2016

PORTARIA Nº 1119, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELIANE MELO RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 008.581.529-24, contratada em caráter temporário na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1120/2016

PORTARIA Nº 1120, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0957/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 39 (trinta e nove) para 25 (vinte e cinco) horas semanais, a carga horária da servidora GRAZIELI APARECIDA ANTON, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 037.782.439-93, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ARTES, no período de 01 de julho de 2016 até 03 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1121/2016

PORTARIA Nº 1121, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0989/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de VANESSA DE OLIVEIRA GONÇALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 098.645.079-07, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de julho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1122/2016

PORTARIA Nº 1122, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0986/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SOLANGE APARECIDA DE OLIVEIRA, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 044.072.239-01, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de julho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1123/2016

PORTARIA Nº 1123, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0006 de 15 de janeiro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0987/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SÔNIA PEREIRA MOREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 077.619.419-47, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 12 de julho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1124/2016

PORTARIA Nº 1124, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0006 de 15 de janeiro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0984/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSANA DOS SANTOS RIBEIRO DAMACENO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 101.476.829-24, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de julho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1125/2016

PORTARIA Nº 1125, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0002 de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0805/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está por 40 horas semanais substituindo a servidora Marinês Marcondes, que está de Licença Sem Vencimento;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de PATRICIA NAZÁRIO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 056.887.809-40, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de julho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1126/2016

PORTARIA Nº 1126, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0006 de 15 de janeiro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0804/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de PATRÍCIA APARECIDA DOMINGUES DOS SANTOS TIBES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 081.360.009-05, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de julho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1127/2016

PORTARIA Nº 1127, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0042 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0954/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de PEDRO JOSÉ FERREIRA, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o n.º 461.153.909-15, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1128/2016

PORTARIA Nº 1128, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0006 de 15 de janeiro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0913/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA ALEXSANDRA BORGES DO NASCIMENTO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 728.239.095-91, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 12 de julho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1129/2016

PORTARIA Nº 1129, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0981/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIELI CAMPOLIM DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 091.780.339-69, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de julho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1130/2016

PORTARIA Nº 1130, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0982/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIZETE ANTUNES PINTO, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 642.634.289-00, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de julho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1131/2016

PORTARIA Nº 1131, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0982/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIZETE APARECIDA SUBTIL MARQUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 057.496.239-55, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de julho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1132/2016

PORTARIA Nº 1132, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Retifica e Ratifica a Portaria n.º 0825/2016

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria nº 0825, de 29 de abril de 2016, que prorrogou o contrato da servidora MARIZETE APARECIDA DA SILVA CAMARGO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 737.629.979-34, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, alterando a data final da prorrogação de 04 junho de 2016 para 04 de julho de 2016.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria n.º 0825, de 29 de abril de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1133/2016

PORTARIA Nº 1133, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0979/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCIANE APARECIDA MORAES DA CRUZ, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 047.361.939-30, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de julho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1134/2016

PORTARIA Nº 1134, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0006 de 15 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0978/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LILIAN OLIVEIRA DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 068.327.429-85, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 12 de julho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1135/2016

PORTARIA Nº 1135, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de

1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0897/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LANIE CRISTINI CORDEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 106.294.309-00, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de julho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1136/2016

PORTARIA Nº 1136, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0006 de 15 de janeiro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0975/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de KERONLAY CRIS PRIGOL DO AMARAL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 091.233.139-94, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 12 de julho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1137/2016

PORTARIA Nº 1137, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido, a servidora JANAINA PAULA VEROZE BRIZOLA DA ROSA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 077.176.439-10, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas

semanais, a partir de 01 de junho de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

TA.AT16FME04

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT16FME04 - Contrato Nº: AT16FME04

Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Contratada...: POSTO MAÇÃ LTDA

Valor : 6.575,00 (seis mil quinhentos e setenta e cinco reais).

Vigência : Início: 17/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NAS QUANTIDADES DO LOTE 1, ITENS 1 E 2 DO EDITAL. DE COMUM ACORDO EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 2 de Junho de 2016

Claudete Gheller Mathias - Secretária

TA.AT16FME05

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT16FME05 - Contrato Nº: AT16FME03

Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Contratada...: ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA

Vigência : Início: 17/05/2016 Término: 30/09/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2015

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 30 DE SETEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 2 de Junho de 2016

Claudete Gheller Mathias - Secretária

TA.AT16FME06

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT16FME06 - Contrato Nº: AT16FME09

Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Contratada...: IGOR CORREIA DE SIQUEIRA ME

Vigência : Início: 17/05/2016 Término: 31/10/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM

CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Fraiburgo, 2 de Junho de 2016

Claudete Gheller Mathias - Secretária

TA.AT16FME07

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT16FME07 - Contrato Nº: AT16FME10

Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Contratada...: ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA

Vigência : Início: 17/05/2016 Término: 31/10/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Fraiburgo, 2 de Junho de 2016

Claudete Gheller Mathias - Secretária

TA.AT16FMS11

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT16FMS11 - Contrato Nº: AT16FMS09

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO

Contratada...: MINE MERCADO PITANGA LTDA ME

Valor : 2.989,75 (dois mil novecentos e oitenta e nove reais e setenta e cinco centavos).

Vigência : Início: 23/05/2016 Término: 31/07/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2016

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 31 DE JULHO DE 2016. FICA TAMBÉM ADITIVADO UM ACRÉSCIMO DE 25% NOS LOTES 1,2,3,4,5 E 6 DE TODOS OS ITENS, DE ACORDO COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93.

Fraiburgo, 2 de Junho de 2016

Ivo Biazolo - Prefeito

TA.AT16SF12

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT16SF12 - Contrato Nº: AT16SF06

Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO

Contratada...: ÁGUA AZUL POÇOS ARTESIANOS LTDA

Vigência : Início: 17/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2015

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 2 de Junho de 2016

João Albino de Barros - Presidente

TA16SF05**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16SF05 - Contrato Nº: CT16SF07
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada...: D.L TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA - EPP
Vigência : Início: 17/05/2016 Término: 06/06/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Nº.: 1/2016.

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, INC.II DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRA FISCAL DA OBRA NOMEADA, DÉBORA PELISER, AJUSTAM E PRORROGAM O PRAZO DE EXECUÇÃO QUE CONSTA DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO PARA ATÉ A DATA DE 06.06.2016.

Fraiburgo, 2 de Junho de 2016
João Albino de Barros - Presidente

DECRETO Nº 146/2016**DECRETO Nº 146, 02 DE JUNHO DE 2016.**

DIVULGA A PONTUAÇÃO DA PROVA PRÁTICA E CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0007, DE 20 DE ABRIL DE 2016, DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO.

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a pontuação da prova prática e classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0007, de 20 de abril de 2016, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 02 DE JUNHO DE 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0007 DE 20 DE ABRIL DE 2016**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: Agente de Leitura e Inspeção		Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO	
Código: 1	Área de Atuação: Geral		
Disciplina: Agente de Leitura e Inspeção			

Critérios de Desempate														
		1º	2º	3º	4º	5º								
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato					Soma de Pontos	Prova Prática	Pontos de Títulos	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	5	CLEBER ALBUQUERQUE					73,83	56,83	17,00	2	0	0	NÃO	05/06/1989
2	7	GERALDO FELIPE PICHETTI VARGAS					71,66	65,66	6,00	2	0	0	NÃO	23/01/1997
3	1	EVERTON GOMES					67,83	64,83	3,00	2	0	0	NÃO	29/01/1986
4	3	JESSÉ ANTONIO DA SILVA BARTEL					65,83	57,83	8,00	6	0	0	NÃO	14/06/1994
5	9	EDUARDO HENRIQUE OLIVEIRA DE SOUZA					58,50	49,50	9,00	6	0	0	NÃO	06/11/1994
6	8	JOHNATAN BERNARDINHO DA SILVA COLDEBELLA					53,50	49,50	4,00	2	0	2	NÃO	25/11/1991
7	4	DENERSSON DIEGO TELES REZENDE					48,66	43,66	5,00	0	0	0	NÃO	16/06/1996

Relação dos Candidatos com Inscrições Desclassificadas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato

Cargo: Quadro:

Código: Área de Atuação:

Disciplina:

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
11	RODOLFO GOETTEN		Não comparecimento na prova prática
10	FRANCISCO ASSIS PALHANO DE ALMEIDA		Não comparecimento na prova prática
6	ELIZANGELA FRANÇA DOS ANJOS		Não comparecimento na prova prática
2	PAULO EDENILSON DO AMARAL JUNIOR		Não preenche pré-requisito de Edital

Frei Rogério

PREFEITURA

RESUMO CONTRATO 072/2016

CONTRATO Nº 072/2016

RESUMO PARA PUBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE A PROPONENTE VENCEDORA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2016 NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO Nº 04/2016, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGERIO, CUJO OBJETIVO É A CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, COM VISTAS À CONSTRUÇÃO DE UMA CAPELA MORTUARIA COM AREA SUPERFICIAL DE 73,27M² (SETENTA E TRES VÍRGULA VINTE E SETE METROS QUADRADOS, TENDO POR LOCAL A RUA: JOAQUIM PALHANO,S/N, NESTE MUNICIPIO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRAS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO, FOI A PROPONENTE CONSTRUPECJ CONSTRUÇÕES LTDA- ME, COM A QUAL FOI CELEBRADO O SEGUINTE CONTRATO:

CONTRATO N º 0072/2016

VALOR DO CONTRATO É DE R\$ 91.289,97 (NOVENTA E UM MIL DUZENTOS E OITENTA E OVE REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS)

PRAZO DE CONCLUSÃO: 05 (CINCO MESES)

INFORMAÇÕES E CONTRATO NA INTEGRA PODERÃO SER OBTIDOS NO SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL PELO FONE (49) 3257-0000 E OU E-MAIL, compras@freirogerio.sc.gov.br, E OU licitacao@freirogerio.sc.gov.br

FREI ROGÉRIO - SC, 02 DE JUNHO DE 2016

OSNY BATISTA ALBERTON
PREFEITO MUNICIPAL

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PR019/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2016

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando a aquisição de base de brita graduada simples – BGS para pavimentação na estrada geral do siriú 3,58km, Estrada Geral da Barra 1,2km, Estrada Geral da Ferrugem 465m, Estrada Geral do Ambrósio 1,83km, Estrada Geral da Silveira 920m, Estrada Geral do Ouvidor 785m, Estrada Geral da Encantada 965m e Estrada Geral da Ressacada 3,11km. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 15/06/2016.

A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 15/06/2016, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 02 de junho de 2016.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 439/2016

PORTARIA N.º 439, DE 30 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARIANA DA SILVA, Auxiliar de Enfermagem, matrícula funcional n.º 0794, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 15 (quinze) dias, a partir de 30/05/2016, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de maio de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 440/2016

PORTARIA N.º 440, DE 30 DE MAIO 2016.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIA DAS DORES SIRINO MARIA COSTA, Servente matrícula funcional n.º 0039, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 23/05/2016.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 23/05/2016.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de maio de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 442/2016

PORTARIA N.º 442, DE 31 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor LUIZ ALBERTO LAZZARIN, Matrícula Funcional n.º 5536, referente a 2015/2016, no período de 01/06/2016 a 30/06/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de maio de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 443/2016

PORTARIA N.º 443, DE 31 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARIA DAS DORES SIRINO MARIA COSTA, Servente, matrícula funcional n.º 0039, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 40 (quarenta) dias, a partir de 31/05/2016, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de maio de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 444/2016.

PORTARIA N.º 444, DE 31 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 09/05/2016, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora SANDRA ELISA DA CUNHA, Matrícula Funcional n.º 5590, concedidas através da Portaria n.º 301/2016, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 09/05/2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de maio de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Garuva

PREFEITURA

CHAMADA PUBLICA Nº 02/2016

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CESSÃO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL NA 23ª FESTA DO COLONO DE GARUVA – SC - 2016.

EDITAL Nº SECET 002/2016, DE 23 DE MAIO DE 2016.

A Prefeitura Municipal de Garuva – SC torna público aos interessados que se encontra aberto o Credenciamento de autorização de uso a título precário e oneroso de Direito de ponto para exploração de venda de bebidas. (Obrigatório: água, refrigerante, cerveja e chope); Direito de ponto para exploração de venda de bebidas tipo batida diversas, coquetéis diversos e bebidas destiladas não puras; Direito de ponto de venda de espaços para exploração gastronômica; Direito de venda de espaços em ponto para exploração comercial; Direito de ponto para Parque de Diversões (inflável e mecânico); Direito de exploração para vôos panorâmicos para fins de realização da 23ª Festa do Colono de Garuva que ocorrerá nos dias 30 e 31 de Julho de 2016 nos arredores do Ginásio de Esportes Evandro Nagel, sito à Rua Carlos Boergenhausen, 526 – Centro de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

O presente Edital e seus anexos, bem como, quaisquer esclarecimentos aos seus termos, serão obtidos na Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, no horário compreendido entre as 08h às 13h ou por meio do telefone 47-3445.4037.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Edital o credenciamento para cessão de autorização de uso a título precário e oneroso de espaço para exploração de Direitos e Obrigações, conforme grupo, no espaço demarcado para a realização do evento, incluindo o Ginásio de Esportes Evandro Nagel, sito à Rua Carlos Boergenhausen, 551 – Centro, onde ocorrerá a 23ª Festa do Colono de Garuva nos dias 30 e 31 de Julho de 2016, em que cada item servirá um grupo de especialidade a fim de diversificar os produtos oferecidos à Comunidade que prestigiará o evento, bem como, fomentar o desenvolvimento econômico local, conforme estabelecido a seguir:

Grupos	Quant.	Especialidade	Observações
A (item 1.1.1.)	03	Direito de ponto para exploração de venda de bebidas. (Obrigatório: água, refrigerante, cerveja e chope.	<ul style="list-style-type: none">- A exploração se dará pela mesma pessoa jurídica ou outra;- O fornecimento da estrutura necessária ao item 1.1.1. será por conta da empresa vencedora, medindo 4m x 4m;- Não será permitida a venda de produtos em garrafas, copos e/ou vasilhames de qualquer natureza de vidro;- Não será permitida a venda de bebida alcoólica destilada pura;- Não será permitida a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, e na dúvida sempre solicitar o documento de identificação, sendo de inteira responsabilidade da empresa vencedora esta fiscalização, devendo, ainda, afixar cartazes nos pontos de vendas sobre esta proibição;- É obrigatória a utilização de acessórios de higiene, tais como: luva, máscara e touca para os manipuladores de alimentos;- Deverá ser oferecida no mínimo 2 marcas de cerveja (entre: Brahma, Skol ou Antártica, Kaiser, Nova Schin) e 3 tipos de refrigerante (entre: Coca-Cola, Guaraná Antártica, Fanta, Sprite ou Soda Limonada);- Preço máximo a ser praticado em cervejas: R\$ 5,00 a unidade;- Preço máximo a ser praticado em refrigerantes: R\$ 4,00 a unidade;- Preço máximo a ser praticado na água: R\$ 3,00;- É de inteira responsabilidade da empresa vencedora, todas as despesas e riscos atinentes a montagem e exploração da atividade comercial no recinto, inclusive de higiene e segurança, observando todas as normas exigidas pelas autoridades municipais e sanitárias, sem qualquer ônus ou encargos de qualquer natureza para a prefeitura de Garuva. Ficando sob inteira responsabilidade da empresa vencedora a contratação de mão de obra para o cumprimento das obrigações, devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e fiscais decorrentes da exploração da atividade.- Toda estrutura de responsabilidade de quem explorar.

B (item 1.1.2)	01	Direito de ponto para exploração de venda de bebidas tipo batidas diversas, coquetéis diversos e bebidas destiladas não puras.	<ul style="list-style-type: none"> - A exploração se dará pela mesma pessoa jurídica ou outra; - O fornecimento da estrutura necessária ao item 1.1.2. será por conta da empresa vencedora, medindo 4m x 4m; - Não será permitida a venda de produtos em garrafas, copos e/ou vasilhames de qualquer natureza de vidro; - Não será permitida a venda de bebida alcoólica destilada pura; - Não será permitida a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, e na dúvida sempre solicitar o documento de identificação, sendo de inteira responsabilidade da empresa vencedora esta fiscalização, devendo, ainda, afixar cartazes nos pontos de vendas sobre esta proibição; - É obrigatória a utilização de acessórios de higiene, tais como: luva, máscara e touca para os manipuladores de alimentos; - É de inteira responsabilidade da empresa vencedora, todas as despesas e riscos atinentes a montagem e exploração da atividade comercial no recinto, inclusive de higiene e segurança, observando todas as normas exigidas pelas autoridades municipais e sanitárias, sem qualquer ônus ou encargos de qualquer natureza para a prefeitura de Garuva. Ficando sob inteira responsabilidade da empresa vencedora a contratação de mão de obra para o cumprimento das obrigações, devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e fiscais decorrentes da exploração da atividade. - Toda estrutura de responsabilidade de quem explorar.
C (item 1.1.3.)	10	Direito de ponto de venda de espaços para exploração gastronômica.	<ul style="list-style-type: none"> - A exploração se dará pela mesma pessoa jurídica ou outra; - O fornecimento da estrutura necessária ao item 1.1.3. será por conta da empresa vencedora, medindo 3m x 3m;- Não será permitida a venda de produtos em garrafas, copos e/ou vasilhames de qualquer natureza de vidro; - Não será permitida a venda de bebida alcoólica destilada pura; - Não será permitida a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, e na dúvida sempre solicitar o documento de identificação, sendo de inteira responsabilidade da empresa vencedora esta fiscalização, devendo, ainda, afixar cartazes nos pontos de vendas sobre esta proibição; - É obrigatória a utilização de acessórios de higiene, tais como: luva, máscara e touca para os manipuladores de alimentos; - É de inteira responsabilidade da empresa vencedora, todas as despesas e riscos atinentes a montagem e exploração da atividade comercial no recinto, inclusive de higiene e segurança, observando todas as normas exigidas pelas autoridades municipais e sanitárias, sem qualquer ônus ou encargos de qualquer natureza para a prefeitura de Garuva. Ficando sob inteira responsabilidade da empresa vencedora a contratação de mão de obra para o cumprimento das obrigações, devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e fiscais decorrentes da exploração da atividade.
D (item 1.1.4)	01	Direito de ponto para Parque de Diversões (inflável e mecânico)	<ul style="list-style-type: none"> - A exploração se dará pela mesma pessoa jurídica ou outra; - O fornecimento da estrutura necessária ao ITEM 1.1.4 será por conta da empresa vencedora a ser utilizado entre o Ginásio Evandro Nagel, Academia Livre e Rua Pe. José Novack; - O parque deve conter no mínimo: 02 escorregador inflável, 02 piscina de bolinha, 04 camas elásticas, 01 labirinto; - É de inteira responsabilidade da empresa vencedora a disponibilização de monitores em quantidade suficiente para cada brinquedo; - É de inteira responsabilidade da empresa vencedora, todas as despesas e riscos atinentes a montagem e exploração da atividade comercial no recinto, inclusive de higiene e segurança, observando todas as normas exigidas pelas autoridades municipais e sanitárias, sem qualquer ônus ou encargos de qualquer natureza para a prefeitura de Garuva. Ficando sob inteira responsabilidade da empresa vencedora a contratação de mão de obra para o cumprimento das obrigações, devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e fiscais decorrentes da exploração da atividade e demais licenças, bem como com documentos de manutenção dos equipamentos; - A autorização perante os órgãos competentes (ex: Corpo de Bombeiros, etc), demais licenças e alvarás para realização da atividade, são de responsabilidade da Autorizada.
E (item 1.1.5.)	01	Direito de exploração para vôos panorâmicos.	<ul style="list-style-type: none"> - A exploração se dará pela mesma pessoa jurídica ou outra; - O fornecimento da estrutura necessária ao item 1.1.5. será no Estádio Julio de Almeida; - Deverá ser aplicado o valor Máximo de R\$ 150,00 por pessoa, por vôo; - É de inteira responsabilidade da empresa vencedora, todas as despesas e riscos atinentes a montagem e exploração da atividade comercial no local indicado, inclusive de higiene e segurança, observando todas as normas exigidas pelas autoridades municipais e sanitárias, sem qualquer ônus ou encargos de qualquer natureza para a prefeitura de Garuva. Ficando sob inteira responsabilidade da empresa vencedora a contratação de mão de obra para o cumprimento das obrigações, devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e fiscais decorrentes da exploração da atividade. - A autorização perante os órgãos competentes (ex: Corpo de Bombeiros, etc), demais licenças e alvarás para realização da atividade, são de responsabilidade da Autorizada.

2. DAS CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste Credenciamento quaisquer interessados nos ramos pertinentes que satisfaçam as condições do objeto deste Edital;

2.2. Os interessados deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, no dia 17 de Junho de 2016, entre as 09h00min e as 10h00min, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Garuva.

2.3. São requisitos para o credenciamento, a apresentação dos seguintes documentos originais, para que sua cópia seja autenticada, ou de

fotocópias autenticadas:

- a) Registro Comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- e) Declaração emitida pela empresa de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no Anexo III deste edital;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS.
- g) Certidão Negativa de Débito do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;
- h) Certidão Negativa de Tributos Federais;
- i) Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
- j) Certidão Negativa de Tributos Municipais da Sede de origem da empresa e do município de Garuva;
- k) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Artigo 29, Inciso V, da Lei 8.666/93;
- l) Telefones e e-mail para contato.

2.4. Os documentos necessários ao credenciamento deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente ou por servidor componente da comissão para realização deste chamamento público, publicação em órgão da imprensa oficial, ou pela Internet, nos casos em que o órgão responsável pela emissão do documento disponibilizar sua consulta.

2.4.1 Os interessados deverão preencher todas as declarações e entregá-las assinadas para fins de conclusão do credenciamento.

2.5. Efetivado o Credenciamento, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos;

2.6. Serão aceitas inscrições por meio de terceiros, mediante a apresentação de: (a) procuração com firma reconhecida e com a especificação de poderes; (b) documento de identidade do procurador e; (c) cópia do documento de identidade daquele que pretende o credenciamento.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Estará Autorizada a usar a área a empresa ou pessoa física que:

- a) Apresentar corretamente a documentação exigida;
- b) Concordar em pagar previamente o valor estipulado até 24 de junho de 2016, referente à ocupação de área, por meio de DAM, com apresentação de original e entrega da cópia do comprovante de pagamento, conforme item 4.2.
- c) Protocolar sua documentação corretamente.

3.2. Caso haja 02 (duas) ou mais empresas que protocolem sua documentação para a mesma finalidade, o desempate será feito por meio de sorteio.

3.3. Não poderá participar direta ou indiretamente do presente processo servidor público municipal, conforme art. 9º, inc. III, § 3º da Lei 8.666/93 e suas alterações.

4. DO PAGAMENTO

4.1. Ficam estipulados os seguintes valores para ocupação nos dias 29/07, 30/07 e 31/07 de 2016, de acordo com a tabela abaixo:

Grupos	Especialidade	Valor
A (item 1.1.1.)	Direito de ponto para exploração de venda de bebidas. (Obrigatório: água, refrigerante, cerveja e chope.	R\$ 5.000,00
B (item 1.1.2.)	Direito de ponto para exploração de venda de bebidas tipo batidas diversas, coquetéis diversos e bebidas destiladas não puras.	R\$ 4.000,00
D (item 1.1.3.)	Direito de ponto de venda de espaços para exploração gastronômica.	R\$ 5.000,00
F (item 1.1.4.)	Direito de ponto para Parque de Diversões (inflável e mecânico)	R\$ 2.000,00
G (item 1.1.5.)	Direito de exploração para vôos panorâmicos.	R\$ 2.000,00
TOTAL		R\$ 18.000,00

5. DA AUTORIZAÇÃO

5.1. Homologado o credenciamento, mediante a apresentação de todos os documentos exigidos e termos de autorização, devidamente preenchidos o Município de Garuva, cede em caráter pessoal e intransferível, a título precário e oneroso, observadas as condições inerentes ao comércio a ser exercido;

5.2. A autorização poderá ser revogada pelo Município de Garuva a qualquer tempo, desde que configurada situação de conveniência e/ou oportunidade, sem que caiba à Autorizada ressarcimento ou indenização de qualquer espécie, seja a que título for nos termos da legislação vigente;

5.3. A Autorizada deverá iniciar as atividades tendentes à ocupação da área Autorizada em tempo hábil para que esteja, até a data prevista, apta para explorar o espaço de acordo com a legislação vigente, sob pena revogação da autorização, devendo, inclusive, providenciar Alvará Sanitário para exploração comercial da área autorizada;

5.4. A exploração da área Autorizada deverá ser feita pela empresa ou pessoa Autorizada;

5.5. É de responsabilidade exclusiva e integral da Autorizada a utilização de pessoal para a exploração da área, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais, e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município de Garuva;

5.6. Os demais direitos e obrigações das partes serão objetos da autorização, que é parte integrante desse chamamento público;

5.7. O Documento de Credenciamento a ser assinado está contido no Anexo I;

5.8. Caso o credenciado não assine o Documento de Credenciamento no prazo previsto, a Administração Pública Municipal poderá convocar

os candidatos remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual ou menor prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

6. DO PRAZO DE VALIDADE

6.1. A vigência do Documento de Credenciamento é exclusiva ao período de da realização da 23ª Festa do Colono, isto é, nos dias 30 e 31 de Julho de 2016 nas dependências e arredores do Ginásio Municipal de Esportes Evandro Nagel;

6.2. O prazo de execução dos serviços, bem como, o início dos trabalhos deverá ser simultâneo ao período ao período de da realização da 23ª Festa do Colono, isto é, nos dias 30 e 31 de Julho de 2016.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA AUTORIZADA

7.1. A Autorizada deverá atender às seguintes obrigações:

7.1.1. Respeitar e fazer respeitar a legislação pertinente;

7.1.2. Manter, durante toda a exploração da área que lhe foi Autorizada, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas;

7.1.3. Zelar pela área objeto da Autorização e comunicar de imediato à Administração Pública Municipal, a sua utilização indevida por terceiros;

7.1.4. Exercer unicamente o ramo que lhe foi autorizado através da Autorização de uso, conforme descrito e caracterizado no objeto do Edital, observando as exigências legais e higiênico-sanitárias pertinentes, providenciando inclusive Alvará Sanitário;

7.1.5. Responder civil, penal e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem assim por danos ou prejuízos causados a terceiros e à estrutura disponibilizada;

7.1.6. Não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização Administração Pública Municipal;

7.1.7. Manter a excelência de padrões de higiene e limpeza dos equipamentos e área Autorizada, observando a totalidade das exigências de ordem higiênica – sanitária, inclusive com a disponibilização de lixeiras aos consumidores;

7.1.8. Todos e quaisquer danos que porventura venham a ocorrer aos consumidores deverão ser reparados pela pessoa ou jurídica Autorizada;

7.2. A Autorizada ainda deverá conservar o espaço com as mesmas características recebidas e atestadas no Termo de Recebimento das Instalações, mediante prévia vistoria que será realizada pela Comissão e pela Autorizada.

8. DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada por parte do Credenciado em assinar a Termo de Autorização, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar dos prazos estabelecidos, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida. Nesta hipótese, é facultada Administração Pública Municipal, convocar os cadastrados remanescentes na ordem de classificação;

8.2. O Credenciado desistente em prazo inferior a 03 (três) dias do prazo, perderá o direito de participar de novos credenciamentos;

8.3. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Edital serão aplicadas às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, bem como penalidades administrativas, garantida a ampla defesa e o contraditório.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

9.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo;

9.3. São partes integrantes deste Edital:

9.3.1. Anexo I (Modelo de Documento de Credenciamento);

9.3.2. Anexo II (Termo de Recebimento das Instalações, após vistoria ao local dos serviços objeto do credenciamento);

9.3.3. Anexo III (Declaração de obediência ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988);

9.3.4 A parte interna da estrutura do espaço é de responsabilidade da Autorizada e deverá se adequar às normas da vigilância sanitária, bem como, a observar os manuais de boas práticas e demais exigências da ANVISA;

9.3.6 Em caso de se apresentar mais de um interessado para o mesmo grupo e especialidade e ultrapassando o número em relação ao quantitativo de espaços, será feito sorteio entre os interessados presentes no dia 17 de junho de 2016, às 10h30min na sala das licitações. O não comparecimento implicará em desclassificação do mesmo;

9.3.7 Tendo em vista as duas últimas edições, o evento realizado pelo MUNICÍPIO de GARUVA terá entrada franca para todos os shows nos dias 30/07 e 31/07, em todos os horários da 23ª Festa do Colono.

9.3.8 As condições estabelecidas deste edital devem seguir parecer jurídico da Procuradoria deste município.

Garuva/SC, 31 de maio de 2016.

José Chaves

Prefeito Garuva

(Anexo I)

DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO

A Prefeitura Municipal de Garuva inscrito no CNPJ 83.102.848/0001-59, por intermédio da Secretaria de Cultura, Esporte, e Turismo, Garuva/SC, CREDENCIA a pessoa jurídica _____ com endereço ou sede na _____

_____, sendo responsável o Sr.(a) _____

_____, portador da Carteira de Identidade n.º _____, inscrita no CPF ou CNPJ n.º _____

_____, para concessão de autorização de uso a título precário e concessão de uso com contrapartida a exploração Comercial de _____

_____ na 23ª Festa do Colono, isto é, nos dias 30 e 31 de Julho de 2016 nas dependências e arredores do _____

Ginásio Municipal de Esportes Evandro Nagel e obrigação de _____

_____ Afirma ainda que possui toda a infra-estrutura e documentação necessária para suprir as necessidades físicas do ponto a ser explorado. Nesta oportunidade aceita todas as exigências do Edital SECET 02/2016 e se compromete a cumpri-las.

Garuva/SC, _____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

José Chaves
Prefeito Garuva

(Anexo II)
Declaração de vistoria ao local dos serviços

Termo de Recebimento das Instalações

Declaramos em atendimento ao previsto nas condições estabelecidas no Edital de Chamamento Público SECET nº 02/2016, que vistoriamos as instalações, objeto deste Edital, sendo do nosso inteiro conhecimento as condições e características dos mesmos e tudo o mais necessário à execução total dos serviços.

Garuva/SC, _____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

(Anexo III)
Declaração do Cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da CF

DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART.7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Declaramos em atendimento ao previsto Edital de Chamamento Público SECET nº 02/2016, que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Garuva/SC, _____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

CONVENIO Nº 02/2016

Convênio nº 02/2016

Convênio de cooperação mútua que celebram o Município de Garuva, e a AÇÃO SOCIAL NOSSA SENHORA DOS POBRES.”

O Município de Garuva, por sua Prefeitura Municipal, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Celso Ramos, nº 1.614 – Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.848/0001-59, doravante denominado MUNICIPIO, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, José Chaves, inscrito no CPF nº. 248.236.869-34 e portador da Cédula de Identidade nº. 595643-9 SSP/SC, e a Ação Social Nossa Senhora dos Pobres, com sede neste Município, à Rua da Matriz, nº 163, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.239.632/0001-30, representada neste ato pela sua Presidenta, senhora Maria de Lourdes D’Bona Bitencourt, inscrito no CPF Nº 614.070.629-72, doravante denominada ASSOCIAÇÃO, resolvem firmar o presente Convênio, com base na Lei Municipal nº 1936, de 01 de junho de 2016, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

Constitui objeto deste Convênio o repasse de Auxílio financeiro pelo MUNICÍPIO a AÇÃO SOCIAL, para fazer frente às despesas relacionadas à aquisição de fraldas descartáveis infantis e geriátricas, que serão destinadas às famílias cadastradas em condições de vulnerabilidade social, aos idosos carentes e às crianças e adultos com necessidades especiais.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Valor e Forma de Pagamento

Os recursos financeiros previstos neste Convênio importam em R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), que serão repassados pelo Município a Associação em parcela única.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da origem dos recursos

Os recursos previstos neste Convênio estão assegurados no Orçamento do presente exercício e as despesas decorrentes serão alocadas aos seguintes códigos:

02.001 – Gabinete do Prefeito

2005 – Contribuição a Entidades e Associações

335041 – Contribuições

010000 – Recursos Livre do Tesouro

CLÁUSULA QUARTA – Das Obrigações

I - Do Município

a) Através do Departamento de Contabilidade, receber a prestação de contas elaborada pela Associação, analisando, examinando e verificando o fiel cumprimento das determinações legais;

b) Repassar os recursos previstos no presente convênio, conforme disponibilidade financeira do município;

c) Suspender o repasse a Associação, a qualquer tempo, quando o mesmo não apresentar a documentação atualizada;

II – Da Ação Social

a) Atender o maior número possível de famílias cadastradas em condição de vulnerabilidade social.

b) Aceitar as orientações/supervisão do Município;

c) Manter cadastro das famílias atendidas para fins estatísticos, e dar vistas ao órgão concedente do Município;

d) Abrir conta específica em banco público, exclusivamente para movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio;

e) Computar obrigatoriamente, a crédito do Convênio, as receitas financeiras auferidas, as quais serão aplicadas, exclusivamente, no seu objeto, devendo constar nos formulários que integrarão as prestações de contas do ajuste;

f) Arcar com as obrigações legais, trabalhistas e previdenciárias decorrentes da execução do objeto do presente Convênio;

g) Devolver ao Município no prazo improrrogável de 30 (Trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente Convênio o saldo financeiro não utilizado.

CLÁUSULA QUINTA – Da Vigência

O prazo para a vigência deste Convênio iniciará na data de assinatura para prevalecer até 31.12.2016, podendo ser aditivado, se as partes assim o desejarem, para prorrogar o seu prazo de vigência e para eventuais readequações, desde que não seja alterado o seu objeto e tenha previsão orçamentária e disponibilidade financeira.

As partes poderão, a qualquer tempo, rescindir o presente Convênio, mediante aviso, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência, por mútuo acordo das partes ou quando não apresentar a documentação exigida ou ainda, quando ocorrerem problemas nas prestações de contas.

CLÁUSULA SEXTA – Da Prestação de Contas

A prestação de contas da verba recebida deverá ser encaminhada ao Departamento de Contabilidade, de acordo com as normas estabelecidas pela legislação pertinente em vigor, juntamente com um relatório específico de todas as atividades realizadas, bem como relação nominal das pessoas atendidas pela Associação.

Parágrafo Primeiro: após utilização do recurso, deverá apresentar ao Gabinete do Prefeito, avaliação das respectivas atividades e mensurar o alcance dos objetivos.

Parágrafo Segundo: A não apresentação da prestação de contas em até 60 dias após o recebimento da parcela implicará em Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA SETIMA – Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução deste Convênio.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente termo, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.

Garuva, 01 de junho de 2016.

José Chaves Prefeito Municipal.	Maria de Lourdes D'Bona Bitencourt Presidente da Ação Social Nossa Senhora dos Pobres
------------------------------------	---

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

LEI Nº 1936/2016

LEI Nº 1936, DE 01 DE JUNHO DE 2016

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A AÇÃO SOCIAL NOSSA SENHORA DOS POBRES."

O povo do município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção, no exercício de 2016, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para a Ação Social Nossa Senhora dos Pobres, declarada de Utilidade Pública através da Lei Nº 1320/2007.

Parágrafo Único – O repasse será efetuado em parcela única devendo a entidade prestar contas ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo no prazo de 30 dias após o recebimento da parcela.

Art. 2º - As despesas com a presente lei serão apropriadas em rubrica do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal.

Gaspar

SAMAE - GASPAR

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº20/2016 - SAMAE

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2016

Aos trinta dias do mês de maio do ano de 2016, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 20/2016, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 30/05/2016. RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s), nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

Objeto: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando a contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação, de forma contínua, dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos (leves e pesados), conforme as quantidades e características descritas na folha modelo "Proposta de Preços - ANEXO VI" e "Projeto Básico - ANEXO I" do Edital Pregão Presencial nº 20/2016.

MDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. (85.104.289/0001-41)

Lote 01

Item 01 – Serviços de Oficina Mecânica

Manutenção preventiva e corretiva para veículos (AUTOMÓVEIS e UTILITÁRIOS de todas as marcas e modelos) pertencentes, ou em utilização, pelo SAMAE de Gaspar.

Unidade de medida: H. Quantidade: 600

1º. Colocado: MDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., com o valor unitário registrado de R\$ 48,00 (quarenta e oito reais).

Item 02 – Fornecimento de peças e acessórios para veículos pertencentes, ou em utilização, pelo SAMAE de Gaspar.

Foi vencedor do item a empresa MDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, com o percentual de desconto de 9% (nove por cento).

Lote 03

Item 05 - Manutenção preventiva e corretiva para MÁQUINAS (de todas as marcas) pertencentes, ou em utilização, pelo SAMAE de Gaspar.

Unidade de medida: H. Quantidade: 550

1º. Colocado: MDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., com o valor unitário registrado de R\$ 90,00 (noventa reais).

Item 06 – Fornecimento de peças e acessórios para máquinas (de todas marcas e modelos) pertencentes, ou em utilização, pelo SAMAE de Gaspar.

Foi vencedor do item a empresa MDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, com o percentual de desconto de 6% (seis por cento).

Lote 04

Item 07 - Serviços de Oficina Mecânica de Camionetes e Caminhões Manutenção preventiva e corretiva para CAMIONETES E CAMINHÕES (de todas as marcas) pertencentes, ou em utilização, pelo SAMAE de Gaspar.

Unidade de medida: H. Quantidade: 400

1º. Colocado: MDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., com o valor unitário registrado de R\$ 80,00 (oitenta reais).

Item 08 – Fornecimento de peças e acessórios para Camionetes e Caminhões (de todas marcas e modelos) pertencentes, ou em utilização, pelo SAMAE de Gaspar.

Foi vencedor do item a empresa MDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, com o percentual de desconto de 6% (seis por cento).

Lote 05

Item 09 - Serviços de Solda e Usinagem em Veículos

Unidade de medida: H. Quantidade: 70

1º. Colocado: MDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., com o valor unitário registrado de R\$ 63,00 (sessenta e três reais).

Valor total registrado do Licitante: R\$ 114.710,00 (cento e quatorze mil setecentos e dez reais).

Lote 02

Item 03 – Serviços de Oficina Mecânica de Motocicletas

Manutenção preventiva e corretiva para veículos (MOTOCICLETAS de todas as marcas e modelos) pertencentes, ou em utilização, pelo SAMAE de Gaspar.

Unidade de medida: H. Quantidade: 250

1º. Colocado: IVONE IDA BRASILIA BARONI ME., com o valor unitário registrado de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais).

Item 04 – Fornecimento de peças e acessórios para MOTOCICLETAS (de todas as marcas e modelos) pertencentes, ou em utilização, pelo SAMAE de Gaspar.

Foi vencedor do item a empresa IVONE IDA BRASILIA BARONI ME, com o percentual de desconto de 6% (seis por cento).

Valor total registrado do Licitante: R\$ 11.250,00 (onze mil duzentos e cinquenta reais).

Valor total registrado da Licitação: R\$ 125.960,00 (cento e vinte e cinco mil e novecentos e sessenta reais).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA A presente Ata vigorará a partir de sua assinatura, pelo período de 12 (doze) meses.

ENTREGA: A CONTRATADA retirará o veículo a ser consertado em até 24 (vinte e quatro) horas no local indicado pelo Responsável. Em caso de emergência a CONTRATADA retirará o veículo em até 02 (duas) horas no local indicado pelo Responsável. Após a aprovação do orçamento prévio a CONTRATADA deverá executar os serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias para os casos de retífica de motor e 5 (cinco) dias para os demais serviços.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado pelo SAMAE de Gaspar, por meio de ordem bancária, e creditado na agência bancária indicada na proposta da Contratada, o qual ocorrerá até o quinto dia útil, após aceitação e atesto da Nota Fiscal/Fatura.

Gaspar (SC), em 30 de maio de 2016.

COMISSÃO:

IVONETE MAIS DOS SANTOS– Pregoeira

RICARDO MELATO - Equipe de Apoio

MARLENE CAMPOS DA SILVA– Equipe de Apoio

Guaraciaba

PREFEITURA

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 77.16 MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA ESCOLAS MUNICIPAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº77/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 94/16, Edital de Pregão Presencial Nº 77/16, Objeto: Aquisição de materiais de higiene e limpeza para uso nas escolas do ensino fundamental e infantil; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 16/06/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 16/06/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 02 de junho de 2016.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE TOMADA DE PREÇO 07.16CALÇAMENTO COM PEDRAS IRREGULARES RUAS AMARO DOS SANTOS E OUTRAS CONVÊNIO CAIXA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABASC, EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº07/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 93/16, Edital de Tomada de Preço Nº 07/16, Objeto: contratação de empresa para executar pavimentação com pedras irregulares Ruas Amaro dos Santos, XV de Novembro, Laudir Antonio Comin, Dom José Gomes, nos Termos do Contrato de Repasse nº824802/2015 Ministério das Cidades; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 21/06/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 21/06/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 02 de junho de 2016.

Roque Luiz Meneghini
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

1ª AVALIAÇÃO AMOSTRAS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2016 - FMS

Processo Licitatório nº 16/2016 - FMS.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS, EQUIPAMENTOS, ÓRTESES E PRÓTESES PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM (SC).

1ª Avaliação das amostras entregues pelas empresas

ITEM	1º CLASSIFICADO	
1	INFINITY	APROVADO
2	METROMED	APROVADO
3	METROMED	APROVADO
12	DISQUEMED	APROVADO
17	OLIMED	REPROVADO
18	OLIMED	APROVADO
19	METROMED	REPROVADO
30	PRODUVALE	NÃO ENTREGOU
38	METROMED	APROVADO
39	METROMED	NÃO ENTREGOU
40	DISQUEMED	NÃO ENTREGOU
41	INFINITY	APROVADO
42	INFINITY	NÃO ENTREGOU
43	OLIMED	APROVADO
44	METROMED	NÃO ENTREGOU
46	PRODUVALE	NÃO ENTREGOU
47	OLIMED	APROVADO
48	OLIMED	APROVADO
49	OLIMED	REPROVADO
50	METROMED	APROVADO
51	OLIMED	REPROVADO
52	COINTER	APROVADO
54	PRODUVALE	NÃO ENTREGOU
55	OLIMED	REPROVADO
56	DISQUEMED	REPROVADO
58	OLIMED	APROVADO
71	METROMED	REPROVADO
73	ROYAL	APROVADO
74	ROYAL	APROVADO
82	METROMED	APROVADO
83	METROMED	APROVADO
85	OLIMED	REPROVADO
86	OLIMED	REPROVADO
88	DISQUEMED	APROVADO
89	OLIMED	REPROVADO
91	ROYAL	REPROVADO

Os laudos de avaliação encontram-se juntados ao processo licitatório, estando a disposição das licitantes junto ao setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC).

Guaramirim, 02 de junho de 2016.

Avaliação realizada pela Equipe Técnica Nomeada pela Portaria nº 143/2016, composta pelas servidoras: Adriana R S de Andrade; Tanisse Amorim Ferrari; Vera Lucia P Gasda.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 20/2016 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 20/2016 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL N.º 11/2016 - PMG

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS (RETROESCAVADEIRA 4X4, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, CAMINHÃO TRUCK CAÇAMBA, CAMINHÃO TRUQUE TANQUE, CAMINHÃO 8X4 CAÇAMBA E TRATOR ESTEIRA) PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E OUTROS SERVIÇOS PERTINENTES AO SETOR DE INFRAESTRUTURA DE GUARAMIRIM.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 11/2016 PMG.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: RENATO TOMELIN EPP, inscrito no CNPJ sob o nº 81.866.980/0001-01, estabelecido na Rua Gustavo Rubin s/n, bairro Centro, em Guaramirim - SC.

Vigência: Início: 11/05/2016 Término: 10/05/2017.

Fornecedor: 43427 - RENATO TOMELIN EPP					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
5	1000	HR	HORAS CAMINHÃO TRUCK TANQUE - CAPACIDADE IGUAL OU ACIMA 15000 LT	79,00	79.000,00
6	1000	HR	HORAS TRATOR ESTEIRA - ESCARIFICADOR TRASEIRO E PESO OPERACIONAL IGUAL OU ACIMA 11000 KG	140,80	140.800,00
Total				R\$219.800,00	

Guaramirim (SC), 02 de Junho de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 21/2016 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 21/2016 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL N.º 11/2016 - PMG

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS (RETROESCAVADEIRA 4X4, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, CAMINHÃO TRUCK CAÇAMBA, CAMINHÃO TRUQUE TANQUE, CAMINHÃO 8X4 CAÇAMBA E TRATOR ESTEIRA) PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E OUTROS SERVIÇOS PERTINENTES AO SETOR DE INFRAESTRUTURA DE GUARAMIRIM.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 11/2016 PMG.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: L.T WONSIEWSKI & CIA LTDA – EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.159.720/001-55, com sede na Rua Victor Bramorski, nº 207, bairro Centro, em Guaramirim – SC.

Vigência: Início: 11/05/2016 Término: 10/05/2017.

Fornecedor: 71765 - L. T. WONSIEWSKI & CIA LTDA - ME					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
2	1000	HR	HORAS CAMINHÃO TRUCK CAÇAMBA MINÉRIO 12 M³ - IGUAL OU ACIMA ANO 2010	42,40	42.400,00
Total				R\$42.400,00	

Guaramirim (SC), 02 de Junho de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 22/2016 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 22/2016 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL N.º 11/2016 - PMG

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS (RETROESCAVADEIRA 4X4, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, CAMINHÃO TRUCK CAÇAMBA, CAMINHÃO TRUQUE TANQUE, CAMINHÃO 8X4 CAÇAMBA E TRATOR ESTEIRA) PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E OUTROS SERVIÇOS PERTINENTES AO SETOR DE INFRAESTRUTURA DE GUARAMIRIM.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 11/2016 PMG.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: WANDE – MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.875.364/0001-18, com sede na Rua Vergílio Pedro Rubini, 1700, bairro Barra do Rio Cerro, em Jaraguá do Sul – SC.

Vigência: Início: 11/05/2016 Término: 10/05/2017.

Fornecedor: 2986655 - WANDE - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA ME					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
3	1000	HR	HORAS CAMINHÃO 8 X 4 CAÇAMBA MINÉRIO 18 M³ - IGUAL OU ACIMA ANO 2010	123,90	123.900,00
Total				R\$123.900,00	

Guaramirim (SC), 02 de Junho de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial nº 008/2016 – FMS.

Processo Licitatório: 008/2016 – PMG.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: aquisição e instalação de balcão sob medida para o novo local onde será instalado o Posto de Saúde do Imigrantes no município de Guaramirim (SC).

Entrega dos Envelopes: até 27/06/2016 às 9h.

Abertura dos Envelopes: 27/06/2016 às 9h.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 2 de junho de 2016.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO Nº 81/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Edital: Pregão Presencial 081/2016 – PMG

Processo Licitatório: 081/2016 - PMG

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) PARA ATUAL INSTALAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UMA SUBESTAÇÃO DE MEDIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO EM BAIXA TENSÃO DE UM TRANSFORMADOR DE 300KVA EM POSTE.

Entrega dos Envelopes: 29/06/2016 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 29/06/2016 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis segunda à sexta-feira das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 02 de junho de 2016.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO - APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS - LICITAÇÃO Nº 16/2016-FMS

Convocação para Apresentação de Amostras – 2ª Chamada
Processo Licitatório nº 16/2016.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS, EQUIPAMENTOS, ÓRTESES E PRÓTESES PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM (SC).

Tendo em vista a que algumas amostras dos primeiros colocados não foram entregues para avaliação da comissão técnica (Designada pela Portaria nº 143/2016) e que outras foram reprovadas pela referida comissão, ficam convocados as licitantes abaixo relacionados para apresentarem suas amostras, no prazo de máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação no Diário Oficial dos Municípios, no local e horários indicados no item 3b.4 do instrumento convocatório:

ITEM	LICITANTE 2ª COLOCADA/CONVOCADA
17	PRODUVALE
30	DISQUEMED
39	OLIMED
40	OLIMED
42	OLIMED
44	INFINITY
46	METROMED
49	DISQUEMED
51	PRODUVALE
54	OLIMED
85	METROMED
86	METROMED

Guaramirim, 02 de junho de 2016.

Carlos Felipe Fischer
Pregoeiro
Portaria nº 67/2016

EXTRATO DO CONTRATO 10/2016- PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 10/2016- PMG
Processo Licitatório nº: 29/2016 - PMG

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE FOTOCOPIADORAS PARA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratado: REINKJET TINTAS, TONERS E INFORMÁTICA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 03.504.465/0001-78, estabelecida na Rua Uruguai, nº 147, bairro Ponta Aguda, município de Blumenau, estado de Santa Catarina.

Valor: R\$ 71.820,00 (setenta e um mil oitocentos e vinte reais)

Data da Assinatura: 06/05/2016 Vigência: 05/05/2017

GUARAMIRIM (SC), 02/06/2016
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 4310/2016

LEI Nº. 4310/2016

Acrescenta dispositivo na Lei nº. 1003/1986, que institui o Código de Obras do Município de Guaramirim.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A Lei nº. 1003/1986 passa a vigorar com a seguinte alteração:

.....

“Art. 56A. O proprietário ou possuidor de imóvel, a qualquer título, edificado ou não, deverá construir, após autorização municipal, obrigatoriamente, a respectiva calçada na extensão correspondente à sua testada e mantê-la em perfeito estado de conservação, observadas as especificações técnicas do Órgão competente.

§ 1º A obrigação disposta no caput deste artigo, não será exigida quando tratar-se de projetos de revitalização e reurbanização a serem desenvolvidas pelo Município, de acordo com seu interesse urbanístico, estético e social, bem como observando-se a definição do zoneamento urbano municipal.

§ 2º Considera-se em "mau estado de conservação", os passeios públicos que apresentem buracos, ondulações, desníveis ou a presença de obstáculos que impeçam o trânsito livre e seguro dos pedestres bem como aqueles cujos aspectos estéticos estejam em desacordo com as normas técnicas e regulamentares.

.....

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de junho de 2016.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 185/2016

PORTARIA Nº. 185/2016
HOMOLOGA Processo Seletivo nº. 03/2016.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 03/2016, conforme o Edital nº. 03/2016, publicado no DOM/SC, Edição nº. 1978, em 18/04/2016, para admissão de pessoal por prazo determinado para provimento de cargos da Prefeitura Municipal de Guaramirim;

Considerando ainda, a conclusão dos trabalhos da Comissão Municipal de Processo Seletivo, nomeada através da Portaria nº. 118/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o Processo Seletivo nº. 03/2016, para provimento de cargos da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de junho de 2016.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - FMS CD 70/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
DISPENSA DE LICITAÇÃO – COMPRA DIRETA Nº. 70/2016.

O município de Guarujá do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde, com fundamento no Artigo 24 Inciso IV da Lei nº. 8666/93 comunica Aquisição de medicamento exclusivo para tratamento do câncer para o paciente Blasio Konzen, conforme Decisão Judicial Autos nº. 0301159.36.2015.8.24.0065.

Fornecedor: ONCOEXPRESS COMERCIO DE PRODUTOS FAMACEUTICOS LTDA

Rua Domingos de Moraes, 348, Conjunto 40 TE São Paulo – SP

Cnpj: 22.227.973/0001-09

Valor R\$ 11.780,00

Guarujá do Sul, SC, 02 de junho de 2016.

Rossméri kaiber Vergtz,
Secretária FMS.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 26/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Guarujá do Sul
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 26/2016 - Pregão Presencial Nº. 17/2016.
Objeto: Aquisição de Material de Expediente para serem utilizados na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Agricultura, Polícia Militar e Polícia Civil do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 16/06/2016 (08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 02 de junho de 2016

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA LEGISLATIVA N. 07.2016

PORTARIA LEGISLATIVA n. 07/2016

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMÔNIAIS, EM ATENDIMENTO AS DETERMINAÇÕES DA PORTARIA-STN N. 548, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, ALCIONE ROBERTO STRAUB, no uso das atribuições legais e de conformidade com o Art. 66, inciso II do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN n. 548, de 24 de setembro de 2015, estabelecer o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, definidos pelos art. 6º e art. 7º da Portaria STN n. 634, de 19 de novembro de 2013, cujas regras aplicáveis encontram-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP:

ITEM	Prazos máximos – Município com até 50 mil habitantes
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Créditos a Receber	
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas. (Não se aplica)	Preparação de sistemas e outras providências de implantação até 31/12/2021. ----- Obrigatoriedade dos registros contábeis a partir de 01/01/2022. -----Verificação pelo Siconfi a partir de 2023 (Dados de 2022).
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. (Não se aplica)	Preparação: até 31/12/2021. ----- Registros 01/01/2022. ----- Siconfi - 2023.
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. (Não se aplica)	Preparação: até 31/12/2018. ----- Registros 01/01/2019. ----- Siconfi - 2020.
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da dívida ativa, tributária e não tributária, e, respectivo ajuste para perdas. (Não se aplica)	Preparação de sistemas e outras providências de implantação imediata. -----Obrigatoriedade dos registros contábeis imediatos. -----Verificação pelo Siconfi a partir de 2016 (Dados de 2015).
Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes, dívida por competência.	

5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	Preparação: até 31/12/2020. ----- Registros 01/01/2021. ----- Siconfi - 2022
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	Preparação: até 31/12/2020. ----- Registros 01/01/2021. ----- Siconfi- 2022
Bens Móveis e Imóveis e Respectiva Depreciação, Amortização ou Exaustão.	
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	Preparação: até 31/12/2020. ----- Registros 01/01/2021. ----- Siconfi - 2022.
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	Preparação: até 31/12/2023. ----- Registros 01/01/2024. ----- Siconfi - 2025.
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP). (apenas os que forem usados como bens de uso especial)	Preparação: até 31/12/2023. ----- Registros 01/01/2024. ----- Siconfi - 2025.
Obrigações por Competência	
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Preparação 31/12/2020. ----- Registros 01/01/2021. ----- Siconfi - 2022
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	Preparação 31/12/2018. -----Registros 01/01/2019. -----Siconfi- 2020
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares. (Não se aplica) - RPPS	Preparação Imediata. ----- Registros Imediatos. ----- Siconfi - 2017
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	Preparação 31/12/2015. ----- Registros 01/01/2016. ----- Siconfi- 2017
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico.
Ativo Intangível e sua Respectiva Amortização	
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Preparação até 31/12/2021. ----- Registros 01/01/2022. ----- Siconfi - 2023
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico.
Investimentos Permanentes	
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	Preparação até 31/12/2020. ----- Registros 01/01/2021. ----- Siconfi - 2022
Estoques	
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	Preparação até 31/12/2022. ----- Registros 01/01/2023. ----- Siconfi-2024
Demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPAS, NBC TSP e MCASP.	
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPAS, NBC TSP e MCASP.	A ser definido em ato normativo específico.

Art. 2º Os Procedimentos Contábeis referidos nesta Portaria serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, aos 02 dias do mês de junho de 2016.

Em sua 13ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa, 1º período, 53º ano de sua Instalação Legislativa.

Alcione Roberto Straub
Presidente

- Certifico que a presente portaria foi publicada na data supra.

Mônica Regina Taube
1ª Secretária

Herval d'Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008C/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº008C/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0015/2016

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de maio de 2017, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de 2016 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para a eventual aquisição de utensílios de copa e cozinha para as diversas Secretarias e Fundos da Administração Municipal pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa Blunac Distribuidora Eireli ME, inscrita no CNPJ nº 14.534.916/0001-36 em decorrência do processo licitatório nº 033/2016, modalidade pregão presencial nº 0015/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do(a)s servidor(a)s abaixo nomeado(a)s nos termos da IN CCI Nº 001/2015:

Fernando Sérgio Favretto - Portaria nº 899/2015 – Secretaria de Assistência Social;

Claudia Maria Schreider - Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde;

Geisa Trombetta Bernardi - Portaria nº 905/2015 – Secretaria de Educação;

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 7.511,91 (sete mil quinhentos e onze reais e noventa e um centavos) divididos nos itens conforme anexo.

Herval d'Oeste, em 24 de maio de 2016.

Nelson Guindani Neide

Alessandra Carl Richter

Prefeito Municipal

Sócia Administradora

CPF: 501.589.459-72

CPF: 017.381.829-32

Pelo Município

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 687.857.399-87

CPF: 600.730.049-87

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº008C/2016

ITENS REGISTRADOS

Item	Descrição	Marca	UNIDADE	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
3	BACIA EM PLÁSTICO NÃO RECICLADO, RESISTENTE, COR BRANCA PARA COZINHA - CAPACIDADE: 25 LITROS (TAMANHO GRANDE).	GIPLAS	UND	75	14,2300	1.067,25
7	COLHER DE ARROZ / PARA SERVIR; ESPESSURA: 1,0 MM; COMPRIMENTO: 33 CM; LARGURA: 80 MM; MATERIAL: AÇO INOX; COM GANCHO NA EXTREMIDADE	FRATELLI	UND	20	7,7800	155,60
14	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHA PARA BANHEIROS, MEDINDO NO MÍNIMO 29CM (ALTURA) X 25CM (LARGURA) X 12CM (PROFUNDIDADE) COM MATERIAL DE ALTA QUALIDADE E RESISTÊNCIA,FÁCIL INSTALAÇÃO	NOBRE	UND	115	26,8000	3.082,00
19	ESCUMADEIRA EM AÇO INOX, LARGURA: 96 MM; COMPRIMENTO: 355 MM; ALTURA: 46 MM; PESO: 0,1 KG MATERIAL: INOX:	FRATELLI	UND	22	10,2300	225,06
36	PANO DE PRATO 100% ALGODÃO ALTA ABSORÇÃO MEDINDO 50X80CM, REFORÇADO;	MARTINS	UND	410	2,4500	1.004,50
41	PILHAS DE LITÍUM 123.CVR.3V.	ELGIN	UND	100	15,2000	1.520,00
49	TRAVESSA PLÁSTICA BRANCA PARA ALIMENTOS 44 CM X 28 A 30 CM	PLASVALLE	UND	10	15,8500	158,50
50	TRAVESSA PLÁSTICA BRANCA PARA ALIMENTOS 58 CM X 38 CM	PLASVALLE	UND	10	29,9000	299,00
TOTAL						7.511,91

Nelson Guindani
Prefeito Municipal
CPF: 501.589.459-72
Pelo Município

Neide Alessandra Carl Richter
Sócia Administradora
CPF: 017.381.829-32
Pela Empresa

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008D/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº008D/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0015/2016

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de maio de 2017, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de 2016 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para a eventual aquisição de utensílios de copa e cozinha para as diversas Secretarias e Fundos da Administração Municipal pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda. ME, inscrita no CNPJ nº 07.814.016/0001-87 em decorrência do processo licitatório nº 033/2016, modalidade pregão presencial nº 0015/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do(a)s servidor(a)s abaixo nomeado(a)s nos termos da IN CCI Nº 001/2015:

Fernando Sérgio Favretto - Portaria nº 899/2015 – Secretaria de Assistência Social;

Claudia Maria Schreider - Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde;

Geisa Trombetta Bernardi - Portaria nº 905/2015 – Secretaria de Educação;

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 4.802,00 (quatro mil oitocentos e dois reais) divididos nos itens conforme anexo.

Herval d'Oeste, em 24 de maio de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal
CPF: 501.589.459-72
Pelo Município

Gisele dos Santos
Sócia Administradora
CPF037.326.939-02
Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia
CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 600.730.049-87

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº008B/2016**ITENS REGISTRADOS**

Item	Descrição	Marca	UNIDADE	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
23	FILTRO DE PAPEL Nº 103 PARA CAFÉ EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 30 UNIDADES	BRIGUIT-TA	UND	560	3,5000	1.960,00
24	FÓSFORO COM 40 PALITOS CADA CAIXA - PACOTE COM 10 CXS.	PARANÁ	UND	1.040	2,1000	2.184,00
31	GUARDANAPOS DE PAPEL, FOLHA SIMPLES, FIBRAS 100 % NATURAIS MEDINDO APROXIMADAMENTE 23,5 X 22 CM EM EMBALAGEM PLÁSTICA COM 50 UNIDADES	NOBRE	UND	470	1.4000	658,00
TOTAL						4.802,00

Nelson Guindani
Prefeito Municipal
CPF: 501.589.459-72
Pelo Município

Gisele dos Santos
Sócia Administradora
CPF037.326.939-02
Pela Empresa

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº008A/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº008A/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0015/2016

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de maio de 2017, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de 2016 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para a eventual aquisição de utensílios de copa e cozinha para as diversas Secretarias e Fundos da Administração Municipal pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa Roberto Tessaro & Cia Ltda. EPP, inscrita no CNPJ nº85.248.680/0001-10 em decorrência do processo licitatório nº 033/2016, modalidade pregão presencial nº 015/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do(a)s servidor(a)s abaixo nomeado(a)s nos termos da IN CCI Nº 001/2015:

Fernando Sérgio Favretto - Portaria nº 899/2015 – Secretaria de Assistência Social;

Claudia Maria Schreider - Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde;

Geisa Trombetta Bernardi - Portaria nº 905/2015 – Secretaria de Educação;

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 23.405,00 (vinte e três mil quatrocentos e cinco reais) divididos nos itens conforme anexo.

Herval d'Oeste, em 24 de maio de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Pelo Município

Roberto Tessaro

Sócio Administrador

CPF: 518.086.929-34

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº008A/2016**ITENS REGISTRADOS**

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
2	ADAPTADOR PARA TOMADA ELETRICA 3 PINOS	IREL	UNI	220	9,2500	2.035,00
5	BATERIA 9V GP ALCALINA.	ELGIM	UND	100	9,6700	967,00
9	COLHER PARA COZINHA, DE POLIAMIDA, MATERIAL ATÓXICO RESISTENTE A TEMPERATURAS SUPERIORES A 100 °C, PAREDES INTERNAS E EXTERNAS LISAS SEM REENTRÂNCIAS OU RESSALTOS, SEM BORDAS, FRISOS PARA NÃO POSSIBILITAR O ACUMULO DE RESÍDUOS, COR BRANCA, CABO DE 30 CM, COLHER DE 06 A 08 CM; TOTALIZANDO 48 A 50CM DE COMPRIMENTO TODA A COLHER.	PLASUTIL	UND	30	8,9000	267,00
10	CONCHA EM INOX; CAPACIDADE: 50 ML; AÇO INOX; COM GANCHO NA EXTREMIDADE DO CABO.	SIMONAGIO	UND	10	24,9000	249,00
12	COPO DESCARTÁVEL; POLIESTIRENO; COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 180ML; ACONDICIONADO EM TIRAS COM 100 COPOS. AS TIRAS NÃO PODEM ESTAR VIOLADAS, DEVENDO CONSTAR NELAS A CAPACIDADE TOTAL DO COPO, QUANTIDADE E O PESO MÍNIMO DE CADA COPO. OS COPOS DEVEM CONTER GRAVADO EM RELEVO A MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL PARA RECICLAGEM CONFORME NBR 13230, E CAPACIDADE DO COPO.	COPOSUL	UND	4.800	2,1200	10.176,00
15	DISPENSER TIPO FREE CUP - POUPA COPOS PARA COPOS DESCARTÁVEIS DE 180/200 ML	NOBRE	UND	40	32,4000	1.296,00
17	EMBALAGEM PARA FREEZER CAPACIDADE 5 KG, TAMANHO 28 X 48 CM, CADA ROLO COM 1000.	LIBREPLAST	UND	415	17,5000	7.262,50
22	FILTRO DE PAPEL Nº 102 PARA CAFÉ EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 30 UNIDADES	BRIGITA	UND	30	2,9500	88,50

25	GARRAFA TÉRMICA PLÁSTICA C/ TORNEIRA 12 LITROS AZUL, ALTURA: 40 CM. LARGURA: 29 CM, PROFUNDIDADE: 29 CM, COM PÉS RETRATEIS E ALÇA PARA FACILITAR TRANSPORTE.	INVICTA	UND	2	115,0000	230,00
26	GARRAFA TÉRMICA PLÁSTICA C/ TORNEIRA 12 LITROS VERMELHA, ALTURA: 40 CM. LARGURA: 29 CM, PROFUNDIDADE: 29 CM, COM PÉS RETRATEIS E ALÇA PARA FACILITAR TRANSPORTE.	INVICTA	UND	2	115,0000	230,00
38	PEGADOR PARA MACARRÃO/MASSAS EM INOX, ALTURA APROXIMADA 21 CM.	SIMONAGIO	UND	20	8,5000	170,00
44	PRENDEDOR DE EMBALAGENS PARA COZINHA NÃO DECORADOS		UND	60	2,1000	126,00
47	TÁBUA PARA CORTAR VEGETAIS EM VIDRO TEMPERADO, RETANGULAR, COM PEGADOR, 35 CM LARGURA X 25 CM ALTURA X 1 CM DE ESPESSURA.	MOR	UND	20	15,40	308,00
TOTAL						23.405,00

Nelson Guindani
 Prefeito Municipal
 CPF: 501.589.459-72
 Pelo Município

Roberto Tessaro
 Sócio Administrador
 CPF: 518.086.929-34
 Pela Empresa

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº008B/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº008B/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0015/2016

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de maio de 2017, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de 2016 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para a eventual aquisição de utensílios de copa e cozinha para as diversas Secretarias e Fundos da Administração Municipal pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda. ME, inscrita no CNPJ nº 11.499.653/0001-83 em decorrência do processo licitatório nº 033/2016, modalidade pregão presencial nº 0015/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do(a)s servidor(a)s abaixo nomeado(a)s nos termos da IN CCI Nº 001/2015:

Fernando Sérgio Favretto - Portaria nº 899/2015 – Secretaria de Assistência Social;

Claudia Maria Schreider - Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde;

Geisa Trombetta Bernardi - Portaria nº 905/2015 – Secretaria de Educação;

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 46.003,70 (quarenta e seis mil três reais e setenta centavos) divididos nos itens conforme anexo.

Herval d'Oeste, em 24 de maio de 2016.

Nelson Guindani
 Prefeito Municipal
 CPF: 501.589.459-72
 Pelo Município

Daiane Rosa
 Sócia Administradora
 CPF: 949.233.889-00
 Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia
 CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio
 CPF: 600.730.049-87

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº008B/2016

ITENS REGISTRADOS

Item	Descrição	Marca	UNIDADE	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
1	ADAPTADOR (PLUG UNIVERSAL)	PERLEX	UND	220	10,9500	2.409,00
4	BACIA EM PLÁSTICO NÃO RECICLADO, RESISTENTE, COR BRANCA PARA COZINHA COM CAPACIDADE 15 LITROS. (TAMANHO MÉDIO).	GIPLAST	UND	75	15,9500	1.196,25
8	COLHER INFANTIL EM INOX COMPRIMENTO DE 15 A 16 CM E ESPESSURA EM TORNO DE DE 1,2 A 2 CM	TRAMONTINA	UND	240	3,7000	888,00
11	CONCHA EM INOX; CAPACIDADE: 90 ML ESPESSURA: 1,0 MM; COMPRIMENTO: 30 CM; MATERIAL: AÇO INOX ; COM GANCHO NA EXTREMIDADE DO CABO.;	ZANETTI	UND	10	12,3000	123,00
13	COPO DESCARTÁVEL; POLIESTIRENO; COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 80ML; ACONDICIONADO EM TIRAS COM 100 COPOS. AS TIRAS NÃO PODEM ESTAR VIOLADAS, DEVENDO CONSTAR NELAS A CAPACIDADE TOTAL DO COPO, QUANTIDADE E O PESO MÍNIMO DE CADA COPO. OS COPOS DEVEM CONTER GRAVADO EM RELEVO A MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL PARA RECICLAGEM CONFORME NBR 13230, E CAPACIDADE DO COPO.	ORLEPLAST	UND	2.390	2,4000	5.736,00
16	EMBALAGEM PARA FREEZER CAPACIDADE 5 KG 28X42 ROLO COM 1000 UNIDADES	ORLEPLAST	UND	165	15,9500	2.631,75
18	EMBALAGEM PARA FREEZER CAPACIDADE 8KG TAMANHO 28X48CM CADA ROLO COM 100 UNIDADES;	ORLEPLAST	UND	415	5,3000	2.199,50
20	FACA DE CARNE GRANDE (CABO ACRÍLICO).	NICOBEM	UND	60	14,9000	894,00
21	FACA DE MESA, CABO DE POLIPROPILENO, DIMENSÕES PRODUTO (COMP.X LARG. X ALT.) 213X20X11 MM. ESPESSURA: 1,0 MM. PESO LÍQUIDO: 0,0237 KG. PESO BRUTO:0,0237 KG. METRAGEM: 0,000047 M³. DIMENSÕES EMBALAGEM (COMPR. X LARG. X ALT.): 213X20X11 MM. LÂMINA EM AÇO INOX 5" COM FIO SERRILHADO. COR AZUL ESCURO OU PRETO.	TRAMONTINA	UND	100	3,9900	399,00
27	GARRAFA TÉRMICA TAMANHO GRANDE - 1,8 LITROS.	MOR	UND	65	41,4000	2.691,00
28	GARRAFA TÉRMICA, TAMANHO GRANDE, 1,8 LITROS PLÁSTICO (AZUL, VERDE);	MOR	UND	60	41,4000	2.484,00
29	GARRAFA TÉRMICA, TAMANHO GRANDE 1,9 LITROS C/AMPOLA DE VIDRO EM PLÁSTICO (VERDE OU AZUL)	MOR	UND	55	40,9500	2.252,25
30	GARRAFA TÉRMICA, TAMANHO GRANDE, 1,9 LITROS C/ AMPOLA DE VIDRO EM INOX	MOR	UND	65	65,0000	4.225,00
32	JOGO DE PILHAS GRANDES, USO GERAL, CARTELA COM 02 UNIDADES.	PANASSONIC	UND	285	4,0000	1.140,00
33	JOGO DE PILHAS MÉDIAS, USO GERAL, CARTELA COM 02 UNIDADES.	RAYOVAC	UND	245	4,4500	1.090,25
34	LAMPADA INCANDESCENTE 100 WATTS/220 VOLTS	OSRAM	UND	420	9,5000	3.990,00
35	PALITO DE DENTE EM MADEIRA, CAIXA COM 100 PALITOS	TALGE	CX	60	0,6000	36,00
37	PAPEL FILME PVC 28 CM X 15 M.	LUMIPAM	UND	460	3,3000	1.518,00
39	PILHA AA (PEQUENA) EMBALAGEM COM 4 UNIDADES	PANASSONIC	UND	260	4,5000	1.170,00
40	PILHAS AAA (PALITO) EMBALAGEM COM 4 UNIDADES.	PANASSONIC	UND	260	6,5000	1.690,00
42	PRATO DE VIDRO FUNDO TRANSPARENTE, INCOLOR	NADIR	UND	600	3,9000	2.340,00
43	PRATO DE VIDRO FUNDO.	NADIR	UND	630	3,9500	2.488,50
45	SUPORTE/FILTRO PLASTICO COADOR PARA CAFÉ	MOR	UN	39	4,8000	187,20
48	TALHER CABO DE INOX (FACA, GARFO, COLHER);	BARICHELLO	UND	890	2,5000	2.225,00
TOTAL						46.003,70

Nelson Guindani
 Prefeito Municipal
 CPF: 501.589.459-72
 Pelo Município

Daine Rosa
 Sócia Administradora
 CPF: 949.233.889-00
 Pela Empresa

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº009/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº009/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0019/2016

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 24 de maio de 2017, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de 2016 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de tiras reagentes para dosagem de glicemia, com fornecimento (em comodato) de até 160 (cento e sessenta) aparelhos (glicosômetros - medidor de glicemia), para uso nas Unidades Sanitárias do Município de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46, neste ato representado pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.164.711/0001-40 em decorrência do processo licitatório nº 037/2016, modalidade pregão presencial nº 019/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	Tiras reagentes para determinação de Glicemia com princípio de medição por fotometria ou amperometria que realize o teste em amostras capilar, venosa, arterial e neonatal, que não sofra interferência com as variações PO2 da amostra (Oxigenoterapia) com faixa de medição entre 10 e 600 MG/DL.	ACCU-CHEK ACTIVE	UND	80.000	0,60	48.000,00

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider - Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde, nos termos da IN CCI Nº 001/2015:

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

]Herval d'Oeste, 25 de maio de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Pelo Município

José Carlos Moreira Ramos

Sócio Administrador

CPF: 183.100.010-53

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

DECRETO Nº 3.528/2016

DECRETO Nº 3.528/2016.

"NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA COMPOR COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016/SMS DE HERVAL D'OESTE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores públicos municipais Paulo Cezar Dolejal Berté (Presidente), Sadir Rovêa, Rodrigo Dalla Vecchia, Eugênia Bucco e Marisa Langer.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 01 de junho de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito

PORTARIA Nº 685/2016

PORTARIA Nº 685/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR a Portaria nº 560/2016, da Servidora MICHELE DA SILVA COELHO (Matr. 363), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/A, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, sendo que a mesma continua readaptada, designada como Responsável por Secretaria de Escola, e passará a atribuir exercício junto à Secretaria de Educação, a contar de 01 de junho de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 686/2016

PORTARIA Nº 686/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 31 de maio de 2016, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora DIVA ZARPELON TREVISOL (Matr. 3088), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da LC nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 687/2016

PORTARIA Nº 687/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 04 (quatro) dias de Licença Prêmio, à servidora VILDA MAGRINI BARBON (Matr. 29), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Servente (Cargo em Extinção), 40 horas semanais, nos termos do artigo 104, parágrafo único da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2011 a 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a contar de 02 de junho de 2016 a 05 de junho de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 688/2016

PORTARIA Nº 688/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora BETINA CECONELLO (Matr. 391), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, Nível – 13/1, Referência "I", 20 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de julho de 2014 e 02 de julho de 2015, para serem gozadas a partir de 02 de junho de 2016 a 01 de julho de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 689/2016

PORTARIA Nº 689/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora JOCELI ANTUNES DA SILVA PALAVECHINI (Matr. 2780), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível – 8, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 16 de junho de 2014 e 15 de junho de 2015, para serem gozadas a partir de 02 de junho de 2016 a 01 de julho de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 690/2016

PORTARIA Nº 690/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora VILDA MAGRINI BARBON (Matr. 29), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Servente (Cargo em Extinção), 40 horas semanais, no percentual de 2% (dois por cento), a contar de março de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 691/2016

PORTARIA Nº 691/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

INCORPORAR o Adicional por Tempo de Serviço, à Servidora VILDA MAGRINI BARBON (Matr. 29), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Servente (Cargo em Extinção), 40 horas semanais, nos termos do artigo 90, seus parágrafos e conforme o previsto no Anexo II da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre Junho de 2014 e Junho de 2016, num percentual acumulado de 10% (dez por cento) sobre o Salário Base.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 692/2016

PORTARIA Nº 692/ 2016

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

CONCEDER Abono de Permanência à Servidora Pública Municipal VILDA MAGRINI BARBON, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Servente (em extinção), do Quadro Geral de Carreira deste Município, Matrícula nº 29, 40 horas semanais, com fundamento nos termos da Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com o art. 7º da Lei Federal 10.887/2004 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005; a partir de 22 de maio de 2016, mediante opção expressa do servidor ao cumprir todas as exigências para a aposentadoria, previstas no Art. 2º da E.C. 41/2003 – Regra de Transição – Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição; conforme o quadro de composição do tempo de contribuição no Regime Próprio de Previdência Social e no Regime Geral de Previdência Social, com data base de 22 de maio de 2016:

COMPOSIÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO			
ANOS	MESES	DIAS	ESPECIFICAÇÃO
03	03	05	Serviço Público Municipal - RGPS
26	03	--	Serviço Público Municipal - RPPS
	06	--	Tempo Ficto Público
30	--	05	TOTAL DO TEMPO

IDADE DO SERVIDOR: 61 anos

TEMPO DE SERVIÇO NO CARGO ATUAL: 30 anos e 05 dias;

TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO: 30 anos e 05 dias

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste (SC), 02 de Junho de 2016.

NELSON GUINDANI
Prefeito de Herval d' Oeste

PORTARIA Nº 693/2016

PORTARIA Nº 693/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 02 de junho de 2016, da servidora EUGÊNIA BUCCO (Matr. 1358), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Administrador de Saúde Pública, Nível – 12/1, Referência "F", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.


Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

RGF - 1º QUADRIMESTRE 2016

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal | Padrao

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal	
	Despesas Executadas - Últimos 12 Meses	
	DESPESAS LIQUIDADAS (a)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	29.387.959,18	0,00
Pessoal Ativo	26.530.351,53	
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.857.607,65	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.338.842,95	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	402.729,35	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	78.505,95	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.857.607,65	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	26.049.116,23	0,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal | Padrao

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	49.322.929,44	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	26.049.116,23	52,81
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	26.634.381,90	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	25.302.662,81	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	23.970.943,71	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

 Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Padrao

[illegible]

Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal**Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2016****Período de referência: 1º quadrimestre****RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Padrao**

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

 TESOURONACIONAL	Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro
	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrao

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida				
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada				
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.029.190,82	1.378.890,73	0,00	0,00
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	215.156,62	51.977,59	0,00	0,00
Interna	215.156,62	51.977,59		
Externa				
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos	0,00	892.200,03	0,00	0,00
Outras Dívidas	814.034,20	434.703,11		
DEDUÇÕES (II)	7.209.233,40	8.152.346,44	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.747.591,39	11.052.624,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	3.538.347,99	2.900.277,56		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-6.180.042,58	-6.773.465,71	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	47.090.717,94	49.322.929,44	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL (IRCL)	2,19	2,80	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (IIIRCL)	-13,12	-13,73	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL		59.187.515,33		
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)		53.268.763,80		
Detalhamento da Dívida Contratual	-	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	215.156,62	51.977,59	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)				
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos				
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias				
Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS				
Com Instituição Não Financeira				
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna				
Externa				
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	215.156,62	51.977,59	0,00	0,00
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos	2.045.996,86	2.116.859,46	0,00	0,00
RP Não-Processados de Exercícios Anteriores	7.635.429,41	8.200.123,93	0,00	0,00
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO				
Dívida Consolidada Previdenciária	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

Relatório de Gestão Fiscal

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 1º quadrimestre

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Passivo Atuarial			
Demais Dividas			
DEDUÇÕES (X)			
Disponibilidade de Caixa Bruta	31.769.022,04	35.060.134,59	0,00
Investimentos	2.973,55	12.685,81	0,00
Demais Haveres Financeiros	31.766.048,49	35.047.948,78	0,00
(-) Restos a Pagar Processados		500,00	
Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada	7.803,32	65.193,47	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-31.769.022,04	-35.060.134,59	0,00



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal**Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2016****Período de referência: 1º quadrimestre****RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrao**

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

<div><div><div><div><div><div></div><div>siconfi</div></div><div><div>TESOURONACIONAL</div><div><div>Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro</div></div></div></div></div></div></div>	<div>Relatório de Gestão Fiscal</div> <div>Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)</div> <div>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</div> <div>CNPJ:</div> <div>Exercício: 2016</div> <div>Período de referência: 1º quadrimestre</div>
--	--

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrao

Tabela 2.1 - Trazêdo de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Exercício em que Excedeu o Limite		Trazêdo de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida			
	Quadrimestre em que Excedeu o Limite		Exercício do primeiro período seguinte		Exercício do segundo período seguinte	
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (g) = (2-c)	Limite (d) = (b-d)	% DCL (f)	Redutor Realizável (j) = (a-i)
Exercício em que Excedeu o Limite						
Quadrimestre em que Excedeu o Limite						
Exercício do primeiro período seguinte						
Exercício do segundo período seguinte						
Exercício do terceiro período seguinte						
Exercício do quarto período seguinte						
Exercício do quinto período seguinte						
Exercício do sexto período seguinte						
Exercício do sétimo período seguinte						
Exercício do oitavo período seguinte						
Exercício do nono período seguinte						
Exercício do décimo período seguinte						
Exercício do décimo primeiro período seguinte						
Exercício do décimo segundo período seguinte						
Exercício do décimo terceiro período seguinte						
Exercício do décimo quarto período seguinte						
Exercício do décimo quinto período seguinte						
Exercício do décimo sexto período seguinte						
Exercício do décimo sétimo período seguinte						
Exercício do décimo oitavo período seguinte						
Exercício do décimo nono período seguinte						
Exercício do vigésimo período seguinte						
Exercício do vigésimo primeiro período seguinte						
Exercício do vigésimo segundo período seguinte						
Exercício do vigésimo terceiro período seguinte						
Exercício do vigésimo quarto período seguinte						
Exercício do vigésimo quinto período seguinte						
Exercício do vigésimo sexto período seguinte						
Exercício do vigésimo sétimo período seguinte						
Exercício do vigésimo oitavo período seguinte						
Exercício do vigésimo nono período seguinte						
Exercício do vigésimo primeiro período seguinte						
Exercício do vigésimo segundo período seguinte						
Exercício do vigésimo terceiro período seguinte						
Exercício do vigésimo quarto período seguinte						
Exercício do vigésimo quinto período seguinte						
Exercício do vigésimo sexto período seguinte						
Exercício do vigésimo sétimo período seguinte						
Exercício do vigésimo oitavo período seguinte						
Exercício do vigésimo nono período seguinte						
Exercício do vigésimo primeiro período seguinte						
Exercício do vigésimo segundo período seguinte						
Exercício do vigésimo terceiro período seguinte						
Exercício do vigésimo quarto período seguinte						
Exercício do vigésimo quinto período seguinte						
Exercício do vigésimo sexto período seguinte						
Exercício do vigésimo sétimo período seguinte						
Exercício do vigésimo oitavo período seguinte						
Exercício do vigésimo nono período seguinte						
Exercício do vigésimo primeiro período seguinte						
Exercício do vigésimo segundo período seguinte						
Exercício do vigésimo terceiro período seguinte						
Exercício do vigésimo quarto período seguinte						
Exercício do vigésimo quinto período seguinte						
Exercício do vigésimo sexto período seguinte						
Exercício do vigésimo sétimo período seguinte						
Exercício do vigésimo oitavo período seguinte						
Exercício do vigésimo nono período seguinte						
Exercício do vigésimo primeiro período seguinte						
Exercício do vigésimo segundo período seguinte						
Exercício do vigésimo terceiro período seguinte						
Exercício do vigésimo quarto período seguinte						
Exercício do vigésimo quinto período seguinte						
Exercício do vigésimo sexto período seguinte						
Exercício do vigésimo sétimo período seguinte						
Exercício do vigésimo oitavo período seguinte						
Exercício do vigésimo nono período seguinte						
Exercício do vigésimo primeiro período seguinte						
Exercício do vigésimo segundo período seguinte						
Exercício do vigésimo terceiro período seguinte						
Exercício do vigésimo quarto período seguinte						
Exercício do vigésimo quinto período seguinte						
Exercício do vigésimo sexto período seguinte						



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal**Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2016****Período de referência: 1º quadrimestre****RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrão**

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	



TESOURO NACIONAL

Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

Relatório de Gestão Fiscal

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Estados, DF e Municípios | Padrao

Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro	2001 - 3º Quadrimestre			2002 - Quadrimestre			2003 - Quadrimestre			2004 - Quadrimestre			2005 - Quadr	
	DCL	Excedente	Redutor	% Limite de Endiv Idamento	1º	2º	3º	% Limite de Endividamento	1º	2º	3º	% Limite de Endividamento	1º	2º
Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
% da DCL sobre a RCL														



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL


Relatório de Gestão Fiscal**Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2016****Período de referência: 1º quadrimestre****RGF-Anexo 02 | Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Estados, DF e Municípios | Padrão**

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal	
	Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	CNPJ:	
	Exercício: 2016	
Período de referência: 1º quadrimestre		

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores | Padrao

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldo das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias Concedidas				
Garantias Concedidas				
EXTERNAS (I)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito		0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF				
INTERNAS (II)		0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	47.090.717,94	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		49.322.929,44		
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (III/IV)				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	10.359.957,95	10.851.044,48	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso II § 1º do art. 59 da LRF)	9.323.962,16	9.765.940,03	0,00	0,00
Contragarantias Recebidas				
Contragarantias Recebidas				
EXTERNAS (V)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito		0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF				
INTERNAS (VI)		0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 1º quadrimestre

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios | Padrao

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)		
Mobiliária	0,00	0,00
Interna		
Externa		
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP		
Demais Aquisições Financiadas		
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Demais Antecipações de Receita		
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Outras Operações de Crédito		
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Outras Operações de Crédito		
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos		
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias		
Demais Contribuições Sociais		
Do FGTS		
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal Financeira e Patrimonial		
Programa de Iluminação Pública - RELUZ		
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios | Padrao

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	49.322.929,44	
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	
Do Período de Referência (III)		
De Períodos Anteriores ao de Referência		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)		
Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas	7.891.668,71	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	7.102.501,84	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	3.452.605,06	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Bimestre/Semestre	
	Valor até o Bimestre/Semestre	
Receita Corrente Líquida	-	
Receita Corrente Líquida		49.322.929,44

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 1º quadrimestre

Resumo dos Limites	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Resumo dos Limites	-	-
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	26.049.116,23	52,81
Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%>	26.634.381,90	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	25.302.662,80	51,30
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-6.773.465,71	-13,73
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	59.187.515,33	120,00
Garantias de Valores	-	-
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	10.851.044,48	22,00
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	7.891.668,71	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.452.605,06	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Restos a Pagar	-	-
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	2.514.815,56	300.709,16

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	-

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by SIDNEY DALLA VECHIA:67516050997
Date: 2016.06.01 16:31:01 BRT
Perfil: Contador Responsável
Instituição: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC

Assinatura: 2

Digitally signed by NELSON GUINDANI:50158945972
Date: 2016.06.01 16:33:37 BRT
Perfil: Titular do Poder Executivo
Instituição: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC

Assinatura: 3

Assinatura: 4

Assinatura: 5

Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

RREO - 2º BIMESTRE 2016



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	102.351.377,57	102.351.377,57	9.986.946,25	9,76	20.104.762,15	19,64
RECEITAS CORRENTES	64.920.873,57	64.920.873,57	9.892.850,95	15,24	18.804.979,71	28,97
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.885.000,00	5.885.000,00	1.923.473,15	32,88	2.536.051,85	43,09
Impostos	4.200.000,00	4.200.000,00	1.144.889,17	27,26	1.569.379,60	37,37
Taxas	1.680.000,00	1.680.000,00	775.432,35	46,71	961.283,53	57,91
Contribuição de Melhoria	25.000,00	25.000,00	3.151,63	12,61	5.388,72	21,55
RECETA DE CONTRIBUIÇÕES	2.374.900,00	2.374.900,00	501.455,79	21,11	861.583,25	36,28
Contribuições Sociais	2.129.900,00	2.129.900,00	444.501,84	20,87	787.798,04	36,99
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	245.000,00	245.000,00	56.953,95	23,25	73.785,21	30,12
Contribuição de Iluminação Pública						
RECETA PATRIMONIAL	2.807.600,00	2.807.600,00	1.647.412,69	58,68	3.051.594,62	108,69
Receitas Imobiliárias	5.000,00	5.000,00			15,00	0,30
Receitas de Valores Mobiliários						
Receita de Concessões e Permissões						
Compensações Financeiras						
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público						
Receita da Cessão de Direitos						
Outras Receitas Patrimoniais						
RECETA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal						
Receita da Produção Animal e Derivados						
Outras Receitas Agropecuárias						
RECETA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral						
Receita da Indústria de Transformação						
Receita da Indústria de Construção						
Outras Receitas Industriais						
RECETA DE SERVIÇOS	80.000,00	80.000,00	8.409,27	10,51	13.766,70	17,21
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	47.032.164,00	47.032.164,00	5.381.111,41	11,44	11.637.688,54	24,74
Transferências Intergovernamentais	41.166.830,00	41.166.830,00	4.765.324,29	11,58	10.298.143,41	25,02
Transferências de Instituições Privadas	71.262,00	71.262,00				
Transferências do Exterior						
Transferências de Pessoas						
Transferências de Convênios	5.794.072,00	5.794.072,00	615.787,12	10,63	1.339.545,13	23,12
Transferências para o Combate à Fome						
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.741.209,57	6.741.209,57	430.988,64	6,39	704.294,75	10,45
Multas e Juros de Mora	300.500,00	300.500,00	60.284,72	20,06	100.320,46	33,38
Indenizações e Restituições	1.000,00	1.000,00				
Receita da Dívida Ativa	572.000,00	572.000,00	179.546,09	31,39	328.933,43	57,51
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS			475,58		475,58	-475,58
Receitas Correntes Diversas	5.867.709,57	5.867.709,57	190.682,25	3,25	274.565,28	4,68
RECEITAS DE CAPITAL	37.430.504,00	37.430.504,00	94.095,30	0,25	1.299.782,44	3,47
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.500.000,00	3.500.000,00	0,00		0,00	



Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 2º bimestre

Recetas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						SALDO (e-c)
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			% (c/a)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		
Operações de Crédito Internas	3.500.000,00	3.500.000,00					3.500.000,00
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	1.188.100,00	1.188.100,00	0,00		0,00		1.188.100,00
Alienação de Bens Móveis	7.000,00	7.000,00					7.000,00
Alienação de Bens Imóveis	1.181.100,00	1.181.100,00					1.181.100,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	32.742.404,00	32.742.404,00	94.095,30	0,29	1.299.782,44	3,97	31.442.821,56
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,29	1.299.782,44	3,97	31.442.821,56
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Recetas de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	110.000,00	110.000,00	844.317,82	767,56	1.565.277,17	1.422,98	-1.455.277,17
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	102.461.377,57	102.461.377,57	10.831.264,07	10,57	21.670.039,32	21,15	80.791.338,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	102.461.377,57	102.461.377,57	10.831.264,07	10,57	21.670.039,32	21,15	80.791.338,25
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	102.461.377,57	102.461.377,57	10.831.264,07	10,57	21.670.039,32	21,15	80.791.338,25
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Orçamentárias	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	Estágios da Despesa Orçamentária						INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (n)	
			DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS				
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	SALDO (g) = (e-f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	SALDO (i) = (e-h)		
Despesas Orçamentárias										
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (VIII)										
DESPESAS DE CAPITAL	68.053.877,57	96.258.118,35	7.350.095,93	16.584.297,09	79.274.051,26	7.511.197,71	14.110.625,18	82.147.493,17	13.206.604,30	0,00
DESPESAS DE CAPITAL - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	55.045.296,57	57.502.237,35	4.773.095,93	17.826.161,37	41.716.155,98	6.955.284,75	13.210.611,51	44.231.615,74	12.308.337,62	0,00
DESPESAS DE CAPITAL - EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (X)	13.008.580,99	33.025.840,00	2.576.999,99	8.643.936,03	4.203.979,54	8.643.731,23	25.352.088,77	25.352.088,77	6.542.866,66	0,00
DESPESAS DE CAPITAL - EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI)	33.546.846,00	33.525.440,00	4.253.999,99	8.444.660,00	24.380.889,97	4.253.999,99	8.443.761,23	24.380.889,97	842.866,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL - EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII)	21.894.796,57	23.699.737,35	2.544.714,01	7.054.099,95	16.915.038,00	2.735.199,40	4.539.847,39	19.429.686,96	3.756.468,03	0,00
DESPESAS DE CAPITAL - EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)	37.485.501,00	38.306.091,00	579.169,77	688.195,71	37.407.895,26	552.912,46	840.213,57	37.465.877,43	620.266,68	0,00
INVESTIMENTOS	36.494.291,00	37.194.791,00	347.899,79	443.940,92	36.756.850,08	322.442,48	385.598,77	36.808.632,23	366.011,88	0,00



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária**Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2016****Período de referência: 2º bimestre****RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao**

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Fonte - Anexo 1 - Tabela 1.0 - RREO	

RR-REO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Documento gerado em 31/05/2016 16:42:35

<div><div><div>siconfi</div><div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div></div><div>TESOURO NACIONAL</div></div>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo) Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social CNPJ: Exercício: 2016 Período de referência: 2º bimestre
--	--

[illegible]



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (d) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (d-f)	INSCRIÇÕES EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico									
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia									
Órbita de Conhecimento Científico e Tecnológico									
Administração Geral									
Demais Subfunções									
Agricultura	3.700.892,03	3.700.892,03	98.460,81	200.386,49	1,11	3.599.602,24	168.035,02	3.521.066,11	0,00
Exatidão									
Estatística									
Estatística Rural									
Irrigação									
Promoção da Produção Agropecuária									
Difusão Agropecuária									
Administração Geral	1.210.900,00	1.210.900,00	98.460,81	200.386,49	1,11	1.010.510,91	168.035,02	1.021.964,08	0,00
Demais Subfunções	2.489.992,03	2.489.992,03	0,00	0,00		2.489.992,03	0,00	2.489.992,03	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária									
Colonização									
Administração Geral									
Demais Subfunções									
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial									
Produção Industrial									
Mineração									
Propriedade Industrial									
Normalização e Qualidade									
Administração Geral									
Demais Subfunções									
Comércio e Serviços	85.250,00	85.250,00	0,00	0,00		85.250,00	0,00	85.250,00	0,00
Promoção Comercial									
Comercialização									
Comércio Exterior									
Serviços Financeiros									
Turismo	85.250,00	85.250,00				85.250,00		85.250,00	
Administração Geral									
Demais Subfunções									
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais									
Telecomunicações									
Administração Geral									
Demais Subfunções									
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia									
Energia Elétrica									
Petróleo									
Biomassa									
Administração Geral									
Demais Subfunções									
Transporte	9.998.310,00	9.348.310,00	475.186,57	851.482,29	4,73	8.468.847,71	7.487.738,57	8.996.570,43	0,00
Transporte Aéreo									
Transporte Rodoviário	9.998.310,00	9.348.310,00	475.186,57	851.482,29	4,73	8.468.847,71	7.487.738,57	8.996.570,43	
Transporte Ferroviário									
Transporte Hidroviário									
Transportes Especiais									
Administração Geral									
Demais Subfunções									
Desporto e Lazer	742.500,00	742.500,00	46.590,43	104.788,27	0,58	637.711,73	463.10,43	638.376,73	0,00
Desporto de Rendimento									
Desporto Comunitário	742.500,00	742.500,00	46.590,43	104.788,27	0,58	637.711,73	463.10,43	638.376,73	
Lazer									
Administração Geral									
Demais Subfunções									
Energia Especial	1.500.650,00	1.526.650,00	258.181,79	541.207,79	3,01	985.382,21	541.207,79	985.382,21	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna									

PRREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Documento gerado em 31/05/2016 16:42:35

 Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 2º bimestre

	Fundação Subfunção - Infra	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESESAZ EMPENHADAS Até o Bimestre (f) % (Bimestral) g	SALDO (c) = (d-e) No Bimestre	DESESAZ LIQUIDADAS Até o Bimestre (g) % (Total) h	SALDO (e) = (a-g)	INSCRITAS EM REÍNTROS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	Habitagê Unipara Administração Geral			0,00				
	Demais Subfunções			0,00				
	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Saneamento Básico Rural			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Saneamento Básico Urbano			0,00				
	Administração Geral			0,00				
	Demais Subfunções			0,00				
	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Preservação e Conservação Ambiental			0,00				
	Controle Ambiental			0,00				
	Recuperação de Áreas Degradadas			0,00				
	Ressources Hídricos			0,00				
	Aterrologia			0,00				
	Administração Geral			0,00				
	Outros Serviços Gerais			0,00				
	Ciência & Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Desenvolvimento Científico			0,00				
	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia			0,00				
	Estudo do Conhecimento Científico e Tecnológico			0,00				
	Administração Geral			0,00				
	Demais Subfunções	80.000,00	10.301,03	20.979,26	59.420,72	10.301,03	20.979,26	1,56
	Agricultura			0,00				
	Abastecimento			0,00				
	Extensão Rural			0,00				
	Irrigação			0,00				
	Promoção da Produção Agropecuária			0,00				
	Defesa Agropecuária	80.000,00	80.000,00	10.301,03	59.420,72	10.301,03	20.979,26	1,56
	Administração Geral			0,00				
	Demais Subfunções			0,00				
	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Organização Social			0,00				
	Cooperativismo			0,00				
	Administração Geral			0,00				
	Demais Subfunções			0,00				
	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Promoção Industrial			0,00				
	Produção Industrial			0,00				
	Mineração			0,00				
	Propriedade Industrial			0,00				
	Normalização e Qualidade			0,00				
	Administração Geral			0,00				
	Demais Subfunções			0,00				
	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Promoção Comercial			0,00				
	Comercialização			0,00				
	Comércio Exterior			0,00				
	Serviços Financeiros			0,00				
	Turismo			0,00				
	Administração Geral			0,00				
	Demais Subfunções			0,00				
	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Telecomunicações			0,00				
	Administrativo Geral			0,00				
	Demais Subfunções			0,00				
	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Conservação de Energia			0,00				
	Energia Elétrica			0,00				
	Petróleo			0,00				
	Biocombustíveis			0,00				
	Administração Geral			0,00				



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária**Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2016****Período de referência: 2º bimestre****RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Padrao**

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios | Padrao

Especificação		Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses												Evolução da Receita Corrente Líquida		TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)		PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
		<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>						
RECEITAS CORRENTES (I)		5.482.645,71	4.078.703,94	4.297.724,15	4.044.277,17	4.640.004,42	3.986.089,90	4.266.803,02	5.004.740,84	4.921.371,20	4.802.225,92	4.915.082,05	5.718.566,03						
Receita Tributária		435.355,11	472.338,94	477.684,37	423.212,47	457.683,16	257.488,50	220.542,78	205.590,20	197.697,41	414.801,20	598.363,64	1.325.109,51						
IPTU		130.753,21	121.405,03	127.888,07	114.260,98	103.235,16	19.176,51	17.186,86	40.971,64	81.853	7.132,92	147.983,05	576.571,08						
ISS		107.633,59	119.881,42	101.605,98	112.320,12	101.573,00	117.487,95	67.819,55	111.417,14	88.357,15	90.474,84	115.087,52	111.086,75						
ITBI		28.863,12	71.906,01	46.752,78	17.840,79	59.994,04	27.127,49	19.235,54	21.247,36	23.930,08	51.794,72	35.870,78	29.780,49						
IRRF		32.158,79	52.612,26	42.952,04	82.854,97	82.854,97	50.727,37	30.518,46	34.598,31	13.975,31	148.803,98	64.492,44	64.036,66						
Outras Receitas Tributárias		131.946,60	107.674,12	157.673,34	132.791,94	110.010,99	42.981,18	50.678,47	67.876,75	71.330,04	118.749,23	224.609,45	543.444,53						
Receita de Contribuições		189.398,03	152.864,80	193.555,00	173.347,57	155.932,22	20.127,93	328.955,58	155.585,44	313.864,17	44.263,29	303.223,35	199.222,44						
Receita Patrimonial		1.322.901,14	-398.697,38	419.374,47	253.295,94	293.384,38	689.622,80	386.537,15	685.717,12	717.027,82	687.154,11	775.852,86	868.430,03						
Receita Agropecuária																			
Receita de Serviços		1.138.006	5.640,49	6.014,53	3.020,24	5.438,17	3.183,51	4.900,29	5.544,93	671,60	4.803,90	1.068,82	6.752,45						
Transferências Correntes		3.407.928,32	3.720.308,53	3.900.899,72	2.885.571,17	3.435.705,13	2.987.741,44	3.190.903,27	3.657.898,31	3.556.064,56	3.571.980,54	2.981.728,01	3.100.212,43						
Cota-Parte do FPM		1.182.923,90	1.029.176,78	782.073,14	881.287,82	743.080,44	846.748,79	954.916,84	1.098.044,73	1.043.442,17	1.309.230,76	793.433,72	943.222,29						
Cota-Parte do ICMS		885.363,90	1.127.605,12	843.980,65	812.273,08	846.203,91	876.985,86	880.217,15	859.280,66	973.923,08	792.965,16	801.972,44	824.588,90						
Cota-Parte do IPVA		185.521,12	161.078,81	177.754,18	156.797,77	150.281,70	139.518,22	107.627,28	66.994,70	94.933,45	111.064,78	183.724,28	146.843,95						
Cota-Parte do ITR		65,28	47,18	11,01	50,00	2.639,78	9.917,60	1.461,81	201,17	33,77	196,13	147,01	138,84						
Transferências da LC nº 87/1998		3.643,31	3.649,31	3.928,03	3.370,89	3.649,31	3.649,31	3.649,31	3.649,31	3.385,00	3.385,00	3.385,00	3.385,00						
Transferências da FUNDEC		621.399,18	587.700,96	592.737,74	575.459,42	551.690,46	585.321,65	576.30,25	595.307,85	695.247,01	641.671,98	613.769,45	643.234,94						
Outras Transferências Correntes		546.116,24	811.938,27	710.304,97	597.381,51	1.138.189,53	478.620,01	624.460,23	1.044.213,89	745.100,99	713.653,77	615.253,11	588.229,51						
Outras Receitas Correntes		15.589,55	14.959,55	14.959,55	14.959,55	14.959,55	14,959,55	14,959,55	14,959,55	14,959,55	14,959,55	14,959,55	14,959,55						
RECEITAS (II)		6.922.200,87	6.088.841,81	6.337.245,88	5.202.465,98	5.895.465,36	3.987.917,51	4.595.668,35	5.507.697,51	5.426.652,42	5.215.939,36	5.215.939,36	5.882.929,00						
Contrib. do Saneador para o Plano de Previdência		1.868.100,00	141.183,26	143.899,79	137.921,41	143.209,22	9.780,72	294.103,36	144.380,43	270.728,64	16.919,22	268.453,65	142.111,75						
Compensação Finan. entre Regimes Previdenciários		15.030,49	15.030,49	30.165,51	15.030,49	15.030,49	15,030,49	30,165,51	15,030,49	45.127,53	16.919,22	16.919,22	201.982,21						
Dedução da Receita para Formação do FUNDEC		490.240,21	466.898,55	359.970,13	373.331,98	351.744,63	377.145,09	392.300,14	408.316,78	426.221,28	445.246,68	354.830,00	385.991,23						
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)		4.880.583,01	3.470.821,73	3.783.896,72	3.519.820,28	4.045.861,52	3.609.189,09	3.963.521,99	4.452.052,43	4.179.285,75	4.339.548,81	4.274.874,18	5.173.743,03						



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária**Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2016****Período de referência: 2º bimestre****RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios | Padrao**

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Fonte - Anexo 3 - Tabela 3.0 - RREO	

<div><div><div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div></div></div></div>
--

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro | Padrao

Receitas	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2016	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre / 2015
Receitas				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial				
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Previdenciárias do RGPS para o RPPS				
Demaís Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro | Padrao

Despesas	Execução da Despesa					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre/2016	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre / 2015	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre / 2016	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS Em 2015
Despesas						
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes						
Despesas de Capital						
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias						
Pensões						

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária			
	Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)			
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			
	CNPJ:			
	Exercício: 2016			
Período de referência: 2º bimestre				

Despesas	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Execução da Despesa				INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
Outras Benefícios Previdenciários								
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Retribuições								
Pensões								
Outras Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)								



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro | Padrao

Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	Aportes de Recursos
	Aportes Realizados
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	
Outros Aportes para o RPPS	
Plano Previdenciário	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	
Outros Aportes para o RPPS	

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro | Padrao

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	Previsão Orçamentária
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	

RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro | Padrao

Bens e Direitos do RPPS	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
Bens e Direitos do RPPS	-	-
CAIXA		
BANCOS CONTA MOVIMENTO		
INVESTIMENTOS		
OUTROS BENS E DIREITOS		



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária**Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2016****Período de referência: 2º bimestre****RREO-Anexo 04.1 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro | Padrao**

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário | Padrao

Receitas	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2016	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre / 2015
Receitas				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				
RECEITAS CORRENTES	4.434.500,00	4.434.500,00	3.678.448,16	2.114.911,08
Receita de Contribuições dos Segurados	4.434.500,00	4.434.500,00	3.678.448,16	2.114.911,08
Pessoal Civil	2.010.000,00	2.010.000,00	691.915,85	542.292,76
Ativo	2.010.000,00	2.010.000,00	691.915,85	542.292,76
Inativo	2.000.000,00	2.000.000,00	688.212,77	539.152,44
Pensionista	10.000,00	10.000,00	3.703,08	3.140,32
Pessoal Militar				
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo				
Pensionista				
Outras Receitas de Contribuições	-2.010.000,00	-2.010.000,00	-691.915,85	-542.292,76
Receita Patrimonial	2.304.600,00	2.304.600,00	2.890.174,54	1.473.474,32
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais	2.304.600,00	2.304.600,00	2.890.174,54	1.473.474,32
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	2.129.900,00	2.129.900,00	788.273,62	641.436,76
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes	2.129.900,00	2.129.900,00	788.273,62	641.436,76
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	110.000,00	110.000,00	1.585.277,17	948.884,08
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	4.544.500,00	4.544.500,00	5.243.725,33	3.063.595,16

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário | Padrao

Despesas	Execução da Despesa					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre/2016	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre / 2016	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS Em 2016	Em 2015
Despesas						
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)						
ADMINISTRAÇÃO	4.324.500,00	4.324.500,00	1.154.516,77	1.087.426,62	918.465,94	0,00
Despesas Correntes	4.324.500,00	4.324.500,00	189.234,40	133.032,05	134.043,08	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	189.234,40	133.032,05	134.043,08	0,00
PREVIDÊNCIA	74.500,00	74.500,00	965.582,37	964.374,57	784.420,86	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	965.582,37	964.374,57	784.420,86	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	606.613,67	605.405,87	521.817,08	0,00
Pensões			190.868,70	190.868,70	127.413,88	0,00



siconfi
Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 2º bimestre

Despesas	Execução da Despesa						INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
Outros Benefícios Previdenciários			168.108,00	135.189,00	168.108,00	135.189,00		
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Retribuições								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	20.000,00	20.000,00						
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	4.344.500,00	4.344.500,00	1.154.816,77	928.883,99	1.097.426,62	918.465,94	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	200.000,00	200.000,00	4.088.908,56	2.134.711,17	4.146.288,71	2.145.126,22		



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário | Padrao


Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	Aportes de Recursos
	Aportes Realizados
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	
Outros Aportes para o RPPS	
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	
Outros Aportes para o Regime Previdenciário	

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário | Padrao

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	Previsão Orçamentária
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário | Padrao

Bens e Direitos do RPPS	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
Bens e Direitos do RPPS	-	-
CAIXA		
BANCOS CONTA MOVIMENTO		
INVESTIMENTOS		
OUTROS BENS E DIREITOS		

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 04.2 | Tabela 4.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Previdenciário | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Divida Fiscal Líquida	Comparativo da Divida Fiscal Previdenciária		
	Saldo		
	Em 31/Dez/2015 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre (c)
Divida Fiscal Líquida	-	-	-
Divida Consolidada (I)	1.029.190,82	1.626.166,57	
DEDUÇÕES (II)	7.209.233,40	8.406.254,39	
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.747.581,39	11.086.491,51	
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	3.538.347,99	2.680.237,12	
Divida Consolidada Líquida (III) = (I - II)	-6.180.042,58	-6.780.087,82	0,00
Receita de Privatizações (IV)			
Passivos Reconhecidos (V)	802.613,25	588.294,87	
Divida Fiscal Líquida (VI) = (III + IV - V)	-6.982.655,83	-7.368.382,69	0,00

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Resultado Nominal	Período de Referência	
	Período de Referência	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Até o Bimestre (Vlc - Vla)
Resultado Nominal	-	-
VALOR	7.368.382,69	6.982.655,83

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período	
	Valor Corrente	
	-	
Meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o Exercício de Referência		

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Regime Previdenciário - Divida Fiscal Líquida Previdenciária	Comparativo da Divida Fiscal Previdenciária		
	Saldo		
	Em 31/Dez/2015 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre (c)
Regime Previdenciário - Divida Fiscal Líquida Previdenciária	-	-	-
Divida Consolidada Previdenciária (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial			
Demais Dividas			
DEDUÇÕES (VIII)	31.769.022,04	33.093.048,33	
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.973,55	80.860,15	
Investimentos	31.766.048,49	33.012.188,18	
Demais Haveres Financeiros Previdenciários			
(-) Restos a Pagar Processados			
Divida Consolidada Líquida Previdenciária (IX) = (VII - VIII)	-31.769.022,04	-33.093.048,33	0,00
Passivos Reconhecidos (X)			
Divida Fiscal Líquida Previdenciária (XI) = (IX - X)	-31.769.022,04	-33.093.048,33	0,00

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios | Padrao

Receitas Primárias	Receitas Realizadas		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
Receitas Primárias	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	62.118.273,57	15.753.400,09	14.767.128,57
Receitas Tributárias	5.885.000,00	2.536.051,85	2.308.685,60
IPTU	1.500.000,00	731.778,48	657.020,59
ISS	1.000.000,00	404.926,66	435.419,26
ITBI	500.000,00	141.356,07	179.913,31

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária****Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2016****Período de referência: 2º bimestre**

Receitas Primárias	PREVISÃO ATUALIZADA	Receitas Realizadas	
		RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015
IRRF	1.200.000,00	291.318,39	174.480,68
Outras Receitas Tributárias	1.685.000,00	966.672,25	861.851,76
Receitas de Contribuições	2.374.900,00	861.583,25	757.852,06
Receitas Previdenciárias	2.010.000,00	691.915,85	542.292,76
Outras Receitas de Contribuições	364.900,00	169.667,40	215.559,30
Receita Patrimonial Líquida	5.000,00	15,00	306,60
Receita Patrimonial	2.807.600,00	3.051.594,62	1.659.584,96
(-) Aplicações Financeiras	2.802.600,00	3.051.579,62	1.659.278,36
Transferências Correntes	47.032.164,00	11.637.688,54	11.007.062,11
Cota-Parte do FPM	15.000.000,00	4.086.336,94	4.275.367,22
Cota-Parte do ICMS	13.000.000,00	3.393.414,46	3.639.987,24
Cota-Parte do IPVA	2.000.000,00	517.175,54	480.343,85
Convênios Corrente	5.794.072,00	1.339.545,13	846.823,68
Outras Transferências Correntes	11.238.092,00	2.301.216,47	1.764.540,12
Demais Receitas Correntes	6.821.209,57	718.061,45	693.222,20
Dívida Ativa	572.000,00	328.933,43	347.602,44
Diversas Receitas Correntes	6.249.209,57	389.128,02	345.619,76
RECEITAS DE CAPITAL (II)	37.430.504,00	1.299.782,44	959.367,15
Operações de Crédito (III)	3.500.000,00		
Amortização de Empréstimos (IV)	1.188.100,00		
Alienação de Bens (V)			
Transferências de Capital	32.742.404,00	1.299.782,44	959.367,15
Convênios Capital	32.742.404,00	1.299.782,44	959.367,15
Outras Transferências de Capital			
Outras Receitas de Capital			
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	32.742.404,00	1.299.782,44	959.367,15
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	94.860.677,57	17.053.182,53	15.726.495,72



Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios | Padrao

Despesas Primárias	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Execução da Despesa				Despesas inscritas em Reritos a Pagar Não Processados Em 2016
		Despesas Empenhadas	DESPESAS LIQUIDADAS		Despesas Em 2016	
		Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2015	
Despesas Primárias						
DESPESAS CORRENTES (VIII)		17.109.376,82	15.335.147,85	14.593.917,06	13.139.025,38	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	64.179.727,35	9.673.590,96	9.085.839,42	9.672.373,16	9.085.839,42	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	39.403.340,00	87.012,99	38.443,28	87.012,99	38.443,28	
Outras Despesas Correntes	506.650,00	7.348.782,87	6.210.865,15	4.834.530,91	4.014.742,68	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	24.269.737,35	17.022.365,83	15.286.704,57	14.508.904,07	13.100.582,10	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	63.673.077,35					0,00
Investimentos	38.306.091,00	898.195,72	4.273.433,89	840.213,57	476.733,86	0,00
Inversões Financeiras	37.194.791,00	443.940,92	4.143.575,43	385.999,77	146.875,40	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	91.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)						
Demais Inversões Financeiras	91.300,00					
Amortização da Dívida (XIV)	1.020.000,00	454.254,80	329.858,46	454.254,80	329.858,46	
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	37.286.091,00	443.940,92	4.143.575,43	385.999,77	146.875,40	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	450.000,00					
RESERVA DO RPPS (XVII)						
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	101.405.193,35	17.468.304,75	19.440.280,00	14.892.892,84	13.247.457,50	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XX) = (VII - XVIII)	-8.548.490,78	-413.122,22	-3.713.784,28	2.160.319,69	2.479.038,22	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2016

Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios | Padrao

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período
	Valor Corrente
Discriminação da Meta Fiscal	-
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária**Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2016****Período de referência: 2º bimestre****RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios | Padrao**

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

 Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo) Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social CNPJ: Exercício: 2016 Período de referência: 2º bimestre
--	--

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Padrao

Especificação de PPP		Especificação de PPP				SALDO TOTAL (c) = (a + b)
Especificação de PPP	Saldo Exercício / 2015 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016			Até o Bimestre (b)	
		No Bimestre				
TOTAL DE ATIVOS	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Direitos Futuros						
Ativos Contabilizados na SPE						
Contrapartida para Provisões de PPP						
TOTAL DE PASSIVOS (I)		0,00	0,00		0,00	0,00
Obrigações Não Relacionadas a Serviços						
Contrapartida para Ativos da SPE						
Provisões de PPP						
GARANTIAS DE PPP (II)						
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)		0,00	0,00		0,00	0,00
PASSIVOS CONTINGENTES		0,00	0,00		0,00	0,00
Contraprestações Futuras						
Riscos Não Provisionados						
Outros Passivos Contingentes						
ATIVOS CONTINGENTES		0,00	0,00		0,00	0,00
Serviços Futuros						
Outros Ativos Contingentes						

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado (IV)


[illegible]

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Entidades Não-dependentes	Despesas do PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Padrao

[illegible]

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Balanco Orçamentário	Período
	Até o Bimestre
Balanco Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	102.461.377,57
Previsão Atualizada	102.461.377,57
Receitas Realizadas	21.670.039,32
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	
DESPESAS	
Dotação Inicial	102.461.377,57
Créditos Adicionais	474.440,78
Dotação Atualizada	102.935.818,35
Despesas Empenhadas	18.007.572,54
Despesas Liquidadas	15.434.130,63
Despesas Pagas	13.732.711,39
Superávit Orçamentário	6.235.908,69

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas por Função/Subfunção	Período
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	18.007.572,54
Despesas Liquidadas	15.434.130,63

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	30/04/2016
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	49.322.929,44

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao


Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	Período
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	-
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	3.678.448,16
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	1.097.426,62
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	2.581.021,54
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	1.565.277,17
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	1.565.277,17

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Resultados Nominal e Primário	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário	-	-	-
Resultado Nominal		6.982.655,83	
Resultado Primário		2.160.319,69	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.538.347,99	0,00	2.339.443,24	1.198.904,75
Poder Executivo	3.538.347,99		2.339.443,24	1.198.904,75
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária
	Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 2º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	7.643.232,73	92.022,08	1.858.881,59	5.692.329,06
Poder Executivo	7.643.232,73	92.022,08	1.858.881,59	5.692.329,06
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	11.181.580,72	92.022,08	4.198.324,83	6.891.233,81

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas com Ações Típicas de MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Apuração das Despesas com Ensino	
		Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações Típicas de MDE	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2.274.564,50	25,00	23,09
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	1.943.915,79	60,00	74,94
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		3.500.000,00
Despesa de Capital Líquida	840.213,57	37.465.877,43

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)				
Despesas Previdenciárias (II)				
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)				
Despesas Previdenciárias (V)				
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		1.188.100,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		1.188.100,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Valor Apurado Até o Bimestre	Apuração das Despesas com Saúde	
		Limite Constitucional Anual Percentual Aplicado até o Bimestre Saúde	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	2.168.232,81	15,00	22,01

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período	
	Valor Apurado no Exercício Corrente	
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-	
Total das Despesas/RCL (%)		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária**Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC (Poder Executivo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2016****Período de referência: 2º bimestre**

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by SIDNEY DALLA VECHIA:67516050997
Date: 2016.05.31 16:47:03 BRT
Perfil: Contador Responsável
Instituição: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC

Assinatura: 2

Digitally signed by NELSON GUINDANI:50158945972
Date: 2016.05.31 16:49:30 BRT
Perfil: Titular do Poder Executivo
Instituição: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC

Assinatura: 3

Assinatura: 4

Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

Ibiam**PREFEITURA****ADITIVO 001-2016 - CT 015-2016**

TERMO ADITIVO 001/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2016

O Município de Ibiam, representado pelo Prefeito Municipal Gilmar Fontana, CPF nº 422.402.559-00, residente e domiciliado em Ibiam – SC, e a empresa JOÃO VILMAR PELENTIER - ME, CNPJ nº 23.162.775/0001-69, com sede na Rua Glória Angela Recalcatti, nº 83, centro, em Ibiam - SC, por seu representante legal, João Vilmar Pelentier, CPF nº 497.723.929-68, residente e domiciliado em Ibiam – SC, com fulcro na cláusula décima quarta do contrato licitatório e artigo 65 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993, bem como pela comunicação interna em anexo, resolvem celebrar este instrumento, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: Fica aumentado o percurso diário em 4 km (quatro), passando de 100,7 km (cem quilômetros e setenta metros) para 104,7 km (cento e quatro quilômetros e setenta metros) diários.

Cláusula Segunda: Este termo aditivo entre em vigor na data de sua assinatura.

Cláusula Terceira: As demais Cláusulas do Contrato permanecem inalteradas e por estarem certos, firmam este Termo Aditivo em duas vias, perante Testemunhas que também assinam.

Ibiam, 01 de junho de 2016.

MUNICIPIO DE IBIAM
GILMAR FONTANA

JOÃO VILMAR PELENTIER - ME
João Vilmar Pelentier

Testemunhas:

Rosinei Ceron
CPF nº 004.918.899-25

Fátima Fontana
CPF nº 304.863.359-68

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº. 004/2016

A Prefeitura Municipal de Imaruí – SC, através do Setor de Licitação, torna publico aos interessados, que realizará no dia 15/06/2016 às 09h00min, Licitação na Modalidade Pregão Presencial, registro de preço do Tipo Menor Preço/Maior desconto, cujo objetivo visa à aquisição medicamentos básicos e não básicos, éticos e genéricos para o uso da Secretaria Municipal de Saúde, através de maior porcentagem de desconto sobre a relação de medicamentos e tabela de preços da ABCFARMA - Órgão Oficial da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico. O Edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Licitação, situado na Rua José Inácio da Rocha, nº 109, Centro, Imaruí/SC, CEP: 88.770- 000, e através do site www.imarui.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br, ou através do telefone (48) 3643 0213.

Imaruí, 02 de Junho de 2016.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 02/2016 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 72/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2016

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 08:00 horas do dia 20 de junho de 2016, licitação na modalidade de Tomada de Preços, tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Contratação de empresa para implantação da pavimentação com peças pré-moldadas de concreto – PCC, drenagem pluvial, e sinalização viária, na rua Francisco Manoel de Moraes, situada no bairro de Vila Esperança - Imbituba/SC. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 07:00 às 13:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 03 de junho de 2016

Juliana da Silva Ignácio

Secretária Municipal Agricultura, Pesca e Infraestrutura

PORTARIA PM.SEDUC N. 002.2016 DELEGA COMPETÊNCIAS SERVIDORA IZABEL

PORTARIA PMI/SEDUC Nº 002, de 05 de abril de 2016.

Subdelega competência para os atos menciona.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – INTERINO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de subdelegação de competência ou de atribuições como instrumento de desconcentração administrativa, objetivando assegurar maior rapidez às decisões, situando-se proximidade dos órgãos, fatos ou pessoas ou problemas a atender.

CONSIDERANDO a racionalidade necessária ao exercício das funções da Secretaria Municipal de Educação, demandando uma divisão no desempenho daquelas funções, tecnicamente recomendável, objetivando ainda a qualificação jurídica dos serviços prestados e a economia de tempo para tanto.

RESOLVE:

Art. 1º Observadas às disposições legais e regulamentares, subdelegar competência à servidora pública efetiva, Senhora Izabel da Fonseca Cavalcante, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, para a prática dos atos previstos na legislação vigente e, especialmente, aqueles elencados neste ato, ficando atribuídos os seguintes atos:

I – em relação aos procedimentos licitatórios:

- homologar os atos praticados pela Comissão de Licitação e adjudicar o objeto da licitação ao licitante vencedor;
- anular ou revogar a licitação;
- dispensar ou declara a situação de inexigibilidade de licitação;
- ratificar o ato declaratório de dispensa do procedimento licitatório;

II – em relação aos contratos administrativos:

- assinar contratos administrativos para compras, obras, serviços, concessões de uso e locações;
- assinar notas de empenho;
- autorizar alteração de contrato, via termo aditivo;
- autorizar a rescisão administrativa ou amigável de contrato;
- aplicar as penalidades de advertência, multa e suspensão temporária para licitar e contratar com a municipalidade a fornecedores faltosos.

Art. 2º Fica a servidora indicada no caput do artigo 1º responsável pelos atos praticados em razão da subdelegação prevista na presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 4 de abril deste ano, ratificando os atos até então emanados.

Imbituba, SC, 05 de abril de 2016.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Educação - Interino

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 306/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 306, de 01 de junho de 2016.

Dispõe sobre a exoneração do cargo de Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - SETEC, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, do cargo/função de Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, o Sr. PAULO JUCHEM SEFTON, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 895.942.828-00, nomeado através da PORTARIA PMI/GGP Nº 96, de 18 de fevereiro de 2015, para exercer o respectivo cargo/função, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de junho de 2016.

Imbituba, 01 de junho de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 307/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 307, de 01 de junho de 2016.
Dispõe sobre a exoneração de Chefe de Departamento, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o Sr. EVARISTO MACHADO LEOPOLDO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 455.110.989-49, do cargo/função de Chefe de Departamento de Infraestrutura Regional/Sul, vinculado a Superintendência de Desenvolvimento Regional/Sul, da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura, nomeado através da PORTARIA PMI/GGP Nº 112/2015, para exercer o respectivo cargo/função, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de junho de 2016.

Imbituba, 01 de junho de 2016.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/GGP Nº 308/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 308, de 02 de junho de 2016.
Dispõe sobre a nomeação de Secretário Municipal Interino de Turismo, Esporte e Cultura - SETEC, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, o Sr. ROMEU PIRES FILHO, brasileiro, agente administrativo, inscrito no CPF sob o n.º 252.390.079-34, para exercer interinamente o cargo de Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 03 de junho de 2016.

Imbituba, 02 de junho de 2016.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA CMI Nº 052/2016

PORTARIA CMI Nº 052/2016

“Nomeia Rosicleia Silva de Souza para o Cargo em Comissão de Assessora Parlamentar”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Nomear a Senhora Rosicleia Silva de Souza, brasileira, casada, portadora do RG de nº 3.022.994 SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 018.334.899-00, para o Cargo em Comissão de Assessora Parlamentar.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 02 de junho de 2016.
Guilherme Santos Souza
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 02/06/2016.

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 076/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 076/2016

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO CULTURAL CORO DE INDAIAL CORO MISTO INDAIÁ.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Contrato, a contratação do Coro Misto Indaial, para a apresentação em eventos realizados ou apoiados pela FIC, no total de 08 (oito) apresentações, conforme calendário de eventos.

VALOR: R\$ 20.000,00

PRAZO: 17 de maio de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 17/05/2016.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2758/12.

Município de Indaial, em 1º de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

PAULO ROBERTO LEDRA

Secretário de Planejamento e Habitação

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

CONTRATO Nº 079/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 079/2016

CONTRATADA: ART CARD LTDA – EPP.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de relógios de ponto, devidamente instalados, conforme quantitativos e especificações.

VALOR: R\$ 5.100,00

PRAZO: 25 de maio de 2016 até 13 de julho de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 25/05/2016.

DECRETO Nº 1974/16

. DECRETO Nº 1974/16

. De 30 de maio de 2016

Declara de Utilidade Pública para fins de Desapropriação Amigável, regularização e prolongamento de via pública.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 92, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETO Nº 1973/16

. DECRETO Nº 1973/16

. De 30 de maio de 2016

Declara de Utilidade Pública para fins de Desapropriação Amigável, regularização e prolongamento de via pública.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 92, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Declarado de Utilidade Pública, de acordo com o Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/41 e alterações, para fins de desapropriação amigável e domínio municipal, o imóvel matriculado sob nº 20 junto ao Registro de Imóveis de Indaial, de propriedade de Joaquim Rolando Moser, com a seguinte descrição:

- Um terreno, situado à margem esquerda do Rio Itajaí-Açú, no lugar Rio Morto, nesta cidade de Indaial, contendo a área de 537,00m² (quinhentos e trinta e sete metros quadrados), mais ou menos, edificado com uma casa de madeira, de nº 125; confrontando pela frente com dezenove metros, no lado impar duma rua projetada (atualmente denominada Rua 22) a qual liga com a estrada geral de Rio Morto, nos fundos com terras de Franklin Lopes, no lado direito com terras de José Elias Ricardo e, do lado esquerdo com terras de Tercílio Greter.-

Art. 2º - A área de terras ora desapropriada com base no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, combinado com a Lei 6.602/78 e 9785/99, destinar-se-á a regularização da Rua Pomerode e prolongamento da Rua Concórdia, Bairro Rio Morto, ambas de interesse público.

Art. 3º - A desapropriação objeto do presente Decreto se dá por via amigável, sem ônus para o Município, ficando sob a responsabilidade do Município a escrituração da área ora desapropriada.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Declarado de Utilidade Pública, de acordo com o Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/41 e alterações, para fins de desapropriação amigável e domínio municipal, parte do imóvel matriculado sob nº 2789 junto ao Registro de Imóveis de Indaial, de propriedade de Sabrina Nicely Lopes e Eduardo José Lopes, com a seguinte descrição:

"Parte do imóvel sob matrícula nº 2789, na Rua Avenida Brasil, no Bairro Rio Morto, município de Indaial, estado de Santa Catarina, de propriedade de Sabrina Nicely Lopes e Eduardo José Lopes, com a área de 145,11 m² (cento e quarenta e cinco metros quadrados e onze décimos quadrados), distando pelo lado esquerdo do imóvel supracitado em 107,80 metros da Rua Avenida Brasil fazendo Frente: em 12,00 metros confrontando com o imóvel supracitado; Fundos: em 12,00 metros confrontando com o imóvel supracitado; Lado Direito: em 12,00 metros com terras de Sabrina Nicely Lopes e Eduardo José Lopes, (Matrícula nº 2787); e Lado Esquerdo: em 12,00 metros com terras de Joaquim Rolando Moser, (Matrícula nº 20).-

Art. 2º - A área de terras ora desapropriada com base no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, combinado com a Lei 6.602/78 e 9785/99, destinar-se-á a regularização e prolongamento da Rua Concórdia, Bairro Rio Morto, sendo este de interesse público.

Art. 3º - A desapropriação objeto do presente Decreto se dá por via amigável, sem ônus para o Município, ficando sob a responsabilidade do Município a escrituração da área ora desapropriada.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2757/12.

Município de Indaial, em 1º de junho de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

PAULO ROBERTO LEDRA J
Secretário de Planejamento e Habitação

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1975/16

. DECRETO Nº 1975/16
. De 30 de maio de 2016

Declara de Utilidade Pública para fins de Desapropriação Amigável, regularização e prolongamento de via pública.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 92, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Declarado de Utilidade Pública, de acordo com o Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/41 e alterações, para fins de desapropriação amigável e domínio municipal, parte do imóvel matriculado sob nº 2787 junto ao Registro de Imóveis de Indaial, de propriedade de Sabrina Nicely Lopes e Eduardo José Lopes, com a seguinte descrição:

- Parte do Imóvel sob matrícula nº 2787, na Rua Avenida Brasil, no Bairro Rio Morto, município de Indaial, estado de Santa Catarina, de propriedade de Sabrina Nicely Lopes e Eduardo José Lopes, com a área de 167,40 m² (cento e sessenta e sete metros quadrados e quarenta décimos quadrados), distando pelo lado esquerdo do imóvel supracitado em 108,09 metros da Rua Avenida Brasil fazendo: Frente: em 13,19 metros composto por duas linhas, partindo da esquerda para a direita, sendo a primeira em linha reta de 9,50 metros, a segunda linha em curva com desenvolvimento de 3,69 metros, com raio de 20,00 metros confrontando com imóvel supracitado; Fundos: em 17,91 metros composto por duas linhas, partindo da esquerda para a direita, sendo a primeira em linha reta de 5,53 metros, a segunda linha em curva com desenvolvimento de 12,38 metros, com raio de 8,00 metros confrontando com imóvel supracitado; Lado Direito: em 18,77 metros com terras de Joaquim Rolando Moser (Matrícula nº 20179); e Lado Esquerdo: em 12,00 metros com terras de Sabrina Nicely Lopes e Eduardo José Lopes, (Matrícula nº 2789)-

Art. 2º - A área de terras ora desapropriada com base no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, combinado com a Lei 6.602/78 e 9785/99, destinar-se-á a regularização e prolongamento da Rua Concórdia, Bairro Rio Morto, sendo este de interesse público.

Art. 3º - A desapropriação objeto do presente Decreto se dá por via amigável, sem ônus para o Município, ficando sob a responsabilidade do Município a escrituração da área ora desapropriada.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2756/12.

Município de Indaial, em 1º de junho de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

PAULO ROBERTO LEDRA
Secretário de Planejamento e Habitação

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1976/16

. DECRETO Nº 1976/16
. De 30 de maio de 2016

Declara de Utilidade Pública para fins de Desapropriação Amigável e regularização de via pública.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 92, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública, de acordo com o Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/41 e alterações, para fins de desapropriação amigável e domínio municipal, a seguinte área:

- Parte do imóvel sob matrícula nº 20179, na Rua Avenida Brasil, no Bairro Rio Morto, município de Indaial, estado de Santa Catarina, de propriedade de Joaquim Rolando Moser, contendo a área de 1.072,28 m² (um mil e setenta e dois metros quadrados e vinte e oito décimos quadrados), distando pelo lado esquerdo da rua Concórdia em 103,00 metros até Rua Xaxim fazendo: Frente: em 12,00 metros confrontando com a rua Concórdia; Fundos: em linha curva com desenvolvimento de 23,34 metros, com raio de 20,00 metros confrontando com imóvel supracitado; Lado Direito: em 94,98 metros sendo 49,80 metros com terras de Sabrina Nicely Lopes e Eduardo José Lopes, (Matrícula nº 2789), e 45,18 com terras de Sabrina Nicely Lopes e Eduardo José Lopes, (Matrícula nº 2787) ; e Lado Esquerdo: em 76,33 metros confrontando com imóvel supracitado."

Art. 2º - A área de terras ora desapropriada com base no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, combinado com a Lei 6.602/78 e 9785/99, destinar-se-á a regularização e prolongamento da Rua Concórdia, Bairro Rio Morto.

Art. 3º - A desapropriação objeto do presente Decreto se dá por via amigável, sem ônus para o Município, ficando sob a responsabilidade do Município a escrituração da área ora desapropriada.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 30 de maio de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

PAULO ROBERTO LEDRA
Secretário de Planejamento e Habitação

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1981/16

. DECRETO Nº 1981/16

. De 01 de junho de 2016

Homologa Resolução nº 01/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei 8069/90, Lei 12.696/2012, Resolução Conanda 152/2012, 113/2006 e 170/2014, Lei Municipal 4.321/2011 e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 01/2016 exarada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre a aprovação de inscrição em curso/capacitação para Conselheiros Tutelares de Indaial.

Art. 2º - A Resolução nº 01/2016 faz parte integrante deste Decreto, para efeitos legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 1º de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

RESOLUÇÃO Nº 01/2016

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM CURSO/CAPACITAÇÃO PARA CONSELHEIROS TUTELARES DE INDIAIAL

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 1428/15 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações, reunião realizada em 28 de Janeiro de 2016.

CONSIDERANDO:

1. O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90;
2. A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
3. O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado
4. "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;
5. A previsão orçamentária do Fundo para o exercício de 2016.
6. As Resoluções do CONANDA nº 170/2014, 113/2006 e 152/2012;
7. A Lei 12.696/2012 que altera os artigos sobre os conselheiros tutelares.
8. Orientações do Ministério Público as únicas datas que não poderiam ser modificadas:
 - a) o lançamento do Edital para o processo de escolha dos conselheiros tutelares em data unificada;
 - b) o dia da votação (04 de outubro de 2015);
 - c) o dia da posse dos novos conselheiros tutelares (10 de Janeiro de 2016).

RESOLVE:

Art. 1º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Indaial, APROVA a participação dos Conselheiros Tutelares de Indaial,

Art. 2º - FORMAÇÃO DOS CINCO CONSELHEIROS TUTELARES DE INDIAIAL:

Objetivo:

Proporcionar a capacitação para a prática social dos conselheiros tutelares, alinhada ao Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e aos atuais normativos do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, com ênfase para a operacionalização das intervenções no cotidiano com a rede socioassistencial.

Público alvo:

Formação exclusiva para Conselheiros Tutelares, eleitos como titulares, com mandato previsto de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020, dos municípios de Gaspar (15 vagas), Timbó (15 vagas), Brusque (5 vagas) e Indaial (5 vagas).

Disponibilizado aos participantes:

CD

Certificado

Material de apoio (Bloco e caneta)

Coffee break

Período de realização: 15 de Fevereiro até 27 de Junho de 2016, das 17 às 22 horas

(somente as segundas-feiras)

Cidade: Blumenau/S.C.

Valor da Inscrição: 800,00 cada participante

Art. 2º - Todas as despesas serão custeadas pelo FIA.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 29 de Janeiro de 2016.

Luiz Cláudio S.T.M. Altenburg

Coordenador do CMDCA/Indaial

DECRETO Nº 1982/16

. DECRETO Nº 1982/16

. De 01 de junho de 2016

Homologa Resolução nº 02/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei 8069/90, Lei 12.696/2012, Resolução Conanda 152/2012, 113/2006 e 170/2014, Lei Municipal 4.321/2011 e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 02/2016 exarada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre a aprovação da substituição de nomes e estabelece os procedimentos para os atos a serem seguidos pela comissão de ética conforme a Lei Municipal nº 4321/2011 e suas alterações.

Art. 2º - A Resolução nº 02/2016 faz parte integrante deste Decreto, para efeitos legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 1º de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

RESOLUÇÃO Nº 02/2016

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA SUBSTITUIÇÃO DE NOMES E ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA OS ATOS A SEREM SEGUIDOS PELA COMISSÃO DE ÉTICA CONFORME A LEI MUNICIPAL Nº 4321/2011 E SUAS ALTERAÇÕES.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE INDAIAL, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Decreto nº 1428/15, de 09 de junho de 2015, de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, na reunião ordinária do dia 14 de Abril de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR A SUBSTITUIÇÃO DE NOMES PARA COMPOR A COMISSÃO DE ÉTICA:

do CMDCA Indaial Não Governamental:

Luis Carlos Haertel – representante da Entidade PEAL.

Alessandra Bertinatto P. Fonseca – representante das APPs.

do CMDCA Indaial Governamental:

Luiz Cláudio S. T. M. Altenburg - representante da Fundação Indaialense de Cultura

Dilma Rúbia Brandl Cândido- representante da Secretaria de Assistência Social

do Conselho Tutelar de Indaial:

Patricia Fey

Apoio da PROGEM - Procuradoria Geral do Município:

Edenilson Trapasolli

Art. 2º - Estabelece de acordo com a Lei Municipal nº 4321/2011, os procedimentos para os atos a serem seguidos pela Comissão de Ética:

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**SINDICÂNCIA**

1. Recebimento da denúncia formulada por escrito, contendo a identificação e endereço do denunciante.
2. Averiguação da denúncia para apurar indícios de materialidade ou autoria.
3. A sindicância administrativa poderá resultar em:
 - 3.1 Arquivo do processo, no caso de inexistência de irregularidade ou de impossibilidade de se apurar a autoria.
 - 3.2 A Instauração de processo administrativo disciplinar.

PROCESSO ADMINISTRATIVO

4. Abertura de processo – juntar:
 - 4.1 A Resolução de nomeação da Comissão de Ética Disciplinar
 - 4.2 Cópia da Notificação do Conselheiro.
5. Notificar o conselheiro, concedendo-lhe o prazo de cinco (05) dias úteis para apresentar defesa prévia por escrito.
6. Receber a defesa prévia;
 - 6.1 Caso não apresente defesa prévia, declarar revelia;
7. Proceder à oitiva da denúncia.
8. Proceder à oitiva da defesa
9. Ao final elaborar relatório, resumir as peças principais dos autos e mencionar as provas em que se baseou para formar convicção. O relatório deverá ser sempre conclusivo quanto à responsabilidade ou inocência do/a Conselheiro/a.
10. Reconhecida a responsabilidade do/a Conselheiro/a, a Comissão encaminhará ao Ministério Público, o relatório da proclamação do julgamento e a decisão final do CMDCA;
11. Encerramento do Processo Administrativo.
12. A Comissão de Ética Disciplinar terá trinta (30) dias de prazo para concluir os trabalhos do processo administrativo, prorrogáveis

por mais quinze (15) dias.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Indaial, 15 de Abril de 2016.

Luiz Cláudio S. T. M. Altenburg

Coordenador do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA Indaial

DECRETO Nº 1983/16

. DECRETO Nº 1983/16

. De 01 de junho de 2016

Homologa Resolução nº 03/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei 8069/90, Lei 12.696/2012, Resolução Conanda 152/2012, 113/2006 e 170/2014, Lei Municipal 4.321/2011 e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 03/2016 exarada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre a aprovação do plano de aplicação do FIA - Fundo da Infância e Adolescência para o ano de 2016.

Art. 2º - A Resolução nº 03/2016 faz parte integrante deste Decreto, para efeitos legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 1º de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

RESOLUÇÃO Nº 03 /2016

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO DO FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA PARA O ANO DE 2016.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 1428/15 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações, e deliberações da reunião ordinária do dia 14 de Abril de 2016.

CONSIDERANDO:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90;
- Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;
- A Resolução nº 137 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Aplicação do FIA - Fundo da Infância e Adolescência para o ano de 2016, da seguinte forma:

Descrição	Valor R\$
0014.0243.0032.1551 Estudos e Diagnósticos:	
Recursos ordinários orçado	R\$ 22.000,00
Total saldo	R\$ 22.000,00
0014.0243.0032.2550 Formação de Recursos Humanos:	
Recursos ordinários orçado	R\$ 75.000,00
Superavit Empresas para Conselho Tutelar de Indaial	R\$ 3.200,00
Total saldo	R\$ 75.000,00
0014.0243.0032.2551 Manutenção de Projetos Pontuais:	
Recursos ordinários orçado	R\$ 135.000,00
Projeto pontuais aprovados (empresas)	R\$ 10.000,00
Total saldo	R\$ 135.000,00
0014.0243.0032.2552 Divulgação do ECA e Incentivo a Guarda e Adoção:	
Recursos ordinários orçado	R\$ 35.000,00
Total saldo	R\$ 35.000,00
Superavit em conta R\$	R\$ 14.260,88
Tinha 17.460,88 foi baixado 3.200,00	

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 15 de Abril de 2016.

Luiz Cláudio S. T. M. Altenburg
Coordenador do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA Indaial

DECRETO Nº 1984/16

. DECRETO Nº 1984/16

. De 01 de junho de 2016

Homologa Resolução nº 04/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei 8069/90, Lei 12.696/2012, Resolução Conanda 152/2012, 113/2006 e 170/2014, Lei Municipal 4.321/2011 e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 04/2016 exarada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do FIA referente ao exercício do ano de 2015.

Art. 2º - A Resolução nº 04/2016 faz parte integrante deste Decreto, para efeitos legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 1º de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

RESOLUÇÃO Nº 04/2016

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FIA REFERENTE AO
EXERCÍCIO DO ANO DE 2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Decreto nº 1428/15 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações e, das Plenárias ocorridas em 14 de Abril de 2016.

CONSIDERANDO:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei Nº 8.069/90;
- A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;
- A previsão orçamentária do Fundo para o exercício de 2016.
- A Resolução nº 137 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a PRESTAÇÃO DE CONTAS do FIA - Fundo da Infância e Adolescência referente ao exercício do ano de 2015 conforme segue:

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 15 de Abril de 2016.

Luiz Cláudio S. T. M. Altenburg
Coordenador do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA Indaial

DECRETO Nº 1985/16

. DECRETO Nº 1985/16

. De 01 de junho de 2016

Homologa Resolução nº 05/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei 8069/90, Lei 12.696/2012, Resolução Conanda 152/2012, 113/2006 e 170/2014, Lei Municipal 4.321/2011 e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 05/2016 exarada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre a aprovação do edital para projetos na área da infância e adolescência a serem financiados pelo Fundo dos Direitos da Criança e Adolescência.

Art. 2º - A Resolução nº 05/2016 faz parte integrante deste Decreto, para efeitos legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 1º de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

RESOLUÇÃO Nº 05/2016

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO EDITAL PARA PROJETOS NA ÁREA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA A SEREM FINANCIADOS PELO FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-FIA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Decreto nº 1428/15 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, na reunião ordinária do dia 05 de Maio de 2016.

CONSIDERANDO:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90);
- A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado - Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;
- A previsão orçamentária do FIA para o exercício de 2016;
- A Instrução Normativa N.TC-14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina que estabelece critérios para a organização da prestação de contas de recursos concedido a qualquer título e dispõe sobre o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento.
- Resolução nº 137/2010 do CONANDA.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Edital para projetos na área da infância e adolescência a serem financiados pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA para o ano de 2016, sendo o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) dos recursos captados pelas Empresas, provenientes de Superávit 2015.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 06 de Maio de 2016.

Luiz Cláudio S. T. M. Altenburg
Coordenador do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Indaial

DECRETO Nº 1986/16

. DECRETO Nº 1986/16
. De 01 de junho de 2016

Homologa Resolução nº 07/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei 8069/90, Lei 12.696/2012, Resolução Conanda 152/2012, 113/2006 e 170/2014, Lei Municipal 4.321/2011 e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 07/2016 exarada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que revoga as Resoluções nº 20/2007, 11/2011, 03/2012 e 28/2015 e dispõe sobre a nova composição das comissões do Conselho

Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Indaial e dá outras providências.

Art. 2º - A Resolução nº 07/2016 faz parte integrante deste Decreto, para efeitos legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 1º de junho de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

RESOLUÇÃO Nº 07/2016

REVOGA RESOLUÇÕES 20/2007, 11/2011, 3/2012 E 28/2015 E DISPÕE SOBRE A NOVA COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE INDAIAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 1428/15 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações, e deliberações da reunião ordinária do dia 14 de Abril de 2016.

CONSIDERANDO:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90;
- Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado - Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;
- A Resolução nº 137 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a alteração na composição das COMISSÕES do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Indaial, conforme segue:

Art. 2º - Ficam nomeados os seguintes membros para compor a COMISSÃO PERMANENTE DE PLANO, POLÍTICA, E DIAGNÓSTICO:

- Conselheiro/a titular ou suplente, representante das instituições de pesquisa, estudo e formação nas áreas da criança e do adolescente ou de trabalhadores do setor com atuação direta no atendimento com crianças e adolescentes;
- Conselheiro/a titular ou suplente, representante da Secretaria Municipal de Educação;
- Conselheiro/a titular ou suplente, representante das Associações de Moradores;
- Conselheiro/a titular ou suplente, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º - A Comissão mencionada no artigo anterior terá as seguintes atribuições:

- I – articular a elaboração e a execução de planejamento integrado de atuação à criança e ao adolescente do município;
- II – acompanhar e controlar a execução do Plano Municipal de atendimento à criança e ao adolescente;
- III – promover o levantamento sistemático de dados sobre a

realidade da política de atendimento à criança e ao adolescente do município;

IV – analisar os relatórios recebidos dos conselhos tutelares e de outros órgãos, referente à política de atendimento à criança e ao adolescente, apresentando em plenária propostas de encaminhamento.

Art. 4º - Ficam nomeados os seguintes membros para compor a COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E CAPTAÇÃO:

- Conselheiro/a titular ou suplente, representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- Conselheiro/a titular ou suplente, representante dos Clubes de Serviços ou das Associações Comerciais e Municipais;
- Conselheiro/a titular ou suplente, representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
- Conselheiro/a titular ou suplente, representante das Instituições de Pesquisa, estudo e formação nas áreas da criança e do adolescente ou de trabalhadores do setor com atuação direta no atendimento com crianças e adolescentes.

Art. 5º - A Comissão mencionada no artigo anterior terá as seguintes atribuições:

- I – criar fluxo de informações com o Poder Judiciário, visando identificar o volume de recursos resultantes da aplicação de multas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- II – promover campanhas, visando captação de recursos;
- III – participar do planejamento orçamentário do FIA, apresentando as propostas a serem incluídas no mesmo;
- IV – interagir com outros conselhos no que se refere ao financiamento de programas e projetos na área da criança e do adolescente;
- V – acompanhar, analisar e avaliar a gestão de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VI – fiscalizar e fazer cumprir os critérios de financiamento estabelecidos pela legislação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VII – solicitar ao gestor informações e documentos, sempre que necessários;
- VIII – acompanhar a aplicação dos recursos públicos destinados ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 6º - Ficam nomeados os seguintes membros para compor a COMISSÃO PERMANENTE DE NORMAS E REGISTROS:

- Conselheiro/a titular ou suplente, representante das Entidades que prestam atendimento direto à criança e adolescente do município;
- Conselheiro/a titular ou suplente, representante das Entidades que prestam atendimento direto à criança e adolescente do município;
- Conselheiro/a titular ou suplente, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Conselheiro/a titular ou suplente, representante da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º - A Comissão mencionada no artigo anterior terá as seguintes atribuições:

- I – normatizar a inscrição e o cadastramento de programas de atendimento às crianças e adolescentes, desenvolvidos pelas ONG's e OG's;
- II – fiscalizar os programas inscritos no CMDCA, definidos no Art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- III – analisar os projetos referentes aos programas de atendimento à criança e ao adolescente, observando sua adequação ao ECA, encaminhando pareceres e/ou relatórios ao plenário para liberação.

Art. 8º – Conforme Art. 34 da LEI Nº 4.321/2011- CAPÍTULO V - DA COMISSÃO DE ÉTICA: A Comissão de Ética, escolhida pelo colegiado e nomeada pelo presidente do CMDCA, é o órgão responsável pela apuração de irregularidades cometidas pelos Conselheiros

Tutelares no exercício da função, e será composta por 05 (cinco) membros, sendo 04 (quatro) do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, destes 02 (dois) representantes não governamentais, 02 (dois) representantes governamentais e 01 (um) Conselheiro Tutelar.

do CMDCA Indaial Não Governamental:

Ataide Rufino – representante da UNAMI

Alessandra Bertinatto P. Fonseca – representante das APPs.

do CMDCA Indaial Governamental:

Luiz Cláudio S. T. M. Altenburg – representante da Fundação Indaialense de Cultura

Dilma Rúbia Brandl Cândido – representante da Secretaria de Assistência Social

do Conselho Tutelar de Indaial:

Patricia Fey

Apoio da PROGEM - Procuradoria Geral do Município:

Edenilson Trapasolli

§ 1º - A Coordenação da Comissão será escolhida entre seus membros, na primeira reunião após cada mandato de dois anos.

§ 2º - A Comissão de Ética reunir-se-á sempre que necessário, sendo o material e equipamentos, disponibilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 3º - A função de membro da Comissão de Ética é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

§ 4º - Em caso de vacância, o órgão ou entidade de origem indicará um substituto para complementação do mandato.

Art. 9º - Os conselheiros suplentes deverão participar das reuniões das comissões, conforme sua representação.

Art. 10º - Os conselheiros substituídos farão parte da Comissão Permanente de sua representação.

Art. 11º - As comissões terão um presidente e um, relator, que emitirão pareceres sobre todas as matérias que lhes forem distribuídas.

Art. 12º- As reuniões deverão acontecer com, no mínimo, três representantes de uma mesma comissão.

Art. 13º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 15 de Abril de 2016.

Luiz Cláudio S. T. M. Altenburg

Coordenador do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Indaial

DECRETO Nº 1987/16

. DECRETO Nº 1987/16

. De 01 de junho de 2016

Homologa Resolução nº 08/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei 8069/90, Lei 12.696/2012, Resolução Conanda 152/2012, 113/2006 e 170/2014, Lei Municipal 4.321/2011 e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 08/2016 exarada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre a Diplomação e Ato de Posse do Conselho Tutelar de Indaial.

Art. 2º - A Resolução nº 08/2016 faz parte integrante deste Decreto, para efeitos legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 1º de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

RESOLUÇÃO Nº 08/2016

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL RESPONSÁVEL PELO EDITAL DO FIA REFERENTE AO ANO DE 2016

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 1428/15 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações, e deliberações da reunião ordinária do dia 14 de Abril de 2016.

CONSIDERANDO:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90);
- A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado - Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;
- A previsão orçamentária do FIA para o exercício de 2016;
- A Instrução Normativa N.TC-14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina que estabelece critérios para a organização da prestação de contas de recursos concedido a qualquer título e dispõe sobre o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento.
- Resolução nº 137/2010 do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º – Nomeia os conselheiros abaixo relacionados para compor a COMISSÃO ESPECIAL RESPONSÁVEL PELO EDITAL DO FIA REFERENTE AO ANO DE 2016:

Luiz Cláudio S. T. M. Altenburg, Coordenador do CMDCA Indaial e representante da FIC;

Denise S. De Aviz, representante da Secretaria de Educação;

Dilma R. B. Cândido, representante da Secretaria de Assistência Social;

Art. 2º – Esta COMISSÃO ESPECIAL RESPONSÁVEL PELO EDITAL DO FIA REFERENTE AO ANO DE 2016, acompanhará os trabalhos da Comissão de Licitações/Pregoeiro da Prefeitura de Indaial.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 15 de Abril de 2016.

Luiz Cláudio S. T. M. Altenburg

Coordenador do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Indaial

DECRETO Nº 1988/16

. DECRETO Nº 1988/16

. De 02 de junho de 2016

Concede gratificação/

DENIZE PIANEZZER

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) DENIZE PIANEZZER, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela coordenação geral da Casa da Cidadania.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a 1º de junho de 2016.

Município de Indaial, em 02 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1989/16

. DECRETO Nº 1989/16

. De 02 de junho de 2016

Concede gratificação/

MARCO AURÉLIO SUCHARSKI BARG

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) MARCO AURÉLIO SUCHARSKI BARG, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela gestão de contratos e assessoria administrativa financeira do PNAFM.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a 1º de junho de 2016.

Município de Indaial, em 02 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2016

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 071/2016

Tomada de Preços nº 012/2016-10430

Objeto: Execução de pavimentação asfáltica da Rua Uruguai.

Entrega dos envelopes: 21/06/2016 as 08:45h.

Abertura das propostas: 21/06/2016 as 09:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2016

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 072/2016

Tomada de Preços nº 013/2016-10430

Objeto: Execução de pavimentação asfáltica da Rua Paraguai

Entrega dos envelopes: 21/06/2016 as 14:15h.

Abertura das propostas: 21/06/2016 as 14:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

Iomerê

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE Nº 02/2016

Prefeitura Municipal de Iomerê

Inexigibilidade de Licitação nº 02/2016

O Município de Iomerê torna pública a Inexigibilidade de Licitação para contratação de show musical para Festa de Aniversário Político-administrativo do Município.

Fornecedor: CÉU E CANTOS SONORIZAÇÕES LTDA.

Valor: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

Iomerê, 02 de junho de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 22/2016

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 22/2016 para aquisição de implementos agrícolas. A abertura das propostas se dará no dia 16/06/2016 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 02 de junho de 2016.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

Ipumirim

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REG. DE PREÇOS DO PL 32, PP 15-TINTA-DEMARCAÇÃO ASFALTICA/PM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO 32/2016

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2016, do PROCESSO Nº 32/2016, homologado aos 31 de maio de 2016, cujo objeto é: aquisição de tinta para demarcação asfáltica em conformidade com as normas da NBR 11862, destinada as atividades da Secretaria Municipal de Urbanismo, Indústria, Comércio e Serviço, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016.32.9837
de 01 de junho de 2016

FORNECEDOR: CORIARTE TINTAS LTDA, situada na RODOVIA VICINAL KM 05 S/N, LINHA ÁGUA AMARELA, BAIRRO: INTERIOR, CEP: 89.801-970, município de CHAPECÓ-SC, inscrita no CNPJ sob n. 72.484.538/0002-00 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 254.072.186, representado pela Senhora ROSEMERI TERESINHA PELISON FRANZ, CPF:674.648.409-25.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Tinta demarcação viária Branca galão 18 de litros NBR-11862	LT	30,00	CORIARTE KRAFT	155,00	4.650,00
2	Tinta para demarcação viária amarela galão de 18 litros	LT	50,00	CORIARTE KRAFT	155,00	7.750,00
3	solvente tolueno para tinta demarcação viária	LT	10,00	CORIARTE KRAFT	125,00	1.250,00
Valor Total Registrado					13.650,00	

A ata retrocitada possui vigência de 12 (doze) meses.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO PL Nº 32, PP Nº 15-2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 15/2016 - PR****Processo Administrativo:****Processo de Licitação:****32/2016****Data do Processo:****11/05/2016**

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

aquisição de tinta para demarcação asfáltica em conformidade com as normas da NBR 11862, destinada as atividades da Secretaria Municipal de Urbanismo, Indústria, Comércio e Serviço.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 19/2016 (Sequência: 2)

Ao(s) 25 de Maio de 2016, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 32/2016, Licitação nº 15/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos vinte e cinco dias do mês de maio de 2.016, às nove horas, reuniu-se o Pregoeiro Laudecir Francio e sua equipe de apoio, constituída pela funcionaria publica Jucilene Goldoni Caliarí, designados pelo Decreto nº 1644/2009, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame as empresas: CORIARTE TINTAS LTDA, RODOVIAS TINTAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EIRELI - ME. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Srº. CARLOS ZILLES procurador da empresa CORIARTE TINTAS LTDA e o Srº. ANDERSON JOSÉ PALUDO procurador da empresa RODOVIAS TINTAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EIRELI - ME. Credencia-se como Micro Empresa todas as empresas acima citadas. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as licitantes apresentaram as mesmas conforme os requisitos mínimos fixados no Edital. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início às fases dos lances verbais, os quais estão em planilhas rubricadas anexas ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, sua equipe de apoio e pelos representantes legais das licitantes. Na análise da documentação constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme exigência do presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, sua equipe de apoio e pelos representantes legais das licitantes presente ao final da sessão.

Participante: 9837 - CORIARTE TINTAS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Tinta para demarcação viária Agrícola Branca a base de solvente galão de 18 litros em conformidade com a NBR 11862,	LT	30,00	CORIARTE KRAFT	0,0000	155,00	4.650,00
2	Tinta para demarcação viária amarela, agrícola a base de solvente galão de 18 litros em conformidade com as normas da NBR 11862,	LT	50,00	CORIARTE KRAFT	0,0000	155,00	7.750,00
3	solvente tolueno para tinta demarcação viária. galão 18 litros	LT	10,00	CORIARTE KRAFT	0,0000	125,00	1.250,00
Total do Participante —————>							13.650,00
Total Geral —————>							13.650,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 15/2016 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 32/2016
Data do Processo: 11/05/2016

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 25 de Maio de 2016

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO

- - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI

- - Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO O PL Nº 32, PP Nº 15-2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 15/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 32/2016 Data do Processo: 11/05/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 32/2016
b) Licitação Nr.: 15/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 31/05/2016
e) Objeto da Licitação aquisição de tinta para demarcação asfáltica em conformidade com as normas da NBR 11862, destinada as atividades da Secretaria Municipal de Urbanismo, Indústria, Comércio e Serviço.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

CORIARTE TINTAS LTDA (9837)

1 Tinta para demarcação viária Agrilica Branca a base de solvente galão de 18 litros em conformidade com a NBR 11862, - Marca: CORIARTE KRAFT	LT	30,00	0,0000	155,00	4.650,00
2 Tinta para demarcação viária amarela, agrilica a base de solvente galão de 18 litros em conformidade com as normas da NBR 11862, - Marca: CORIARTE KRAFT	LT	50,00	0,0000	155,00	7.750,00
3 solvente tolueno para tinta demarcação viária. galão 18 litros - Marca: CORIARTE KRAFT	LT	10,00	0,0000	125,00	1.250,00

Total do Fornecedor: 13.650,00

Total Geral: 13.650,00

Ipumirim, 31 de Maio de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3013/2016

Decreto nº 3.013/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.056 – MAC – Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar		
3.3.90.00.00.00.00.00.0283 (72)	Aplicações Diretas	R\$ 1.500,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 283 – Transferência de Recursos do SUS - CAPS Monte Castelo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 02 de junho de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

DECRETO N. 041 A/2016

DECRETO Nº 041A, 29 de Abril de 2016.

“Fixa escala de sobreaviso dos profissionais médicos e profissionais de enfermagem para o mês de Maio de 2016 e dá outras providências.”

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de fixar a escala de sobreaviso dos médicos e profissionais de enfermagem para o mês de Maio de 2016;

Considerando que é necessária a publicação para que os munícipes tenham conhecimento antecipado da escala;

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada para o mês de Maio de 2016, a escala de sobreaviso dos médicos e profissionais de enfermagem na forma do anexo único deste decreto.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 29 de Abril de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

ELTON JOSÉ THOMAS

Responsável pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

ANEXO I**ESCALA DE SOBREAVISO DE ENFERMAGEM 2016**

Período: 01 a 31 de Maio de 2016

Andréia-88323299

Andreza -9902 -4788/91517372 Clarice – 99219901 Eni- 8829 4457

Edite-88270415 Névio-99842500

Isabel-8878 1090 Nádia - 99824018

Data	Plantão	Horário do meio dia	Suporte	Para os Eventos
1/ Maio - Domingo	Isabel		Edite	
2/ Maio - Segunda	Andreza	Isabel	Nádia	
3/ Maio - Terça	Andreza	Isabel	Andréia	
4/ Maio - Quarta	Eni		Edite	
5/ Maio - Quinta	Isabel		Nádia	
6/ Maio - Sexta	Clarice		Andréia	
7/ Maio - Sábado	Isabel		Edite	
8/ Maio - Domingo	Eni		Nádia	
9/ Maio - Segunda	Isabel		Andréia	
10/ Maio - Terça	Clarice		Edite	
11/ Maio - Quarta	Clarice		Nádia	
12/ Maio - Quinta	Eni		Andréia	
13/ Maio - Sexta	Isabel		Edite	
14/ Maio - Sábado	Clarice		Nádia	
15/ Maio - Domingo	Isabel		Andréia	Clarice
16/ Maio - Segunda	Eni		Edite	
17/ Maio - Terça	Isabel		Nádia	
18/ Maio - Quarta	Clarice		Andréia	
19/ Maio - Quinta	Andreza	Isabel	Edite	
20/ Maio - Sexta	Eni		Nádia	
21/ Maio - Sábado	Andreza		Andréia	
22/ Maio - Domingo	Clarice		Edite	
23/ Maio - Segunda	Andreza	Isabel	Nádia	
24/ Maio - Terça	Eni		Andréia	
25/ Maio - Quarta	Isabel		Edite	

26/ Maio - Quinta	Clarice		Nádia	
27/ Maio - Sexta	Andreza	Isabel	Andréia	
28/ Maio - Sábado	Eni		Edite	
29/ Maio - Domingo	Andreza		Nádia	
30/ Maio - Segunda	Clarice		Andréia	
31/ Maio - Terça	Andreza	Isabel	Edite	

ESCALA DE SOBREAVISO DE ENFERMAGEM HORÁRIO DE ESF

Período: 01 DE MAIO A 31 De MAIO

HORÁRIO: 07:30 HS AS 11:30 HS

13:00 HS AS 17:00 HS

ISABEL: 8878-1090 ANDREZA: 9902-4788

Data	MANHÃ	TARDE
1/ Maio - Domingo		
2/ Maio - Segunda	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
3/ Maio - Terça	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
4/ Maio - Quarta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
5/ Maio - Quinta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
6/ Maio - Sexta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ISABEL (13:00 AS 17:00 HORAS)
7/ Maio - Sábado		
8/ Maio - Domingo		
9/ Maio - Segunda	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ISABEL (13:00 AS 17:00 HORAS)
10/ Maio - Terça	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ISABEL (13:00 AS 17:00 HORAS)
11/ Maio - Quarta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ISABEL (13:00 AS 17:00 HORAS)
12/ Maio - Quinta	Z ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ISABEL (13:00 AS 17:00 HORAS)
13/ Maio - Sexta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ISABEL (13:00 AS 17:00 HORAS)
14/ Maio - Sábado		
15/ Maio - Domingo		
16/ Maio - Segunda	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ISABEL (13:00 AS 17:00 HORAS)
17/ Maio - Terça	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
18/ Maio - Quarta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
19/ Maio - Quinta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
20/ Maio - Sexta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
21/ Maio - Sábado		
22/ Maio - Domingo		
23/ Maio - Segunda	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
24/ Maio - Terça	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
25/ Maio - Quarta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
26/ Maio - Quinta		
27/ Maio - Sexta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
28/ Maio - Sábado		
29/ Maio - Domingo		
30/ Maio - Segunda	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
31/ Maio - Terça	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)

ESCALA SOBREAVISO MÉDICO 2016

Período: 01 a 31 de Maio de 2016

MÁRCIO STUMPF –88339570 Cleomar Wagner - 99606967

IZABEL P. DALCIN –99892162 Rafaela Radavelli - 54-96013416/499918544

Arlindo Barzotto – 99891413 Marcio Gonzalhes – 99920028

Data	Clínica Médica Responsável
1/ Maio - Domingo	IZABEL DALCIN (07:30 as 07:30 hs)
2/ Maio - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
3/ Maio - Terça	Márcio Stumpf (11:30 as 13:00) MÁRCIO GONZALHES (17:00 as 07:30 hrs)
4/ Maio - Quarta	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
5/ Maio - Quinta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
6/ Maio - Sexta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00) CLEOMAR WAGNER (17:00 hrs as 07:30)
7/ Maio - Sábado	CLEOMAR WAGNER(07:30 as 19:30 hs) MÁRCIO STUMPF (19:30 as 07:30 hs)
8/ Maio - Domingo	ARLINDO BARZOTTO (07:30 as 07:30 hs)
9/ Maio - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
10/ Maio - Terça	Márcio Stumpf (11:30 as 13:00) MÁRCIO GONZALHES (17:00 as 07:30 hrs)

11/ Maio - Quarta	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
12/ Maio - Quinta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
13/ Maio - Sexta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00) RAFAELA RADAELLI (17:00 as 07:30 hrs)
14/ Maio - Sábado	RAFAELA RADAELLI (07:30 as 19:30 hrs) IZABEL DALCIN (19:30 as 07:30)
15/ Maio - Domingo	IZABEL DALCIN (07:30 as 07:30 hs)
16/ Maio - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
17/ Maio - Terça	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
18/ Maio - Quarta	Márcio Stumpf (11:30 as 13:00) MÁRCIO GONZALHES (17:00 as 07:30 hrs)
19/ Maio - Quinta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
20/ Maio - Sexta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00) CLEOMAR WAGNER (17:00 as 07:30 hrs)
21/ Maio - Sábado	CLEOMAR WAGNER (07:30 as 07:30 hs)
22/ Maio - Domingo	CLEOMAR WAGNER (07:30 as 06:00 hs) Izabel Dalcin (06:00 as 07:30 hrs)
23/ Maio - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
24/ Maio - Terça	Márcio Stumpf (11:30 as 13:00) MÁRCIO GONZALHES (17:00 as 07:30 hrs)
25/ Maio - Quarta	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
26/ Maio - Quinta	ARLINDO BARZOTTO (07:30 as 07:30 hs)
27/ Maio - Sexta	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
28/ Maio - Sábado	MÁRCIO STUMPF (07:30 as 19:30 hs) IZABEL DALCIN (19:30 as 07:30)
29/ Maio - Domingo	IZABEL DALCIN (07:30 as 07:30 hs)
30/ Maio - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
31/ Maio - Terça	Márcio Stumpf (11:30 as 13:00) MÁRCIO GONZALHES (17:00 as 07:30 hrs)

DECRETO N. 046/2016

DECRETO Nº 046, 31 de Maio de 2016.

"Fixa escala de sobreaviso dos profissionais médicos e profissionais de enfermagem para o mês de Junho de 2016 e dá outras providências."

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de fixar a escala de sobreaviso dos médicos e profissionais de enfermagem para o mês de Junho de 2016;

Considerando que é necessária a publicação para que os munícipes tenham conhecimento antecipado da escala;

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada para o mês de Junho de 2016, a escala de sobreaviso dos médicos e profissionais de enfermagem na forma do anexo único deste decreto.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 31 de Maio de 2016.

LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

ELTON JOSÉ THOMAS

Responsável pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

ANEXO I**ESCALA DE SOBREAVISO DE ENFERMAGEM 2016**

Período: 01 a 30 de Junho de 2016

Andréia-88323299

Andreza -9902 -4788/91517372 Clarice – 99219901 Eni- 8829 4457

Edite-88270415 Névio-99842500

Isabel-8878 1090 Nádia - 99824018

Data	Plantão	Horário do meio dia	Suporte	Para os Eventos
1/ Junho - Quarta	Eni		Edite	
2/ Junho - Quinta	Isabel		Edite	
3/ Junho - Sexta	Clarice		Edite	
4/ Junho - Sábado	Andreza		Nádia	
5/ Junho - Domingo	Eni		Edite	
6/ Junho - Segunda	Isabel		Nadia	

7/ Junho - Terça	Clarice		Nádia	
8/ Junho - Quarta	Andreza		Andréia	
9/ Junho - Quinta	Eni		Edite	
10/ Junho - Sexta	Isabel		Nádia	
11/ Junho - Sábado	Clarice		Andréia	
12/ Junho - Domingo	Andreza		Edite	
13/ Junho - Segunda	Eni		Nádia	
14/ Junho - Terça	Isabel		Andréia	
15/ Junho - Quarta	Clarice		Edite	
16/ Junho - Quinta	Andreza		Nádia	
17/ Junho - Sexta	Eni		Andréia	
18/ Junho - Sábado	Isabel		Edite	
19/ Junho - Domingo	Clarice		Nádia	
20/ Junho - Segunda	Andreza		Andréia	
21/ Junho - Terça	Eni		Edite	
22/ Junho - Quarta	Isabel		Nádia	
23/ Junho - Quinta	Clarice		Andréia	
24/ Junho - Sexta	Andreza		Edite	
25/ Junho - Sábado	Eni		Nádia	
26/ Junho - Domingo	Isabel		Andréia	
27/ Junho - Segunda	Clarice		Edite	
28/ Junho - Terça	Andreza		Nádia	
29/ Junho - Quarta	Eni		Andréia	
30/ Junho - Quinta	Isabel		Edite	

ESCALA DE SOBREAVISO DE ENFERMAGEM HORÁRIO DE ESF JUNHO 2016

Período: 01 DE JUNHO A 30 De JUNHO

HORÁRIO: 07:30 HS AS 11:30 HS

13:00 HS AS 17:00 HS

ISABEL: 8878-1090 ANDREZA: 9902-4788

Data	MANHÃ	TARDE
1/ Junho - Quarta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
2/ Junho - Quinta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
3/ Junho - Sexta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
4/ Junho - Sábado		
5/ Junho - Domingo		
6/ Junho - Segunda	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
7/ Junho - Terça	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
8/ Junho - Quarta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
9/ Junho - Quinta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
10/ Junho - Sexta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
11/ Junho - Sábado		
12/ Junho - Domingo		
13/ Junho - Segunda	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
14/ Junho - Terça	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
15/ Junho - Quarta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
16/ Junho - Quinta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
17/ Junho - Sexta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
18/ Junho - Sábado		
19/ Junho - Domingo		
20/ Junho - Segunda	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
21/ Junho - Terça	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
22/ Junho - Quarta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
23/ Junho - Quinta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
24/ Junho - Sexta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
25/ Junho - Sábado		
26/ Junho - Domingo		
27/ Junho - Segunda	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
28/ Junho - Terça	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
29/ Junho - Quarta		
30/ Junho - Quinta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)

ESCALA SOBREAVISO MÉDICO 2016

Período: 01 a 31 de Junho de 2016

Médicos: MÁRCIO STUMPF –88339570

IZABEL P. DALCIN –99892162

Arlindo Barzotto – 99891413 Rafaela Radavelli – 54-96013416 / 49-99918544

Cleomar Wagner - 9960-6967 Marcio Gonzalhes – 99920028

Data	Clínica Médica Responsável
1/ Junho - Quarta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
2/ Junho - Quinta	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
3/ Junho - Sexta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00) CLEOMAR WAGNER (17:00 as 07:30)
4/ Junho - Sábado	CLEOMAR WAGNER (07:30 as 07:30 hs)
5/ Junho - Domingo	CLEOMAR WAGNER (07:30 as 07:30 hs)
6/ Junho - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
7/ Junho - Terça	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
8/ Junho - Quarta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
9/ Junho - Quinta	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
10/ Junho - Sexta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
11/ Junho - Sábado	ARLINDO BARZOTTO (07:30 as 19:30 hs) IZABEL DALCIN (19:30 as 07:30)
12/ Junho - Domingo	ARLINDO BARZOTTO (07:30 as 19:30 hs) IZABEL DALCIN (19:30 as 07:30)
13/ Junho - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
14/ Junho - Terça	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
15/ Junho - Quarta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
16/ Junho - Quinta	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
17/ Junho - Sexta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00) CLEOMAR WAGNER (17:00 as 07:30)
18/ Junho - Sábado	CLEOMAR WAGNER (07:30 as 07:30 hs)
19/ Junho - Domingo	CLEOMAR WAGNER (07:30 as 07:30 hs)
20/ Junho - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
21/ Junho - Terça	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
22/ Junho - Quarta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
23/ Junho - Quinta	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
24/ Junho - Sexta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00) RAFAELA RADAVELLI (17:00 as 07:30)
25/ Junho - Sábado	RAFAELA RADAVELLI (07:30 as 19:30 hs) IZABEL DALCIN (19:30 as 07:30)
26/ Junho - Domingo	IZABEL DALCIN (07:30 as 07:30 hs)
27/ Junho - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
28/ Junho - Terça	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
29/ Junho - Quarta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
30/ Junho – Quinta	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)

EXTRATO DE ATA 42

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 042/2016, PL 038/2016

PARTES: Município de Itá e Instaladora Brasil Led Ltda ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 026/2016

OBJETO: contratação de empresa para reforma das estruturas decorativas, usadas para enfeitar a cidade no período natalino

VALOR ESTIMADO: R\$ 58.600,00 (cinquenta e oito mil e seiscentos reais)

VIGÊNCIA: Início: 02/06/2016 Término: 31/12/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 12/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS/SC; Processo Licitatório nº 12/2016, Tomada de Preços nº 01/2016; Objeto: Contratação de empresa do ramo para construção de Edifício para implantação de espaço para promoção social da Saúde no Distrito de Moema Itaiópolis/SC. Entrega dos Envelopes; Até às 14:00 horas do dia 21 de junho de 2016; Abertura dos Envelopes: às 14:15 horas do dia 21 de junho de 2016, na Prefeitura Municipal de Itaiópolis-SC. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, Av. Getúlio Vargas, 308, 3º andar, de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas ou no site www.itaioplis.sc.gov.br - Fone 047 3652 2211. Itaiópolis, 02/06/2016. José Heraldo Schritke, Prefeito Municipal.

Itapema

PREFEITURA

PROCESSO Nº 79 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.049.2016

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 79 / 2016 – Pregão Presencial nº. 04.049.2016

Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos, materiais e larvicida para serem utilizados pelo Centro de Controle de Zoonoses.

Entrega dos envelopes: Até às 14:00(catorze) horas do dia 16(dezesseis) de junho de 2016.

Abertura do Pregão: 16(dezesseis) de junho de 2016, às 14:00(catorze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone “serviços – fornecedores – modalidades – pregão – 04.049.2016” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8019.

Itapema, 02 de junho de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Compras, Contratos e Licitações

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 75, 1º DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 75, 1º DE JUNHO DE 2016.

Institui "Programa Municipal de Combate a Endemias", regulamenta a contratação de pessoal em caráter temporário para sua execução e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 39, de 12 de julho de 2011;

Considerando que a dengue, a zika e a chikungunya são três doenças que circulam no Brasil, transmitidas pelo mesmo vetor: o mosquito *aedes aegypti* e não existem vacinas ou medicamentos que impeçam a contaminação;

Considerando ser necessária a diminuição da quantidade de mosquitos que circulam nos ambientes e levando em conta o estado de emergência sanitária mundial decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) por conta da ameaça do zika vírus, alerta que surge principalmente em função da provável ligação entre o vírus e a microcefalia e sendo o Brasil o país mais afetado;

Considerando que o município de Itapiranga possui área territorial de 280,116 Km² e 16.253 habitantes, tendo sob sua responsabilidade 3.800 imóveis urbanos e destes 3.500 estão em área infestada com o mosquito *aedes aegypti*, sendo necessário uma vistoria mensal, conforme manual de Normas Técnicas do Ministério da Saúde e 100% dos imóveis em área de foco deverão ser vistoriados com a base de cálculo para recursos humanos de 20 imóveis/profissional/ dia;

Considerando que o Município até a presente data possui o registro de 35 focos no exercício de 2016, e que Levantamento Rápido do Índice de Infestação (LIRA) é considerado alto risco de infestação pelo mosquito *aedes aegypti*;

Considerando a Portaria nº 535, de 30 de março de 2016, do Ministério da Saúde, que revisa o quantitativo máximo de Agentes de Combate às Endemias passível de contratação com auxílio da assistência financeira complementar da União, pela qual o Município de Itapiranga poderá cadastrar no SCNES até quatro Agentes de Combate às Endemias com auxílio de assistência financeira da União;

Considerando o artigo 186 da Lei Complementar 39, de 12 de Julho de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itapiranga-SC): "Art. 186. Poderá ser instituído por Decreto do Executivo Municipal, Programa Especial de Trabalho, que disporá sobre duração dos mesmos, cargos, vencimento base e carga horária, grau de escolaridade e outras atribuições necessárias para os referidos programas."

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o "Programa Municipal de Combate a Endemias" no Município de Itapiranga-SC, que será executado por prazo determinado, com termino previsto para 31 de dezembro de 2016, prorrogável por mais um ano.

Art. 2º O pessoal necessário à execução do Programa instituído por este Decreto, será contratado em caráter temporário, para a seguinte função:

FUNÇÃO: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS.

ATRIBUIÇÕES:

- desenvolver, atividades sob supervisão de combate as endemias, como: dengue, a zika e a chikungunya;
- identificar e realizar eliminação de criadouros do mosquito *aedes*

aegypti;

- executar o tratamento focal e perifocal como medida complementar de controle, aplicando larvicidas autorizadas, conforme orientação técnica;
- orientar a população com relação aos meios de prevenção dos vetores e saneamento básico;
- realizar atividade educativas;
- participar de eventos relacionadas a área de saúde;
- realizar mobilização comunitária através de mobilização de atividades relacionadas a área de saúde;
- atualizar o cadastro de imóveis, pontos estratégicos, armadilhas e outros;
- registrar as informações referentes a atividades executadas;
- participar de mutirões de limpezas, quando necessário;
- realizar atividade integradas às Unidades Básicas de Saúde;
- exercer Atividades de vigilância e controle de doenças e promoção de saúde em conformidade com as normas do SUS;
- esclarecer e orientar a população, quando solicitado e em casos de denúncias;
- operar equipamentos e sistemas de informação e outros, quando autorizado e necessário;
- dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das atividades;
- manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade.

VAGAS: 02 (duas).

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais.

VENCIMENTO : R\$ 1.188,13 (um mil cento e oitenta e oito reais e treze centavos).

HABILITAÇÃO: Ensino fundamental completo.

Art. 3º Os servidores municipais poderão ser contratados com carga horária de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, percebendo vencimentos proporcionais às horas efetivamente trabalhadas.

Art. 4º A escolha do pessoal a ser contratado em caráter temporário será feita mediante processo seletivo simplificado, regulamentado por Edital, ficando vinculado ao Regime Jurídico Estatutário e filiado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Parágrafo único. As contratações terão vigência adstrita à vigência do Programa, podendo haver rescisão antecipada, mediante prévia comunicação por escrito à parte pelo prazo mínimo de antecedência de cinco dias.

Art. 5º Para fazer face às despesas decorrentes deste Decreto serão empregados recursos próprios constantes do orçamento municipal.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

ITAPIRANGA – SC., 1º de junho de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon
Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº, 74 DE 31 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº, 74 DE 31 DE MAIO DE 2016.

Designa Comissão Especial para análise da documentação e julgamento das propostas referente ao Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 81/2016 e 83/2016, ambos de 16/05/2016 da Prefeitura Municipal de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

D e c r e t a:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto designados os senhores JANETE FRANTZ, ADRIANO KARAL e DIENIFER STRACK para, sob a presidência da primeira designada, compor a Comissão Especial de Análise e Julgamento na realização da abertura e apreciação do conteúdo dos envelopes "documentação"; bem como efetuar a abertura, apreciação e julgamento do conteúdo dos envelopes "proposta" referentes ao Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 81/2016, de 16/05/2016 da Prefeitura Municipal de Itapiranga, às 10h00min do dia 01/06/2016, e nº 83/2016, de 16/05/2016 da Prefeitura Municipal de Itapiranga, às 15h30min do dia 01/06/2016, conforme Editais.

Parágrafo único. As designações constantes no "caput" do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 31 de maio de 2016.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon
Secretario Municipal de Administração.

Itapoá

PREFEITURA

CMAS: RESOLUÇÃO Nº 005/2016

RESOLUÇÃO nº 005/2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar por anulação de dotação no FMAS conforme exposição de Motivos Nº273/2016 CGP analisada pela Plenária do CMAS em 01/06/2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 01 de junho de 2016, no uso das suas competências e das atribuições que lhe são conferidas em Lei e

CONSIDERANDO a Exposição de Motivos e Justificativas de Nº 273/2016 totalizando R\$ 100.000,00 do FMAS;

RESOLVE:

Aprovar, sem ressalvas a Suplementação de Dotação.

Suplementação

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

00802440005.2122 Manutenção do FMAS

33390 Aplicações Diretas (31) FR 10000.....R\$100.000,00

Anulação

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência

0802440005.2143 Folha de Pagamento do FMAS

33190 Aplicações Diretas (34) FR 10000.....R\$100.000,00

Itapoá, 02 de junho de 2016

Elaine Cristina Alves

Presidente do CMAS

DECRETO MUNICIPAL NO 2795/2016 EXONERA CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DECRETO MUNICIPAL NO2795/2016

Data: 31 de maio de 2016.

EXONERA CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais

DECRETA

Art.1º Fica exonerada a Sra. Margarida Aparecida da Silva Estevão, no cargo de chefe da divisão de controle e avaliação, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 31 de maio de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL NO 2796/2016 EXONERA CHEFIA DA SEÇÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO MUNICIPAL NO2796/2016

Data: 31 de maio de 2016.

EXONERA CHEFIA DA SEÇÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art.1º Fica exonerado o Sr. Edson Proença Pereira no cargo de Chefe da seção de Controle e Avaliação do Departamento de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 31 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL NO 2797/2016 EXONERA CHEFIA DA SEÇÃO, DA DIVISÃO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, DO DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, DA SECRETARIA DE SAÚDE.

DECRETO MUNICIPAL NO 2797/2016

Data: 31 de maio de 2016.

EXONERA CHEFIA DA SEÇÃO, DA DIVISÃO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, DO DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, DA SECRETARIA DE SAÚDE.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1 Fica exonerada a Sra. ELIANA FRIGO DA SILVA , no cargo de Chefe de Seção, da Divisão de Atenção Primária à Saúde, do Departamento de Vigilância Sanitária, da Secretaria de Saúde.

Art. 2 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 31 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL NO 2800/2016 EXONERA SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

DECRETO MUNICIPAL NO2800/2016

Data: 31 de Maio de 2016.

EXONERA SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado o Sr. JOSÊNIO VIEIRA BERNARDI, no cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 31 de Maio de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2806/2016 NOMEIA DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DA CHEFIA DE GABINETE

DECRETO MUNICIPAL Nº 2806/2016

Data: 01 de junho de 2016.

NOMEIA DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DA CHEFIA DE GABINETE

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado, o Srº LUIS CARLOS ZAGONEL, no cargo de Diretor do Departamento da Chefia de Gabinete.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 01 de junho de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2794/2016 EXONERA ASSESSOR ESPECIAL DE TRÂNSITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO.

DECRETO MUNICIPAL nº 2794/2016

Data: 31 de maio de 2016.

EXONERA ASSESSOR ESPECIAL DE TRÂNSITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art.1º Fica exonerado o Sr. PABLO ANGELO ANTUNES do cargo de Assessor Especial de Trânsito, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de junho de 2016.

Itapoá (SC), 31 de maio de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2798/2016 EXONERA CHEFE DA SUBSEÇÃO DA DIVISÃO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE, DA SECRETARIA DE SAÚDE.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2798/2016

Data: 31 de maio de 2016

EXONERA CHEFE DA SUBSEÇÃO DA DIVISÃO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE, DA SECRETARIA DE SAÚDE.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art 1º Fica exonerada a Sra. Noeli Schwetler Saidel, no cargo de

Chefe da Subseção da Divisão de Atenção Primária de Saúde, da Secretaria de Saúde.

Art 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 31 de maio de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2799/2016 EXONERA DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CULTURA, DA SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2799/2016

Data: 31 de maio de 2016

EXONERA DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CULTURA, DA SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art 1º Fica exonerado o Sr. DANTE LUIZ PUSCHTA, no cargo de Diretor de Cultura, da Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Cultura.

Art 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 31 de maio de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2803/2016 NOMEIA DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

DECRETO MUNICIPAL Nº 2803/2016

Data: 01 de junho de 2016

NOMEIA DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, do cargo de Diretora do Departamento de Finanças da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 01 de junho de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2804/2016 NOMEIA DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2804/2016

Data: 01 de junho de 2016

NOMEIA DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art 1º Fica nomeado o Sr. MARCIO ROBERTO GONZATTO, no cargo de Diretor do Departamento de Planejamento.

Art 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 01 de junho de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 2805/2016 NOMEIA
DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2805/2016

Data: 01 de junho de 2016

NOMEIA DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC),
no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art 1º Fica nomeada a Sra. REINILDA FIORESE, no cargo de Dire-
tora do Departamento de Urbanismo.

Art 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 01 de junho de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REALIZAÇÃO DE CURSOS DE INFORMÁTICA JÚNIOR, INFORMÁTICA BÁSICA E AVANÇADA, PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAIXA DE 06 A 15 ANOS, INCLUINDO LANCHES PARA CADA ALUNO NO INTERVALO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº23/2016

Processo: 31/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REALIZAÇÃO DE CURSOS DE INFORMÁTICA JÚNIOR, INFORMÁTICA BÁSICA E AVANÇADA, PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAIXA DE 06 A 15 ANOS, INCLUINDO LANCHES PARA CADA ALUNO NO INTERVALO DAS AULAS. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 15 de junho de 2016 até as 09:00 horas no setor de protocolos. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 15 de junho de 2016 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 03 de junho de 2016

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE TRATOR ESTEIRA, RETROESCAVADEIRA, CAMINHÃO CAÇAMBA, CAÇAMBA TRUCK, ESCAVADEIRA, CAÇAMBA TIPO MINÉRIO, PATROLA PARA O MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº25/2016

Processo: 33/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE TRATOR ESTEIRA, RETROESCAVADEIRA, CAMINHÃO CAÇAMBA, CAÇAMBA TRUCK, ESCAVADEIRA, CAÇAMBA TIPO MINÉRIO, PATROLA PARA O MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 16 de junho de 2016 até as 09:00 horas no setor de protocolos, ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 16 de junho de 2016 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 03 de junho de 2016

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

CONTRATO Nº 172/2016

CONTRATO Nº 172/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: W & S SAURA LTDA.

OBJETO: O objeto do presente contratado consiste no fornecimento de 01 (um) EQUIPAMENTO DE REMOÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL, novo, destinado para escoriações e remoção de sinalização viária (tinta de sinalização viária a base de solvente ou água), de acordo com as especificações e valor como segue:

Item	Quant.	Und.	Descrição do veículo	Valor unitário do item R\$	Valor total do item R\$
01	01	Unid.	EQUIPAMENTO DE REMOÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL, novo, destinado para escoriações e remoção de sinalização viária (tinta de sinalização viária a base de solvente ou água), com as seguintes especificações e características mínimas: Motor a gasolina 13HP; Dimensões do equipamento: 0,95 a 0,97m de Largura x 1,80 a 1,90m de Comprimento x 1,30 a 1,40 m de Altura; 3 rodas: sendo 01 (uma) dianteira sobre o eixo móvel e 02 (duas) traseiras sobre o eixo fixo; O equipamento deverá ser fornecido com os devidos acessórios para o uso: 10 Unid. de Espaçador de lâmina; 01 Unid. de Guia para corte; 07 Unid. de Kit de lâmina fresa; 08 Unid. de Kit de lâmina Malho; 01 Unid. de Mancal tambor; 01 Unid. de Trava prato; Garantia: 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e montagem; Marca ofertada: GRACO Modelo: GRINDLAZER 270	106.732,67	106.732,67

Prazo de entrega: O prazo de entrega dos bens será de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da assinatura deste contrato. O prazo de vigência será igual ao prazo de entrega acrescido de 60 (sessenta) dias.

Pagamento: O pagamento será realizado na segunda quarta-feira após entrega do equipamento e mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, na Secretaria de Administração (Almoxarifado).

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: O recurso orçamentário decorrente da despesa deste edital correrá por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.452.0424.2.261.4.4.90	Manutenção da sinalização viária	4.4.90 – Aplicações Diretas	278	Convênio Transito 50%

DATA DA ASSINATURA: 13/05/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Wiliam Ricardo Saura.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 201/2014

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 201/2014

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 181/2014-SRP - Processos: 85/2014-FCJ, 47/2014-FMAS, 13/2014-FROHAB, 007/2014-FUJAMA, 79/2014-FMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, FUNDOS e FUNDAÇÕES.

CONTRATADA: INFOPLAN LTDA ME

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço o fornecimento de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ÁUDIO, VÍDEO, FOTO E LICENÇAS DE SOFTWARE ao longo de 12(doze) meses, destinados para diversas Secretarias da Administração Municipal, Fundos e Fundações, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 181/2014, segundo as conveniências da administração direta.

VALOR - O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado, em conformidade com a descrição contida no Anexo I do Edital de origem:

Item	Quant	Unid.	Descrição dos objetos	Valor unitário do item (R\$)
08	58	Unid.	Câmera fotográfica digital	495,00

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Os recursos orçamentários para o exercício de 2014 e 2015, descritos no item 11.1 desta Ata de Registro. DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado na segunda quarta-feira após a entrega total dos itens vencidos mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso. Preferencialmente mencionar na Nota fiscal o número da Autorização de Fornecimento.

DO PRAZO DE ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados após recebimento da Autorização de fornecimento, que serão enviadas via fax símile ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: Os equipamentos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, localizada na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Barra do Rio Molha, na Gerência de Tecnologia da Informação, com Sr. Leonardo, para devida análise das mercadorias e posterior entrega nas Secretarias solicitantes.

DATA DA ASSINATURA: 26/11/2014.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Sidnei Marcelo Lopes, Ademir Possamai, Leocádio Neves e Silva, Antonio Marcos da Silva e Emanuela Christian Wolff e Marcio Jorgensen.

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 044/2016 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 044/2016 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2015

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2015 – SRP0

FUNDAMENTAÇÃO: artigo 65, §1º da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: PRESTADORA DE SERVIÇOS EM ALVENARIA H&G LTDA EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço a prestação de serviços de caminhão $\frac{3}{4}$ de pequeno porte (para trabalhos em locais isolados) equipado com guindaste hidráulico articulado (munck), em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, para prestação de serviços ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 28/2015, segundo as conveniências da administração direta.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, fica acrescido em 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade licitada do item um do item 05, ficando da seguinte forma:

Item	Quant	Unid.	Descrição do equipamento	Valor unitário por hora (R\$)
05	625	Horas	01 (um) caminhão $\frac{3}{4}$ de pequeno porte (para trabalhos em locais isolados) equipado com guindaste hidráulico articulado (munck) capacidade mínima 05 (cinco) toneladas, alcance vertical 20 metros com cesto duplo, alcance horizontal 17 metros com carroceria aberta comprimento máximo 4,5 metros. Caminhão e equipamento deverão estar em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com combustível, motorista/operador, sendo de responsabilidade da empresa contratada, a limpeza dos galhos, troncos, folhas e remoção de entulhos gerados pelo corte e poda das árvores, para um total de 500 (quinhentas) horas trabalhadas, para prestação de serviços junto a Secretaria Municipal da Defesa Civil.	130,00

Com o acréscimo promovido conforme acima disposto, a quantidade registrada no item 05 passa de 500 (quinhentas) para 625 (seiscentas e vinte e cinco) horas/máquina.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo a Ata ocorrerão por conta de recursos do exercício de 2016, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
6.122.0300.2.600.3.3.90	Manut. das ações da Defesa Civil	3.3.90 – Aplicações Diretas	232	Próprios

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 15/04/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul
SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Hemerson Hanemann

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 061/2016 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 061/2016 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2015

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2015 e Processo 026/2015-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de COMBUSTÍVEL (óleo diesel S10) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 75/2015, segundo as conveniências da administração direta.

DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Com fundamento no requerimento da empresa sob o protocolo nº 33.851/2015 de 07/10/2015 e conforme Decisão Administrativa exarada pelo Sr. Prefeito Municipal em anexo, fica a partir de 07/10/2015, revisado o valor do item 05 do objeto contratual (Óleo diesel S10) no percentual de 3,98% (três inteiros e noventa e oito décimos por cento) passando o preço registrado do item 05, conforme segue:

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Valor unitário do litro (R\$)
05	33.300	Litros	Óleo diesel S10 (abastecimento na bomba).	2,9426

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As dotações orçamentárias para as despesas do exercício de 2016 são as seguintes:

Classif. Funcional Programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.301.0751.2.660.3.3.90	Teto municipal de média e alta complexidade-amb. e hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	19	PAB
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de média e alta complexidade-amb. e hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	56	Próprios

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 16/05/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Ângelo Alberto Chiodini.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 124/2016 AO CONTRATO Nº 389/2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 124/2016 AO CONTRATO Nº 389/2015

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 030/2015.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, incisos I e VI da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA ME.

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia para reforma no C.M.E.I Wolfgang Weege (área de 1.165,88m²), localizada na Rua Pastor Albert Schneider, 249, no Bairro Barra do Rio Cerro em Jaraguá do Sul/SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, § 1º, incisos I e VI da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias a contar de 14/03/2016 com término em 12/05/2016.

O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 11 de julho de 2016, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 10.583/2015, servidor público Engenheiro Dalton Uhlendorf, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 07/03/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Rogério Silvano André.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 162/2016 AO CONTRATO Nº 255/2012

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 162/2016 AO CONTRATO Nº 255/2012

PROCESSO: Dispensa de Licitação nº 015/2012-FMS.

FUNDAMENTO: Leis Federais nº 8.245/91 e 8.666/93.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

LOCADORA: IMOBILIÁRIA JARDIM JARAGUÁ LTDA.

OBJETO: Locação de dois imóveis (terrenos) registrados no Registro de imóveis desta comarca sob a Matrícula MI 8.955, localizado na Rua Jorge Czerniewicz, lado par, esquina com a rua 88 Henrique Marquardt e Matrícula MI 8.956, localizado na Rua 88 Henrique Marquardt, lado ímpar, no bairro Czerniewicz, destinados ao funcionamento do estacionamento do PAMA I. O imóvel ora locado destina-se exclusivamente ao estacionamento do Pama I.

DO PRAZO: Com fundamento na Lei Federal nº 8.245/91, o prazo de locação pactuado no item 3.1 da cláusula terceira do contrato original, prorrogado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 246/2013, prorrogado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Segundo Termo Aditivo nº 216/2014, prorrogado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Terceiro Termo Aditivo nº 200/2015, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses compreendendo o período de 14/05/2016 com término em 13/05/2017. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: Em concordância com a locadora conforme documento anexo, o valor pactuado no item 2.1 da cláusula segunda do contrato original, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 246/2013, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 216/2014, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 200/2015, permanece inalterado, sendo o valor mensal de R\$ 2.457,08 (dois mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e oito centavos), totalizando o termo aditivo no valor de R\$ 29.484,96 (vinte e nove mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.301.0751.2.660.3.3.90	Teto municipal de média e alta complexidade-amb. e hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	19	PAB

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 02/05/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer, Zoraide Rozza e Tânia Fabiane Rozza

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº 174/2016 AO CONTRATO Nº 021/2012

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº 174/2016 AO CONTRATO Nº 021/2012

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 292/2011

FUNDAMENTO: artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: SIGNUS TRANSPORTES LTDA.

DO OBJETO: Contratação de 02 (dois) veículos com capacidade para transportar no mínimo 46 (quarenta e seis) passageiros sentados, (incluindo o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Jaraguá 84 e para alunos residentes na localidade de Ribeirão Cacilda e Ribeirão Alice até a Escola Municipal de ensino fundamental Santo Estevão, localizada na Rodovia Municipal JGS 466, n.º 1285 – no bairro Garibaldi. ITEM 01- (localidade Jaraguá 84 e Ribeirão Cacilda), ITEM 02 – (localidade Ribeirão Cacilda e Ribeirão Alice).

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, o quantitativo de quilometragem a que se refere ao Item 02 – localidade Ribeirão Cacilda e Ribeirão Alice descrito no item 1.1 da cláusula primeira do contrato original, fica acrescido a quantidade 20 (vinte) quilômetros, correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade licitada, totalizando 100 (cem) quilômetros, perfazendo um aumento de R\$ 109,19 (cento e nove reais e dezenove centavos) por dia de transporte contatos a partir de 16/05/2016. Em consequência, o presente Termo Aditivo acrescenta ao contrato o valor total de R\$ 14.849,84 (quatorze mil oitocentos e quarenta e nove reais e oitenta e quatro centavos).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de dotações orçamentárias do exercício de 2016, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	106	Salário Educação
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	108	Pnate

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 13/05/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Maurílio Barbosa Canovas.

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 154/2016 AO CONTRATO Nº 156/2014

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 154/2016 AO CONTRATO Nº 156/2014

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2014.

FUNDAMENTO: artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: KLAUS DUVE ME.

OBJETO: O presente contrato consiste na contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de conservação, manutenção e limpeza geral nos cemitérios públicos municipais, rodoviária e Parque Municipal de Eventos, para um total de 5.760 (cinco mil setecentos e sessenta) horas/homem anual, em conformidade com o Anexo X – Termo de Referência, e demais condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução previsto no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 166/2015, fica prorrogado por mais 03 (três) meses, compreendendo o período de 02/04/2016 e com término em 30/06/2016. O prazo de vigência do Termo Aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: Em consonância com o contratado conforme documento, o valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 166/2015, permanece inalterado, assim sendo fica o valor de R\$ 16,70 (dezesesseis reais e setenta centavos) por hora/homem de operador de máquina de roçar (item 01 – 1.008 horas), e o valor de R\$ 13,90 (treze reais e noventa centavos) por hora/homem de auxiliar de serviços gerais (item 02 – 504 horas), totalizando o presente Termo Aditivo no valor de R\$ 23.829,20 (vinte e três mil oitocentos e vinte e nove reais e vinte centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do presente termo aditivo correrão por conta do orçamento do exercício de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
04.122.0300.2.057.3.3.90	Manutenção das atividades do Patrimônio	3.3.90 – Aplicações Diretas	39	Próprios

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 20/04/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Klaus Duve.

DIETER JANSSEN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 157/2016 AO CONTRATO Nº 365/2015

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 157/2016 AO CONTRATO Nº 365/2015

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 079/2015.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI ME

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia para reforma e adequação da cozinha existente na E.M.E.F Anna Towe Nagel (área de 60,16m²), localizada na Rua Marcos Emílio Verbinen, 320 no Bairro Água Verde em Jaraguá do Sul SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com o Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso VI da Lei Federal 8.666/93, o prazo de vigência do contrato original, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 426/2015, fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias a contar de 27/04/2016 com término em 27/05/2016.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 27 de maio de 2016, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 10.532/2015, servidora pública Engenheira Fabieli Pilatti, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 25/04/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Lincon Truppel Machado.

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 189/2016

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 189/2016

PROCESSO: Inexigibilidade 17/2016-FMS ao CREDENCIAMENTO 23/2014 – FMS.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: PASOLDLAB LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA.

OBJETO: É objeto do presente Termo de Credenciamento, a prestação de serviços técnicos laboratoriais visando a realização de todo o rol de ambas as Tabelas de exames de análises clínicas contido no Anexo VIII, parte integrante deste Termo de Credenciamento, de caráter urgente e inadiável, aos pacientes do SUS, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde, nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento nº 23/2014.

FORMA DE PAGAMENTO: A CREDENCIADA apresentará mensalmente à CREDENCIANTE a produção dos serviços credenciados efetivamente autorizados e prestados, por meio magnético, mediante nota fiscal, obedecendo, para tanto, o procedimento, os prazos e o cronograma, estabelecido pelo Ministério da Saúde e CREDENCIANTE. Após revisão da nota fiscal ou do recibo, a CREDENCIANTE efetuará o pagamento do valor apurado nos termos da Cláusula Sétima, à CREDENCIADA, depositando em Conta Corrente.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Credenciamento serão atendidas por dotação orçamentária constante no exercício de 2016:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	56	Receita imp. e transf. im-posto Saúde
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	Mac Federal

PRAZOS: O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93, limitado a 60 (sessenta) meses. Suas alterações e o prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 31/05/2016;

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Charles Schulz.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

FME -EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2016

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2016

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de Preços para contratação de pessoa jurídica para transporte especial de atletas da FME, destinado a viagens rodoviárias intramunicipais, intermunicipais e/ou interestaduais até os locais de competição e contratação para serviço de transporte destinado a viagens rodoviárias intramunicipais, intermunicipais e interestaduais para a Diretoria de Turismo, em período de 12 meses, conforme especificações e quantidades estimadas no ANEXO I e demais anexos ao Edital.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla itens para participação exclusiva ME/EPP, conforme indicado no Anexo I.

REGIMENTO: Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93, Lei Federal nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e DECRETO nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 8h30min do dia 17 de junho de 2016, na Coordenadoria Financeira da Fundação Municipal de Esportes e Turismo de Jaraguá do Sul, situado na Rua Gustavo Hagedorn 636, bairro Nova Brasília.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 9 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Fundação Municipal de Esportes e Turismo, no endereço acima.

VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO: R\$ 243.690,00 (duzentos e quarenta e três mil, seiscentos e noventa reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 13 de maio de 2016.

JEAN CARLO LEUTPRECHT

Presidente da Fundação Municipal de Esportes e Turismo

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2016-FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25 caput da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

ORIGEM: CREDECIMENTO 23/2014-FMS

CONTRATADA: VIDA LABORATÓRIO CLÍNICO LTDA ME.

Endereço: Rua Expedicionário Antonio Carlos Ferreira, 1657 – Vila Lenzi – Jaraguá do Sul SC.

CNPJ: 22.558.083/0001-71

OBJETO: Prestação de serviços técnicos laboratoriais visando a realização de todo o rol de ambas as Tabelas de exames de análises clínicas contido no Anexo VIII, parte integrante deste Termo de Credenciamento, de caráter urgente e inadiável, aos pacientes do SUS, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde, nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento nº 23/2014.

PAGAMENTO: A CREDENCIADA apresentará mensalmente à CREDENCIANTE a produção dos serviços credenciados efetivamente autorizados e prestados, por meio magnético, mediante nota fiscal, obedecendo, para tanto, o procedimento, os prazos e o cronograma, estabelecido pelo Ministério da Saúde e CREDENCIANTE. Após revisão da nota fiscal ou do recibo, a CREDENCIANTE efetuará o pagamento do valor apurado nos termos da Cláusula Sétima, à CREDENCIADA, depositando em Conta Corrente.

VALOR: Os serviços ora credenciados estão referidos a uma base territorial populacional, sendo ofertados conforme parâmetros assistenciais, compatibilizando-se a demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Credenciamento serão atendidas por dotação orçamentária constante no exercício de 2016:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	56	Receita imp. e transf. imposto Saúde
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de media e alta complexidade – ambulatorial	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	Mac Federal

Jaraguá do Sul (SC), 31 de maio de 2016.

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

Kelly Graciela Schmuck

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Dalton Fernando Fischer

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

SAMAE - EXTRATO DO CONTRATO 163/2016 AO CONTRATO 179/2016

EXTRATO DO CONTRATO 163/2016

Processo: Pregão 66/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Hexas Científica Ltda.; Objeto: Aquisição de Materiais de Laboratório; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 39.783,99 (trinta e nove mil, setecentos e oitenta e três reais e noventa e nove centavos); O pagamento para manutenção preventiva e calibração dar-se-á 10 dias após a execução plena de todos itens descritos, mediante apresentação da Nota Fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.03.4.412.3.3.90.39.17.00.00.00 – 22 e 48 - Manutenção patrimonial – Divisão Água e Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 15/07/2016; Data da assinatura: 13/05/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Conceição de Oliveira Medeiros.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 164/2016

Processo: Pregão 66/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo

Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Sertin Comércio e Serviços Técnicos de Instrumentação Ltda.; Objeto: Serviço de Calibração; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 17.652,72 (dezessete mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e setenta e dois centavos); O pagamento para manutenção preventiva e calibração dar-se-á 10 dias após a execução plena de todos itens descritos, mediante apresentação da Nota Fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.03.4.412.3.3.90.39.17.00.00.00 – 22 e 48 - Manutenção patrimonial – Divisão Água e Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 15/07/2016; Data da assinatura: 13/05/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Rômulo Venditelli.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 165/2016

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 313/2014

Processo: Pregão 198/2014; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Mecânica Klann Ltda.; Objeto: Acrescer em 25% a quantidade de horas do serviço (Manutenção de veículos da frota do Samae) contratado

no item 01 da cláusula 2.1 do referido contrato, equivalente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais); com base no parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/1993; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas; Data da assinatura: 13/05/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Lauro Klann.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 166/2016

Processo: Tomada de Preços 79/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Azimute Engenharia Ltda.; Objeto: Serviço de Topografia; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 28.706,00 (vinte e oito mil, setecentos e seis reais) O pagamento dar-se-á após a execução completa de cada etapa de serviço solicitada, em 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante cumprimento das exigências indicadas na Cláusula 12, letra “c”, do Termo de Referência, ANEXO VII deste edital, e somente após a certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: - 25.02.4.406.3.3.90.39.05.00.00.00 – 20 - Manutenção das atividades técnicas e operacionais - Divisão Água; - 25.03.4.411.3.3.90.39.05.00.00.00 – 38 - Manutenção das atividades técnicas e operacionais - Divisão Esgoto;; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, até 18/05/2017; Data da assinatura: 18/05/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Rui Arno Schreiber.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 167/2016

Processo: Pregão nº 84/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: SDS Manutenção Eletrônica Ltda.; Objeto: Materiais Elétricos; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total de todos os lotes dos quais a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do ano de 2016: 25.03.4.413.4.4.90.52.39.00.00.00 – 41 – Aquisição de equipamentos e material permanente – Divisão Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 18/07/2016; Data da assinatura: 18/05/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Carlos Alberto Silva da Silva.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 168/2016 1º ADITIVO AO CONTRATO 535/2015

Processo: Dispensa de Licitação 219/2015; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Montefab Indústria e Montagem de Máquinas Ltda.; Objeto: Acrescer em 25% a quantidade inicialmente contratada (Montagem, Manutenção e Fabricação Mecânica de Tubulações, Base para Fixação de Conjunto de Bombas, Motores e Floculadores

para ETA Central e ETA Sul) no item 01 da cláusula 2.1 do referido contrato, correspondente a R\$ 22.997,50 (Vinte e dois mil, novecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos). O aditivo baseia-se no parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas. Data da assinatura: 23/05/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Dirceu Antonio Matos.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente – SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 169/2016

Processo: Pregão nº 86/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: AGC Figueiredo Válvulas EPP; Objeto: Válvulas; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 23.600,00 (vinte e três mil e seiscentos reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos lotes dos quais a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.03.4.412.3.3.90.30.24.00.00.00 – 48 - Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; 25.03.3.406.4.4.90.51.91.00.00.00 – 26 Implantação da ETE São Luis;; Prazo de Fornecimento: Até 30/07/2016; Data da assinatura: 25/05/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Anna Gabriella Figueiredo Cambui.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 170/2016

Processo: Pregão nº 86/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: C. E. Macedo e Cia Ltda.; Objeto: Luva, Redução e Flange; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 7.050,00 (sete mil e cinquenta reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos itens que a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.03.4.412.3.3.90.30.24.00.00.00 – 48 - Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; 25.03.4.412.3.3.90.30.24.00.00.00 – 40 - Manutenção patrimonial - Div. Esgoto;; Prazo de Fornecimento: Até 30/07/2016; Data da assinatura: 25/05/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Carlos Eduardo Macedo.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 171/2016

Processo: Pregão nº 86/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Danna Comercial Eireli - ME; Objeto: Junção e Curva 90º; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 20.800,00 (vinte mil e oitocentos reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos itens que a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário:

As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.03.4.4.12.3.3.90.30.24.00.00.00 – 48 - Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 30/07/2016; Data da assinatura: 25/05/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Albino Celso Danna.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 172/2016

Processo: Pregão nº 86/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Fluxortech Indústria e Comércio de Equipamentos Ltda. - ME; Objeto: Junção e Curva 90º; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 2.650,00 (dois mil, seiscentos e cinquenta reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos itens que a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.03.4.412.3.3.90.30.25.00.00.00 – 40 - Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 15/06/2016; Data da assinatura: 25/05/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Marco Antonio Baldo.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente – SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 173/2016

Processo: Pregão nº 86/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: JGM Mangueiras Ltda.; Objeto: Mangueira de Borracha; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 9.413,00 (nove mil, quatrocentos e treze reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos itens que a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.03.4.412.3.3.90.30.24.00.00.00 – 48 - Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 30/07/2016; Data da assinatura: 25/05/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Elaine Cristina Maluta Roberti.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 174/2016

Processo: Pregão nº 86/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Multiágua Engenharia Ambiental Ltda.; Objeto: Turfa Grossa; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 4.550,00 (quatro mil, quinhentos e cinquenta reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos itens que a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do

exercício de 2016, a saber: 25.03.4.412.3.3.90.30.24.00.00.00 – 38 - Manutenção das atividades técnicas e operacionais - Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 15/06/2016; Data da assinatura: 25/05/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Egberto Striththorst e Lirio Luiz Poli.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 175/2016

Processo: Pregão nº 86/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Startubo Comercial Eireli - EPP; Objeto: Válvula de Retenção; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 28.900,00 (vinte e oito mil e novecentos reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos itens que a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.03.4.412.3.3.90.30.24.00.00.00 – 48 - Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 30/07/2016; Data da assinatura: 25/05/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Agostinho Starnino.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 176/2016

Processo: Pregão nº 86/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Sul Ar e Água Equipamentos Ltda.; Objeto: Válvula de Gaveta; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 10.771,00 (dez mil, setecentos e setenta e um reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos itens que a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.03.4.412.3.3.90.30.24.00.00.00 – 48 - Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 30/07/2016; Data da assinatura: 25/05/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Luis Carlos Koch.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 177/2016

Processo: Pregão nº 86/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Via d'Água Com. Produtos de Medição, Hidráulica e Saneamento Ltda; Objeto: Exaustor Centrífugo; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos itens que a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta

de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.03.3.406.4.4.90.52.34.00.00.00 – 41 - Aquisição de equipamentos e material permanente - Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 30/06/2016; Data da assinatura: 25/05/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Telma Elisa Carraro.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente – SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 178/2016
1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 479/2015

Processo: Pregão 177/2015; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: QGS Química do Brasil Ltda.; Objeto: Acrescer em 25% a quantidade inicialmente contratada no item 10 da cláusula 2.1 do referido contrato, com base no parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/1993, equivalente a R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais); As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas; Data da assinatura: 25/05/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Inácio Pedro Hamester.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 179/2016

Processo: Pregão nº 88/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: GS Bombas - Gleison Rodrigo de Souza Pereira – ME. ME; Objeto: Serviço de Manutenção de Bombas; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.03.4.412.3.3.90.39.17.00.00.00 – 22 - Manutenção patrimonial - Divisão Água; 25.03.4.412.3.3.90.39.17.00.00.00 – 48 - Manutenção patrimonial - Divisão Esgoto; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, até 30/05/2017; Data da assinatura: 30/05/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Gleison Rodrigo de Souza Pereira.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

Joaçaba

PREFEITURA

13/2016 FUNREBOM

EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2016/FUNREBOM
PROVENIENTE DO PL 1/2016/PMJ – PP 1/2016/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.
CONTRATADA: ONSERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA
OBJETO: a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de cozinheira para o preparo de alimentação para as guarnições de serviço.
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 31.308,00 (trinta e hum mil e trezentos e oito reais), importando o valor mensal de R\$ 2.609,00 (dois mil e seiscentos e nove reais)
DOTAÇÕES:
2.006 – MANUTENÇÃO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS
4 - 3.3.90.00.00.00.00.0329 – Aplicações Diretas
FISCAL DO CONTRATO: Sd. BM Neocir José Parizotto
VIGÊNCIA: 12 meses, contados da data da sua assinatura, podendo ocorrer prorrogação até o limite de 60 (sessenta) meses.
DATA DE ASSINATURA: 01.06.2016

Joaçaba – SC, 01 de junho 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM
RAFAEL LASKE
Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 4.940 DE 01 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 4.940 DE 01 DE JUNHO DE 2016.
NOMEIA COMISSÃO EXECUTIVA DO CENTENÁRIO DE JOAÇABA, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada COMISSÃO EXECUTIVA DO CENTENÁRIO DE JOAÇABA, responsável pelos trabalhos de coordenação e supervisão das ações comemorativas ao Centenário do Município de Joaçaba, composta pelos seguintes membros:

Presidente de Honra: ANTÔNIO DIOMÁRIO DE QUEIROZ
Presidente: ANTÔNIO CARLOS PEREIRA
Vice-Presidente: ARY REGINATTO
Primeiro Secretário: JAIME TELES
Segundo Secretário: DELCIR DOTTI
Coordenação de áreas: PAULO DOS SANTOS
Coordenação de Planejamento: SUELI BERNARDI
Assessoria de Planejamento: SUELEN FERREIRA FRANÇA

Art. 2º Os trabalhos da Comissão não serão remunerados.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 01 de junho de 2016.
RAFAEL LASKE
Prefeito

EXTRATO CONTRATO 314/2016/PMJ

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 314/2016/PMJ
PL 21/2016/PMJ – CC 01/2016/PMJ

PERMITENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.
PERMISSIONÁRIA: THAIS SIMONE RISSO 06472963908, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.649.183/0001/76.
OBJETO: A Empresa supra qualificada, obteve por parte do Município de Joaçaba (SC), "A Permissão de Uso da Sala Comercial correspondente ao item 4 do Anexo I do Edital de Concorrência nº 01/2016/PMJ (SALA COMERCIAL 3), localizada no Prédio do Novo Terminal Rodoviário - Margens da BR 282, Km 388, Bairro Nossa Senhora de Lourdes – Joaçaba, SC., visando a exploração de BANCA DE REVISTAS, de acordo com o estabelecido no referido Edital e seus Anexos".
VALOR CONTRATADO: O valor inicial mensal pactuado é aquele constante da proposta apresentada pela PERMISSIONÁRIA, e importa a quantia de R\$ 355,00 (Trezentos e cinquenta e cinco reais), para o uso, manutenção e exploração da sala descrita no objeto deste instrumento.
VIGÊNCIA: A vigência da Permissão de Uso será de 05 (cinco) anos.

DATA DE ASSINATURA: 31/05/2016.
RAFAEL LASKE
Prefeito

HOMOLOG PL 1/2016 FUNREBOM

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2016/FUNREBOM – PP 01/2016

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:
1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 01/2015 – PP 01/2015/FUNREBOM, nos seguintes termos:
- Modalidade: PL 04/2015 – PP 05/2015/FUNREBOM
Objeto: a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de cozinheira para o preparo de alimentação para as guarnições de serviço.
Fiscal: Sd. BM Neocir José Parizotto.
- Empresa Vencedora:
ONSERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA
VALOR TOTAL R\$ 31.308,00 (R\$ 2.609,00 – 12 MESES)
2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 01 de Junho de 2016.
Rafael Laske
Prefeito

RECISAO 83/2012 FAS
TERMO DE RESCISÃO

CONTRATO Nº 83/2012/FAS

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, representada neste ato pelo Secretário, Sr. MÁRIO WOLFART, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 02.247.113/0001-11, doravante denominado CONTRATANTE, resolve celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO, relativo ao CONTRATO Nº 83/2012/FAS, firmado com a empresa AUTO VOLKS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 81.769.127/0001-71, estabelecida na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1074, Bairro CENTRO, no Município de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Pelo presente fica RESCINDIDO, com fundamento no art. 79, II, da Lei 8.666/93, o CONTRATO Nº 83/2012/FAS, celebrado com a CONTRATADA na data de 17 de janeiro de 2012, proveniente do Processo de Licitação nº 18/2011/FMAS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 15/2011/FMAS, cujo objeto era a prestação pela CONTRATADA, dos serviços discriminados abaixo, por hora trabalhada, destinados à manutenção dos veículos da Secretaria Municipal de Ação Social.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os efeitos deste Termo de Rescisão contarão a partir da data de publicação do extrato do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento.

Joaçaba (SC), 02 de junho de 2016.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MÁRIO WOLFART - Secretário

Testemunhas:

1. _____

2. _____

HOMOLOG PL 32/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2016 - PR
CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 32/2016 Processo de Licitação: 32/2016 Data do Processo: 28/04/2016
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 32/2016
- b) Licitação Nr.: 21/2016-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 02/06/2016
- e) Objeto da Licitação: Aquisição de 01 (um) veículo de passeio tipo sedan, novo, zero quilômetro, ano/modelo 2016, destinado à manutenção das atividades de fiscalização de obras e posturas do Município.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

Joaçaba, 2 de Junho de 2016.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 21/2016 - PR Processo Administrativo: 32/2016 Processo de Licitação: 32/2016 Data do Processo: 28/04/2016
	Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**DE MARCO LTDA (6081)**

1 Veículo tipo passeio, sedan, novo, zero quilômetro, ano/modelo 2016, com as seguintes características mínimas: " Motor mínimo 1.5 a gasolina ou bi-combustível. " Câmbio mecânico manual com, no mínimo, 05 marchas a frente e 01 a ré. " Freios com sistema ABS - dianteiros a disco ventilado e traseiros a tambor. " Direção hidráulica ou eletro-hidráulica. " 04 portas laterais. " Trava elétrica das portas. " Vidros das portas dianteiras com sistema elétrico para subida e descida. " Alarme perimétrico. " Ar condicionado integrado frio/quente. " Ar quente com sistema de recirculação do ar. " Bolsa de ar inflável (air bag) frontal duplo para motorista + acompanhante. " Cintos de segurança dianteiros laterais retráteis, com pré tensionador, 03 pontos. Cinto de segurança traseiro central fixo 02 pontos e laterais retráteis 03 pontos. " Desembaçador do vidro traseiro. " Chapa de proteção para caixa de câmbio e cárter do motor. " Sobre tapetes de borracha. " Pintura externa sólida na cor branca. " Radio AM/FM estéreo com CD player, mínimo 02 alto falantes dianteiros e 02 traseiros. - Marca: RENAULT/LOGAN EXPRES	UN	1,00	0,0000	49.000,00	49.000,00
--	----	------	--------	-----------	-----------

Total do Fornecedo 49.000,00**Total Geral: 49.000,00**

Joaçaba, 2 de Junho de 2016.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

HOMOLOGAÇÃO PL 21/2016/PMJ - CC 01/2016/PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	CONCORRÊNCIA Nr.: 1/2016 - CC Processo Administrativo: 22/2016 Processo de Licitação: 21/2016 Data do Processo: 22/03/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 21/2016
b) Licitação Nr.: 1/2016-CC
c) Modalidade: Concorrência p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 31/05/2016
e) Data da Adjudicação: 25/05/2016 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação a permissão de uso de salas comerciais do prédio do Novo Terminal Rodoviário Municipal localizado às margens da BR 282, Km 388, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, neste Município, em conformidade com as especificações descritas no Anexo I deste Edital.

				(em Reais R\$)	
g) Fornecedores e Itens Vencedores:				Unid.	Total do Item
				Qtidade	Descto (%)
				Preço Unitário	Total do Item
<u>THAIS SIMONE RISSO - (11613)</u>					
4	PERMISSÃO DE USO SALA COMERCIAL- BANCA DE REVISTAS	VM	1	-	355,00
	, SALA COMERCIAL 03, PREDIO NOVO TERMINAL RODOVIARIO DE JOACABA, MARGENS BR 282, BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, JOAÇABA SC.				
Total do Fornecedor:					355,00
Total Geral:					355,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Joaçaba, 25 de Maio de 2016.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL PP 004/2016 - MANUTENÇÃO PREDIAL**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO NR. 008/2016

PREGÃO PRESENCIAL NR. 004/2016

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), neste ato representada por seu Presidente, Senhor JUCELINO JORGE FERRAZ, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL tipo MENOR PREÇO POR ITEM nos termos Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal n. 2.879/2006 e Decreto Municipal n. 4.388/2013, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/1993 com alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, de acordo com as condições fixadas no respectivo Edital, cujas informações resumidas são as seguintes:

OBJETO: Registro de Preços para a contratação futura de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial na sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba – SC, em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item.

CREDENCIAMENTO: Até às 14 horas do dia 20 de junho de 2016, no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba – SC, localizada na Rua Tiradentes, n. 872, Bairro Vila Pedrini, Joaçaba – SC.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 20 de junho de 2016, às 14h30min na Câmara Municipal de Vereadores, no endereço acima descrito.

O Edital na íntegra se encontra disponível no site <http://camarajoacaba.sc.gov.br/> e também na sede da Câmara de Vereadores, telefone (049) 3527-2900, em dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário de expediente (das 13 às 19 horas), a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 1º de junho de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 167/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 167/2016 DE 02.06.2016

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Cássio Antônio de Sordi (Matr. 55), ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de Agente Administrativo, P-3, N-3, Ref.J-7, referente ao período aquisitivo de 01.09.2014 à 31.08.2015, para serem fruídas no período de 06 a 25.06.2016, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 06 de junho de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 02 de junho de 2016.

Paulo César Lamin

Diretor Adjunto

HOMOLOGAÇÃO CC 0001/2016 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	CONCORRÊNCIA Nr.: 1/2016 - CC Processo Administrativo: 17/2016 Processo de Licitação: 17/2016 Data do Processo: 11/03/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Aluir Flemming, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 17/2016
b) Licitação Nr.: 1/2016-CC
c) Modalidade: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 01/06/2016
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTO, DENOMINADA EEH-001, NA AVENIDA BEIRA RIO, EM HERVAL D'OESTE E ADUTORA DE RECALQUE DE ESGOTO ATÉ A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE HERVAL D'OESTE, NA RUA FRANCISCO SARTORI.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

ANDRADE CONSTRUÇOES LTDA (6727)

1 EXECUÇÃO DE ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTO, DENOMINADA EEH-001, E ADUTORA DE RECALQUE DE ESGOTO ATÉ A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE HERVAL D'OESTE, COM VAZÃO DE 347,00M³/H E EXTENSÃO TOTAL DE ADUTORA DE RECALQUE DE 2.580,00 METROS, INCLUINDO URBANIZAÇÃO E SUBESTAÇÃO DE ENERGIA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS.	SV	1,00	0,0000	1.454.906,33	1.454.906,33
---	----	------	--------	--------------	--------------

Total do Fornecedor: 1.454.906,33

Total Geral: 1.454.906,33

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.052.4.4.90.00.00.00.00 (15)

Paulo César Lamin - Diretor Adjunto

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 330/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

3 TERMO ADITIVO AO CONTRATO 330/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: MADRUGA EMPREITERA DE MÃO DE OBRA inscrita no CNPJ sob n.º 02.274.438/0001-93, com sede a Avenida Marechal Floriano, 1500 – Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 178/2015, correlato à Tomada de Preços nº 26/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Reforma do CEIM Filhos dos Funcionários, nesta cidade, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato.

Conforme Solicitação de Supressão e de Aditivo de Valor, postulada pela Secretaria da Educação Of. Nº 303/2016 com anuência da Secretaria da Fazenda Of. Nº 141/2016 e com Parecer Jurídico PROGEM nº 454/2016, favorável ADITA-SE, conforme abaixo:

SUPRESSÃO: Item 6.5 forro de Gesso em placas 60 x 60cm, espessura de 1,2cm, somando um valor de R\$ 12.528,54 (doze mil quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e quatro centavos);

ADITIVO DE VALOR: Item forro de PVC – Fornecimento e Montagem no Valor de R\$ 30.937,98 (trinta mil novecentos e trinta e sete reais e noventa e oito centavos).

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 31 de maio de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.786/2016, DE 17 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 2.786/2016, DE 17 DE MAIO DE 2016

ESTABELECE AS FUNÇÕES DE CONFIANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, senhor Pedro Ari Parizotto, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 122/2009 e alterações, Lei Complementar nº 178/2011, Lei Complementar nº 179/2011 e Lei Complementar nº 192/2012, de 23 de Março de 2012

DECRETA

Art. 1º Estabelece as gratificações de função de confiança dos servidores públicos municipais, conforme consta no quadro abaixo:

Nome	Função	Valor R\$
Antonio Carlos Vicente	Responsável pelos serviços administrativos da Câmara de Vereadores	462,02
Alexandro Finger	Encarregado Turma 1 de agricultura	462,02
Claudio Mirot de Almeida	Responsável pela frota de caminhões da Infra-estrutura	350,02
Edison Domingos Giron	Coordenador do setor de compras e licitações	868,10
Elaine Salete Pescador	Responsável pela Vigilância Sanitária	350,02
Felipe Augusto Bottcher	Encarregado atualizações sistema de informatica	462,02
Geneci Dellai Mingotti	Chefe do setor de contabilidade	728,07
Gilberto Carlos Moretto	Responsável pela frota de maquinas pesadas	350,02
Gilmar Antonio Milan	Gerente do setor de mecânica	1.120,14
Gilson José Dal Bello	Responsável pelo cascalhamento de estradas	350,02
Geraldo Antonio Ferrari	Encarregado Turma 2 de agricultura	462,02
Ivanete Zuanazzi	Encarregada das demais funções de Gestora Escolar	462,02
Jovani Rigo	Chefe dos Serviços de Agricultura	728,07
Jandir Antonio Cittadin	Responsável do setor de Pedreiro	350,02
Leonardo Júnior Cavallhier	Chefe do Setor de Publicação de Contratos	728,07
Luis Gabrielli	Chefe dos Serviços Administrativos do Conselho Tutelar	728,07
Jarbas Mendes	Chefe dos Serviços de Infra-Estrutura	728,07
Josemar Tecchio	Chefe do setor da Junta de Serviço Militar e INCRA	728,07
Marinês Ribeiro Perondi	Coordenadora da Secretaria de Administração e Finanças	868,10
Marisa Paula Carbori	Responsável pelos trabalhos relacionados a Dengue	350,02
Neiva Lúcia Pereira Chaves Von Dentz	Responsável pelo Agendamento de consultas e proced. Saúde	350,02
Onório Pereira Chaves	Chefe do setor de carpintaria	728,07
Odanir Lodi	Responsável pela organização dos serviços de maquinas pes.	350,02
Paulo Roberto Parmegiani	Responsável pela organização das maquinas pesadas	350,02
Revelino Damin	Chefe da Turma 02 de Infra-Estrutura	728,07
Sirlei Maria Cason Correa	Encarregada do setor de recepção e protocolo	462,02

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 2.735/2015, de 17 de Maio de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Maio de 2016.
Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo Recursos Humanos

DECRETO Nº 2.788/2016, DE 30 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 2.788/2016, DE 30 DE MAIO DE 2016.

EXONERA CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, I, c/c Lei Complementar nº 122/2009, de 02 de fevereiro de 2009
DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a senhora VILMA DE SOUZA, das funções de Conselheira Tutelar, que substituiu a Conselheira Tutelar titular Dulci Lorscheitter Venancio por estar de Licença Saúde, a partir de 30 de Maio de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 30 de Maio de 2016

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

Lontras

PREFEITURA

EDITAL N° 048/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

TOMADA DE PREÇO N.º 048/2016

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação asfáltica, sinalização viária e pavimentação dos passeios em paver da Rua Bernardo Wachholz. Entrega dos Envelopes: até às 08 horas do dia 21/06/2016; Abertura dos Envelopes: 08 horas e 30 minutos do dia 21/06/2016. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br– Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 02 de junho de 2016. MARTINA ZUCATELLI. Prefeita.

Luzerna

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA - PL 050/2016 - DL 007/2016 - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

Aviso de Dispensa de Licitação

Processo Licitatório 050/2016/PML

Dispensa 007/2016/PML

A Prefeitura Municipal de Luzerna/SC torna pública a Dispensa de Licitação referente à "Contratação do SENAI – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL objetando a prestação de serviços técnicos especializados de ensino para ministrar os cursos que compõem a matriz curricular do Programa de Empreendedorismo para Turmas Iniciais, destinado aos alunos que cursam o primeiro ano, do ensino fundamental, séries iniciais da Escola Municipal São Francisco".

Valor contratado: R\$ 7.800,00

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 24, XIII.

Luzerna (SC), 02 de junho de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

EXTRATO DE LICITAÇÃO DESERTA - PL 044/2016 - PP 029/2016 - EQUIPAMENTOS PROJETO HORTO FITOTERÁPICO - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO - LICITAÇÃO DESERTA

Processo Licitatório 044/2016 – PML

Pregão nº 029/2016 – PML

O Prefeito de Luzerna, MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) Declarar Deserto o Processo Licitatório nº 044/2016, em função da ausência de qualquer empresa interessada no certame, inobstante tenha sido publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, na edição do dia 17 de maio de 2016 e no site do Município a partir do dia 17 de maio de 2016, para dar amplo conhecimento aos eventuais interessados.

Luzerna (SC), 2 de junho de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO_ TOMADA DE PREÇOS N° 0004/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 0034/2016

Tomada de Preço nº 0004/2016

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de pavimentação asfáltica com drenagem das águas pluviais e obra de arte das Ruas Ângelo Pandini e Rodolfo Nickel, a ser adquirida através de recursos do Contrato de Repasse nº 819399/MINISTERIO DAS CIDADES/CAIXA, conforme Projeto, Planilha orçamentária e Memorial Descritivo, com fornecimento de material e mão-de-obra.

Abertura das Propostas: às 14h00min horas do dia 20/06/2016.

Informações: Maiores Informações, poderão ser obtidas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira, SC, das 07:30 às 12:00, e das 13:30 às 17:00 horas, ou pelo telefone (049) 3574-2000, ramal 2017.

Macieira - SC, 02 de junho de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente de Comissão

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 11.991.563/0001-05

AGROPECUÁRIA RIOMAFRA LTDA ME

Nota Fiscal nº. 316 R\$ 8.494,32

Valor Total: R\$ 8.494,32

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrupção devido a falta de pagamento, conforme ofício nº 470/16 – GAB/SME da Secretaria Municipal de Educação e Ofício nº 48/2016 da Escola Agrícola Municipal Prefeito José Schultz Filho, uma vez que a empresa é a responsável pelo fornecimento de rações para os animais da Escola Agrícola. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 03 de junho de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO

Secretária Municipal de Educação

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 088/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 088/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: NORTE INDÚSTRIA GRAFICA LTDA - ME

CNPJ Nº: 18.486.182/0001-18

Valor Registrado: R\$ 15.750,00 (quinze mil e setecentos e cinquenta reais).

Objeto: aquisição de Capas de Blocos de Notas Fiscais e jogos de Notas Fiscais para Produtores Rurais, através da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento

Origem: Processo nº 114/2016, Pregão Presencial - RP nº 038/2016

Data de Assinatura: 04 de abril de 2016

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 04 de abril de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: ESTILO JEFERSON LOPES - MEI

CNPJ Nº: 23.841.024/0001-79

Valor Registrado: R\$ 5.640,00 (cinco mil e seiscentos e quarenta reais).

Objeto: aquisição de Capas de Blocos de Notas Fiscais e jogos de

Notas Fiscais para Produtores Rurais, através da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento

Origem: Processo nº 114/2016, Pregão Presencial - RP nº 038/2016

Data de Assinatura: 04 de abril de 2016

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 04 de abril de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: ESTILO JEFERSON LOPES - MEI

CNPJ Nº: 23.841.024/0001-79

Valor Registrado: R\$ 5.640,00 (cinco mil e seiscentos e quarenta reais).

Objeto: aquisição de formulários e materiais impressos, destinados a Guarnição Especial de Polícia Militar de Mafra

Origem: Processo nº 076/2016, Pregão Presencial - RP nº 026/2016

Data de Assinatura: 07 de abril de 2016

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 07 de abril de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: TEELL - Técnica e Equipamentos para Escritório Leite Ltda

CNPJ Nº 79.849.865/0001-87

Valor Registrado: R\$ 3.549,10 (três mil e quinhentos e quarenta e nove reais e dez centavos).

Objeto: aquisição de material de expediente e escritório destinados a Polícia Militar de Mafra, através do Fundo de Melhoria da Polícia Militar

Origem: Processo nº 104/2016, Pregão Presencial - RP nº 033/2016

Data de Assinatura: 18 de abril de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 18 de abril de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: STAUDT & FRANCESQUETT LTDA

CNPJ Nº 13.674.709/0001-14

Valor Registrado: R\$ 4.864,00 (quatro mil e oitocentos e sessenta e quatro reais).

Objeto: aquisição de material de expediente e escritório destinados a Polícia Militar de Mafra, através do Fundo de Melhoria da Polícia Militar

Origem: Processo nº 104/2016, Pregão Presencial - RP nº 033/2016

Data de Assinatura: 18 de abril de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 18 de abril de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: TLD COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ME

CNPJ Nº 24.129.701/0001-93

Valor Registrado: R\$ 12.250,00 (doze mil e duzentos e cinquenta reais).

Objeto aquisição de materiais elétricos através da Secretaria Municipal de Administração

Origem: Processo nº 139/2016, Pregão Presencial - RP nº 046/2016

Data de Assinatura: 20 de abril de 2016

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 20 de abril de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: YAMADIESEL COMÉRCIO DE MAQUINAS - EIRELI

CNPJ Nº 22.087.311/0001-72

Valor Registrado: R\$ 28.560,00 (vinte oito mil e quinhentos e sessenta reais).

Objeto: aquisição de kits capinadeira e vassoura destinados a Minicarregadeira Mustang S12041, com recursos do FUMSAB e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Origem: Processo nº 141/2016, Pregão Presencial - RP nº 047/2016

Data de Assinatura: 15 de abril de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 15 de abril de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: WEBTRIP AGENCIA DE TURISMO LTDA-ME

CNPJ Nº 07.340.993/0001-90

Porcentual Registrado: Porcentual de desconto 11,95%

Objeto: contratação de agência de viagens responsável pelo fornecimento e emissão de passagens aéreas, com destinos diversos, destinadas as secretarias do Município de Mafra/SC

Origem: Processo nº 117/2016, Pregão Presencial - RP nº 039/2016

Data de Assinatura: 25 de abril de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 25 de abril de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: DANNA COMERCIAL EIRELI-ME

CNPJ Nº 13.550.358/0001-30

Valor Registrado: R\$ 2.664,00 (dois mil e seiscentos e sessenta e quatro reais).

Objeto: aquisição de bandeiras, ferramentas e acessórios, destinados ao Departamento de Patrimônio Público, através da Secretaria Municipal de Administração.

Origem: Processo nº 146/2016, Pregão Presencial - RP nº 048/2016

Data de Assinatura: 29 de abril de 2016

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 29 de abril de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: LAGB Acessórios e Peças Ltda

CNPJ Nº 02.678.428/0001-13

Valor Registrado: R\$ 27.290,20 (vinte sete mil e duzentos e noventa reais e vinte centavos).

Objeto: aquisição de pneus, destinados a frota de veículos do Corpo de Bombeiros Militar de Mafra.

Origem: Processo nº 123/2016, Pregão Presencial - RP nº 040/2016

Data de Assinatura: 14 de abril de 2016

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 14 de abril de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME

CNPJ Nº 20.525.422/0001-98

Valor Registrado: R\$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais).

Objeto: aquisição de bandeiras, ferramentas e acessórios, destinados ao Departamento de Patrimônio Público, através da Secretaria Municipal de Administração.

Origem: Processo nº 146/2016, Pregão Presencial - RP nº 048/2016

Data de Assinatura: 29 de abril de 2016

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 29 de abril de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA-ME

CNPJ Nº 23.794.633/0001-14

Valor Registrado: R\$ 4.504,00 (quatro mil e quinhentos e quatro reais).

Objeto: aquisição de pneus, destinados a frota de veículos do Corpo de Bombeiros Militar de Mafra.

Origem: Processo nº 123/2016, Pregão Presencial - RP nº 040/2016

Data de Assinatura: 14 de abril de 2016

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 14 de abril de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

Maracajá

PREFEITURA

RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO 08/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá
Fundo Municipal de Saúde

Resultado do Pregão Presencial nº 08/2016 - FMS

O Município de Maracajá através do Fundo Municipal de Saúde, torna público o resultado final do Processo Licitatório nº 08/2016 – FMS - Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, referente a aquisição de materiais odontológicos, matérias hospitalares, equipamento de informática, moveis e outros para atender as necessidades do CEMASAS e Unidade Sanitária de Vila Beatriz no município de Maracajá – SC, conforme Proposta de Aquisição de equipamentos/material permanente nº 10425206000/1140-03 e nº 10425.206000/1140-02 do Ministério da Saúde e especificações constantes do anexo I que integra este edital, que gerou o seguinte resultado: Itens – 01,02,43,49,52 Frustrados: Itens – 07, 13, 27, 30, adjudicado para a empresa ALFRS Industria de Moveis Ltda - EPP, valor Adjudicado R\$ 5.690,00 (cinco mil seiscentos e noventa reais). Itens 35, 36, 37, 39, 44, 46, 51, 53, 54, 59, adjudicado para a empresa Altermed Mat. Medico Hospitalar Ltda, valor Adjudicado R\$ 11.181,21 (onze mil cento e oitenta e um reais e vinte e um centavos); Itens 23,25, adjudicado para a empresa Angelo Demo – ME, valor adjudicado R\$ 283,00 (duzentos e oitenta e três reais); Itens 33, 34, 38, 47, adjudicado para a empresa Cirúrgicas Ceron Equipamentos Hospitalares e Vet. Ltda, valor adjudicado R\$ 2.593,80 (dois mil quinhentos e noventa e três reais e oitenta centavos); Itens: 05, 06, 08, 09, 10, 11, 12, adjudicado para a empresa Equipel Comercio de Moveis para Escritório Eireli, valor adjudicado R\$ 14.453,00 (catorze mil quatrocentos e cinquenta e três reais); Item: 57 adjudicado para a empresa Gilmar Sani – ME, valor adjudicado R\$ 476,00 (quatrocentos e setenta e seis reais); Itens: 15, 16, 17, 29, adjudicado para a empresa Gisiane Matilde Vieira – ME, valor adjudicado R\$ 3.940,00 (três mil novecentos e quarenta reais); Itens: 21, 22, 26, 55, 56, adjudicado para a empresa Gold Computadores Ltda, valor adjudicado R\$ 13.962,50 (treze mil novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), Itens: 40, 41, 42, 48, 50, adjudicado para a empresa Logitex Brasil Comercial Eireli – ME, valor adjudicado R\$ 17.260,75 (dezessete mil duzentos e sessenta reais e setenta e cinco centavos); Item 58 adjudicado para a empresa Metromed Com. De Material M. Hosp. Ltda Epp, valor adjudicado R\$ 827,20 (oitocentos e vinte e sete reais e vinte centavos), Item 18, adjudicado para a empresa MM São José Ltda – ME, valor adjudicado R\$ 1.390,00 (um mil trezentos e noventa reais); Itens 14, 28, 31, 32, 45, adjudicado para a empresa Qualymedic Comercial Ass. Tec. Ltda ME, valor adjudicado R\$ 3.717,00 (três mil setecentos e dezessete reais), Item, 19 adjudicado para a empresa R.S.A Comércio de Equipamentos de Informática Ltda, valor adjudicado R\$ 15.184,00 (quinze mil cento e oitenta e quatro reais), Item 04, adjudicado para a empresa Refrimix Refrigeração em Ar Condicionado Ltda, valor adjudicado R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), Itens, 20, 24, adjudicado para a empresa SVNET Computadores e Celulares Ltda – EPP, valor adjudicado R\$ 3.686,00 (três mil seiscentos e oitenta e seis reais), Item 03 adjudicado para a empresa VMLX Comercio de Equipamentos Eletr. Ltda ME, valor adjudicado R\$ 122.481,46 (centos e vinte e dois mil quatrocentos e oitenta e um reais e quarenta e seis centavos)

Maracajá/SC, 01 de junho de 2016.

Marcio Michel Jumes de Sousa

Pregoeiro

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 513/2016

DECRETO Nº 513, DE 27 DE MAIO DE 2016

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.963, de 17 de maio de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$: 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

06.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

06.01 – Departamento de Urbanismo

15 - Urbanismo

15.451 – Infraestrutura Urbana

15.451.0011 – Serviços Urbanos

15.451.0011.1.007 – PAVIMENTAÇÃO DE VIAS

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 720.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

03.00 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

03.02 – Diretoria Geral de Administração

04 - Administração

04.122 – Administração Geral

04.122.0004 – Administração Geral

04.122.0004.1.016 – REFORMA E PINTURA DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 20.000,00

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 30.000,00

06.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

06.01 – Departamento de Urbanismo

15 - Urbanismo

15.452 – Serviços Urbanos

15.452.0011 – Serviços Urbanos

15.452.0011.1.100 – CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS NO PERÍMETRO URBANO

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 150.000,00

08.00 – SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

08.01 – Departamento da Indústria e Comércio

22 – Indústria

22.661 – Promoção Industrial

22.661.0015 – Apoio a Indústria e ao Comércio

22.661.0015.1.054 – INCENTIVOS A INSTALAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EMPRESAS

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 350.000,00

22.661.0015.1.054 – INSTALAÇÃO DE INCUBADORAS INDUSTRIAIS

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 150.000,00

23 – Comércio e Serviços

23.691 – Promoção Comercial

23.691.0015 – Apoio a Indústria e ao Comércio

23.691.0015.2.052 – REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 20.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 27 de Maio de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 524/2016

DECRETO Nº 524, DE 2 DE JUNHO DE 2016

Demite servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto demitida a pedido a servidora pública ROSANI KAPPAUN ZANINI, matrícula nº 488402, ocupante do cargo de Professor ACT, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de junho de 2016.

ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 525/2016

DECRETO Nº 525, DE 2 DE JUNHO DE 2016

Altera dispositivos do Decreto nº 273, de 18 de fevereiro de 2016 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto alterado o quadro constante do art. 5º do Decreto nº 273, de 18 de fevereiro de 2016, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º [...]

Áreas destinadas ao Poder Público Municipal:

ÁREAS	TOTAIS / m²	TOTAIS %
Área das vias de circulação	9.684,35	23,585275
Área Verde	2.705,36	6,588636
-Lote Urbano nº 5, Quadra nº 6		
Área Institucional	1.984,75	4,833661
-Lote Urbano nº 11, Quadra nº 3 (Equipamento Público)	1.319,64	3,213852
-Lote Urbano nº 12, Quadra nº 3 (Praça)	665,11	1,619809
Totais	14.374,46	35,007572%
Percentual Total da Área Loteada =		
35,007572%		

Art. 2º Fica pelo presente Decreto, revogado o § 1º do art. 7º do Decreto nº 273, de 2016.

Art. 3º As despesas do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de junho de 2016.

ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Massaranduba

PREFEITURA

ATA Nº 28.2016 (PMM) - CONCRETO USINADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2016

Processo Licitatório Nº 62/2016

Pregão Presencial Nº 34/2016

VALIDADE: 01 DE JUNHO DE 2016 A 01 DE JUNHO DE 2017

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, inscrito no CPF sob o nº 399.964.099-53, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes à AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do edital do referido processo licitatório, tendo sido o valor oferecido pela licitante cuja proposta foi classificada no certame:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
PREMIX CONCRETO LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR SHERISLEY CRISTOPHER CRISTOVAO	13.124.678/0001-28

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura desta ata de registro de preços.

ITEM	LICITANTE	PRODUTO	UNID.	MARCA	QTDE	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	PREMIX CONCRETO LTDA	CONCRETO ESTRUTURAL USINADO BOMBE-ADO FCK = 35 MPA (INCLUINDO LANÇAMENTO, APLICAÇÃO E ADENSAMENTO).	M³	PREMIX	50	284,00	14.200,00

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 14.200,00 (QUATORZE MIL E DUZENTOS REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante detentora, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será utilizada pela Prefeitura de Massaranduba (SC).

3.2. O valor ofertado pela licitante signatária desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016.

3.3. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016 e seus Anexos, que integram o presente instrumento de compromisso.

3.4. Fica ressalvada a Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

4.1. O objeto deste procedimento licitatório deverá ser entregue pela licitante nos locais determinados pela Prefeitura de Massaranduba (SC) no prazo MÁXIMO DE 05 (CINCO) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/recebimento da ordem de compra.

4.1.1. As entregas serão parceladas, conforme a necessidade de suprimento, em quantidades estabelecidas pela Prefeitura de Massaranduba (SC).

4.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra.

4.3. A não entrega do objeto solicitado acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata.

4.4. Caso o objeto não atenda as especificações estipuladas neste processo licitatório, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante, comunicando e justificando as razões de recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

4.4.1. Decorrido o prazo estipulado acima sem que tenha sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica, a fim de que se proceda aplicação das penalidades previstas nesta ata e as da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente. Para efetivação do pagamento o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestado pela Administração.

5.1.1. Nenhum pagamento será efetuado à licitante, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.1.2. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.2. As despesas decorrentes desta ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

5.3. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

5.4. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da ata de registro de preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

6.1. A licitante vencedora obriga-se:

6.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

6.1.2. Entregar o objeto da licitação nos locais determinados pela Prefeitura de Massaranduba (SC) em no MÁXIMO DE 05 (CINCO) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão da ordem de compra, deixando-os em perfeitas condições de uso, dentro do prazo estipulado, respeitadas as quantidades e especificações solicitadas.

6.1.2.1. Serão recusados os produtos imprestáveis, defeituosos, ou que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

6.1.2.2. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, sem acarretar ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

6.1.3. Prover o adequado transporte e manuseio do objeto desta licitação, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito.

6.1.4. Pagar todos os tributos fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto, bem como eventual custo de frete na entrega.

6.1.5. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar a Prefeitura de Massaranduba (SC) e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

6.1.6. Aceitar as condições de pagamento previstas neste edital, sendo que o preço contratado será a qualquer título, a única remuneração devida à licitante.

6.1.7. O item deverá ser entregue acondicionado adequadamente, de forma a permitir sua segurança durante o transporte e a nota fiscal deverá ser entregue juntamente ao mesmo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

7.1. A Prefeitura de Massaranduba (SC) obriga-se a:

7.1.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

7.1.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

7.1.3. Aplicar à licitante as sanções regulamentares, quando for o caso.

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto licitado, bem como atestar nas notas fiscais a efetiva entrega.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades

enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração.

8.2. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta e não assinar a ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal:

8.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

8.2.2. Cancelamento do registro na ata.

8.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

8.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

8.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93, a contar da intimação do ato.

8.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

8.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

8.5.1. Advertência.

8.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1º (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

8.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

8.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

8.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

8.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

8.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

8.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

9.2. Pela Administração Municipal, quando:

9.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

9.2.2. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

9.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de registro de preços.

9.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial dos itens da ata de registro de preços.

9.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

9.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.2.7. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

9.3. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

9.4. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integra esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016, e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 01 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
MÁRIO FERNANDO REINKE
CONTRATANTE
PREMIX CONCRETO LTDA
SHERISLEY CRISTOPHER CRISTOVAO
CONTRATADA

CRC 2016 - EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA ADRIMAR LTDA

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

Razão Social:	EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA ADRIMAR LTDA		
CNPJ:	03.574.370/0001.20		
INSCR. EST.:	254.407.951		
Código Fornecedor:	9554.0		
Endereço:	ROD SC 495, 2034		
Município/UF:	ARAQUARI/SC	CEP:	89.245-000
Fone: (47) 3027-4661			

RAMO:

RAMO DE ATIVIDADE	
RAMO	SUB-RAMO
MATERIAL	CONSTRUCAO
SERVICO	CONSTR.CIVIL E ASSEM
	PAVIMENTACAO
	TERRAPLENAGEM
	DRENAGEM

DOCUMENTOS:

CERTIDÃO	Nº DOCUMENTO	DT EXPEDIÇÃO	DT VALIDADE
CERTIDAO NEGATIVA FEDERAL / DI	8727.8965.E8DA.1A9F	26/01/2016	24/07/2016
CERTIDAO NEGATIVA ESTADUAL	160140035047085	02/05/2016	01/07/2016
CERTIDAO NEGATIVA MUNICIPAL	1855/2016	03/05/2016	01/08/2016
CERTIDAO NEGATIVA FGTS	2016051703334650323722	17/05/2016	15/06/2016
FALENCIA E CONCORDATA	3368039	02/06/2016	02/08/2016
CERTIDAO NEGATIVA DE AÇÕES TRA	41884859/2016	28/04/2016	24/10/2016

CERTIFICAMOS que a empresa acima está inscrita no cadastro de fornecedores da PREFEITURA DE MASSARANDUBA, em consequência, habilitada a participar de licitações, nos termos das Leis Nº 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/02, ressalvada outras exigências complementares no respectivo Edital.

DATA DE EMISSAO: 02/06/2016

VALIDADE ATÉ: 31/12/2016

Juliana Poletto da Silva Kreutzfeld
Responsável Cadastros

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72.2016 PP 42.2016 (PMM) - AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES E CAÇAMBAS

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES TRAÇADOS E CAÇAMBAS BASCULANTES DESTINADOS A FROTA DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC). CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 15/06/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 15/06/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br. Massaranduba, 03 de junho de 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE – Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

ERRATA PORTARIA 252-2016

ERRATA

A Portaria nº252/2016 publicado no DOM edição nº 2006 do dia 01/06/2016 onde se lê motorista leia-se Pedreiro.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

EXTRATO ADITIVO Nº 001-2016 AO CONTRATO Nº 053-2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2016 (Prorrogação de prazo)

Contrato nº. 053/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA

Objeto: prestação de serviço de drenagem pluvial e construção de calçada e ciclovia na Rodovia SC 108, Bairro Zanette - Meleiro, com fornecimento de material e mão de obra, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto básico anexos ao processo. Vigência Início: 13/05/2016 Término: 08/11/2016

Data da assinatura: 09 de maio de 2016.

EXTRATO ADITIVO Nº 004-2016 AO CONTRATO Nº 082-2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 004/2016 (Prorrogação de prazo)

Contrato nº. 082/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviço de pavimentação em lajota sextavada e drenagem pluvial em Ruas do município, com fornecimento de material e mão de obra, conforme projeto básico e planilhas orçamentárias em anexo.

Vigência Início: 16/05/2016 Término: 11/11/2016

Data da assinatura: 09 de maio de 2016.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MELEIRO
SERV. AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO – SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2016

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO - SAMAE torna público para conhecimento dos interessados que no dia 17/06/2016 às 08:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2016, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (TUBOS) DESTINADOS A OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE MELEIRO. A integra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-3537-8400. A integra do edital também estará disponível no site do município www.meleiro.sc.gov.br.

Meleiro/SC, 02 de junho de 2016.

RICARDO ALEXANDRE

Diretor do SAMAE

PORTARIA Nº255-2016

PORTARIA n.º 255/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º O Senhor RICARDO CUSTODIO MACHADO, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária total de 10 (dez) horas semanais, na Escola de Educação Básica Inês Tonelli Nápole, em substituição à servidora Lucilena Zavariz, em virtude de Licença Saúde, até o retorno da mesma.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Junho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 657/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE MODELO

Aviso de Licitação

Processo Nº: 657/2016

Modalidade: Pregão Nº 34/2016

Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA AMPLIAÇÃO DA SEDE DOS MOTORISTAS, LOCALIZADO NO PARQUE DA FEPAR, NO MUNICÍPIO DE MODELO - SC.

Entrega dos Envelopes: 14:00 horas do dia 15 de junho de 2016

Abertura dos Envelopes: 14:10 horas do dia 15 de junho de 2016.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:00, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br

Modelo/SC, 02 de junho de 2016.

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito Municipal

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

TERMO DE POSSE 028/2016

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO 0166/2016

Cargo em Comissão: Chefe de Departamento

Ao um dia do mês de junho de dois mil e dezesseis, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC, compareceu o Senhor RUDINEI FERNANDO BACH, portador do CPF nº 009.493.719-20, RG nº 4.910.084-0, a fim de tomar posse no cargo de Chefe de Departamento, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 0166/2016, com lotação na Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Agricultura de Modelo - SC.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional autorizado pelo município onde foi julgado apto física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi-lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

"Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos".

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo - SC, ao 01 de junho de 2016.

RUDINEI FERNANDO BACH
Servidor

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0166/2016

DECRETO Nº 0166/2016 DE 01 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO SERVIDOR RUDINEI FERNANDO BACH PARA DESEMPENHO DE CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.253/2016, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado a partir desta data, o servidor municipal RUDINEI FERNANDO BACH, portador do CPF nº 009.493.719-20, RG nº 4.910.084-0, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, para desempenhar o cargo comissionado de CHEFE DE DEPARTAMENTO, na coordenação do Departamento de Obras, Departamento de Estradas e Rodagens e Departamento de Agricultura, com dedicação integral, percebendo os vencimentos previstos na tabela de isonomia salarial, categoria CC - 08, conforme estabelecido em Lei.

Parágrafo Único - O servidor faz a opção pela remuneração do cargo comissionado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, ao 01 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº. 041/2016/FMS

EXTRATO CONTRATO Nº 041/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

CONTRATADA: JÉSSICA SCHNEIDER

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação, para o exercício de 2016 e/ou subsequentes, de Pessoas Jurídicas ou físicas para prestação de serviços profissionais na área de psicologia, para atendimento do Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF e na Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações contidas no gráfico que integra a Cláusula Quarta.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 004/2016

VALOR: R\$ 10.465,00 (dez mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir da sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 1º de junho de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº. 042/2016/FMS

EXTRATO CONTRATO Nº 042/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

CONTRATADA: CLEITON LAUSCHNER

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação, para o exercício de 2016 e/ou subsequentes, de Pessoas Jurídicas ou físicas para prestação de serviços profissionais na área de psicologia, para atendimento do Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF e na Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações contidas no gráfico que integra a Cláusula Quarta.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 004/2016

VALOR: R\$ 10.430,00 (dez mil, quatrocentos e trinta reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir da sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 1º de junho de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

TERMO DE REABERTURA EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 022/2016

Município de Morro da Fumaça FMS. TERMO DE REABERTURA Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 022/2016. Objeto: Serviço de Monitoramento de Backup em ambiente interno e externo, backup de dados e infraestrutura, replicação de Servidores Virtuais na área da saúde. Manutenção em sistema operacional e aplicativos no servidor, rf, vpns, de acordo com os quantitativos estimados e especificações constantes no Anexo I, conforme anexo. Data: 15/06/2016 às 11:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

ATA PREGÃO PRESENCIAL 06/2016 FUNREBOM - REGULARIZAÇÃO DOCUMENTAÇÃO

PARECER DA COMISSÃO JULGADORA PREGÃO PRESENCIAL 6/2016 - FUNREBOM

RESUMO DA ATA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
AO(S) 20 DE MAIO DE 2016, A EMPRESA PRESIDIESEL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME (14515), DEVIDAMENTE CREDENCIADA E ENQUADRADA COMO ME/EPP, CONFORME PREVISTO EM LEI, APRESENTOU A CERTIDÃO FEDERAL REGULARIZADA, A QUAL QUE SE ENCONTRAVA COM UMA LIMINAR APRESENTADA NA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NO DIA DA LICITAÇÃO, FICANDO, ASSIM, SANADA A REGULARIDADE DOCUMENTAL, DENTRO DO PRAZO.

Pregoeira: Carla Claudino

Membros: Josezite dos Santos

Tatiana Alencar Carlini

Miroslava Marin

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 14/2015 FMC -- REPUBLICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015 FMC -- REPUBLICADO

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 15/06/2016 até às 8h50. Abertura envelopes: 15/06/2016 às 9h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 03 de junho de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA - Prefeito.

CONTRATO 84/2016

CONTRATO Nº 084/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: CADIN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

OBJETO: O OBJETO DO CONTRATO É A LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE SERÁ UTILIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, A QUAL SERVIRÁ PARA SEDIAR O CENTRO ESPECIALIZADO EM SAÚDE E A FARMÁCIA MUNICIPAL.

VALOR: R\$ 46.400,00

VIGÊNCIA: 01/05/2016 à 31/12/2016

Roberto Carlos de Souza - Prefeito

DECRETO Nº 72/2016 REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DO CENSO CADASTRAL PREVIDENCIÁRIO-RPPS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

DECRETO Nº 72 DE 1º DE JUNHO DE 2016

REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DO CENSO CADASTRAL PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS TITULARES DE CARGO EFETIVO ATIVOS, APOSENTADOS, PENSIONISTAS E DEPENDENTES DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal em seu art. 60, item III e , em cumprimento às determinações legais contidas nos artigos 3º e 9º, inciso II, da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004

DECRETA:

Art.1º Fica instituído o CENSO CADASTRAL PREVIDENCIÁRIO dos segurados do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, do Município de Navegantes, que tem por finalidade a criação, atualização e consolidação das informações cadastrais dos segurados do NAVEGANTESPREV e dos servidores públicos do Município de Navegantes.

Parágrafo único. O Censo Cadastral Previdenciário é de caráter pessoal e obrigatório para todos os servidores públicos titulares de cargo de provimento efetivo, ativos, aposentados, pensionistas e demais segurados do Executivo e Legislativo, inclusive suas Autarquias e Fundações Públicas.

Art.2º A Unidade Gestora do RPPS do Município de Navegantes, NAVEGANTESPREV, será a responsável pela organização, implementação, gerenciamento e fiscalização do Censo Cadastral Previdenciário, por intermédio da empresa vencedora do processo de licitação.

Art.3º Os recursos financeiros para o custeio da realização do Censo Cadastral Previdenciário, no que couber, serão à conta das dotações orçamentárias do Município de Navegantes, quanto aos segurados ativos, e do NAVEGANTESPREV quanto aos segurados inativos.

Art.4º O Censo Cadastral Previdenciário realizar-se-á durante o período de 01/06/2016 a 01/09/2016.

Parágrafo único. A escala e os locais para a entrega dos documentos para a realização do censo cadastral previdenciário serão publicados em ato proferido pelo Gestor do RPPS - Navegantes.

Art.5º O Censo Cadastral Previdenciário será precedido de divulgação em todos os meios de comunicação possíveis e utilizados pelo Município, inclusive com a colaboração de todos os órgãos e entidades municipais, no âmbito de suas competências.

Art.6º Na execução do Censo Cadastral Previdenciário compete à empresa contratada efetuar a complementação, alteração e a validação dos dados cadastrais dos servidores públicos titulares de cargos efetivos, ativos, aposentados, pensionistas e demais segurados do Município de Navegantes em base de dados compatível com o sistema SISPREV e BETHA, ou outro sistema que vier a ser informado.

§1º Os servidores públicos titulares de cargo de provimento efetivo, ativos, aposentados, pensionistas e demais segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Navegantes deverão exibir documentação relativa aos seus dependentes, quando houver, durante a execução do Censo Cadastral Previdenciário.

§2º Para os fins deste Decreto, entende-se por dependente, comprovada a dependência econômica quando necessário:

I. O cônjuge, companheira, companheiro e o filho não emancipado, menor de 21 anos ou inválido de qualquer idade;

II. os pais; e

III. o irmão não emancipado, menor de 21 anos ou inválido de qualquer idade.

§3º O cadastramento do dependente indicado pelo servidor não presume a condição de dependência e não dispensa sua avaliação no momento do requerimento do benefício, nos termos da legislação vigente.

Art.7º O Censo será realizado em duas etapas, sendo a primeira online realizada através do endereço eletrônico www.navegantes-prev.sc.gov.br/recadastramento, e a segunda etapa será para comprovação das informações prestadas na primeira, em algum dos pontos pré-definidos conforme art. 4º.

Art.8º A Unidade Gestora do RPPS do Município de Navegantes, NAVEGANTESPREV, responsável pela organização, e a Empresa contratada, elaborarão plano de execução dos serviços com a definição dos locais e horários de realização do Censo.

Art.9º Levando em conta o caráter obrigatório e pessoal do Censo Previdenciário, o servidor titular de cargo efetivo, ativo, aposentado, pensionista e demais segurados devem comparecer pessoalmente no local e horário previamente definidos nos termos do art. 4º, munido da documentação necessária solicitada após a realização da primeira etapa.

§1º O servidor ativo, aposentado, pensionista e demais segurados a ser recenseado que não comparecer para realização do Censo Previdenciário, nos horários e locais previamente estipulados serão notificados pela Unidade Gestora do RPPS do Município de Navegantes, NAVEGANTESPREV, por meio de correspondência e, não sendo localizados, serão notificados por edital, para realizar o recenseamento no prazo de 30 (trinta) dias corridos, sob pena de:

I- instauração de processo administrativo disciplinar, nos casos dos agentes públicos que não atenderam à convocação para o Censo, nos termos do art. 117, VII do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Navegantes (Lei Complementar nº 07/2003).

II - o bloqueio preventivo do pagamento dos proventos de aposentadoria e pensões até o interessado atualize seus dados cadastrais.

§2º O restabelecimento do pagamento dar-se-á na folha de pagamento imediatamente posterior a do mês em que houve o recenseamento, assim como deverá ser incluso nesta folha o pagamento da diferença bloqueada.

§3º Após seis meses de bloqueio, será cancelado o pagamento da remuneração ou dos proventos da aposentadoria ou pensão, por não realização do Censo Cadastral Previdenciário, observando o direito da ampla defesa e do contraditório.

§4º O servidor ativo, aposentado, pensionista e demais segurados que se encontrar incapacitado para o trabalho e/ou com dificuldades de locomover-se em virtude de problemas de saúde, desde que residentes e domiciliados no Município de Navegantes/SC poderão ser representados por procurador devidamente constituído junto ao atendimento especializado para agendamento de visita in loco da equipe da Contratada, informando o endereço completo com ponto de referência.

§5º Nos casos descritos no parágrafo anterior, o servidor ativo, aposentado, pensionista e demais segurados a ser recenseado, não sendo localizado, será notificado por meio de correspondência, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para a realização do censo. Após este prazo, a ausência não justificada acarretará o bloqueio do pagamento.

Art.10 O servidor público titular de cargo efetivo, ativo, aposentado, pensionista e demais segurados que se encontrarem no exterior deverão encaminhar à Unidade Gestora do RPPS do Município de Navegantes - NAVEGANTESPREV, declaração de vida emitida por consulado ou embaixada brasileira no país em que se encontrar.

Art.11 O Censo Cadastral Previdenciário será desenvolvido sob as seguintes diretrizes:

I - Integração de sistemas e base de dados;

II - Inclusão dos dados cadastrais no SISPREV de forma progressiva;

III - realização permanente de censo previdenciário com a utilização do aplicativo SISPREV;

IV - validação dos dados no SISPREV e transmissão para o CNIS/

RPPS e para o Município de Navegantes na plataforma que esse designar;

V - tratamento das informações retornadas em forma de relatórios gerenciais via INFORME/CNIS/RPPS;

VI - melhoria da qualidade dos dados dos segurados do RPPS do Município de Navegantes objetivando a efetivação de avaliação atuarial consistente e a garantia na agilidade da concessão de aposentadoria e pensão;

VII - ampliação do movimento da qualidade e produtividade no setor público.

Art.12 O público alvo a ser recenseado é responsável pela veracidade das informações prestadas, ficando sujeito às sanções administrativas e penais por qualquer informação incorreta.

Art.13 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito de Navegantes

JAN ULLRICH

Diretor Presidente do NAVEGANTESPREV

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE JUNHO DE 2016.

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL 24/2016 SESAN MICHELLE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

ERRATA - ANÁLISE DAS AMOSTRAS - Pregão nº 24/2016 - SESAN A Secretaria Municipal de Saneamento Básico de Navegantes no uso de suas atribuições legais informa que a empresa Michelle G. da Silva dos Santos – Comercial Hidráulica Ltda até o presente momento cumpriu todas as determinações editalícias inclusive no que tange a apresentação das amostras em tempo hábil.

Salientando que o descritivo técnico deve ser plenamente atendido pelas amostras conforme previsto no item 4.2 do edital:

"A não apresentação e/ou divergência das especificações implicará na desclassificação. A(s) amostra(s) apresentada(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) do certame ficarão sob controle do Município/ Sesan para conferência em futuras entregas."

Momento em que a equipe designada para proceder com a análise dos itens apresentados com fundamento nos termos presentes do edital e seus anexos passa a relacionar os itens cujo melhor preço foi proposto pela empresa em análise.

Item	Descritivo
1	Tubo PEAD Ramal 20mm x 3,4mm PN 25 rolo de 100 metros

Após a conferência das amostras apresentadas verificamos que não foi observada nenhuma divergência entre o material cotado e o descritivo técnico presente no termo de referência, devendo a equipe técnica de análise declarar a compatibilidade entre os mesmos e consequentemente a aprovação das amostras excedentes.

Navegantes, 22 de maio de 2016.

Flavio Pretti - Técnico Hidráulico

Célio Roberto Francisco - Secretário Adjunto

Wilson Parisoto - Secreário Municipal de Saneamento Básico

LEI 3106/2016 DISPÕE SOBRE A RETIRADA DE VEÍCULOS ABANDONADOS NAS VIAS PÚBLICAS

LEI Nº 3106 DE 1º DE JUNHO DE 2016

"DISPÕE SOBRE A RETIRADA DE VEÍCULOS ABANDONADOS NAS VIAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES".

Prefeito de Navegantes. Faço saber que a Câmara Municipal votou e aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Disciplina o uso de vias públicas por veículos de propulsão humana, animal, motorizado ou não e em condições de visível estado de abandono, apresentando as características elencadas nesta Lei, razão pela qual serão considerados abandonados e, portanto removidos os que forem encontrados nas seguintes condições:

I – veículos motorizados ou não, estacionados em via pública sem pacas de identificação;

II – veículos motorizados ou não, apresentando uma ou mais das seguintes situações:

a) Sem identificação do nº de chassi;

b) Sem identificação do nº do motor;

c) Com registro de comunicação de venda no sistema informatizado do DETRANET, BIN (Base de Identificação Nacional), DETRAN, com identificação do comprador ou não.

III – veículos motorizados ou não, que apresentem débitos fiscais registrados no sistema DETRANET ou BIN (Base de Identificação Nacional), impostos, multas, taxas, entre outros;

IV – veículos motorizados ou não, caracterizando o visível estado de abandono, com aparência externas e/ou internas identificadas a olho nu pelo mal estado de conservação;

V – veículos de propulsão humana ou animal encontrado em qualquer uma das condições do inciso IV deste artigo.

Art. 2º Os veículos encontrados em vias públicas, identificados pelo mal estado de conservação e abandono, serão removidos ao pátio do concessionário do município e levado a hasta pública, decorridos noventa (90) dias após o seu recolhimento, e não ser procurado pelo seu proprietário ou por seu representante legal.

§ 1º Fica dispensada a notificação dos proprietários ou possuidores nos casos enquadrados no inciso III do artigo 1.275 da Lei Federal nº 10.406/02.

§ 2º São agentes da autoridade de trânsito competentes para lavrar o auto de identificação de características de abandono e remoção da via pública:

I – Agentes de Trânsito;

II – Policiais Militares.

§ 3º Removido ao pátio concessionário do município o veículo abandonado só poderá ser retirado mediante o cumprimento das seguintes obrigações:

I – em até 60 (sessenta) dias da data da apreensão, por quem se apresente como proprietário ou possuidor ou representante legal do veículo, devidamente identificado pelos meios em direito admitido ou por procurador devidamente habilitado através de procuração pública, trazendo provas de que o objeto abandonado é de sua propriedade;

II – mediante o pagamento do transporte do veículo do local da apreensão até o pátio concessionário e o pagamento das despesas de guarda;

III – em caso do objeto abandonado ser um veículo automotor, além dos pagamentos contidos no inciso II acima, será exigido o pagamento das multas caso tiver registro, seguro obrigatório e demais taxas devidas.

a) Em caso de veículo automotor com registro de venda comunicada, somente será transferida a propriedade.

b) Em caso de impossibilidade de recuperação, o veículo somente será liberado após a respectiva baixa junto ao órgão de trânsito competente.

IV – O veículo apreendido somente será retirado do pátio sobre guinchos plataforma ou sobre carroceria, vedado uso de cordas, correntes ou cambão.

Art. 3º Fica o poder Executivo autorizado a nomear comissão de

leilão de veículos apreendidos.

Art. 4º Os recursos obtidos com o leilão desses objetos/veículos serão depositados na conta do Fundo Municipal de Trânsito para Investimentos em manutenção de sinalização de trânsito, campanhas de educação para o trânsito e outras despesas elencadas nos art. 320 da Lei Federal nº 9.503/97.

Art. 5º O poder Executivo regulamentará as disposições necessárias para a efetiva aplicação da presente Lei.

Art. 6º A administração Pública deverá dar ampla divulgação da presente Lei nos meios de comunicação do município, sessenta (60) dias antes da sua vigência.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 01 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 98/2016 EMPRESA PARTICIPATIVA TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO LTDA.

Procedimento Administrativo nº 98/2016

Empresa PARTICIPATIVA TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO LTDA.

1. Do Relatório

A empresa PARTICIPATIVA TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO LTDA.

- inscrita no CNPJ 09.234.872/0001-99 uma das vencedoras do Pregão nº 142/2013, e pregão 161/2015 é o que restou prejudicado, conforme a Denúncia encaminhada a esta Secretaria no dia 28/04/2016 através do despacho do Gabinete Prefeito, sobre Ofício 0073/2016/03PJNAV da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Navegantes (MINISTERIO PUBLICO) assinada pelo Promotor de Justiça, Sr. Dr. MARCIO RIO BRANCO NABUCO DE GOUVEA, sobre Notícia de Fato nº 01.2016.00006294-8, alegando fraude na aquisição das lousas digitais, nos Pregoes.

Mediante ao Noticiado a esta Administração, decidiu abrir o processo administrativo, para apurar os fatos, enviando no dia 09 de maio uma Notificação de nº 98/2016, solicitando esclarecimentos quantos aos fatos alegados na exordial, ficando assim, garantido o direito a ampla defesa e o contraditório, conforme prevê o artigo 5º, inc. LV da Constituição Federal, sob pena de arcar com todas as possíveis penalidades contratuais e editalícias.

A referida Notificação de nº 98/2016, foi recebida e entregue em mãos do Sr. Marcelo Amado, proprietário da empresa Participativa, foi instaurado, por este departamento de processos administrativos, o processo de nº 98/2016 no dia 09/05/2016, juntada todos os ofícios, CI, notificações, edital.

No dia 25/05/2016, as 16:30 hrs da tarde chegou ao departamento de Assessoria da Administração a defesa da Empresa Participativa, resposta a notificação nº 98/2016.

No que cabe a esta Administração, quanto a análise da petição.

É a seguinte:

2. Da Decisão

Diante dos fatos e fundamentos ora aduzidos, e trazidos a este encarregado para deliberação, decide esta Administração que:

2.1 É DEFERIDA PARCIALMENTE, a defesa interposta pela empresa Participativa, quanto às explicações entendemos toda situação que

a empresa se encontra frente seu sócio, contudo não aceitamos a retirada dos equipamentos para testes e sim a substituição imediata.

2.2 Realmente a Prefeitura Municipal adquiriu 164 equipamentos, segundo levantamento do Sr. Ricardo Jose Felisbino, Diretor do Departamento de TI, Ficou apurado que a empresa Participativa, descumpriu cláusulas contratuais e editalícias, visto que nem todos os equipamentos atendem as especificações técnicas, segundo o levantamento do TI, nos 155 equipamentos vistoriados, 22 estão totalmente em acordo com o edital, já o restante, encontram com divergências em itens específicos do equipamento, ou seja 127 nettops com divergência, 42 projetores com divergência, sendo que 1 netoop e 1 projetor estavam em manutenção não podendo ser verificado no momento do levantamento se atendia ou não as especificações, 2 equipamentos não foram analisados pois houve vandalismo na escola Vilna no bairro São Domingos 2, o equipamento teve perca total em meio ao incêndio da época e ainda existe 7 lousas em estoque para serem instaladas na nova escola que está sendo construída no loteamento Jardim das Orquídeas.

2.3 A Notificação nº 98/2016, foi respondida, nesta oportunidade foi deferida parcialmente, quanto ao pedido que a empresa faz sobre fazer testes nos computadores, esta Administração exige a substituição dos itens apurados e levantados como irregulares pelo departamento de Tecnologia da Informação, feita pelo Diretor Sr. Ricardo.

2.4 Com fundamento no alegado pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Ministério Público, tendo vista a efetiva comprovação nos autos da responsabilidade deste ente público em garantir a supremacia do interesse público, em não causar danos ao erário, quanto as aulas que as crianças do município iriam perder com a retirada das lousas para testes, é o que segue:

2.5 Isto Posto, DETERMINAMOS UM PRAZO DE 45 DIAS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS QUE ENCONTRAM-SE EM DIVERGENCIA, conforme levantamento técnico do TI, será enviado a empresa participativa a decisão e o levantamento para as devidas adequações com medida de urgência, diante de todos os fatos e fundamentos expostos, julga-se procedente esta Decisão Administrativa do PA nº 98/2016.

NADIA BRAZ BINS
Prefeito de Navegantes

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Secretária de Administração e Logística

Carla Claudino
Pregoeira

Franciele Justino Jozesite dos Santos
Pregoeira Substituta Equipe de Apoio

Miroslava Marin Tatiana de Alencar Carlini
Equipe de Apoio Equipe de Apoio

Anna Claudia Gaya Costa
Encarregada Processo Administrativo
Navegantes, 31 de Maio de 2016.

RESULTADO AMOSTRAS PREGÃO 24 2016 SESAN CE MACEDO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

ANÁLISE DAS AMOSTRAS - Pregão nº 24/2016 - SESAN

A Secretaria Municipal de Saneamento Básico de Navegantes no uso de suas atribuições legais informa que a empresa CE Macedo e CIA LTDA apesar de ter ofertado o melhor preço para o item 63 Adaptador PEAD 90mm não apresentou a amostra em tempo hábil. Portanto a proponente esta desclassificada devendo a comissão de licitação convocar o segundo colocado para apresentação da amostra do referido item conforme previsto no item 4.2 do edital: "A não apresentação e/ou divergência das especificações implicará na desclassificação. A(s) amostra(s) apresentada(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) do certame ficarão sob controle do Município/ Sesan para conferência em futuras entregas."

Devendo ainda a proponente responder pelo presente ato nos termos do Art. 7º da lei 10520/02, caracterizando má fé, fraude ou mesmo intenção de prejudicar o ente público:

"Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais." (Art. 7º, lei 10520/02) Navegantes, 01 de junho de 2016.

Flavio Pretti - Técnico Hidráulico

Célio Roberto Francisco - Secretário Adjunto

Wilson Parisoto - Secretário Municipal de Saneamento Básico

RESULTADO AMOSTRAS PREGÃO 24 2016 SESAN MICHELLE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

ANÁLISE DAS AMOSTRAS - Pregão nº 24/2016

A Secretaria Municipal de Saneamento Básico de Navegantes no uso de suas atribuições legais informa que a empresa Michelle G. da Silva dos Santos – Comercial Hidráulica Ltda até o presente momento cumpriu todas as determinações editalícias inclusive no que tange a apresentação das amostras em tempo hábil.

Salientando que o descritivo técnico deve ser plenamente atendido pelas amostras conforme previsto no item 4.2 do edital:

"A não apresentação e/ou divergência das especificações implicará na desclassificação. A(s) amostra(s) apresentada(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) do certame ficarão sob controle do Município/ Sesan para conferência em futuras entregas."

Momento em que a equipe designada para proceder com a análise dos itens apresentados com fundamento nos termos presentes do edital e seus anexos passa a relacionar os itens cujo melhor preço foi proposto pela empresa em análise.

Item	Descritivo
63	Adaptador PEAD 90mm

Após a conferência das amostras apresentadas verificamos que não foi observada nenhuma divergência entre o material cotado e o descritivo técnico presente no termo de referência, devendo a equipe técnica de análise declarar a compatibilidade entre os

mesmos e consequentemente a aprovação das amostras excedentes.

Navegantes, 01 de junho de 2016.

Flavio Pretti - Técnico Hidráulico

Célio Roberto Francisco - Secretário Adjunto

Wilson Parisoto - Secreário Municipal de Saneamento Básico

--	--

Nova Trento

PREFEITURA

CONTRATO Nº 073/2016

CONTRATO Nº 073, de 30 de maio de 2016

Contrato que entre si fazem a Prefeitura Municipal de Nova Trento e o Senhor JOSÉ ANTONIO WOICIKOSKI, para a locação de imóvel rural para a extração de macadame, na localidade de Trombudo, município de Nova Trento.

Contrato que entre si fazem o Município de Nova Trento - Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça Del Comune, 126, na cidade de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ Nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, residente, no município de Nova Trento/SC, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3.573.471/SSP/SC, doravante denominado simplesmente LOCATÁRIO e de outro lado o Senhor JOSÉ ANTONIO WOICIKOSKI, brasileiro, casado, lavrador, residente e domiciliado na localidade de Ribeirão Bonito, Município de Nova Trento, portador do C.P.F. Nº 342.340.559-72, CI nº 5.637.792, doravante denominado LOCADOR, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O objeto do presente contrato é a extração de MACADAME, numa área rural de sua propriedade, na localidade de Trombudo, Município de Nova Trento, e será utilizado na recuperação e macadamização geral das estradas vicinais do município.

CLAUSULA SEGUNDA – Do Valor e Pagamento

O valor certo e ajustado do presente contrato é de R\$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais) por ano, independente da quantidade de material extraído e será efetuado pagamento em uma única parcela, conforme acordo entre as partes.

Parágrafo Único – Este valor deverá ser depositado na C/C nº 4.895.195-1, Banco do Brasil S.A. Agência 2356-6 – Nova Trento/SC.

CLAUSULA TERCEIRA – Das Obrigações do Locador

a) O Locador deverá permitir ao Locatário a extração de macadame conforme está descrito na cláusula primeira deste contrato, no decorrer deste ano, com efeito retroativo a partir de 02 de janeiro de 2016.

b) Caso venha a ocorrer a venda do referido imóvel onde o LOCATÁRIO tem o direito de efetuar a retirada do material (macadame), antes do prazo acima mencionado, fica assegurado ao LOCATÁRIO, todos os direitos estabelecidos neste contrato.

c) É de responsabilidade do LOCADOR, responder por qualquer ação junto aos órgãos estaduais e/ou federais responsáveis pelo Meio Ambiente (IBAMA – FATMA), proveniente do objeto deste contrato.

CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO Contr.º 073/2016

a. Pagar ao Locador a importância descrita na cláusula segunda deste contrato e respeitar os limites definidos para exploração da área, previamente determinado.

b. É de responsabilidade da Prefeitura Municipal, através das Secretarias Municipais de Transportes e Obras e da Agricultura e Meio Ambiente, fiscalizar e controlar a quantidade de material retirado e depositado, num local devidamente indicado, para ser usado quando necessário.

CLAUSULA QUINTA – DA FINALIDADE

A Prefeitura Municipal de Nova Trento, utilizará este material (macadame), para manutenção e conservação das estradas vicinais e

outros serviços de interesse da municipalidade.

CLÁUSULA SEXTA – Das Despesas e Fontes de Recursos

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação própria dentro do orçamento fiscal vigente da Prefeitura Municipal de Nova Trento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente instrumento é celebrado pelo prazo de 01 (um) ano, a partir de 02 de janeiro à 31 de dezembro de 2016, podendo qualquer das partes dá-lo por rescindido, desde que comunique a outra parte por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA – Do Foro

As partes elegem o Foro da Comarca de São João Batista, para dirimir qualquer questão contratual, com renúncia expressa a qualquer outro que vier julgar com direito.

Assim acordados e ajustados, LOCATÁRIO E LOCADOR, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 30 de maio de 2016.

Gian Francesco Voltolini José Antonio Woicikoski

Prefeito Municipal Locatário Locador

Registrado o presente Contrato nesta Prefeitura e publicado no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios.

Adérico Edílio Dalri

Resp. p/ Secretário M. Administração e Finanças

Testemunhas:

1. _____

2. _____

PROCESSO 057/2016 - CARTA CONVITE 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 057/2016 – Carta Convite nº 001/2016

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa, sob o regime de empreitada global, para executar a demolição de duas edificações existentes em terreno localizado na Rua Luiz Busnardo s/nº (ao lado do nº 665), Bairro Cascata, município de Nova Trento/SC, de acordo com decisão judicial, proferida nos Autos nº 0001646-98.2009.8.24.0062, assim como a destinação final de todo o entulho oriundo da demolição das edificações localizadas no imóvel, devidamente autorizada pelos órgãos ambientais, de acordo com as especificações constantes do anexo I deste convite.

Julgamento: Menor Preço Global. Entrega dos envelopes: 15/06/2016 até as 14:30 horas. Abertura: 15/06/2016 as 14:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Rua Santo Inácio, 126, Praça del Comune, Centro, Fone: (48)3267.3213 e (48)3267.3211 – site: www.novatreto.sc.gov.br; compras@novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

**PROCESSO 058/2016 - PREGÃO PRESENCIAL
042/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 058/2016 – Pregão Presencial nº 042/2016
– SRP 026

Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresa especializada para execução de serviços de Desinsetização, Desratização, Descupinização, Limpeza de Reservatório ou Caixa D'Água, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I, que integra o presente edital.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 16/06/2016 até as 09:30 horas. Abertura: 16/06/2016 as 09:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: www.novatrento.sc.gov.br; compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO APOSTILAMENTO AO CA Nº 059/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO TERMO DE APOSTILAMENTO

Termo de Apostilamento Nº : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 059/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: ALCIDES DE OLIVEIRA PEDREIRAS - ME

Valor do Apostilamento: R\$ 30.505,81 (Trinta mil quinhentos e cinco reais e oitenta um centavos).

Vigência : Início: 02/06/2016 Término: 20/08/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2014

Recursos : Dotação: 1.004.4.4.90.00.00.00.00 (67)

Objeto : Registrar o Reajuste contratual previsto nos termos da Cláusula Quinta, item 5.14, com fundamento no artigo 40, inciso XI da Lei 8.666/93 e no parágrafo 8º, do artigo 65, da Lei 8.666/93 o valor do contrato, previsto na Cláusula Quarta passa a ser acrescido, a partir de 02/06/2016, de R\$ 30.505,81 (Trinta mil quinhentos e cinco reais e oitenta um centavos) que corresponde a 75% do valor solicitado pela empresa, utilizando-se como parâmetro o IGP-M/FG do período de 09/07/2014 a 01/06/2016.

Fundamento Legal: Na Cláusula Quinta, item 5.14, com fundamento no artigo 40, inciso XI da Lei 8.666/93 e no parágrafo 8º, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

Novo Horizonte, 02 de Junho de 2016 – Eli Mariott – Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

PP 08/2016 - SAMAE

SAMAE DE ORLEANS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.08/2016

O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans-SC, torna publico que encontra-se aberto o Pregão Presencial n.08/2016 cujo objeto é aquisição de material de construção. Entrega de documentação e propostas até as 14:00 horas do dia 15 de junho de 2016. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações do SAMAE na Rua Edgard Cunha, 322, Bairro Conde D'eu, Orleans, pelo Telefone (48) 34660233 , por e-mail: licitacao@samaeorleans.sc.gov.br e no site www.samaeorleans.sc.gov.br

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

SAMAE ORLEANS

PROCESSO 68/2016

PROCESSO Nº 68/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA USO DAS ESCOLAS DE ENSINO BASICO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL.

Recebimento dos Envelopes: até o dia 17/06/2016 às 13h: 30 min.

Abertura das Propostas: dia 17/06/2016, às 14h00min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 02 Junho de 2016.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

Ouro

PREFEITURA

CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO N.0018/2016

Processo Licitatório n 0018/2016,

Inexigibilidade de Licitação n. 0002/2016

CONTRATO N. 052/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: KIDAUANA LEORATO ANTUNES EIRELI - ME

Objeto: Contratação de empresas para prestação de serviços de fisioterapia neurológica, domiciliar e clinica.

Vigência: 24/05/2016 até 31/12/2016.

Valor total: R\$ 6.598,80 (seis mil quinhentos e noventa e oito reais e oitenta centavos)

Data de assinatura: 24/05/2016

Ouro Verde

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 0002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 0002/2016

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO Objeto: Contratação de empresa para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para construção da Área Esportiva no Loteamento Cohab, Quadra de areia e academia ao ar livre, localizada na Rua B esquina com Rua F, Quadra 25 área de construção de 287,50 m², conforme Edital e anexos. Entrega dos Envelopes: Até as 09h00min do dia 20 de junho 2016. Cred.sessão de lances e Hab. Às 09h05min do dia 20 de junho de 2016. Obt. do Edital: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde, na Rua João Maria Conrado, nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3447-0007. Ouro Verde (SC), 02 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig Prefeita Municipal.

Paial

PREFEITURA

ATA TOMADA DE PREÇO 02/2016

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC

TOMADA DE PREÇOS N° 002/2016 - PMP

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para a execução de obra de Cancha de Bocha de Piso, conforme projeto básico constante no Anexo "E" deste Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA FASE DE PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de proposta de preços da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: foi julgada vencedora a licitante LEANDRO PAGLIARI ME do objeto da licitação em epígrafe, com o preço total de R\$ 32.776,29 (trinta e dois mil setecentos e setenta e seis reais e vinte e nove centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas franqueada ao respectivo processo licitatório, caso se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Paial, SC, 02 de junho de 2016.

ANTONIO SOSTER

Presidente da C.P.L.

Palhoça

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 046/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESUMO DE JULGAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº046/2016

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento dos Documentos de Habilitação apresentados para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº046/2016, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, que consiste na concessão de uso onerosa para exploração comercial, única e exclusivamente de Serviços referentes à impressão, reprodução, encadernação e afins, no espaço reservado da Faculdade Municipal, localizada na Rua João Pereira dos Santos, 305, Ponte do Imaruim – Palhoça/SC.

RESULTADO:

Não houve nenhum proponente para o certame. Diante disto, esta Comissão decide ARQUIVAR o presente processo por ter sido considerado DESERTO

Palhoça, 02 de Junho de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito

CONTRATO Nº 005-16

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
CORPO DE BOMBEIROS DE PALHOÇA
CONTRATO Nº121/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de cozinha e também para serviços gerais, com fito de prestar os serviços de confecção da alimentação, almoço, janta, café e limpeza das salas, espaços, e móveis do Batalhão de Bombeiro Militar de Palhoça/SC. Os materiais de higiene e limpeza, bem como a alimentação, serão de responsabilidade da contratante. VALOR: R\$ 445.926,00 (novecentos e quarenta e cinco mil novecentos e vinte e seis reais) no período de 60 (sessenta) meses, sendo o valor de R\$ 52.024,70 até 31/12/2016. Data: 31/05/2016.

CONTRATO Nº 081-16

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
TERMO ADITIVO Nº081/2016 AO CONTRATO Nº161/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BITMAP CONSULTORIA DE SISTEMAS LTDA. OBJETO: Fica prorrogado por mais 06 (seis) meses o prazo contratual anunciado na Cláusula Sexta do Contrato de Prestação de Serviços n.º 161/2014. O presente termo aditivo terá sua vigência a partir da data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir de 01/04/2016, expirando o prazo em 30/09/2016. Data: 20/04/2016.

CONTRATO Nº 084-16

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
TERMO ADITIVO Nº084/2016 AO CONTRATO Nº280/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa A4 DIGITAL PRINT LTDA EPP. OBJETO: Fica incluído no Contrato de Locação de Impressoras n.º 280/2015, as impressoras abaixo discriminadas.

Secretaria de Finanças	1 Multifuncional Laser/Led Mono
Secretaria de Segurança Pública – Defesa Civil e Diretoria de Trânsito	1 Multifuncional Laser/Led Mono
	1 Multifuncional Laser/Led Color
Conselho Tutelar	1 Multifuncional Laser/Led Monocromática

Data: 25/04/2016.

CONTRATO Nº 086-16

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO Nº086/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa 1 DOC TECNOLOGIA LTDA ME. OBJETO: contratação de empresa especializada em locação de software para gestão da comunicação interna, externa, gestão documental e central de atendimento. VALOR: R\$ 230.400,00 (duzentos e trinta mil e quatrocentos reais). Data: 28/04/2016.

CONTRATO Nº 087-16

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
TERMO ADITIVO Nº087/2016 AO CONTRATO Nº121/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CONSÓRCIO QUANTUM-SADENCO-ARCADIS (CONSÓRCIO SQE – LUZ – PALHOÇA). OBJETO: Fica prorrogado até 30/04/2017 o prazo contratual anunciado na Cláusula Sétima do Contrato de Prestação de Serviços n.º 121/2014. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 30/04/2016. Data: 28/04/2016.

CONTRATO Nº 094-16

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO Nº094/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME. OBJETO contratação de empresa especializada para execução de serviços de Revitalização da Praça Carlos Silveira de Souza, localizada na Rua Doralice Santana, bairro Ponte do Imaruim, neste Município. VALOR: de R\$ 110.680,48 (cento e dez mil seiscentos e oitenta reais e quarenta e oito centavos). Data: 02/05/2016.

CONTRATO Nº 095-16

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº095/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ECCL EMPRESA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP. OBJETO: contratação de empresa especializada para execução de serviços de Revitalização de Área de Lazer, localizada na Rua dos Açores, neste Município. VALOR R\$ 140.925,43 (cento e quarenta mil novecentos e vinte e cinco reais e quarenta e três centavos). Data: 02/05/2016.

CONTRATO Nº 096-16

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº096/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VINICIUS GOEDERT ME. OBJETO: contratação de empresa especializada para execução de serviços de Revitalização de Área Verde localizada na Rua Nelson Floriano Campos, bairro Pacheco, neste Município. VALOR R\$ 74.665,25 (setenta e quatro mil seiscentos e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos). Data: 02/05/2016.

CONTRATO Nº 097-16

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº097/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA - EPP. OBJETO: contratação de empresa especializada Execução do Projeto Técnico Social – PTS e desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial do Programa Minha Casa Minha Vida – Residencial Alexandre Coelho, cadastrado no SIAF sob nº 0.418.174-43, localizado à Rua Nossa Senhora da Rosa Mística s/n, Guarda do Cubatão – Palhoça/SC, conforme convênio CEF, Projeto de Trabalho Social. VALOR: R\$ 345.406,40 (Trezentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e seis reais e quarenta centavos). Data: 04/05/2016.

CONTRATO Nº 099-16

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº099/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALZIRA SILVA DE SOUZA 05360032979. OBJETO: CESSÃO DE USO ONEROSA de espaço físico com área total de 68,23m² para exploração comercial da Lanchonete/Cantina na Faculdade Municipal de Palhoça, localizada na Rua João Pereira dos Santos, 305, bairro Ponte do Imaruim - Palhoça/SC. VALOR: R\$ 50.040,00 (cinquenta mil e quarenta reais) referente a 24 (vinte e quatro) meses. Data: 05/05/2016.

CONTRATO Nº 100-16

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº100/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIMAS COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA. OBJETO: aquisição de um veículo caminhão zero quilômetro, tipo baú para a Secretaria Municipal de Educação. VALOR: R\$ 139.800,00 (cento e trinta e nove mil e oitocentos reais). Data: 05/05/2016.

CONTRATO Nº 108-16

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº108/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa EMPREITEIRA PAVICON LTDA. OBJETO: contratação de empresa especializada para contratação de empresa para fornecimento de mão de obra e material para execução do Sistema de Drenagem da Rua Goiânia, Rua Genoino Pereira da Silva e Rua 324, Rua Cantinho do Pescador e Rua Salvador, localizadas no bairro Praia de Fora (Lote III); Servidão Jaci Manoel Sotero, localizada no Centro de Palhoça (Lote II) e Rua Cecília Luiza Weingartner, localizada no bairro Rio Grande. VALOR: R\$ 166.862,38 (cento e sessenta e seis mil oitocentos e sessenta e dois reais e trinta e oito centavos). Data: 09/05/2016.

CONTRATO Nº 109-16

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº109/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME. OBJETO: contratação de empresa especializada para contratação de empresa para fornecimento de mão de obra e material para execução do Sistema de Drenagem da Rua Manoel Cândido Antônio, localizada no bairro Enseada de Brito e Rua Secundino Altino Ramos, localizada no bairro Praia de Fora (Lote I). VALOR: R\$ 194.483,47 (cento e noventa e quatro mil quatrocentos e oitenta e três reais e quarenta e sete centavos). Data: 09/05/2016.

CONTRATO Nº 120-16

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

CORPO DE BOMBEIROS DE PALHOÇA

RESCISÃO Nº120/2016 AO CONTRATO Nº150/2014 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO Considerando, que o objeto do contrato corresponde à contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e preparação de alimentos nas dependências do Corpo de Bombeiros de Palhoça.

Considerando, que o motivo da rescisão contratual ocorre devido à realização de novo certame homologado em 05/05/2016.

Tendo em vista o exposto acima segue decisão juntamente com o parecer jurídico da Procuradoria Geral.

Resolve, o Município, rescindir o Contrato de Prestação de Serviços nº 150/2014, com base na Cláusula XII do referido instrumento contratual, e art. 79, inciso I da Lei de Licitações.

Data: 30/05/2016.

CONTRATO Nº076-16 DESISTÊNCIA

CANCELAMENTO DE EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº076/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa STANDARD CONSTRUÇÕES LTDA ME. OBJETO: contratação de empresa especializada para contratação de empresa para fornecimento de mão de obra e material para execução do Sistema de Drenagem da Rua Manoel Cândido Antônio, localizada no bairro Enseada de Brito; Rua Secundino Altino Ramos, Rua Goiânia, Rua Genoino Pereira da Silva e Rua 324, Rua Cantinho do Pescador e Rua Salvador, localizadas no bairro Praia de Fora; Servidão Jaci Manoel Sotero, localizada no Centro de Palhoça e Rua Cecília Luiza Weingartner, localizada no bairro Rio Grande. VALOR: R\$ 358.345,85 (trezentos e cinquenta e oito mil trezentos e quarenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos).

MOTIVO: a empresa solicitou desistência em virtude de transcorrido o prazo de 60 (sessenta) dias da proposta conforme art. 64, §3º da Lei 8.666/93.

CONTRATO Nº080-16

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TERMO ADITIVO Nº080/2016 AO CONTRATO Nº104/2006 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SINASC - SINALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS LTDA. OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias o prazo contratual anunciado na Cláusula Quarta do Contrato de Prestação de Serviços n.º 104/2006. O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 18/04/2016. Data: 19/04/2016.

COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 032, DE 31 DE MAIO DE 2016

COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 032, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Que entre si celebram o Município de Palhoça/SC e a empresa MRV Engenharia e Participações SA.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina, representado neste ato pelo Secretário de Infraestrutura, Senhor EDUARDO FRECCIA, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e de outro lado, a empresa MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA., inscrita no CNPJ/MF 08.343.492/0006-34, com filial localizada na Rua Quinze de Novembro, nº 7777, loja 03, Município de Joinville/SC, representada neste ato através de procuração pública, pela Senhora DENISE SCHMID, inscrita no CPF/MF 058.434.279-94, RG 3566222, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio de Cooperação Técnica, nos termos da legislação, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Tem por objeto o presente Convênio, a cooperação, mediante contrapartida social, a fim de afim de promover o bem estar e compensar os impactos ocasionados por grande empreendimento imobiliários, a título de doação, sem ônus para o município, a execução de complemento das obras necessárias para a implantação da Praça Lar de Convivência do Idoso, de compreendendo a

finalização da edificação existente, plantio de grama, implantação de Academia ao Ar Livre e demais mobiliários, e locação da pista de caminhada não pavimentada, com orçamento global estimado em R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) de acordo com Quadro de Quantidades e Projetos anexos a este.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O ônus, eventualmente ocasionado pelo presente instrumento correrá a conta da empresa MRV. O poder Executivo não sofrerá ônus.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e o objeto deverá ser cumprido em 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA QUARTA:

Para a consecução do objeto deste Convênio de Cooperação Técnica o MUNICÍPIO se compromete a disponibilizar o acesso à área, onde será executado o objeto deste instrumento, nos dias e horários a serem pré-fixados de comum acordo.

CLÁUSULA QUINTA:

Mediante Termo Aditivo, poderão ser feitas alterações, a qualquer tempo, ao Convênio de Cooperação Técnica, desde que preservado o seu objeto e a vontade mútua das partes.

CLÁUSULA SEXTA:

O presente termo de cooperação é firmado de forma irrenunciável e irretroatável, tendo em vista a sua finalidade social, na forma de contrapartida.

CLÁUSULA SÉTIMA:

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Palhoça, 31 de maio de 2016.

EDUARDO FRECCIA

Secretário de Infraestrutura

DENISE SCHMID

Representante da Empresa MRV Engenharia e Participações S.A.

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CÂMARA MUNICIPAL

LEI ORDINÁRIA PROMULGADA Nº 4.397, DE 06 DE MAIO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA PROMULGADA Nº 4.397, DE 06 DE MAIO DE 2016.

DENOMINA VIA PÚBLICA. SERVIDÃO DAS ARARAS AZUIS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 58, Parágrafo 7º, da Lei Orgânica do Município de Palhoça; e Artigo 97, Parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de Servidão das Araras Azuis, com extensão de 100 Metros de comprimento, e 3,50 metros de largura, localizado no Bairro Guarda do Cubatão, neste Município. A via pública a ser denominada está localizada em paralelo a Rua Cândido Isidoro da Silva. Tendo início na Servidão "974" que liga a Rua Cândido Isidoro da Silva à Rua Regina Tomásia Alves.

Parágrafo único À localização da referida via pública de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de Maio de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezesseis.

Lei originada do Projeto de Lei nº 616/2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

ERRATA 1 - PREGÃO PRESENCIAL 31/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2016

O Município de Palhoça, por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, torna público, que houve alteração no edital convocatório e no Anexo I referente ao PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 31/2016, ficando aprazado nova data para o dia 16 de junho de 2016, às 13:30 horas, para recebimento dos envelopes e abertura das propostas, para e efetuação de lances verbais e abertura das documentações, na Sala da CPL da Secretaria de Saúde, na Av. Atilio Pagani, 855, 3º andar, Centro Comercial Pagani, Bairro Pagani. Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: palhoca.atende.net . Maiores informações fones: (48) 3047-5585 e 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas. Palhoça, 02 de junho de 2016. Rosiméri Hilda Coelho - Pregoeira da CPL Sec. de Saúde

Palmitos

PREFEITURA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PALMITOS PROCESSO LICITATÓRIO Nº007/2016

EXTRATO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PALMITOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº007/2016

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2016

TÍTULO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONTRUÇÃO (PARTE III) DO AUDITÓRIO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PALMITOS-SC, CONFORME PROJETOS EM ANEXO.

Tipo de Licitação: Menor preço.

Forma de Julgamento: Global

Forma de Fornecimento: Imediata.

Regência: Lei 8.666/93 e alterações e Lei Complementar 123/2006.

Data e horário de apresentação dos envelopes: 27/06/2016 às 15h00min.

Data e horário da abertura dos envelopes: 27/06/2016 às 15h30min.

Local de apresentação e abertura dos envelopes: Câmara Municipal de Vereadores de Palmitos, sito a Rua Lauro Müller, nº 425, centro, cidade de Palmitos, Estado de Santa Catarina.

Informações: Telefone 49 3647 1676 ou pelo e-mail camarapalmitos@acamosc.org.br.

Palmitos – SC, 02 de junho de 2016. RODEMAR LEOCIR KUSSLER. Presidente.

Papanduva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 055/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 055/2016. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de Pavimentação Asfáltica da Rua Pedro Povaluk, com recursos oriundos do Programa Transferência nº 2015004665 no SIGEF com o Governo do Estado de Santa Catarina. Tipo Empreitada por Preço Global, do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL"; Entrega dos envelopes: Até as 08:30hs do dia 20/06/2016; Início da Sessão Pública: Às 08:45hs do dia 20/06/2016. Base legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00hs na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 02 de junho de 2016

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Paraíso

PREFEITURA

DECRETO 1820/2016

DECRETO Nº 1820/2016.

“Dispõe sobre o Desdobramento do Lote Urbano nº 13 situado na Rua Guilherme Schmidt esquina com a Rua João Jacinto Bacin , centro, perímetro urbano, na cidade de Paraíso, Estado de Santa Catarina, e dá Outras Providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Orgânica Municipal, promulgada em 06 de novembro de 1993,

DECRETA :

Art. 1º Fica autorizado o desdobramento do Lote Urbano Nº 133, com área de 800,00 m2 (oitocentos metros quadrados), com benfeitorias de Propriedade de ROBERTO TEODORO SCHEFFLER, situado na Rua Guilherme Schmidt ESQUINA COM A Rua João Jacinto Bacin , centro na cidade de Paraíso – SC, conforme Matrícula nº 35.816 do Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de São Miguel do Oeste.

CONFRONTAÇÕES:

1. ÁREA PRIMITIVA

O Lote Urbano nº 13, com área de 800,00 m², contendo uma edificação residencial em alvenaria e madeira com 77,20m², confronta:

Norte: com a Rua Guilherme Schmidt, medindo 40,00 metros;
Leste: com a Rua João Jacinto Bacin, medindo 20,00 metros;
Sul: com o Lote Urbano nº 14, medindo 40,00 metros;
Oeste: com parte da Chácara Urbana nº 05, medindo 20,00 metros.

2. LOTES DESDOBRADOS

Parte do Lote Urbano nº 13 com a área de 420,00m², contendo uma edificação residencial em alvenaria e madeira com 77,20m² confronta:

Norte: com a Rua Guilherme Schmidt, medindo 21,00 metros;
Leste: com Parte do Lote Urbano nº 13, medindo 20,00 metros;
Sul: com parte do Lote Urbano nº 14, medindo 21,00 metros;
Oeste: com parte da Chácara Urbana nº 05, medindo 20,00 metros.

Parte do Lote Urbano nº 13 com a área de 380,00m², sem construções confronta:

Norte: com a Rua Guilherme Schmidt, medindo 19,00 metros;
Leste: com a Rua João Jacinto Bacin, medindo 20,00 metros;
Sul: com parte do Lote Urbano nº 14, medindo 21,00 metros;
Oeste: com Parte do Lote Urbano nº 13, medindo 20,00 metros.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a praticar os atos administrativos necessários ao cumprimento do presente Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal De Paraíso – SC, em 02 de Junho de 2016.
ERNI GIACOMINI
Prefeito Municipal

GARRIDO DE TOGNI
Secretário Municipal de Administração,
Fazenda e Planejamento.

Este Decreto foi registrado e
Publicado na data supra
Paraíso (SC), 02 de Junho de 2016.
Servidor Responsável

DECRETO 1821/2016

DECRETO Nº 1821/2016.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROCEDER À ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2016”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1418/2015 de 28 de novembro de 2015, DECRETA:

Art. 1º Fica abertura Crédito Adicional suplementar até o valor de R\$ 38.641,70 (trinta e oito mil, seiscentos e quarenta e um reais e setenta centavos) no orçamento da Prefeitura de Paraíso (SC) distribuído na Ação já existente conforme discriminação a seguir:

05.00 – SECR.MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
05.03 – DIRETORIA DE UNID.ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL
05.03.12.361.1031.2.035 – Manut.do Programa Educação Para Todos
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0258 – Aplicações Diretas(155)
..... R\$ 38.641,70
Total da AdiçãoR\$ 38.641,70
(trinta e oito mil, seiscentos e quarenta e um reais e setenta centavos)

Art. 2º Para cobertura dos recursos suplementares definidos no artigo anterior, até o valor de R\$ 38.641,70 (trinta e oito mil, seiscentos e quarenta e um reais e setenta centavos) será utilizado os recursos provenientes ao provável excesso de arrecadação, referente a fonte de recurso 0.1.0258(TCE 89) Alienação de Bens Móveis/Imóveis, conforme Lei Municipal do Orçamento Anual nº 1418/2015 de 28/11/2015 e o inciso II , do § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC), 02 de junho de 2016.
Erni Giacomini
Prefeito Municipal

Garrido de Togni
Secr Mun de Adm,Fazenda e Planejamento.

Este Decreto foi registrado e publicado na data supra
Paraíso (SC) 02 de junho de 2016.
Servidor Responsável

ATA PR 13/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 13/2016 - PR
CNPJ: 80.912.009/0001-08 RUA ALCIDES ZANIN, 593 C.E.P.: 89906-000 - Paraíso - SC	Processo Administrativo: 26/2016 Processo de Licitação: 26/2016 Data do Processo: 18/05/2016
Folha: 1/1	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRAFICOS EM ATENDIMENTO A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE PARAISO,

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 2 de Junho de 2016, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1797/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 26/2016, Licitação nº 13/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Abertos os envelopes contendo os documentos de habilitação e documentos de propostas das proponentes, GRAFICA BOROZZI LTDA e GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - EPP. Os documentos foram analisados e rubricados pelos presentes. Constatou-se que a empresa GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - EPP apresentou em sua proposta preço que comparado a proposta do concorrente torna se inexecutível, por esse motivo o pregoeiro juntamente a equipe de apoio optou por baixar diligencia, para análise e parecer jurídico afirm de aceitação ou não das propostas apresentadas. Para a sequência do certame fica definida a data do dia sete (07) de Junho de 2016 as 09:00 horas.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Paraíso, 2 de Junho de 2016

COMISSÃO:

RAIMUNDO OVIDIO MALDANER - - Pregoeiro(a)
DENISE APARECIDA BACIN - - EQUIPE DE APOIO
MARCIA DE FATIMA KLEINERT - - EQUIPE DE APOIO
PAULA ROBERTA BACIN - - EQUIPE DE APOIO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

JOÃO CARLOS VIZENTIN - - Representante
- - Representante

Paulo Lopes

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 02/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 02/2016.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em aplicativos de informática para Migração, Implantação Treinamento e Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de gestão Pública e prestação de serviços correlatos, conforme Processo Licitatório 030/2016. Tendo como contratante a CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratado BETHA SISTEMAS LTDA. Vigência do Contrato 02/2016 por 12 (doze) meses, à partir da data da assinatura do contrato. DATA DA ASSINATURA: 13 de maio de 2016.

Paulo Lopes, 01 de junho de 2016.

TOBIAS MANOEL RAUPP

Presidente da Câmara

Penha

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO Nº 69/2016-FMS

1º TERMO ADITIVO Nº 69/2016 FMS
AO CONTRATO Nº 19/2016 FMS

OBJETO: Prestação de serviço de obras e engenharia, com fornecimento de material e mão de obra para construção da sala de Mamografia do NAM (Núcleo de Atendimento à mulher e criança)
LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 09/2016 - FMS, modalidade Convite nº 01//2016 - FMS

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 69/2016 FMS, ao Contrato Administrativo 19/2016 FMS, para Execução de Obra e/ou Serviço Público o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, infra-assinado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Firma BASTOS CONSTRUTORA EIRELI ME, com sede na cidade de Penha/SC, Rua Nilo Anastácio Vieira, nº 2.719, Bairro: Nossa Senhora Fátima, CEP: 88385-000, inscrita no CNPJ sob o nº 21.113.890/0001-18, neste ato representada pelo Sr. Gabriel Alves Bastos, Solteiro, Brasileiro, portador do CPF: 052.766.299-27, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a execução de obra e/ou serviço público, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

:
Cláusula Primeira

A vigência presente na cláusula oitava do contrato administrativo nº 19/2016- FMS fica prorrogada até o dia 31.12.2016, a contar de 02.06.2016.

Cláusula Segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 02 de Junho de 2016.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

207

PORTARIA Nº 207/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR: a Comissão do Processo Seletivo - Edital nº 04/2016, destinado ao preenchimento de vaga de Assistente Social, composta pelos membros abaixo nomeados, encarregados em examinar todas as etapas do processo:

Kátia Evangelista Orlandi
Isabel Nicolletti
Juliana da Silva Santana

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 02 de junho de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

CONTRATO Nº 360/2016 PMP

CONTRATO Nº 360/2016 – RH/PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 001/05 E PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 02/2016.

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) TEREZINHA DE BORBA, brasileiro (a), portador(a) do CPF nº 478.100.339-72, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Avenida Curitiba, nº 592, Nossa Senhora de Fátima, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço profissional de Servente/Merendeira, prestado pelo (a) CONTRATADO (A), com fundamento na Lei Complementar nº 001/05, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, numa jornada de trabalho de 40 horas semanais, cujo expediente será de segunda-feira à sexta-feira, em único turno, ou de conformidade com o horário a ser fixado pela Secretaria através de seu titular e demais

funcionários de direção.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao (a) CONTRATADO (A), o valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 01/06/2016 até 31/05/2017, cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

05 -	Secretaria da Educação e Cultura
02 -	Departamento de Ensino Fundamental e Creches
12.361.0029.2.017 -	Manutenção e Funcionamento do Fundef 40% - Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.0012 -	Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Caso ocorra alteração de vencimentos nos cargos efetivos do funcionalismo, por força de Lei Municipal, fará jus o(a) Contratado(a) a tais reajustes automaticamente, no mesmo percentual e forma.

CLÁUSULA SEXTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo efetivo de Regime Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público mediante simples notificação com antecedência de 30 (trinta) dias ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SÉTIMA

As partes elegem o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentárias, para que se produzam os efeitos legais nele colimados.

Penha, 01 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES TEREZINHA DE BORBA
PREFEITURA CONTRATADO (A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO Nº 361/2016 PMP

CONTRATO Nº 361/2016 – RH/PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 001/05 E PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 02/2016.

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) ROSENÍ DE ANDRADE SIQUEIRA MATUZAKI, brasileiro (a), portador(a) do CPF nº 051.906.599-92, residente e domiciliado(a)

na cidade de Penha/SC, Estrada Geral Santa Lúcia, nº 3877, Santa Lúcia, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço profissional de Servente/ Merendeira, prestado pelo (a) CONTRATADO (A), com fundamento na Lei Complementar nº 001/05, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, numa jornada de trabalho de 40 horas semanais, cujo expediente será de segunda-feira à sexta-feira, em único turno, ou de conformidade com o horário a ser fixado pela Secretaria através de seu titular e demais funcionários de direção.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao (a) CONTRATADO (A), o valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 01/06/2016 até 31/05/2017, cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

05 -	Secretaria da Educação e Cultura
02 -	Departamento de Ensino Fundamental e Creches
12.361.0029.2.017 -	Manutenção e Funcionamento do Fundef 40% - Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.0012 -	Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Caso ocorra alteração de vencimentos nos cargos efetivos do funcionalismo, por força de Lei Municipal, fará jus o(a) Contratado(a) a tais reajustes automaticamente, no mesmo percentual e forma.

CLÁUSULA SEXTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo efetivo de Regime Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público mediante simples notificação com antecedência de 30 (trinta) dias ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SÉTIMA

As partes elegem o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentárias, para que se produzam os efeitos legais nele colimados.

Penha, 01 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES ROSENÍ DE ANDRADE SIQUEIRA MATUZAKI
PREFEITURA CONTRATADO (A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO Nº 362/2016 PMP

CONTRATO Nº 362/2016 – RH/PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 001/05 E PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 02/2016.

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) SELMA NATÁLIA FERREIRA HENKEL, brasileiro (a), portador(a) do CPF nº 807.195.979-00, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Vicente Bento, nº 398, Santa Lúcia, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço profissional de Servente/Merendeira, prestado pelo (a) CONTRATADO (A), com fundamento na Lei Complementar nº 001/05, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, numa jornada de trabalho de 40 horas semanais, cujo expediente será de segunda-feira à sexta-feira, em único turno, ou de conformidade com o horário a ser fixado pela Secretaria através de seu titular e demais funcionários de direção.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao (a) CONTRATADO (A), o valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 01/06/2016 até 31/05/2017, cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

05 -	Secretaria da Educação e Cultura
02 -	Departamento de Ensino Fundamental e Creches
12.361.0029.2.017 -	Manutenção e Funcionamento do Fundef 40% - Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.0012 -	Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Caso ocorra alteração de vencimentos nos cargos efetivos do funcionalismo, por força de Lei Municipal, fará jus o(a) Contratado(a) a tais reajustes automaticamente, no mesmo percentual e forma.

CLÁUSULA SEXTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo efetivo de Regime Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público mediante simples notificação com antecedência de 30 (trinta) dias ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SÉTIMA

As partes elegem o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para

dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentárias, para que se produzam os efeitos legais nele colimados.

Penha, 01 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

SELMA NATÁLIA FERREIRA HENKEL
CONTRATADO (A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO Nº 363/2016 PMP

CONTRATO Nº 363/2016 – RH/PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 001/05 E PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 02/2016.

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) ALVENTINA AMARA ROSA, brasileiro (a), portador(a) do CPF nº 862.734.009-97, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Nilo Anastácio Vieira, nº 53, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço profissional de Servente/Merendeira, prestado pelo (a) CONTRATADO (A), com fundamento na Lei Complementar nº 001/05, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, numa jornada de trabalho de 40 horas semanais, cujo expediente será de segunda-feira à sexta-feira, em único turno, ou de conformidade com o horário a ser fixado pela Secretaria através de seu titular e demais funcionários de direção.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao (a) CONTRATADO (A), o valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 01/06/2016 até 31/05/2017, cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

05 -	Secretaria da Educação e Cultura
02 -	Departamento de Ensino Fundamental e Creches

12.361.0029.2.017 -	Manutenção e Funcionamento do Fundef 40% - Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.0012 -	Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Caso ocorra alteração de vencimentos nos cargos efetivos do funcionalismo, por força de Lei Municipal, fará jus o(a) Contratado(a) a tais reajustes automaticamente, no mesmo percentual e forma.

CLÁUSULA SEXTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo efetivo de Regime Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público mediante simples notificação com antecedência de 30 (trinta) dias ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SÉTIMA

As partes elegem o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentárias, para que se produzam os efeitos legais nele colimados.

Penha, 01 de junho de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ALVENTINA AMARA ROSA
CONTRATADO (A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO Nº 364/2016 PMP
CONTRATO Nº 364/2016 – RH/PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 001/05 E PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 02/2016.

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) ADRIANA PONTIOLLI, brasileiro (a), portador(a) do CPF nº 687.115.499-04, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Salete Palmira Tavares, nº 420, Armação, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço profissional de Servente/Merendeira, prestado pelo (a) CONTRATADO (A), com fundamento na Lei Complementar nº 001/05, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, numa jornada de

trabalho de 40 horas semanais, cujo expediente será de segunda-feira à sexta-feira, em único turno, ou de conformidade com o horário a ser fixado pela Secretaria através de seu titular e demais funcionários de direção.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao (a) CONTRATADO (A), o valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 01/06/2016 até 31/05/2017, cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

05 -	Secretaria da Educação e Cultura
02 -	Departamento de Ensino Fundamental e Creches
12.361.0029.2.017 -	Manutenção e Funcionamento do Fundef 40% - Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.0012 -	Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Caso ocorra alteração de vencimentos nos cargos efetivos do funcionalismo, por força de Lei Municipal, fará jus o(a) Contratado(a) a tais reajustes automaticamente, no mesmo percentual e forma.

CLÁUSULA SEXTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo efetivo de Regime Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público mediante simples notificação com antecedência de 30 (trinta) dias ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SÉTIMA

As partes elegem o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentárias, para que se produzam os efeitos legais nele colimados.

Penha, 01 de junho de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ADRIANA PONTIOLLI
CONTRATADO (A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO Nº 365/2016 PMP
CONTRATO Nº 365/2016 – RH/PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 001/05 E PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 02/2016.

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta

Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) JUSSARA MARIA BORBA VIEIRA, brasileiro (a), portador(a) do CPF nº 547.107.829-20, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Travessa Maurino Antônio Duarte, nº 29, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

JUSSARA MARIA BORBA VIEIRA
CONTRATADO (A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço profissional de Servente/Merendeira, prestado pelo (a) CONTRATADO (A), com fundamento na Lei Complementar nº 001/05, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, numa jornada de trabalho de 40 horas semanais, cujo expediente será de segunda-feira à sexta-feira, em único turno, ou de conformidade com o horário a ser fixado pela Secretaria através de seu titular e demais funcionários de direção.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao (a) CONTRATADO (A), o valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 01/06/2016 até 31/05/2017, cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

05 -	Secretaria da Educação e Cultura
02 -	Departamento de Ensino Fundamental e Creches
12.361.0029.2.017 -	Manutenção e Funcionamento do Fundef 40% - Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.0012 -	Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Caso ocorra alteração de vencimentos nos cargos efetivos do funcionalismo, por força de Lei Municipal, fará jus o(a) Contratado(a) a tais reajustes automaticamente, no mesmo percentual e forma.

CLÁUSULA SEXTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo efetivo de Regime Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público mediante simples notificação com antecedência de 30 (trinta) dias ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SÉTIMA

As partes elegem o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentárias, para que se produzam os efeitos legais nele colimados.

Penha, 01 de junho de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

CONTRATO Nº 366/2016 PMP
CONTRATO Nº 366/2016 – RH/PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 001/05 E PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 02/2016.

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) LUCILENE MATEUS, brasileiro (a), portador(a) do CPF nº 020.863.859-86, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Narciza Fausta Marçal, nº 564, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço profissional de Servente/Merendeira, prestado pelo (a) CONTRATADO (A), com fundamento na Lei Complementar nº 001/05, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, numa jornada de trabalho de 40 horas semanais, cujo expediente será de segunda-feira à sexta-feira, em único turno, ou de conformidade com o horário a ser fixado pela Secretaria através de seu titular e demais funcionários de direção.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao (a) CONTRATADO (A), o valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 01/06/2016 até 31/05/2017, cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

05 -	Secretaria da Educação e Cultura
02 -	Departamento de Ensino Fundamental e Creches
12.361.0029.2.017 -	Manutenção e Funcionamento do Fundef 40% - Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.0012 -	Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Caso ocorra alteração de vencimentos nos cargos efetivos do funcionalismo, por força de Lei Municipal, fará jus o(a) Contratado(a) a tais reajustes automaticamente, no mesmo percentual e forma.

CLÁUSULA SEXTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo efetivo de Regime Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público mediante simples notificação com antecedência de 30 (trinta) dias ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SÉTIMA

As partes elegem o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentárias, para que se produzam os efeitos legais nele colimados.

Penha, 01 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

LUCILENE MATEUS
CONTRATADO (A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO Nº 367/2016 PMP

CONTRATO Nº 367/2016 – RH/PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 001/05 E PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 02/2016.

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) EDITE ADAMEK, brasileiro (a), portador(a) do CPF nº 923.927.339-53, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Margarida Vieira, nº 888, Armação, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço profissional de Servente/Merendeira, prestado pelo (a) CONTRATADO (A), com fundamento na Lei Complementar nº 001/05, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, numa jornada de trabalho de 40 horas semanais, cujo expediente será de segunda-feira à sexta-feira, em único turno, ou de conformidade com o horário a ser fixado pela Secretaria através de seu titular e demais funcionários de direção.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao (a) CONTRATADO (A), o valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 02/06/2016 até 31/05/2017, cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

05 -	Secretaria da Educação e Cultura
02 -	Departamento de Ensino Fundamental e Creches
12.361.0029.2.017 -	Manutenção e Funcionamento do Fundef 40% - Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.0012 -

Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Caso ocorra alteração de vencimentos nos cargos efetivos do funcionalismo, por força de Lei Municipal, fará jus o(a) Contratado(a) a tais reajustes automaticamente, no mesmo percentual e forma.

CLÁUSULA SEXTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo efetivo de Regime Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público mediante simples notificação com antecedência de 30 (trinta) dias ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SÉTIMA

As partes elegem o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentárias, para que se produzam os efeitos legais nele colimados.

Penha, 02 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

EDITE ADAMEK
CONTRATADO (A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
Nº 02/2016 - SERVENTE/MERENDEIRA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 09/06/2016, das 08:00hs às 11:30hrs ou das 13:30hs às 17:00hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2016.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
11º. 07 SUELEN GARCIA SOARES

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal,

- devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de junho de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

**ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____
_____, brasileiro (a),
() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____
CPF nº. _____, RG nº. _____
Rua= _____

_____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____/_____/____

() Contratado (ACT) Cargo: _____/_____/____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____/_____/____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____/_____/____

() Comissionado Cargo: _____/_____/____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

EDITAL PROCESSO SELETIVO 04/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA ESTADO DE SANTA CATARINA Av. Nereu Ramos, 190 – Centro – 88385-000 – Penha – (47) 3345-0200

EDITAL N.º 04/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais e com fulcro na Lei Municipal nº. 2775/2015, faz saber a quem interessar possa, que serão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº.04/2016, destinado ao preenchimento de vaga de ASSISTENTE SOCIAL, visando atender uma necessidade de excepcional interesse público, em caráter temporário, de acordo com os permissivos constantes na Lei Municipal e artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, no período de 06/06/2016 a 10/06/2016, mediante as condições determinadas neste EDITAL e demais disposições legais aplicadas à espécie.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Este Processo Seletivo, destinado ao preenchimento de vaga visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com os permissivos constantes na Lei Municipal e Constituição Federal, destina-se à contratação de Assistente Social.

1.2 O Processo Seletivo será regido pelo presente Edital e coordenado pela Comissão Organizadora nomeada pela Portaria Municipal nº 207/2016.

1.3 O resultado da seleção dos candidatos será publicado na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Penha e no site www.penha.sc.gov.br.

1.4 O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, bem como o prazo de eventual contratação será de até 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período.

1.5 O período de validade estabelecido para este certame não gera, para o Município de Penha, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos aprovados, nem por todo período.

1.6 As vagas, respectiva remuneração, carga horária semanal e habilitação mínima estão estabelecidas no Anexo I deste Edital.

1.7 Os Candidatos classificados e contratados estarão sujeitos ao regime de contratação instituído pelo Município de Penha.

2. DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

2.1 Para inscrever-se o candidato deverá ler o Edital em sua íntegra e preencher as condições especificadas a seguir:

2.1.1 Ser brasileiro nato ou naturalizado, de acordo com o artigo 12 da Constituição Federal, cujo processo tenha sido encerrado dentro do

prazo das inscrições:

- 2.1.2 Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 2.1.3 Estar em dia com o Serviço Militar, para o sexo masculino;
- 2.1.4 Ter boa conduta e não ter sido condenado por crime contra o patrimônio, contra a administração pública, contra a fé pública, contra os costumes e os previstos na Lei nº. 11.343/06.
- 2.1.5 Estar legalmente habilitado para o cargo;
- 2.1.6 Ser eleitor e estar quite com a Justiça Eleitoral.

3. DAS INSCRIÇÕES

- 3.1 As inscrições serão realizadas, pessoalmente ou por procuração, no período de 06/06/2016 a 10/06/2016, na Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Av. Eugênio Krause, nº. 152, de segunda a sexta, nos horários compreendidos entre 8h às 12h e 13h30min às 17h00min
- 3.2 No caso de inscrição por procuração pública ou particular será exigida a entrega do respectivo mandato, acompanhado de cópia do documento de identidade do candidato, e a apresentação de identidade do procurador. No caso de procuração por instrumento particular, deverá ter a firma do outorgado reconhecida. O Candidato assumirá as consequências de eventuais erros cometidos por seu procurador ao efetuar a inscrição.
- 3.3 No ato da inscrição, o candidato deverá preencher a Ficha de Inscrição fornecida na Secretaria, assumindo conhecer e estar de acordo com as exigências contidas no presente Edital e deverá obrigatoriamente, sob pena de não ter a sua inscrição homologada, anexar os seguintes documentos:
- 3.3.1 Ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada à mão (Anexo III);
 - 3.3.2 Fotocópia simples do RG e fotocópia simples do CPF.
- 3.4 Para fins de análise curricular, no próprio ato da inscrição os candidatos deverão encaminhar os documentos previstos nos quadros do item 4.9.
- 3.5 Não serão recebidas inscrições feitas pessoalmente ou por fax, fora do período estabelecido neste capítulo;
- 3.6 Não haverá cobrança de taxa de inscrição no presente certame.
- 3.7 A assinatura da Ficha de Inscrição implicará na satisfação das exigências relacionadas no item 2. Das Condições para a Inscrição;
- 3.8 As informações prestadas na ficha de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, cabendo à Comissão Organizadora do Processo Seletivo o direito de excluir do certame aquele que preenchê-la com dados incorretos ou rasurados, bem como aquele que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente;
- 3.9 Havendo mais de uma inscrição realizada por um único candidato será considerada e eventualmente homologada, apenas a última que tiver sido efetuada/encaminhada à Comissão Organizadora do Processo Seletivo.
- 3.10 Os candidatos com deficiência deverão obrigatoriamente, encaminhar, no ato da inscrição, laudo de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência.
- 3.10.1 A data de emissão do laudo não poderá ser superior a noventa (90) dias da data de publicação deste edital.
 - 3.10.2 Serão reservados 10% das vagas que vierem a surgir aos portadores de deficiência, desde que compatíveis às atribuições do cargo pretendido e, na hipótese de não haver compatibilidade do exercício das atribuições, o candidato será eliminado do Processo Seletivo, sendo convocado para assumir o cargo o próximo candidato classificado na lista dos portadores de deficiência, caso exista.
 - 3.10.3 Se classificado para o cargo pretendido, o candidato portador de deficiência será submetido à avaliação a ser realizada pela Junta Médica do Município de Penha, a fim de ser apurada a categoria de sua deficiência e a compatibilidade dos exercícios das atribuições do cargo com a deficiência de que é portador.

4. DA ANÁLISE CURRICULAR

- 4.1 O presente Processo Seletivo Simplificado consistirá, com base em critérios objetivos de pontuação, na análise de currículo dos candidatos.
- 4.2 Os documentos necessários para fins da análise curricular deverão ser encaminhados à Comissão Organizadora do Processo por ocasião da inscrição do candidato.
- 4.3 Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza;
- 4.4 Somente serão aceitos documentos para fins de análise curricular entregues no ato da inscrição, sendo vedada a entrega posterior.
- 4.5 Os documentos previstos nos quadros do item 4.9, devem estar em perfeitas condições de modo a permitir com clareza a leitura dos documentos entregues sendo que, aqueles que estiverem ilegíveis serão desconsiderados.
- 4.6 No ato da inscrição o candidato declarará, sob pena de indeferimento, que as fotocópias apresentadas são fiéis à via original.
- 4.7 A qualquer momento, o candidato poderá ser convocado a apresentar os originais dos documentos apresentados. Ocorrendo qualquer divergência entre o documento apresentado e o original o candidato será excluído do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 4.8 A análise de currículo dos candidatos será dividida de acordo com o quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO UNITÁRIA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Títulos (Cursos relacionados à área de atuação).	1 ponto (para cada curso)	3
Experiência na função na área pública	1 ponto (para cada ano)	4
Experiência na função na área privada	1 ponto (para cada ano)	3

- 4.10 Para comprovação do período de "Experiência na Função" serão admitidos os seguintes documentos: a) fotocópia simples da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, inclusive das páginas de identificação pessoal; b) declaração de órgão/instituição, no caso de exercício profissional junto à Administração Pública e/ou entidade privada.

5. DO JULGAMENTO

5.1 A análise curricular terá apenas caráter classificatório.

5.2 A pontuação final será calculada somando-se os pontos obtidos pelo candidato em cada um dos quadros previstos no item 4.8.

6. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS

6.1 Os candidatos serão classificados por ordem decrescente de pontuação.

6.2 O resultado do Processo Seletivo será afixado no Mural da Secretaria de Administração, situado na Avenida Nereu Ramos, nº 8, Bairro Centro, no Diário Oficial dos Municípios, bem como no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Penha (www.penha.sc.gov.br) e caberá recurso nos termos deste edital.

6.3 Após o julgamento dos recursos, eventualmente interpostos, caso haja alguma alteração, será publicada nova lista de classificação definitiva, não cabendo mais recursos.

6.4 Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

6.4.1 Aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

6.4.2 Para os candidatos que não estão sob amparo do subitem anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

a) Maior idade;

b) Sorteio.

6.4.3 Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da abertura do certame.

6.5. A classificação no presente Processo não gera aos candidatos direito à contratação para o cargo, cabendo a Prefeitura Municipal de Penha, o direito de aproveitar os candidatos aprovados em número estritamente necessário, de acordo com a necessidade temporária de excepcional interesse público, não havendo obrigatoriedade de contratação de todos os candidatos classificados, respeitada sempre a ordem de classificação no Processo Seletivo.

7. DOS RECURSOS

7.1 É admitido recurso quanto:

a) ao edital, em até 02 (dois) dias úteis após publicação;

b) ao indeferimento da inscrição em até 02 (dois) dias úteis após a publicação da lista de inscrições deferidas;

c) ao resultado preliminar, em até 02 (dois) dias úteis após publicação da lista de classificação e resultados seja por conta de erro no resultado da pontuação ou à aplicação dos critérios de desempate.

7.2 O candidato que desejar interpor pedido de revisão deverá fazê-lo, na forma do item 7.3, nas datas constantes do Anexo II (Cronograma), devendo o candidato protocolá-lo obrigatoriamente no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Penha, localizado na Secretaria da Fazenda, Av. Nereu Ramos, 181, em horário regular de expediente da Prefeitura Municipal de Penha, dirigidos a Comissão Organizadora do Processo Seletivo, obedecendo os prazos e requisitos elencados neste item.

7.3 O recurso deve observar, entre outros, os seguintes requisitos:

a) folha de rosto, constando o nome, número de inscrição, cargo, função, disciplina e assinatura do candidato;

b) ser digitado, em letra Arial ou Times New Roman, tamanho 12, e assinado em duas vias;

c) ser fundamentado, com argumentação lógica, objetiva e consistente.

7.4 Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, internet, ou qualquer meio postal;

7.5 Os pedidos de recurso serão indeferidos quando intempestivos, considerados inconsistentes ou em desacordo com o presente capítulo;

7.6 Após a avaliação pela Comissão Organizadora os resultados dos mesmos serão expressos como "Deferido" ou "Indeferido";

7.7 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem, bem como tiverem indicados o nome do candidato, número de sua inscrição, cargo e endereço para correspondência;

7.8 O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo para tanto considerada a data do respectivo protocolo;

7.9 Uma vez julgado qualquer recurso não será admitido qualquer pedido de revisão do julgamento.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1 A contratação dos candidatos obedecerá rigorosamente a ordem de classificação do cargo específico, observada a necessidade da Prefeitura Municipal de Penha.

8.2 A aprovação no Processo Seletivo não gera direito à contratação, mas esta, quando se fizer, respeitará a ordem de classificação final.

8.3 Os candidatos aprovados serão convocados de acordo com a necessidade do Município, através de Edital de Convocação publicado no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Penha: www.penha.sc.gov.br, no Diário Oficial dos Municípios e na Secretaria Municipal de Administração (Avenida Nereu Ramos nº 8, Bairro Centro).

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Serão eliminados todos os candidatos com grau de parentesco até o terceiro grau, com os integrantes da Comissão Organizadora do Processo Seletivo nº 03/2016.

9.2 Todas as convocações, avisos e resultados finais serão publicados de acordo com este Edital.

9.3 Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Processo Seletivo, valendo para esse fim, a classificação publicada.

9.4 Para a contratação, o candidato deverá apresentar, entre outros, o documento comprobatório da conclusão de escolaridade mínima exigida para o cargo, certificado de reservista ou dispensa do serviço militar, certidão de antecedentes criminais emitidos pela Comarca de Residência do candidato, certidão de nascimento ou casamento, CPF, cédula de identidade (RG), certidão de quitação eleitoral, comprovante de titulação para o exercício do cargo, declaração de que não está impedido para o exercício do cargo a ser ocupado; atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho.

9.5 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento

que lhe disser respeito.

9.6 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

9.7 O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de Balneário Piçarras.

9.8 São partes integrantes deste Edital os Anexos I, II e III.

PENHA/SC, 02 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

CARGO	VAGAS	CH	ESCOLARIDADE MÍNIMA	REMUNERAÇÃO
ASSISTENTE SOCIAL	01	20h	CURSO DE NÍVEL SUPERIOR ESPECÍFICO, COM DIPLOMA REGISTRADO NO ÓRGÃO COMPETENTE	R\$1476,20

ANEXO II - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

DATA	ATO
03/06/2016	Publicação do Edital
07/06/2016	Prazo para impugnações do Edital
06 a 10/06/2016	Período de Inscrições
14/06/2016	Publicação da lista de inscrições deferidas
16/06/2016	Prazo para recurso do não deferimento dos pedidos de inscrição
17/06/2016	Homologação das Inscrições
21/06/2016	Publicação da lista de classificação com notas
23/06/2016	Prazo para recurso contra a lista de classificação e resultados
24/06/2016	Publicação dos resultados finais com a respectiva classificação final
24/06/2016	Homologação do resultado final

ANEXO III – FICHA DE INSCRIÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
PROCESSO SELETIVO Nº 04/2016

FICHA DE INSCRIÇÃO Nº

DADOS PESSOAIS

NOME

CPF

RG

ÓRGÃO EXP. UF

DATA DE NASCIMENTO

ENDEREÇO

BAIRRO

COMPLEMENTO

MUNICÍPIO/UF

CEP

E-MAIL UTILIZADO PARA FINS DE INSCRIÇÃO

TELEFONE FIXO / CELULAR

CARGO PRETENDIDO

DECLARO, SOB PENA DE RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, CIVIL E CRIMINAL, QUE AS FOTOCÓPIAS DE TODOS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS NO ATO DA INSCRIÇÃO SÃO FIEIS ÀS VIAS ORIGINAIS, BEM COMO CONHEÇO E ESTOU DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NO EDITAL DO PRESENTE PROCESSO SELETIVO.

DATA E ASSINATURA DO CANDIDATO

PROTOCOLO CANDIDATO

NOME

Nº INSCRIÇÃO

PORTARIA Nº 204/2016

PORTARIA Nº 204/16

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

TORNA SEM EFEITO: a Portaria nº 322/2015, ao funcionário AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, para ocupar o cargo de Secretário de Desenvolvimento Regional junto a Secretaria de Desenvolvimento Regional do Vale do Itajaí, sem percepção integral de seu vencimento. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 01 de junho de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, no primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 205/2016

PORTARIA Nº 205/16

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, II, a, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERA: a pedido a Sra. KAMILA MARIANA DUARTE SOLTOSKI, do cargo de NUTRICIONISTA, com uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data. Revogando a Portaria nº 161/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 01 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, no primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

PORTARIA Nº 206/2016

PORTARIA Nº 206/16

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER AFASTAMENTO: no período de 02/06/16 à 01/10/16, com base no que determina a Legislação Eleitoral, ao (à) funcionário (a) AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, para concorrer a cargo eletivo, com percepção integral de seu vencimento.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 02 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

TERMO DE RESCISAO 41/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 41/2016.

Fica rescindido o Contrato nº 241/2016 - PMP, firmado entre a Sra. ARIANE SCOLARI DOS SANTOS RHENIUS e esta PREFEITURA, em 01 de março de 2016, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha, 01 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

ARIANE SCOLARI DOS SANTOS

Contratado (a)

TESTEMUNHAS: _____

DANIELE S. DE SOUZA LUNGE

Secretária de Administração

Z:\DOCUMENTOS 2016\RESCISÃO\41 - ARIANE SCOLARI DOS SANTOS.docx

Peritiba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 53 2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2016

1º TERMO ADITIVO A ATA Nº 38/2016

PROCESSO LICITATÓRIO nº 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 06/2016

VALIDADE: 10/02/2017

O Município de Peritiba, inscrito no CNPJ (MF) sob n.º 82.815.085/0001-20, situado na Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Peritiba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu titular o Senhor VALMOR PEDRO BACCA, Prefeito Municipal em Exercício, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF nº 516.005.529-00, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n.º 3.931/01, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 06/2016, RESOLVE, registrar o preço da empresa MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Rua Ezilda Schmidt Coelho, nº 01, Barreiros, no Município de São José/SC, inscrita no CNPJ nº 80.954.555/0001-01, neste ato representada pelo seu Sócio Proprietário o Senhor MAURICIO ANSELMO COELHO, portador da Carteira de Identidade nº 5.001.594-0 CPF nº 253.012.259-87, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. Aditar quantitativo da ATA DA REGISTRO DE PREÇOS 38/2016 para a aquisição de óleos lubrificantes e graxa, para veículos e máquinas da frota municipal incluindo Secretaria de Educação (Veículos do Transporte Escolar) Secretaria de Agricultura e DMER, conforme segue:

Item	Qtd.	Und.	Especificação dos Produtos	Marca	Preço R\$	
					Unt.	Total
11	05	BD	Arla 32. Embalagem com 20 Lts.	ECOTEC	49,50	247,50
TOTAL:						247,50

Este aditamento justifica-se em virtude de já ter-se esgotado o saldo previsto inicialmente licitadas e da necessidade de aquisição para suprir a demanda junto aos veículos do DMER.

Total deste termo aditivo: R\$ 247,50 (Duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

2 . DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

2.1. As demais cláusulas e condições dispostas na ata de registro de preços 38/2015 permanecem inalteradas.

3. DO DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito o foro da comarca de Concórdia – SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam traduzir.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis.

Município de Peritiba, 01 de Junho de 2016.

VALMOR PEDRO BACCA PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO CONTRATANTE Município	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA Contratada
LIZIANE KLEIN GAERTNER CPF: 031.965.439-78 Testemunha	
GILBERTO TAKECHI GENTA CPF: 009.359.289-28 Testemunha	
TARCISIO REINALDO BERVIAN Fiscal do Contrato	PAULO CÉSAR SAATKAMP Assessor Jurídico OAB 13284

EXTRATO DE CONTRATO 54 2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Contrato: Contrato nº 54/2016

Processo Licitatório nº 71/2014, Pregão Presencial nº 37/2014

Objeto: Aditar ao lote 04 do contrato original 10/2015 a prestação de serviços de seguro para um veículo da frota Municipal, adquirido após a realização do Processo Licitatório.

Contratado: ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL)S.A

Valor: R\$ 726,38 (Setecentos e vinte e seis reais e trinta e oito centavos)

CNPJ nº 33.065.699/0001-27

Município de Peritiba – SC em 24 de Maio de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 55 2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Contrato: Contrato nº 55/2016

Edital de licitação 88/2014 Credenciamento Universal nº 03/2014 e o processo de licitação 01/2015, Inexigibilidade 01/2015

Objeto: Suspender de 01/06 a 02/10/2016 do contrato Original 04/2015 por comum acordo entre as partes, mantendo somente as publicações oficiais (divulgação de licitações e/ou balanço) sendo que neste período o valor mensal será de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Contratado: EMPRESA EDITORA CONCORDIA LTDA EPP

CNPJ nº 04.433.899/0001-97

Município de Peritiba – SC em 31 de Maio de 2016.

VALMOR PEDRO BACCA

Prefeito Municipal em Exercício

Petrolândia

PREFEITURA

CONTRATO 18 2016 - ÂNCORA SERVIÇOS

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2016

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a Empresa ÂNCORA SERVIÇOS EIRELI ME, inscrita no CNPJ: 21.285.299/0001-48. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE CAMINHÃO CAÇAMBA DE 12m³ E ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DE 17 TONELADAS, PARA PREPARAÇÃO DE CANCHA E NIVELAMENTO PÓS MACADAMIZAÇÃO COM EXTENSÃO DE 47,30 KM, CONFORME PROPOSTA SIGEF 0000017530, CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA 13ª SDR DE ITUPORANGA E O MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Data: 01/06/2016. Valor: R\$ 218.239,23. Petrolândia, 03 de junho de 2016. Joel Longen – Prefeito Municipal.

RESULTADO JULGAMENTO PREGÃO 20/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016 – RESULTADO DE JULGAMENTO

A Prefeitura Municipal de Petrolândia torna público resultado do julgamento do Pregão Presencial nº 20/2016, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE CAMINHÃO CAÇAMBA DE 12m³ E ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DE 17 TONELADAS, PARA PREPARAÇÃO DE CANCHA E NIVELAMENTO PÓS MACADAMIZAÇÃO COM EXTENSÃO DE 47,30 KM, CONFORME PROPOSTA SIGEF 0000017530, CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA 13ª SDR DE ITUPORANGA E O MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL, na qual declara vencedora a empresa ÂNCORA SERVIÇOS EIRELI ME, inscrita no CNPJ nº 21.285.299/0001-48, com o valor total de R\$ 218.239,23. Data: 03/06/2016. Joel Longen – Prefeito Municipal.

Planalto Alegre

PREFEITURA

TC002_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICÍPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA EPP Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS.
Valor: R\$ 4.251,70 (quatro mil duzentos e cinquenta e um reais com setenta centavos). Vigência: 12 meses Processo Licitatório: 007/2016
PLANALTO ALEGRE - SC, em 31 de Maio de 2016.
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC004_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICÍPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: CIRÚRGICA MÁSTER LTDA ME Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS.
Valor: R\$ 5.050,05 (cinco mil e cinquenta reais com cinco centavos). Vigência: 12 meses Processo Licitatório: 007/2016
PLANALTO ALEGRE - SC, em 31 de Maio de 2016.
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC003_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICÍPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: DENTAL OESTE EIRELI - EPP Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS.
Valor: R\$ 5.899,20 (cinco mil oitocentos e noventa e nove reais com vinte centavos). Vigência: 12 meses. Processo Licitatório: 007/2016
PLANALTO ALEGRE - SC, em 31 de Maio de 2016.
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC005_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICÍPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: LA DALLA PORTA JÚNIOR Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS.
Valor: R\$ 4.745,15 (quatro mil setecentos e quarenta e cinco reais com quinze centavos). Vigência: 12 Meses Processo Licitatório: 007/2016
PLANALTO ALEGRE - SC, em 31 de Maio de 2016.
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC006_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: ODONTOOESTE LTDA EPP Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS.
Valor: R\$ 718,74 (setecentos e dezoito reais com setenta e quatro centavos). Vigência: 12 meses Processo Licitatório: 007/2016
PLANALTO ALEGRE - SC, em 31 de Maio de 2016.
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC007_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS.
Valor: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais). Vigência: 12 Meses Processo Licitatório: 007/2016
PLANALTO ALEGRE - SC, em 31 de Maio de 2016.
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC008_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS.
Valor: R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais). Vigência: 12 meses. Processo Licitatório: 007/2016
Planalto Alegre- SC em 31 de Maio de 2016
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC009_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: POSSATTO & POSSATTO LTDA - ME Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS.
Valor: R\$ 1.634,55 (mil seiscentos e trinta e quatro reais com cinquenta e cinco centavos). Vigência: 12 meses Processo Licitatório: 007/2016
PLANALTO ALEGRE - SC, em 31 de Maio de 2016.
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC010_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: MADRIDENT COM. PROD. ODONTOLÓGICOS LTDA ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS.
Valor: R\$ 1.359,55 (mil trezentos e cinquenta e nove reais com cinquenta e cinco centavos). Vigência: 12 meses. Processo Licitatório: 007/2016
PLANALTO ALEGRE - SC, em 31 de Maio de 2016.
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC012_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: DENTAX COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS.
Valor: R\$ 2.878,10 (dois mil oitocentos e setenta e oito reais com dez centavos). Vigência: 12 meses. Processo Licitatório: 007/2016
PLANALTO ALEGRE - SC, em 31 de Maio de 2016.
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC011_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOTOLÓGICOS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS.
Valor: R\$ 7.014,50 (sete mil e quatorze reais com cinquenta centavos). Vigência: 12 meses Processo Licitatório: 007/2016
PLANALTO ALEGRE - SC, em 31 de Maio de 2016.
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC013_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: DENTAL SHOW – COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS.
Valor: R\$ 7.906,81 (sete mil novecentos e seis reais com oitenta e um centavos). Vigência: 12 meses. Processo Licitatório: 007/2016
PLANALTO ALEGRE - SC, em 31 de Maio de 2016.
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC014_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATÓRIOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE.
Valor: R\$ 7.550,00 (sete mil quinhentos e cinquenta reais) Vigência: 12 meses. Processo Licitatório: 008/2016
PLANALTO ALEGRE - SC, em 31 de Maio de 2016.
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC016_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA EPP Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATÓRIOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE.
Valor: R\$ 15.773,55 (quinze mil setecentos e setenta e três reais com cinquenta e cinco centavos). Vigência: 12 meses Processo Licitatório: 008/2016
PLANALTO ALEGRE - SC, em 31 de Maio de 2016.
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC015_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATÓRIOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE.
Valor: R\$ 50.724,57 (cinquenta mil setecentos e vinte e quatro reais com cinquenta centavos). Vigência: 12 meses Processo Licitatório: 008/2016
PLANALTO ALEGRE - SC, em 31 de Maio de 2016.
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC017_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: DENTAL OESTE EIRELI - EPP Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATÓRIOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE.
Valor: R\$ 6.912,00 (seis mil novecentos e doze reais). Vigência: 12 meses Processo Licitatório: 008/2016
PLANALTO ALEGRE - SC, em 31 de Maio de 2016.
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC018_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: LA DALLA PORTA JÚNIOR Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATÓRIOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE.
Valor: R\$ 17.190,35 (dezesete mil cento e noventa reais com trinta e cinco centavos). Vigência: 12 meses Processo Licitatório: 008/2016
PLANALTO ALEGRE - SC, em 31 de Maio de 2016.
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC020_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATÓRIOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE.
Valor: R\$ 6.722,45 (seis mil setecentos e vinte dois reais com quarenta e cinco centavos). Vigência: 12 meses. Processo Licitatório: 008/2016
Planalto Alegre- SC em 31 de Maio de 2016
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC019_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: ODONTOOESTE LTDA EPP Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATÓRIOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE.
Valor: R\$ 3.252,08 (três mil duzentos e cinquenta e dois reais com oito centavos). Vigência: 12 meses Processo Licitatório: 008/2016
PLANALTO ALEGRE - SC, em 31 de Maio de 2016.
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

TC021_2016

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Planalto Alegre. Contratada: PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL EIRELI. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATÓRIOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE.
Valor: R\$ 31.288,10 (trinta e um mil duzentos e oitenta e oito reais com dez centavos). Vigência: 12 meses Processo Licitatório: 008/2016
PLANALTO ALEGRE - SC, em 31 de Maio de 2016.
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

Pomerode

PREFEITURA

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 007 / 2015 PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 007 / 2015
PRAZO

Processo Administrativo n.º 013 / 2015.

Edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º 003 / 2015.

Inexigibilidade de Licitação n.º 005 / 2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS RETANGULARES, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS OU PAVIMENTAÇÃO INTERTRAVADA DE VIAS PÚBLICAS, EM REGIME DE MUTIRÃO.

Prorrogação – Prazo final – 30/06/2016.

Permanece inalterado o valor unitário contratado por metro quadrado – Lote 01: Pavimentação asfáltica – R\$71,73 (setenta e um reais e setenta e três centavos).

Justificativa: Prorrogação de vigência contratual tendo em vista que não foram totalmente finalizadas as obras em regime de mutirão já em andamento e aprovadas pelos proprietários lindeiros à via pública a ser pavimentada, permanecendo inalterado o valor unitário por metro quadrado contratado, conforme estabelecem as Cláusulas Primeira e Quarta do Contrato Administrativo n.º 007/2015 e Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode / SC, 21 de Março de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 017 / 2015 PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 017 / 2015
PRAZO

Processo Administrativo n.º 013 / 2015.

Edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º 003 / 2015.

Inexigibilidade de Licitação n.º 005 / 2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI - EPP.

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS RETANGULARES, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS OU PAVIMENTAÇÃO INTERTRAVADA DE VIAS PÚBLICAS, EM REGIME DE MUTIRÃO.

Prorrogação – Prazo final – 30/06/2016.

Permanece inalterado o valor unitário contratado por metro quadrado - Lote 02: Pavimentação lajotas retangulares – R\$66,15 (sessenta e seis reais e quinze centavos); - Lote 03: Pavimentação lajotas sextavadas – R\$65,65 (sessenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos); - Lote 04: Pavimentação com paver 08cm – R\$74,80 (setenta e quatro reais e oitenta centavos); e - Lote 05: Pavimentação com paver 06cm (passeio) - R\$61,45 (sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos).

Justificativa: Prorrogação de vigência contratual tendo em vista que não foram totalmente finalizadas as obras em regime de mutirão já em andamento e aprovadas pelos proprietários lindeiros à via pública a ser pavimentada, permanecendo inalterado o valor unitário por metro quadrado contratado, conforme estabelecem as Cláusulas Primeira e Quarta do Contrato Administrativo n.º 017/2015 e Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode / SC, 05 de Abril de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO_RADIOPOMERODE-PROCESSO ADMINISTRATIVO 003/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE

PROCESSO ADMINISTRATIVO 003/2016

PREGÃO PRESENCIAL 002/2016

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Pomerode

CONTRATADO: Radio Pomerode Ltda.

OBJETO: RETRANSMISSÃO EM FREQUÊNCIA AM OU FM DAS SESSÕES LEGISLATIVAS, DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS E REQUERIMENTOS VOTADOS, EVENTOS ESPECIAIS DE NATUREZA CULTURAL E DE CARÁTER EDUCATIVO POR INTERMÉDIO DE INSERÇÕES DE UM MINUTO.

PRAZO: O prazo de execução / fornecimento do material é de 730 dias e, terá vigência de 09/05/2016 à 08/05/2018, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo.

REAJUSTE: Anualmente, e havendo prorrogação de prazo contratual, os serviços contratados, sofrerão reajuste baseado no índice do INPC – IBGE.

VALOR TOTAL: R\$ 460.320,00, (Quatrocentos e sessenta mil, trezentos e vinte reais).

POMERODE-SC, 09 de maio de 2016.

Claus Krahn

Presidente

EXTRATO_SOCIEDADEVALECOMUNICAÇÕES-PROCESSO ADMINISTRATIVO 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE

PROCESSO ADMINISTRATIVO 003/2016

PREGÃO PRESENCIAL 002/2016

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Pomerode

CONTRATADO: Sociedade Vale de Comunicações Ltda ME.

OBJETO: DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS E REQUERIMENTOS VOTADOS POR INTERMÉDIO DE INSERÇÕES DE UM MINUTO E EVENTOS ESPECIAIS DE NATUREZA CULTURAL E DE CARÁTER EDUCATIVO EM FREQUÊNCIA FM DE ACORDO COM AS PREVISÕES LEGAIS.

PRAZO: O prazo de execução / fornecimento do material é de 730 dias e, terá vigência de 09/05/2016 à 08/05/2018, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo.

REAJUSTE: Anualmente, e havendo prorrogação de prazo contratual, os serviços contratados, sofrerão reajuste baseado no índice do INPC – IBGE.

VALOR TOTAL: R\$ 192.500,00, (Cento e noventa e dois mil e quinhentos reais).

POMERODE-SC, 09 de maio de 2016.

Claus Krahn

Presidente

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 058/2016

DECRETO Nº 058/2016 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.
"HOMOLOGA RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2015".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal Interino de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada e demais legislação de regência e,
CONSIDERANDO a realização do Concurso Público n. 001/2015;

CONSIDERANDO o resultado divulgado pelo Instituto Barriga Verde a Comissão Municipal de Concurso Público deste Município;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica HOMOLOGADO o resultado do Concurso Público n. 001/2015, conforme a respectiva classificação que segue anexa.

Art. 2º. - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANEXO I

DECRETO 059/2016

DECRETO Nº 059/2016 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.
"HOMOLOGA RESULTADO TESTE SELETIVO".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal Interino de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada e demais legislação de regência e,

CONSIDERANDO a realização do Processo Seletivo 002/2015 visando à contratação de servidores em caráter temporário;

CONSIDERANDO o resultado divulgado pelo Instituto Barriga Verde a Comissão Municipal de Concurso Público e Teste Seletivo deste Município;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica HOMOLOGADO o resultado do Processo Seletivo n. 002/2015, conforme a respectiva classificação que segue anexa.

Art. 2º. - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANEXO I

DECRETO 398/2016

DECRETO Nº 398/2016 DE 09 DE MAIO DE 2016.
"HOMOLOGA RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2016".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal Interino de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada e demais legislação de regência e,
CONSIDERANDO a realização do Concurso Público n. 001/2016;

CONSIDERANDO o resultado divulgado pelo Instituto Barriga Verde a Comissão Municipal de Concurso Público deste Município;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica HOMOLOGADO o resultado do Concurso Público n. 001/2016, conforme a respectiva classificação que segue anexa.

Art. 2º. - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANEXO I

DECRETO 411/2016

DECRETO Nº 411/2016, DE 16 DE MAIO DE 2016.
"ESTABELECE CONTROLE DE CARGA HORÁRIA DAS AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido que o controle de carga horária desempenhada pelas Agentes Comunitárias de Saúde se dará da seguinte forma:

I – As Agentes Comunitárias de Saúde deverão registrar o início e término da jornada de trabalho nos pontos eletrônicos no Posto de Saúde da área de Estratégia de Saúde da Família - ESF de sua respectiva atuação;

II – As Agentes que atendam as comunidades do interior do Município de Ponte Serrada deverão comprovar a jornada diária de trabalho batendo ponto uma vez por semana no Posto de Saúde de sua área de ESF e nos demais dias em livro ponto próprio, sendo de sua responsabilidade a veracidade das informações nele prestadas, podendo ser responsabilizadas em caso de anotações não verdadeiras;

Art. 2º - As Agentes de Saúde deverão prestar conta das visitas domiciliares das famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, mediante a coleta de assinatura das pessoas entrevistadas, à supervisão da enfermeira responsável pela ESF a fim de viabilizar a organização do trabalho.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE MAIO DE 2016.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 414/2016

DECRETO Nº 414/2016, DE 16 DE MAIO DE 2016.
"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:
CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 002/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. RUBIA MARA VIEIRA, portadora do RG n. 4.894.924-8 e do CPF n. 042.384.599-38, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 30:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE MAIO DE 2016.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 415/2016

DECRETO Nº 415/2016, DE 16 DE MAIO DE 2016.
"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL/VERTICAL CONFORME ESPECÍFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a progressão horizontal/vertical, decorrentes de cursos, a servidora Sra. MARIZA LOPES PIMENTEL, matrícula 5758, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, com 30 horas manais, nível "111, referencia "D", passando – o para o nível "112" referencia "A".

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 02 de janeiro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 416/2016

DECRETO Nº 416/2016 DE 18 DE MAIO DE 2016.
"REDUZ LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica reduzida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. TEREZINHA DE OLIVEIRA BUENO LAMP, matrícula 173, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O benefício n. 6132981792 foi concedido até o dia 27 de março de 2016, sendo que a servidora entregou o comunicado de decisão do INSS no dia 10 de maio de 2016, e a mesma retornou as suas atividades normais no dia 28 de março de 2016.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 28 de março de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE MAIO DE 2016.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 418/2016

DECRETO Nº 418/2016 DE 18 DE MAIO DE 2016.
"REDUZ LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica reduzida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. TAIS ERECINA ACUNHA GOMES PEDROSO, matrícula 1615, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício n. 6140708579 foi indeferido, conforme comunicado de decisão em anexo..

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 04 de maio de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 418/2016

DECRETO Nº 418/2016 DE 18 DE MAIO DE 2016.

"REDUZ LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica reduzida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. TAIS ERECINA ACUNHA GOMES PEDROSO, matrícula 1615, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício n. 6140708579 foi indeferido, conforme comunicado de decisão em anexo..

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 04 de maio de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 464/2016

DECRETO Nº 464/2016, DE 01 DE JUNHO DE 2016.

- DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS- .

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 7º da Lei Municipal nº. 2.263, de 15 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um crédito especial no valor de R\$ 823.000,00 (Oitocentos e Vinte e Três Mil Reais) conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS
Unidade: 0401 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS

4.1.15.451.1501.1.003 – Execução de Obras de Infraestrutura Urbana

Modalidade de Aplicação: 4490000000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte de Recursos: 00.01.024 – 99 - Valor: R\$ 774.875,64

Modalidade de Aplicação: 3390000000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte de Recursos: 00.01.024 – 100 - Valor: R\$ 48.124,36

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto pelo artigo 1º: serão utilizados recursos do Provável Excesso de Arrecadação, proveniente do repasse da 1ª parcela do Convênio nº 2014TR003536 – FUN-DAM, através da Secretaria de Infraestrutura Estadual.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE JUNHO DE 2016

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

SEXTO EDITAL DE CHAMAMENTO CONCURSO PÚBLICO 001/2015

EDITAL DE CHAMAMENTO

SEXTO Chamamento do Concurso Público 001/2015

O presente expediente tem por finalidade realizar o chamamento de candidatos aprovados no concurso público que trata o Edital nº 001/2015, a fim de que compareçam junto ao departamento de RH da Prefeitura de Ponte Serrada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste, e apresentarem a documentação prevista no ANEXO I deste Edital com vistas a que possam tomar posse no respectivo cargo, conforme segue:

OPERADOR DE MOTONIVELADORA

3º	JULIANO CESAR DAVI	268395
----	--------------------	--------

PSICOLOGO 40 HORAS

1º	FRANCIESCO LUIZ GRAFFITTI	262153
----	---------------------------	--------

OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA

1º	MATEUS JUNIOR VICENSI	254227
----	-----------------------	--------

Ponte Serrada – SC, 01 de Junho de 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO DOS CARGOS

- RG e CPF - Cópia
- Título Eleitoral Com Certidão de Quitação Eleitoral
- Documento de Inscrição no PIS-PASEP ou Carteira de Trabalho
- 01 Foto 3x4
- Certidão Nascimento ou Casamento
- Certidão Nascimento Filhos Menores 14 anos
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais
- Conta Salário Banco Bradesco
- Exame Médico Admissional
- Declaração Bens
- Declaração de Não-Acumulação de Cargos Públicos
- Certificado de Reservista (Sexo Masculino)
- Comprovante de Endereço
- CNH Categoria Conforme Veículo a Ser Conduzido
- Diploma Ensino Fundamental/Ensino Médio/ Ensino Superior conforme exigido para ocupação do cargo.
- TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER AUTENTICADOS EM CARTÓRIO

TERCEIRO EDITAL DE CHAMAMENTO CONCURSO PÚBLICO 001 2016**EDITAL DE CHAMAMENTO****TERCEIRO Chamamento do Concurso Público 001/2016**

O presente expediente tem por finalidade realizar o chamamento de candidatos aprovados no concurso público que trata o Edital nº 001/2016, a fim de que compareçam junto ao departamento de RH da Prefeitura de Ponte Serrada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste, e apresentarem a documentação prevista no ANEXO I deste Edital com vistas a que possam tomar posse no respectivo cargo, conforme segue:

OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA

1º	ROUMARIO LUIZ BOTTOLI	325099
2º	NERI FOGAÇA DE LIMA	323365

Ponte Serrada – SC, 01 de Junho de 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO DOS CARGOS

- RG e CPF - Cópia
- Título Eleitor Com Certidão de Quitação Eleitoral
- Documento de Inscrição no PIS-PASEP ou Carteira de Trabalho
- 01 Foto 3x4
- Certidão Nascimento ou Casamento
- Certidão Nascimento Filhos Menores 14 anos
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais
- Conta Corrente Banco Bradesco
- Exame Médico Admissional
- Declaração Bens
- Declaração de Não-Acumulação de Cargos Públicos
- Certificado de Reservista (Sexo Masculino)
- Comprovante de Endereço
- CNH Categoria Conforme Veículo a Ser Conduzido
- Diploma Ensino Fundamental/Ensino Médio/ Ensino Superior conforme exigido para ocupação do cargo.
- TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER AUTENTICADOS EM CARTÓRIO

Porto Belo

PREFEITURA

PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 020/2016 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço - 020/2016 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por lote;

Objeto: Contratação de empresa especializada em locação de palcos e tendas para eventos que venham a ser realizados no Município de Porto Belo, pelo período de 12 meses, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 10:00 horas do dia 16/06/2016, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 10:01 horas do dia 16/06/2016, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 02 de junho de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 003 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 003/2016

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo de Serviços, do Demonstrativo de Gestão do Programa Bolsa Família e do Demonstrativo IGD SUAS do ano de 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Belo/SC (CMAS) em reunião extraordinária, realizada no dia 25 de maio de 2016, no uso de suas competências e atribuições que lhes são conferidas pela Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social e pela Lei Municipal Nº 944 de 2 de abril de 1997, que instituiu o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS ,

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o Demonstrativo de Serviços, o Demonstrativo de Gestão do Programa Bolsa Família e o Demonstrativo IGD SUAS do ano de 2015.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, 25 de maio de 2016.

Lilian Mazurek Meyer

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

EXTRATO PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO - 006/2016 FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço - 006/2016 FUMTUR

Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização do serviço de reforço de estacas subaquáticas com colocação de camisa de aço no Píer Municipal, atendendo as necessidades da Fundação Municipal de Turismo Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo deste Edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 17/06/2016, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 14:01 horas do dia 17/06/2016, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 01 de junho de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 944/2016

DECRETO Nº 944, de 04 de maio de 2016.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.332, de 24 de junho de 2015 (LDO) e 4.377, de 16 de dezembro de 2015 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento Geral do Município, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, o valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0213 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2106 – Média e Alta Complexidade Saúde		
MODALIDADE	3390 – 170 – Aplicações Diretas	184	30.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		30.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0213 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2106 – Média e Alta Complexidade Saúde		
MODALIDADE	3191 – 170 – Aplicações Diretas – Oper. Intraorçamentárias	179	14.000,00
MODALIDADE	3350 – 170 – Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos	181	8.000,00
MODALIDADE	4490 – 170 – Aplicações Diretas	187	8.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 04 de maio de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças

ROGÉRIO LUÍS STASIAK
Secretário Municipal de Saúde e Contabilidade

EXTRATO DE ADITIVO DE ATA 092/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Termo Aditivo de Ata de Registro de Preços 092/2016 - PREFEITURA

Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 007/2016.

Partes: Município de Porto União e Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.

1.1 – DESCRIÇÃO DO ITEM

Altera-se o valor do item 19 – Enalapril, maleato de 5 mg, para R\$ 0,0578.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 16 de maio de 2016.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 081/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 081/2016
Partes: Município de Porto União e V.A. Budal – ME.
Objeto: Contratação de empresa para revelação de 30 (trinta) fotos digitais em tamanho 15 x 21 cm, coloridas em papel fotográfico brilhante referente ao desenvolvimento de ações do projeto “Educação em Saúde Ambiental”, nos bairros Vice King e Santa Rosa, conforme CONVÊNIO FUNASA nº 0544/2013.
Valor Total: R\$ 60,00 (sessenta reais).
Vigência: Até 30/06/2016.
Base legal: Dispensa de Licitação 020/2016, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 19 de maio de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
V.A. Budal – ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 082/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 082/2016
Partes: Município de Porto União e Ivo Pasternak – MEI.
Objeto: Contratação de empresa para realização de 20 (vinte) horas de som móvel de rua para divulgação do projeto “Educação em Saúde Ambiental”, nos bairros Vice King e Santa Rosa, conforme CONVÊNIO FUNASA nº 0544/2013.
Valor Total: R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais).
Vigência: Até 30/06/2016.
Base legal: Dispensa de Licitação 021/2016, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 19 de maio de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Ivo Pasternak – MEI.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 079/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 079/2016 - PREFEITURA
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 075/2015 - SAÚDE
Partes: Município de Porto União e Herbert Materiais para Construção Ltda.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 2.172,22 (dois mil cento e setenta e dois reais e vinte e dois centavos), equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 16 de maio de 2016.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 080/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 080/2016 - PREFEITURA
Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 199/2015
Partes: Município de Porto União e Oliveira Terraplanagens Ltda - ME.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Inclui-se o texto: A área de conclusão do Parque Turístico Morro da Cruz, refere-se a 1.139,61m², correspondente a 63% da área de 1.808,93m², sendo que a área de 669,32m² foi concluída através do contrato nº. 172/2014 – P.L. nº 085/2014 – T.P. 010/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

Glosa-se o valor de R\$ 5.363,30 (cinco mil trezentos e sessenta e três reais e trinta centavos) ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 17 de maio de 2016.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 083/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 083/2016 - PREFEITURA
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 082/2015
Partes: Município de Porto União e VW Comércio Atacadista Ltda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 20 de maio de 2016.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 084/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 084/2016 - PREFEITURA
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 086/2015
Partes: Município de Porto União e Hobi S/A – Mineração de Areia e Concreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior a contar de 21/05/2016.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 20 de maio de 2016.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 085/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 085/2016 - PREFEITURA
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 081/2015
Partes: Município de Porto União e AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda - EPP.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 20 de maio de 2016.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 086/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 086/2016 - PREFEITURA
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 085/2015
Partes: Município de Porto União e Hobi S/A – Mineração de Areia e Concreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior a contar de 21/05/2016.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 20 de maio de 2016.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 088/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 088/2016 - PREFEITURA
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 089/2015
Partes: Município de Porto União e Alaor Rodrigues.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior até dia 20 de dezembro de 2016, a contar de 21/05/2016.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 20 de maio de 2016.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 089/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 089/2016 - PREFEITURA
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 090/2015
Partes: Município de Porto União e Willian Francisco Diniz.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior até dia 20 de dezembro de 2016, a contar de 21/05/2016.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 20 de maio de 2016.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 090/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 090/2016 - PREFEITURA
Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 031/2016
Partes: Município de Porto União e Daros Construtora Ltda – ME.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 8.590,90 (oito mil quinhentos e noventa reais e noventa centavos), equivalente a 23,89% (vinte e três vírgula oitenta e nove por cento) ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 20 de maio de 2016.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 091/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 091/2016 - PREFEITURA
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 084/2015
Partes: Município de Porto União e Pedro Vicente Boese Padilha 53135199991.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por 12 (doze) meses o aludido contrato superior, a contar de 21/05/2016.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 20 de maio de 2016.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 016/2016

PORTARIA Nº 016, de 1º de junho de 2016.

Dispõe sobre conclusão final de Comissão de Inquérito Administrativo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, Alínea "f" da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a conclusão final da Comissão de Inquérito Administrativo nomeada pela Portaria nº 046, de 06 de outubro de 2015, donde restou caracterizado que houve infração disciplinar ao Inciso IV, do Artigo 227, da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, por parte do Servidor Público Municipal Carlos Henrique Serrer;

CONSIDERANDO que foram observados todos os princípios constitucionais, principalmente de ampla defesa e contraditório;

CONSIDERANDO o parecer jurídico da Assessoria Jurídica desta Prefeitura Municipal;

CONSIDERANDO o julgamento do Prefeito Municipal, embasado no Relatório Final da Comissão e respectivo parecer jurídico,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o Servidor Público Municipal CARLOS HENRIQUE SERRER, com fulcro no Artigo nº 227, inciso IV, da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, nos termos do que dispõe o Artigo 222, Inciso III, do mesmo Diploma Legal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de junho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2º BIMESTRE DE 2016

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	95.384.352,00	95.384.352,00	14.446.374,52	15,15	25.998.318,54	69.386.033,46	
RECEITAS CORRENTES	79.674.758,50	79.674.758,50	13.640.121,04	17,12	24.925.698,62	54.749.059,88	
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.816.960,00	10.816.960,00	3.710.898,30	34,31	4.810.860,24	6.006.098,76	
IMPOSTOS	8.057.280,00	8.057.280,00	3.336.145,91	41,41	4.038.936,10	4.018.343,90	
TAXAS	2.710.400,00	2.710.400,00	374.752,39	13,83	771.924,14	1.938.475,86	
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	49.280,00	49.280,00	0,00	0,00	0,00	49.280,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.558.400,00	4.558.400,00	996.880,76	21,87	1.727.957,59	2.830.442,41	
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.449.600,00	3.449.600,00	606.993,56	17,60	1.334.476,38	2.115.123,62	
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.108.800,00	1.108.800,00	389.887,20	35,16	393.481,21	715.318,79	
RECEITA PATRIMONIAL	10.088.712,71	10.088.712,71	2.096.071,25	20,78	3.622.257,72	6.466.454,99	
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	36.960,00	36.960,00	1.134,00	3,07	2.268,00	34.692,00	
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	9.250.952,71	9.250.952,71	2.094.937,25	22,65	3.619.989,72	5.630.962,99	
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	800.800,00	800.800,00	0,00	0,00	0,00	800.800,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	51.353.680,00	51.353.680,00	6.556.058,52	12,77	14.253.311,35	37.100.368,65	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	51.310.560,00	51.310.560,00	6.555.795,81	12,78	14.188.158,64	37.122.401,36	
TRANSF. DE CONV.	43.120,00	43.120,00	262,71	0,61	65.152,71	-22.032,71	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.857.005,79	2.857.005,79	280.212,21	9,81	511.311,72	2.345.694,07	
MULTAS E JUROS DE MORA	960.960,00	960.960,00	128.335,26	13,35	240.186,08	720.773,92	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	332.637,79	332.637,79	16.725,01	5,03	25.851,28	306.786,51	
RECEITA DA DIVIDAATIVA	862.400,00	862.400,00	70.584,35	8,18	134.967,58	727.432,42	
RECEITAS DIVERSAS	701.008,00	701.008,00	64.567,59	9,21	110.306,78	590.701,22	
RECEITAS DE CAPITAL	15.709.593,50	15.709.593,50	806.253,48	5,13	1.072.619,92	14.636.973,58	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.360.000,00	3.360.000,00	588.530,60	17,52	588.530,60	2.771.469,40	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	3.360.000,00	3.360.000,00	588.530,60	17,52	588.530,60	2.771.469,40	
ALIEAÇÃO DE BENS	305.547,84	305.547,84	31.255,80	10,23	62.511,60	243.036,24	
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	123.211,84	123.211,84	0,00	0,00	0,00	123.211,84	
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	182.336,00	182.336,00	31.255,80	17,14	62.511,60	119.824,40	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12.044.045,66	12.044.045,66	186.467,08	1,55	421.577,72	11.622.467,94	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.123.968,00	2.123.968,00	0,00	0,00	0,00	2.123.968,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	9.920.077,66	9.920.077,66	186.467,08	1,88	421.577,72	9.498.499,94	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.956.800,00	2.956.800,00	472.418,88	15,98	1.096.300,92	1.860.499,08	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	98.341.152,00	98.341.152,00	14.918.793,40	15,17	27.094.619,46	71.246.532,54	
OPERÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/4

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL				PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
		No Bimestre (b)		% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)					
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)												
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)		98.341.152,00	98.341.152,00	98.341.152,00	—	—	15,17	27.094.619,46	27,55	71.246.532,54		—
Déficit (VI)												
TOTAL (VII) = (V + VI)			98.341.152,00	98.341.152,00			15,17	27.094.619,46	27,55	71.246.532,54		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CREDITOS ADICIONAIS)			—	891.607,11	—	—	—	351.359,15	—	—		—
Superávit Financeiro			—	891.607,11	—	—	—	351.359,15	—	—		—
Reabertura de Créditos Adicionais			—	0,00	—	—	—	0,00	—	—		—
DESPESAS		DOTACÃO INICIAL (d)	DOTACÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)		DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)		90.615.310,32	91.506.917,43	10.193.999,89	19.901.876,03	71.605.041,40	10.155.765,46	18.667.691,44	72.839.225,99	16.877.825,38		
DESPESAS CORRENTES		63.423.913,63	63.792.820,83	9.024.959,21	17.141.472,23	46.651.348,60	8.482.530,75	16.199.222,48	47.593.598,35	14.762.415,22		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		38.162.422,81	38.502.422,81	5.277.209,79	10.440.205,96	28.062.216,85	5.277.209,79	10.440.205,96	28.062.216,85	10.048.880,93		
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		401.632,00	401.632,00	3.450,17	5.775,98	395.856,02	3.450,17	5.775,98	395.856,02	5.775,98		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		24.859.858,82	24.888.766,02	3.744.298,25	6.695.490,29	18.193.275,73	3.201.870,79	5.753.240,54	19.135.525,48	4.707.758,31		
DESPESAS DE CAPITAL		23.165.220,69	23.687.920,60	1.169.041,68	2.760.403,80	20.927.516,80	1.673.234,71	2.468.468,96	21.219.451,64	2.115.410,16		
INVESTIMENTOS		22.439.780,69	22.962.480,60	1.128.785,43	2.659.841,47	20.302.639,13	1.632.978,46	2.367.906,63	20.594.573,97	2.030.475,73		
INVERSOES FINANCEIRAS		24.640,00	24.640,00	0,00	0,00	24.640,00	0,00	0,00	24.640,00	0,00		
AMORTIZACAO DA DÍVIDA		700.800,00	700.800,00	40.256,25	100.562,33	600.237,67	40.256,25	100.562,33	600.237,67	84.934,43		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		4.026.176,00	4.026.176,00	0,00	0,00	4.026.176,00	0,00	0,00	4.026.176,00	0,00		
RESERVA DE CONTINGENCIA		4.026.176,00	4.026.176,00	0,00	0,00	4.026.176,00	0,00	0,00	4.026.176,00	0,00		
RESERVA DO RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)		4.769.041,68	4.769.041,68	465.498,68	948.737,36	3.820.304,32	413.675,57	894.965,10	3.874.076,58	720.698,02		
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)		95.384.352,00	96.275.959,11	10.659.498,57	20.850.613,39	75.425.345,72	10.569.441,03	19.562.856,54	76.713.302,57	17.598.523,40		

Continuação 3/4

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	95.384.352,00	96.275.959,11	10.659.498,57	20.850.613,39	75.425.345,72	10.569.441,03	19.562.656,54	76.713.302,57	17.598.523,40
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	7.531.962,92	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	95.384.352,00	96.275.959,11	10.659.498,57	20.850.613,39	—	10.569.441,03	27.094.619,46	—	17.598.523,40

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
Receitas (Intra-Orçamentárias)	2.956.800,00	2.956.800,00	472.418,88	15,98	1.096.300,92	1.860.499,08
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.956.800,00	2.956.800,00	472.418,88	15,98	1.096.300,92	1.860.499,08
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.956.800,00	2.956.800,00	472.418,88	15,98	1.096.300,92	1.860.499,08
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.956.800,00	2.956.800,00	472.418,88	15,98	1.096.300,92	1.860.499,08

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		
Despesas Intra-Orçamentárias	4.769.041,68	4.769.041,68	465.498,68	948.737,36	3.820.304,32	720.698,02
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.769.041,68	4.769.041,68	465.498,68	948.737,36	3.820.304,32	720.698,02

FONTE:

Nota: O Déficit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 399.838,39

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PORTO UNIAO, 30/05/2016

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPALDINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933SOFIA SYDOL
SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADEAFONSO WASMANN NETO
CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/total b)		% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Administração	90.615.310,32	91.506.917,43	10.193.999,89	19.901.876,03	95,45	10.155.765,46	18.667.691,44	72.839.225,99
Planejamento e Orçamento	5.928.120,00	5.928.120,00	594.484,06	1.162.198,28	5,57	568.684,43	1.110.568,66	4.817.551,34
Administração Geral	381.920,00	381.920,00	51.855,46	98.302,18	0,47	48.915,46	95.362,18	286.557,82
Administração Financeira	4.664.088,00	4.664.088,00	397.586,63	802.794,27	3,85	393.842,34	785.084,85	3.879.003,35
Defesa Nacional	882.112,00	882.112,00	145.041,97	261.101,83	1,25	125.926,63	230.121,83	651.990,17
Defesa Terrestre	2.464,00	2.464,00	116,40	116,40	0,00	116,40	116,40	2.347,60
Segurança Pública	2.464,00	2.464,00	116,40	116,40	0,00	116,40	116,40	2.347,60
Policimento	744.128,00	764.128,00	94.126,39	117.515,90	0,56	72.188,82	94.172,93	669.955,07
Defesa Civil	189.728,00	209.728,00	37.295,82	42.672,74	0,20	24.379,30	28.965,82	180.762,18
Assistência Social	554.400,00	554.400,00	56.830,57	74.843,16	0,36	47.809,52	65.207,11	489.192,89
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.756.560,00	2.756.560,00	331.087,40	590.901,91	2,83	319.438,17	576.553,14	2.180.006,86
Assistência Comunitária	230.384,00	230.384,00	2.903,81	7.341,78	0,04	2.903,81	7.341,78	223.042,22
Previdência Social	2.526.176,00	2.526.176,00	328.183,59	583.560,13	2,80	316.534,36	569.211,36	1.956.964,64
Previdência do Regime Estatutário	12.403.776,00	12.403.776,00	519.936,62	1.002.610,06	4,81	520.804,32	1.002.610,06	11.401.165,94
Saúde	18.124.200,00	18.615.149,91	519.936,62	5.792.862,28	27,78	2.866.418,39	5.334.325,97	13.280.823,94
Atenção Básica	12.295.120,00	12.786.069,91	2.452.169,13	4.821.918,47	23,13	2.294.193,74	4.382.269,11	8.403.800,80
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.829.080,00	5.829.080,00	530.807,18	970.943,81	4,66	572.224,65	952.056,86	4.877.023,14
Educação	16.818.334,32	16.828.334,32	2.287.221,57	4.423.240,08	21,21	2.219.962,02	4.350.820,60	12.477.513,72
Ensino Fundamental	9.978.559,18	9.988.559,18	1.479.034,10	2.892.780,36	13,87	1.420.847,79	2.829.569,44	7.158.989,74
Educação Infantil	4.973.538,60	4.973.538,60	800.188,25	1.519.097,99	7,29	791.795,06	1.510.569,48	3.462.969,12
Educação de Jovens e Adultos	1.866.236,54	1.866.236,54	7.999,22	11.361,73	0,05	7.319,17	10.681,68	1.855.554,86
Cultura	763.840,00	763.840,00	91.553,32	176.545,54	0,85	89.113,44	173.593,66	590.246,34
Difusão Cultural	763.840,00	763.840,00	91.553,32	176.545,54	0,85	89.113,44	173.593,66	590.246,34
Urbanismo	12.980.176,00	13.294.083,20	1.552.467,36	3.287.266,44	15,77	1.862.898,78	2.837.819,92	10.456.263,28
Infra-Estrutura Urbana	9.653.776,00	9.653.776,00	755.597,37	1.992.036,12	9,55	1.381.714,42	1.869.628,99	7.784.147,01
Serviços Urbanos	3.080.000,00	3.393.907,20	796.869,99	1.286.966,46	6,17	481.184,36	959.927,07	2.433.980,13
Lazer	246.400,00	246.400,00	0,00	8.263,86	0,04	0,00	8.263,86	238.136,14
Habituação	2.330.944,00	2.330.944,00	24.210,62	64.119,95	0,31	24.210,62	64.119,95	2.266.824,05
Habituação Urbana	2.330.944,00	2.330.944,00	24.210,62	64.119,95	0,31	24.210,62	64.119,95	2.266.824,05
Saneamento	1.478.400,00	1.478.400,00	11.460,20	31.436,44	0,15	16.554,90	27.886,04	1.450.513,96
Saneamento Básico Urbano	1.478.400,00	1.478.400,00	11.460,20	31.436,44	0,15	16.554,90	27.886,04	1.450.513,96
Gestão Ambiental	598.752,00	598.752,00	50.316,13	95.703,38	0,46	50.316,13	95.703,38	503.048,62
Preservação e Conservação Ambiental	524.832,00	524.832,00	50.316,13	95.703,38	0,46	50.316,13	95.703,38	429.128,62
Recursos Hídricos	73.920,00	73.920,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73.920,00
Agricultura	997.920,00	997.920,00	125.168,87	217.737,37	1,04	120.929,19	210.517,79	787.402,21
Abastecimento	12.320,00	12.320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.320,00
Promoção da Produção Agropecuária	985.600,00	985.600,00	125.168,87	217.737,37	1,04	120.929,19	210.517,79	775.082,21
Indústria	482.944,00	482.944,00	10.809,94	18.908,74	0,09	10.809,94	18.908,74	464.035,26
Promoção Industrial	359.744,00	359.744,00	10.809,94	18.908,74	0,09	10.809,94	18.908,74	340.835,26

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	90.615.310,32	91.506.917,43	10.193.998,89	19.901.876,03	95,45	10.155.765,46	18.667.691,44	72.839.225,99
Indústria	482.944,00	482.944,00	10.809,94	18.908,74	0,09	10.809,94	18.908,74	484.035,26
Produção Industrial	123.200,00	123.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123.200,00
Comércio e Serviços	182.336,00	182.336,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	182.336,00
Turismo	182.336,00	182.336,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	182.336,00
Comunicações	12.320,00	12.320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.320,00
Telecomunicações	12.320,00	12.320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.320,00
Energia	369.600,00	369.600,00	4.770,00	13.250,00	0,06	4.770,00	13.250,00	356.350,00
Energia Elétrica	369.600,00	369.600,00	4.770,00	13.250,00	0,06	4.770,00	13.250,00	356.350,00
Transporte	7.287.280,00	7.299.030,00	592.947,69	1.406.249,77	6,74	586.628,55	1.365.589,59	5.933.440,41
Infra-Estrutura Urbana	36.960,00	48.710,00	11.750,00	11.750,00	0,06	0,00	0,00	48.710,00
Transporte Rodoviário	7.188.720,00	7.188.720,00	581.197,69	1.394.499,77	6,69	586.628,55	1.365.589,59	5.823.130,41
Transporte Hidroviário	61.600,00	61.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.600,00
Desporto e Lazer	1.781.472,00	1.781.472,00	110.001,11	186.087,09	0,89	109.120,69	181.643,90	1.599.828,10
Desporto Comunitário	1.781.472,00	1.781.472,00	110.001,11	186.087,09	0,89	109.120,69	181.643,90	1.599.828,10
Encargos Especiais	4.571.744,00	4.616.744,00	810.345,90	1.315.126,40	6,31	712.800,67	1.209.490,71	3.407.253,29
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	492.800,00	492.800,00	96.215,14	176.092,49	0,84	96.215,14	176.092,49	316.707,51
Refinanciamento da Dívida Interna	1.095.040,00	1.095.040,00	43.706,42	106.338,31	0,51	43.706,42	106.338,31	988.701,69
Outros Encargos Especiais	2.983.904,00	3.028.904,00	670.424,34	1.032.695,60	4,95	572.879,11	927.059,91	2.101.844,09
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.769.041,68	4.769.041,68	465.498,68	948.737,36	4,55	413.675,57	894.965,10	3.874.076,58
Assistência Social	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Assistência Comunitária	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Previdência Social	184.800,00	184.800,00	1.181,57	3.544,71	0,02	2.363,14	3.544,71	181.255,29
Previdência do Regime Estatutário	184.800,00	184.800,00	1.181,57	3.544,71	0,02	2.363,14	3.544,71	181.255,29
Saúde	949.624,00	949.624,00	108.106,00	213.063,16	1,02	55.101,32	159.290,90	790.333,10
Atenção Básica	833.024,00	833.024,00	107.226,82	210.713,43	1,01	53.454,56	156.941,17	676.082,83
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	116.600,00	116.600,00	879,18	2.349,73	0,01	1.646,76	2.349,73	114.250,27
Educação	2.712.937,68	2.712.937,68	221.258,40	451.263,10	2,16	221.258,40	451.263,10	2.261.674,58
Ensino Fundamental	1.415.532,64	1.415.532,64	136.464,44	272.415,52	1,31	136.464,44	272.415,52	1.143.117,12
Educação Infantil	925.323,80	925.323,80	84.793,96	178.847,58	0,86	84.793,96	178.847,58	746.476,22
Educação de Jovens e Adultos	372.081,24	372.081,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	372.081,24

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) Encargos Especiais	4.769.041,68	4.769.041,68	465.498,68	948.737,36	4,55	413.675,57	894.965,10	3.874.076,58
	911.680,00	911.680,00	134.952,71	280.866,39	1,35	134.952,71	280.866,39	630.813,61
Outros Encargos Especiais	911.680,00	911.680,00	134.952,71	280.866,39	1,35	134.952,71	280.866,39	630.813,61
TOTAL (III) = (I + II)	95.384.352,00	96.275.959,11	10.659.498,57	20.850.613,39	100,00	10.569.441,03	19.562.656,54	76.713.302,57

FONTE:

PORTO UNIAO, 30/05/2016

ANIZIO DE SOUZA PREFEITO MUNICIPAL	SOFIA SYDOL SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE	AFONSO WASMANN NETO CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4
DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933		

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	8.802.640,00	8.802.640,00	4.279.735,99	48,62
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.854.080,00	4.854.080,00	2.701.136,73	55,65
1.1.1- IPTU	4.743.200,00	4.743.200,00	2.698.356,52	56,89
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	110.880,00	110.880,00	2.780,21	2,51
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	825.440,00	825.440,00	230.405,36	27,91
1.2.1- ITBI	825.440,00	825.440,00	230.405,36	27,91
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.236.080,00	2.236.080,00	1.020.437,80	45,64
1.3.1- ISS	2.236.080,00	2.236.080,00	1.020.437,80	45,64
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	887.040,00	887.040,00	327.756,10	36,95
1.4.1- IRRF	887.040,00	887.040,00	327.756,10	36,95
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	34.027.840,00	34.027.840,00	10.219.207,96	30,03
2.1- Cota-Parte FPM	20.944.000,00	20.944.000,00	5.448.449,23	26,01
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	20.944.000,00	20.944.000,00	5.448.449,23	26,01
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	9.856.000,00	9.856.000,00	3.684.643,62	37,38
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	49.280,00	49.280,00	14.718,24	29,87
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	184.800,00	184.800,00	54.723,36	29,61
2.5- Cota-Parte ITR	36.960,00	36.960,00	2.008,41	5,43
2.6- Cota-Parte IPVA	2.956.800,00	2.956.800,00	1.014.665,10	34,32
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	42.830.480,00	42.830.480,00	14.498.943,95	33,85

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.522.752,00	1.522.752,00	513.073,02	33,69
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.522.752,00	1.522.752,00	513.073,02	33,69

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	6.805.568,00	6.805.568,00	2.043.702,46	30,03
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	4.188.800,00	4.188.800,00	1.089.689,76	26,01
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.971.200,00	1.971.200,00	736.928,36	37,38
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	9.856,00	9.856,00	2.943,64	29,87
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	36.960,00	36.960,00	10.944,64	29,61
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	7.392,00	7.392,00	401,63	5,43
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	591.360,00	591.360,00	202.794,43	34,29
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	13.438.880,00	13.438.880,00	3.342.364,04	24,87
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	10.752.000,00	10.752.000,00	3.342.364,04	31,09
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	2.686.880,00	2.686.880,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	3.946.432,00	3.946.432,00	1.298.661,58	32,91

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	10.765.440,00	10.765.440,00	2.558.077,49	23,76	2.558.077,49	23,76
13.1- Com Educação Infantil	3.822.267,55	3.822.267,55	1.077.126,73	28,18	1.077.126,73	28,18
13.2- Com Ensino Fundamental	6.943.172,45	6.943.172,45	1.480.950,76	21,33	1.480.950,76	21,33
14- OUTRAS DESPESAS	2.699.200,00	2.699.200,00	519.042,30	19,23	517.708,65	19,18
14.1- Com Educação Infantil	799.778,97	799.778,97	217.313,24	27,17	215.979,59	27,00
14.2- Com Ensino Fundamental	1.899.421,03	1.899.421,03	301.729,06	15,89	301.729,06	15,89
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	13.464.640,00	13.464.640,00	3.077.119,79	22,85	3.075.786,14	22,84
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-	
16.1 - FUNDEB 60%					-	
16.2 - FUNDEB 40%					-	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					3.075.786,14	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					76,53	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					15,49	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					7,98	

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016²					0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	10.707.620,00		10.707.620,00		3.624.735,99	33,85
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	5.510.749,14	5.510.749,14	1.617.860,91	29,36	1.609.332,40	29,20
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	12.031.808,15	12.031.808,15	2.705.344,62	22,48	2.659.569,97	22,10
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	8.842.593,48	8.842.593,48	1.782.679,82	20,16	1.782.679,82	20,16
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.189.214,67	3.189.214,67	922.664,80	28,93	876.890,15	27,50
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	17.542.557,29	17.542.557,29	4.323.205,53	24,64	4.268.902,37	24,33
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.298.661,58	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					-	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					-	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					62,64	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.298.724,22	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.970.178,15	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					20,49	

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.852.930,22	1.862.930,22	551.297,65	29,59	533.181,33	28,62
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.852.930,22	1.862.930,22	551.297,65	29,59	533.181,33	28,62
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	19.395.487,51	19.405.487,51	4.874.503,18	25,12	4.802.083,70	24,75

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	62,64	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	62,64	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.342.364,04	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		3.342.364,04	0,00

PORTO UNIAO, 30/05/2016

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

SOFIA SYDOL
SECRETÁRIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

AFONSO WASMANN NETO
CONTADOR - CRC/SC 035830/O-4

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Pouso Redondo

PREFEITURA

15

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 015/2016 de 14/03/2016

Altera membros para o Conselho Municipal do IDOSO e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita Municipal de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c Lei nº 1.758/2004, de 26 de junho de 2004 e suas alterações;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros, para integrar o Conselho Municipal do Idoso:

I – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

Representantes do Fundo Municipal de Saúde

VALQUIRIA DO AMARAL – Titular

GRACIELE BALSAN – Suplente

Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

JAKQUELINE APARECIDA POLEZA – Titular

JOÃO CARLOS FELIPE KNOBLAUCH – Suplente

Representantes da Secretaria Municipal de Promoção Social e Habitação

CRISTINA JANE ZVANG – Titular

ANGELICA CECILIA CARDOSO LOPES - Suplente

II – REPRESENTANTES DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

Representantes do Clube de Convivência do Idoso

ALDA STEIL – Titular

REINILDA GOLLE – Suplente

Representantes da OASE – Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas

RITA REIF – Titular

MARIA APARECIDA FREUDE – Suplente

Representantes da Associação das Senhoras de Rotarianos de Pouso Redondo

ELSA MARIA L. TINTI – Titular

MARIA HELENA BENTO - Suplente

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial ao Decreto nº 024/2015 de 25/03/2015.

Pouso Redondo/SC, 14 de março de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

29

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CGC 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 029/2016 DE 14/04/2016.

Altera Membros do Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c Lei nº 1.961/2007, de 30.03.2007, alterações da Lei n.º 2.314/2011, de 23.02.2011.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados, nos termos do art. 2º, da lei n.º 1.961/2007, de 30/03/2007, e Lei nº 2.314/2011, de 23/02/2011, os seguintes Membros, para integrar o Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB, indicados pelo Poder Executivo e pelos segmentos enumerados, respectivamente, nos incisos I a VII, do art. 2º da lei retro mencionada:

I – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

Maikel Verdi – Titular

Teotônio Renan Bonessi - Suplente

II – REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Fabiana Kruger dos Santos – Titular

Mara Laiz Estevão Amancio - Suplente

III – REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Elizabeth Aparecida Oliveira Ribeiro – Titular

Joelma Poleza - Suplente

IV – REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Camila Weber – Titular

Neiva Agustini Guckert – Suplente

V- PODER EXECUTIVO MUNICIPAL- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Ernani Amancio - Titular

Jakqueline Aparecida Poleza - Suplente

VI – REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Valdirene Patrícia Sardá – Titular

Janaina Poleza - Suplente

Vania Cardoso Schmitz – Titular

Elia Rita Sardo - Suplente

VII – REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Nayara Fronza da Cunha – Titular

Raquel Abigail Constante Siewerdt – Suplente

VIII– REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR:

Adriana Aparecida Bento Farias – Titular
Debora Palhano Bento – Suplente

IX – REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Carlos Manoel de Souza - Titular
Christyelen Kramel - Suplente

X – ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA – INDICADO PELA ENTIDADE DE ESTUDANTES SECUNDARISTA:

Jairo Vitor Poleza de Farias - Titular
Maria Paula Estevão – Suplente

Art. 2º - O mandato do Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB, será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período de acordo com indicação dos respectivos segmentos.

Art. 3º - O exercício do mandato de conselheiro do FUNDEB é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 4º - As atribuições e demais normativas do Conselho do FUNDEB na Lei Municipal nº 1.961/2007 e suas alterações e Legislação Federal.

Art. 5º - Foram eleitos Presidente Fabiana Kruger dos Santos e Vice Presidente Elizabete Aparecida Oliveira Ribeiro.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 021/2016.

Pouso Redondo, 14 de abril de 2016.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETOS 31, 32, 42, 43

DECRETO Nº 032/2016 de 18/04/2016

Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.584/14 de 16/12/14.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

Órgão: 13 Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 01 Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional: 08.244.0028.2.038 Manutenção do Fundo de Assistência Social
(140) 4.4.90.00.00.00.00.00 0187 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º — O produto da anulação das dotações orçamentárias, descritas no artigo 1º, deste Decreto, poderá ser utilizado como fonte de recursos para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias do mesmo orçamento, a saber:

Órgão: 13 Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 01 Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional: 08.244.0028.2.038 Manutenção do Fundo de Assistência

Social
(137) 3.3.90.00.00.00.00.00 0187 - Aplicações Diretas .. R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 18 de abril de 2016.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 033/16 de 18/04/2016

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.633/15 de 14/12/15.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

Órgão: 15 FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO
Unidade: 01 FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO
Funcional: 06.182.0031.2.040 Manutenção do Fundo de Reequipamento do Bombeiro

(150) 3.3.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Unidade: 02- DEPARTAMENTO DE ESTRADA E RODAGEM
Funcional: 26.782.0039.1.008 – Pavimentação e Infra-estrutura
(89) 4.4.90.00.00.00.00.00.0137 - Aplicações Diretas R\$ 87.000,00
(90) 4.4.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 483.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 18 de abril de 2016.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 036/16 de 18/04/2016

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.633/15 de 14/12/15.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.0018.2.015 – Manutenção do Salário Educação
Projeto-Atividade: 2.015 – INVESTIMENTOS RECURSOS SALÁRIO EDUCAÇÃO
(191) 3.3.90.00.00.00.00.00 0189 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO

AMBIENTE

Unidade: 02- DEPARTAMENTO DE APOIO A AGRICULTURA
Funcional: 20.606.0048.2.029 – Manutenção do Dpto de Apoio a Agricultura
(109) 4.4.90.00.00.00.00.00.0137 - Aplicações Diretas
..... R\$ 148.900,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 18 de abril de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 041/16 de 13/05/2016

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.633/15 de 14/12/15.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

12.306.0018.2.017 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Infantil

(67) 3.3.90.00.00.00.00.00 0131 - Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 02- DEPARTAMENTO DE APOIO A AGRICULTURA

Funcional: 20.606.0048.2.029 – Manutenção do Dpto de Apoio a Agricultura

(109) 4.4.90.00.00.00.00.00.0137 - Aplicações Diretas
..... R\$ 148.900,00

06. SECRETARIA DE FINANÇAS**01. GABINETE DO SECRETARIO DE FINANÇAS**

04.123.0000.0.002 – Pagamento de precatórios

(16) 3.3.90.00.00.00.00.00 0130 - Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de maio de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 043/2016 de 23/05/2016

Cancela Licitação na modalidade inexigibilidade de licitação nº 03/2016, processo n 03/2016 e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO: que a licitação na modalidade de inexigibilidade de licitação nº 03/2016, processo n 03/2016, não houve participantes

DECRETA:

Art. 1º — Fica CANCELADA a Licitação na modalidade de inexigibilidade de licitação nº 03/2016, processo n 03/2016, para credenciamento de profissionais da área médica – Clínico Geral.

Art. 2º — As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta de Dotação própria, consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 3º — Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 23 de maio de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

LEI 1495/2016

LEI N°. 1495/2016, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

“ALTERA O PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU COMO ESPECIFICA”

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, FAZ SABER a todos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica alterado o perímetro urbano do Município de Presidente Nereu como descrito abaixo:

I – Margem Direita da Rua José Miranda: em 230,00 metros (duzentos e trinta metros) com 100,00 metros (cem metros) de largura, partindo da propriedade de Danilo Eifler (coordenadas geográficas S 27°16'50,83" e W 49°23'53,02") até a coordenada geográfica S 27°16'55,30" e W 49°23'59,77" de propriedade de Ademir Eifler.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente;

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 02 de junho de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

Princesa

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 25/2016-PM - TERRA VIVA

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: TERRA VIVA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES - EIRELI

Contrato: 25/2016-PM

Processo Licitatório: 33/2016-PM

Pregão Presencial: 28/2016-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e demais legislação.

Objeto: "Aquisição de Colhedora de Forragens (Ensiladeira) para utilização no serviço de confecção de silagem, no Município de Princesa/SC".

Data da Assinatura: 02/06/2016

Data da Publicação: 02/05/2016

Vigência: de 03/06/2016 a 02/07/2016

Valor Total: R\$ 17.850,00 (dezessete mil, oitocentos e cinquenta reais)

Forma de Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente à entrega do equipamento.

Rio das Antas

PREFEITURA

AVISO DE PP 0022/2016 - PMRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

Secretaria Municipal de Obras e Serviços

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0022/2016 – PMRA - Registro de Preços

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0031/2016 na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº 0022/2016 - PMRA, tendo como Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço com 1 (uma) Máquina Escavadeira hidráulica. Demais informações no edital completo. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 16/06/2016, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia. TIPO: Menor Preço por Item. RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: licita@riodasantas.sc.gov.br. BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e alterações, LC 123/06, Decretos Municipais nºs. 32/2007 e 13/2012 e demais legislação vigente para o objeto. DEMAIS INFORMAÇÕES: Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas (SC), 02 de Junho de 2016. Alcir José Bodanese-Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 5306, DE 24 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 5306, de 24 de maio de 2016.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2016 - FMS 10.05.2016".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01.12.15 o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 011/2016, de 10 de maio de 2016, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- PANIFICADORA COELHO NETO LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

24 de maio de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 5306/2016

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 011/2016 FMS, de 10.05.16

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA REUNIÕES DE CAPACITAÇÃO, REALIZADAS EM DIVERSOS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL/SC

Participante:

- PANIFICADORA COELHO NETO LTDA.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

- PANIFICADORA COELHO NETO LTDA.

PORTARIA Nº 0627/RH

PORTARIA Nº. 0627/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, MARILSE RAMOS, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR ANOS INICIAIS, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de maio de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

PORTARIA Nº 0628/RH

PORTARIA Nº. 0628/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, SUELEM FERNANDA CONZATTI, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de maio de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

PORTARIA Nº 0629/RH

PORTARIA Nº. 0629/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, PAULA FERNANDA SILVA TOMASONI, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR ANOS INICIAIS, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de maio de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

PORTARIA Nº 0650/RH

PORTARIA Nº. 0650/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 25/04/2016 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 001/2016, designada pela Portaria n. 0268/RH de 09 de março de 2016 (publicada em 10/03/2016), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 001/2016.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 229, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 006/P.A. 001/2016, de 18 de maio de 2016, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de junho de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0651/RH

PORTARIA Nº. 0651/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, DENISE MARCHI WESTPHAL, para exercer o cargo de provimento efetivo de PSICOPEDAGOGO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

PORTARIA Nº 0652/RH

PORTARIA Nº. 0652/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 25/04/2016 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 002/2016, designada pela Portaria n. 0269/RH de 09 de março de 2016 (publicada em 10/03/2016), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 002/2016.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 229, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 006/P.A. 002/2016, de 18 de maio de 2016, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de junho de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0653/RH

PORTARIA Nº. 0653/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 13/04/2016 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 016/2014, designada pela Portaria n. 1195/RH de 25 de novembro de 2014 (publicada em 02/12/2014), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 016/2014.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 229, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 024/P.A. 016/2014, de 24 de maio de 2016, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de junho de 2016.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0656/RH

PORTARIA Nº. 0656/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 09/05/2016 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 003/2016, designada pela Portaria n. 0354/RH de 21 de março de 2016 (publicada em 24/03/2016), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 003/2016.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 229, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 004/P.A.D. 003/2016, de 14 de abril de 2016, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de junho de 2016.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0658/RH

PORTARIA Nº. 0658/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 09/05/2016 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 004/2016, designada pela Portaria n. 0355/RH de 22 de março de 2016 (publicada em 24/03/2016), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 004/2016.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 229, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 004/P.A.D. 004/2016, de 14 de abril de 2016, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de junho de 2016.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0659/RH

PORTARIA Nº. 0659/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 20/05/2016 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 011/2015, designada pela Portaria n. 0901/RH de 12 de novembro de 2015 (publicada em 23/11/2015), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 011/2015.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 229, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 011/P.A.D. 011/2015, de 14 de abril de 2016, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de junho de 2016.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0661/RH

PORTARIA Nº. 0661/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 23/05/2016 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 012/2015, designada pela Portaria n. 0903/RH de 12 de novembro de 2015 (publicada em 23/11/2015), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 012/2015.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 229, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 012/P.A.D. 012/2015, de 14 de abril de 2016, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de junho de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PREGÃO PRESENCIAL 042/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2016

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais de limpeza e higiene, para uso em diversas secretarias municipais.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 15/06/2016, às 09:00h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 16/06/2016, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de licitações e no site www.riodosul.sc.gov.br.

Rio do Sul (SC), 01 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

RESUMO DO ADITIVO 044/2016

1º TERMO ADITIVO Nº 044/2016 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 117/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA ESTAÇÃO MODULAR DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO, CONJUNTO HATAACIONAL LUIS DEMARCHI, BARRA DO TROMBUDO, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA YCATU ENGENHARIA E SANEAMENTO S.A.

Aos cinco (05) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa YCATU ENGENHARIA E SANEAMENTO S.A., estabelecida na Rod. BR 101, s/nº, km 63, Corveta, no município de Araquari/SC, CEP 89.245-000 inscrita no CNPJ sob o nº 04.758.931/0001-04, ora denominada CONTRATADA, representado pelo Sr. Nereu Antônio Martinelli, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Dispensa nº 131/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 193, datado de 30 de outubro de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 120 (cento e vinte) dias, com o seu término em 10 de setembro de 2016, conforme justificativa através do memorando nº 022/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

YCATU ENGENHARIA E SANEAMENTO S.A

. Sr. Nereu Antônio Martinelli

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - MARILSE RAMOS

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MARILSE RAMOS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR ANOS INICIAIS – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0627/RH de 30/05/2016, publicada em 03/06/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 02 de junho de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - PAULA FERNANDA SILVA TOMASONI

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) PAULA FERNANDA SILVA TOMASONI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR ANOS INICIAIS – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0629/RH de 30/05/2016, publicada em 03/06/2016. Conforme § 1.º, do

Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 02 de junho de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - SUELEM FERNANDA CONZATTI

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SUELEM FERNANDA CONZATTI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0628/RH de 30/05/2016, publicada em 03/06/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.

3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 02 de junho de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.
-----------------	--

Rio do Sul, 02 de junho de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - DENISE MARCHI WESTPHAL

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) DENISE MARCHI WESTPHAL, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de PSICOPEDAGOGO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0651/RH de 01/06/2016, publicada em 03/06/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
---------------	--------------------

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO 3.732/2016

DECRETO Nº 3.732/2016

DISPÕE SOBRE HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA PREFEITURA DE ROMELÂNDIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI

DECRETA:

Art.1º - Fica pelo presente Decreto fixado o horário de expediente da Prefeitura Municipal de Romelândia das 12h00min as 18h00min, no período de 06 de Junho de 2016 à 31 de Dezembro de 2016.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Educação, o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, o Conselho Tutelar e o Médico Veterinário manterão horários normais de expediente não se aplicando a legislação constante no presente Decreto.

Parágrafo Único - Os Servidores da Secretaria Municipal de Educação, que mantém expediente junto ao Centro Administrativo Municipal e o setor de Vigilância Sanitária cumprirão o horário disposto no artigo 1º do presente Decreto.

Art. 4º - As despesas decorrentes com a realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições do Decreto nº. 3.728/2016 publicado em 25 de maio de 2016 e demais contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia - SC, 02 de Junho de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

EXTRATO 1248

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO 1248/2016

TOMADA DE PREÇO 13/2016

O Município de Romelândia/SC realizará licitação na modalidade Tomada de Preços para. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA COM INSTALAÇÃO DE BOMBA SUBMERSA, RECALQUE REDE EDUTORA E ADUTORA, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO E RESERVATÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO DE AGUA CONFORME ART- 5828484-9. Tudo em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações, em horário de expediente. Fone para contato (049)3624-1002. Os documentos e propostas deverão ser entregues até as 14h00min do dia 17/06/2016. Romelândia/SC, 30/05/2016. VALDOCI SAUL – PREFEITO MUNICIPAL.

Salto Veloso

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 202/2016

PORTARIA Nº. 202/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 09 de maio de 2016 a 07 de junho de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora VANESSA VEDANA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 16/04/2015 a 15/04/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 09 de maio de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 203/2016

PORTARIA Nº. 203/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 09 de maio de 2016 a 07 de junho de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora DIRLEI CATARINA ARIATTI NUNES, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 03/03/2015 a 02/03/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 09 de maio de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 204/2016

PORTARIA Nº. 204/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 09 de maio de 2016 a 07 de junho de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora CAMILA ZONIN, do quadro de Pessoal do Poder

Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 05/05/2015 a 04/05/2016, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 09 de maio de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 205/2016

PORTARIA Nº. 205/2016

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC no uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, a Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. MARIA DO CARMO TASCA NAVA, pelo período de 23/05/2016 a 23/11/2016, totalizando 185 dias, conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Salto Veloso-SC, em 23 de maio de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 206/2016

PORTARIA Nº. 206/2016

“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC no uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, a Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. LEONICE ARIATTI ABATI, pelo período de 23/05/2016 a 19/08/2016, totalizando 89 dias, conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Salto Veloso-SC, em 30 de maio de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 207/2016

PORTARIA Nº. 207/2016

“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, a Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. LUIZA SARTOREL PEREIRA, pelo período de 30/05/2016 a 10/11/2016, totalizando 165 dias, conforme atestado médico e pericia médica partes integrantes da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 30 de maio de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 208/2016

PORTARIA Nº. 208/2016

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. ILDACIR FALCHETTI HARTCOPH, pelo período de 14/05/2016 a 14/08/2016, correspondente a 93 dias, conforme atestado médico e pericia médica partes integrantes da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 30 de maio de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 209/2016

PORTARIA Nº. 209/2016

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA READAPTAÇÃO DE SERVIDOR.

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei Municipal 570/91.

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a readaptação do servidor municipal JOÃO ANTONIO DA SILVA RIBEIRO, Guarda do patrimônio público, lotado na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, em virtude de modificação em seu estado de saúde, conforme laudo médico, emitido pelo perito médico do Município, na data de 30 de maio de 2016, o qual passa a atuar na função de Motorista na Secretaria de Saúde e Assistência Social, a partir de 07 de maio de 2016, nos termos do Artigo 23, da Lei nº 570/91 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 07 de maio de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 30 de maio de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 210/2016

PORTARIA Nº. 210/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 01 de junho de 2016 a 30 de junho de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora CRISTIANE PETRY DE FREITAS, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 05/03/2014 a 03/03/2015 correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 01 de junho de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

RESULTADO DE APRECIÇÃO DE RECURSOS DE HABILITAÇÃO 48/2016

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul

Resultado de Apreciação de Recursos de Habilitação
Licitação nº 048/2016 - TP

Objeto: Execução de serviços de ampliação da Unidade Básica de Saúde, localizada na Rua Augusto Daniel Raupp esquina com a Rua Juvenal José Valentim, centro de Santa Rosa do Sul, com área total de 180,65m².

Decisão: Diante do recurso apresentado pelas empresas Camilo & Ghisi LTDA e Crema Construções LTDA EPP a comissão de licitação decide por manter a inabilitação das empresas, sendo acolhido a decisão do parecer jurídico desta Prefeitura. Todas as empresas participantes ficam comunicadas da presente decisão. Por fim comunicamos a data de abertura dos envelopes das propostas de preços das empresas habilitadas, que será realizada na data do dia 06/06/2016 às 09h00min.

Santa Rosa do Sul, 30 de Maio de 2016.

Ana Regina Paulo de Borba – Presidente

Wilfried Hemmer – membro

Célia Caetana Paulo de Borba Roxo – Membro

Renato Souza de Matos – Membro

RESULTADO DE APRECIÇÃO DE RECURSOS DE HABILITAÇÃO 50/2016

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul

Resultado de Apreciação de Recursos de Habilitação
Licitação nº 050/2016 - TP

Objeto: contratação de empresa para execução de serviços de construção de um Pavilhão Municipal de Eventos, localizado na Rua Santa Catarina no Bairro Moinhos de Vento, nº826, neste município. Com área a ser construída de 1.009,72m².

Decisão: Diante do recurso apresentado pela empresa Crema Construções LTDA EPP a comissão de licitação decide por manter a inabilitação da mesma, sendo acolhido a decisão do parecer jurídico desta Prefeitura. Todas as empresas participantes ficam comunicadas da presente decisão. Por fim comunicamos a data de abertura dos envelopes das propostas de preços das empresas habilitadas, que será realizada na data do dia 06/06/2016 às 11h00min.

Santa Rosa do Sul, 30 de Maio de 2016.

Ana Regina Paulo de Borba – Presidente

Wilfried Hemmer – membro

Célia Caetana Paulo de Borba Roxo – Membro

Renato Souza de Matos – Membro

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 05/2016

PORTARIA PL Nº 0005, de 01/06/2016.

REVOGA A PORTARIA QUE MENCIONA.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, Regimento Interno e, especialmente a Lei nº 883, de 20 de dezembro de 2011, art. 9º, parágrafo único.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 05, de 14/04/2014 que designou o servidor Valdinei de Vargas Lopes, ocupante do cargo permanente de Oficial Legislativo, para a Função Gratificada de Assessor do Gabinete da Presidência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul, 01 de junho de 2016.

VER. AGENOR FRANCISCO CARVALHO

Presidente

Registre-se e Publique-se.

Registrado nesta Secretaria, publicado e afixado no Mural Público desta Câmara Municipal, ao 01 (primeiro) dia do mês de junho de dois mil e dezesseis.

VER. LENOIR VIEIRA SOUZA

1º Secretário

PORTARIA Nº 06/2016

PORTARIA PL Nº 0006, de 01/06/2016.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR QUE MENCIONA.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, Regimento Interno e, especialmente a Lei nº 883, de 20 de dezembro de 2011, art. 9º, parágrafo único.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder FG (Função Gratificada) de Diretor Geral ao servidor Valdinei de Vargas Lopes, ocupante do cargo permanente de Oficial Legislativo, percebendo sobre seu vencimento 1/3 (um terço) do valor correspondente a referida função.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul, 01 de junho de 2016.

VER. AGENOR FRANCISCO CARVALHO

Presidente

Registre-se e Publique-se.

Registrado nesta Secretaria, publicado e afixado no Mural Público desta Câmara Municipal, ao 01 (primeiro) dia do mês de junho de dois mil e dezesseis.

VER. LENOIR VIEIRA SOUZA

1º Secretário

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA N° 129/2016 ADOTA LIVRO PONTO

PORTARIA N° 129/2016

ADOta USO OBRIGATÓRIO DE LIVRO PONTO EM TODOS OS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, NOMEIA SERVIDORES PARA REGISTRAR HORÁRIO DE CHEGADA E SAÍDA DE FUNCIONÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica adotado o uso obrigatório de livro ponto em todos os departamentos administrativos da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso.

Parágrafo Primeiro – Na hora do registro de chegada e saída em cada um dos turnos de trabalho, o funcionário encarregado em colher a assinatura do servidor deverá verificar e anotar os respectivos horários em que ocorreram saída e chegada, bem como anotar possíveis ausências, verificar causas e solicitar notas explicativas, além de encaminhar ao Departamento de RH, antes do fechamento da folha, os dados colhidos durante o mês de trabalho de todos os servidores do departamento.

Parágrafo Segundo – Para desenvolver as atividades denominadas no Parágrafo Anterior, ficam designados os seguintes servidores:

Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico, englobando demais servidores internos do centro administrativo Municipal – Elisângela Sassi

Departamento de Estradas e Rodagens e Serviços Urbanos – Volmir Greef;

Secretaria da Agricultura – Solange Braga

Secretaria de Assistência Social – Jucelia dos Santos.

Secretaria Municipal de Saúde – Sidemar Strey

Secretaria Municipal de Educação/Núcleo Escolar – Marciane Eleni Pinno

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 01 de Junho de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA N°1300/5

São Bento do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE CITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA / PODER JUDICIÁRIO

Comarca - São Bento do Sul / 3ª Vara

Av. São Bento, 401, Rio Negro - CEP 89287-355, Fone: (47) 3631-1920, São Bento do Sul-SC - E-mail: saobento.vara3@tjsc.jus.br

Juiz de Direito: Luís Paulo Dal Pont Lodetti

Chefe de Cartório: Rejane Schappo

EDITAL DE CITAÇÃO - RITO ORDINÁRIO - COM PRAZO DE 30 DIAS

Procedimento Ordinário n. 0302085-72.2014.8.24.0058

Autor: Município de São Bento do Sul /

Requerido: MARCELO RUTHES DA SILVA /

Citando(a)(s): MARCELO RUTHES DA SILVA, Jose Ruckl, 289, Ponto de referência Farmácia Gonçalves, Serra Alta - CEP 89291-690, São Bento do Sul-SC, CPF 042.886.249-75, brasileiro(a)

Pelo presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, FICA(M) CIENTE(S) de que neste Juízo de Direito tramitam os autos do processo epígrafado e CITADA(S) para responder à ação, querendo, em 15 dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte ao transcurso do prazo deste edital. ADVERTÊNCIA: Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações formuladas pelo autor (art. 344 do CPC). E para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será afixado no local de costume e publicado 2 vez(es), na forma da lei.

São Bento do Sul (SC), 07 de abril de 2016.

Rejane Schappo

Chefe de Cartório

Assino por determinação do R. Juízo,

Conforme Portaria 03/2014

Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça - Art. 212

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Lei n. 11.419/2006, art. 1º, § 2º, III, "a"

EXTRATO DE CONTRATO Nº 102/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 102/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa ANDREI PADILHA 05153327981 (GRUPO ARTÍSTICO GUERREIROS CAMARÁ).

DO OBJETO: Contratação de empresa com profissional capacitado, para ministrar Oficina de Capoeira nos CRAS (Centenário, Serra Alta e Cruzeiro), pelo período de junho à dezembro de 2016, conforme observações complementares descritas no Anexo VI do Convite nº 97/2016.

DO VALOR: R\$ 24.047,10 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 07 (sete) meses, a contar de 01/06/2016.

São Bento do Sul, 16 de maio de 2016.

ASS: MARISA DO AMARAL, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

ANDREI PADILHA 05153327981 (GRUPO ARTÍSTICO GUERREIROS CAMARÁ), como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 024/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 024/2016

DA ESPÉCIE: Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato/Convênio nº 084/2013 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de São Bento do Sul e a SOCIEDADE MÃE DA DIVINA PROVIDÊNCIA/HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA, CNES nº 2521792, conforme já qualificado resolvem, de comum acordo, aditar as condições do referido Contrato.

DO OBJETO: O presente tem por objeto integrar a CONVENIADA no Sistema Único de Saúde - SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando à garantia da atenção integral à saúde dos munícipes que integram a região de saúde na qual a CONVENIADA está inserida, e conforme Plano Operativo previamente definido entre as partes e aprovado na Comissão Intergestores Bipartite – CIB, o qual faz-se necessário alterar a seguinte Cláusula do Contrato:

DA ALTERAÇÃO: I - Reajusta o valor do plantão presencial e do plantão de sobreaviso pelo Índice do INPC do ano anterior (março/15 a março/16) conforme já estipulado no Contrato.

TOTAL REPASSADO MUNICÍPIO	R\$ 374.958,65
TOTAL AUMENTO INPC 15/16: 9,9071%	R\$ 40.852,89

II – Fica reajustado o valor do Contrato 084/2013 para o período, com base em sua Cláusula Décima Quinta, de 01/04/2016 a 30/06/2016.

As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 11 de maio de 2016.

Ass.: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

Irmã NELSA HACKBARTH, pela Empresa Contratada.

PORTARIA Nº 11906/2016

PORTARIA Nº 11906, DE 30 DE MAIO DE 2016

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor OSMAIR CORREA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Administração, licença prêmio relativa ao triênio 2005/2008.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 24/05/2016 a 22/06/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11907/2016

PORTARIA Nº 11907, DE 30 DE MAIO DE 2016

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARCIA ROSANE FISCHER ZIPPERER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Saúde, licença prêmio relativa ao triênio 2013/2016.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 31/05/2016 a 29/06/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11908/2016

PORTARIA Nº 11908, DE 31 DE MAIO DE 2016

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor SÉRGIO WOLFF, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Saúde, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

- GM/Corsa, placa LZS 2583
- GM/Corsa, placa MBI 0423
- GM/Corsa, placa MHW 3336
- GM/Celta, placa MMK 1823
- GM/Celta, placa MMJ 8823
- Fiat/Doblo, placa MFF 1106
- Fiat/Doblo, placa MFN 6248
- Ford/Fiesta, placa OKF 3715
- Ford/Fiesta, placa OKF 3645
- VW/Gol, placa MBL 6765
- VW/Gol, placa MFQ 9645
- VW/Gol, placa MFT 3739
- VW/Gol, placa MJS 2989
- GM/Montana, placa MJC 4066
- Fiat/Palio, placa MGX 5834
- Peugeot, placa MJZ 8342
- Fiat/Uno, placa MCG 4284
- Fiat/Uno, placa MFN 8302
- Fiat/Uno, placa MFN 8322

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 31 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11909/2016

PORTARIA Nº 11909, DE 31 DE MAIO DE 2016

DESIGNA PARA RESPONDER

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais e nos termos da lei,

RESOLVE:

Designar IVANA APARECIDA PEREIRA, ocupante do cargo de Diretora Administrativa e Financeira, para responder, interinamente, pelo cargo de Diretor Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAMAE, no período de 06 de junho de 2016 a 25 de junho de 2016, período este de férias do titular da pasta.

São Bento do Sul, 31 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11910/2016

PORTARIA Nº 11910, DE 31 DE MAIO DE 2016

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A pedido, a partir de 01 de junho de 2016, FLAVIANA DE OLIVEIRA, do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 31 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11912/2016

PORTARIA Nº 11912, DE 01 DE JUNHO DE 2016

Concede Redução de Carga Horária

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 2966/2012,

RESOLVE:

Reduzir a carga horária de trabalho de REGIS ARIEL RIBEIRO

JORDÃO, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, na Secretaria Municipal de Saúde, passando de 30 horas semanais para 20 horas semanais, com proporcional redução de seus vencimentos, a partir de 25 de maio de 2016, consoante Processo nº 3984/2016.

São Bento do Sul, 01 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11913/2016

PORTARIA Nº 11913, DE 01 DE JUNHO DE 2016
Nomeia Chefe de Divisão

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 02 de junho de 2016, SERGIO SILVA DOS SANTOS, no cargo de Chefe de Divisão Administrativa e Controle, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

São Bento do Sul, 01 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11914/2016

PORTARIA Nº 11914, DE 01 DE JUNHO DE 2016
Nomeia Chefe de Divisão

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 02 de junho de 2016, ESIDIO JOSÉ SUCHY, no cargo de Chefe de Divisão de Praças, Parques e Cemitérios, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 01 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11915/2016

PORTARIA Nº 11915, DE 01 DE JUNHO DE 2016
CONCEDE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40º, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 35, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de junho de 2016, aposentadoria voluntária proporcional por idade e tempo de contribuição à segurada LURDES ADÃO RODRIGUES PIRES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível III, Classe B, matrícula nº 34559, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 3322/2016, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de junho de 2016.

São Bento do Sul, 01 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11916/2016

PORTARIA Nº 11916, DE 02 DE JUNHO DE 2016

Nomeia Servidor Público Municipal

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 01 de junho de 2016, FLAVIANA DE OLIVEIRA, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 003/2015, homologado em 17 de agosto de 2015, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 02 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11917/2016

PORTARIA Nº 11917, DE 02 DE JUNHO DE 2016

Demite Empregado Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A pedido, a partir de 25 de maio de 2016, SCHEILA SANTANA, do cargo de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 02 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11918/2016

PORTARIA Nº 11918, DE 02 DE JUNHO DE 2016

Declara Vago Cargo

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Declarar vago, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 01 de junho de 2016, o cargo de Auxiliar de Serviços, ocupado pela servidora LURDES ADÃO RODRIGUES PIRES.

São Bento do Sul, 02 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11919/2016

PORTARIA Nº 11919, DE 02 DE JUNHO DE 2016

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 01 de junho de 2016, JULIANA MARIA PRAZMOSKI DE SOUZA SASSI, do cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, por término de contrato.

São Bento do Sul, 02 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11920/2016

PORTARIA Nº 11920, DE 02 DE JUNHO DE 2016

Demite servidor público

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 139, III, da Lei nº 228/2001, e

CONSIDERANDO o que consta dos autos dos Processos Administrativo Disciplinar 6545/2015, que observou adequadamente o princípio constitucional da ampla defesa,

CONSIDERANDO o relatório conclusivo da douta Comissão Disciplinar;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 139, inciso III da Lei Municipal nº 228/2001(Estatuto dos Servidores),

RESOLVE:

APLICAR A PENA DE DEMISSÃO, a partir de 03 de junho de 2016, ao servidor ALEXSANDRO RUDA DOS SANTOS, Instrutor de Recreação, matrícula funcional nº 37148, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, nos termos do art. 139, III da Lei Municipal nº 228/2001 (Estatuto dos Servidores), pela ausência intencional ao trabalho, no período de 24/02/2014 a 15/02/2016, totalizando 722 (setecentos e vinte e dois) dias corridos de faltas injustificadas, caracterizando o Abandono de Cargo, previsto no artigo 143, da Lei Municipal nº 228/2001.

São Bento do Sul, 02 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11921/2016

PORTARIA Nº 11921, DE 02 DE JUNHO DE 2016

Nomeia Chefe de Divisão

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 02 de junho de 2016, RUGNER ZOMER, no cargo de Chefe de Divisão de Controle de Frota, na Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 02 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11922/2016

PORTARIA Nº 11922, DE 02 DE JUNHO DE 2016

Nomeia Chefe de Setor

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 02 de junho de 2016, JAQUELINE GASSNER, no cargo de Chefe de Setor de Almoxarifado e Manutenção, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 02 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11923/2016

PORTARIA Nº 11923, DE 02 DE JUNHO DE 2016

Constitui Comissão Especial para Acompanhar Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 012/2016

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para acompanhar o Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 012/2016.

Art. 2º A Comissão Especial que acompanhará o processo de seleção dos candidatos fica assim constituída:

IVAN CLASEN SCHLINDWEIN - Representante da Procuradoria Jurídica;
EDERVAL JOSÉ NEIDERT - Representante da Secretaria Municipal de Administração;
LUIS ANTONIO BOHOMO - Representante da Fundação Municipal de Desportos;
VILSON RENATO RANK - Representante da Fundação Municipal de Desportos;
VERA LUCIA KUZAWSKI - Representante da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 02 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11924/2016

PORTARIA Nº 11924, DE 02 DE JUNHO DE 2016

NOMEIA A COMISSÃO DE COORDENAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA 23ª EXPOAMA E 14ª FESTA DA COLÔNIA DONA FRANCISCA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão de Coordenação, Administração e Fiscalização para a realização da 23ª Exposição Agropecuária e do Meio Ambiente do Alto Vale do Rio Negro – EXPOAMA e da 14ª Festa da Colônia Dona Francisca, que acontecerá nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 2016, no Parque de Exposições da CIDASC, como segue:

I – Acacio Anderson Droszczaka – Diretor do Departamento de Administração e Controle;

II – Rafael Muehlbauer – Diretor do Departamento de Turismo;

III – Cassio Luis Zschoerper – Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo;

IV – Auriene Roepke – Secretária Municipal de Finanças;

V – César Luiz Celeski – Diretor do Departamento de Meio Ambiente;

VI – Jenifer Ana de Matos – Chefe de Divisão de Eventos e Promoções;

VII – Eleonice Odia – Técnico Desenhista;

VIII – Edemilson Benedito de Assis – Secretário Municipal de Administração;

IX – Cleusa Piccoli Vieira – Presidente da Fundação Cultural;

X – Osmar Telma – Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos;

XI – Marla Huebl Kaiser: Diretora de Cultura e Patrimônio Histórico.

Parágrafo único. A Comissão nomeada no artigo 1º tem ainda como competência estabelecer as normas de uso do espaço público, inclusive determinar os preços para concessão desses espaços e fiscalizar a execução dos contratos firmados com os fornecedores de materiais, serviços e equipamentos a serem utilizados durante o evento, bem como os espaços cedidos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 02 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 6542/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 6542/2015

DENUNCIADO – R. G. N.

DECISÃO

R.H.

Vistos, etc...

Considerando o que tudo mais consta dos presentes autos, em especial as razões do relatório final da Comissão Processante de fls. 44/52, o qual adoto no todo como as próprias razões de minha decisão, DETERMINO o arquivamento dos autos, nos termos do art. 177, § 4º da Lei Municipal nº 228/2001 (Estatuto dos Servidores). Encaminhe-se cópia desta decisão à Secretaria de Administração para as devidas providências, em especial, a observância da recomendação final da Comissão Processante, quanto a solução de pequenos conflitos.

É a decisão.

Cumpra-se.

São Bento do Sul (SC), 5 de maio de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 6543/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 6543/2015
DENUNCIADA- M. A. de O.

DECISÃO

R.H.

Considerando o que tudo mais consta dos presentes autos, em especial as razões do relatório final da Comissão Processante de fls. 36/40, o qual adoto no todo como as próprias razões de minha decisão.

Diante do exposto, decido:

I. Aplicação à servidora M. A. de O., odontóloga, matrícula funcional nº 29870, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a pena de DEMISSÃO, pela ausência intencional ao trabalho, no período de 16/10/2014 a 15/02/2016, totalizando 488 (quatrocentos e oitenta e oito) dias corridos de faltas injustificadas, caracterizando o Abandono de Cargo, previsto no artigo 143 da Lei Municipal nº 228/2001, cuja penalidade aplicável seria a demissão.

II. Notifique-se a Denunciada acerca da presente decisão para, querendo, interpor recurso administrativo no prazo legal;

III. Expeça-se o ato de demissão;

IV. A observância da aplicação do disposto no art. 151 da Lei Municipal nº 228/2001.

É a decisão.

Cumpra-se.

São Bento do Sul (SC), 18 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 6545/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 6545/2015
DENUNCIADO – A. R. dos S.

DECISÃO

R.H.

Considerando o que tudo mais consta dos presentes autos, em especial as razões do relatório final da Comissão Processante de fls. 40/44, o qual adoto no todo como as próprias razões de minha decisão.

Diante do exposto, decido:

I. Aplicação ao servidor público municipal A. R. dos S., instrutor de recreação, matrícula funcional nº 37148, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, a pena de DEMISSÃO, pela ausência intencional ao trabalho, no período de 24/02/2014 a 15/02/2016, totalizando 722 (setecentos e vinte e dois) dias corridos de faltas injustificadas, caracterizando o Abandono de Cargo, previsto no artigo 143 da Lei Municipal nº 228/2001, cuja penalidade aplicável seria a demissão.

II. Notifique-se o Denunciado acerca da presente decisão para, querendo, interpor recurso administrativo no prazo legal;

III. Expeça-se o ato de demissão;

IV. A observância da aplicação do disposto no art. 151 da Lei Municipal nº 228/2001.

É a decisão.

Cumpra-se.

São Bento do Sul (SC), 05 de maio de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 805/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 805/2016
DENUNCIADO- F. A.

DECISÃO

R.H.

Considerando o que tudo mais consta dos presentes autos, em especial as razões do relatório final da Comissão Processante de fls. 55/60, o qual adoto no todo como as próprias razões de minha decisão.

Diante do exposto, decido:

I. Aplicação ao servidor F. A., auxiliar de operações, matrícula funcional nº 16051, exercendo suas funções na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a pena de DEMISSÃO, por não ter não comparecido ao trabalho e não justificar a sua ausência no período de 11/08/2014 a 12/10/2014, totalizando 63 (sessenta e três) dias e configurando a infração disciplinar descrita no artigo 143, incisos III - INASSIDUIDADE HABITUAL, além de ter faltado ao trabalho, sem apresentar justificativas, no período de 22/12/2014 a 31/12/2015, totalizando 375 (trezentos e setenta e cinco) dias e configurando a infração disciplinar descrita no artigo 143, incisos II - ABANDONO DE CARGO, todos da Lei Municipal nº 228/2001, cuja penalidade aplicável seria a demissão.

II. Notifique-se o Denunciado acerca da presente decisão para, querendo, interpor recurso administrativo no prazo legal;

III. Expeça-se o ato de demissão;

IV. A observância da aplicação do disposto no art. 151 da Lei Municipal nº 228/2001.

É a decisão.

Cumpra-se.

São Bento do Sul (SC), 18 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**LICITAÇÃO Nº 30/2016**

Pregão Presencial nº 30/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 30/2016

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 15 de junho de 2016, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de serviços de reposição de calçamento.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(36) 3.3.90.39.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água – Exercício Vigente

(98) 3.3.90.39.00.00.00 – Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário – Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 02 de junho de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

LICITAÇÃO Nº 31/2016

Pregão Presencial nº 31/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 31/2016

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 16 de junho de 2016, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de serviços de análises laboratoriais para o setor de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(98) 3.3.90.39.00.00.00 – Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário – Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 02 de junho de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 101, DE 01 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 101, de 01 de junho de 2016.

“ EXONERA CHEFE DE DIVISÃO ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996.

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR, na forma do art. 49º, alínea b, da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001, PATRICIA CATIA FARI, do cargo de Chefe da Divisão Contábil e Financeira.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de junho de 2016, revogando-se a portaria nº 18/2015, de 02 de fevereiro de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 102, DE 01 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 102, de 01 de junho de 2016.

“ EXONERA CHEFE DE DIVISÃO ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996.

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR, na forma do art. 49º, alínea b, da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001, RENATO JOSÉ QUOST, do cargo de Chefe da Divisão de Recursos Humanos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de junho de 2016, revogando-se a portaria nº 17/2015, de 02 de fevereiro de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 103, DE 01 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 103, de 01 de junho de 2016.

“NOMEAR CHEFE DE DIVISÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei

Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art.1º - NOMEAR, na forma do art. 5º, § 3º, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, o servidor RENATO JOSÉ QUOST, ocupante do cargo efetivo de Leiturista, matrícula n.º 332, para exercer o cargo de Chefe de Divisão Contábil e Financeira, classificado como Símbolo CC4 no Anexo II da Lei n.º 508, de 01/12/1995 (com a redação dada pela Lei n.º 3.589/2015).

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de junho de 2016.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 104, DE 01 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 104, de 01 de junho de 2016.

“NOMEAR CHEFE DE DIVISÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art.1º - NOMEAR, na forma do art. 5º, § 3º, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, o servidor WANDERSON WERNER BÜTTELBRUN, ocupante do cargo efetivo de Analista de Saneamento I, matrícula n.º 484, para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Recursos Humanos, classificado como Símbolo CC4 no Anexo II da Lei n.º 508, de 01/12/1995 (com a redação dada pela Lei n.º 3.589/2015).

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de junho de 2016.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

AVISO N.09-2016 FMS PREGÃO

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SÃO CARLOS – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.09/2016
Edital:PREGÃO PRESENCIAL- REGISTRO DE PREÇOS N. 09/2016
Tipo : Menor preço
Objeto: MATERIAL ODONTOLOGICO
Entrega dos Envelopes ;08:00 horas –dia 17 de junho de 2016
Abertura dos Envelopes 08:00 horas- dia 17 de junho de 2016
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:
Rua Demétrio, 747, em horário de expediente, ou pelo fone 014 493325 3000/1800
SAO CARLOS, 02 de junho de 2016
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

AVISO N.10/2016 FMS PREGÃO

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SÃO CARLOS – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.10/2016
Edital:PREGÃO PRESENCIAL- REGISTRO DE PREÇOS N. 10/2016
Tipo : Menor preço
Objeto: SERVIÇOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SAUDE- MÉDICO ANESTESISTA
Entrega dos Envelopes ;08:00 horas –dia 21 de junho de 2016
Abertura dos Envelopes 08:00 horas- dia 21 de junho de 2016
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:
Rua Demétrio, 747, em horário de expediente, ou pelo fone 014 493325 3000/1800
SAO CARLOS, 02 de junho de 2016
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

AVISO N.11-2016- FMS PREGÃO

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
SÃO CARLOS - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.:11/2016
Edital: PREGÃO PRESENCIAL – Nº:11/2016
Tipo : Menor Preço/Por Item
Objeto: SERVIÇOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SAÚDE-AUDITOR DE AIHs
Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 21 de junho de 2016
Abertura dos Envelopes : 09:00 horas do dia 21 de junho de 2016
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:
RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, em horário de expediente, ou pelo fone 014 49 3325 3000/1800 .
SAO CARLOS, 02 de junho de 2016.
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

AVISO N.50-2016 - PREGÃO

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.50/216
Edital:PREGÃO PRESENCIAL REG. DE PREÇOS nº50/2016
Tipo : Menor preço
Objeto:AQUISIÇÃO DE SEMEN BOVINO-MANUT PROGRAMA VALE SEMEN
Entrega dos Envelopes:08:00 horas –dia 16 de junho de 2016
Abertura dos Envelopes:08:00 horas- dia 16 de junho de 2016
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:
RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325.3000
SAO CARLOS,02 de junho de 2016
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

REV PROC N.046/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS
CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Demétrio Lorenz, 747
C.E.P.:89885-000 -São Carlos -SC
PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 46/2016 -PR
Processo Administrativo: 46/2016
Processo de Licitação:46/2016
Data do Processo:19/05/2016
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO E SERVIÇOS P/ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Motivo: NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 8 / 2016
PROCESSO REVOGADO CFME PAREC ER E TERMO DESPACHO ANEXO
São Carlos, 2 de Junho de 2016
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

São Domingos

PREFEITURA

ATA I PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 077/2016

No dia 02 de junho de 2016, às 09:00 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para realização de Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório PREFE n. 077/2016, Modalidade Tomada de Preços PREFE n. 003/2016 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM PLUVIAL EM TRECHOS DAS RUAS: ITÁLIA, SETE DE SETEMBRO, BARÃO DO RIO BRANCO, CRISTÓVÃO COLOMBO E DUQUE DE CAXIAS. Realizaram visita técnica e apresentaram envelopes de n. 01 e n. 02 as empresas: BRITADOR SÃO DOMINGOS LTDA. ME., CNPJ N. 04.260.696/0001-46, credenciado o Sr. Itacir Paulo Latreille, CPF n. 386.046.129-04; BASE EDIFICAÇÕES E SANEAMENTO LTDA. ME., CNPJ N. 17.069.080/0001-34, credenciado o Sr. Rafael de Lima Batista, CPF n. 058.906.639-09. Ambas as participantes comprovaram sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (item 5.9 do edital). Inicialmente, verificou-se a inviolabilidade dos envelopes de n. 01 - Documentos de Habilitação e Envelope n. 02 - Proposta de Preços. Os envelopes foram rubricados pela Presidente e membros da Comissão de Licitações. Realizou-se a abertura dos envelopes n. 01 - Documentos de Habilitação, sendo que os mesmo foram igualmente rubricados pela Presidente e membros da Comissão. Ato contínuo, foi constatado pela Comissão Permanente de Licitações que ambas as licitantes cumpriram integralmente com os requisitos editalícios, sendo estas declaradas HABILITADAS para apresentação da respectiva proposta de preço. Desta feita, fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/93, sendo designada pela Comissão de Licitações o dia 10 de junho de 2016, às 09:00, para a abertura dos envelopes de n. 02. Em caso de interposição de recurso, as participantes serão comunicadas via e-mail, cancelando-se, assim, a data já designada. Os envelopes de n. 02 - Proposta de Preço - permanecerão em poder da Comissão de Licitações e serão mantidos intactos. Nada mais.

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 160/2016

DECRETO Nº 160/2016

“QUE EXONERA O SERVIDOR JOAQUIM TADEU DO AMARAL”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Conforme apresentação de Atestado de Óbito; fica exonerado por falecimento o servidor JOAQUIM TADEU DO AMARAL, ocupante do Cargo de Vigia, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 163/2014, de 04/07/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 30 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.415/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.415/2016

“QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO EM COMPLEMENTO ÀS LEIS 2.742/2006 e 4.325/2015 CONTRATAR PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim (SC), faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, em complemento às Leis nº 2.742/2006 e nº 4.325/2015, autorizado a contratar, mediante Processo Seletivo, 01 (um) Profissional de Enfermagem, de nível superior, com 40 horas semanais, para o Programa de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, com remuneração mensal individual de R\$ 3.381,49 (três mil, trezentos e oitenta e um reais e quarenta e nove centavos), paga com recursos Federais do referido programa, acrescida do adicional de insalubridade de 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo, e adicional noturno de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a hora normal, sobre os quais incidirão os descontos legais.

Art. 2º - Aplicam-se quanto ao mais, as disposições das Leis nº 2.742/2006 e nº 4.325/2015.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 31 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 4.414/2016

LEI Nº 4.414/2016

“QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FAZER CONTRIBUIÇÃO A PROTUR - ASSOCIAÇÃO PRO TURISMO DE SÃO JOAQUIM”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim (SC), faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer contribuição a PROTUR – Associação Pro Turismo de São Joaquim, no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), a fim de custear despesas com a realização da 9ª Cavalgada, Festa do Colono e do Agricultor, que acontecera nos dias 28 á 31 de Julho de 2016, em São Joaquim.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei dar-se-ão por conta da dotação orçamentária (60) 3.3.50.00.00.00.00.00.2.011.0160, da Secretaria Municipal de Turismo.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 31 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI ORDINÁRIA Nº 4.413/2016

LEI ORDINÁRIA Nº 4.413/2016

“QUE INSTITUI O PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo de acordo com as disposições da Lei Orgânica deste Município a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o programa de parcerias Público-Privadas do Município de São Joaquim visando a promover, fomentar, coordenar, gerir, regular e fiscalizar a realização de parcerias público-privadas no âmbito da administração pública direta e indireta do Município.

Parágrafo Único - O programa de parcerias público-privada de São Joaquim rege-se pelo disposto nesta Lei e na Legislação Federal aplicável.

CAPÍTULO 1 DAS DIRETRIZES E CONDIÇÕES

Art. 2º - Além de disposto na Legislação Federal, o programa de parcerias Público-Privadas de São Joaquim orientar-se-á pelas seguintes diretrizes:

I - quantidade e continuidade na prestação dos serviços, obras e atividades;

II - universalização do acesso a bens e serviços essenciais;
III- estímulo à competitividade na prestação dos serviços;
IV - responsabilidade social e ambiental;
V - participação popular, mediante a consulta pública;
VI - responsabilidade fiscal na celebração e execução dos contratos.

Art. 3º - São condições para a inclusão de propostas e projetos no programa de parcerias Público - privada de que trata a Lei:

I – efetiva demonstração do interesse público na parceria, consideradas a natureza, relevância e valor do seu objetivo, bem como o caráter prioritário da respectiva execução, observado às diretrizes governamentais;

II - estudo técnico de sua viabilidade, a partir da demonstração de metas, meios e resultados a serem alcançados, prazo de execução. Estimativa de custo e amortização do capital investido, bem como a indicação dos critérios de avaliação e desempenho a serem empregados;

III - viabilidade de indicadores de resultados a serem adotados, em função de sua capacidade de aferir, de modo permanente e objetivo, o desempenho do parceiro privado em termos quantitativos e qualitativos, bem como de parâmetros que vinculem o montante da remuneração aos resultados atingidos;

IV - indicação de forma e prazo de amortização do capital investido pelo parceiro privado;

V - indicação da necessidade, importância e valor do serviço, obra ou atividade em relação ao objetivo a ser executado.

Parágrafo Único - A aprovação do projeto de parceria público-privada condiciona-se, ainda, ao seguinte:

I- Elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro da parceria;

II- Demonstração da origem dos recursos para seu custeio;

III- Comprovação da compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual.

Art. 4º - Não serão consideradas parcerias público-privadas:

I- A realização de obra pública sem atribuição ao contrato do encargo de mantê-la e explorá-la pelo período mínimo de 5 (cinco) anos;

II- A terceirização de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública, que sejam objeto único de contrato;

III- A prestação isolada, que não envolva conjunto de atividades;

IV- Contrato com o valor inferior a R\$: 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

CAPÍTULO II

DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º - Podem ser objetivo de parcerias público-privadas:

I- A implantação, ampliação, melhoramento, reforma, manutenção ou gestão de infraestrutura pública;

II- A prestação de serviço público;

III- A exploração de bem público;

IV- A construção, ampliação e manutenção, reforma e gestão de bens de uso público em geral, incluídos os recebidos em delegação do estado ou união;

V- A execução de obra para alienação, locação ou arrendamento à administração pública municipal;

VI- A exploração de direitos de natureza imaterial de titularidade do município

de São Joaquim, tais como marcas, patentes, bancos de dados,

métodos e técnicas de gerenciamento e gestão, resguardada a privacidade de informações sigilosas.

Art. 6º - constituem instrumentos para a realização de parcerias público-privadas:

I- A concessão de serviços públicos, precedida ou não de obra pública;

II- A concessão de obra pública;

III- A permissão de serviço público;

IV- Outros contratos e ajustes administrativos.

SEÇÃO II

DOS CONTRATOS DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Art. 7º - Os contratos de parcerias público-privadas reger-se-ão pelo disposto nesta Lei, na Legislação Federal aplicável, bem como pelas normas gerais do regime de concessão e permissão de serviços públicos e de licitações e contratos administrativos.

Art. 8º - Os contratos de parcerias público-privadas, com prazo de vigência não inferior a 5 (cinco) nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluídas eventuais prorrogações, deverão estabelecer, além do disposto na Legislação Federal, o seguinte:

I- Meios e instrumentos, de comprovada eficácia e idoneidade, voltados à efetivação das diretrizes do programa de parcerias público-privadas;

II- Metas e resultados a serem alcançados, cronograma de execuções e prazos estimados para a sua conclusão, critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante adoção de indicadores capazes de aferir os resultados;

III- Remuneração pelos bens ou serviços disponibilizados e, quando for o caso, o prazo necessário à amortização dos investimentos, observada a natureza do instituto escolhido para viabilizar a parceria;

IV- Clausulas que, a depender da modalidade escolhida, prevejam:

a) a obrigação do parceiro privado de obter recursos financeiros necessários a execução do objeto e sujeitar-se aos riscos do negócio, bem como as hipóteses de exclusão de sua responsabilidade;

b) Possibilidade de término do contrato pelo montante financeiro retornado ao parceiro privado em função do investimento realizado;

V- Identificação dos gestores responsáveis pela execução e fiscalização da parceria.

Art. 9º - Os contratos de parceiros público - privados poderão estabelecer mecanismos amigáveis de solução de controvérsias contratuais, inclusive arbitragem, observada a legislação vigente.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de arbitragem, serão escolhidos 3 (três) árbitros de reconhecida idoneidade, dentre os vinculados a instituições especializadas na matéria, sendo um indicado pelo parceiro público outro pelo parceiro privado, e o terceiro escolhido de comum acordo.

Parágrafo Segundo - A arbitragem sempre terá lugar no Município de, em cujo foro serão ajuizadas, se for o caso, as ações necessárias à efetivação da sentença arbitral.

Parágrafo Terceiro - Não serão objetos de repactuação as parcerias estabelecidas anteriormente a esta Lei.

Art. 10 - Poderão figurar como contratantes nas parcerias público-privadas os entes públicos municipais a quem a Lei, o Regulamento ou o Estatuto confirmam a titularidade de bens ou serviços objeto de contratação, incluindo autarquias, fundações instituídas ou mantidas pelo poder público, empresas públicas e sociedade de economia mista.

Art. 11 - Os contratados de parcerias publico-privadas deverão prever que, caso seu objeto reporte-se a setores regulados, as regras de desempenho das atividades e serviços serão submetidas aquelas determinadas pela agencia reguladora correspondente.

Art. 12 - A remuneração do parceiro privado, observada a natureza jurídica do instituto escolhido para viabilizar a parceria, poderá ser feita mediante a utilização isolada ou combinada dos seguintes meios:

- I- Tarifas cobradas dos usuários;
- II- Pagamentos com recursos orçamentários;
- III- Cessão de créditos do município e das entidades da administração municipal, observada a legislação vigente;
- IV- Cessão de direitos relativos à exploração comercial de bens públicos materiais ou imateriais;
- V- Transferência de bens moveis ou imóveis, observada a legislação vigente;
- VI- Títulos da dívida publica, emitidos em conformidade com a legislação pertinente;
- VII- Outras receitas alternativas, complementares, acessórios ou de projetos associados.

Parágrafo Primeiro - A remuneração do parceiro privado dar-se-á a partir do momento em que o serviço, a obra ou o empreendimento contratado estiver disponível para a utilização.

Parágrafo Segundo - Os ganhos econômicos decorrentes, dentre outros, da modernização, da expansão ou da racionalização de atividades desenvolvidas pelo parceiro privado, da repactuação das condições de financiamento e da redução do ônus do tributário serão compartilhados com o parceiro publico

Parágrafo Terceiro - A remuneração do parceiro privado poderá sofrer atualização periódica com base em fórmulas paramétricas, conforme previsto no edital da licitação, informando-se previamente ao poder legislativo sua composição.

Parágrafo Quarto - Os contratos regidos por essa Lei poderão prever o pagamento, ao parceiro privado, de remuneração variável, vinculada ao seu desempenho na execução do contrato, conforme metas e padrões qualidade e disponibilidade previamente definidos.

Parágrafo Quinto - Os contratos regidos por esta Lei poderão prever a compensação de créditos do Município, referentes a tributos devidos pelos parceiros privados, desde que líquidos certos e vencidos, na forma da legislação vigente, vedada a compensação com impostos cuja receita seja constitucionalmente vinculada.

Parágrafo Sexto - Para a definição de prioridade no pagamento, as despesas decorrentes dos contratos de parcerias publico-privadas terão, desde que previstas na Lei de Diretrizes orçamentárias, tratamento idêntico ao serviço da dívida publica.

Art. 13 - Sem prejuízo das sanções previstas na legislação pertinente, aos contratos de parcerias publico-privadas poderão prever, na hipótese de inadimplemento da obrigação pecuniária a cargo do parceiro público, a incidência de multa de 2% (dois por cento) e juros, segundo a taxa vigente para a mora no pagamento de impostos devidos a fazenda municipal.

Parágrafo Único - O atraso superior a 120 (cento e vinte) dias conferirá ao parceiro privado a faculdade de suspender os investimentos em curso, bem como a atividade que não seja estritamente necessária a continuidade de serviços públicos essenciais ou a utilização publica de infraestrutura existente, sem prejuízo do direito à execução das garantias contratuais ou a rescisão judicial assegurada às indenizações devidas.

SEÇÃO III DAS OBRIGAÇÕES DO PARCEIRO PRIVADO

Art. 14 - Constituem obrigações do parceiro privado nas parcerias publica-privadas:

I- Demonstrar capacidade econômica e financeira para a execução do contrato;

II- Assumir compromisso de resultado definido pelo parceiro público

;

III- Submeter-se ao controle permanente dos resultados pelo parceiro publico;

IV- Submeter-se a fiscalização do parceiro publico, sendo livre o acesso dos agentes públicos as instalações, informações e documentos relativos ao contrato, incluídos os registros contábeis;

V- Sujeitar-se aos riscos do empreendimento, ressalvados os casos expressamente previstos no contrato.

Parágrafo Único - Antes da celebração do contrato, o parceiro privado devera constituir sociedade de propósito específico, incumbida de implementar e gerir o objeto da parceria.

SEÇÃO IV DAS GARANTIAS

Art. 15 - Além do disposto na Legislação Federal, as obrigações contraídas pelo parceiro publico, nos contratos de parcerias publico-privadas, poderão ser garantidas mediante:

I- Garantias reais, pessoais e fidejussórias estabelecidas pelo Município;

II- Utilização de fundo específica, nos termos do artigo 17 e seguintes Lei.

Art. 16 - Os contratos de parcerias publico-privadas poderão prever que os empenhos relativos às contraprestações devidas pelo parceiro publico que possam ser liquidadas em favor da instituição que funcionou o projeto de parceria como garantia do cumprimento das condições do financiamento.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, o direito da instituição financeira limita-se à habilitação para receber diretamente o valor verificado pelo parceiro publico, na fase de liquidação, excluída sua legitimidade para impugná-lo.

Art.17 - Para o cumprimento das condições de pagamento originarias dos contratos de parcerias publico-privadas, será admitida a vinculação de receitas, nos limites do disposto na Constituição Federal e na Lei, e a utilização do fundo garantidor, nos termos do artigo 19 e seguintes desta Lei.

SEÇÃO V DO FUNDO GARANTIDOR

Art. 18 - Fica instituído o Fundo do garantidor das parcerias publico-privadas firmadas no âmbito do município de natureza jurídica privada e com a finalidade de prestar garantia das obrigações assumidas pelo parceiro publico, nos termos desta Lei e do Plano Municipal de parcerias publico-privadas.

Parágrafo Único - O Fundo Garantidor de que trata o "caput" deste artigo ficará vinculado à Secretaria Municipal da área a que o contrato administrativo estará vinculado.

Art. 19 - O patrimônio do Fundo Garantidor será constituído por aporte dos seguintes critérios, bens e direitos, na forma do que dispuser ato do Prefeito Municipal:

I- Ativos de propriedade do Município, executados os de origem

tributaria;

II- Bens móveis e imóveis, inclusive ações ordinárias ou preferenciais de titularidade do Município, ou das entidades da administração indireta, representativas do capital social de empresas públicas ou sociedades de economia mista, desde que tal destinação ao Fundo não implique a perda do controle estatal;

III- Título de dívida pública;

IV- Recursos orçamentários destinados ao Fundo;

V- Contribuições vinculadas aos serviços prestados;

VI- Receitas de contratos de parcerias público-privadas, desde que expressamente destinadas ao Fundo;

VII- Rendimentos provenientes de depósitos bancários e outras aplicações financeiras dos recursos do próprio fundo;

VIII- Doações, auxílios, contribuições, legados ou quaisquer outras receitas destinadas ao Fundo.

Parágrafo Primeiro - Os bens, direitos e créditos transferidos ao Fundo garantidores, quando não houver preços públicos cotados em mercados ou provenientes de demonstrações contábeis adotadas, serão, observada a legislação vigente, avaliados por empresa especializada, que devesse apresentar laudo fundamentado, com a indicação dos critérios de avaliação adotados e instruídos com os documentos relativos aos bens avaliados.

Parágrafo Segundo - Os bens imóveis poderão ser aportados ao Fundo Garantidor, pelo valor de sua avaliação, mediante desafetação e previa autorização Legislativa.

Parágrafo Terceiro - Os recursos destinados ao Fundo Garantidor poderão ser destinados ao pagamento das obrigações contratadas ou garantidas diretamente ao beneficiário da garantia ou em favor de quem financiar o projeto de parceria.

Art. 20 - O Fundo Garantidor será gerido por comissão gestora, a quem compete gerir e administrar os recursos financeiros em conta vinculada, a ser regulamentado em Decreto específico.

Parágrafo Primeiro - A comissão gestora do Fundo Garantidor será composta pelos seguintes membros:

I- 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Administração

II- 01 (um) representante do Gabinete do Prefeito Municipal indicado diretamente pelo chefe do Executivo

III- 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Fazenda.

Parágrafo Segundo - Os membros da comissão gestora serão nomeados por Portaria do Prefeito Municipal, que indicará seu presidente.

Art. 21 - O responsável pelo Fundo Garantidor remeterá ao Conselho Gestor, semestralmente, relatórios gerenciais das ações, evolução patrimonial, demonstrações contábeis e de fatos relevantes, sem prejuízo da realização de auditorias anuais, por auditores independentes, conforme definido em regulamento.

Parágrafo Único - Os demonstrativos financeiros e os critérios para a prestação de contas do Fundo Garantidor observarão as normas gerais sobre contabilidade pública e fiscalização financeira e orçamentária, conforme o disposto na legislação vigente.

Art. 22 - As garantias do fundo garantidor serão prestadas nas seguintes modalidades.

I- Fiança, sem benefício de ordem para o fiador;

II- Penhor de bens móveis ou de direitos integrantes do fundo garantidor, vedada transferência da posse do bem empenhado antes da execução da garantia;

III- Hipoteca de bens imóveis do patrimônio do Fundo;

IV- Alienação fiduciária, permanecendo, a posse direta dos bens

com o Fundo Garantidor ou com o agente fiduciário por ele contratado antes a execução da garantia;

V- Outros contratos que produzam efeito de garantia, desde que não importem transferência da titularidade ou posse direta dos bens ao parceiro privado antes da execução da garantia;

VI- Garantia real ou pessoal, vinculada a um patrimônio de afetação constituído em decorrência da separação de bens e direitos pertencente ao fundo garantidor.

Parágrafo Primeiro - O Fundo Garantidor poderá prestar garantia mediante a contratação de instrumentos disponíveis no mercado, inclusive para a complementação das modalidades previstas neste artigo.

Parágrafo Segundo - A quitação, pelo parceiro público, de cada parcela do débito garantido pelo Fundo Garantidor, implicará a exoneração proporcional da garantia.

Parágrafo Terceiro - A quitação de débito pelo Fundo Garantidor importará sua sub-rogação nos direitos do parceiro privado.

Art. 23 - As condições para a concessão de garantia pelo Fundo Garantidor e a forma da utilização dos recursos do Fundo por parte do beneficiário serão definidas em regulamento.

Art. 24 - É vedada a concessão de garantia cujo valor presente líquida, somado ao das garantias anteriormente prestadas e demais obrigações, supere o ativo total do Fundo Garantidor.

Art. 25 - A dissolução do Fundo Garantidor ficará condicionada à previa quitação da totalidade dos débitos garantidos ou liberação das garantias pelos credores.

Art. 26 - É facultada a constituição de patrimônio de afetação, que não se comunicará com o restante do patrimônio do Fundo Garantidor, ficando vinculado exclusivamente à garantia em virtude da qual tiver sido construído, não podendo ser objeto de penhora, arresto, sequestro, busca e apreensão ou qualquer ato de constrição judicial decorrentes de outras obrigações relativo ao Fundo Garantidor.

Parágrafo Único - A constituição de patrimônio de afetação será feita por registro em cartório de registro de títulos e documentos ou, no caso de bom imóvel, no cartório de registro imobiliário correspondente.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DE SÃO JOAQUIM

Art. 27 - Foi criado o Conselho Gestor do programa de parcerias público-privadas de São Joaquim vinculado à Secretaria Municipal de Administração composto pelos seguintes membros:

I- 01 (um) representante do Gabinete do Prefeito Municipal, indicado por livre decisão do Chefe do Executivo, podendo ser membro da sociedade civil, com qualificação reconhecida preferencialmente em gestão pública;

II- 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Fazenda.

Parágrafo Primeiro - Cabe ao Prefeito Municipal indicar através da portaria o presidente do Conselho Gestor do programa de parcerias público-privadas de, bem como seu substituto, na hipótese de ausência ou impedimento.

Parágrafo Segundo - Os membros integrantes do Conselho Gestor poderão se fazer substituir por pessoas por eles indicados, desde que vinculadas à respectiva pasta.

Parágrafo Terceiro – O Conselho Gestor deliberara mediante voto da maioria de seus membros, tendo o presidente direito ao voto de qualidade, em caso de empate.

Art. 28 - Compete ao Conselho Gestor:

- I- Definir as propriedades e supervisionar as atividades do programa de parcerias publico-privadas;
- II- Receber e analisar as propostas preliminares de parceiros publico – privadas;
- III- Aprovar projetos de parcerias publico-privadas, observadas as disposições legais aplicáveis;
- IV- Recomendar ao Prefeito Municipal o projeto de parceria publico-privada aprovando na forma de inciso anterior;
- V- Solicitar e definir a forma de contratação de estudos técnicos sobre os projetos de parcerias publico-privadas, após deliberação sobre proposta preliminar;
- VI- Aprovar os resultados dos estudos técnicos realizados na forma de inteso anterior;
- VII- Autorizar a abertura de processo licitatório para a contratação de parcerias publico-privada, fundamentada em estudos técnicos, observado o disposto na Legislação Federal;
- VIII- Fiscalizar a execução de parcerias publico-privadas;
- IX- Opinar sobre alteração, revisão, prorrogação, renovação ou rescisão de contratos de parcerias publico-privadas;
- X- Estabelecer diretrizes para a prestação de garantias através do Fundo Garantidor;
- XI- Deliberar sobre alienação de bens e direitos de Fundo Garantidor, bem como se manifestar sobre a utilização dos recursos do Fundo para prestar as garantias de pagamento de obrigações assumidas pelo parceiro publico;
- XII- Apreciar, deliberar e decidir sobre os procedimentos de manifestação de interesse PMIS e manifestações de interesse da iniciativa privada MIPS na forma do disposto no artigo 29 e seguintes desta Lei;
- XIII- Elaborar seu regimento interno e submetê-lo à aprovação do Prefeito Municipal;
- XIV- Deliberar sobre qualquer outra matéria de interesse do programa de parcerias publico-privadas de São Joaquim.

Parágrafo Primeiro - A expedição dos atos do Conselho Gestor, necessários ao exercício de sua competência dar-se-á sob a forma de resolução.

Parágrafo Segundo - O membro do Conselho Gestor, no exercício de suas atividades possui natureza de função publica não se investindo em cargo publico, sendo remunerado com gratificação que devera corresponder ao vencimento do Secretario Municipal, para os não vinculados de forma efetiva ou que não possuam cargos dentro do município.

Parágrafo Terceiro - Aos que exercem cargos efetivo ou não dentro do Município a gratificação correspondera a 1/3 do vencimento do secretario.

Parágrafo Quarto - Caberá á secretaria Municipal de Administração executar as atividades operacionais e de coordenação de parcerias publico-privadas, assessorarem o Conselho Gestor e divulgar os conceitos e metodologias próprios dos contratos de parceria, apoiada por equipe técnica.

Parágrafo Quinto - O Conselho Gestor remeterá á Câmara Municipal semestralmente relatório das atividades desenvolvidas no período e do desempenho dos contratos de parcerias público-privadas em vigor.

CAPITULO IV

DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÕES DE INTERESSE PMI E DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DA INICIATIVA PRIVADA-MIP

Art. 29 - O procedimento de manifestação de interesse PMI constitui procedimento instituído por órgão ou entidade da Administração

Municipal, por intermédio do qual poderão ser solicitados estudos, levantamentos ou investigações pesquisas soluções tecnológicas ou pareceres com vistas á inclusão de projetos nos PPPS de concessão patrocinada, de concessão administrativa, de concessão comum e de permissão.

Art. 30 - A manifestação de interesse da iniciativa privada MIP consiste na apresentação espontânea de propostas, estudos, levantamentos investigações, pesquisas, soluções tecnológicas dados, informações técnicas ou pareceres e projetos elaborados por pessoa física ou jurídica da iniciativa jurídica privada, para a utilização em modelagens de parcerias publico-privadas no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo Municipal.

CAPITULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31 - Os projetos de parcerias publico-privadas serão objetos de consulta pública, onde será informado as justificativas para a contratação, a identificação do objeto, o prazo de duração do contrato e seu valor estimado, fixando-se prazo razoável para recebimento de sugestões, antes da data prevista para a publicação do edital.

Art. 32 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
São Joaquim, 31 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 220/2016

PORTARIANº 220/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por Término de Contrato a senhora: - ROSILENI FIGUEIREDO AMARAL, ocupante da Função de Professora Substituta no C.E.I Madre Paulina, Bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 111/2016, de 01/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 24 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 221/2016

PORTARIANº 221/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – ANA PAULA COSTA, ocupante do Cargo de Agente de

Serviços Gerais, por 10 (dez) dias, a contar do dia 12/05/2016. – ITAMAR OLIVEIRA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 16/05/2016. – NARA GUIMARÃES PEREIRA, ocupante do Cargo de Professora, por 10 (dez) dias, a conta do dia 16/05/2016. – MARIA ELIZIA RIBEIRO DO AMARAL, ocupante do Cargo de Professora, por 10 (dez) dias, a contar do dia 17/05/2016. – ANA PAULA PEREIRA MARTINS, ocupante do Cargo de Agente Auxiliar Administrativo, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 18/05/2016. – LIDIANE POLLI, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 18/05/2016. – ADRIANA ANDRADE FAUSTO, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 18/05/2016. – JULIANA ZILIO BORGES, ocupante do Cargo de Odontóloga, por 01 (um) dia, no dia 19/05/2016, para acompanhar seu esposo. – CLAUDIA GOSS, ocupante do Cargo de Professora, por meio dia, do dia 20/05/2016. – NELCI H. AMARAL TOMAZ, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 20/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 24 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 222/2016

PORTARIANº 222/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – PATRICIA NUNES DE BRIDA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 20/05/2016. – MARIA ELIZABETE CARVALHO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 20/05/2016. – JOAQUIM RODRIGUES DA ROSA, ocupante do Cargo de Vigia, por 03 (três) dias, a conta do dia 23/05/2016. – SERGIO LUIZ ZANCHI, ocupante do Cargo de Chapeador, por 09 (nove) dias, a contar do dia 23/05/2016. – ANGELITA BORGES DE ANDRADE, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 23/05/2016. – ELENITA ABEL MATOS CECHINEL, ocupante do Cargo de Professora, por 02 (dois) dias, a contar do dia 23/05/2016. – RISOLETE DE FATIMA DA SILVA OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 23/05/2016. – RAQUEL MENDES COELHO, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 23/05/2016. – SELONI APARECIDA JENTIG, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 23/05/2016. – RAFAELA LUCIANO COSTA DE SOUZA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 24/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 24 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 223/2016

PORTARIANº 223/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 003/2015, realizado em data de 17/01/16; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - FRANCIELLY SOUZA DE ABREU, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, na área de 2º Professor, Profª. 2º grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 25/05/2016, em substituição a professora Patricia da Silva, que encontra-se em licença para tratamento de saúde pelo INSS. – ROSILENI FIGUEIREDO AMARAL, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I Direitos Humanos, Bairro Centro, na área de Educação Infantil, Profª. Normalista, com 30 horas semanais, a contar do dia 25/05/2016, em substituição a professora Eolita Guimarães Pereira, que encontra-se em licença para tratamento de saúde pelo INSS.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 224/2016

PORTARIANº 224/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao seguinte funcionário: - JOÃO PAULO MORAIS ROSA, ocupante do Cargo de Vigia, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 28/05/2016 à 26/06/2016.

Art. 2º - Fica Designado o senhor: - FABIO DE MACEDO, ocupante do Cargo de Vigia, para substituir o funcionário mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 225/2016

PORTARIANº 225/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS a seguinte funcionária: - TATIANE APARECIDA DE ANDRADE, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 30/05/2016 à 28/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 30 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 226/2016

PORTARIANº 226/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Conforme apresentação de Atestado Médico; Fica READAPTADA TEMPORARIAMENTE a funcionária JAMILI MARIA CAMPOS, ocupante do Cargo de Professora, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, para desempenhar suas funções compatíveis com sua incapacidade no Tele Centro Municipal, com 50 horas semanais, no período de 31/05/2016 à 30/05/2017, quando a mesma deverá ser reavaliada.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 31 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PROCESSO 115/2016 AQUISIÇÃO DE LONAS EMBORRACHADAS PARA CAÇAMBAS E CAMINHÕES DA SECRETARIA DE OBRAS E AVIAÇÃO DE SÃO JOAQUIM/SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2016

A Prefeitura Municipal de São Joaquim CNPJ 82.561.093/0001-98 por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, torna público que fará realizar às 14:00 horas do dia 16 de junho de 2016, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, Pelo Menor preço por item - registro de preço, regida pela Lei nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 001/06, pela Lei Complementar nº 123/06 por este Edital e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, a Praça João Ribeiro, nº 01, Centro, 2º Piso - Sala de Licitações, destinado à Aquisição de Lonas Emborrachadas para Caçambas e Caminhões da Secretaria de Obras e Aviação.

1. DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto do presente edital a Aquisição de Lonas

Emborrachadas para Caçambas e Caminhões da Secretaria de Obras e Aviação, conforme descrição do anexo I deste edital.

2. DA RETIRADA DO EDITAL:

Far-se-á de 2ª a 6ª feira, das 09:00 horas às 11:00 e das 13:30 às 17:30 horas, no Depto. de Compras e Licitações, à Praça João Ribeiro, Nº 01 - Centro, São Joaquim, SC, sem ônus.

3. DO(S) PEDIDO(S) DE ESCLARECIMENTO(S):

3.1 Esclarecimentos a respeito de dúvidas de caráter técnico e de interpretação dos termos do Edital deverão ser formalizados, obrigatoriamente, por escrito e endereçados ao Depto. de Compras e Licitações aos cuidados do Pregoeiro e por e-mail (pmsj_licitacao@hotmail.com ou compras.licitacao@saojoaquim.sc.gov.br), em até 05 dias, antecedendo a data definida para a abertura da sessão;

3.2 Outras informações pelo telefone: (49) 3233-0411 - R 8

4. DO(S) PRAZO(S) E DA GARANTIA:

4.1 De Entrega(s), em até 05(cinco) dias, após solicitação devidamente subscrita(s) pelo Responsável da Secretaria correspondente, sendo o transporte de total responsabilidade do fornecedor.

4.2 o prazo para correção e/ou substituição de produtos com defeitos, será de 5 (cinco) dia(s), a contar da data do recebimento da intimação.

4.4. a garantia do(s) produto(s) cotado(s), será em conformidade com a descrição do produto/especificações mínimas constantes no anexo I do deste edital;

5. DO(S) PAGAMENTO(S) e DA GARANTIA:

5.1 Será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s);

5.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.

6. DA VALIDADE DA PROPOSTA:

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas nesta licitação, sendo considerado automaticamente prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o término do processamento desta licitação.

7. DOS RECURSOS FINANCEIROS:

7.1 Os produtos, objeto desta licitação, serão adquiridos com recursos provisionados na conta no orçamento de ano base. Prefeitura Municipal (40) 3.3.90.30.99.00.00.00.

7.2 Valor Estimado: R\$ 4.870,66 (Quatro mil oitocentos e setenta reais e sessenta e seis centavos).

7.3 As empresas participantes do processo de licitação, deverão garantir entrega em até 05(cinco) dias, sendo que o pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a entrega do produto.

8. DA PARTICIPAÇÃO:

8.1 Poderão participar da presente licitação, empresas legalmente constituídas, que satisfaçam as condições do presente Edital;

8.2 As empresas deverão participar isoladamente, não se permitindo consórcios;

8.3 Não poderá participar, empresa que tenha sido declarada inidônea, ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com Administração Pública;

8.4 A participação na presente Licitação, enseja na aceitação plena das condições prescritas neste Edital e em seus anexos.

9. DO CREDENCIAMENTO:

9.1 Fica a critério do Licitante se fazer representar ou não na sessão;

9.2 O titular se investido de poderes, se fará representar, apresentando, cópias autenticadas do Ato Constitutivo/Contrato Social e da cédula de identidade, ou de outro documento reconhecido legalmente, que o identifique;

9.3 O Licitante se desejar, poderá também ser representado por preposto, devidamente credenciado, através de declaração ou instrumento procuratório, com firma reconhecida em cartório, acompanhado de cópias autenticadas da cédula de identidade do Outorgado e do Ato Constitutivo do Outorgante, conferindo poderes

para formulação de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

9.4 Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante;

9.5 O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a INABILITAÇÃO, nem a DESCLASSIFICAÇÃO do Licitante;

9.6 O Licitante que não se fizer representar, fica automaticamente impedido de participar da fase de competição com lances verbais e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência, do direito de interpor recurso, inclusive para exercer o direito de favorecimento instituído pela LC 123/06, às ME's e EPP's;

9.7 Far-se-á o credenciamento, antecedendo a abertura dos envelopes, devendo a documentação pertinente, ser envelopada em separado dos demais documentos ou entregue em mãos.

10. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Deverão ser entregues 02 envelopes separados, indevassáveis, lacrados em seus fechos, cada um deles com identificação clara do proponente referente à licitação, como segue:

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11. DA ENTREGA DOS ENVELOPES:

11.1 Os envelopes: nº 01 - Proposta e nº 02 - Documentação de Habilitação poderão ser entregues no setor de licitações da Prefeitura, à Praça João Ribeiro, Nº 01, Centro, São Joaquim, SC, CEP 88.600-000, até às 14:00 horas do dia 16 de junho de 2016.

11.2 Poderão também, sê-los remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso;

11.3 Podem ainda, ser entregues pessoalmente ao Pregoeiro ou para um Membro da Equipe de Apoio, até a hora e dia marcado para abertura dos envelopes, não sendo admitida qualquer tolerância após o horário estabelecido para o início do certame.

12. DA SOBRESCRITURA DO ENVELOPE Nº 01

Sr. Pregoeiro

Empresa:

Referente ao Edital de Pregão nº 43/2016

Abertura às 14:00 horas do dia 16 de junho de 2016.

Praça João Ribeiro, Nº 01, Centro, São Joaquim, SC, CEP 88.600-000

Proposta

13. DA PROPOSTA:

13.1 Ser formulada de preferência em papel timbrado da empresa, apresentada em uma via, constando o nome, endereço completo e carimbado com a Razão Social;

13.2 Ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, sem emendas, sem ressalvas e sem entrelinhas;

13.3 Conter a(s) assinatura(s), a(s) qual(is) deverá(ão) ser identificada(s) fazendo-se constar a qualificação do(s) signatário(s) e o cargo que exerce (Diretor, Gerente, e/ou Procurador);

13.4 Estar com todas as vias rubricadas e a última assinada em seu desfecho, pelo signatário da autora;

13.5 Ter validade de no mínimo 60 dias;

13.6 O(s) produto(s) deverá(ao) ser cotado(s) com marca, ser de 1ª qualidade e, descrito(s) com a(s) especificação(ões) necessária(s) para facilitar sua identificação com os requisitos constantes do Edital;

13.7 Os preços deverão ser cotados separadamente, em moeda nacional, com duas casas decimais depois da vírgula e, já deverão estar incluídos toda incidência de impostos, transportes, custos diretos e indiretos relativos ao presente objeto, inclusive todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos decorrentes ou que venham a serem devidos em razão do objeto deste Edital;

13.8 Somente serão desclassificadas as propostas que possuam vícios insanáveis.

13.9 Estar acompanhada:

13.9.1 Da Declaração de que correrão por conta, quaisquer outras despesas não incluídas na cotação do(s) preço(s) do(s) produto(s) licitado(s);

13.9.2 Da Declaração que aceitam as condições impostas por este edital e que submetem se ao disposto pela Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

13.9.3 Da Declaração que o(s) produto(s) a ser(em) entregue(s) ficará(ao) sob a inteira responsabilidade, até a entrega definitiva;

13.9.4 Da Declaração que cumpre(m) plenamente as condições estabelecidas para efeito de habilitação, nos termos do disposto no inciso VII, do artigo 4º da Lei 10.520/02;

13.9.5 Da Declaração de que se enquadra ou não na condição de ME ou EPP, nos termos do art. 3º da LC 123/2006 e que não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º do artigo em comento, para fins do exercício do direito de favorecimento.

13.9.6 A ME ou a EPP que pretende se beneficiar do direito de preferência, instituído pela LC 123/06, deverá apresentar cópia da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado da jurisdição competente.

14. DA SOBRESCRITURA DO ENVELOPE Nº 02

Sr. Pregoeiro

Empresa:

Referente ao Edital de Pregão nº 43/2016

Abertura às 14:00 horas do dia 16 de junho de 2016

Praça João Ribeiro, Nº 01, Centro, São Joaquim, SC, CEP 88.600-000

Documentação de Habilitação

15. DA HABILITAÇÃO:

15.1 DA REGULARIDADE JURÍDICA:

15.1.1 Cópia do Contrato Social e Alterações posteriores, ou Cópia da última Alteração Consolidada e das alterações subsequentes, registrados na Junta Comercial do Estado; em se tratando de Firma Individual o Registro Comercial e no caso de Sociedade por Ações o Ato Constitutivo acompanhado da Ata da Assembleia que elegeu a diretoria em exercício;

15.2 DA REGULARIDADE FISCAL:

15.2.1 Cópia do CNPJ;

15.2.2 Cópia do Cadastro Estadual de Contribuintes;

15.2.3 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal de origem da empresa;

15.2.4 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

15.2.5 Prova de Regularidade a Federal (Certidão Conjunta)

15.2.6 Prova de Regularidade com FGTS;

15.2.7 Certidão Negativa de Falência e Concordata

15.2.8 Certidão Negativa de Débitos trabalhistas

15.2.9 Declaração formal, firmada por representante legalmente constituído, de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

15.2.10 No caso de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, declarando que a Empresa/Cooperativa está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

NOTAS:

- A certidão que não contar com validade expressa será considerada válida por 60 dias, contados da data da sua emissão, exceto as extraídas pela Internet;

- Todas as xerocópias deverão estar autenticadas, exceto as extraídas pela Internet;

- Todos os documentos de Habilitação deverão ser inseridos no envelope nº 02; preferencialmente dispostos ordenadamente, numerados sequencialmente e rubricados pelo Licitante;

- Nos casos de emissão de declaração falsa, a empresa licitante estará sujeita à tipificação no crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos artigos 90 e 93 da Lei nº 8.666/93, além de poder ser punido administrativamente, conforme as sanções previstas no item 23 do presente Edital.

- A prestação de serviços de autenticação de documentos, internamente, fica restringida até o dia anterior ao da abertura da Sessão, exceção feita aos documentos pertinentes a credenciamento, que poderão ser realizados em até 20 minutos antes da data final definida para a entrega dos envelopes.

- Pedimos para que os participantes mantenham atualizado o CRC nesta instituição, é facultada a apresentação deste no momento do certame.

- A Administração Pública em qualquer fase do certame poderá baixar diligências e exigir amostras dos objetos.

16. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

16.1 Será(ão) aberto(s) preliminarmente o(s) envelope(s) contendo a(s) Proposta(s) de Preço(s), que deverá(ão) estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10%, relativamente à de menor preço;

16.2 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

16.3 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor;

16.4 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

16.5 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao Licitante, na ordem decrescente dos preços;

16.6 É vedada a oferta de lance com vista ao empate;

16.7 Dos lances ofertados não caberá retratação;

16.8 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do Licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo Licitante, para efeito de ordenação das propostas;

16.9 Encerrada a fase de lance(s) oral(is), verificar-se-á a natureza do Licitante com o menor preço ofertado, para efeito de aplicação do direito de preferência à ME e EPP;

16.10 Se, a proposta com menor preço cotado pertencer a ME ou EPP, será, sem meras formalidades, adjudicado a seu favor, o objeto licitado;

16.11 Caso a proposta mais bem classificada ou a com menor preço cotado, dependendo da forma de julgamento, não seja de ME ou EPP, e havendo proposta(s) apresentada(s) por ME ou EPP com valor igual ou superior até 5% do menor preço cotado, caracterizada(s) pelo empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

16.11.1 Preliminarmente, selecionar-se-á a(s) proposta(s) aceita(s) de ME ou EPP, dispondo-a(s) pela ordem crescente de classificação, para efeito do exercício do direito de preferência, previsto no Inciso I do art. 45 da LC 123/2006;

16.11.2 Para efeito do desempate de valor(es) cotado(s) com equivalência, se houver, utilizar-se-á o critério de sorteio, para identificação do melhor preço cotado e a colocação da ME ou EPP na escala de classificação para exercer o direito de preferência, nos termos dispostos no § 2º, IV do art. 45 da Lei 8.666/93 e no Inciso III do art. 45 da LC 123/2006, respectivamente;

16.11.3 Convocada a ME ou EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência e esta deliberar pela apresentação de nova proposta com preço inferior ao menor, até então, cotado/

negociado, ser-lhes-á adjudicado o objeto licitado, ficando em consequência, encerrada a fase de competição;

16.11.4 Convocada a ME ou EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência, e esta deliberar pela não apresentação de nova proposta com preço inferior ao menor, até então, cotado/ negociado, convocar-se-á a 2ª ME ou EPP melhor classificada, e assim sucessivamente, até a que satisfaça os requisitos requeridos, observando-se o limite das classificadas;

16.11.5 Se nenhuma ME ou EPP convocada, exercer o direito de preferência e a que exercer, não atender as exigências editalícias, a empresa que apresentou a melhor proposta, independente de se enquadrar ou não como ME ou EPP, será julgada a vencedora da licitação;

16.12 Não havendo oferta de lance(s), será verificada a conformidade da proposta inicial de menor preço e o valor estimado, se compatível, ser-lhes-á adjudicado o objeto licitado;

16.13 Verificada a documentação pertinente, se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade, procedendo ao julgamento da habilitação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e, caso não haja manifestação motivada de intenção de recurso, a ele será adjudicado o objeto da licitação definido neste Edital e seus anexos;

16.14 Sendo considerada aceitável a proposta do Licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação;

16.15 Em caso de o Licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro o inhabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos Licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor;

16.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o Licitante vencedor, com vistas a obter preço melhor;

16.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos Licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta de manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do Licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais Licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo;

16.18 A ausência do Licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer;

16.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos Licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima;

16.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os Licitantes presentes;

16.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes;

16.22 A bem dos serviços, o Pregoeiro, se julgar conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços.

17. DOS CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

17.1 A adjudicação se dará observando-se as condições prescritas no presente Edital e os critérios abaixo relacionados:

17.1.2 Considerar-se-á vencedor o Licitante que apresentar a proposta mais vantajosa, de acordo com as especificações do edital e ofertar o Menor Preço;

17.1.3 Os Preços cotados, depois de negociados, serão IRREAJUSTÁVEIS e as Propostas, depois de abertas, IRRENUNCIÁVEIS;

17.1.4 Os erros de soma ou de multiplicação, em consequência o resultado do valor apurado, e outros que, não desfigurem a validade jurídica, eventualmente configurados na(s) Proposta(s) de Preço(s) do(s) Licitante(s), poderão ser devidamente corrigidos, não se constituindo, de forma alguma, motivo para a desclassificação da Proposta;

17.1.5 Na hipótese de todas as propostas forem desclassificadas, fica facultado à Comissão a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações.

18. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO:

18.1 Será(ão) inabilitado(s) o(s) Licitante(s) que não fornecer(em) todos os documentos exigidos ou se estiverem ilegalmente formalizados ou com vigência expirada, exceção feita às certidões pertinentes a regularidade fiscal de ME e/ou EPP;

18.2 À ME ou EPP, que apresentar certidão de regularidade fiscal revelando qualquer restrição, fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, a contar da data da notificação declarando-a vencedora, para sanar a(s) falha(s) apontada(s);

18.3 A não regularização no prazo designado, incorre na decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, ficando facultado à Comissão, convocar a ME ou EPP remanescente mais bem classificada, se houver, observando-se a ordem e o limite de classificação;

18.4 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação;

18.5 Na hipótese de todos os Licitantes serem inabilitados, fica facultado à Comissão a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações.

19. DO DIREITO AO RECURSO:

19.1. Tendo o Licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, contará com o prazo de 03 dias consecutivos para apresentação das razões de recurso;

19.2. Os demais Licitantes, inclusive os ausentes, consideram-se intimados na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente;

19.3. A manifestação na Sessão Pública e a motivação no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade do recurso;

19.4. O recurso será endereçado à Secretaria Municipal de Administração, via Setor de Protocolo, aos cuidados do Pregoeiro, que o encaminhará ao Secretário de Administração, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de até 05 dias;

19.5. O recurso administrativo encaminhados via fax, somente será analisado e atendido, posteriormente a recepção da via original acompanhada do documento comprovando a outorga de poderes ao signatário e da fotocópia do documento de identidade do outorgado;

19.6. A Impugnação ao ato convocatório, deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Administração, aos cuidados do Pregoeiro, obrigatoriamente via Setor de Protocolo, acompanhada da comprovação de xerox autenticadas, do ato constitutivo do outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do outorgado, com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis da data da sessão pública de abertura.

20. DAS OBRIGAÇÕES DO(S) VENCEDOR(ES):

20.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Edital, seu anexo e do Contrato decorrente;

20.2 Assinar o contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

20.3 A proposta vencedora, após a fase de lance(s), deverá ser reconstituída, com a recomposição do(s) valor(s) alterado(s), compatível(is) com o(s) negociado(os) e encaminhada ao Pregoeiro, em até 24 horas a contar da data da notificação, acompanhada de declaração formal, indicando o nome, o número do RG, CPF e o cargo do Titular que o representará, para efeito de consignação no Contrato decorrente.

21. DA(S) AUTORIZAÇÃO(ÕES) DE FORNECIMENTO:

21.1. Após a homologação do resultado, será emitida Autorização de Fornecimento e encaminhada ao(s) Licitante(s) vencedor(es);

21.2. Caso o Licitante vencedor recuse-se, injustificadamente, de recebê-la, o Licitante subsequente na ordem de classificação, será notificado para fazê-lo nas condições por ele proposta, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

22. DO DIREITO DE RESERVA:

22.1 O Município de São Joaquim, reserva-se do direito, conforme legislação vigente de adquirir parte ou todos os produtos licitados, bem como revogar a licitação pertinente, sem que caiba ao(s) Proponente(s) indenização de qualquer espécie;

22.2 Receber o(s) produto(s) provisoriamente, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

22.3 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Anexo, após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante.

23. DAS PENALIDADES E GARANTIAS:

23.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

23.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

23.3 No caso de o convocado não assinar o Contrato ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta Comercial e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro licitante, observada a ordem e o limite de classificação e o direito de preferência para ME ou EPP, e assim sucessivamente, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para obtenção de preço menor.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

24.1 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, os Licitantes farão constar em sua documentação: endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos;

a) O cadastro do fornecedor deverá se efetuado em até 24 horas antes do Processo Licitatório.

24.2 No interesse do Município de São Joaquim, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a abertura da licitação;

b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

25. DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de São Joaquim, SC, para as ações que porventura decorram do presente Edital, independentemente de qual seja o domicílio do Licitante.

São Joaquim - SC, 19 de maio de 2016.

Adriana Baesso
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2016

A Prefeitura Municipal de São Joaquim CNPJ 82.561.093/0001-98 por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, torna público que fará realizar às 14:00 horas do dia 16 de junho de 2016, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, Pelo Menor preço por item - registro de preço, regida pela Lei nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 001/06, pela Lei Complementar nº 123/06 por este Edital e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, a Praça João Ribeiro, nº 01, Centro, 2º Piso - Sala de Licitações, destinado à Aquisição de Lonas Emborrachadas para Caçambas e Caminhões da Secretaria de Obras e Aviação.

1. DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto do presente edital a Aquisição de Lonas Emborrachadas para Caçambas e Caminhões da Secretaria de Obras e Aviação, conforme descrição do anexo I deste edital.

2. DA RETIRADA DO EDITAL:

Far-se-á de 2ª a 6ª feira, das 09:00 horas às 11:00 e das 13: 30 às 17:30 horas, no Depto. de Compras e Licitações, à Praça João Ribeiro, Nº 01 - Centro, São Joaquim, SC, sem ônus.

3. DO(S) PEDIDO(S) DE ESCLARECIMENTO(S):

3.1 Esclarecimentos a respeito de dúvidas de caráter técnico e de interpretação dos termos do Edital deverão ser formalizados, obrigatoriamente, por escrito e endereçados ao Depto. de Compras e Licitações aos cuidados do Pregoeiro e por e-mail (pmsj_licitacao@hotmail.com ou compras.licitacao@saojoaquim.sc.gov.br), em até 05 dias, antecedendo a data definida para a abertura da sessão;
3.2 Outras informações pelo telefone: (49) 3233-0411 - R 8

4. DO(S) PRAZO(S) E DA GARANTIA:

4.1 De Entrega(s), em até 05(cinco) dias, após solicitação devidamente subscrita(s) pelo Responsável da Secretaria correspondente, sendo o transporte de total responsabilidade do fornecedor.
4.2 o prazo para correção e/ou substituição de produtos com defeitos, será de 5 (cinco) dia(s), a contar da data do recebimento da intimação.

4.4. a garantia do(s) produto(s) cotado(s), será em conformidade com a descrição do produto/especificações mínimas constantes no anexo I do deste edital;

5. DO(S) PAGAMENTO(S) e DA GARANTIA:

5.1 Será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s);
5.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.

6. DA VALIDADE DA PROPOSTA:

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas nesta licitação, sendo considerado automaticamente prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o término do processamento desta licitação.

7. DOS RECURSOS FINANCEIROS:

7.1 Os produtos, objeto desta licitação, serão adquiridos com recursos provisionados na conta no orçamento de ano base. Prefeitura

Municipal (40) 3.3.90.30.99.00.00.00.

7.2 Valor Estimado: R\$ 4.870,66 (Quatro mil oitocentos e setenta reais e sessenta e seis centavos).

7.3 As empresas participantes do processo de licitação, deverão garantir entrega em até 05(cinco) dias, sendo que o pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a entrega do produto.

8. DA PARTICIPAÇÃO:

8.1 Poderão participar da presente licitação, empresas legalmente constituídas, que satisfaçam as condições do presente Edital;

8.2 As empresas deverão participar isoladamente, não se permitindo consórcios;

8.3 Não poderá participar, empresa que tenha sido declarada inidônea, ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com Administração Pública;

8.4 A participação na presente Licitação, enseja na aceitação plena das condições prescritas neste Edital e em seus anexos.

9. DO CREDENCIAMENTO:

9.1 Fica a critério do Licitante se fazer representar ou não na sessão;

9.2 O titular se investido de poderes, se fará representar, apresentando, cópias autenticadas do Ato Constitutivo/Contrato Social e da cédula de identidade, ou de outro documento reconhecido legalmente, que o identifique;

9.3 O Licitante se desejar, poderá também ser representado por preposto, devidamente credenciado, através de declaração ou instrumento procuratório, com firma reconhecida em cartório, acompanhado de cópias autenticadas da cédula de identidade do Outorgado e do Ato Constitutivo do Outorgante, conferindo poderes para formulação de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

9.4 Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante;

9.5 O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a INABILITAÇÃO, nem a DESCLASSIFICAÇÃO do Licitante;

9.6 O Licitante que não se fizer representar, fica automaticamente impedido de participar da fase de competição com lances verbais e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência, do direito de interpor recurso, inclusive para exercer o direito de favorecimento instituído pela LC 123/06, às ME's e EPP's;

9.7 Far-se-á o credenciamento, antecedendo a abertura dos envelopes, devendo a documentação pertinente, ser envelopada em separado dos demais documentos ou entregue em mãos.

10. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Deverão ser entregues 02 envelopes separados, indevassáveis, lacrados em seus fechos, cada um deles com identificação clara do proponente referente à licitação, como segue:

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11. DA ENTREGA DOS ENVELOPES:

11.1 Os envelopes: nº 01 - Proposta e nº 02 - Documentação de Habilitação poderão ser entregues no setor de licitações da Prefeitura, à Praça João Ribeiro, Nº 01, Centro, São Joaquim, SC, CEP 88.600-000, até às 14:00horas do dia 16de junho de 2016.

11.2 Poderão também, sê-los remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso;

11.3 Podem ainda, ser entregues pessoalmente ao Pregoeiro ou para um Membro da Equipe de Apoio, até a hora e dia marcado para abertura dos envelopes, não sendo admitida qualquer tolerância após o horário estabelecido para o início do certame.

12. DA SOBRESCRITURA DO ENVELOPE Nº 01

Sr. Pregoeiro

Empresa:

Referente ao Edital de Pregão nº 43/2016

Abertura às 14:00 horas do dia 16 de junho 2016.

Praça João Ribeiro, Nº 01, Centro, São Joaquim, SC, CEP 88.600-000

Proposta

13. DA PROPOSTA:

13.1 Ser formulada de preferência em papel timbrado da empresa, apresentada em uma via, constando o nome, endereço completo e carimbado com a Razão Social;

13.2 Ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, sem emendas, sem ressalvas e sem entrelinhas;

13.3 Conter a(s) assinatura(s), a(s) qual(is) deverá(ão) ser identificada(s) fazendo-se constar a qualificação do(s) signatário(s) e o cargo que exerce (Diretor, Gerente, e/ou Procurador);

13.4 Estar com todas as vias rubricadas e a última assinada em seu desfecho, pelo signatário da autora;

13.5 Ter validade de no mínimo 60 dias;

13.6 O(s) produto(s) deverá(ão) ser cotado(s) com marca, ser de 1ª qualidade e, descrito(s) com a(s) especificação(ões) necessária(s) para facilitar sua identificação com os requisitos constantes do Edital;

13.7 Os preços deverão ser cotados separadamente, em moeda nacional, com duas casas decimais depois da vírgula e, já deverão estar incluídos toda incidência de impostos, transportes, custos diretos e indiretos relativos ao presente objeto, inclusive todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos decorrentes ou que venham a serem devidos em razão do objeto deste Edital;

13.8 Somente serão desclassificadas as propostas que possuam vícios insanáveis.

13.9 Estar acompanhada:

13.9.1 Da Declaração de que correrão por conta, quaisquer outras despesas não incluídas na cotação do(s) preço(s) do(s) produto(s) licitado(s);

13.9.2 Da Declaração que aceitam as condições impostas por este edital e que submetem-se ao disposto pela Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

13.9.3 Da Declaração que o(s) produto(s) a ser(em) entregue(s) ficará(ão) sob a inteira responsabilidade, até a entrega definitiva;

13.9.4 Da Declaração que cumpre(m) plenamente as condições estabelecidas para efeito de habilitação, nos termos do disposto no inciso VII, do artigo 4º da Lei 10.520/02;

13.9.5 Da Declaração de que se enquadra ou não na condição de ME ou EPP, nos termos do art. 3º da LC 123/2006 e que não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º do artigo em comento, para fins do exercício do direito de favorecimento.

13.9.6 A ME ou a EPP que pretende se beneficiar do direito de preferência, instituído pela LC 123/06, deverá apresentar cópia da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado da jurisdição competente.

14. DA SOBRESCRITURA DO ENVELOPE Nº 02

Sr. Pregoeiro

Empresa:

Referente ao Edital de Pregão nº 43/2016

Abertura às 14:00 horas do dia 16 de junho de 2016

Praça João Ribeiro, Nº 01, Centro, São Joaquim, SC, CEP 88.600-000

Documentação de Habilitação

15. DA HABILITAÇÃO:**15.1 DA REGULARIDADE JURÍDICA:**

15.1.1 Cópia do Contrato Social e Alterações posteriores, ou Cópia da última Alteração Consolidada e das alterações subsequentes, registrados na Junta Comercial do Estado; em se tratando de Firma

Individual o Registro Comercial e no caso de Sociedade por Ações o Ato Constitutivo acompanhado da Ata da Assembleia que elegeu a diretoria em exercício;

15.2 DA REGULARIDADE FISCAL:

15.2.1 Cópia do CNPJ;

15.2.2 Cópia do Cadastro Estadual de Contribuintes;

15.2.3 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal de origem da empresa;

15.2.4 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

15.2.5 Prova de Regularidade a Federal (Certidão Conjunta)

15.2.6 Prova de Regularidade com FGTS;

15.2.7 Certidão Negativa de Falência e Concordata

15.2.8 Certidão Negativa de Débitos trabalhistas

15.2.9 Declaração formal, firmada por representante legalmente constituído, de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

15.2.10 No caso de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, declarando que a Empresa/Cooperativa está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

NOTAS:

- A certidão que não contar com validade expressa será considerada válida por 60 dias, contados da data da sua emissão, exceto as extraídas pela Internet;

- Todas as xerocópias deverão estar autenticadas, exceto as extraídas pela Internet;

- Todos os documentos de Habilitação deverão ser inseridos no envelope nº 02; preferencialmente dispostos ordenadamente, numerados sequencialmente e rubricados pelo Licitante;

- Nos casos de emissão de declaração falsa, a empresa licitante estará sujeita à tipificação no crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos artigos 90 e 93 da Lei nº 8.666/93, além de poder ser punido administrativamente, conforme as sanções previstas no item 23 do presente Edital.

- A prestação de serviços de autenticação de documentos, internamente, fica restringida até o dia anterior ao da abertura da Sessão, exceção feita aos documentos pertinentes a credenciamento, que poderão ser realizados em até 20 minutos antes da data final definida para a entrega dos envelopes.

- Pedimos para que os participantes mantenham atualizado o CRC nesta instituição, é facultada a apresentação deste no momento do certame.

- A Administração Pública em qualquer fase do certame poderá baixar diligências e exigir amostras dos objetos.

16. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

16.1 Será(ão) aberto(s) preliminarmente o(s) envelope(s) contendo a(s) Proposta(s) de Preço(s), que deverá(ão) estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10%, relativamente à de menor preço;

16.2 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

16.3 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor;

16.4 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

16.5 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao Licitante, na ordem decrescente dos preços;

16.6 É vedada a oferta de lance com vista ao empate;

16.7 Dos lances ofertados não caberá retratação;

16.8 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do Licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo Licitante, para efeito de ordenação das propostas;

16.9 Encerrada a fase de lance(s) oral(is), verificar-se-á a natureza do Licitante com o menor preço ofertado, para efeito de aplicação do direito de preferência à ME e EPP;

16.10 Se, a proposta com menor preço cotado pertencer a ME ou EPP, será, sem meras formalidades, adjudicado a seu favor, o objeto licitado;

16.11 Caso a proposta mais bem classificada ou a com menor preço cotado, dependendo da forma de julgamento, não seja de ME ou EPP, e havendo proposta(s) apresentada(s) por ME ou EPP com valor igual ou superior até 5% do menor preço cotado, caracterizada(s) pelo empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

16.11.1 Preliminarmente, selecionar-se-á a(s) proposta(s) aceita(s) de ME ou EPP, dispondo-a(s) pela ordem crescente de classificação, para efeito do exercício do direito de preferência, previsto no Inciso I do art. 45 da LC 123/2006;

16.11.2 Para efeito do desempate de valor(es) cotado(s) com equivalência, se houver, utilizar-se-á o critério de sorteio, para identificação do melhor preço cotado e a colocação da ME ou EPP na escala de classificação para exercer o direito de preferência, nos termos dispostos no § 2º, IV do art. 45 da Lei 8.666/93 e no Inciso III do art. 45 da LC 123/2006, respectivamente;

16.11.3 Convocada a ME ou EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência e esta deliberar pela apresentação de nova proposta com preço inferior ao menor, até então, cotado/negociado, ser-lhes-á adjudicado o objeto licitado, ficando em consequência, encerrada a fase de competição;

16.11.4 Convocada a ME ou EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência, e esta deliberar pela não apresentação de nova proposta com preço inferior ao menor, até então, cotado/negociado, convocar-se-á a 2ª ME ou EPP melhor classificada, e assim sucessivamente, até a que satisfaça os requisitos requeridos, observando-se o limite das classificadas;

16.11.5 Se nenhuma ME ou EPP convocada, exercer o direito de preferência e a que exercer, não atender as exigências editalícias, a empresa que apresentou a melhor proposta, independente de se enquadrar ou não como ME ou EPP, será julgada a vencedora da licitação;

16.12 Não havendo oferta de lance(s), será verificada a conformidade da proposta inicial de menor preço e o valor estimado, se compatível, ser-lhes-á adjudicado o objeto licitado;

16.13 Verificada a documentação pertinente, se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade, procedendo ao julgamento da habilitação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e, caso não haja manifestação motivada de intenção de recurso, a ele será adjudicado o objeto da licitação definido neste Edital e seus anexos;

16.14 Sendo considerada aceitável a proposta do Licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação;

16.15 Em caso de o Licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro o inhabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos Licitantes, na ordem de classificação e assim

sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor;

16.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o Licitante vencedor, com vistas a obter preço melhor;

16.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos Licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta de manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do Licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais Licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo;

16.18 A ausência do Licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer;

16.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos Licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima;

16.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os Licitantes presentes;

16.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes;

16.22 A bem dos serviços, o Pregoeiro, se julgar conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços.

17. DOS CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

17.1 A adjudicação se dará observando-se as condições prescritas no presente Edital e os critérios abaixo relacionados:

17.1.2 Considerar-se-á vencedor o Licitante que apresentar a proposta mais vantajosa, de acordo com as especificações do edital e ofertar o Menor Preço;

17.1.3 Os Preços cotados, depois de negociados, serão IRREAJUSTÁVEIS e as Propostas, depois de abertas, IRRENUNCIÁVEIS;

17.1.4 Os erros de soma ou de multiplicação, em consequência o resultado do valor apurado, e outros que, não desfigurem a validade jurídica, eventualmente configurados na(s) Proposta(s) de Preço(s) do(s) Licitante(s), poderão ser devidamente corrigidos, não se constituindo, de forma alguma, motivo para a desclassificação da Proposta;

17.1.5 Na hipótese de todas as propostas forem desclassificadas, fica facultado à Comissão a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações.

18. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO:

18.1 Será(ão) inabilitado(s) o(s) Licitante(s) que não fornecer(em) todos os documentos exigidos ou se estiverem ilegalmente formalizados ou com vigência expirada, exceção feita às certidões pertinentes a regularidade fiscal de ME e/ou EPP;

18.2 À ME ou EPP, que apresentar certidão de regularidade fiscal revelando qualquer restrição, fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, a contar da data da notificação declarando-a vencedora, para sanar a(s) falha(s) apontada(s);

18.3 A não regularização no prazo designado, incorre na decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, ficando facultado à Comissão, convocar a ME ou EPP remanescente mais bem classificada, se houver,

observando-se a ordem e o limite de classificação;

18.4 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação;

18.5 Na hipótese de todos os Licitantes serem inabilitados, fica facultado à Comissão a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações.

19. DO DIREITO AO RECURSO:

19.1. Tendo o Licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, contará com o prazo de 03 dias consecutivos para apresentação das razões de recurso;

19.2. Os demais Licitantes, inclusive os ausentes, consideram-se intimados na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente;

19.3. A manifestação na Sessão Pública e a motivação no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade do recurso;

19.4. O recurso será endereçado à Secretaria Municipal de Administração, via Setor de Protocolo, aos cuidados do Pregoeiro, que o encaminhará ao Secretário de Administração, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de até 05 dias;

19.5. O recurso administrativo encaminhados via fax, somente será analisado e atendido, posteriormente a recepção da via original acompanhada do documento comprovando a outorga de poderes ao signatário e da fotocópia do documento de identidade do outorgado;

19.6. A Impugnação ao ato convocatório, deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Administração, aos cuidados do Pregoeiro, obrigatoriamente via Setor de Protocolo, acompanhada da comprovação de xerox autenticadas, do ato constitutivo do outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do outorgado, com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis da data da sessão pública de abertura.

20. DAS OBRIGAÇÕES DO(S) VENCEDOR(ES):

20.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Edital, seu anexo e do Contrato decorrente;

20.2 Assinar o contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

20.3 A proposta vencedora, após a fase de lance(s), deverá ser reconstituída, com a recomposição do(s) valor(s) alterado(s), compatível(is) com o(s) negociado(os) e encaminhada ao Pregoeiro, em até 24 horas a contar da data da notificação, acompanhada de declaração formal, indicando o nome, o número do RG, CPF e o cargo do Titular que o representará, para efeito de consignação no Contrato decorrente.

21. DA(S) AUTORIZAÇÃO(ÕES) DE FORNECIMENTO:

21.1. Após a homologação do resultado, será emitida Autorização de Fornecimento e encaminhada ao(s) Licitante(s) vencedor(es);

21.2. Caso o Licitante vencedor recuse-se, injustificadamente, de recebê-la, o Licitante subsequente na ordem de classificação, será notificado para fazê-lo nas condições por ele proposta, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

22. DO DIREITO DE RESERVA:

22.1 O Município de São Joaquim, reserva-se do direito, conforme legislação vigente de adquirir parte ou todos os produtos licitados, bem como revogar a licitação pertinente, sem que caiba ao(s) Proponente(s) indenização de qualquer espécie;

22.2 Receber o(s) produto(s) provisoriamente, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

22.3 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Anexo, após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s)

fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante.

23. DAS PENALIDADES E GARANTIAS:

23.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

23.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

23.3 No caso de o convocado não assinar o Contrato ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta Comercial e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro licitante, observada a ordem e o limite de classificação e o direito de preferência para ME ou EPP, e assim sucessivamente, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para obtenção de preço menor.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

24.1 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, os Licitantes farão constar em sua documentação: endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos;

a) O cadastro do fornecedor deverá ser efetuado em até 24 horas antes do Processo Licitatório.

24.2 No interesse do Município de São Joaquim, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a abertura da licitação;

b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

25. DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de São Joaquim, SC, para as ações que porventura decorram do presente Edital, independentemente de qual seja o domicílio do Licitante.

São Joaquim - SC, 19 de maio de 2016.

Adriana Baesso

Pregoeira

PROCESSO 117/2016 PMSJ/FMAS/FMS/FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Processo Nº 117/2016

Pregão Presencial 44/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS.

Tipo: Menor Preço por item

Abertura: 17/06/2016 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 105.445,26

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no

Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 02 de junho de 2016
Humberto Luiz Brighenti
Prefeito Municipal

.

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 6519/2016

DECRETO Nº 6519/2016

ALTERA O DECRETO 4.145, DE 16 DE MARÇO DE 2015, O QUAL NOMEOU OS MEMBROS CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – CMI – DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, e com fulcro no art. 9º, da Lei Municipal nº 4.599, de 12 de dezembro de 2007.

CONSIDERANDO a necessidade de alteração de membros da Fundação Municipal de Esporte e Lazer e da Secretaria Municipal de Assistência Social;

DECRETA:

Art. 1º – A alínea “a” do inciso I e a as alíneas “d”, “e” e “f” do Artigo 1º do Decreto nº 4.145, de 16 de março de 2015, passam a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º -

I – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

a) Titular: Edson Serafim;

[...]

IV – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

d) Suplente: Vanessa Aparecida da Silva Machado;

e) Titular: Juliana Rocha Pires;

f) Suplente: Mileine Delonê da Silva Pires. ” (NR)

[...]

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal em São José (SC), 25 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6520/2016

DECRETO Nº 6520/2016

ALTERA O DECRETO 5.328, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015, O QUAL NOMEOU OS MEMBROS COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL ANTI DROGAS – COMAD, NO PERÍODO DE 2015 a 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c o §1º da Lei Municipal nº. 4.047, de 17 de novembro de 2003,

CONSIDERANDO a substituição de membro proveniente da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Assistência Social, de Associações Comunitárias, de Associações de Pais, da Ordem dos Advogados do Brasil e de Entidades, Associações ou ONGs que trabalham com Familiares de Dependentes Químicos;

DECRETA:

Art. 1º – As alíneas “a” e “b” do inciso I, a alínea “b” do inciso III, a alínea “b” do inciso IV, as alíneas “a” e “b” do inciso IX, as alíneas “a” e “b” do inciso XI e a alínea “b” do inciso XV, todos do Artigo 1º do Decreto nº 5.328, de 16 de dezembro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º -

I – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

a) Titular: NICOLAS ISOPPO;

b) Suplente: DÂMARIS REGINA ZAMPROGNA;

[...]

III – REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

[...]

b) Suplente: HELLEN CRISTINA RIBEIRO SOARES.

IV – REPRESENTANTE DE ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

[...]

b) Suplente: ANIZILDA MARQUES FILIPPI.

[...]

IX – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS

a) Titular: MARIA HELENA DA SILVA DUTRA;

b) Suplente: GUILHERME ALBINO.

[...]

XI – REPRESENTANTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

a) Titular: JORGE PAIXÃO DE BAIRROS;

b) Suplente: EDNA PEREIRA RODRIGUES.

[...]

XV – REPRESENTANTE DE ENTIDADES, ASSOCIAÇÕES OU ONGS QUE TRABALHAM COM FAMILIARES DE DEPENDENTES QUÍMICOS

[...]

b) Suplente: OZAIR DOS SANTOS. " (NR)

[...]

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6521/2016

DECRETO Nº 6521/2016

ALTERA O DECRETO 5.024, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015, O QUAL NOMEOU O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – COMDIM – DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e com fulcro na Lei Municipal N.º 3.313 de 17 de maio de 1999 alterada pela Lei Municipal N.º 5.392 de 28 de maio de 2014,

CONSIDERANDO a necessidade de alteração de membro da Ordem dos Advogados do Brasil;

DECRETA:

Art. 1º – A alínea "a" do inciso VIII do Artigo 1º do Decreto nº 5.024, de 17 de setembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º -

[...]

VIII - Representantes da OAB Mulher na Esfera Regional:

a) Titular: Gabriela Teodósio; " (NR)

[...]

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6526/2016

DECRETO Nº 6526/2016

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 008/2015, datado de 08 de setembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratadas para o ano letivo de 2016 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
ANA PAULA SOARES REBELO	Auxiliar de Ensino	30 Horas	24/05/2016
ELIZABETH GENEROSA DA SILVA	Auxiliar de Ensino	40 Horas	24/05/2016
PRISCILA OLIVEIRA DA CRUZ	Professor-M	20 Horas	24/05/2016
VATUZA VENANCIO DE ALMEIDA	Professor-M	30 Horas	24/05/2016

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24/05/2016.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6527/2016

DECRETO Nº 6527/2016

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 008/2015, datado de 08 de setembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratadas para o ano letivo de 2016 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

FUNCIÓNÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
ANDREA ELIZETE VENTURA	Auxiliar de Ensino	40 Horas	25/05/2016
CHAIANY AMABILE MARTINS IGNACIO	Professor-M	40 Horas	25/05/2016
JOSELI MARIA MARTINS BRUCH	Auxiliar de Ensino	40 Horas	25/05/2016

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25/05/2016.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6528/2016

DECRETO Nº 6528/2016

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 008/2015, datado de 08 de setembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratados para o ano letivo de 2016 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

FUNCIÓNÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
JUCINEIA MACHADO FRUTUOSO	Auxiliar de Ensino	30 Horas	30/05/2016
MARCELO JOSE SCHAPPO	Auxiliar de Ensino	40 Horas	30/05/2016

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos em 30/05/2016.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6529/2016

DECRETO Nº 6529/2016

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 22/09/2014;

Embasado no Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça SC, nos autos da apelação civil em mandado de segurança nº 064.00.001304-1, no que diz respeito à permanência de servidora gestante ou de licença gestação e parecer nº 700/2013/PGM;

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA DE DISPENSA
SCHEILA DUTRA	Auxiliar de Sala	30/05/2016

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos em 30/05/2016.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6530/2016

DECRETO Nº 6530/2016

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 6296/2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 6296 de 20 de abril de 2016, que nomeou a Sra. KEREN CRISTINA S. BARBOSA GUIMARÃES para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor I – CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de maio de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6531/2016

DECRETO Nº 6531/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado GILMAR JOSÉ FAVA para exercer o cargo de Assessor I – CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6532/2016

DECRETO Nº 6532/2016
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora CLESIA MARIA FRITZEN PAGANI do cargo de Assessor VII Administrativo – CCM7, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6533/2016

DECRETO Nº 6533/2016
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor DIEGO PEREIRA ALVES do cargo de Diretor Administrativo e Financeiro - CCM 7, com lotação na Fundação Educacional Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6534/2016

DECRETO Nº 6534/2016
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada CLESIA MARIA FRITZEN PAGANI para exercer o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro - CCM 7, com lotação na Fundação Educacional Municipal, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6535/2016

DECRETO Nº 6535/2016
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado DIEGO PEREIRA ALVES para o cargo em comissão de Assessor VII Administrativo – CCM7, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 059/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de maio de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6536/2016

DECRETO Nº 6536/2016
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora MONIQUE DA SILVA do cargo de Coordenador de Análise Técnica – CCM5, com lotação na Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de maio de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6537/2016

DECRETO Nº 6537/2016
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada PAULA MARQUES ANDRADE para exercer o cargo de Coordenador de Análise Técnica – CCM5, com lotação na Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de maio de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6538/2016

DECRETO Nº 6538/2016
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada MONIQUE DA SILVA para exercer o cargo de Supervisor de Geografia – CCM6, com lotação na Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de maio de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6539/2016

DECRETO Nº 6539/2016
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado MARCELO NILTON DE DEUS para exercer o cargo de ASSESSOR II - ADMINISTRATIVO – CCM 2, com lotação na Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de maio de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2016 – PROCESSO Nº 130/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2016 – Processo nº 130/2016. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA O EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO DO TIPO HIGIENE E LIMPEZA, UTENSÍLIOS PARA COZINHA E DESCARTÁVEIS, DESTINADOS A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITARES DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 03 de junho de 2016 às 18h00min até dia 16 de junho de 2016, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 16 de junho de 2016. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2016 - REABERTURA – PROCESSO Nº 143/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2016 - REABERTURA – Processo nº 143/2016. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER A INAUGURAÇÃO DA POLICLÍNICA DE FORQUILHINHA E AS DEMAIS UNIDADES VINCULADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 03 de junho de 2016 às 18h00min até dia 15 de junho de 2016, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 15 de junho de 2016. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 161/2015 – PROCESSO Nº 502/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 161/2015 – Processo nº 502/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS PARA ATENDER AS NOVAS POLICLÍNICAS E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 03 de junho de 2016 às 18h00min até dia 16 de junho de 2016, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 16 de junho de 2016. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2016 - Processo nº 041/2016. Fornecedor: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE RECARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL, DESTINADOS A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITARES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 8.550,00 – oito mil, quinhentos e cinquenta reais. Cláudia Schweitzer Pflieger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016 - Processo nº 099/2016. Fornecedor: ANDRESUL EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NAS INSTALAÇÕES PREDIAIS DA SEDE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, GINÁSIOS, CAMPOS DE FUTEBOL E QUADRAS DE AREIA ADMINISTRADOS PELA FUNDAÇÃO. Valor: R\$ 111.500,00 – cento e onze mil, quinhentos reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

TERMO ADITIVO/TA Nº 001/2013-07 – PE 149/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 001/2013-07 – PE 149/2012 – Processo 339/2012 – Contratado: KHRONOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. REPACTUAÇÃO – ACCT 2016/2016: O Contrato nº 001/2013 fica repactuado em 8,60% (oito vírgula sessenta por cento) sobre o valor vigente em 31/12/2015, com base na Convenção Coletiva – 2016/2016, representando o acréscimo de R\$ 655.492,80 (seiscentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e oitenta centavos) para o exercício de 2016. A contar de 1º de janeiro de 2016, o valor total do Contrato, que era de R\$ 7.621.560,00 (sete milhões, seiscentos e vinte e um mil, quinhentos e sessenta reais) – considerando-se os Termos Aditivos nºs 001/2013-02, 001/2013-04 – vigorará com o valor anual de R\$ 8.277.052,80 (oito milhões, duzentos e setenta e sete mil, cinquenta e dois reais e oitenta centavos) sobre o quantitativo de 200 auxiliares de serviços gerais. Data da assinatura: 12 de abril de 2016.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2016 - SRP - PR Nº 018/2016 - FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 15/06/2016, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2016, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2016, OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÁS MEDICINAL PARA USO NO ANO DE 2016 NAS AMBULÂNCIAS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E SAMU - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA, TODOS VINCULADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste, 02 de junho de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2016 - PR Nº 063/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 15/06/2016, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2016. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2016. OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA: LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS, BANHEIROS QUÍMICOS, EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO COM OPERADOR E LOUCUTOR, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FILMAGEM E SEGURANÇA PRIVADA DE EVENTOS, DESTINADOS A ORGANIZAÇÃO DO EVENTO COMEMORATIVO A PASSAGEM DA TOCHA OLÍMPICA, QUE ACONTECERÁ EM 03 DE JULHO DE 2016, ÀS 07H00MIN, PROMOVIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 03 de junho de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.403, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 5.403, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

Institui o Programa Correção de Fluxo da Rede Municipal de Ensino de São Lourenço do Oeste - SC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado

de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VII, art. 55 da lei Orgânica do Município, com base na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e,

CONSIDERANDO a realização de levantamento de dados quantitativos, de estudantes com mais de 13 e 14 anos de idade que frequentam do 6º (sexto) ao 9º (nono) ano, nas escolas da rede municipal de ensino de São Lourenço do Oeste/SC constatou-se número relevante de distorção idade/série, consequência da reprovação decorrente de inúmeros fatores;

CONSIDERANDO que a partir da constatação da defasagem dos alunos, há a necessidade de adotar medidas pedagógicas, deste modo faz-se necessário oferecer atendimento adequado para a aprendizagem, que permita a correção do fluxo idade/série, a recuperação dos saberes e o ingresso no Ensino Médio com condições de permanência e aproveitamento;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa Correção de Fluxo nas escolas da Rede Municipal de Ensino de São Lourenço do Oeste - SC.

§ 1º O Programa será implantado nas escolas que tenham número significativo de alunos com distorção idade/série, podendo receber alunos de outras escolas da rede em que não há turma formada.

§ 2º Os alunos com deficiência participarão do Programa após serem submetidos a estudos e avaliação de Equipe Multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação juntamente com a Equipe Técnico-Pedagógica da escola, comprovada a possibilidade de aprendizagem no tempo previsto pela classe de Correção de Fluxo.

Art. 2º O programa Correção de Fluxo da Rede Municipal de Ensino tem como objetivos:

I - Corrigir o fluxo idade/série de 100% dos estudantes do Ensino Fundamental;

II - Recuperar os saberes que possibilitem a terminalidade do contingente de estudantes no Ensino Fundamental e ingresso no Ensino Médio com condições de permanência e aproveitamento.

Art. 3º Os Recursos Humanos para o funcionamento do Programa Correção de Fluxo serão organizados da seguinte forma:

I - Equipe Técnico-Pedagógica, constituída por:

a) Serviços de suporte ao ensino da Secretaria Municipal de Educação;

b) Direção;

c) Orientação e/ou Assistente Técnico Pedagógico da escola.

II - Professor Regente, de Informática, de Educação Física e de Língua Estrangeira Inglês, devendo ser habilitados na respectiva área.

Art. 4º Constatada a necessidade dos professores regentes terem sua carga horária ampliada, a Secretaria Municipal de Educação poderá alterá-la para até 40h semanais, sendo 20h para regência e as demais horas para reforço e planejamento.

§ 1º Mensalmente haverá planejamento coletivo com os professores regentes, quando houver a partir de duas turmas de Correção de Fluxo na rede municipal.

§ 2º O professor regente identificará os alunos de Correção de Fluxo que tem necessidade de frequentar o reforço escolar, e ofertará no turno contrário ao ensino regular.

Art. 5º Compete a Equipe Técnico-Pedagógica as seguintes funções:

I - Reestruturar o Projeto Político Pedagógico, desenturmando os

alunos com distorção idade/série, do contingente de estudantes do 6º ao 9º ano, para enturmá-los em turma de correção de fluxo;
II - Inserir na turma de Correção de Fluxo, alunos do 6º ano com distorção idade/série, que tenham frequentado pelo menos um ano desta série na classe normal.

III - Elaborar um diagnóstico dos estudantes que irão frequentar a classe de correção de fluxo, identificando as necessidades de intervenção pedagógica.

IV - Organizar novas turmas para que, prioritariamente, no período de um ano os alunos da Correção de Fluxo concluam o Ensino Fundamental;

V - Assegurar o Planejamento coletivo articulando as diferentes áreas do conhecimento, com o objetivo de desenvolver prioritariamente a leitura, a interpretação, a escrita e a resolução de problemas.

VI - O Orientador Educacional/Assistente Técnico Pedagógico deve organizar estudos e avaliação do processo ensino e aprendizagem, auxiliando os professores em suas necessidades para o sucesso do Programa.

Art. 6º As turmas de Correção de Fluxo serão compostas por um número mínimo de 12 (doze) alunos e máximo de 25 (vinte e cinco) alunos.

Art. 7º Compete ao Professor Regente realizar as seguintes funções:

I - atuar diretamente com a turma de Correção de Fluxo, trabalhando as disciplinas de Português e de Matemática, de forma interdisciplinar, abrangendo conceitos básicos das disciplinas de História, Geografia, Ciências e Ensino Religioso.

II - desenvolver, a partir da perspectiva interdisciplinar, com planejamento das aulas por meio de Projetos ou de Atividades de Aprendizagem que envolva todos os conteúdos curriculares para o Ensino Fundamental.

Art. 8º Compete aos professores de Educação Física em sua área, desenvolver os elementos motores e o relacionamento interpessoal, contribuindo para a compreensão e para a apropriação do conhecimento das demais áreas.

Art. 9º Compete aos professores de Informática, trabalhar para o aprendizado da tecnologia, possibilitando a relação com as demais áreas e a boa utilização das mídias, principalmente da internet.

Art. 10. Compete ao Professor de Língua Estrangeira Inglês, integrar esta área aos conteúdos das demais disciplinas, possibilitando a apropriação sintetizada do conhecimento para a utilização no dia a dia e para a inserção no Ensino Médio.

Art. 11. A Matriz Curricular será composta por 9 (nove) aulas de Português, 8 (oito) aulas de Matemática, 1 (uma) aula de Informática, 1 (uma) aula de Língua Estrangeira Inglês, 1 (uma) aula de Geografia, 1 (uma) aula de História, 1 (uma) aula de Ciências, 1 (uma) aula de Ensino Religioso e 2 (duas) aulas de Educação Física, totalizando uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com aulas de 45 (quarenta e cinco) minutos.

Art. 12. Para fins de funcionamento do Programa Correção de Fluxo será disponibilizado:

I - Espaço físico: salas de aula nas escolas em que o programa for implantado;

II - Material didático e pedagógico compreendendo também os recursos tecnológicos disponíveis na escola.

Art. 13. Haverá assessoramento realizado pela equipe Multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação, composto pelo CAE - Centro de Atendimento Educacional (Psicologia, Fonoaudiologia, Nutrição), pelo NTM - Núcleo Tecnológico Municipal e pela área de Ensino.

Parágrafo único. Haverá acompanhamento diário do Orientador Educacional/Assistente Técnico Pedagógico das escolas e encontros periódicos com a Equipe da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 14. A avaliação será realizada por todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, a partir das atividades realizadas e dos objetivos alcançados.

Art. 15. O Conselho de Classe definirá pela conclusão do Ensino Fundamental ou pela reclassificação para a 8º ou 9º ano, do aluno que frequentar o Programa de Correção de Fluxo, de acordo com seu rendimento.

Art. 16. O aluno terá uma única oportunidade de frequentar o Programa no Ensino Fundamental, devendo após sua inserção na classe de Correção de Fluxo, ser matriculado na classe regular.

Art. 17. No Histórico Escolar do aluno que frequentar o Programa de Correção de Fluxo constará o número desde Decreto.

Art. 18. Fica revogado o Decreto nº 4.357, de 23 de janeiro de 2012.

Art. 19. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 1º de junho de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.405, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 5.405, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Determina a aplicação de penalidades administrativas à empresa Benetti & Minski Ltda. EPP, referente ao Contrato nº 108, de 19 de maio de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, com fundamento na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o julgamento proferido nos autos do Processo Licitatório nº 033/2015, Modalidade Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 004/2015, por intermédio do Processo Administrativo para Apuração de Descumprimento Contratual e Aplicação de Sanções, tendo em vista a constatação de que a empresa Benetti & Minski Ltda. EPP descumpriu parcialmente o contrato firmado de forma injustificada, conforme verificado nas medições realizadas pela equipe técnica do Município, sendo que de forma reiterada a Contratada manteve-se inerte frente à maioria das solicitações desta fiscalização para realização de consertos/reparos na obra, entregando-a com atraso e com diversas patologias e vícios construtivos;

CONSIDERANDO que foram asseguradas todas as garantias constitucionais e processuais relacionadas ao devido processo legal à empresa Benetti & Minski Ltda. EPP, especialmente os procedimentos que asseguram o cumprimento dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, bem como da proporcionalidade e da legalidade, mediante a aplicação de penalidades proporcionais às infrações cometidas e expressamente previstas em lei especializada, quais sejam: a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com esta Administração pelo prazo de 02 (dois) anos (art. 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993) e aplicação de multa contratual no percentual de 20% (vinte por cento), calculado sobre a parcela descumprida do

contrato (art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993);

DECRETA:

Art. 1º Fica determinada à empresa BENETTI & MINSKI LTDA. EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 21.923.997/0001-21, a aplicação das seguintes sanções administrativas, em razão do injustificado descumprimento parcial do Contrato nº 108, de 19 de maio de 2015, decorrente do Processo Licitatório nº 033/2015, Modalidade Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 004/2015: I - multa em valor equivalente a 20% (vinte por cento), calculado sobre a parcela descumprida do contrato (R\$ 27.773,68), o que perfaz o valor de R\$ 5.554,74 (cinco mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), com fulcro no inciso II, do art. 87, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e cláusula nona, item IX.1, alínea 'd', do Contrato nº 108/2015; II - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com este Município, suas autarquias e Fundo Municipal de Saúde, pelo prazo de 02 (dois) anos, conforme art. 87, inc. III, da Lei nº 8.666/1993 e cláusula nona, item IX.1, alínea 'h', do Contrato nº 108/2015, devendo ser também aplicada, eventualmente, às suas filiais, caso existentes.

Art. 2º O pagamento da multa descrita no inciso I, do artigo anterior, deverá dar-se no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste Decreto, mediante depósito na conta bancária de titularidade do Município, informada no julgamento dos autos do Processo Administrativo para Apuração de Descumprimento Contratual e Aplicação de Sanções.

Parágrafo único. Nos termos da decisão expedida, decorrido o prazo descrito no caput sem que ocorra o pagamento, caberá a Diretoria de Fazenda, inscrever o débito em dívida ativa, passível de execução fiscal.

Art. 3º A empresa Benetti & Minski Ltda. Epp e suas respectivas filiais (caso existentes) deverão ser descredenciadas do cadastro de fornecedores do Município, do Fundo Municipal de Saúde e autarquias municipais, durante o prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação deste.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de junho de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016 - ICSL.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016 - ICSL.

Origem: Processo Licitatório nº 006/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2016.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: Ilga Muller Savi 01968707980, CNPJ nº 24.403.936/0001-21.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE: MONTAGEM E OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE MÍDIA ÁUDIO VISUAL, E DECORAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO 44º FLIC - FESTIVAL LOURENCIANO DE INTERPRETAÇÃO DA CANÇÃO, DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 13, 14, 15, E 16 DE JULHO DE 2016, NO CENTRO DE EVENTOS GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA.

Valor: R\$ 5.450,00 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, em cheque nominal a Contratada, após a completa prestação do objeto Contratado e,

após a emissão de nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros serão próprios do Instituto Cultural de São Lourenço, do exercício financeiro de 2016. Dotação Orçamentária: D - 02/2016 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC.

Data de Assinatura: 31/05/2016.

Vigência: de 31/05/2016 a 31/07/2016

Signatários: Everton Luiz Lovera (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Ednilson Muller Savi - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016 - ICSL.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016 - ICSL.

Origem: Processo Licitatório nº 006/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2016.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: NEREU CESAR CHIOSSI 02465236970, CNPJ nº 17.292.720/0001-70.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE: MONTAGEM E OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE MÍDIA ÁUDIO VISUAL, E DECORAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO 44º FLIC - FESTIVAL LOURENCIANO DE INTERPRETAÇÃO DA CANÇÃO, DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 13, 14, 15, E 16 DE JULHO DE 2016, NO CENTRO DE EVENTOS GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA.

Valor: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, em cheque nominal a Contratada, após a completa prestação do objeto Contratado e, após a emissão de nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros serão próprios do Instituto Cultural de São Lourenço, do exercício financeiro de 2016. Dotação Orçamentária: D - 02/2016 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC.

Data de Assinatura: 31/05/2016.

Vigência: de 31/05/2016 a 31/07/2016.

Signatários: Everton Luiz Lovera (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Nereu Cesar Chiossi - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016 - ICSL.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016 - ICSL.

Origem: Processo Licitatório nº 004/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 001/2016.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: Darci Antonio Zattera e Cia Ltda. - ME, CNPJ nº 11.041.683/0001-41.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE BANDA PARA ACOMPANHAMENTO DE CALOUROS E BAILE, E CONTRATAÇÃO DE JURADOS E NARRADOR PARA REALIZAÇÃO DO 44º FLIC - FESTIVAL LOURENCIANO DE INTERPRETAÇÃO DA CANÇÃO, DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 13, 14, 15, E 16 DE JULHO DE 2016, NO CENTRO DE EVENTOS GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA.

Valor: R\$ 8.250,00 (oito mil e duzentos e cinquenta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, em cheque nominal a Contratada, após a completa prestação do objeto contratado e,

após a emissão de nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros serão próprios do Instituto Cultural de São Lourenço, do exercício financeiro de 2016. Dotação Orçamentária: D - 02/2016 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC.

Data de Assinatura: 31/05/2016.

Vigência: de 31/05/2016 a 31/07/2016.

Signatários: Everton Luiz Lovera (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Darci Antonio Zattera - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016 - ICSL.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016 - ICSL.

Origem: Processo Licitatório nº 004/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 0012016.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: M.J. DA SILVA-SOM - ME, CNPJ nº 15.071.762/0001-56.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE BANDA PARA ACOMPANHAMENTO DE CALOUROS E BAILE, E CONTRATAÇÃO DE JURADOS E NARRADOR PARA REALIZAÇÃO DO 44º FLIC - FESTIVAL LOURENCIANO DE INTERPRETAÇÃO DA CANÇÃO, DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 13, 14, 15, E 16 DE JULHO DE 2016, NO CENTRO DE EVENTOS GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA.

Valor: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, em cheque nominal a Contratada, após a completa prestação do objeto contratado e, após a emissão de nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: Os recursos financeiros serão próprios do Instituto Cultural de São Lourenço, do exercício financeiro de 2016. Dotação Orçamentária: D - 02/2016 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC.

Data de Assinatura: 31/05/2016.

Vigência: de 31/05/2016 a 31/07/2016.

Signatários: Everton Luiz Lovera (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Márcio José da Silva - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2016, DE 30 DE MAIO DE 2016 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2016, DE 30 DE MAIO DE 2016 - FMS.

Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 021/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 021/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 014/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: SAMUEL CORREA CLINICA MÉDICA EIRELLI, CNPJ nº 07.872.878/0001-66.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 021/2014, de 06/05/2014, até a data de 31/12/2016, em razão da necessidade na continuidade dos serviços médicos prestados pela Contratada.

Valor: R\$ 41.357,00 (quarenta e um mil, trezentos e cinquenta e sete reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 289.499,00 (duzentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais) até a data de 31/12/2016.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2016.

Dotação Orçamentária: 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 (D 07/2016).

Data de Assinatura: 30/05/2016.

Vigência: de 30/05/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal/Gestor), Sergio Hentz (Secretário Municipal de Saúde) - pelo Contratante e Samuel Correa - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2016, DE 30 DE MAIO DE 2016 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2016, DE 30 DE MAIO DE 2016 - FMS.

Décimo Termo Aditivo ao Contrato nº 018/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 013/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 010/2013.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: SAMUEL CORREA CLINICA MÉDICA EIRELLI, CNPJ nº 07.872.878/0001-66.

Objeto: a) suprimir o item 2 do Contrato nº 018/2013, de 1º/04/2013, que apresenta a seguinte descrição: "01 (um) médico 40 (quarenta) horas semanais para atura na ESF São Roque", em virtude da homologação do Concurso Público nº 001/2016, através do Decreto nº 5.364, de 1º de abril de 2016, em razão atual oferta de profissionais aprovados no certame para exercer a função contratada, não sendo necessária a continuidade de prestação de serviços para este item em específico por parte da Contratada; b) reajustar o valor dos itens 1, 3 e 5 do Contrato nº 018/2013, de 1º/04/2013, para que seja acrescido o percentual de 9,28% (nove vírgula vinte e oito por cento), sobre o valor do contrato, a título de reajuste, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses de vigência contratual, considerando o período compreendido entre os meses de abril de 2015 a abril de 2016; c) prorrogar a vigência do Contrato nº 018/2013, de 1º/04/2013, até a data de 31/12/2016, em razão da necessidade de continuidade dos serviços médicos prestados.

Valor: O valor mensal de R\$ 143.151,09 (cento e quarenta e três mil, cento e cinquenta e um reais e nove centavos), passa a ser de R\$ 133.822,29 (cento e trinta e três mil, oitocentos e vinte e dois reais e vinte e nove centavos), totalizando R\$ 936.756,03 (novecentos e trinta e seis mil, setecentos e cinquenta e seis reais e três centavos), até 31/12/2016.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2016.

Dotação Orçamentária: 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 (D 07/2016).

Data de Assinatura: 30/05/2016.

Vigência: de 30/05/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal/Gestor), Sergio Hentz (Secretário Municipal de Saúde) - pelo Contratante e Samuel Correa - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2016, DE 1º DE JUNHO DE 2016 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2016, DE 1º DE JUNHO DE 2016 - FMS.

Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 041/2013, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2013.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA., CNPJ

nº 72.332.778/0001-09.

Objeto: Retificar a Cláusula Primeira do Contrato nº 015/2016, de 09/05/2016 - Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2014, a fim de incluir a concessão de reajuste de período retroativo a confecção do termo aditivo supracitado.

Data de Assinatura: 1º/06/2016.

Vigência: de 1º/06/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Juleide Inês D'Agostini - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2016, DE 30 DE MAIO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2016, DE 30 DE MAIO DE 2016.
Origem: Processo Licitatório nº 065/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 049/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Disul Transportes e Turismo Ltda. ME, CNPJ nº 09.535.096/0001-67.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR TRANSPORTE TERRESTRE DE PASSAGEIROS NAS VIAGENS DE ESTUDOS PARA ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO ANO LETIVO DE 2016.

Valor: R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados com recursos próprios do Município, e de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubricas Orçamentárias:

D (56/2016) - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0019 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - Secretaria Municipal de Educação;

D (82/2016) - 08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0019 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 30/05/2016.

Vigência: de 30/05/2016 a 31/12/2016.

Signatário: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Contratante e Dilmar Bauer - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/2016, DE 30 DE MAIO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/2016, DE 30 DE MAIO DE 2016.
Origem: Processo Licitatório nº 069/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 053/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: TERRA VIVA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI EPP, CNPJ nº 17.542.364/0001-04.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GRAMA ESMERALDA EM LEIVA, COM PLANTIO E PREPARAÇÃO DE SOLO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO ANO DE 2016.

Valor: R\$ 5.366,69 (cinco mil, trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e nove centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados com recursos próprios do Município, e de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto relativo ao presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária:

D - 100/2016 - 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Data de Assinatura: 30/05/2016.

Vigência: de 30/05/2016 a 31/12/2016.

Signatário: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Contratante e João Batista Panazzolo - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2016, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2016, DE 1º DE JUNHO DE 2016.
Origem: Processo Licitatório nº 072/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 056/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Recicleplas Serviços de Coleta Ltda. ME, CNPJ nº 10.500.703/0001-32.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO RECICLÁVEL NO ANO DE 2016, NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 99.995,00 (noventa e nove mil e novecentos e noventa e cinco reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, mediante entrega da nota fiscal, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto relativo ao presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária: D - 108/2016 - 09.03.17.512.4511.2.032.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento - FUMSAN.

Data de Assinatura: 1º/06/2016.

Vigência: de 1º/06/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Contratante e Claudir José Stedille - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 142/2016, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 142/2016, DE 1º DE JUNHO DE 2016.
Nono Termo Aditivo ao Contrato nº

Origem: Processo Licitatório nº 001/2012, Modalidade Concorrência nº 001/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA., CNPJ nº 72.332.778/0001-09.

Objeto: Reajustar o valor do 076/2012, de 22/02/2012, para que seja acrescido o percentual de 10,36% (dez vírgula trinta e seis por cento), sobre o valor do contrato, a título de reajuste, com efeitos a contar de 10 de março de 2016, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado no período de fevereiro de 2015 a fevereiro de 2016.

Valor: O valor mensal estimado de R\$ 141.909,33 (cento e quarenta e um mil, novecentos e nove reais e trinta e três centavos) passa a ser de R\$ 156.611,14 (cento e cinquenta e seis mil, seiscentos e onze reais e quatorze centavos), com a incidência de 10,36% (dez vírgula trinta e seis por cento), oriundo do reajuste do Contrato originário nº 076/2012, de 22/02/2012, com efeitos a partir de 10 de março de 2016.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício

de 2016.
Rubrica Orçamentária: 09.03.17.512.4511.2.032.3.3.90.00.00.00.00 (108/2016).
Data de Assinatura: 1º/06/2016.
Vigência: de 1º/06/2016 a 31/12/2016.
Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Juleide Inês D' Agostini - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 143/2016, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 143/2016, DE 02 DE JUNHO DE 2016.
Origem: Processo Licitatório nº 075/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 057/2016.
Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.
Contratada: Big Ball Sports - Material Esportivo Ltda. ME, CNPJ nº 20.510.631/0001-68.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA A QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SANTA INÊS VINCULADA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.
Valor: R\$ 2.010,00 (dois mil e dez reais).
Pagamento: Os pagamentos serão realizados através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, mediante entrega da nota fiscal, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.
Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto relativo ao presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta do exercício financeiro de 2016.
Rubrica Orçamentária: D - 58/2016 - 08.01.12.361.4505.2.014.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - Secretaria Municipal de Educação.
Data de Assinatura: 02/06/2016.
Vigência: de 02/06/2016 a 31/12/2016.
Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Cristiane dos Santos Bertolasce - pela Contratada.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001, DE 30 DE MAIO DE 2016

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001, DE 30 DE MAIO DE 2016 - ICSL.
Cedente: Instituto Cultural de São Loureço, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.
Aluno: Gederson Pereira, matriculado na Oficina de Contrabaixo do ICSL.
Responsável legal pelo Aluno: Altamir Pereira, CPF nº 032.489.609-30.
Objeto: Contrabaixo Dolphin, com registro no patrimônio do Município sob o nº 13198, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 001, de 23 de maio de 2016.
Data da assinatura: 30/05/2016.
Signatários: Everton Luiz Lovera – Presidente da Autarquia e Altamir Pereira - responsável legal pelo Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002, DE 1º DE JUNHO DE 2016 - ICSL.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002, DE 1º DE JUNHO DE 2016 - ICSL.
Cedente: Instituto Cultural de São Loureço, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.
Aluno: Vitor Vicari, matriculado na Oficina de Violino do ICSL.
Responsável legal pelo Aluno: Josléia Aparecida dos Passos, inscrita no CPF sob o nº 024.383.639-24.
Objetos: Violino, com registro no patrimônio do Município sob o nº 11075; Espaleira; Arco e Capa para proteção (Case).
Data da assinatura: 1º/06/2016.
Signatários: Everton Luiz Lovera - Presidente da Autarquia e Josléia Aparecida dos Passos - responsável legal pelo Aluno.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 38/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 38/2016.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO.

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24 inciso X da Lei Federal nº 8.666/93, relativo à locação de 01 (uma) sala comercial no perímetro urbano, de propriedade do Sr. Vanderlei Bonado, com um custo total de R\$ 7.000,00 para o período de 02/06/2016 à 31/12/2016 para funcionamento do Concelho Tutelar. A presente dispensa de licitação será regida pela Lei n.º 8.666/93, e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 02 de junho de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH – Prefeito Municipal.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 03.2016 FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICIPIO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 03/2016-FMS

MODALIDADE: Pregão Presencial

TIPO: Menor Preço

OBJETO: Aquisição de (01) um automóvel com capacidade de 07 (sete) lugares, zero quilometro, ano de fabricação/modelo 2016, com as características mínimas exigidas nas especificações contidas no anexo I deste edital.

DATA DE ABERTURA: 15/06/2016 às 13h30min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 13h15min do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos e-mails: camilli@pmspa.sc.gov.br ou licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas. São Pedro de Alcântara, 02/06/2016.

JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 04.2016 FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICIPIO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 04/2016-FMS

MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Aquisição estimada e parcelada de Material Odontológico para o Fundo Municipal de Saúde da Prefeitura de São Pedro de Alcântara (SC) e para o Complexo Penitenciário instalado no município de São Pedro de Alcântara, conforme especificações, quantitativos e valor de referência do ANEXO I deste Edital.

DATA DE ABERTURA: 16/06/2016 às 09:00h com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos e-mails: camilli@pmspa.sc.gov.br ou licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas. São Pedro de Alcântara, 02/06/2016.

JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.768/2016, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 3.768/2016, de 02 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder – LC nº. 004/98, de 19/05/1998:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Ana Paula Kreis	15	16
Anquita Viergutz	17	18
Avenilda Krogel Manske	35	36
Cleusa de Souza	07	08
Elpidio Castro Alves dos Santos	07	08
Franciele Salete Mella	27	28
Gilberto Godeny de Oliveira	27	28
Ilvane Wudtke	12	13
Iracema Steinert Junkes	14	15
Joice Maria Moreira	27	28
Jumara da Silva Franca Diogo	07	08
Katia Regina Amaral	12	13
Lorêncio Gilmar Urnau	47	48
Michele Vanessa Alves Urnau	27	28
Rosane Aparecida Weber	12	13
Solange Beatriz da Silva Dunker	12	13
Viviane Maria Rodrigues	61	62
Wanderley Alfredo Vogel	34	35
Zeneide Leite Severo Pereira	07	08

Art. 2º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 25 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Andreia Welter	A-3-I	A-4-I
Maria do Carmo V. Pompermaier	C-4-I	C-5-I
Mariney Aparecida Carvalho da Silva	A-2-I	A-3-I
Natalia de Brito Lopes Furtado	B-2-I	B-3-I
Roseni Uliano	C-1-I	C-2-I

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 02 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.769/2016, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 3.769/2016, de 02 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a abertura do Protocolo nº 18659/2016, do Município de Schroeder, efetuado pela servidora desta municipalidade, senhora Leticia Lilian Ruzanowsky;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome Cargo Anterior Cargo Atual Nível Anterior Nível Atual
Leticia Lilian Ruzanowsky Professor B Professor C B-Inicial C-Inicial

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 02 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 74/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 74/2016-PMS
Pregão Presencial nº. 48/2016-PMS
Processo nº. 91/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PAPELARIA GRAFIPEL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 76.319.052/0001-97, estabelecida na Rua Quintino Bocaiúva nº. 42, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-680

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de kit de livros para premiação no concurso de poesias pura poesia 2016, para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência deste instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	KIT CONTENDO OS LIVROS : MINHA 1ª BIBLIOTECA (6lvs cartona-dos); PEQUENA BIBLIOTECA DE ANIMAIS (4LVRS CART); MAOZINHAS PEQUENAS (5LVRS CART); DESCOBRINDO OS ANIMAIS-A GALINHA C/ MÁSCARA	1	Unid.	146,00	146,00
02	KIT CONTENDO OS LIVROS : MINHA 1ª BIBLIOTECA (6lvs cartonados); PEQUENA BIBLIOTECA DE ANIMAIS (4LVRS CART); O MENOR DOS PIN-GUINS; FAUNA DIVERTIDA	1	Unid.	973,00	97,00
03	KIT CONTENDO OS LIVROS : LIVRO LEVANTE A ABA (PALAVRAS/FOR-MA/CORES/NUM/LETRAS)	4	Unid.	12,50	50,00
04	KIT CONTENDO OS LIVROS : CLÁSSICOS CHAPEUZINHO VERMELHO; CLÁSSICOS JOÃO E O PÉ DE FEIJÃO; CLÁSSICOS PEQUENA SEREIA; CLÁSSICOS BRANCA DE NEVE; CLÁSSICOS PATINHO FEIO	1	Unid.	142,00	142,00

05	KIT CONTENDO OS LIVROS : O GRANDE LIVRO DAS FÁBULAS; DESCOBRINDO OS ANIMAIS-O CÃO C/ MÁSCARA	1	Unid.	97,00	97,00
06	KIT CONTENDO OS LIVROS : CONTOS CLÁSSICOS (9LVRS CART); LIVRO LEVANTE A ABA (LETRAS)	1	Unid.	47,40	47,40
07	KIT CONTENDO OS LIVROS : XADREX EM AÇÃO; O PEQUENO PRÍNCIPE; CHARADINHAS	1	Unid.	141,00	141,00
08	KIT CONTENDO OS LIVROS : INCRÍVEIS ANIMAIS; QUEM SE ESCONDE (PANTANAL); CONSTRUINDO O CARATER (PERTENÇO A UMA EQUIPE); QUEM SE ESCONDE (SAVANA)	1	Unid.	86,00	86,00
09	KIT CONTENDO OS LIVROS : APRENDA A ESCREVER-PLAYBOOK; QUEM SE ESCONDE NA FLORESTA	1	Unid.	42,00	42,00
10	KIT CONTENDO OS LIVROS : INCRÍVEIS INSETOS-LIVRO ZOOM; CAIXA GARFIELD-5 VOL; O PEQUENO PRÍNCIPE	1	Unid.	144,90	144,90
11	KIT CONTENDO OS LIVROS : BAT PAT-O TESOURO DO CEMITÉRIO; BAT PAT-BRUXAS À MEIA NOITE; BAT PAT A AVÓ DE TUTANCÂMOM	1	Unid.	100,00	100,00
12	KIT CONTENDO O LIVRO : O PEQUENO PRÍNCIPE CAIXA DE COLECIONADOR	1	Unid.	42,00	42,00
13	KIT CONTENDO OS LIVROS : MARCO PÓLO GEÓGRAFO DE TERRAS DISTANTES; ASTRONOMIA PARA CRIANÇAS- UMPÉRIPO...; MITOS ANTIGOS:MITOS E LENDAS TRAZIDOS VOLTA	1	Unid.	147,00	147,00
14	KIT CONTENDO OS LIVROS : CLEÓPATRA A RAINHA DO EGITO; MEU ATLAS POP-UP DAS CIDADES	1	Unid.	97,50	97,50
15	KIT CONTENDO O LIVRO : CIÊNCIA PARA CRIANÇAS:UMA VIAGEM ALUCINANTE	1	Unid.	49,00	49,00
16	KIT CONTENDO O LIVRO : O LIVRO DOS PERSONAGENS DE HARRY POTTER	1	Unid.	147,50	147,50
17	KIT CONTENDO OS LIVROS : HARRY POTTER E A PEDRA FILOSOFAL; HARRY POTTER E A CÂMARA SECRETA; HARRY POTTER E O PRIONEIRO DE AZKABAN	1	Unid.	96,50	96,50
18	KIT CONTENDO O LIVRO : HOMERO-AVENTURA MITOLOGICA	1	Unid.	51,50	51,50
19	KIT CONTENDO O LIVRO : OS LUGARES MÁGICOS DOS FILMES DE H.POTTER	1	Unid.	148,50	148,50
20	KIT CONTENDO OS LIVROS : THE 100 OS ESCOLHIDOS; DIA 21; DE VOLTA	1	Unid.	94,16	94,16
21	KIT CONTENDO O LIVRO : O DIA DO CÚRINGA	1	Unid.	47,90	47,90
22	KIT CONTENDO O LIVRO : O SENHOR DOS ANÉIS - TRILOGIA	1	Unid.	148,90	148,90
23	KIT CONTENDO OS LIVROS : A RAINHA VERMELHA; A ESPADA DE VIDRO; A COROA CRUEL	1	Unid.	98,50	98,50
24	KIT CONTENDO O LIVRO : O MUNDO DE SOFIA	1	Unid.	49,80	49,80
25	KIT CONTENDO OS LIVROS : ADÉLIA PRADO POESIA REUNIDA; TODA POESIA FERREIRA GULLAR	1	Unid.	143,50	143,50
26	KIT CONTENDO OS LIVROS : POESIAS COMPLETAS DE MARIO DE ANDRADE I; POESIAS COMPLETAS DE MARIO DE ANDRADE II; AMAR VERBO INTRANSITIVO	1	Unid.	97,90	97,90
27	KIT CONTENDO O LIVRO : TODA POESIA PAULO LEMINSKI	1	Unid.	46,00	46,00
28	KIT CONTENDO OS LIVROS : ASTERIX-O PAPIRO DE CÉSAR; UM OUTRO PAÍS PARA AZZI	1	Unid.	71,00	71,00
29	KIT CONTENDO O LIVRO : CONTOS DE FADAS EM QUADRINHOS	1	Unid.	49,00	49,00
30	KIT CONTENDO O LIVRO : VINCENT-QUADRINHOS	1	Unid.	24,90	24,90
31	KIT CONTENDO OS LIVROS : PAULO LEMINSKI-VIDA 4 BIOGRAFIAS; A GRANDE ARTE DE SER FELIZ	1	Unid.	73,50	73,50
32	KIT CONTENDO O LIVRO : O TROVADOR	1	Unid.	49,80	49,80
33	KIT CONTENDO O LIVRO : O MELHOR DE MÁRIO DE ANDRADE CONTOS E CRÔNICAS	1	Unid.	29,90	29,90
TOTAL R\$					2.897,56

Valor do contrato: R\$ 2.897,56 (dois mil oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta e seis centavos)

Data da Assinatura: 02/06/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.556/2016, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.556/2016, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 1.805/2010, de 09 de julho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade por 60 (sessenta) dias para a servidora, Sra. Elaine Cristina Schmidt de Lima, a partir desta data, conforme art.1º da Lei Municipal nº 1.805/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 50/2016-PMS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2016

Número do Registro de Preços: 37/2016 **Data do Registro:** 02/06/2016 **Válido até:** 02/06/2017
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva, pequenos reparos em geral limpeza de caixas de captação fluvial e recolocação de lajetas para atender as necessidades da Secretari

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva - reparos de estrutura em geral : Postos de Saúde, Escolas, Creches, Ginásios, Prédio da Prefeitura, ETA, Calçagens (melhorias de acessibilidade, mobilidade e pequenas reformas), Serviços Urbanos (recuperação de calçada, bocas de lobo e meio fio), consertos hidráulicas e pinturas - É de responsabilidade da contratada pelos equipamentos e vestimentas exigidos por Lei e Normas de Segurança, Encargos Sociais, trabalhista, previdenciários, fiscais, transporte (deslocamento, equipamentos, ferramentas), A Contratada deverá ter registro - CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia)	H	C R ABREU - PROJETOS E SERVICOS - ME (12734)		0	27,6300	1
			P.H.A.L.B.E. ENGENHARIA LTDA (13369)		0	26,9920	2
2	Empresa Especializada em Serviço de Recolocação de Lajotas, pavers e paralelepípedos, incluso máquina de compactação. (com fornecimento de mão de obra especializada e equipamentos) - A segurança viária no local da obra cabe a contratada (colocação de cones , placas de sinalização e fitas zebrada) Município de Schroeder.	M²	C R ABREU - PROJETOS E SERVICOS - ME (12734)		0	14,3530	1
			P.H.A.L.B.E. ENGENHARIA LTDA (13369)		0	14,4610	2
3	Empresa Especializada em limpeza de caixas de captação fluvial (bocas de lobo), retirada de grade de ferro ou concreto, substituídas por barro, pedras e areia, trazidas pelas enxurradas e inundações e afivar grade de ferro ou concreto. A segurança viária no local da obra cabe a contratada (colocação de cones , placas de sinalização e fitas zebrada) Município de Schroeder.	UN	C R ABREU - PROJETOS E SERVICOS - ME (12734)		0	13,8500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2016

Número do Registro de Preços: 37/2016		Data do Registro: 02/06/2016		Válido até: 02/06/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva, pequenos reparos em geral limpeza de caixas de captação fluvial e recolocação de lajetas para atender as necessidades da Secretari							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			P.H.A.L.B.E. ENGENHARIA LTDA (13369)		0	14,4600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2016

Número do Registro de Preços: 37/2016		Data do Registro: 02/06/2016		Válido até: 02/06/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva, pequenos reparos em geral limpeza de caixas de captação fluvial e recolocação de lajetas para atender as necessidades da Secretari					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2016
PROCESSO Nº 93/2016
(12734) - C R ABREU - PROJETOS E SERVICOS - ME
(13369) - P.H.A.L.B.E. ENGENHARIA LTDA

Schroeder, 2 de Junho de 2016.

Seara

PREFEITURA

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 030/2016 - PL 044/2016 - FORNEC. SARTORETTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 044/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 028/2016

Pregão Presencial nº. 030/2016

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Laci Grigolo, brasileira, casada, RG n.º 1.870.996, CPF n.º 982.428.739-68, residente e domiciliada na rua Albino Sordi, nº 69, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Sartoretto - Locadora de Máquinas e Equipamentos Ltda, CNPJ n.º 01.602.346/0001-22, estabelecida na praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, galeria comercial, sala 06, Itá, SC, neste ato representada pelo Sr. Jairo Luiz Sartoretto, brasileiro, casado, empresário, RG nº. 14/R-561.713, CPF nº. 182.652.199-20, residente e domiciliado na Rodovia Beira Lago s/nº, Linha Bonita, Itá, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 030/2016, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção fornecedores e propostas para prestação de serviços com máquinas e equipamentos pesados, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 107.500,00 (cento e sete mil e quinhentos reais), são válidos por 06 (seis) meses, passando a vigorar do dia 02/06/2016, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 01/12/2016.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 030/2016, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 02/06/2016.

Laci Grigolo
Município de Seara
Contratante

Jairo Luiz Sartoretto
Sartoretto - Loc. de Máq. e Equip. Ltda
Contratada

DECRETO Nº 1081

DECRETO Nº. 1081, de 01 de junho de 2016.

Constitui Comissão Especial para Acompanhamento e Supervisão do Processo Seletivo nº 17/2016, para admissão de servidores temporários na Administração Pública Municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 108, § X, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a realização de processo seletivo para provimento de vagas temporárias no Quadro de Pessoal da Administração Pública Municipal;

Considerando a necessidade de garantia de cumprimento dos preceitos constitucionais aplicáveis à Administração Pública,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores municipais abaixo para compor a Comissão Especial para Acompanhamento e Supervisão do Processo Seletivo nº 17/2016 para admissão de servidores temporários da Administração Pública municipal:

I – Arlei Lucia De Col;

II – Veranice Grebin Franke;

III – Guilherme Bedin.

Art. 2º A Comissão constituída nos termos do artigo anterior se pronunciará em recursos administrativos e demais situações constantes no Edital de Processo Seletivo referido.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 01 de junho de 2016.

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 01 de junho de 2016.

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

EDITAL DE AUDIÊNCIA Nº 01

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2016

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o § 2º do art. 3º da Lei Municipal nº 1332, de 22 de junho de 2005, CONVOCA 2 (dois) representantes de cada uma das entidades ou órgãos seguintes: Entidades de Classe, Associações de Moradores e de Funcionários, Secretarias da Administração Municipal, Fundações, Conselhos Populares, Câmara de Vereadores, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior, para a Conferência Municipal para elaboração da LDO-2017 e LOA-2017 e revisão do PPA 2014/2017, a ser realizada no Auditório Municipal João Furlanetto, no dia 29 de julho de 2016, com início às 13:30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

- Conferência das credenciais;
- Abertura pela senhora Prefeita Municipal;
- Análise da situação econômica e social do Município;
- Análise da situação financeira do Município;
- Análise do Plano de Trabalho da Administração;
- Levantamento de prioridades para investimentos;
- Levantamento de alternativas de capacidade para aumento da receita e da capacidade de investimentos.

A indicação dos representantes de cada entidade ou órgão deverá ser formalizada por escrito à Secretaria Municipal da Fazenda, com antecedência mínima de 24:00 horas.

Para maior orientação aos dirigentes das entidades e órgãos, além do presente Edital, o município expedirá correspondência individual.

Seara, SC, 02 de junho de 2016.

LACI GRIGOLO
Prefeita de Seara

PORTARIAS 370/2016 A 373/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA – SC.

Portaria nº. 370/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras Providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 15/2016, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2016, resolve,

Contratar, Geziane dos Santos, em caráter temporário, para exercer a função de Professor, categoria Não Habilitado, nível inicial, anexo IV, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, na Educação Infantil, na Escola Núcleo Nova Teutônia para atender as crianças da Área Indígena – Toldo Pinhal, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos conforme o estabelecido em lei, em vaga não ocupada por concurso, no período de 02 de junho a 16 de dezembro de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., em 02 de junho de 2016.

Laci Grigolo
Prefeita Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 02 de junho de 2016.
Claudiomar Garghetti
Secretário Adjunto

Portaria nº. 371/2016. A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 027/2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração direta do Município de Seara, e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1033, de 10 de março de 2016, resolve,

Nomear por Concurso Público, Ediane Dias, para o cargo de provimento efetivo de Gari, constante no Anexo I – Grupo D - Serviços Gerais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara,

Lei Complementar nº. 27/2008, e vencimentos previstos na classe inicial, nível 10, anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de junho de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 02 de junho de 2016.

Laci Grigolo
Prefeita Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 02 de junho de 2016.
Claudiomar Garghetti
Secretário Adjunto

Portaria nº. 372/2016. A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 027/2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração direta do Município de Seara, e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1033, de 10 de março de 2016, resolve,

Nomear por Concurso Público, Tânia Letícia Beneti, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Atividades Gerais, constante no Anexo I – Grupo A - Serviços Administrativos, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar nº. 27/2008, e vencimentos previstos na classe inicial, nível 100, anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de junho de 2016.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 02 de junho de 2016.

Laci Grigolo
Prefeita Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 02 de junho de 2016.
Claudiomar Garghetti
Secretário Adjunto

Portaria nº. 373/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve, Exonerar a pedido, Oralino Antunes de Lima, do cargo de provimento efetivo de Servente Externo, constante no Anexo I – Grupo D - Serviços Gerais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, a partir de 02 de junho de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 02 de junho de 2016.

Laci Grigolo
Prefeita Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 02 de junho de 2016.
Claudiomar Garghetti
Secretário Adjunto

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2016 - FMS

Fundo Municipal da Saúde de Seara

Processo Licitatório nº 008/2016 - FMS

Edital de Pregão Presencial nº. 006/2016 - FMS – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 16/06/2016, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais odontológicos. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 02 de junho de 2016.

Odair José Felipe
Secretário Municipal da Saúde

ITENS P. P. Nº. 030/2016 - PL 044/2016 - FORNEC. SARTORETTO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 1/1

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 44/2016		Licitação: 30/2016 - PR		Data da Homologação: 02/06/2016					
Fornecedor: 7411		- SARTORETTO LOCADORA DE MÁQ EQUIP LTDA							
1	83743	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORA MÁQUINA COM ESCAVADEIRA HIDRAULICA, PESO OPERACIONAL MÍNIMO 21 TON. E ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO 2011.	QCaterpillar	H	250.000	0.0000	220.0000	55.000,00	Venceu
2	83744	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORA MÁQUINA COM TRATOR DE ESTEIRA, COM LÂMINA ANGULÁVEL, POTENCIA MÍNIMA DE 135HP, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 18 TON., ESCARIFICADOR HIDRÁULICO TRASEIRO E ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO 2011	Caterpillar	H	250.000	0.0000	210.0000	52.500,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					500.000			107.500,00	

Seara, 2 de Junho de 2016.

Serra Alta

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE ALIENAÇÃO Nº 030/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Nº 030 DE 03/06/2016

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES:

1.1- O Município de Serra Alta/SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Av. Dom Pedro II, Nº 830, nesta cidade de Serra Alta, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº 80.622.319/0001-98, representado pelo Prefeito Municipal Senhor FRANCISCO ARTUR BOTH, residente e domiciliado nesta cidade, e de ora em diante denominado VENDEDOR, e o Sr. VOLMIR PARISOTTO, pessoa física, com sede na Linha Guaporé, interior do Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob nº 898.110.899-49 e RG 3.239.562, e de ora em diante denominado COMPRADOR, tem entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Fundamento:

2.1- O fundamento do presente contrato é a licitação, na modalidade Concorrência Pública nº 020/2016 de 27 de Abril de 2016 e homologada em 03/06/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:

3.1- O COMPRADOR adquire do VENDEDOR uma área com vinte mil metros quadrados (20.000m²), constituído pelo lote rural nº 43, da Seção Cedro, localizada na Linha Bianchetto, interior de Serra Alta/SC, matrícula nº 2.641, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Modelo/SC com as confrontações constantes na escritura pública. Patrimônio Público cadastrado sob o nº 2519.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO:

4.1- O objeto deste contrato será executado da seguinte forma:

- a) A posse do imóvel se dará no ato da assinatura do contrato;
- b) A escritura pública de compra e venda será outorgada após o pagamento do imóvel.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1- Dá-se a este contrato o valor de R\$ 80.150,00 (Oitenta mil, cento e cinquenta reais) para a execução do objeto previsto na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1- O valor do objeto previsto na cláusula anterior será pago da seguinte forma:

- a) O valor de R\$ 80.150,00 (Oitenta mil, cento e cinquenta reais) será pago À VISTA, mediante o termo de homologação do certame na data de assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1- A receita do presente contrato constará no orçamento geral do Município e o ingresso dos recursos correrão pela rubrica de alienação de bens imóveis – receita de capital e sua aplicação correrão na forma estabelecida pela lei complementar nº101/2000 - LRF.

CLÁUSULA OITAVA – DA DESPESA TRANSFERÊNCIA ÔNUS

8.1- Correrão à conta da Compradora as despesas decorrentes da transferência de titularidade do imóvel, proponente comprador.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1- O não cumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitarão a contratada às sanções previstas na Lei nº 8.666/93, garantia prévia e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ATRASO DE PAGAMENTO

10.1- Pelo atraso no pagamento por parte da compradora ficará sujeita aos seguintes Acrescimentos:

- a) O não pagamento previsto na alínea “a” da cláusula sexta o comprador será notificado para fazê-lo no prazo máximo de 5 (cinco) dias

úteis à partir da notificação, e não fazendo, o presente contrato de compra e venda será automaticamente rescindido sem prévia notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1- A Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas no art. 78, incisos I a XII, da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à contratada, direito a qualquer indenização sem prejuízo das penalidades pertinentes.
É hipótese também de rescisão automática do presente termo o estabelecido na alínea "a" da cláusula décima do presente termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS TRIBUTOS E DESPESAS

12.1- Constituirá encargo exclusivo da contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1- Para dirimir divergências sobre o presente contrato, fica eleito o foro da Comarca de Modelo - SC.

E, por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma com duas testemunhas abaixo identificadas.

Serra Alta/SC 03 de junho de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Vendedor

VOLMIR PARISOTTO

Comprador (a)

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ

OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI

CPF: 418.827.760-20

DELMAR FRANTZ

CPF: 607.108.969-72

DECRETO Nº 085/2016

DECRETO Nº 85/2016 DE 31 DE MAIO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1.050/2015 de 10/12/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 73.400,76 (setenta e três mil, quatrocentos reais e setenta e seis centavos), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.050/2015 de 10/12/2015.

Órgão: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 10.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.1567 – Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado

Despesa: 10 R\$ 73.400,76

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 73.400,76 (setenta e três mil, quatrocentos reais e setenta e seis centavos), serão provenientes do Excesso de Arrecadação de Recursos oriundos de Transferência de Convênio do Estado para Programas de Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 31 de maio de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

DECRETO Nº 086/2016

DECRETO Nº. 086/2016 DE 01 DE MAIO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE THOMAS LUIS SANTORO PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir desta data, o Sr. Thomas Luis Santoro, portador do CPF nº.070.093.369-70, RG nº.4.226.841, para o Cargo de Diretor de Departamento de Agricultura, com lotação junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Nível CC – 03, do Grupo VII – Cargos em Comissão, conforme Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC, com dedicação integral.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Aplica-se a nomeação deste decreto o Regime Geral de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de Maio de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

ERRATA Nº 005/2016

ERRATA Nº. 005/2016 DO DECRETO Nº 065/2016 DE 25/04/2016

"DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº 65/2016 DE 25/04/2016 – DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica retificado o Decreto nº. 65/2016 de 25/04/2016, na forma e nas condições abaixo relacionadas,

ONDE SE LEU:

Projeto/Atividade: 2.120 – Manutenção dos Serviços Urbanos

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.03.0017 – Superávit – COSIP

Despesa: 113 R\$ 15.231,60

E, ONDE SE LEU:

Órgão: 03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DES. ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Administração

Projeto/Atividade: 1.330 – Apoio a Segurança Pública

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.03.0045 – Superávit - FUNREBOM

Despesa: 118 R\$ 6.120,53

LEIA-SE:

Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

Projeto/Atividade: 2.120 – Manutenção dos Serviços Urbanos

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.03.0017 – Superávit – COSIP

Despesa: 113 R\$ 15.231,60

Órgão: 03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DES. ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Administração

Projeto/Atividade: 2.330 – Apoio a Segurança Pública

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.03.0045 – Superávit - FUNREBOM

Despesa: 118 R\$ 6.120,53

Art. 2º Todos os demais itens do Decreto nº. 65/2016 de 25/04/2016 ficam inalterados.

Art. 3º Esta Errata da Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de Maio de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 045/2016

PORTARIA Nº. 045/2016 DE 01 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal de Contrato e substituto referente ao Processo Licitatório nº. 024/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionadas:

CONTRATO Nº:	029/2016		
OBJETO:	Aquisição de VEÍCULO TIPO AMBULÂNCIA para compor a Frota da Sec. de Saúde, visando melhorar o atendimento da crescente demanda de serviços, proporcionando maior conforto, eficiência e agilidade, em especial no transporte de pacientes que necessitam de atendimentos e tratamentos especializados fora do domicílio.		
EMPRESA:	S E C COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA ME		
CNPJ Nº:	22.010.481/0001-59		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	RAFAEL MARIN		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	006.201.999-62	MATRÍCULA:	924
LOTAÇÃO:	Secretaria de Saúde		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	VANDERLI RUI DE GASPARI		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	418.827.760-20	MATRÍCULA:	783
LOTAÇÃO:	Secretaria de Administração de Desenv. Econômico		

Art. 2º O serviço de fiscal de Contrato e suplente são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de Junho de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 046/2016

PORTARIA Nº. 046/2016 DE 02 DE JUNHO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE LEWIS MATÉ HEINECK PARA O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2016, do Município de Serra Alta/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratado, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	Lewis Maté Heineck
CPF:	004.361.329-23
RG:	2.659.401
CARGO:	Professor de Educação Física
CARGA HORÁRIA:	20 horas semanais
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
GRUPO:	6-MAG
NÍVEL:	62
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, Art. 2º, inciso VI "Admissão para suprir vaga não preenchida em concurso público".
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida em concurso público.
VIGÊNCIA:	02/06/2016 a 19/12/2016

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de Junho de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

33/2016 PREGÃO HORAS MÁQUINA

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS nº 33/2016

EDITAL DE PREGÃO PMS Nº 06/2016

O Município de Siderópolis comunica aos interessados, que de conformidade com a Lei Nº 8.666/93, Lei 10.520/06 e legislação subsequente, que no dia 15/06/2016 às 09h:00min no setor de licitações - Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, se reunirá a pregoeira e equipe de apoio, com a finalidade de receber propostas para Contratação de empresa especializada em serviços de "horas máquina", conforme proposta de transferência nº 17.673 entre o município de Siderópolis e o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional. O edital está disponível no Setor de Licitações do município ou para download no site da municipalidade: www.sideropolis.sc.gov.br. Maiores informações: licitacao@sideropolis.sc.gov.br ou (48) 3435 3188.

Siderópolis, 02 de junho de 2016.

HELIO ROBERTO CESA.

Prefeito Municipal.

34/2016 TOMADA DE PREÇOS PAVIMENTAÇÃO DE RUAS

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS nº 34/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO PMS Nº 02/2016

O Município de Siderópolis comunica aos interessados, que de conformidade com a Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 20/06/2016, às 09h:00min no setor de licitações - Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propostas para Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica e drenagem de Ruas localizadas no município de Siderópolis/SC, conforme contrato de repasse nº 819668/MINISTÉRIOS DAS CIDADES/CAIXA, através do processo nº 2624.1024683-13/2015 entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pelo CEF, e o Município de Siderópolis-SC. O edital já está disponível no Setor de Licitações do município ou para download no site da municipalidade: www.sideropolis.sc.gov.br. Maiores informações: licitacao@sideropolis.sc.gov.br ou (48) 3435 3188.

Siderópolis, 02 de junho de 2016.

HELIO ROBERTO CESA.

Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 59/2016

DECRETO N.º 59 DE 02 DE MAIO DE 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da

Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5.038	Transferências do Sistema Único de Saúde-Sus/União
PROJETO/ATIVIDADE	2.027	Manutenção do Bloco Atenção Básica – PAB Fixo
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	20	

VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde-Sus/União, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 02 de Maio de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de Maio de 2016.

DECRETO Nº 60/2016

DECRETO N.º 60 DE 02 DE MAIO DE 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor e R\$ 117.206,37 (cento e dezessete mil duzentos e seis reais e trinta e sete centavos) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	05	Secretaria de Educação e Esporte
FUNÇÃO	27	Desporto e Lazer
PROGRAMA	09	Gestão de Incentivo ao Esporte
SUBFUNÇÃO	812	Desporto Comunitário
RECURSO	5.064	Transferências de Convênios-Estados/Outros
PROJETO/ATIVIDADE	1.003	Aquisição de Área, Construção e Reforma de Espaços Esportivos
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	109	

VALOR: R\$ 117.206,37 (cento e dezessete mil duzentos e seis reais e trinta e sete centavos)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos de Transferências de Convênios-Estados/Outros, no valor de R\$ 117.206,37 (cento e dezessete mil duzentos e seis reais e trinta e sete centavos), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 02 de Maio de 2016.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de Maio de 2016.

DECRETO Nº 61/2016

DECRETO N.º 61 DE 02 DE MAIO DE 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS E VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da

Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor e R\$ 81.600,00 (oitenta e um mil e seiscentos reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5002	Receitas e Transferências de Impostos-Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.024	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	08	

VALOR: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
RECURSO	5.038	Transferências do Sistema Único de Saúde-SUS/União
PROJETO/ATIVIDADE	2.034	Manutenção dos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – Samu
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	41	

VALOR: R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde-Sus/União, no valor de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), e provável excesso de arrecadação de Receitas e Transferências de Impostos-Saúde, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 02 de Maio de 2016.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de Maio de 2016.

DECRETO Nº 62/2016

DECRETO N.º 62 DE 02 DE MAIO DE 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infra Estrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infra Estrutura Urbana
RECURSO	5064	Transferência de Convênios-Estado/Outros
PROJETO/ATIVIDADE	2.015	Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	108	

VALOR: R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos de Transferência de Convênios-Estado/Outros, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 02 de Maio de 2016.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de Maio de 2016.

DECRETO Nº 63/2016

DECRETO N.º 63 DE 02 DE MAIO DE 2016

NOMEIA GIANE HELENA MACHADO PARA CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada GIANE HELENA MACHADO, brasileira, CPF/MF sob nº 746.961.609-04, para ocupar o cargo de Chefe de Setor I – C3, na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, a partir de 04/05/2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 02 de maio de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de maio de 2016.

DECRETO Nº 64/2016

DECRETO N.º 64 DE 02 DE MAIO DE 2016

EXONERA A PEDIDO BEATRIZ DE BONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido BEATRIZ DE BONA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 049.892.809-89, do cargo de Assessor II – C4, a partir de 11/05/2016.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 02 de maio de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de maio de 2016.

DECRETO Nº 65/2016

DECRETO N.º 65 DE 02 DE MAIO DE 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor e R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	04	Secretaria de Finanças
FUNÇÃO	04	Administração
PROGRAMA	02	Gestão Financeira e Administrativa
SUBFUNÇÃO	123	Administração Financeira
RECURSO	5.000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.006	Manutenção da Secretaria de Finanças
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	25	

VALOR: R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 02 de Maio de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de Maio de 2016.

DECRETO Nº 66/2016

DECRETO N.º 66 DE 02 DE MAIO DE 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor e R\$ 295.300,00 (duzentos e noventa e cinco mil e trezentos reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
-------	----	----------------------

UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infra Estrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infra Estrutura Urbana
RECURSO	5034	Transferências de Convênios-União/Outros
PROJETO/ATIVIDADE	1.005	Pavimentação, Conservação e Recuperação de Ruas e Avenidas
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	106	

VALOR: R\$ 295.300,00 (duzentos e noventa e cinco mil e trezentos reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos de Transferências de Convênios da União conforme contrato de repasse nº 819668 do Ministério das Cidades/Caixa, no valor de R\$ 295.300,00 (duzentos e noventa e cinco mil e trezentos reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 02 de Maio de 2016.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de Maio de 2016.

DECRETO Nº 68/2016

DECRETO N.º 68 DE 16 DE MAIO DE 2016

CONSTITUI A COMISSÃO COORDENADORA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SIDERÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RONI REMOR, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, VII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do PME - Plano Municipal de Educação de Siderópolis 2015-2024, com amparo no art. 5º da Lei Nacional nº 13005/2014 e Lei Municipal nº 2146 de 15 de maio de 2015, a qual passa a ser disciplinada nos termos do presente decreto.

I – O monitoramento é o ato contínuo de observação, pelo qual são tornadas públicas as informações a respeito do progresso que vai sendo feito para o alcance das metas definidas.

II – A avaliação é o ato periódico de dar valor aos resultados alcançados até aquele momento, às ações que estejam em andamento e aquelas que não tenham sido realizadas, para determinar até que ponto os objetivos estão sendo atingidos e para orientar as tomadas de decisões.

Art. 2º - A comissão será formada de 07 (sete) membros, das seguintes instâncias:

- Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- Um representante do Poder Legislativo do Município de Siderópolis;
- Dois representantes do Conselho Municipal de Educação;
- Três representantes do Fórum Municipal de Educação.

I – Para cada membro titular, deverá ser indicado um membro suplente.

II – Os membros da comissão serão indicados por seus pares ao Prefeito que os designará para exercer suas funções.

III – O mandato dos membros da comissão será de 02 (dois) anos, a admitindo-se uma recondução para o mandato subsequente.

IV – As funções da comissão não serão remuneradas.

Art. 3º - Compete a comissão:

- 1 – Monitorar as diretrizes, metas, estratégias do PME e o Plano de Ações Articuladas – PAR;
- 2 – Avaliar o PME;

- 3 – Estudar a Lei Orgânica do Município de Siderópolis, a Lei Sistema Municipal de Educação, PPA – LDO e LOA;
- 4 – Avaliar os indicadores educacionais;
- 5 – Promover audiências públicas;
- 6 – Elaborar relatórios finais.

Art. 4º - As reuniões ordinárias ou extraordinárias serão convocadas por meio de comunicação escrita, por quaisquer de seus membros ou Prefeito.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 16 de maio de 2016.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de maio de 2016.

DECRETO Nº 69/2016

DECRETO N.º 69 DE 16 DE MAIO DE 2016.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DE AVALIAÇÕES DA SERVIDORA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2009.

RONI REMOR, Prefeito Municipal em Exercício de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar Nº 01/2008;

Considerando o parecer da Comissão de Avaliação de Acompanhamento do Estágio Probatório;

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final de avaliação da servidora em estágio probatório do Concurso Público Nº 01/2009, descrita a seguir:

Matrícula	Nome	Cargo	Data de Admissão	Nota Final	Resultado
2893	ROSANGELE PAVAN SALVARO	Nutricionista	01/03/2012	9,38	Aprovada

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 16 de maio de 2016.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de maio de 2016.

DECRETO Nº 70/2016

DECRETO N.º 70 DE 16 DE MAIO DE 2016.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DE AVALIAÇÕES DOS SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2012.

RONI REMOR, Prefeito Municipal em Exercício de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar Nº 01/2008;

Considerando o parecer da Comissão de Avaliação de Acompanhamento do Estágio Probatório;

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final de avaliações dos servidores em estágio probatório do Concurso Público Nº 01/2012, descrito a seguir:

Matrícula	Nome	Cargo	Data de Admissão	Nota Final	Resultado
2969	Cátia Regina Zeferino Trento	Professor MAG LP	01/02/2013	7,92	Aprovada
2970	Lúcia Maria Vicente de Mello	Professor MAG LP	01/02/2013	7,03	Aprovada
3011	Rosemeri Anselmo	Professor MAG LP	04/03/2013	7,72	Aprovada
2935	Renata Fabri de Bona	Enfermeiro CAPS	02/07/2012	8,62	Aprovada

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 16 de maio de 2016.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de maio de 2016.

DECRETO Nº 71/2016

DECRETO N.º 71 DE 16 DE MAIO DE 2016

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO COORDENADORA E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RONI REMOR, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, VII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados, sem ônus aos cofres públicos, os membros da Comissão Coordenadora e Avaliação do Plano Municipal de Siderópolis 2015-2024 para Gestão 2016-2018:

a) Um representante da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Rosângela Rossa de Souza

Suplente: Márcia Helena Moretti

b) Um representante do Poder Legislativo do Município de Siderópolis:

Titular: Romildo Soares

Suplente: Joênio Marques

c) Dois representantes do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Alessandra Ramiro

Titular: Iêda Tomasi Ribeiro

Suplente: Mariléia da Silva Muller

Suplente: Aline Fernandes Borba Périgo

d) Três representantes do Fórum Municipal de Educação:

Titular: Maria da Graça Botelho Savi

Titular: Suélen da Silva Venturini

Titular: Luciana de Souza Bettiol

Suplente: Loiva Bortoluzzi da Silva

Suplente: Susana Cambruzzi Olivo

Suplente: Belarmino Lampert

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 16 de maio de 2016.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de maio de 2016.

DECRETO Nº 72/2016

DECRETO N.º 72 DE 16 DE MAIO DE 2016

REAJUSTA OS VALORES DAS TAXAS TLAM E TCFAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RONI REMOR, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Município e art. 13 da Lei nº 2.086 de 18 de novembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam reajustados os valores referentes as taxas de Licenciamento Ambiental (TLAM) e Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental

Municipal (TCFAM), com base no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), nos seguintes patamares:

I – Reajuste de 6,41% do ano de 2014;

II – Reajuste de 10,67% do ano de 2015.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 16 de maio de 2016.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de maio de 2016.

DECRETO Nº 73/2016

DECRETO N.º 73 DE 16 DE MAIO DE 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício RONI REMOR no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5002	Receitas e Transferências de Impostos-Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.033	Manutenção do Centro de Atendimento Psicosocial-CAPS
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	36	

VALOR: R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Receitas e Transferências de Impostos-Saúde, no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 16 de Maio de 2016.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de Maio de 2016.

DECRETO Nº 74/2016

DECRETO N.º 74 DE 30 DE MAIO DE 2016

NOMEIA DEISY BONASSA PARA CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada DEISY BONASSA, brasileira, CPF/MF sob nº 907.151.109-00, para ocupar o cargo de Chefe de Setor II – C4, na Secretaria de Administração, para a responsabilidade da Junta de Serviço Militar e emissão de Carteiras de Identidade, a partir desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 30 de maio de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de maio de 2016.

PORTARIA Nº 109/2016

PORTARIA Nº 109, DE 02 DE MAIO DE 2016

CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA DE Nº 68/2016 E CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA VIVIAN BERTO BECKHAUSER DELFINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art. 1º - Cessar os Efeitos da Portaria de nº 68/2016 a partir do dia 06/05/2016 e Conceder Licença Maternidade a funcionária VIVIAN BERTO BECKHAUSER DELFINO, CPF/MF nº 052.832.989-81, Professora MAG LP, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 09/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 02 de maio de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de maio de 2016.

PORTARIA Nº 110/2016

PORTARIA Nº 110, DE 02 DE MAIO DE 2016

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA DINAMAR FLAUSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII,

da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a funcionária DINAMAR FLAUSINO, CPF/MF nº 037.572.889-98, Enfermeira Plantonista, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 05/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 02 de maio de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de maio de 2016.

PORTARIA Nº 111/2016

PORTARIA Nº 111, DE 02 DE MAIO DE 2016

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA NELI TEREZINHA CESCNETTO CARMINATTI PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, à servidora NELI TEREZINHA CESCNETTO CARMINATTI, CPF/MF nº 833.382.769-15, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 12/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 02 de maio de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de maio de 2016.

PORTARIA Nº 112/2016

PORTARIA Nº 112, DE 06 DE MAIO DE 2016

Concede Licença para tratar de interesses particulares AO servidor RONAN ANTUNES LEUFER e dá outras providências.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares ao servidor RONAN ANTUNES LEUFER, CPF/MF nº 047.828.679-13, Operador de Máquinas, do Quadro Permanente do Município, no período de 1(um) ano, a partir de 11/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 06 de maio de 2016.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 06 de maio de 2016.

PORTARIA Nº 113/2016

PORTARIA Nº 113, DE 06 DE MAIO DE 2016
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA MARIA ÂNGELA PASINI FORMIGONI PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, à servidora MARIA ÂNGELA PASINI FORMIGONI, CPF/MF nº 625.874.719-15, Professora MAG LP, a partir de 20/05/2016.
.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 06 de maio de 2016.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 06 de maio de 2016.

PORTARIA Nº 114/2016

PORTARIA Nº 114, DE 16 DE MAIO DE 2016
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO A SERVIDORA LUCIANE COSTA BETTIOL BURATO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

RONI REMOR, Prefeito Municipal em Exercício de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, a servidora LUCIANE COSTA BETTIOL BURATO, CPF/MF nº 048.324.379-50, Enfermeira, a partir de 15/05/2016.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 16 de Maio de 2016.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de Maio de 2016.

PORTARIA Nº 115/2016

PORTARIA Nº 115, DE 16 DE MAIO DE 2016
Cessa os efeitos da portaria nº 314/2015

RONI REMOR, Prefeito Municipal em Exercício de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº 314/2015, considerando o retorno ao trabalho da servidora JÚLIA BETTIOL RAMPINELLI, CPF/MF nº 038.920.309-28, Chefe de Setor II, a partir de 20/05/2016.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 16 de maio de 2016.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de maio de 2016.

PORTARIA Nº 116/2016

PORTARIA Nº 116, DE 16 DE MAIO DE 2016
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO A SERVIDORA ÉRICA NUNES ANTÔNIO DOS SANTOS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

RONI REMOR, Prefeito Municipal em Exercício de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, a servidora ÉRICA NUNES ANTÔNIO DOS SANTOS, CPF/MF nº 038.482.639-39, Assessor I, a partir de 24/05/2016.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 16 de Maio de 2016.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de Maio de 2016.

PORTARIA Nº 117/2016

PORTARIA Nº 117, DE 16 DE MAIO DE 2016
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO A SERVIDORA TATIANA CRUZ PAES PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

RONI REMOR, Prefeito Municipal em Exercício de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, a servidora TATIANA CRUZ PAES, CPF/MF nº 047.314.539-17,

Enfermeira, a partir de 29/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 16 de Maio de 2016.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de Maio de 2016.

PORTARIA Nº 118/2016

PORTARIA Nº 118, DE 20 DE MAIO DE 2016

RESCINDE O CONTRATO DO FUNCIONÁRIO LUCIANO LOHMANN PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONI REMOR, Prefeito Municipal em Exercício de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato do funcionário LUCIANO LOHMANN PESSOA, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 010.166.569-55, Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras, a partir de 23/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 20 de maio de 2016.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de maio de 2016.

PORTARIA Nº 119/2016

PORTARIA Nº 119, DE 20 DE MAIO DE 2016

CONTRATA MARIE PIAZZA PAGNAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RONI REMOR, Prefeito Municipal em Exercício de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente MARIE PIAZZA PAGNAN, brasileira, CPF/MF sob nº 058.860.129-23, para ocupar a função de Médico Plantonista, na Secretaria de Saúde, a contar de 02/05/2016, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 20 de maio de 2016.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de maio de 2016.

PORTARIA Nº 120/2016

PORTARIA Nº 120 DE 24 DE MAIO DE 2016

NOMEIA GLEICE ASSUNÇÃO DA SILVA PARA EMPREGO PÚBLICO NO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso X, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº. 1.892/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, por concurso, GLEICE ASSUNÇÃO DA SILVA, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 002.346.940-41, inscrição nº. 595, aprovada no Concurso Público nº. 001/2012, para emprego público de Pedagogo CAPS, do Quadro de Pessoal Permanente do Poder Executivo Municipal de Siderópolis- SC, 20 horas semanais, com lotação na CAPS – Centro de Atenção Psico Social, e os proventos de lei, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 24 de maio de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de maio de 2016.

PORTARIA Nº 121/2016

PORTARIA Nº 121, DE 25 DE MAIO DE 2016

EXONERA A PEDIDO ALEXANDRE QUARTH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso X da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.801/2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, ALEXANDRE QUARTH, brasileiro (a), CPF sob nº973.283.169-34, ocupante do cargo de Motorista, do Quadro Permanente do Município, a partir de 30/05/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 25 de maio de 2016.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de maio de 2016.

PORTARIA Nº 122/2016

PORTARIA Nº 122, DE 25 DE MAIO DE 2016

RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA CLÁUDIA TEOTÔNIO RITA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido o contrato da funcionária CLÁUDIA

TEOTÔNIO RITA brasileiro (a), CPF/MF sob nº 964.361.909-53, Merendeira, na Secretaria de Educação, a partir de 31/05/2016.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 25 de maio de 2016.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de maio de 2016.

PORTARIA Nº 123/2016

PORTARIA Nº 123, DE 25 DE MAIO DE 2016
RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO DO FUNCIONÁRIO ANDERSON DUARTE VALÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido o contrato do funcionário ANDERSON DUARTE VALÉRIO brasileiro (a), CPF/MF sob nº 005.058.219-40, Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a partir de 01/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 25 de maio de 2016.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de maio de 2016.

PORTARIA Nº 124/2016

PORTARIA Nº 124, DE 30 DE MAIO DE 2016
DESIGNA A SERVIDORA DEISY BONASSA PARA A FUNÇÃO DE SECRETÁRIA DA JUNTA MILITAR

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, VII da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora DEISY BONASSA, CPF nº 907.151.109-00 para a função de Secretária da Junta de Serviço Militar a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 30 de maio de 2016.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de maio de 2016.

Sombrio

PREFEITURA

PORT. 137/2016

PORTARIA Nº. 137 DE 02 DE JUNHO DE 2016
NOMEIA SERVIDORES APROVADOS PELO CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2015 (SAMAE)

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, Lei nº. 1.414 de 20 de Maio de 2003 combinado com a Lei Complementar nº 006, de 07 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital nº. 001/2015 (SAMAE), para o cargo de Pedreiro, com Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, como segue:

NOME
Alexandre Mauro dos Santos da Silva

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 02 de junho de 2016.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORT. 139/2016

PORTARIA Nº. 139 DE 02 DE JUNHO DE 2016
NOMEIA SERVIDORES APROVADOS PELO CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2015 (ADMINISTRAÇÃO)

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 combinado com a Lei nº. 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital nº. 001/2015 (Administração), para o cargo Auxiliar de Ensino Infantil, com Carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, como segue:

NOME
James de Almeida Goulart

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 02 de junho de 2016.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORT.138/2016

PORTARIA Nº. 138 DE 02 DE JUNHO DE 2016
NOMEIA SERVIDORES APROVADOS PELO CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2015 (ADMINISTRAÇÃO)

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 combinado com a Lei nº. 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital nº. 001/2015 (Administração), para o cargo Auxiliar de Ensino Infantil, com Carga Horária de 30 (trinta) horas semanais, como segue:

NOME
Fabiane Lucas da Silva

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 02 de junho de 2016.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Sul Brasil

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº019/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

ADITIVO COM RETIFICAÇÃO DO OBJETO

Processo Administrativo nº 031/2016

Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº 019/2016

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE.

Nova data: entrega dos envelopes: 09:00 horas do dia 14 de junho de 2016

Abertura dos envelopes: 09:30 horas do dia 14 de junho de 2016

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 01 de junho de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 128/2016; ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

DECRETO Nº 128, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica admitida no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul, Eduarda Zilli Pasini, CPF nº 088.033.309-09 e RG nº 4.521.392, no Cargo de Professor Supletivo 40 hs.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL – SC, 1º de Junho de 2016.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 129/2016;ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

DECRETO Nº 129, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica admitida no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul, Rafaela Brolese, CPF nº 118.500.739-37 e RG nº 6.015.131, no Cargo de Chefe do Serviço de Farmácia.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL – SC, 1º de Junho de 2016.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

ATA FINAL PREGÃO PRESENCIAL N.º 28 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATA Pregão Presencial Nº. 28/2016

Às 15 horas do dia 01/06/2016, na Sala de Licitações, situada na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, em Timbó/SC, realizou-se sessão pública para confecção da ata final do processo do Pregão Presencial nº 28/2016, com o objetivo de AQUISIÇÃO DE DIVERSOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E POUCO PERECÍVEIS, DESTINADOS AOS NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NEI), UNIDADES PRÉ-ESCOLARES (UPE) E ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL, PARA CUMPRIMENTO DO CARDÁPIO NO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Estiveram presentes o pregoeiro JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS, bem como a equipe de apoio, Elenise Pisetta, que esta subcreve pela Portaria nº 1895/2016.

Após a análise das amostras, os itens 11 e 27 restaram FRACASSADOS.

Nos itens 18 e 29, o Pregoeiro resolveu declarar vencedores:

ITEM	EMPRESA	VALOR
18	GIZELE REGINA DA SILVA ME	R\$ 5,56
29	LICISUL COMERCIAL LTDA	R\$ 2,85

Os autos seguirão para análise e homologação pela autoridade superior. Nada mais havendo a relatar, deu-se por encerrada a sessão. Lavrei a presente ata que após lida, será assinada por todos.

JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS
Pregoeiro Oficial
ELENISE PISETTA
Equipe de Apoio

AVISO TOMADA DE PREÇO Nº 39 2016 PMT - BINÁRIO RUA JAPÃO E NICARÁGUA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE TOMADA DE PREÇO Nº 39/2016 PMT

OBJETO: contratação de empresa especializada para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra), da obra de implantação de Binário, localizado entre as Ruas Japão e Nicarágua, neste município, relacionado ao Programa Transferência n.º 2016004956, Proposta Transferência n.º 0000016400, firmado com o Estado de Santa Catarina, por intermédio dos recursos do Fundo Social. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 21 de junho de 2016. ABERTURA: dia 21 de junho de 2016 às 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 01/06/2016
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 33 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2016 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, a licitante, FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO IRMÃOS VICENZI LTDA - ME, CNPJ Nº 97.478.002/0001-22 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;
DATA: até 10/06/2016
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 02 de junho de 2016.
DÉBORA BARTH
Central de Licitações

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 03 2016 FMS - MATERIAIS DE ENFERMAGEM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2016 - FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de material de enfermagem destinado às unidades de saúde da família, CAPS, Policlínica de referência e SAMU.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda; La Dalla Porta Junior e Metromed Com. de Material Médico Hospitalar Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 38.597,50 (trinta e oito mil quinhentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 29/05/2017

Timbó, 30/05/2016
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde

EXTRATO CONTRATO 2016.73 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/73

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: Persianas Crisdan Ltda

OBJETO: Fornecimento e instalação de persianas (incluindo material de instalação e fixação) para a unidade pré-escolar Jasmin e Escola Municipal São Roque). Tudo de conformidade com o Edital de Pregão nº 24/2016.

VALOR: R\$ 4.226,50 (quatro mil duzentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 09/05/2016.

VALIDADE DA ATA: 04/03/2017.

SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário Municipal de Educação

Timbó, 03/03//2016
MARCIA DA ROCHA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico

EXTRATO CONTRATO 2016.79 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/79

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: Fornecimento de Serviço de hospedagem de VPS (servidor Virtual Privado) em estruturas de DATACENTER, incluindo locação de infraestrutura e alta disponibilidade de espaço físico para armazenamento, "Backup" e processamento de dados conforme as necessidades da administração, tudo de conformidade com as condições, disposições, formas, especificações e demais obrigações do Edital de Pregão nº 27/2016.

VALOR: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 17/05/2016

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

**EXTRATO SEGUNDO TERMO DE ACRÉSCIMO -
PREGÃO Nº 28.2015 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE ACRÉSCIMO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2015

CONTRATANTE: Município de Timbó

CONTRATADA: Gente Seguradora S/A

OBJETO: O objeto do Pregão Presencial nº. 28/2015 – PMT fica acrescido de seguro com cobertura total, consoante observação 1 do termo de referência do edital de pregão presencial nº 28/2015, para o veículo GM/Chevrolet SPIN LTZ de placas QID2573, conforme Ofício Patrimônio nº. 20/2016 e anexos.

O objeto do Edital de Pregão Presencial nº. 28/2015 PMT, considerando os valores e demais condições do referido ofício e anexos fica acrescido em R\$ 1.519,93.

DATA DA ASSINATURA: 01/06/2016

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

**PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE
REGISTRO DE PREÇO N.º 129 2015 PMT**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 129/2015

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço para aquisição do sêmen bovino destinado à inseminação artificial em atendimento aos agricultores.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Semex do Brasil Comércio, Importação e Exportação Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 5.794,00 (cinco mil setecentos e noventa e quatro reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

**TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE
REGISTRO DE PREÇO N.º 72 2015 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 72/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de preço para contratação de empresa(s) para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e componentes necessários destinados à frota de veículos leves, utilitários, caminhões e máquinas pesadas da prefeitura, fundos, fundações e autarquia.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Mecânica Buzzi Ltda; Mecfar Mecânica Automotiva Ltda Me; Maiochi Instal. Mont. Maq. Equipos Ltda; Coml. Molas Menestrina Ltda Epp; AUTO MECANICA Bonatti Ltda Me; R.T Tratores Comércio de Peças e Serviços Ltda. Epp; Mtm Auto Center e Comércio de Baterias Ltda Me; Mello Auto Diesel Ltda Epp; Renato Schumann Epp; Auto Mecânica Leitzke Ltda; Manfredo Schmidt Me

TOTAL ESTIMADO: R\$ 2.200.839,60 (dois milhões duzentos mil oitocentos e trinta e nove reais e sessenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 01/09/2016.

Timbó, 03/09/2015
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Três Barras

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4.598 DE 31 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº. 4.598 DE 31 DE MAIO DE 2016.
EXONERA O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL – SAMASA.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º.- Fica exonerado a “pedido” – requerimento protocolado sob o nº. 448/2016, o Sr EMILIO GAZANIGA NETO – do cargo de Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Saneamento – SAMASA, a contar da presente data.

Art. 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 31 de Maio de 2016.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

DECRETO Nº. 4.599 DE 02 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº. 4.599 DE 02 DE JUNHO DE 2016.

DESIGNA DIRETOR EXECUTIVO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL “SAMASA”.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º.- Fica designado o Sr SIDILON PAZDA, para exercer o cargo de Diretor Executivo do Serviço Autônomo Municipal de Água e Saneamento Ambiental – “SAMASA”, de acordo com a Lei Complementar nº. 143/2010, a contar da presente data.

Art. 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 02 de Junho de 2016.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 57/2016

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 57/2016 - Edital Pregão nº. 47/2016.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 15 de junho de 2016, Propostas para Registro de Preço de kit com materiais socioeducativos contendo 03 livros cada quais sejam: I - Bullying – Como Resolver este mal; II – Família Maior Tesouro da Sociedade; III – Drogas Não – invista na vida; ou: Saúde – De Higiene Bucal ao Bem Estar Geral; da Editora Expressão, destinados aos alunos da Educação Infantil, Maternal, Pré I e Pré II. Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 15 de junho de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 31 de maio de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 58/2016

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 58/2016 - Edital Pregão nº. 48/2016.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e ainda da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 10 h e 00 min. do dia 15 de junho de 2016, Propostas para o registro de preço de TOLDOS CONFECIONADOS EM LONA FRONT OU SIMILAR, para execução em locais a serem determinados pelo município, em conformidade com o edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 10 h e 00 min. do dia 15 de junho de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 31 de maio de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 59/2016**"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 59/2016 - Edital Pregão nº. 49/2016. A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 14 h e 00 min. do dia 15 de junho de 2016, Propostas para "Registro de Preço de Recapagens de Pneus em tamanhos diversos" destinados a manutenção da frota veicular da Prefeitura.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 15 de junho de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 31 de maio de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 60/2016**"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 60/2016 - Edital Pregão nº. 50/2016. A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e ainda da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 08 h e 30 min. do dia 16 de junho de 2016, Propostas para registro de preço de peças para reposição destinadas a manutenção de maquinas pesadas integrantes da frota veicular da Prefeitura, em conformidade com o edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 08 h e 30 min. do dia 16 de junho de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 31 de maio de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 61/2016**"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 61/2016 - Edital Pregão nº. 51/2016. A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e ainda da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 14 h e 00 min. do dia 16 de junho de 2016, Propostas para aquisição de divisórias em Eucatex ou similar com fornecimento de materiais e Mao de obra para instalação na Biblioteca do CAIC localizada na Avenida Abrahão Mussi, s/nº – Bairro São Cristovão, em conformidade com o edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 16 de junho de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 31 de maio de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 62/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

Procedimento Licitatório nº. 62/2016 - Edital nº. 52/2016.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 08 h e 30 min. do dia 17 de junho de 2016, Propostas para "Registro de Preço de Equipamentos Médicos", destinados as Unidades de Saúde do Município.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 08 h e 30 min. do dia 17 de junho de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 31 de maio de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 63/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 63/2016.

EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2016.

A Prefeitura Municipal de Três Barras – SC torna publico que sob a regência da Lei Federal nº. 8.666/93 com as alterações da 8.883/94 receberá até as 09 h e 00 min. do dia 21 de junho de 2016, Documentação e Propostas para revitalização do chafariz localizado anexo ao Terminal Rodoviário do município, em conformidade com as disposições contidas no edital.

Valor orçado de R\$ 60.261,44. Recursos Financeiros: próprios do município.

Abertura: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 21 de junho de 2016. Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 - Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail licitacao@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 31 de maio de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

SALVADOR DE MAIO NETO - JURIDICO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 64/2016**"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 64/2016 - Edital Pregão nº. 53/2016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 15 h e 00 min. do dia 16 de junho de 2016, Propostas para "Registro de Preço de Serviços de Lavagem de veículos, ônibus, caminhões e maquinas integrantes da frota veicular da Prefeitura.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 15 h e 00 min. do dia 16 de junho de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 31 de maio de 2016.
ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL
NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 36-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 36/2016 – CREDENCIAMENTO

Objeto: O presente processo tem por objeto o Credenciamento de Profissional especializado em Fonoaudiologia para atendimento aos alunos matriculados no Sistema Municipal de Ensino

Os interessados devem solicitar o seu credenciamento na Prefeitura de Treze Tílias, Setor de Licitações, na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, centro, Treze Tílias, SC, em dias úteis, no horário das 8h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min, observando as condições e exigências mínimas para a prestação do serviço, as condições de pagamento e a tabela de preços que remunerará os serviços prestados, e demais requisitos fixados no presente regulamento até a data de 16/12/2016.

MAURO DRESCH

Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO PP 35-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 35/2016 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibila Parisotto, conforme itens constantes no Anexo I integrante deste edital.

O recebimento dos envelopes contendo a ☐ proposta ☐ e ☐ documentação ☐ será até as 09h00 min do dia 15/06/2016, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

Trombudo Central

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 37/2016 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 37/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 37/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando a AQUISIÇÃO DE BRITA GRADUADA DE PEDRA ARDÓSIA PARA PAVIMENTAÇÃO PRIMÁRIA DE TRECHOS SINALIZADAS NO PROJETO EM VIAS DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 08:30h do dia 15 de junho de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da Home Page: www.trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 02 de junho de 2016.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS 03/2016 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

TOMADA DE PREÇOPMTC Nº 03/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Srº Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇO PMTC Nº 03/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução GLOBAL visando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL NA RUA JORGE LACERDA, CONFORME PROJETOS DO EDITAL. O recebimento e abertura dos envelopes relativos à licitação dar-se-á as 09:00h do dia 20 de junho de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central – SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 07:00 às 13:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 02 de junho de 2016.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO 1776/2016

Decreto Municipal nº 1776/2016 , de 30 de maio de 2.016.

“Estabelece limitação de empenho no âmbito dos Órgãos do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências”.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no art 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e o art. nº 16, da Lei nº 1239/2015 – LDO 2016, de 25 de novembro de 2015, que estabelece os Critérios e Formas de Limitação de Empenho e considerando a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira, com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas para o exercício financeiro,

Decreta:

Art.1º - Fica pelo presente Decreto estabelecido os critérios para limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira a serem utilizados pelo Poder Executivo Municipal quando da realização de despesas e desembolso financeiro até o restabelecimento total do déficit orçamentário no montante de R\$ 375.922,62 (Trezentos e setenta e cinco mil, novecentos e vinte e dois reais e sessenta centavos) apurado no período de março a abril de 2016.

Art. 2º - Em cumprimento ao que determina o art. nº 16, da Lei nº 1239/2015 – LDO 2016, de 25 de novembro de 2015, o déficit ocorrido no período é compensado pelo bloqueio das seguintes dotações Orçamentárias classificadas nos Grupos de Natureza de Despesa e Fontes de Recursos descritas a seguir:

Órgão	Proj./Ativ	Elemento – Dotação	Fonte	R\$
Secretaria da Administração, Planejamento e Finanças	2.009	3.3.90.00.00.00.00.00 – 07	1104	50.000,00
	2.016	3.3.90.00.00.00.00.00 – 14	1104	30.000,00
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	1.005	4.4.90.00.00.00.00.00 – 72	1005	125.000,00
	2.011	3.1.90.00.00.00.00.00 – 43	1018	51.139,64
	2.012	3.3.90.00.00.00.00.00 – 59	1110	8.642,58
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	2.050	3.3.90.00.00.00.00.00 – 94	1104	25.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social	2.033	3.1.90.00.00.00.00.00 – 133	1231	8.905,82
Fundo Municipal de Saúde	2.030	3.3.90.00.00.00.00.00 – 07	1002	27.234,58
	2.037	3.3.90.00.00.00.00.00 – 16	1002	50.000,00
TOTAL GERAL			R\$	375.922,36

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tunápolis, em 30 de maio de 2016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado

Em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff

Técnico em Controladoria Interna.

DECRETO 1777/2016

Decreto nº 1777/2016 de 03 de junho de 2016.

Designa os membros da Comissão Municipal de Saneamento e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal, da Lei 1.045/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Saneamento no Município de Tunápolis, composta pelos seguintes membros:

I - 05 Conselheiros representando o Poder Executivo:

a) 02 representantes da Secretaria responsável pelo Saneamento: Sr. Joséli Teresinha Becker Hofmann e Ilário Wisniewski – Titulares, Sr. Valmir Rossa e Francisco Xavier Nicodem – Suplentes;

b) 01 representante da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento: Sérgio Luís Edit – Titular, Lilian Maria Ritter Eidt, suplente;

c) 01 representante da Secretaria da Saúde, sendo preferencialmente da Vigilância Sanitária Municipal: Vanderlei Stoffel – Titular, Eduardo

dos Santos Dotto - Suplente;

d) 01 representante da Secretaria responsável pelo meio ambiente: Zeno Hammerschmitt – Titular, - Oscar Vitor Berwanger - Suplente;

II - 05 Conselheiros representando as seguintes entidades da sociedade civil:

a) 01 representante da área do Ensino Básico ou Superior: Claci Welter – Titular e Ervino Roque Bieger - Suplente;

b) 01 representante da Indústria, Comércio e Prestadores de Serviços: Leonice Scheren Thomas – Titular, Ivan Carlos Rauch - Suplente;

c) 01 representante de usuários/consumidores, Susane Freiburger – Titular, Patrícia Meotti - Suplente;

d) 01 representante da classe das entidades de defesa do meio ambiente: Selvino Nicodem – Titular, José Elio Viera - Suplente;

e) 01 representante dos engenheiros/arquitetos: Maria Fernanda Rodriguez Hierro – Titular, Leonardo Ives Massing Moreira - Suplente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis – SC, 03 de junho de 2016.

Enói Scherer

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

DECRETO 1778/2016

DECRETO Nº 1778/16 de 03 de junho de 2016.

Designa os membros do Conselho Municipal de Defesa Civil e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 63, da Lei Orgânica Municipal e especialmente pela Lei 1.140/2013;

DECRETA:

Art. 1º A Comissão Municipal de Defesa Civil do Município de Tunápolis passa a ser integrada pelos seguintes membros:

I – ADRIANO GASSEN

II – VILSON GEREMIA

III – OSCAR VITOR BERWANGER

IV- RITA THEISEN

V – CLEONICE DEISE YESS

VI – ZENO HAMMERSCHMITT

VII – ELTON WIRTH

VIII – JOSÉLI TERESINHA BECKER HOFMANN

IX – TIAGO CARVALHO

X – NESTOR HAMMERSCHMITT

XI – MAIKEL FREY

Parágrafo único. A presidência da Comissão será exercida pelo servidor indicado no inciso I deste artigo e na ausência do mesmo estas funções serão exercidas pelo membro indicado no inciso VI.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
em 03 de junho de 2016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Este Decreto foi publicado
E registrado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

PORTARIA 07/2016 CV

PORTARIA Nº 007/2016

AMPLIA TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA DO CARGO DE CONTADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELÓI WINK, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, combinado com o Regimento Interno Cameral:

RESOLVE:

Art. 1º. Ampliar temporariamente a carga horária da servidora THAÍS RENATA WELTER, ocupante do cargo efetivo de Contador da Câmara Municipal de Tunápolis, de 10 para 20 Horas Semanais, para atendimento do estabelecido na Lei Municipal nº 1.257/2016.

Art. 2º. A ampliação de que trata esta Portaria persistirá durante o período determinado pela ausência da contadora titular da vaga e/ou até a realização de teste seletivo pelo Município para a contratação de novo servidor(a).

Parágrafo Único. Findo o prazo da licença ou retornando a servidora efetiva titular do cargo de Contadora a ocupar a vaga junto ao Poder Executivo, automaticamente cessará a ampliação da carga horária e respectiva remuneração da servidora cedida, retornando à carga horária e vencimento de 10 (dez) horas semanais.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos à data da publicação da Lei nº 1257/2016.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis SC.

Em 30 de maio de 2016.

ELÓI WINK

Presidente

PORTARIA 4089/2016

PORTARIA Nº. 4.089/2016

Em 01 de Junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base na Lei Orgânica Municipal e baseado na Lei Complementar nº. 25/2010 e atualizações, além da Legislação federal vigente, bem como o Decreto Municipal nº. 1.641/2014 que dispõe sobre a classificação final do Concurso Público nº. 006/2014; e,

01. Considerando a urgência na contratação de Profissionais para não interromper ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde, atividades de caráter inadiáveis, como o atendimento básico à população de Tunápolis, SC.

02. Considerando que o Concurso Público nº. 006/2014, foi concluído e para que possamos reestruturar e regularizar o quadro de pessoal do município, com a saída intempestiva da Técnica Brunilde Stulp;

03. Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pelo Governo Federal na área da saúde através de programas especiais como a ESF - Estratégica Saúde da Família;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, JULIANA SCHAAB, com cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, lotada na Secretaria Municipal da Saúde e Bem Estar Social, cargo este de provimento EFETIVO, Nível ATM 1 – A-4, baseado no Decreto nº 1.641/2014 de 18 de Setembro de 2014, referente à homologação final da classificação do Concurso Público nº 06/2014, percebendo vencimentos e vantagens previstas na mesma Lei e sujeita ao Estágio Probatório.

Art.2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC

Em 01 de Junho de 2016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 4090/2016

PORTARIA Nº 4.090 de 01 de Junho de 2016.

Aprova o Regimento da 3ª Conferência das Cidades do Município de Tunápolis – SC/ 2016 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Tunápolis – SC, no uso da atribuição que lhe confere o art. 63 da Lei Orgânica Municipal, considerando o Decreto Municipal nº 1.757 de 23 de Fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento da 3ª Conferência das Cidades do Município de Tunápolis – SC, conforme Anexo Único da presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 01 de Junho de 2016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado em data supra.

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

ANEXO ÚNICO

DA PORTARIA Nº 4.090, DE 01 DE JUNHO DE 2016.

REGIMENTO

DA 3ª CONFERÊNCIA DAS CIDADES DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS - 2016

CAPÍTULO I**DOS OBJETIVOS E FINALIDADES**

Art. 1º São objetivos da 3ª Conferência das Cidades do Município de Tunápolis - SC:

I - propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos dos três Entes Federados com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;

II - sensibilizar e mobilizar a sociedade catarinense para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes nas cidades catarinenses;

III - propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, e etnia para a formulação de proposições, realização de avaliações sobre as formas de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e suas áreas estratégicas;

IV - propiciar e estimular a organização das conferências das cidades como instrumento para garantia da gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano nas regiões, e Municípios;

V - avançar na construção e consolidação da Política Estadual e Nacional de Desenvolvimento Urbano;

Art. 2º - A 3ª Conferência das Cidades do Município de Tunápolis terá as seguintes finalidades:

I – indicar prioridades de atuação de investimento do município;

II – indicar prioridades de atuação ao Ministério das Cidades;

III – avançar no processo de gestão da cidade com participação popular;

IV – indicar os dois delegados que participarão da 6ª Conferência Estadual das Cidades;

CAPÍTULO II**DA REALIZAÇÃO**

Art. 3º A 3ª Conferência das Cidades do Município de Tunápolis – SC, que será integrada por representantes (delegados e observadores) indicados na forma prevista neste Regimento, deverá contemplar o temário Nacional e conseqüentemente, suas análises, formulações e proposições devem ter esta dimensão.

§ 1º A 3ª Conferência das Cidades do Município de Tunápolis – SC tratará de temas de âmbito Nacional, Estadual e Municipal.

§ 2º Todos os(as) delegados(as) com direito a voz e voto, presentes à 3ª Conferência das Cidades do Município de Tunápolis – SC, devem reconhecer a precedência das questões de âmbito Nacional e atuar sobre elas, em caráter avaliador, formulador e propositivo.

CAPÍTULO III**DO TEMÁRIO**

Art. 4º - A 3ª Conferência Municipal das Cidades terá como temática: "A Função Social da Cidade e da Propriedade ", como lema: "Cidades Inclusivas , Participativas e Socialmente Justas ".

Art. 5º - A 6ª Conferência Estadual será composta de mesas de debates, painéis, grupos de debate e plenária.

Art.6º - Fica a critério da comissão preparatória estadual elaborar até 6 (seis) perguntas adicionais para discussão nas Conferências Municipais.

Art 7º- Além do texto base a comissão Estadual também poderá subsidiar com outros textos as Conferências Municipais e Estadual.

Art. 8º - Cabe a comissão de metodologia definir os eixos de debate, assim como a metodologia a ser aplicada na 3ª Conferência Municipal das Cidades.

CAPÍTULO IV**DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

Art. 9º A 3ª Conferência das Cidades do Município de Tunápolis – SC, será realizada no dia 10 de Junho de 2016, com início às 08:00 h no auditório do CIEC, Rua João Castilho, Centro, Tunápolis - SC, sob a presidência do Servidor Municipal Jackson Scherer, conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 1.757, de 23 de Fevereiro de 2016.

Art. 10º Para a organização e desenvolvimento de suas atividades a 3ª Conferência das Cidades do Município de Tunápolis - SC contará com um Coordenador e uma Comissão Preparatória Municipal.

Parágrafo único. O Coordenador designado no artigo 3º do Decreto Municipal de 1.757, em 23 de Fevereiro de 2016, será responsável por acompanhar os trabalhos da Comissão Preparatória Municipal e fazer a mediação dos contatos e informações entre a Coordenação Executiva Estadual e a Comissão Preparatória Municipal.

Art. 11. A Comissão Preparatória Municipal será composta pelos segmentos conforme estabelecido no art. 21 do regimento da 6ª Conferência Estadual das Cidades.

Art. 12. Compete à Comissão Preparatória Municipal:

I – elaborar a proposta de programação da 3ª Conferência das Cidades do Município de Tunápolis - SC;

II – propor critérios e modalidades de participação e representação à 3ª Conferência das Cidades do Município de Tunápolis – SC.

III – mobilizar seus (as) parceiros (as) e filiados (as), no âmbito

de sua atuação no Município, para preparação e participação nas Conferências Municipais;

IV – promover a divulgação da 3ª Conferência das Cidades do Município de Tunápolis - SC e sistematizar o relatório final e os anais da Conferência Municipal;

V – organizar as atividades preparatórias de discussão do temário da 3ª Conferência das Cidades do Município de Tunápolis - SC, definir sua pauta e designar facilitadores (as) e relatores (as);

VI – supervisionar e promover a realização da 3ª Conferência das Cidades do Município de Tunápolis – SC, atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos.

CAPÍTULO V DOS PARTICIPANTES

Art. 13. A 3ª Conferência das Cidades do Município de Tunápolis - SC, deverá contar com a participação de representantes dos diversos segmentos sociais e interessados nas questões relativas ao tema da Conferência Municipal.

Art. 14. Os participantes da 3ª Conferência das Cidades do Município de Tunápolis - SC se distribuirão em duas categorias:

I – delegados (as) com direito a voz e voto;

II – observadores (as) sem direito a voz e voto.

Parágrafo único - Os critérios para escolha dos (as) observadores (as) serão definidos pela Comissão Preparatória Municipal.

Art. 15. A 3ª Conferência das Cidades do Município de Tunápolis - SC elegerá dois delegados à 6ª Conferência Estadual das Cidades, de acordo com o estabelecido no Regimento Estadual.

CAPÍTULO VI DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 16. As despesas com a organização geral e com a realização da 3ª Conferência das Cidades do Município de Tunápolis – SC ocorrerão por conta de recursos orçamentários próprios da Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17. A Comissão Preparatória Municipal acompanhará e deliberará sobre as atividades do Coordenador Municipal, devendo o mesmo participar de todas as reuniões ordinárias da Comissão Preparatória Municipal.

Art. 18. Os resultados da 3ª Conferência das Cidades do Município de Tunápolis - SC devem ser remetidos à Coordenação Executiva Estadual e à Coordenação Executiva Nacional em até 15 dias após a realização da mesma em formulário próprio a ser distribuído pelo Ministério das Cidades.

Art. 19. Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Preparatória Municipal, cabendo recurso à Comissão Preparatória Estadual.

Tunápolis- SC, 01 de Junho de 2016.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

PORTARIA 4091/2016

PORTARIA Nº. 4.091/2016

Em 02 de Junho de 2016

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: Bruno José Heberle, Leocádia Thomas Welter e Naissa Carmine Schaurich, brasileiros, servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, sob a presidência do primeiro, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DO CONCURSO PÚBLICO e do PROCESSO SELETIVO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos dos processos, instaurados através do Edital nº. 001/2016, 002/2016, 003/2016 e 004/2016.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 02 de Junho de 2016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER
Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 88/2016 PRESENCIAL Nº: 70/2016

Processo de Compra Nº.: 88/2016

Pregão Presencial nº: 70/2016

PREGÃO

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a aquisição de FERRAMENTAS E MATERIAIS QUE UTILIZADOS PELO SETOR DE INFORMÁTICA DESTE MUNICIPIO, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos

Entrega das propostas e Credenciamento até 9h15min do dia 16 de junho de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 03 de junho de 2016.
Enoi Scherer
PREFEITO MUNICIPAL

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO N° 36/2016

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
AVISO DE LICITAÇÃO	
Processo Adm. N°.: 36/2016	
Edital: PREGÃO PRESENCIAL N°.: 36/2016	
Tipo : Menor Preço/Por Lote	
Objeto: CONTRATAÇÃO DE APÓLICES DE SEGURO, ATRAVÉS DE SEGURADORAS, PARA COBERTURA DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E IMÓVEIS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL.	
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 16 de Junho de 2016.	
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 16 de Junho de 2016.	
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, fone (049) 3348 1202 ou através do e-mail: compras@uniaodoeste.sc.gov.br	
União do Oeste - SC, 02 de junho de 2016.	
EVERALDO LUIS CASONATTO	
PREFEITO MUNICIPAL	

Urussanga

PREFEITURA

AVISO ANULAÇÃO TP 11 2016 PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

AVISO DE ANULAÇÃO DE TP 11/2016/PMU

Fica anulada a licitação supra citada. Objeto: Aquisição de material e serviços de iluminação pública referentes a revitalização da Praça Anita Garibaldi em Urussanga/SC. Recursos oriundos da Proposta de Transferência nº 17384 do Fundo Social do Estado de Santa Catarina. JOSÉ VICENTE CANÔNICA. Presidente da CPL, 02/06/2016. JOSÉ VICENTE CANÔNICA. Presidente CPL

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 134/2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contrato: 134/2013/FMS

Data de assinatura: 02/06/2016

Processo de Licitação: 14/2013/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS

Contratado: VERA LUCIA MARIOTTI

CNPJ/CPF: 443.476.939-15

Objeto: locação de imóvel

Valor Global: R\$ 1.317,68

Reajuste em 10,58% IGP-M (jun/15 à mai/16)

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 103/2016

EXTRATO DE CONTRATO nº 103/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

OBJETO: Seleção de empresa para a execução de obra referente à pavimentação asfáltica com concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) e sinalização viária das ruas Ângelo Boff, Avelino Camilotti, Clemente Sponchiado, Rodolfo Danielli, São Pascoal, Beira Rio, Urumbéva, Santo Antônio, Serra Preta, Boa Vista do Jardim, Ressaca, São Roque, Copinha e Gramas e de partes das ruas Governador Celso Ramos (trecho 1 e 2), Germano Moretto e Avenida 21 de Abril, totalizando 14.185,20m², em extensão de 1.928,40 metros, com fornecimento de materiais e mão de obra especializada,, a ser executada na cidade de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 544.059,77 (quinhentos e quarenta e quatro mil cinquenta e nove reais e setenta e sete centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Processo Licitatório 23/2016, Tomada de Preços nº 03/2016 e Contrato nº 103/2016.

Vargeão, SC, 02 de Junho de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 005/2016 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE VARGEÃO

RESOLUÇÃO Nº 005/2016

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de VARGEÃO

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 02 de junho de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1.540, de 11 de novembro de 2013, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Vargeão– CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor total de , referente ao ano de 2016, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Vargeão, 02 de junho de 2016.

SÔNIA MARIA BONAN

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO N.038/2016

DECRETO Nº 038/2016, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

“NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA.”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeado o Conselho Municipal de Educação de Vargem Bonita.

Artigo 2º - O Conselho será composto pelos seguintes representantes dos segmentos do Município:

I – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Nádia de Lourdes Roseghini Lazaroto

Suplente: Ivan Roberto Galvan

II – REPRESENTANTES DA CÂMARA DE VEREADORES:

Titular: Airton Alberto Fiório

Suplente: Rosamarcia Hetkowsky Roman

III – REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES ESCOLARES SEDIADAS MUNICÍPIO:

A) Especialistas em Educação

Titular: Dilmar Antônio Mozzer

Suplente: Rejane Antunes de Oliveira

B) Docentes da Educação

Titular: Karla Luciane Miotto de Abreu

Suplente: Elizana Silva Salvador

C) Docentes do Ensino Fundamental

Titular: Elenir Zonta dos Santos

Suplente: Jussara Kades de Oliveira da Silva

D) Servidores não Docentes das Escolas Municipais

Titular: Jaqueline Spader

Suplente: Terezinha Aparecida Koshinski

E) Representantes do Copo Discente e Pais

Titular: Neiva Marilu Sampietro

Suplente: Edemilson Abatti

Artigo 3º- Fica revogado o Decreto nº 032/2016 de 25 de abril de 2016.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 02 de junho de 2016.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 03/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Vidal Ramos

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO 001/2016

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL 001/2016

Informamos a empresa OLEGARIO MOTORS LTDA, sito a AL. ARISTILIANO RAMOS, 2020, RIO DO SUL/SC, CNPJ 18.537.926/0001-86, o CANCELAMENTO da Autorização de Fornecimento nº. 07/2016, que foi encaminhada por e-mail para vendaschery05@olegario.com.br no dia 08/04/2016 às 10h33min.

1) Considerando que o item 2.1 do edital dizia o seguinte: A entrega do veículo automotor deverá ser: em até 15 dias após a homologação e recebimento da autorização;

2) Considerando que a AF nº. 07/2016 foi enviada via e-mail no dia 08/04/2016 e a mesma confirmou recebimento no mesmo dia, sendo assim teria até o dia 23 de abril de 2016 para entrega do veículo;

3) Considerando que a após o término do prazo para entrega do item a empresa pediu um novo prazo de 30 dias para a entrega, datada do dia 02/05/2016, o novo prazo foi acolhido por esta Prefeitura, tendo o novo prazo para entrega iniciado no dia 02 de maio de 2016 e tendo como término no dia 01 de junho de 2016;

4) Considerando que hoje dia 02/06/2016 e até o presente momento não foi entregue o veículo da autorização nº. 07/2016; Vem o Notificante, notificá-lo sobre o CANCELAMENTO da presente Autorização de Fornecimento.

A Notificação, além das questões nela contida, serve para constituir o Notificado em mora, com relação a suas obrigações não cumpridas.

Está-se, por fim, à disposição de Vossa Senhoria para eventuais esclarecimentos.

Vidal Ramos, 02 de junho de 2016.

EDUARDO THECHRIN LAÉRCIO DA CRUZ
PREGOEIRO PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2016 - PRESTAÇÃO SERVIÇO ELETRICISTA

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2016

OBJETO: Constitui objeto do presente certame PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, NO TRANSCURSO DO EXERCÍCIO DE 2016.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 44/2016, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93 e Lei complementar 123/06,

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 10:30 hrs do dia 15 de junho de 2016.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 10:30 hrs do dia 15 de junho de 2016, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 02 de junho de 2016

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 43/2016 - CONTRATAÇÃO EMPRESA MÃO DE OBRA COLOCAÇÃO DE LAJOTA

Prefeitura de Vidal Ramos

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO Nº. 43/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 43/2016

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO MÃO DE OBRA PARA ASSENTAMENTO DE LAJOTA SEXTAVADA DE CONCRETO, INCLUSO ASSENTAMENTO MEIO FIO, A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SERÁ CONFORME requisição prévia.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, por seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18 de fevereiro de 2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 43/2016, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 2.130/2013, de 29 de abril de 2013 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no município e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 15/06/2016, às 09:00 horas

LOCAL: Gabinete da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos /SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge

Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2318, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos, 02 de junho de 2016
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 45/2016 - ARBITRAGEM FUTEBOL DE CAMPO

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO Nº. 45/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 45/2016

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 01 (UM) ÁRBITRO, E 02 (DOIS) AUXILIARES PARA APITAR O CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO 2016, DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS", conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo II deste Edital.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº. 031/2016 em 18/02/2016 torna público, aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 45/2016, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 15/06/2016 às 14:00 hrs.

LOCAL: Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos, 02 de junho de 2016

LAERCIO DA CRUZ – Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS Nº. 46/2016 **AVISO DE LICITAÇÃO**

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 46/2016

O Município de Vidal Ramos/SC, torna público, que fará realizar no Gabinete da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para fabricação e fornecimento de Estrutura metálica e serviços de montagem para cobertura de obra existente com área de 1575 m², no centro de Vidal Ramos. Em conformidade com a Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a
Prefeitura – Setor de Compras, horário comercial, ou pelo email: compras@prefeituravidalramos.com.br

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 09:00 horas do dia 20 de junho de 2016, devem do ser protocolados na Divisão de Processos Licitatórios da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 20 de junho de 2016, no Gabinete no Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Vidal Ramos, 02 de junho de 2016
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 13.015/16

DECRETO Nº 13.015/16, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

Nomeia Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ULISSES GHELLER, para exercer o cargo comissionado de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação, símbolo DAS-1, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 1º de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0058/16

Extrato do Termo de Rescisão n. 0058/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0177/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FRANCIELE ALVES DE GOIS

CPF: 050.153.649-38

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 12 de maio de 2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2016 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 59/2016 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GRAMA E MATERIAIS DE JARDINAGEM PARA A ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL GABRIEL BOGONI, POR MEIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 15h00min do dia 16/06/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 15h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 02 de junho 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TP Nº 06/2016 – PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2016 – PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS DE CONCRETO PARA PASSEIO INTERNO E ACESSO AO PÁTIO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO BAIRRO CARBONI, ÁREA ACESSO/PÁTIO: 1.816,50M² E CALÇADAS: 196,68M², PELAS SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO E EDUCAÇÃO, restando INABILITADA a empresa Alex Luis Ferreira Transportes ME, e consideram HABILITADAS as empresas Concretos Farroupilha Ltda EPP, Vite Serviços e Soluções Ltda ME, Palazzo Construtora Ltda ME, Felipe Bruschi Engenharia Ltda ME e Materbras Material de Construção Eireli ME. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 02 de Junho de 2016.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RETIFICAÇÃO LEILÃO N.º 01/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RETIFICAÇÃO LEILÃO nº 01/2016

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fica retificado o Edital de Leilão nº 01/2016 para ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO CONSIDERADOS INSERVÍVEIS, TAIS COMO VEÍCULOS, MÁQUINAS, SUCATA DE FERRO VELHO, ÓLEO QUEIMADO E SUCATA DE BENS MÓVEIS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ELETRODOMÉSTICOS, com o fim de alterar a especificação do item 18, Lote 18, constante do objeto e incluir o item 3.1.3 no item 3 do presente edital. Tendo em vista que a alteração não implica nas condições de participação das possíveis empresas interessadas, fica mantida a data de abertura do certame para o dia 09 de junho de 2016 às 08h30min. O edital retificado e republicado com as devidas inclusões está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações através do telefone (049) 3566 9026.

Videira-SC, 02 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2016 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta a Tomada de Preços nº 09/2016 – PMV para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE VAGAS TEMPORÁRIAS NO QUADRO FUNCIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA. As propostas e documentos serão recebidos até as 14h00min do dia 28 de junho de 2016. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: www.videira.sc.gov.br, link "Licitações", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto ao Departamento de Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Alvorada, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 02 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2016 FAS

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2016 FAS

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de 2016, a Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, celebra o 1º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nos termos Lei Federal 8.666/93 e Lei 10.520/02 e demais normas aplicáveis, decorrentes do processo licitatório nº 001/2016 FAS homologada em 12/04/2016, cujo objeto fora a formalização de registro de preço para futuras aquisições de merenda escolar, processado nos termos do processo administrativo nº 001/2016 FAS.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo aditivo tem por objeto o reajuste de preços em 20,46% para o item 003, repassado pelos fornecedores conforme documentação apresentada, no item nº "00001" passando a vigorar conforme especificações abaixo;

12051.0 - CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00003	CAIXA	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA CAIXA C/ 12 UND		420,00	37,68	15.825,60

As demais cláusulas a Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

E por estarem às partes de pleno acordo com cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir os efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles, em 31 de Maio de 2016.

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO – Pregoeiro

JAIR WIPPEL – Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING – Equipe de Apoio

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME
Empresa

<61>

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 016/2015

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 016/2015

Ao trigésimo primeiro dia do mês de maio do ano de 2016, a Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, celebra o 2º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nos termos Lei Federal 8.666/93 e Lei 10.520/02 e demais normas aplicáveis, decorrentes do processo licitatório nº 030/2015 homologada em 25/09/2015, cujo objeto fora a formalização de registro de preço para futuras aquisições de produtos, processado nos termos do processo administrativo nº 030/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo aditivo tem por objeto o reajuste de preços em 31,75% para o item 044, repassado pelos fornecedores conforme documentação apresentada, no item nº "00001" passando a vigorar conforme especificações abaixo;

11770.6 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA - ME						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00044	CAIXA	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA CAIXA C/ 12 UND	PIRACANJUBA	175,00	35,44	6.202,00

As demais cláusulas a Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

E por estarem às partes de pleno acordo com cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir os efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles, em 31 de maio de 2016.

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO – Pregoeiro

JAIR WIPPEL – Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING – Equipe de Apoio

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA - ME

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE CANCELAMENTO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0019/2016

AVISO DE CANCELAMENTO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO 0019/2016

O Município de Xanxerê/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademir José Gasparini, CANCELA o 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 0019/2016 conforme abaixo, em virtude de erro material.

Contratante: Prefeitura Municipal de Xanxerê.

Contratado: Bianca Transportes Ltda ME.

Objeto: Tem por objeto a Prestação dos Serviços de Transporte Escolar, na linha 04.

Fica reajustado o valor em 5% do km rodado, passando a ser o valor da Linha 04 em R\$ 2,92 por Km rodado, a partir do mês de maio de 2016, de acordo com ofício da Secretaria Municipal de Educação e Parecer Jurídico anexos ao processo.

Xanxerê-SC, 25 de maio 2016. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

AVISO DE CANCELAMENTO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0043/2016

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0043/2016

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, juntamente com o Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que está CANCELADO o Pregão Presencial nº 0043/16, tendo como objeto o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Óleo Diesel S-500 e Óleo Diesel S-10, em virtude de adequações a serem feitas no Edital, conforme ofícios das Secretarias em anexo. Informações complementares no Setor de Licitações, através do fone (49) 3441-8542 e no email licita@xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 02 de Junho de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0051/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0051/2016, tendo como objeto o Registro de Preços para Aquisições/Contratações Futuras e Parceladas de Empresa para Prestação de Serviços de Sonorização e Locução de Eventos, Locação e Montagem de Equipamentos de Som nas apresentações na Semana Cívica e no dia do Desfile de Sete de Setembro; Empresa para Locação e Montagem de Palco para o Desfile de Sete de Setembro; Empresa para Locação de banheiros Químicos para uso durante o Desfile Cívico de Sete de Setembro; Aquisição de Camisetas para Alunos da Rede Municipal de Ensino para uso na formatura do PROERD e no desfile do dia Sete de setembro, e Aquisição de Bebedouros, Climatizadores e Refrigeradores para CEMEIs e EMEBs da Rede Municipal de Ensino, tudo conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até as 09h45min, do dia 20/06/2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 30 de Maio de 2016. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 0009/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através do Fundo Municipal de Saúde nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0009/2016, tendo como objeto a Aquisição de Materiais de Laboratório destinados ao atendimento dos pacientes que fazem uso da rede de Atenção Básica do município de Xanxerê - SC, MENOR PREÇO POR ITEM, O recebimento das propostas será das 08h00min do dia 06 de junho de 2016 às 07h00min do dia 21 de junho de 2016, e o início da disputa às 08h31min do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.bllcompras.org.br. Xanxerê-SC, 02 de junho de 2016. Ademir J. Gasparini Prefeito Municipal.

Xavantina

PREFEITURA

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 030-2016 PMXV

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2016 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 030/2016 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Interino, Sr. Claudi Babinski, e a empresa PERSIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 20.886.037/0001-76, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. Rafael Felipe Persio, portador do CPF nº 939.555.709-59, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 030/2016 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível contratação de empresa objetivando a aquisição de baterias para uso em máquinas e veículos da frota do Município de Xavantina, Fundo municipal de Saúde e demais Fundos, conforme especificações constantes no Anexo "C" do Pregão Presencial SRP nº 028/2016 PMXV.

ITEM	QTDE	UNID	VALOR UNITÁRIO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
1	7,00	UN	245,00	BATERIA 40 AMPERES DE AMBAS AS POLARIDADES, 1ª LINHA, CERTIFICADA PELO INMETRO (PIONEIRO, TUDOR, HELIAR, MOURA, BOSCH, CATERPPILAR, JUPITER).
2	7,00	UN	268,00	BATERIA 60 AMPERES DE AMBAS AS POLARIDADES, 1ª LINHA, CERTIFICADA PELO INMETRO (PIONEIRO, TUDOR, HELIAR, MOURA, BOSCH, CATERPPILAR, JUPITER).
3	7,00	UN	355,00	BATERIA 70 AMPERES DE AMBAS AS POLARIDADES, 1ª LINHA, CERTIFICADA PELO INMETRO (PIONEIRO, TUDOR, HELIAR, MOURA, BOSCH, CATERPPILAR, JUPITER).
4	15,00	UN	440,00	BATERIA 100 AMPERES DE AMBAS AS POLARIDADES, 1ª LINHA, CERTIFICADA PELO INMETRO (PIONEIRO, TUDOR, HELIAR, MOURA, BOSCH, CATERPPILAR, JUPITER).
5	15,00	UN	580,00	BATERIA 150 AMPERES DE AMBAS AS POLARIDADES, 1ª LINHA, CERTIFICADA PELO INMETRO (PIONEIRO, TUDOR, HELIAR, MOURA, BOSCH, CATERPPILAR, JUPITER).
6	15,00	UN	665,00	BATERIA 180 AMPERES DE AMBAS AS POLARIDADES, 1ª LINHA, CERTIFICADA PELO INMETRO (PIONEIRO, TUDOR, HELIAR, MOURA, BOSCH, CATERPPILAR, JUPITER).

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 030/2016 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 02 de junho de 2016.

PERSIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA
Rafael Felipe Persio

CLAUDI BABISNKI,
Prefeito Municipal Interino.

CÂMARA MUNICIPAL

DISTRATO DE CONTRATO**EXTRATO DO DISTRATO**

Extrato do Termo de Rescisão

Contrato Administrativo n. 003/2016

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Veredores de Xavantina

CONTRATADA: Santos Pelizza

OBJETO: Rescisão a pedido do Presidente da Câmara

VIGÊNCIA: 01 de junho de 2016.

Helio Domingos Sordi
Presidente

Xaxim

PREFEITURA

Portaria 574

PORTARIA Nº 574/2016.

Designa servidor municipal para atuar junto a Secretaria Municipal de Administração do município e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Lei Complementar Nº. 037 e Lei Complementar Nº. 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor municipal CLERIO ISIDRO ISOTTON, ocupante do cargo de provimento efetivo de OFICIAL DE ADMINISTRAÇÃO, matrícula 721, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para a partir da presente data, desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Administração, deste município de Xaxim-SC.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 416/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 31 de maio de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Comunique-se, Publique-se e Registra-se.

Rodrigo Veriato Moras

Secretario Municipal de Administração

Associações

AMAUC

RESOLUÇÃO Nº 01/2016

RESOLUÇÃO Nº 001/2016, DE 2 DE JUNHO DE 2016

VALDIR ZANELLA, Presidente da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC, no uso das atribuições que lhe confere o art.27, XIV, do Estatuto Social, e em atendimento aos pedidos de desincompatibilização dos cargos de direção da AMAUC, apresentado pelos associados que pretendem postular as eleições majoritárias no pleito do corrente ano,

RESOLVE:

Art. 1º Receber o pedido de desincompatibilização dos respectivos cargos, nos termos do art. 1º, II, "a", 9 da Lei Complementar nº 64/90, dos seguintes associados:

I – Catia Tessmann Reichert – Prefeita do Município de Alto Bela Vista, do cargo de 2ª Vice-Presidente da AMAUC;

II – Neusa Klein Maraschini – Prefeita do Município de Peritiba, do cargo de 3ª Vice-Presidente da AMAUC;

III – Leide Mara Bender – Prefeita do Município de Itá, do cargo de 3ª titular do Conselho Fiscal da AMAUC.

Art. 2º Ficam declarados vagos os cargos descritos nos incisos I, II e III do artigo anterior, que poderão ser preenchidos por decisão da Assembleia Geral Ordinária da AMAUC.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 2 de junho de 2016.

VALDIR ZANELLA

Presidente

Publicada no mural da Associação em 2 de junho de 2016, e no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 3 de junho de 2016.

Roberto Kurtz Pereira

Secretário Executivo

Consórcios

AGIR

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015 - AGIR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015

DATA: 02/07/2015. HORÁRIO: 9h00min.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 003/2015.

OBJETO: Registro de preços para contratação de agência de viagens para prestação de serviços (emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais) e correlatos.

Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, com início às nove horas, realizou-se na sala de reuniões, no prédio da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, situado na Rua Alberto Stein, 466, Velha, em Blumenau, Santa Catarina, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 003/2015, Registro de Preços nº 01/2015, na Ata de julgamento de preços, RESOLVE registrar o preço da empresa, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para contratação de agência de viagens para prestação de serviços (emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais) e correlatos, conforme especificações e exigências constantes no Anexo I (Projeto básico) e Anexo VI (Proposta de Preços Modelo) do Edital Pregão Presencial nº 003/2015.

Item	Unid. medida Material/Serviço	Valor Estimado para 12 meses	Valor Registrado Por Transação
1	Registro de preços para contratação de agência de viagens para prestação de serviços (emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais) e correlatos.	R\$ 40.000	R\$ 6,00

Classificada	Licitante	Valor R\$	Situação	Data
1ª colocada	DS TRAVEL TUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. ME (09.193.294/0001-90)	6,00	1º Menor preço	02/07/2015
2ª colocada	GPS – SOLUÇÕES E GESTÃO EM TURISMO LTDA. (09.177.947/0001-47)	6,50	2º Menor preço	02/07/2015
3ª colocada	CH TUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. (12.642.975/0001-01)	12,00	3º Menor preço	02/07/2015
4ª colocada	DINÂMICA AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA.	30,00	4º Menor preço	02/07/2015

1.2 A licitante registrada para prestação dos serviços é a seguinte:

DS TRAVEL TUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. ME (09.193.294/0001-90)

1.3 Este instrumento não obriga a AGIR a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas, para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 O valor por transação registrado manter-se-á inalterado pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 003/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará, a partir da data da Homologação da Autoridade Competente pelo período de 12 (doze) meses, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade da AGIR.

- 4.2 Os serviços serão prestados nas dependências da própria contratada, que manterá contato com a AGIR por meio eletrônico (e-mail) e/ou telefônico.
- 4.3 A contratada fornecerá a AGIR, sistema eletrônico de consulta para a compra de passagens a fim de auxiliar no controle da quantidade emitida e igualmente, na agilidade em relação à compra dos bilhetes.
- 4.4 Após efetuada a solicitação por meio de sistema, as passagens deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas via correio eletrônico, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos.
- 4.5 Os bilhetes/passagens deverão ser encaminhados a AGIR. Após o envio do bilhete/passagem a proponente deverá encaminhar a Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do Responsável.
- 4.6 Os bilhetes que forem recusados, por irregularidade ou por estarem em desacordo com a solicitação, deverão ser corrigidos ou reemitidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à agência, sem qualquer ônus para a AGIR.
- 4.7 Não sanada a irregularidade no prazo estipulado, a empresa estará sujeita às penalidades previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.
- 4.8 O recebimento dos bilhetes/passagens, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas.
- 4.9 Os documentos fiscais emitidos pela CONTRATADA deverão corresponder exatamente aos serviços autorizados pela AGIR, acrescido do valor por transação previsto na proposta comercial, ficando a CONTRATADA, caso contrário, com o ônus excedente.
- 4.10 Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente a AGIR ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- 4.11 A AGIR não arcará com seguros especiais, despesas, serviços e taxas extras, bem como com eventuais acréscimos estabelecidos nos documentos fiscais emitidos pela CONTRATADA que não estiverem previstos nos comprovantes fiscais de seus fornecedores.
- 4.12 A CONTRATADA deverá reembolsar à AGIR os valores respectivos em caso de não utilização de quaisquer serviços reservados, observadas as políticas de reembolso de cada empresa em questão, podendo ser deduzidas desse reembolso as multas e diferenças de tarifas praticadas pelas companhias de transportes, no caso de cancelamento, reemissão e remarcação de passagens solicitados pela AGIR.
- 4.13 A AGIR deverá suportar as multas e as diferenças de tarifas praticadas pelas companhias de transporte aéreo, no caso de cancelamento, reemissão e remarcação de passagens solicitadas pela AGIR.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1 Serão pagos pela AGIR os valores dos serviços solicitados por esta, acrescidos do valor por transação indicado na proposta comercial da CONTRATADA, observadas todas as demais condições previstas neste Termo de Referência.
- 5.2 Para efeito de pagamento, será considerado o valor de taxa de transação, em função do tipo de serviço prestado conforme preço proposto, para qualquer serviços de emissão nacional ou internacional de bilhete aéreo de ida e volta por uma mesma companhia (já incluídas as conexões), emissão de bilhete aéreo de ida e volta por companhias diferentes, nessa condição considera-se uma transação por cada trecho (incluídas as conexões) emissão de bilhete aéreo somente de ida ou somente de volta (incluídas as conexões), reemissão de bilhete decorrente de remarcação de bilhete não utilizado (não voado) e cancelamento de passagens.
- 5.2.1 Considera-se ida ou volta todo o trecho entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou de serem utilizadas mais de uma companhia.
- 5.3 Constitui encargo da CONTRATADA o adiantamento aos seus fornecedores das despesas necessárias à prestação dos serviços objeto da licitação, as quais lhe serão reembolsadas pela AGIR nos termos definidos nos subitens seguintes.
- 5.4 A AGIR pagará à CONTRATADA, pela prestação dos serviços, os preços estipulados pelos fornecedores desta última, constantes das tabelas desses fornecedores e vigentes à época da solicitação dos serviços, acrescido, quando for o caso, do valor por transação indicado na proposta comercial da CONTRATADA.
- 5.5 O pagamento será efetuado, pela AGIR, após a prestação dos serviços e no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar de sua aceitação definitiva pelo Departamento Administrativo da AGIR, por meio de depósito bancário ou por outro meio que vier a ser acordado entre as partes, mediante entrega da correspondente nota fiscal/fatura (corretamente preenchida) ao Departamento Administrativo da AGIR, acompanhada da seguinte documentação:
- a) documentos que comprovem a emissão das passagens aéreas, nos preços correspondentes aos serviços faturados;
 - b) relatórios de emissões, comprovando a data da emissão das passagens, o nome da companhia aérea, o número do voo, o nome do passageiro, o preço da tarifa praticada, o valor por transação previsto na proposta comercial, as taxas de embarque e o valor final das passagens;
 - c) comprovante de documentação da companhia aérea respectiva quanto à política por ela adotada relativamente a cancelamento, reemissão e remarcação de passagens aéreas, quando houver esse tipo de ocorrência no período referente à nota fiscal/fatura;
- 5.5.1 O pagamento à CONTRATADA não será efetivado caso esta não encaminhe a AGIR a nota fiscal/fatura (corretamente preenchida).
- 5.6 Em caso de irregularidade nos documentos citados no subitem 5.3, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.
- 5.6.1 O atraso da CONTRATADA no envio da documentação implicará na sua responsabilização pelo ônus decorrente das multas e correções aplicadas em razão do não recolhimento de encargos e outras obrigações em tempo hábil, nada podendo ser repassado a AGIR.
- 5.7 A AGIR, identificando quaisquer divergências na nota fiscal/fatura, especialmente no que tange a preços e quantitativos dos serviços prestados, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias.
- 5.8 Nos preços dos serviços já deverão estar incluídos todos e quaisquer ônus incidentes sobre os mesmos, inclusive os de caráter previdenciário, social, trabalhista, tributário e fiscal, sendo que nenhum outro pagamento será devido pela AGIR à CONTRATADA, seja a que título for direta ou indiretamente.
- 5.9 A AGIR pagará à CONTRATADA somente os serviços efetivamente demandados e prestados durante a vigência do contrato, não se comprometendo a garantir a realização de serviços ou o pagamento de valores mínimos.
- 5.10 Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrado da CONTRATADA.
- 5.11 O pagamento efetuado não implica reconhecimento pela AGIR de adimplemento por parte da CONTRATADA relativamente às obrigações devidas por esta última, nem novação em relação a qualquer regra constante das especificações do contrato.
- 5.12 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 5.12 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.13 As despesas decorrentes de aquisição dos objetos desta licitação correrão à conta dos recursos especificados no orçamento da AGIR, existentes na seguinte dotação: Projeto atividade 4.122.2010.2012 – Manutenção das Atividades da AGIR. Elemento de despesa: 3.3.9.0.00 – Aplicação Direta. 10008 – Recursos Ordinários – AGIR - Taxas.

6. RESPONSABILIDADES

6.1 A agência de viagens responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a AGIR ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pela AGIR.

6.2 A Agência é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3 As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

6.4 A Agência é responsável também pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

6.5 A empresa registrada autoriza a AGIR a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações da agência de viagens:

- a) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos bilhetes ou passagens emitidas;
- b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- c) Corrigir, reparar ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os bilhetes ou passagens que apresentarem irregularidades ou, ainda, que estejam em desacordo com as solicitações.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

8.1 A AGIR poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços e a AGIR não aceitar a sua justificativa;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- e) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- f) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela AGIR.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a AGIR fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1 A empresa que não cumprir as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estará sujeita às penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, quais sejam:

I – Advertência

II – Multa:

- a) 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);
- b) 10% (dez por cento) em caso de não entrega do produto, não conclusão do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor anual estimado da contratação, pela recusa injustificada por parte da licitante vencedora, de assinatura do Contrato.

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 (cinco) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar o Contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

9.2 Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas da licitante ou contratada, nos termos do que dispõe o artigo 87, caput, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

9.3 Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 A prestadora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata.

10.2 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando

expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Blumenau (SC), em 06 de julho de 2015.

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR
HEINRICH LUIZ PASOLD – Diretor Geral
- CONTRATANTE -

DS TRAVEL TUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. ME
(CNPJ nº 09.193.294/0001-90)
- CONTRATADA – CRISTIANE CARLIN BENDER
Titular/Representante legal – CPF nº 001.643.740/35

CIMCATARINA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0014/2016 - MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0014/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0014/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais Ambulatoriais e Correlatos, para uso dos órgãos participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Abdon Batista, Água Doce, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Curitibaanos, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Irani, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira, Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará e Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio de Lebon Régis, durante o período de 01 de julho de 2016 à 31 de outubro de 2016. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 03/06/2016 até às 09:00 horas do dia 15/06/2016. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 15/06/2016. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 15/06/2016. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.cidadecompras.com.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 02 de junho de 2016.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS/AMURC

EXTRATO_ PREGAO PRESENCIAL 01/2016

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA

REGIÃO DO CONTESTADO-CISAMURC

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

TIPO LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado - CISAMURC, torna público para conhecimento dos interessados que se acha aberto EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio: CANOINHAS, MAFRA, TRES BARRAS, MAJOR VIEIRA e PAPAN-
DUVA durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, que realizar-se-á nos termos que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Complementar nº 123/06. TIPO: Menor preço - POR ITEM

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 07/06/2016 até às 08:00 horas do dia 17/06/2016.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 17/06/2016.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:31 horas do dia 17/06/2016.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

LOCAL: www.blcompras.org.br "Acesso Identificado". Maiores informações poderão ser obtidas no Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado CISAMURC, sita Rua João da Cruz Kreiling, 875, no município de Canoinhas, SC, de segunda à sexta-feira, no horário das 08:30 horas às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, ou pelo telefone (47) 3622-4530.

Canoinhas, 02 de junho de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Presidente